Jesuítas no Sul do Brasil

Volume III

História das Missões Orientais do Uruguai

PRIMEIRA PARTE

Aurélio Porto

BX3714
.B8P85
v.1

EDIÇÃO DA
LIVRARIA SELBACH - PÔRTO ALEGRE

BX3714
.B8P85
v.1

AURÉLIO PORTO

Nascido em Cachoeira do Sul, a 25 de Janeiro de 1879.
Falecido no Rio de Janeiro, a 10 de Setembro de 1945.

HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

LIBRARY OF PRINCETON
SEP 4 1963
THEOLOGICAL SEMINARY

JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL

VOLUME III

História das Missões Orientais do Uruguai

Por AURÉLIO PORTO

Segunda Edição revista e melhorada pelo
P. LUÍS GONZAGA JAEGER, S. J.

PRIMEIRA PARTE

Edição da LIVRARIA SELBACH de Selbach & Cia.
RUA MARECHAL FLORIANO, 10 — PÔRTO ALEGRE
— Oficinas Gráficas à Rua Dr. Timóteo n.º 416 —

IMPRIMI POTEST.

Porto Alegre, 10 de Janeiro de 1954.

P. Edvino Friderichs, S. J.
Provincial da Companhia de
Jesus no Sul do Brasil.

NIHIL OBSTAT.

Porto Alegre, 16 de Janeiro de 1954.

Mons. Dr. João M. Balen.

IMPRIMATUR.

Porto Alegre, 26 de Janeiro de 1954.

Mons. André Pedro Frank,
Vig. Ger.

AURÉLIO PORTO E SUA HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

Prólogo da segunda edição.

Em 1918, o saudoso P. Carlos Teschauer, S. J., publicava o primeiro dos 3 volumes da sua HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL DOS DOUS PRIMEIROS SÉCULOS. Dela emitiu pelas colunas do «Imparcial», do Rio, em 28-4-1919, o seguinte parecer nosso emérito João Ribeiro:

«A erudição da «História do Rio Grande», mòrmente nas suas origens tão embaraçosas e obscuras, necessitava uma mão forte e um espírito de grande perspicácia, aturada constância e serenidade como a do padre Teschauer... E como esses aspectos são retratados com escrupulosa crítica, merecem, por isso mesmo, a atenção de todos os estudiosos da nossa história.» (Vol 2º da mesma História de Teschauer, p. 447, Referências.)

E quando, em 1922, aparecia na praça o 2º tomo, o mesmo João Ribeiro ainda mais se entusiasmou e lhe teceu um rasgado elogio, que rematou com estas palavras: «E' um trabalho conscienciosо à altura do erudito, que já tem prestado ao País numerosos serviços intelectuais. Pudessem os Estados da União ter cada um deles um historiador do seu feitio e de sua escrupulosa exactidão e fácil seria a tarefa da história geral da nacionalidade.» (Cf. 3º volume, **in fine,** Referências da Imprensa.)

No entanto, os anos foram correndo; mas a História do Rio Grande do Sul não ficou estacionária. Foi-se delineando cada vez mais nítida, graças a novas achegas e documentos desconhecidos, antes soterrados sob a poeira dos arquivos europeus e sul-americanos, desenterrados pouco e pouco pelos estudiosos do nosso passado. Um dos que mais aprofundaram a História do Rio Grande do Sul foi incontestàvelmente AURÉLIO PORTO. Se a Teschauer

coube a missão de abrir uma luminosa picada através da floresta do passado rio-grandense do sul, a Aurélio esteve reservada a tarefa de alargar mais esse caminho, oferecendo já aos seus pósteros uma vereda mais ampla e cómoda. E se Deus quiser, chegará ainda o dia em que um sucessor desses dois pioneiros mimoseará o nosso Rio Grande com uma estrada real, lisa e rectilínea, de história, cimentada toda ela em documentos inconcussos e completos.

Teschauer, em geral, conforme alguns críticos, se mostra complacente para com os espanhóis, aos quais defende na maioria dos casos, ao passo que se manifesta mais rigoroso no julgamento dos luso-brasileiros. É que o ilustre historiógrafo se abeberou precìpuamente em fontes de origem hispânica, além de ele próprio pertencer à Companhia de Jesus, tão sacrificada pela política expansionista dos portugueses e a acção hostil dos bandeirantes. Por sua vez, Aurélio Porto carrega as cores no campo oposto pelas razões contrárias e ainda por seu acendrado nacionalismo. Daí a indiscutível conveniência de um futuro historiador que tenha a capacidade e a coragem de pôr tudo nos seus justos termos, sem conduzir a nau nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Todavia, sendo as opiniões tão antagónicas, contagiadas pelo chauvinismo de gregos e troianos, duvidamos sèriamente venham jamais a um acordo completo, sendo que cada qual difìcilmente arredará o pé do ângulo de visão em que o coloca o seu patriotismo.

* *
*

Na madrugada de 11 de Setembro de 1945, o rádio, o telégrafo e a imprensa do Rio de Janeiro espalhavam pela Pátria afora a estarrecedora notícia da morte inesperada do Coronel Afonso Aurélio Porto, conhecidíssimo em toda a terra brasileira. Às 23 horas do dia precedente, 10 de Setembro, sucumbira vítima de angina do peito, agravada por uma fraqueza cardíaca, quando contava 66 anos de idade. Profundo foi o pesar que o desaparecimento do festejado historiador rio-grandense despertou nos círculos literários do País, deixando uma lacuna difícil de preencher.

Aurélio Porto viu a luz do dia na Cachoeira, Rio Grande do

Sul, a 25 de Janeiro de 1879, como filho de Júlio Gomes Porto e de Aurélia Guedes da Luz, esta descendente do herói farroupilha Jacinto Guedes da Luz. Ao contar cerca de 10 para 12 anos, o pai foi matriculá-lo no célebre Colégio de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, onde lhe sorria um curso brilhante, dada a sua estudiosidade e seu talento precoce. Entretanto permitiu a Providência que à família Porto fosse arrebatado inopinadamente o chefe, deixando na viuvez D. Aurélia e na orfandade 6 crianças. Aurélio, o primogénito, em vez de partir para o Colégio, houve de empregar-se numa loja de sua cidade natal, afim de ganhar um pouco de pão para a estremecida mãe e os maninhos. Graças a um esforço hercúleo foi melhorando de emprego e a situação da família tornou-se mais desafogada. Nunca porém perdeu Aurélio de vista as letras. Conseguiu ampliar os seus conhecimentos literários em Cachoeira, Santa Maria e Porto Alegre. Já homem feito, veio a encontrar em D. Isaura Martins uma esposa dedicada, que lhe alegrou o lar com um filho e cinco filhas. O carinho que lhe dispensaram os membros da sua família muito contribuiu para lhe tornar a vida menos dura e até mais agradável. Dada a sua actuação política, como director local do Partido Republicano Rio-Grandense, foi eleito intendente dos municípios de Garibaldi e Montenegro.

Porém a sua actividade foi principalmente a da sua bem aparada pena. Dirigiu e redigiu sucessivamente vários jornais, como p. ex. **O Progresso,** de Rosário do Sul; **A Fronteira,** de Quaraí; **O Estado,** de Santa Maria; **O Rio Grande,** de Cachoeira; **O Correio,** de São Leopoldo; **A Federação, O Petit Journal** e **Jornal da Manhã,** todos três de Porto Alegre; **Combate** e **A Manhã,** da Capital Federal. Colaborou ainda em vários órgãos da imprensa gaúcha e carioca, e em diversas revistas económicas, históricas, geográficas e literárias. Dirigiu a revista **Imposto Único,** em Porto Alegre, e estava à frente dos **Anais do Itamarati,** quando a impiedosa morte lhe arrancou das mãos a incansável pena.

Sob a sua direcção, no Arquivo do Rio Grande do Sul, foram reimpressos os facsímiles dos jornais do ciclo farroupilha **O Americano,** a **Estrela do Sul, O Mensageiro** e **O Povo.** Foi ele ainda um dos 55 patriotas que em Agosto de 1920 lançaram os funda-

mentos do **Instituto Histório e Geográfico do Rio Grande do Sul,** e mais tarde da **Academia Sul-Riograndense de Letras.** Foi membro efectivo do **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** e correspondente do de Santa Catarina e da **Sociedade de Capistrano de Abreu.** Antigo funcionário do Museu de Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, foi destacado em 1932, para, junto à Direcção do Arquivo Nacional, ordenar e publicar a vasta documentação farroupilha ali existente, o que levou a feliz termo em quatro alentados volumes, insertos nas Publicações do Arquivo Nacional. Em seguida foi nomeado redactor-chefe dos **Anais do Itamarati,** afim de dirigir as publicações daquele Ministério.

As obras mais afamadas de Aurélio Porto são as seguintes: **O Milagre,** peça dramática, em verso, Santa Maria, Livraria do Globo, 1908; **Epopeia dos Farrapos,** Montenegro, 1922; **O Último Farrapo,** Montenegro, 1923; **Farrapíada,** Rio de Janeiro, 1936, todos em verso. Em história: **Município da Cachoeira,** História e Estatística, Cachoeira, 1910; **Coronel Dr. João Daniel Hillebrand,** Porto Alegre, 1924; **A Conquista das Missões,** Porto Alegre, 1921; **Real Feitoria do Linho Cânhamo,** Porto Alegre, 1922; **Professor Artur Candal,** Porto Alegre, 1924; **General João de Deus Martins,** Porto Alegre, 1925; **Cachoeira, o território,** Porto Alegre, 1925; **O Regimento de Dragões do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 1926; **Um Capítulo da História Territorial do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 1929; **Influência do Caudilhismo Uruguaio no Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 1929; **São Sepé, fundação da capela das Mercês,** Porto Alegre, 1930; **Notas ao Processo dos Farrapos,** nos já citados quatro volumes de Documentação das Publicações do Arquivo Nacional, 1933 a 1936; **O Colono Alemão, Notas sobre a Imprensa no Rio Grande do Sul,** Rio de Janeiro, 1934; **Documentos do Itamarati sobre a Revolução de 1835,** Rio de Janeiro, 1936-37; **O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 1934; **Caró, notas para um estudo etimológico,** Rio, 1934; **Terra Farroupilha,** dois volumes, comemorativos do bicentenário da fundação do Rio Grande do Sul, com a colaboração de diversos intelectuais, Porto Alegre, 1937; **Simões Pires, notas genealógicas,** Porto Alegre, 1930; **Pinto Bandeira,** Porto Alegre, 1930; **Pátria, drama nacionalista em 3 actos,** Porto Alegre, 1918; **O Tesouro do Arroio do**

Conde, novela histórica, Porto Alegre, 1922; **O Imposto Único em Garibaldi,** Porto Alegre, 1916; e muitos outros trabalhos esparsos em jornais e revistas, além de relatórios. Sua colaboração na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul é notável.

Porém a obra que maior fama grangeou a A. P. e relegará o seu nome à posteridade, foi sem discussão a sua volumosa HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI, publicada sob os auspícios do SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, N. 9, Rio de Janeiro, 1943, que ora damos de novo à estampa. Como o próprio Autor no-lo adverte, havia planejado dois volumes: primeiro «O Ciclo da Civilização Jesuítica das Missões», e segundo «A Arte na Civilização Jesuítica das Missões.» Desgraçadamente, o segundo volume ficou afogado no tinteiro, com apenas algumas notas esparsas e um auspicioso Índice, que prometia uma contribuição esplêndida e inédita para a Cultura Cívico-Religiosa Sul-Americana. Entretanto, se Deus quiser, esta última parte não ficará esquecida, mas será estudada carinhosamente e dada à luz num futuro próximo, vindo constituir o volume V da série «JESUÍTAS NO SUL DO BRASIL.»

O primeiro volume, de 624 páginas de grande formato, edição restrita a um milheiro de exemplares e destinado à distribuição de entidades culturais, teve uma acolhida a mais alviçareira possível. Acerca dele declarou o historiador gaúcho Othelo Rosa, aliás reservado em seus elogios: «É uma magnífica História das Missões Rio-Grandenses.» E o P. Dr. Serafim Leite, S. J., Autor da monumental HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL, em 10 alentados volumes, — assim se exprime sobre o livro mencionado de A. P.: «(É) o livro até hoje escrito com critério mais desempoeirado e com maior soma de documentos, sobre estas Missões (Orientais do Uruguai), desde os começos até à sua «decadência», quer dizer «destruição» no século XVIII.» (História da C. J. no Brasil, VI, 250, nota 2.)

Os herdeiros de A. P., ao confiarem ao signatário deste Prólogo a segunda edição da «História das Missões Orientais do Uruguai», lhe manifestaram o desejo de ela não sofrer modificações substanciais, mudanças além das que ele mesmo já deixara para

a nova edição, sobretudo a sua divisão em duas partes separadas, e outras emendas feitas do seu próprio punho. Reconheço a justiça desse pedido, que brota das saudades de filhos que gostariam de ver esse património paterno conservado, quanto possível, em sua forma primitiva. As alterações que se impuseram se reduzem a pouco: tradução ao português de longas e frequentes citações de textos castelhanos, redigidos na ortografia antiga e abreviada, que tornavam assaz fastidiosa a leitura e por vezes até ininteligível; correção de alguns termos técnicos próprios da Companhia de Jesus, como ainda aperfeiçoamento de tal qual expressão e de citações incompletas ou inexactas. Demais, em algumas «Observações» apensas ao texto, rectificámos aqui e acolá a opinião do A., referente principalmente ao uso de armas de fogo da parte dos Jesuítas, da acção bandeirante no Rio Grande do Sul e ainda o seu conceito acerca do «mercantilismo» dos missionários dos Sete Povos, e a razão última do fracasso do Tratado de 1750, e mais algumas coisas de somenos importância. Escoimado o trabalho desses senões, bem como de lapsos de revisão, sem absolutamente lhe mudar a estrutura geral, julgamos ter assim contribuído para aumentar o valor da obra.

Não ocultamos ao leitor uma imperfeição, a de ser redigido às pressas, antes de devidamente assimilado como se sentisse certa urgência em terminá-lo quanto antes. Daí o caso inevitável de por vezes toparmos com passagens algum tanto obscuras ou sem conexão, ou ainda o de se alargar em demasia em pontos que lhe são simpáticos ou de longa documentação inédita que nos revela em primeira mão.

Todas essas deficiências porém desaparecem diante da sólida base com que o Autor soube alicerçar a sua História: a de ser haurida das fontes mais primas, de documentos palpitantes de verdade e ricos em dados históricos e episódios empolgantes, escritos pelos mesmos autores ou testemunhas dos factos que narram; de comunicações confidenciais não destinadas à publicidade, mas por isso mesmo mais verídicas. Francamente, não sabemos de um historiador patrício nosso que tivesse tido à mão um arsenal mais copioso de verdade para imprimir ao seu escrito tamanha autoridade e exactidão. Por esta causa, quanto à veraci-

dade, não hesitamos em qualificar este livro de A. P. de «primus inter pares».

No seu conteúdo, o livro é ainda de uma beleza singular. Introduz o leitor na história dos primitivos povos das plagas gaúchas, descreve a sua vida de nômades e silvícolas, seu estado de decadência e degradação, sua paulatina elevação higiénica, económica e moral, graças à obra cultural e evangélica dos padres da Companhia, acerca dos quais o Autor, certa vez, em palestra com o abaixo assinado, declarou radiante: «Por vezes me sinto avassalado por uma profunda admiração por esses padres espanhóis e portugueses, que tão abnegadamente trabalharam para dar aos pobres índios uma civilização e uma fé da qual ainda hoje falam em sua muda eloquência as ruínas dos templos e das cidades por eles construídos.» Pouco a pouco vê o leitor, qual filme admirável, surgir diante dos seus olhos, as «Reduções» ou Aldeias cristãs dos tapes e guaranis, no meio das selvas ou das campinas, com as suas casinhas bem edificadas e asseadas, as suas igrejas monumentais, suas plantações, seus campos bem cultivados, os ervais, os currais, as vastíssimas estâncias povoadas de inumerável gado vacum e cavalar, as oficinas mecânicas, verdadeiras colmeias de manufacturas, e ainda, a interromper o ritmo dessa vida laboriosa, o aparecimento de hordas de caçadores indígenas vindos de Piratininga, por fim, a total ruína dos Sete Povos, vítimas da rivalidade secular e do profundo antijesuitismo das cortes de Lisboa e Madrid. Antes de finalizar, o A. nos traça em ligeiras pinceladas a chegada dos primeiros açorianos e a sua aproximação dos naturais da terra não atingidos pelos Jesuítas, e a incorporação definitiva das Missões no domínio lusitano e o completo desaparecimento da raça primitiva da terra rio-grandense.

Porto Alegre, a um de Janeiro de 1954, no 4º centenário da vinda de Anchieta ao Brasil e da fundação da cidade de São Paulo.

P. Luís Gonzaga Jaeger, S. J.

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

Êste trabalho, que inicialmente deveria obedecer às restritas proporções de um modesto estudo sobre a "Arte na civilização jesuítica das Missões", em virtude de um convite endereçado ao autor pelo director do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, pelas injunções do próprio assunto, excedeu os limites que se lhe traçaram. Sem um estudo prévio da civilização jesuítica, que floresceu nas Missões Orientais do Uruguai e sua conexão com os lineamentos da fundação do Rio Grande do Sul, difícil seria compreender, em suas linhas estruturais, a arte jesuítica-colonial, cujos monumentos vetustos se reerguem, agora, na região missioneira, reconstituído pelo Serviço do Património Histórico, por determinação do Sr. Getúlio Vargas, que assim integra ao património artístico nacional uma das mais belas páginas da História do Brasil.

Ao iniciar as pesquisas documentais sobre que assenta este trabalho, que tem como principal fonte a preciosa Colecção de *Ângelis, mal vislumbrada pelos historiadores que versaram sobre as Missões jesuíticas, compreendemos, desde logo, a arduidade da tarefa que pesaria sobre os nossos ombros nesta tentativa de nos distanciarmos das obras clássicas, que até hoje foram o veio quase único de que se têm abeberado os estudiosos desse ciclo de civilização aborígine do sul. No prossegwimento dessas pesquisas em milhares de documentos, em sua maior parte originais e inéditos, que constituem essa colecção da opulenta* Secção de Manuscritos *da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, revelações surpreendentes encheram-nos de admiração e respeito por esses homens admiráveis que foram os jesuítas e compreendemos a verdade que encerram as palavras de Capistrano de Abreu, quando*

afirmava que eles realizaram "uma obra sem exemplo na História".

Não nos tentava, porém, a pretensão de traçar os lineamentos dessa história, senão carrear os materiais abundantes que a pesquisa nos desvendava. Aí estavam as matérias-primas para construir o arcabouço definitivo da etnografia indígena do extremo sul, a penetração branca, a catequese jesuítica, a expansão do bandeirismo paulista, lutas, horas construtoras de paz, e as origens da economia e da civilização jesuíticas. Outros, muitos outros aspectos afloravam dessas fontes prodigiosas, únicas pelo seu ineditismo, de que somos os detentores e que mal vamos conhecendo agora.

Revestimo-nos de coragem, de paciência e de tenacidade. A arte missioneira, que queríamos estudar em seus principais sectores, não poderia cifrar-se, ùnicamente, na apreciação dos monumentos que se adivinhavam nas ruínas vetustas das Missões, nem nas estátuas, ou na colecção de peças dessa origem, recolhidas aos nossos museus. Faltar-lhe-ia alguma coisa. E essa seria a própria alma que vitalizara esses mudos atestados de um mundo diferente em que palpitara a vida em estos admiráveis de fé, em vibrações inspiradoras e fortes. Através da mudez secular desses escombros, que reviviam agora, adivinhava-se o jesuíta, tocado pela divina intuição da sua fé imensa, a transmitir às chusmas incultas de pobres índios um pouco de si mesmo, com a piedade infinita que se lhe extravasava da alma.

Não pretendemos fazer história e simplesmente nesta série de monografias sobre vários assuntos que se entrosam, enquanto não se divulgam mais amplos horizontes à pesquisa das nossas coisas, oferecer elementos ao futuro historiador. A este, sobre as proporções de um justo critério, caberá lançar as bases definitivas da história da civilização jesuítica das Missões.

Para fazer os seus templos, imensas catedrais que lançam para os céus americanos as suas torres altas, numa afirmação admirável de fé, à frente das chusmas de índios que mal compreendiam as finalidades espirituais desses monumentos, os padres percorriam distâncias imensas, sob a canícula dos sóis abrasadores e às inclemências das intempéries, para trazer aos ombros uma pou-

ca de terra, um madeiro pesado, uma pedra de singular valor que ficasse nos alicerces do templo, como exemplo de sua contribuição à obra que se erigia. É, no momento, o que cabe ainda a nós, pesquisadores do passado, no carreamento desse material com que outros, operários insignes e mestres consumados, levantarão os templos indestrutíveis da nossa história.

Sentir-nos-emos felizes se esta contribuição de largos e afanosos trabalhos de pesquisa puder de qualquer modo ser útil aos construtores dessa obra.

Divide-se este trabalho em dois volumes:

1.º, o Ciclo da Civilização Jesuítica das Missões;

2.º, a Arte na Civilização Jesuítica das Missões.

Como salientamos, tem como fundo principal a Colecção de Ângelis, *magnífico e quase inédito repositório documental de história sul-americana, existente na Biblioteca Nacional. Ampliam outros assuntos, além de elementos documentais da própria Biblioteca e do Arquivo Nacional, fontes bibliográficas citadas no texto.*

Rio, 1941-1942.

A. P.

A COMPANHIA DE JESUS.

1. *Fundação da Companhia de Jesus.* — 2. *Os Jesuítas no Brasil.* — 3. *Província do Paraguai.* — 4. *A Catequese.* — 5. *Civilização jesuítica-colonial.*

1. Fundação da Companhia de Jesus.

Quando, para maior glória de Deus, Inácio de Loiola escreveu os seus **Exercícios Espirituais,** já não mais ecoava pela terra a doce voz de São Francisco, a Caridade Perfeita. A Fé periclitava entre os escombros da Idade Média. E a Igreja de Cristo, o monumento mais sólido de todos os tempos, sentia em seus alicerces o choque tempestuoso das correntes solapadoras de falsos preceitos cristãos. Com o Pobrezinho de Assis extinguia-se a prática do bem, a caridade e a pobreza, virtudes elementares com que Cristo cimentara a sua Igreja na terra. A ambição dos bens terrenos, o egoísmo que dividia os homens, a inveja que corrompia as consciências, as perseguições e as injustiças iam-se infiltrando no organismo religioso da época. O missionário de Cristo alijara do coração o sentimento da fraternidade. E muitos membros da Igreja, cuja missão era aproximar os homens de Deus pelo exercício da oração, se afastavam dos homens pela prática da iniquidade.

Com a Inquisição, pelo terror, implantam-se o ódio, a mentira, a delação, o suplício. Em nome da Fé despenham-se cachoeiras de sangue inocente, enodoando a Cruz de Cristo. E a violência, com o surto de todos os seus horrores, invade a consciência religiosa do tempo. Ao princípio condenam-se hereges ao fogo purificador, aos martírios, cujo refinamento atinge inimaginadas culminâncias. Mais tarde, a perseguição se estende a maometanos e judeus. E começam essas hecatombes que a História registra com

seus requintes de crueldade e de injustiça. E o homem, o filho de um Deus misericordioso e justo, inquire, com olhos espavoridos, os escombros de sua própria fé, vendo tênuamente dela se levantar a luz de uma esperança a lhe acenar com a Caridade que desertou do coração humano.

A Reforma, que surge com Lutero, solapa ainda mais os cimentos da Igreja. Sente-se que ela oscila em suas multisseculares colunas, como ao sopro de um vendaval desenfreado. Só não cai porque é eterna e a alimenta ainda o bafejo do espírito do Senhor.

E, para salvar o seu prestígio, integrá-la aos princípios da verdadeira caridade, retornar à pureza da Fé, obnubilada no espírito humano, e realizar a prática de todas as suas virtudes, surge Inácio de Loiola, arvorando a cruz redentora, sob cuja guarda congrega companheiros insignes.

Soldado e fidalgo temperou a rija fibra do seu espírito no exercício das guerras, no heroísmo das refregas sangrentas, nas resistências da própria bravura. Em luta contra os Franceses, que invadem a Navarra, onde, em Pamplona, era capitão da guarnição militar, recolhe-se a uma fortaleza e aí resiste com denodada energia. Ferido, transporta-se ao castelo de Loiola, nas Províncias Vascongadas, onde nascera, e ali se submete a duas intervenções difíceis para evitar ficasse claudicando de uma perna.

Já convalescente, para deleitar o espírito, pede algum livro de cavalaria. Mas, à falta destes, lhe trazem uma **Vida de Cristo** e um **Florilégio de Santos.** Foram estes livros a ponte espiritual que se lhe estendeu para um ideal mais perfeito, porque eterno. E, desde então, se pôs incondicionalmente ao serviço de Deus, Rei dos Reis, relegando o dos príncipes da terra.

«Apenas se ergueu do leito, Inácio pôs-se a caminho. Visitou as ermidas de Nossa Senhora. Passou por Montesserrate, e deteve-se em Manresa, na Catalunha, um ano. Pedindo esmola, dormindo onde a caridade dos outros lho consentia, ia de vez em quando orar a um lugar retirado, espécie de gruta na escarpa de uma ligeira encosta. Jejuns, oração, reflexão, assistência divina. Neste seu retiro de Manresa teve a primeira ideia dos **Exercícios Espirituais** e aqui redigiu o primeiro esboço desta sua grande arma

de combate. De Manresa seguiu para Barcelona; de Barcelona para a Palestina (1523). Não podendo ficar em Jerusalém (1524), voltou, resolvido a pregar os Exercícios Espirituais através do mundo. Verificando que lhe faltavam letras e teologia, põe-se, homem decidido, depois dos 30 anos, a aprender latim nos bancos da escola. Dirige-se depois para as Universidades de Alcalá e Salamanca. Começando a dar os Exercícios, sem estudos, atrai sobre si a atenção dos inquisidores, naquelas duas cidades. É preso. Em Alcalá teve os grilhões aos pés durante 42 dias; em Salamanca durante 22. O processo, que lhe formaram, declarou-o, é certo, isento de erro, na vida e doutrina; todavia, persistindo as peias que lhe tolhiam a pregação, resolveu acabar os estudos em Paris (1528). Ainda o molestou ali a Inquisição. Mas, dentro em breve, impondo-se pela sua pessoa e pela sua doutrina, a Inquisição permitiu a actividade apostólica de Inácio, sobretudo a dos Exercícios Espirituais. Respirou. Em Paris estudou primeiro no Colégio de Montaigu e, em Outubro de 1529, passou para o de Santa Bárbara, de que era director o célebre pedagogo português Diogo de Gouveia. Inácio de Loiola recebeu o grau de mestre em Artes em 1534. E dando-se ainda à Teologia, concluiu, enfim, a sua carreira de estudos. [1])

Os Exercícios Espirituais dão corpo e alma à Companhia. Sua missão é restaurar no coração humano a fé perdida. E levar por todos os recantos do mundo, com bondade e com amor fraternal, a palavra de Cristo, os seus ensinamentos, os esplendores de sua divina Caridade, a conquista das almas perdidas no desconhecimento da verdade eterna. Através da propagação desses princípios, Deus desceria novamente até os homens, envolvendo-os na paz de sua glória infinita.

Em síntese, os Exercícios Espirituais, essência das Constituições, que dão molde à Companhia de Jesus, são um pequeno livro que «assenta em dois princípios: um, como **fundamento,** na razão esclarecida pela fé, à criação do homem e o fim para que foi criado; outro, fundado na fé, a Encarnação do Filho de Deus, cuja

1) Serafim Leite, S. J. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* I, 3.

imitação deve ser a maior ambição humana. Supõe-se o pecado e, portanto, a reação contra o prazer. A mortificação é a grande lição de Jesus. E ela, dada por amor dos homens, pede ao homem a correspondência da imitação e do amor. Cristo apresenta-se como rei à conquista do mundo sobrenatural e convida todos os homens de boa vontade a participar desta conquista. Os Exercícios acomodam-se a todos os géneros de pessoas, mas para os que seguem ou escolhem a perfeição religiosa, Santo Inácio dá-lhes dela um conceito novo. Até então a vida religiosa considerava-se como afastamento do mundo. Santo Inácio integra a sua Ordem no mundo e faz dela uma companhia para a conquista do mundo. Cerra os laços da disciplina, fortifica as almas pela oração, exame particular, sacramentos, e liberta os seus religiosos de práticas externas, boas em si, mas que poderiam tolher os movimentos de uma companhia activa: coro, jejuns, capítulo, hábito próprio. A abnegação interior é a força da Companhia de Jesus. Fundada nos Exercícios, a sua espiritualidade reveste carácter magnífico de unidade, precisão, largueza de vistas, flexibilidade e segurança. A espiritualidade da Companhia está na base de quase todos os Institutos Religiosos, fundados depois dela. [2])

Em torno de Inácio de Loiola reúne-se uma plêiade de homens notáveis. O Beato Pedro Fabro, São Francisco Xavier, Diogo Laínez, Afonso Salmerón, Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha. Para realizar os objectivos que se propunham resolvem a 15 de Agosto de 1534 organizar a sua vida espiritual. E, em Paris, na capela de Nossa Senhora, erecta na colina de Montmartre, em honra de São Dinis, fazem os votos de castidade, de pobreza, de ir em peregrinação a Jerusalém e ocupar a vida e forças na salvação do próximo, administração dos sacramentos da confissão e comunhão, pregação e celebração da missa, tudo sem estipêndio.

Depois de uma série de viagens pela Espanha, Veneza e Roma, onde são vítimas de perseguições, Santo Inácio e seus discípulos concertam a fundação da **Companhia de Jesus,** que foi aprovada pela bula **Regimini Militantis Ecclesiae,** em 27 de Setembro

2) Serafim Leite. *História* cit. I, 15.

de 1540. No ano seguinte era Santo Inácio eleito Geral da nova Ordem.

Perfeita a organização do Instituto religioso, iria ele encher séculos de obras edificantes na dilatação da fé e purificação dos próprios costumes clericais. Assentava sobre a mais perfeita obediência, pobreza e castidade. E dentro desse triângulo básico de virtude sacerdotal, apurava-se a perfeição, «primeiro cuidado do verdadeiro jesuíta, que inclui o de viver na união de uns para com os outros, com espírito de generosidade para com Deus, numa perfeita e total abnegação de si mesmo. Para este alto ideal dispõe de meios de santificação adequados, além dos especìficamente religiosos, que são os votos: a oração, a meditação, os sacramentos, a mortificação dos sentidos e penitências discretas».

São Francisco Xavier
(1506-1552)

«Santo Inácio, com a sua clarividência meticulosa, não deixa nada ao acaso. O cuidado da saúde; as relações com as pessoas da família e de fora; a abertura de consciência com os superiores: tudo se regula na vida, externa e interna, dum filho da Companhia que, sendo fiel, diligente e generoso, fica apto para realizar o duplo fim de sua vocação: santificar-se a si próprio e santificar os outros. [3])

Organizada a Companhia, iniciam-se os seus trabalhos apostólicos. Francisco Xavier segue para o Oriente a predicar o Evangelho, recolhendo ao redil de Cristo, sob a bandeira de Portugal, rebanhos inumeráveis de almas. Elevado aos altares torna-se o padroeiro universal das Missões. Simão Rodrigues funda a Província de Portugal, que vai dar origem à catequese entre os Brasis. Outros seguem para regiões distantes, abrasados pela mesma fé, movidos pela mesma virtude, orientados pelos rumos da fraternidade humana, sofrendo horrores, padecendo fomes, mas firmes e fortes, quer na consagração ao Senhor nas selvas inóspitas, nos descampados sáfaros, quer nos martírios gloriosos em que exalçam a glória de Deus.

3) Serafim Leite. Obra cit. I, 14.

2. Os Jesuítas no Brasil.

Coube ao padre-mestre Simão Rodrigues que, como São Francisco Xavier, se destinava à Índia, ser o fundador da Assistência Jesuítica de Portugal, uma das seis em que se dividia então a Companhia. Compreendia essa Assistência, «além da Metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas — Goa e Malabar —, o Japão, a vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão.»

Campo imenso para a colheita de frutos opimos, abria-se o Brasil para os trabalhos da Companhia. Quis o padre Simão, em pessoa, ser o desbravador do caminho. E havia resolvido partir para esse destino, em meados de Janeiro de 1549, com 10 ou 12 companheiros, o que não chegou a realizar pela dificuldade momentânea de sua substituição no provincialato de Portugal. A Manuel da Nóbrega fora reservada a glória de ser o Apóstolo do Brasil.

Pe. Simão Rodrigues (1511-1579)

Em 29 de Março de 1549, em companhia do governador-geral Tomé de Sousa, Nóbrega e mais cinco companheiros aportam à Baía. Eram estes os Padres Leonardo Nunes, António Pires, João de Aspilcueta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome, nomes que se tornaram ilustres pelos trabalhos e pelas virtudes.

Ia-se abrir para o Brasil essa página de sua História que é, em síntese, toda a sua própria história. Toda a vida da Colónia, as raízes de sua economia; os princípios de sua cultura moral, espiritual, educacional; a catequese dos índios e a moralização dos costumes dos colonos; as forças de coesão e unidade da raça e da língua — daí decorrem e se expandem. O Jesuíta, honra lhe seja, pela sua tenacidade e feitio moral, pela sua fé inabalável, pela sua abnegação e bravura, como soldado de Cristo, realizou no Brasil a obra mais notável que alicerça seus fundamentos históricos.

Começou na Baía, com a chegada de Nóbrega, a acção desses

pioneiros insignes. O que foram os primeiros tempos de lutas, de sacrifícios, de renúncias e de glória não nos compete dizer. A obra dos Jesuítas no Brasil já tem o seu historiador. O Padre Serafim Leite, S. J., em sua monumental **História,** de dez alentados volumes, dentro de um critério justo, descortina seus longínquos horizontes.

Da Baía expande-se o trabalho apostólico dos companheiros de Jesus. Já são mais em número, mas os mesmos em virtude, ínclitos soldados da Fé. Entre eles já se conta José de Anchieta, o futuro apóstolo do Brasil. Fundam-se os Colégios de São Vicente, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco e outros. E por toda parte a mesma assistência, o mesmo amor pelos oprimidos e os humildes, o mesmo combate aos prejuízos e aos vícios, a mesma abnegação construtora e exemplificadora.

Com a fundação de São Vicente, ruma para o Sul a actividade apostólica dos Jesuítas. Dilatam-se os trabalhos da catequese por terras ainda inexploradas, onde farta seria a messe das almas do gentio. À frente da missão, que irá integrar à Colónia imensa extensão territorial, completamente desconhecida, estão Nóbrega e Anchieta. O Colégio de São Vicente fora fundado por Leonardo Nunes em princípios de 1550 e atingira notável prestígio. Em 1554 transfere-se para São Paulo de Piratininga, povoação que exerceria predominante influência na expansão da Colónia para o Centro e para o Sul.

Em São Vicente ingressa na Companhia o irmão Pêro Correia. É quem acompanha o Padre Leonardo Nunes na fundação de Piratininga. Era então ali o único Jesuíta que pregava na língua dos índios, que conhecia à maravilha. Falava horas a fio, pela madrugada, como os pagés. E à sua palavra quente e persuasiva acudiam as chusmas de silvícolas e abriam-se amplas estradas ao tabalho da catequese. Era Pêro Correia um elemento de excepção. Muito moço aportara ao Brasil, indo conviver estreitamente com o gentio. Preador de índios, que vendia como escravos, devassara quase todos os sertões, até o extremo sul. Palmilhara as terras mais distantes, subindo levas de cativos que apresava cruelmente. Antes de Villegaignon estivera na baía de Guanabara. Preso pelos índios e destinado à morte, usou de um

estratagema, fazendo-se passar por filho de uma índia e de um homem branco. E a índia se convenceu de que isto era real e obstou a que o matasse.

Quando os Jesuítas chegaram a São Vicente, Pêro Correia era um dos potentados da aldeia. Terras, gados e escravos constituíam-lhe bens apreciáveis. Tocou-lhe o coração a pobreza dos Jesuítas, a sua caridade imensa, o seu amor pelo gentio. Processou-se em seu espírito uma súbita transformação. E o preador cruel, o senhor de terras e gados, numa renúncia de todos os bens terrenos doando aos meninos do Colégio tudo quanto possuía, foi também ser ele mesmo apóstolo dos índios. Coração inundado pela fé e pelo amor, morreu, protomártir da catequese, em terras do extremo sul, para com seu sangue abrir fontes inexauríveis de piedade cristã. Precursor dos insignes mártires e pioneiros da civilização jesuítica nas terras em que floresceram as Missões o irmão Pêro Correia é o símbolo dessa civilização em sua etapa inicial.

Já então a influência decisiva da Companhia de Jesus se estendia por quase todos os recantos da vasta colónia portuguesa. E com ela adoçavam-se os costumes, difundia-se a instrução, moralizava-se o clero desprestigiado, que não soubera se impor por essas virtudes que eram o mais belo apanágio da Companhia. Do Norte ao Sul, expondo a vida, derramando bens, cuidando da assistência material e espiritual dos índios, diligente, probo, o jesuíta tornava-se o factor preponderante na superestrutura orgânica da Colónia. Ia conquistar a terra imensa, uni-la pela língua, pelos costumes e pela religião, preparando-a para o Brasil do futuro.

3. Província do Paraguai.

A fundação da Província Jesuítica do Paraguai decorre, naturalmente, da expansão dos trabalhos da Companhia no Brasil. Muito influíram para a missão apostólica que se pretendeu levar a essa longínqua terra, considerada então dentro das raias portuguesas, as primeiras notícias dali trazidas por expedições que, pelo sertão, chegavam a São Vicente. António Rodrigues, soldado por-

tuguês, que depois ingressou na Companhia, tendo sido, com D. Pedro de Mendoza, um dos fundadores de Buenos Aires (1536) e, mais tarde, companheiro de João de Salazar na fundação de Assunção do Paraguai (1537), foi um dos primeiros que informaram aos Padres de São Vicente sobre «as tribos e costumes dos índios e a catequese de um sacerdote virtuoso, chamado Gabriel, na cidade de Assunção e, como este, desgostado do proceder dos espanhóis, se retirou da cidade, indo numa nova entrada pelo Paraguai acima». António Rodrigues falou com o Padre Nóbrega «que fosse ou enviasse lá um da Companhia, porque ali perto há outros gentios, que não comem carne humana, gente mais piedosa e preparada para receber a nossa santa fé, por terem grande estima e crédito dos cristãos.» [4])

Mais tarde o capitão Rui Díaz Melgarejo e o aventureiro alemão Ulrico Schmiedel completam essas notícias. Um filho de Melgarejo, Rodrigo, em 1573, ingressa na Companhia. E «Rui Díaz de Melgarejo», observa o Padre Serafim Leite [5]), «tendo um filho jesuíta no Brasil, não seria estranho às negociações e pedidos que depois se multiplicaram, no Paraguai, para a ida dos Padres.»

Já o Padre Leonardo Nunes, em 1551, pretendia pôr em prática essa ideia. Levaria consigo alguns línguas, entre os quais o irmão Pêro Correia. Nóbrega, no ano seguinte, refere-se a essa missão. E, em pessoa, resolve executá-la. Mas, o governador-geral Tomé de Sousa, que, a princípio, aprovara o cometimento, ponderando melhor o assunto, e vendo os inconvenientes que resultariam do afastamento de Nóbrega e o desfalque de elementos de escol que enfraqueceria a acção jesuítica no litoral, opôs-se depois tenazmente à ida da missão ao Paraguai. Mas, Nóbrega não desiste do intento, adiando, para melhor época, a sua execução. Devia atender às necessidades espirituais daquela dilatada Província, porque tanto para ele como para Tomé de Sousa, como até para Anchieta, o Paraguai era parte integrante da mesma expressão geográfica, o Brasil. [6])

---

4) Serafim Leite. *Carta de António Rodrigues.* Anais da Biblioteca Nacional. Rio. XLIX. *Hist. da Comp.* I, 335.
5) Serafim Leite. *Hist.* cit. I, 335.
6) Idem, ibidem, I, 338.

Não obstante os acontecimentos que desaconselham a partida para o Paraguai, surge para Nóbrega o momento que lhe parece oportuno para fixá-la. Os irmãos Pêro Correia e João de Sousa que, em missão aos carijós, abririam o caminho a João de Salazar, foram martirizados por estes, quando entravam em terras dos ibirajaras (1554). Com a grande expedição de João de Salazar, em que iam os irmãos Góis, que introduziram o primeiro gado vacum no Paraguai, Nóbrega poderia seguir em condições de segurança. Mas, em maio de 1555, quando se aprestava a expedição, chega da Europa o Padre Luís da Grã, por quem Nóbrega esperava. E Luís da Grã, contra a expectativa do Apóstolo, desaprova a providência. Submete-se o Jesuíta à determinação do superior. Adia novamente, renovando outras tentativas que não surtem efeito em face de proibições taxativas de Roma. E como era necessária a sua presença no Brasil, havia-se mesmo resolvido a ida, ao Paraguai, do Padre Grã, que parece ter até iniciado a viagem.

Mas o início da missão ao Paraguai estava reservado a Padres da Província do Brasil. Em 1583, já reunidas as duas coroas peninsulares, foi sugerido que, aproveitando as armas espanholas, se mandassem Padres ao «Rio da Prata, Paraguai e aos Patos, e a outras partes que se contêm no ininterrupto litoral brasileiro.» No ano seguinte aprovava o Padre Geral Cláudio Aquaviva essa sugestão. Em 1585, o bispo de Tucumã, D. Francisco Vitória, também português, intercede junto ao governador da Baía e o provincial do Brasil para a ida ao Paraguai de uma missão da Companhia.

Depois de seis meses na Baía, tempo em que se construiu um navio, voltam os emissários do bispo, levando em sua companhia, com destino a Buenos Aires, os Padres Leonardo Armínio, superior, Manuel Ortega, João Saloni, Tomás Fields e Estêvão da Grã.

Até o Rio da Prata a viagem correu normalmente, mas aí foram os navios apresados pelo corsário inglês Roberto Withrington, que os saqueou, maltratando e prendendo os Padres. Sofreram verdadeiros horrores, sendo o Padre Ortega atirado à água. Depois de várias peripécias conseguiram entrar no porto de Buenos Aires, em Janeiro de 1587.

Ao chegarem a Córdoba de Tucumã, ali encontraram já dois

Padres da Companhia, procedentes do Peru. Surpresos por terem de repartir tão gloriosos trabalhos numa seara que a eles parecia competir, comunicaram ao Brasil as impressões recebidas e não tardou a ordem do Geral ao Provincial do Brasil para que se recolhessem à sua sede. Voltou o P. Armínio com o P. Grã. Os outros três ficaram, seduzidos pela terra e pela gente, depois da respectiva licença. Não haviam iniciado ainda a sua missão quando o visitador do Peru ordena que se retirem do Paraguai. Ortega é levado, mais tarde, preso para Lima, e Fields, doente, fica ali provisòriamente. Há falta de gente para a catequese que urge e aquele visitador, o Padre Pais, pensa entregar a missão, definitivamente, à Província do Brasil. «Fields», diz Serafim Leite, interpretando o opinião corrente, «dirigiu-se ao Geral, de Assunção, a 27 de Janeiro de 1601, insistindo por aquela entrega, alegando a facilidade de comunicações com o Brasil, contraposta às difíceis e demoradas com o Peru.» [7])

Esse alvitre, porém, não foi aceito. A dilatação dos trabalhos da Companhia, no Brasil, que já estendera suas missões para o norte, não aconselhava maior dispersão de esforços. Em 1604, por ordem do geral, terminara-se a criação de uma província independente, a do Paraguai, o que se levou a efeito em 1607.

«A missão, porém, já tinha sido fundada desde 1588, e essa é a glória dos três Padres vindos do Brasil, Ortega, Saloni e Fields, que foram os primeiros a regar com os seus suores apostólicos aquelas históricas paragens. Ficaram algum tempo esses Padres, depois de chegar a Santiago del Estero, com o P. Barzana. Tendo, porém, adoecido este padre e não sabendo eles a língua de Tucumã, trasladaram-se todos os três ao Paraguai, com a anuência do P. Angúlo, superior daquela missão. Os Padres Saloni, Fields e Ortega foram recebidos festivamente pelo governador e gente principal na cidade de Assunção, no dia 11 de Agosto de 1588, verdadeira data inicial da missão do Paraguai.

«A diversidade de nações de seus fundadores, um português,

---

7) Serafim Leite. *Hist. da Comp.* I, 349; — Luís Gonzaga Jaeger, S. J. *"Os bem-aventurados Roque González, Afonso Rodriguez e João del Castillo,* cap. 3º, p. 36 ss.

um catalão e um irlandês, é a imágem prévia da universalidade que havia de ter mais tarde essa célebre Província.» [8])

4. A Catequese.

Estabelecida a missão, e tendo o Padre Saloni ficado em Assunção, como superior, seguiram os outros dois para o Guairá, onde iniciaram trabalhos de catequese do gentio.

O P. Barzana, que se reuniu ao P. Saloni, em Assunção, em carta datada de 8 de Setembro de 1594, relata esse auspicioso início: «Em Santa Fé esteve o P. Armínio onde fez grande fruto com os espanhóis antes de regressar ao Brasil e, em Vila Rica do Espírito Santo, trabalharam, mais de dois anos, dois da Companhia, tanto com índios como com espanhóis, acudindo também ao Guairá, que se achava sem sacerdote, e aos espanhóis, que tinham fundado nova povoação, havia coisa de dois anos, nos Niguaras. Os três Padres, que vieram do Brasil, sabem muito bem o guarani, pouco diferente do tupi; e o P. Manuel de Ortega tomou a peito no Guairá o estudo da língua ibirajara, nação numerosa e valente.» [9])

Falecendo o P. Saloni, em 1599, recaiu todo o peso da missão sobre os ombros dos Padres Fields e Ortega. O primeiro trabalhou principalmente com os espanhóis, mas ao segundo, verdadeiro fundador da catequese, no Paraguai, coube a glória de recrutar milhares de almas para o grémio da Cruz.

Era o P. Tomás Fields natural de Irlanda, tendo nascido em 1549. Depois dos estudos que realizou em Paris, Douai e em Lovaina, foi a Roma, onde ingressou na Companhia, em 6 de Outubro de 1574. Indo a Portugual, embarcou em Lisboa, no ano de 1578, para o Brasil. Percorreu os sertões brasileiros e estava em São Paulo de Piratininga em 1584. No Paraguai prestou relevantes serviços à catequese do gentio e «além dos ministérios comuns a todos, coube-lhe a glória de ser o traço de união entre a missão

8) S. Leite, ibidem, I, 350.
9) Idem, ibidem, I, 351.

fundada pelos Padres do Brasil e a província do Paraguai, erecta em 1607.»

É, porém, o P. Ortega um dos grandes da América, no dizer de Serafim Leite, o iniciador da catequese entre os ibirajaras, cuja grande nação (guananás) se estende de Guairá até o Rio Grande do Sul. E, mais tarde, nas tribos dessa procedência, iremos encontrar, quase desfigurada pelo tempo, a tradição dos trabalhos do grande apóstolo que se reflecte nas ideias religiosas que esses silvícolas conservam.

«Manuel Ortega nasceu em Portugal, na diocese de Lamego, em 1561. Diz Lozano que o bispo de Lamego era irmão de sua mãe, senhora nobre e insigne benfeitora da Companhia. Entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, a 8 de Setembro de 1580. Indo muito novo para o Brasil, aprendeu com facilidade a língua indígena, que lhe serviu à maravilha no Brasil e no Paraguai. Entre as suas inúmeras excursões apostólicas correu graves perigos. Enquanto esteve em Tucumã com o P. Barzana faltou-lhe de comer e chegaram a estar «cinco dias naturais contínuos sem provar bocado». Disseram-lhes que, daí a oito dias de caminho, havia espanhóis que os poderiam socorrer. E o P. Barzana ordenou ao P. Ortega que fosse lá. Fez a viagem com um índio em boas cavalgaduras, gastando apenas 11 dias. Só por milagre não caiu nas mãos dos índios. Ele mesmo conta o caso, pormenorizadamente, em carta sua que Lozano diz transcrever «a la letra». Certo dia, em 1597, para acudir aos índios numa grande enchente do rio, na região de Santiago de Jerez (no actual Mato Grosso), picou-se numa perna. Quando lhe arrancaram o espinho no dia seguinte, era tarde e ficou a sofrer disso o resto da vida. Visitou três vezes aquela cidade. O campo principal de seu apostolado foram, no entanto, as cidades de Ciudad Real e Vila Rica no Guairá. Nesta última acusaram-no de violar o segredo sacramental. Levado para Lima esteve preso, **stupente tota Peruvia,** (com estupefação de todo o Peru) em rigoroso cárcere, suspenso dos ministérios sacerdotais, às ordens da Inquisição, durante cinco meses. Consentiu depois o Santo Ofício que ficasse preso no Colégio de São Paulo, em Lima. Felizmente, o delator e caluniador, arrependido, confessou, antes de morrer, a falsidade

da acusação. E, para mais eficácia, chamou um notário público de Vila Rica que reduziu a auto as suas declarações. Quando estes documentos jurídicos chegaram a Lima, onde residia o penitenciado, o P. Ortega foi conduzido ao Tribunal da Inquisição e declarado livre. Ao voltar, num carro com o P. Cabredo, Reitor do Colégio, o povo, que soube logo a novidade, aclamou com efusiva alegria pelas ruas da capital do Peru a inocência do Padre.»

«Em 1607, foi escolhido para a missão de Tarija, onde prestou grandes serviços aos cheriguanas. Faleceu no dia 21 de Outubro de 1622, no Colégio de Chuquissaca. Tinha 61 anos de idade e 42 de Companhia, passados mais de 35 nas missões.»

«Manuel Ortega, sofrido e obediente, cativo dos piratas, confessor da fé, apóstolo dos ibirajaras, converteu milhares de almas e percorreu imensos territórios, então inexplorados, que se repartem hoje pelas repúblicas do Brasil, Argentina, Paraguai (Uruguai?), Bolívia e Peru. É um dos grandes da América: **adeo ut inter Americae Heroes iure merito computaretur.**» [10]) (tanto que mereceu com justiça ser contado entre os heróis da América.)

O Paraguai se abria num vasto campo de batalha para os insignes soldados da Fé. A missão do Brasil viera desvendar o caminho da conquista espiritual, que não tardaria em acrescentar aos trabalhos da Companhia gloriosas oportunidades de integrar à civilização cristã multidões de almas redimidas pela fé. Mas, para isso, de mister seriam momentos de sofrimento inenarrável, fomes e dores e muito sangue vertido nos padecimentos do martírio que coroaria de santidade a fronte serena desses grandes apóstolos de Cristo.

Chegara ao conhecimento do Padre Geral Cláudio Aquaviva a notícia dos frutos que a Missão ia colhendo em sua catequese pela dilatada província do Paraguai. Necessário se fazia desmembrá-la da do Peru, dando-lhe autonomia para que melhor se desenvolvesse. E, nesse sentido, em data de 9 de Fevereiro de 1604, em carta dirigida ao P. Diogo de Torres, determina se faça de Tucumã e do Paraguai uma província independente e, para dirigi-la, elege ao P. Torres, cujas nobres qualidades e virtudes eram

10) Serafim Leite. Obra cit. I, 357.

assaz conhecidas. Traslada-se este para Lima, mas, ali chegando, encontra-se a braços com o conflito originado pela denúncia levada ao Santo Ofício contra o P. Ortega.E isto levou-o a sobrestar a execução das ordens que recebera do Padre Geral para a fundação da nova província. Desaprovando a dilação, renovou este a determinação anterior, mandando que o P. Diogo de Torres seguisse, sem demora, para o Paraguai, a fim de pôr em prática a ordem recebida.

Levando uma escolhida plêiade de companheiros, cujos nomes ficarão perpetuados por trabalhos de relevância, na nova província, o P. Torres seguiu para Córdova, onde fundou o noviciado da Companhia, passando logo depois a Santiago do Chile, para celebrar a primeira Congregação Provincial, em 12 de Março de 1607. Em companhia do Provincial iam os irmãos noviços Pedro Romero e António Ruiz de Montoya, cujos nomes são padrões eternos na civilização jesuítica das Missões do Uruguai.

Dando notícia dos primeiros passos que se intentavam para inaugurar aquela obra, o P. Torres escrevia, em 22 de Março de 1608, de Santiago de Chile, ao Padre Geral, nos seguintes termos: «Encontrei nas duas governações de Tucumã e Paraguai sòmente oito dos nossos; cinco em Tucumã, a saber: o P. João Romero, superior, P. João de Viana, P. João Dario, P. Horácio Moreli e Irmão Eugênio de Baltodono, e três em Assunção, que assim se chama a cidade metrópole daquela governação; P. Marcial de Lorenzana, superior, P. Tomás Fields e P. João Cataldino...

Os três Padres que estão em Assunção têm trabalhado sem sair dali, a pé firme, por ser uma cidade de muitos índios e espanhóis que nos amam e estimam muito.» [11])

Neste ano recebe Assunção mais três dedicados obreiros que se destinam ao aprendizado da língua guarani e entre os quais se encontra o P. Simão Masseta, que deveria antes terminar o biénio do seu noviciado em Córdova.

Recomendações especiais de S. M. sugerem a necessidade de

11) P. Pablo Pastells. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, I, 131.

ordenar em sacerdotes os filhos da terra para que acudam às doutrinas que se forem estabelecendo entre o gentio.

Em fins de 1609, estende o P. Diogo de Torres o âmbito dos trabalhos de catequese, sendo fundadas as reduções iniciais do Guairá. Vão para ali os Padres José Cataldino e Simão Masseta, a que se vão juntar, em seguida, outros ilustres desbravadores daquela vasta seara de Cristo, trabalhada já, nove anos consecutivos, pelos Padres Tomás Fields e Manuel Ortega, da missão do Brasil. Outras regiões recebem também os benefícios da evangelização. A missão do Paraná, que é fundada pelos Padres Marcial de Lorenzana e Francisco de San Martín, apresenta progressos dignos de nota, depois de uma resistência tenaz dos índios. Diz o P. Torres que essa missão «é uma planta de muita estimação, onde padeceram esses dois obreiros muitos trabalhos para ganhar, trazer e persuadir com razões a esta nação (guaicuru), que é muito bárbara e feroz, e que sòmente deixou de comer carne humana por persuasão dos Nossos». A perseverança dos Padrês, a sua piedade para com esses infelizes, iam-nos reduzindo aos poucos. Já haviam sido doutrinados 200, principalmente crianças, por cujo conduto se ganhavam os adultos. Mais tarde conquistam certos caciques de prestígio, o que aumenta os resultados da missão. Os Padres são ameaçados, inúmeras vezes, pelos infiéis. Os catecúmenos preparam-se para a guerra, mas o temor impede que os inimigos os assaltem. Em 1611, escrevia ao Provincial o P. Lorenzana: «Estão chegando à minha redução cada dia novos caciques com sua gente. Outros 10 virão com sua chusma dentro de 10 dias e um deles é Tabacambi, capitão-general do Paraná, e todo Paraná está movido para vir dentro de dois ou três meses; espero com o favor de Deus ter em minha redução mais de 1.000 índios, que serão 6.000 almas e mais:» [12])

Designado Reitor do Colégio de Assunção, o P. Lorenzana deixa a missão e é substituído pelo P. Roque González de Santa Cruz, tendo como companheiro o P. Pedro Romero, mais tarde fundadores das reduções do Uruguai e mártires da fé às mãos dos índios, o P. Roque em terras do Rio Grande do Sul em 1628, e o

12) Pastells. Obra cit. I, 166.

P. Romero em 1644, ao Norte do Paraguai, às mãos dos itatins. E informa o P. Diogo de Torres, dando notícia da substituição: «Escreve-me o P. Roque González... que há de ser esta redução de grande proveito e muito povoada por aqueles índios; porque está na passagem para todo o Paraná, e o que é mais, é que dali se pode fazer missão para a província do Uruguai, onde há muito tempo se há desejado entrar para acudir a mais de 50.000 índios.» [13]) O Padre Roque já tem assim os olhos e o coração voltados para a terra missioneira, onde receberá a palma do martírio e fará de seu sangue a sementeira da fé.

E assim vai-se estendendo, numa irradiação contínua, para todos os lados, a obra da catequese jesuítica, levada a efeito por esses admiráveis precursores. Guairá, Paraná, Uruguai e Tape recebem, pouco a pouco, com a cruz que plantam em todos os seus mais recônditos rincões, a luz da religião, os fundamentos da civilização cristã. Muitos tombarão na jornada, exaustos pelo trabalho, acabados pelos padecimentos, minados pelas enfermidades, ou martirizados pelos índios. Mas, cada apóstolo que cai, para não mais se levantar, é um símbolo da glória que os reveste de um halo de benemerência eterna. Só a Companhia de Jesus, com as suas regras de obediência, com o recrutamento de verdadeiros predestinados, com a fé imensa de seus prosélitos, com a renúncia absoluta de tudo pelo bem de todos, com a caridade inigualável que enche o coração de seus sócios, poderia realizar essa obra gigantesca pela vontade do Senhor.

5. Civilização jesuítico-colonial.

A civilização jesuítico-colonial, que floresceu nas Missões Orientais do Uruguai, divide-se em duas fases perfeitamente distintas, entre as quais há um interregno de capital importância para a história económica do sul do Brasil.

A primeira fase em que se incita a catequese do gentio é de curta duração, pois compreende sòmente 11 anos (1626-1637), que

13) Idem, ibidem.

decorrem entre o estabelecimento das primeiras reduções e expulsão dos Jesuítas pelas bandeiras paulistas. Até o retorno dos Jesuítas e a fundação do primeiro dos Sete Povos, em território rio-grandense, transcorrem 45 anos (1637-1682), e é nesse ínterim que os primeiros rebanhos de gado, aí lançados pelos Padres, se desenvolvem assombrosamente, constituindo o fundo nuclear da opulenta riqueza económica, razão de ser do futuro povoamento do Rio Grande do Sul, entreposto que se fixa entre a Colónia do Sacramento e a Laguna. A segunda fase, característica da mais alta civilização jesuítico-colonial, em que se firmam elementos artísticos que perduram até aos nossos tempos, nas ruínas grandiosas dos templos e nas peças escultóricas que enriquecem nosso património cultural histórico, ocupa 85 anos que medeiam entre 1682 e 1767, data da expulsão dos Jesuítas.

Começa então o declínio da civilização, criada pelos Jesuítas nas Missões. As administrações leigas, a falta da disciplina que os Padres sabiam impor, o relaxamento dos costumes cristãos e a disseminação dos vícios corrompem o carácter das populações missioneiras. Em 1801 tem lugar a Conquista das Missões, levada a efeito por José Borges do Canto e um reduzido grupo de rio-grandenses. Incorporada ao domínio português, a Província de Missões, que se torna teatro de lutas, é depredada por um ou outro dos contendores que nela se entrechocam. Suas riquezas maravilhosas em alfaias dos templos, prataria incontável e estátuas magníficas, foram dispersas em saques consecutivos. Brasileiros e Orientais, à porfia, em dezenas de carretas, transportaram para toda parte o riquíssimo espólio das Missões. E, dentro em breve, relegados ao descaso, ruíam os templos majestosos, sob as intempéries, e os próprios moradores dos Povos os iam sistemàticamente destruindo para aproveitar seu material em construções particulares.

Gonçalves Chaves, em suas **Memórias** publicadas em 1822, apreciando o fim melancólico da civilização missioneira, nos diz que «nossos governadores portugueses em Missões (ao menos alguns deles), seguiram as regras dos Padres — não deixar os brancos comunicar com os índios — e isto talvez para melhor se apropriarem dos produtos do trabalho daqueles miseráveis, mas

não atinaram com a economia, que o governo dos ditos Padres fazia prosperar aqueles Povos e por isto se pode dizer que aproveitamos dos Padres o mau e desprezamos o bom.

«Concluímos, pois, dizendo que todos os Povos estão em ruínas, inclusive os suntuosíssimos templos e colégios magníficos, dos quais já muitos deles estão por terra e a população quase extinta.» Urgia, para atalhar a completa destruição dos Povos, emancipar essas populações e consentir o comércio dos brancos, como têm feito alguns comandantes. Criar localidades sob administrações que regulem a economia e o governo dos próprios habitantes, «deixando cada índio trabalhar, por si e gozar da protecção das leis, a que têm direito como o mais povo do Brasil.» [14])

Quando o Brasil proclama a sua emancipação política, em 1822, já quase nada existe dessa civilização que floresceu nas Missões. Sugestivo é o confronto entre a população existente por ocasião da conquista dos Sete Povos em 1801 e a de 1822, representada a primeira por 14.010 e a segunda por 2.350 índios, em toda a região missioneira.

Com os templos que se esboroavam, com o património artístico e cultural que se dispersava e consumia, com o eco longínquo dos cânticos religiosos que não mais soavam nas igrejas e nas pobres casas dos índios, extinguia-se a civilização jesuítica, símbolo admirável da heróica tenacidade desses operários formidáveis que plasmaram no barro bruto das populações selvagens gerações de artistas e realizadores inconfundíveis.

---

14) *Um português* (António José Gonçalves Chaves — *Memórias Ecónomo-políticas sobre a administração pública do Brasil.* Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional — 1822. Reeditadas pela Rev. I. H. G. do Rio Grande do Sul. 1922 — Ano II — 2° e 3° trim. Porto Alegre.

CAPÍTULO I

PRIMITIVOS HABITANTES DO RIO GRANDE DO SUL

1. *Unidade racial de um povo primitivo.* — 2. *Ensaio de classificação aborígene.* — 3. *Grupo guaicuru do sul.* — 4. *Grupo tape.* — 5. *Grupo guaianás.* 6. *O índio das Reduções.*

1. Unidade racial de um povo primitivo.

Temos como provável, consoante documentação etnológica e linguística que nos depararam demoradas pesquisas, serem os silvícolas que povoaram o continente sul até o Rio da Prata, antes da invasão tupi-guaranítica, em tempos pré-históricos, originários de um tronco comum. [1]) Estabelecida a grande corrente migratória com que se derramaram para Sul e Oeste, estes povos foram subjugando outros, legítimos autóctones, quiçá contemporâneos do «homem das cavernas», ou das ostreiras litorâneas do sul, assinalados por Lund nos depósitos fósseis da Lagoa Santa e por vários etnólogos que estudaram esses curiosos remanescentes de uma raça primitivíssima.

Constata F. Ameghino que «a América esteve povoada por uma raça dolicocéfala, cujos representantes actuais parecem ser os esquimós, os botucudos e quiçá também os indígenas da Terra do Fogo. Essa raça foi, pouco a pouco, expulsa por outra braquicéfala, cuja origem ainda ignoramos, mas que suplantou quase completamente a raça primitiva». [2]) E Carlos von Koseritz, estudioso de vários aspectos da pré-história do sul para investigar

---

1) Aurélio Porto. *Pré-história do R. G. do Sul,* em "Terra Farroupilha", I, 8.

2) F. Ameghino. *La antiguedad del hombre en el Plata,* 93.

sobre a idade dos sambaquis, que supõe atingir a 7.000 anos, verificou que entre as conchas nele encontradas há algumas espécies que há muito desapareceram do Atlântico e que os crânios de extraordinária grossura, desenvolvimento anormal dos queixos e pronunciado prognatismo indicam antiguidade remota. E conclui que os ossos que se encontram nos sambaquis e nas igaçabas mais antigas provam que o homem primitivo desta parte da América não excedia a estatura mediana, que tinha cabeça pequena, mais comprida do que redonda, crânio de imensa grossura, queixos fortemente desenvolvidos com regular inclinação para o prognatismo, «mais ou menos os mesmos traços característicos que Lund achou no homem da Lagoa Santa, por ele qualificado como oriundo da época terciária». [3])

Confirma essas conclusões o estudo que, em crânios provenientes dos sambaquis de Santa Catarina e Paraná, fez o Dr. J. B. de Lacerda, que diz:

«Nas duas primeiras séries (crânios referidos) o tipo destaca-se por estes caracteres salientes — dolicocefalia occipital exagerada com depressão considerável da fronte, grande desenvolvimento facial com esbatimento de toda a região infra-orbitária e notável projecção lateral dos pomos. O conjunto desses caracteres imprime ao semblante do indivíduo um aspecto bestial e revela instintos ferozes de animalidade.

A um crânio assim conformado deverá corresponder um cérebro de lóbulos anteriores rudimentares compensado pelo desenvolvimento relativamente exagerado dos lóbulos parietoccipitais.

Por outro lado, as asperezas e os relevos ósseos que servem de ponto de inserção aos músculos da face e da nuca indicam qual a potência muscular de que dispunham esses indivíduos. Tudo, pois, leva a admitir que esse tipo, cujos restos foram exumados dos sambaquis de Paraná e Santa Catarina ocupava um nível muito baixo na escala humana; e que ele pode ser equiparado aos povos mais selvagens que hoje conhecemos». [4])

Nesse tipo racial, cuja primitividade é incontestável, encontra-

---

3) Carlos von Koseritz, *Subsídios etnográficos*, 47.
4) *Anais do Museu Nacional*, IV.

remos possìvelmente o **homo-americanus** ou, mais pròpriamente, o autóctone do Sul. É o mesmo que iremos achar ainda, em seu próprio **habitat,** já um tanto modificado em seus hábitos de ferocidade pelo contacto com outra raça de características superiores. É o que faz supor a existência do grupo racial, completamente deslocado entre duas correntes invasoras em choque, que os primeiros brancos vão encontrar, no Norte, na região lacustre do Rio Grande do Sul e, mais tarde, na Serra do Nordeste, a cavaleiro do litoral atlântico.

É o Jês, «grupo de povos etnogràficamente muito singulares que, de carácter sobremodo arcaico, mais que todos os outros dessa região, merecem ser considerados autóctones». [5]) Distinguem-se «pelo carácter fonético das línguas, o costume de batoques ou rolhas de folha no lábio inferior ou nos lóbulos auriculares, pela falta de redes de dormir, a ignorância da olaria, assim como certas peculiaridades nas armas, segundo a designação de Martius. Estiveram geogràficamente derramados por toda a metade oriental do planalto brasileiro desde seu declive ao Norte, marcado pelas últimas cabeceiras do Xingu e do Tocantins, até cerca de 30° Sul; para o poente até o alto Xingu, não alcançaram, em compensação, o vale do Amazonas.» [6])

Dominando esse grupo e impondo, quiçá, a alguns de seus ramos novas condições de vida, constata-se a passagem de uma onda invasora, vinda, provàvelmente, do Norte, que deixa vestígios em monumentos líticos encontrados no Sul. Que migração foi esta? Em que idade milenar realizou a sua penetração? Nada sabemos. É de supor que a grande nação **tape** proceda dos remanescentes dessa onda invasora, que ali estacionasse, seduzida pela terra apta para a agricultura que dominava, enquanto outras avançadas fortes do mesmo povo, em sua marcha para Oeste, se dirigisse até esbarrar nas altas muralhas dos Andes.

Encontram-se no município de Montenegro e em outros pontos do Rio Grande do Sul, em lajes de grés duríssimo, ferrugino-

---

5) Dr. Paulo Ehrenreich. *A etnografia da América do Sul.* — "Rev. Inst. São Paulo". XI, 296.

6) Idem, ibidem. 297.

so, algumas séries de escavações de diferentes diâmetros e profundidades, dispostas simètrimente, que se comunicam entre si por canaletes superficiais ou furos internos. São as célebres «piedras de tacitas», ou crisóis, destinadas a um culto totémico de uma velha raça ainda não identificada, mas que deverá ter-se expandido por toda a América do Sul, onde se encontram os traços de sua passagem. Essas pedras de crisóis, que serviam nas comemorações totémicas para guardar o sangue das vítimas imoladas e onde se molhavam as armas para que tivessem maior eficiência na guerra e na caça, são encontradas em quase todos os países da América Meridional, do Atlântico ao Pacífico. [7]) As perfurações similares, que existem na Serra de Baturité, Ceará, registadas pelo Dr. C. Studart Filho, são inegàvelmente **pedras de crisóis.**

Confirmando, ainda, a unidade de uma raça desconhecida, que deixou grupos representativos no Rio Grande do Sul, e cuja passagem deve ser anterior à invasão guaranítica, constata-se, entre os nossos achados arqueológicos, a existência de estatuetas e outros petrefactos simbolizando o «phalus», bem como formidável quantidade de cachimbos de barro, de formas bizarras, recolhidos ao Museu do Estado.

Referindo-se ao uso dos cachimbos, de que é notável a colecão existente no **Museu Júlio de Castilhos,** de Porto Alegre, o Dr. H. von Ihering diz que os povos subandinos da Argentina exerceram influência sobre o Brasil meridional e, particularmente, sobre o Rio Grande do Sul, por esse uso que era comum entre os indígenas pré-históricos do Estado, pois que os tupis fumavam charuto, ao passo que os calchaquis (diaguitas) usavam cachimbo». [8])

Em seu magnífico estudo sobre **Tembetás** e outros petrefactos de inequívoca forma fálica, conclui o Dr. F. R. Simch que «a variedade de objetos encontrados no Rio Grande do Sul leva a crer na existência de um povo desaparecido do Brasil, anteriormente ao aparecimento dos tupis-guaranis». [9])

---

7) Aurélio Porto. *Pré-história* cit.

8) Dr. Hermann v. Ihering. *A etnografia do Brasil Meridional.* "Rev. Inst. S. Paulo". Vol. XI, 236.

9) Dr. F. R. Simch. *Tembetás.* "Rev. Inst. Rist. e Geogr. do R. Grande do Sul", 1924-40.

O afamado americanista Max Uhle, que estuda as civilizações atacamenhas, nos mostra que as «pedras e penhas de tacitas, ou morteiros em penhas, encontram-se, por uma grande parte, em regiões onde, notòriamente, em tempo antigo, habitaram diaguitas e atacamenhos.» [10]) São procedentes, diz, da época epigonal das antigas civilizações.

Estamos, pois, em face de vestígios de uma grande corrente migratória do Ceará ao Rio Grande do Sul, da Argentina ao Chile, Bolívia, Peru, Equador, e Colômbia, onde se constata a distribuição geográfica desse monumento lítico uniforme.

Que povo foi esse, e qual sua trajectória não é possível dizê-lo. Dele ficaram também indeléveis traços linguísticos que foram mais tarde opulentar de novas formas verbais o guarani do sul, língua que dominou mais tarde o sul do Continente, quando da invasão desse ramo tupi. Em outro estudo fica esboçada a hipótese dessa influência. [11])

Em época ainda remota uma nova migração penetra o território sul-rio-grandense impondo, aos elementos que ali encontra, língua, usos e costumes. É o guarani que se despeja do Norte e vai até o Prata, em cujas ilhas é ele encontrado pelos primeiros exploradores brancos. Uma grande onda deste povo, em sua marcha para o Oeste, cruza o Chaco e vai-se chocar com a civilização incaica. São mais tarde os denominados **cheriguanas,** pertencentes à família linguística tupi-guarani e descendentes das tribos guaranis emigradas aos contrafortes andinos e de tribos **chanes,** de língua aruaque, índios que os cheriguanas escravizavam. É interessante registrar a existência no Rio Grande do Sul de uma grande tribo denominada **arachanes,** que tinha seu **habitat** nas proximidades da lagoa dos Patos e que ainda nas línguas das civilizações diaguitas, o étimo **ara** se poderia traduzir por **lagoa,** o que nos daria para designação desse povo — **chanes da lagoa.** «Os chanes são de origem arnaque, outro ramo dos tupis-guaranis, e emigraram para as proximidades dos contrafortes andinos em época desconhecida.» [12])

---

10) Dr. Max Uhle. *Fundamentos étnicos de Arica*. Equador, 1922.
11) Aurélio Porto. *Caró. Jornal do Comércio,* Rio, 22-VII-1934.
12) Enrique de Gandía. *Historia de Santa Cruz de la Sierra.* Buenos Aires, 1935-49.

Diz o provecto historiador Enrique de Gandía que «os guaranis que se estabeleceram nos contrafortes andinos emigraram do Brasil e do Paraguai em uma data anterior ao ano de 1471 em que, aproximadamente, começou a reinar o inca Tupac Yupanqui: o primeiro monarca alto-peruano do qual temos notícias que combateu contra eles».

A história conserva a lembrança das seguintes migrações guaranis aos contrafortes andinos:

I, uma primeira migração anterior ao ano de 1471;

II, uma segunda migração realizada entre os anos de 1513-1518;

III, uma terceira migração realizada entre os anos de 1513-1518 e 1521-1526;

IV, uma quarta migração capitaneada por um náufrago de Solis chamado Aleixo Garcia, realizada entre os anos de 1521-1526;

V, uma quinta migração de 3.000 índios guaranis que seguiram a expedição de Domingos de Irala, realizada no ano de 1548;

VI, uma sexta migração que seguiu a Núfrio de Chaves em sua viagem do ano de 1558;

VII, uma sétima migração de 3.000 índios itatines que formaram parte da segunda expedição de Núfrio de Chaves do ano de 1564. [13])

É, quiçá, a primeira dessas migrações, ou outras não conhecidas ainda, de origem guarani ou, pròpriamente, tupi, que impõe ao tape, pelo cruzamento e pela língua, a sua civilização e os seus costumes, embora pareça não ter deixado tipos puros no território rio-grandense. Não obstante releva notar que os Jesuítas espanhóis distinguiam dos tapes os índios das regiões que mediavam entre o Alto Uruguai e o Ibicuí, como diremos adiante, dando aos últimos o designativo de guaranis. Mas, o idioma guarani, no Sul — que parece ter recebido o influxo de uma outra língua falada pelos povos primitivos que aí viviam — se distancia grandemente do tupi do norte.

13) Idem, ibidem.

2. Ensaio de classificação aborígine.

O território compreendido por todo o curso do Uruguai, «desde que se povoou a cidade da Assunção» (1537), já era conhecido, pois «se teve notícia das províncias do Uruguai, porque os antigos foram-na atravessando desde Viaza (Ibiaça) e nunca a puderam conquistar, havendo ficado notícia entre os sucessores que o governador Hernando Arias de Saavedra fez entrada nela.» [14])

Em carta ao Rei, datada de 12 de Maio de 1609, dizia Hernandárias de Saavedra sobre esse território que fora o primeiro governador do Prata a percorrer, que, «da ilha de Castilhos, ao Rio Grande, que chamam Rio de São Pedro que está em 32° e meio haverá 35 léguas, indo pela costa ao norte desse rio até o de D. Rodrigo, haverá 50 léguas, do de D. Rodrigo à Ilha de Santa Catarina, que chamam os Patos, província de Viaça, haverá 30 léguas até a ponta da Ilha da banda do sul.» [15])

Pelos vicentistas também a terra já era conhecida desde os primeiros tempos do estabelecimento daquela povoação. Em caravelões de costa entravam pela barra do Rio Grande (Rio de São Pedro) e iam resgatar com os tapuias. Gabriel Soares, em seu precioso **Roteiro do Brasil**, escrito em 1587, assinala o facto: «Esta costa, desde o Rio dos Patos (Santa Catarina) até a boca do Rio da Prata é povoada de tapuias, gente doméstica e bem acondicionada, que não come carne humana, nem faz mal à gente branca que os comunica, como são os moradores da capitania de São Vicente, que vão em caravelões resgatar pela costa com êste gentio alguns escravos, cera da terra, porcos, galinhas e outras coisas, com quem não têm nunca desavença; e porque a terra é muito rara e descoberta aos ventos e não tem matas nem abrigadas, não vivem estes tapuias ao longo do mar e têm suas povoações afastadas para o sertão ao abrigo da terra e vêm pescar e mariscar pela costa.» [16]) Entravam os vicentistas até o Jacuí, diz em 1627 o P. Roque González, e iam resgatar, com os índios, panos, chapéus,

14) L. E. Azarola Gil. *Los orígenes de Montevideo*. B. Aires, 1933.
15) *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1922, tomo I, 299.
16) Gabriel Soares de Sousa. *Roteiro do Brasil*. "Rev. I. H. G. B.", tomo XIV, 107.

etc., em troca de escravos que levavam em suas embarcações para São Vicente.

Confinavam dentro do actual território rio-grandense, tripartindo-o as províncias abraçadas pelo rio Uruguai, cujos designativos, desde os primeiros passos da penetração espanhola, ornaram os títulos dos adelantados e governadores do Prata: **Uruguai, Tape** e **Ibiaça.**

Serviam essas designações para assinalar regiões distintas, já perfeitamente delimitadas, quer por acidentes geográficos, quer pela existência de uma nação aborígene, a **Tape,** metida entre a primeira e a última como uma grande cunha territorial.

Encontraram os primeiros penetradores notícia dessas províncias etnográficas, não obstante o desconhecimento geográfico do território que elas abrangiam desde o Prata até a Laguna. A primeira, então, **Uruai,** que compreendia todas as mais, inicialmente, estendendo-se desde as margens orientais do Prata até confrontar com a de **Vera** (Guairá) e a linha oscilante de Tordesilhas, é denominação já registrada pelos primeiros desbravadores e navegantes do grande rio de Solis.

Este, que lhe dera o nome, que pouco perdura, Gaboto e outros viajantes, referem-se já ao rio que dará, mais tarde, denominação a todo o território. Diogo Garcia, em 1527, diz que «dali parti logo em bergantim, armado, pelo rio acima, porque achámos rasto de cristãos; andei pelo rio grande (que) se chama **Ouriay,** que é onde se juntam todos os rios que tem este grande rio desde o cabo de S. Maria até o cabo Branco.» [17] As duas outras designações se vulgarizam em meados do século XVI, recolhidas pelos **adelantados** Alvar Núñez Cabeza de Vaca (1541) e Juan Ortiz de Zárate (1572), que as aduz a seus títulos governamentais. Por muitos anos conservam não só os governadores de Buenos Aires e Paraguai, como mesmo os provinciais da Companhia de Jesus esse predicamento. [18]

Coube à Ilha de Santa Catarina e depois à Laguna, desde 1504,

17) Diego Garcia. "Rev. I. H. B.", tomo XV. Parte III, 11.

18) Ainda em 1638 o P. Diogo de Alfaro, da Companhia, se intitulava "Superior de las Reducciones de Paraná, Uruguai, Sierra del Tape y Biasa". Techauer, "Hist. R. G. S.". I, 359.

serem frequentadas pelas expedições que se sucediam, buscando o Sul do Litoral Atlântico. Vem daí a fixação de alguns topónimos como **Porto dos Patos, Rio dos Patos, Laguna de los Patos** (Laguna) (Cristóvão de Haro — 1514); **Rio de São Pedro** (Pero Lopes de Sousa) para o Rio Grande, cujo nome primitivo é **Igaí, Iguaí,** que ainda perdura em **I-guaí-be** (Guaíba); **Ibiaça** (Cabeça de Vaca). O primeiro e o último vão sendo trasladados, por erros cartográficos, para acidentes geográficos diversos dos da nomenclatura inicial. Subsiste em Santa Catarina o de **Laguna,** mas **Laguna de los Patos** (Lagoa dos Patos) se desloca para o Rio de São Pedro (Rio Grande); **Ibiaça,** que abrange a região de **Ibia** deixa seus vestígios em **Viamão,** de **Ibiamon, Biamon, Viamon,** isto é, junto à **Ibia** (Ibia-moon).

Em 1554, quando Cabeza de Vaca desembarcou em Santa Catarina para prosseguir sua viagem por terra até o Paraguai, apresentaram-se-lhe vários naturais da região e «por via deles soube que na distância de 14 léguas em um lugar denominado **Biaça** (Laguna) existiam dois frades franciscanos, um chamado frei Bernardo de Armenta e outro frei Alonso Lebrón, oriundos da Gran Canária. Haviam naufragado em 1538, no Porto dos Patos, e aí já acharam três castelhanos que falavam o guarani, segundo informa Jaboatão. Hans Staden, que, em 1549, fazendo parte da armada de Senábria, aportou a Santa Catarina, registra o forte de Imbiaçupe, lugar na extremidade sul da ilha. [19])

O designativo de **Tape,** como província ocupada por essa nação, já era conhecido também na segunda metade do primeiro século da conquista. Em Março de 1573 o adelantado Juan Ortiz de Zárate, que se destinava ao Prata, desembarcou em Santa Catarina. Grande era a falta de víveres que aí se sentia e tendo ele ciência de que, no porto de Mbiaza, ou dos Patos (Laguna), tinham os índios provisões, para ali se dirigiu com 80 soldados, saqueando a aldeia. Não obstante isto, os silvícolas trataram bem aos espanhóis, pedindo-lhes que fundassem ali uma cidade, ao que não anuiu o adelantado, porque estava resolvido a passar ao Rio da Prata. Em seguida, por mar, se transportou à ilha de São Ga-

19) Hans Staden. *Viagem ao Brasil*. Ed. 1930. pág. 50.

briel, Juan Díaz de Melgarejo que, de volta do Paraguai, tinha ido a São Vicente, voltou a Santa Catarina a fim de se encontrar com Zárate. Na Ilha só achou os destroços da expedição e, querendo levar socorro ao governador, acelerou a marcha por terra, indo sair em frente às ilhas de São Gabriel, no Prata, cruzando, dessa forma, as províncias de Ibiaça, Tape e Uruguai. [20]) Melgarejo teria levado ao adelantado notícia dessas três províncias etnográficas em que se dividiam os actuais territórios rio-grandense e oriental, porque, tomando posse do governo do Prata, incorporava ele os designativos das novas províncias aos títulos de seu governo, que assim transmitiria a seus sucessores. Constava ainda desse predicativo a província de Vera, fundada por Cabeza de Vaca ao firmar a paz com os índios do Paraná e que «latamente se estende até à costa, ilha de Santa Catarina e terras de **Mbiaza.**» [21])

A Jaime Resquín, segundo Lozano [22]), fora concedido o título de «Governador das Províncias de São Francisco e de Mbiaza, que por outro nome chamam o Porto dos Patos, de São Gabriel, Sancti Spiritus, e o de Guairá e tudo mais que povoasse.» Contesta-o, porém, Azarola Gil, provecto historiador uruguaio, que diz não ter Carlos V concedido a Jaime Resquín «um governo distinto», e sim autorização para erigir povoações, e entre elas uma em São Gabriel, propósito que não pôde realizar. [23]) Refere o P. Nicolau Mastrili Durán, em sua Ânua de 1628, que o governador D. Francisco de Céspedes projectara fundar na Província de Mbiaza uma cidade e abrir um porto de grande movimento a fim de impetrar do trono espanhol o título de «Marquês de Ibiaça, Tape e Uruguai.» [24])

D. Pedro Esteban Dávila, governador do Rio da Prata, em documento existente na Biblioteca Nacional, assim descreve esse

---

20) P. Pedro Lozano. *Historia de la Conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán*, III, 135.
21) P. Pedro J. Guevara. *Hist. de la Prov. del Paraguay*, 174.
22) Lozano. Op. cit., III, 131.
23) Azarola Gil. *Orígenes*, cit., 28.
24) J. M. Blanco. *Hist. documentada de los mártires del Caaró e de Ijuy*. 1929, pág. 618; e Luís Gonzaga Jaeger. *Os bem-aventurados Mártires*. cap. 21.

território: «Têm por confinantes as ditas Províncias (Uruguai, Tape e Ibiaça) por uma parte as do rio da Prata e Paraguai, e por outras o mar do Norte, Santos, São Vicente e São Paulo, estados do Brasil e alguns Povos que estão reduzidos e aos quais doutrinam os Padres da Companhia de Jesus; estão os mais próximos do mar do Norte dois ou três dias de caminho, e desde a cidade de São João de Vera das Sete Correntes, que está fundada à margem do rio da Prata, há quarenta até a primeira povoacão do Uruguai.» A terra destes Índios toda fica em menos altura — a moda(?) da terra é temperada e abunda em sementes e legumes, e o que for plantado de legumes e sementes de Castela e arvoredo que for plantado se dá bem o algodão de muitas partes. Há terra plana, montanhosa, lombas e cerros, muitos arroios que entram no principal do Uruguai e outros que desaguam no mar do Norte e do que se forma a quem chamam Viaza, que, pelo que dele se tem notícias podia ser porto capaz de embarcações grandes, e está na costa do mar do Norte e distante de São Vicente e Santos, últimas povoações do Brasil em direção ao Sul, em 28 graus, e desta cidade (Buenos Aires), rumo directo, indo por terra firme dos charruas, 190 léguas.» [25])

Dentro do actual território rio-grandense a Província do Uruguai, etnogràficamente considerada e assim designada pelos primeiros penetradores brancos, lindava com a do Tape pelas fraldes mais meridionais da Serra do Mar indo até as nascentes setentrionais do Jacuí. E daí pelas cabeceiras do Uruguai-pitã, hodierno rio Turvo, ia até o Uruguai, limitando-se por êle com a província do Guairá. A primeira vez que o P. Roque González entrou nesta província, pelo Ibicuí, andou por este rio 80 léguas para se aproximar do Tape, mas da redução de São Nicolau, a primeira que fundara, fez, por terra, o percurso em cinco léguas, «de sorte que», diz ele, «se vem a economizar mais de 50 léguas, porque desde Conceição, para chegar ao posto onde se fundou a primeira vez essa redução (da Candelária), se andava mais de 100 léguas; e ao posto em que agora está fundada há menos de 20.» [26])

---

25) Bibl. Nac. *Manuscritos*, I, 29, 3, 1.
26) P. Roque González. Carta de 15 de Novembro de 1627. B. N. I.

Compreendidas nessa província ficavam as regiões de que eram caciques supremos Tabaca e Nheçu. A primeira se estendia do Ibicuí ao Ijuí e a segunda deste rio até o Uruguai-pitã. Do Sul do Ibicuí até o Prata, limitando com a província do Tape, dominavam os guaicurus do Sul, como melhor se dirá adiante.

A província do Tape ficava entre as do Uruguai e Ibiaça. A Norte e Leste, dividindo-se com esta última, tinha por limites o curso do Jacuí, desde suas nascentes mais setentrionais até a lagoa dos Patos. A Sul e Oeste extremava-se da província do Uruguai pela Serra Geral, desde a secção ainda hoje denominada serra dos Tapes até às origens do Jacuí. Dominavam os tapes toda essa vasta região abrangida pela Serra Geral, cujos últimos contrafortes a Oeste iam morrer entre os rios Ibicuí e Itu, isto é, na coxilha do Boqueirão, ponto inicial da primeira penetração do P. Roque González, no Tape.

A província de Ibiaça deveria estender-se desde Laguna e as cabeceiras do Pelotas (rio Uruguai), baixando pelo afluente do Uruguai, o Uruguai-pitã, antigo Paricai, hoje Turvo, por este atingindo as cabeceiras mais setentrionais do Jacuí e todo seu percurso até a Lagoa dos Patos, canal do Rio Grande, e o litoral até o seu ponto inicial, na Laguna.

Esta divisão etnográfica em províncias raciais distintas, que o autor deste trabalho foi o primeiro a esboçar, para melhor compreensão da etnografia do Rio Grande do Sul, ressalta do copioso material documental, em maior parte inédito, constante de Cartas Ânuas dos Jesuítas espanhóis, existentes na Biblioteca Nacional (**Colecção de Angelis**) e de outros trabalhos citados no texto.

Como se verifica do mapa etnográfico que esboçámos, o território do actual Estado do Rio Grande do Sul estava em grande parte povoado por indígenas oriundos de três grandes grupos raciais perfeitamente distintos, que podem ser identificados pela diversidade de seus caracteres somáticos. Eram os caáguas talvez os últimos representantes da raça primitivíssima dos sambaquis do sul; os **guaianás**, os **tapes** e os **guaicurus do sul**, sendo que

---

29, 7, 19. apud Luís Gonzaga Jaeger. *Os bem-aventurados Roque González*, p. 204/5.

Grupo Racial	*Ramos*	*Nações*	*Tribos ou parcialidades*	*Província Etnográfica*
JÊ	Autóctone	Caágua	Caaguaras	
	Guaianás (Gualachos ou Coroados)	Ibirajara	Caamoguaras Caatiguaras Cariroiguaras Tebiquariguaras Piraiubiguaras Taiaçuapeguaras Ieiquiguaras Ibianguaras Guaibiguaras	Província de Ibiaça
	Guaranizados	Tape	Tapes Arachanes	Província do Tape
MBAYA	Guaicurus do sul	Chaná	Caroguaras Tabacanguaras Guenoas Chanás Mboanes Iarós Charruas Minuanos	Província do Uruguai.

os tapes, embora parecendo provir de origem diversa, apresentavam, pela língua e pelos costumes, traços indeléveis de remota guaranização.

Consoante larga pesquisa em material histórico etnográfico, que nos foi dado realizar, não estamos de acordo com os autores que afirmam a existência de guaranis puros dentro do território rio-grandense. Os próprios **caroguaras** e **tabacanguaras**, que os Jesuítas diferençavam dos tapes, chamando-os de guaranis, eram afins dos tapes, segundo nos parece. Para melhor compreensão deste trabalho procuramos sintetizar no quadro acima referido um ensaio de classificação dos primitivos habitantes do Rio Grande do Sul.

3. Grupo racial jê.

No primeiro século do descobrimento, segundo pesquisas a que procedemos, ocupavam a região compreendida pela província

de **Ibiaça** as nações Caágua e Ibirajara, oriundas do mesmo tronco racial, mas profundamente diferenciadas pela língua e cultura.

a) **Caágua.** Esta região que cortava a província de Ibiaça, lindando ao Sul e Oeste com a região de Ibia, ocupava toda a extensão da Serra Geral que se estende entre o litoral e o vale do Taquari, pois como se verifica de **Relación de lo sucedido,** [27] «estava da outra parte do Tibiquari para o mar, em umas serranias muito férteis e abundantes de comida, que é como que outra província distinta da da Serra, que chamam Caágua, onde há infinita gente».

Pode-se mesmo, com mais precisão, localizar o Caágua no actual município de São Francisco de Paula, cuja cidade, antiga estância de Pedro da Silva Chaves, por onde passava a estrada das bandeiras, fica na altitude de 922 metros, e entre 29° 20' 0" de lat. S. e 7° 31' 21" de Long. O. Rio de Janeiro. Esta região estaria compreendida entre as nascentes do Rolante, ao Sul, do Santa Cruz (Caí) ao Oeste, e Lajeado Grande e Tainhas, tributário do Rio das Antas, ao Norte. Este último seria o **Caágua-ri--apipe** (cabeceiras do Caágua), referido pela documentação jesuítica espanhola, perto do qual ficava o Caati (Erval). A Leste entesta nas cabeceiras do Maquiné. Estudando essa região informa o P. Balduíno Rambo, S. J.: «Resta pouco a dizer sobre os campos de São Francisco de Cima da Serra. Com seus 900-1.000 metros de altura são um resto maior e coerente do planalto primitivo. Entre suas coxilhas mais elevadas nascem as cabeceiras do rio dos Sinos, ao Sul e ao Sudoeste, do Caí no Nordeste, do Rio das Antas ao Nordeste e do Maquiné a Leste.» [28]

Os **caaguaras,** gente do mato, silvestre, que parecem ser os últimos representantes do povo autóctone da região, talvez os remanescentes dos primitivos homens dos sambaquis do sul, tinham caracteres singulares e eram de uma rusticidade primitivíssima. Os tupis os designavam por **Iraiti-inhacame,** que significa

---

27) *Biblioteca Nacional,* Mss. I, 29, 1, 55.
28) P. Balduino Rambo. *A estrutura da Serra.* "Anais do 2º Congresso de Hist. do R. G. do Sul", 1937, vol. I, 109.

cera na cabeça, pois sobre as largas coroas que usavam punham cera e, por isto, eram também conhecidos por **cerados.**

Inimigos dos portugueses que os escravizavam e dos ibirajaras que acometiam as suas aldeias para vendê-los aos paulistas, tornaram-se logo amigos dos Jesuítas espanhóis. Ganhou-os a bondade do P. Cristóvão de Mendoza. Tendo notícia dessa nação, por cujas terras passava o **caminho do rio** (Ibia), pelo qual deveriam fatalmente cruzar os bandeirantes que, mais tarde, invadiram as reduções do Tape, foi o Padre combinar com os iraitis os mais eficientes meios de defesa. Em 1635, antecedendo à primeira bandeira que entrou em terras do Rio Grande do Sul, e que tinha por chefe António Raposo Tavares, alguns paulistas e tupis que baixaram pelo caminho à cata de índios, haviam sido desbaratados e mortos pelos caaguaras. E, na volta do Caágua, depois de concertar com esses índios a defesa da região, o P. Cristóvão foi martirizado pelos ibianguaras, no Ibia, em 25 de Abril de 1635. [29])

De «boa condição» e pacíficos, tornaram-se amigos e aliados dos Padres e atenderam o convite do P. Cristóvão para irem-se aldear junto ao Tape, o que não levaram a efeito, no momento, por não haver, naquele ano, comida suficiente no local que se lhes destinava. Quando, no ano seguinte, entraram as grandes bandeiras paulistas, foram os caaguaras, em quase sua totalidade, reduzidos à escravidão e levados para as paliçadas que os portugueses ergueram junto ao Taquari, sendo conduzidos à volta da bandeira de Raposo Tavares, para os campos de Piratininga. Os que puderam fugir embrenharam-se pelos matos da Serra Geral, ficando, assim, destruídas as suas aldeias. Muitos anos depois, em pleno estado de selvajaria, muitos caaguaras eram encontrados nas matas quase impenetráveis do Alto Uruguai, onde se chocavam com os tapes que ali iam à procura de erva-mate, nos ervais de Nhucorá. [30])

De sua língua, diz Hervás que o Caaiaguá, falado pela na-

---

29) Aurélio Porto. *Martírio do ven. P. Cristóvão de Mendoza.* P. Alegre, Sep. "Anais III Cong. de Hist. sul-riograndense", 1940; Luís Gonzaga Jaeger. *O Herói do Ibia,* Porto Alegre, 1943, p. 44.

30) Aurélio Porto. *Terra Farroupilha.* I, 27. *Tanto autorizado.* B. N. Mss. I, 29, 3, 43.

ção do mesmo nome, estabelecida a Oriente do rio Uruguai até seu nascimento a Oeste, é idioma particular, de difícil pronunciação, como observa Techo, que dele diz: «Os Caaiaguás (ou Caágua-silvestre) usam língua própria, difícil de entender, pois quando pronunciam suas palavras não parecem falar, senão dar assobios ou formam acentos confusos na garganta. Os caaiaguás, colhidos ou presos, não costumam falar quando estão fora de sua nação por mais que os atormentem, porque poucos são os missionários que puderam escrever palavras caaiaguás.» [31])

b) **Ibirajara.** A primeira notícia que se tem sobre esta grande nação é a de que ocupava a vasta região compreendida ao Sul do rio Iguaçu, no actual Estado do Paraná. São encontrados também, transposto o Alto Uruguai, dentro do Rio Grande do Sul, na região compreendida entre o rio Uruguai-pitã, ou rio Turvo, até as suas cabeceiras e daí, entroncando nas cabeceiras do Jacuí, por este até se lançar no oceano. Pelo litoral até o Mampituba e ao Norte o rio Pelotas, Uruguai, até o ponto de partida. Dentro desta região rio-grandense exclui-se a Serra Geral, na altura do actual município de São Francisco de Paula, cujas serranias constituíam, como que «uma província distinta», ocupada pelos caáguas. Ao Norte e Oeste, onde começam os grandes pinheirais que vão entestar no rio Iguaçu, ou para o litoral até o rio Mampituba, lindavam os ibirajaras com os carijós, «pois a comarca destes carijós», informa o P. Jerónimo Rodrigues, em carta de 1605, «que estão por estes campos ao longo do mar, e que é deste porto de D. Rodrigo (Imbituba) até o Boipetibla (Mampituba), pode ser de 40 léguas, pouco mais ou menos.» [32])

De origem tapuia-jês meridionais e conhecidos também pelo nome genérico de guaianás, os ibirajaras, cuja designação se traduz por **senhores do pau,** devido aos grandes tacapes que usavam, eram também apelidados pelos portugueses de **bilreiros,** dos compridos batoques em forma de bilros que lhes pendiam do lábio in-

31) Hervás. *Catal. de lenguas.*
32) P. Fernão Guerreiro. *Relação anual das coisas,* etc. Lisboa. 1609-306. *Memórias para o extinto Estado do Maranhão.* Cândido Mendes de Almeida, Rio, 1874, II, 542.

ferior. Informa o ilustre etnólogo Dr. Rodolfo Garcia, que «os bilreiros eram o mesmo que os **caiapós,** conhecidos também pelo nome de Ubiraiaras (ibirajaras), localizados entre o rio Paraná e as cabeceiras orientais do Paraguai».

Descrevendo o martírio dos Irmãos Pêro Correia e João de Sousa, ocorrido na fronteira entre carijós e ibirajaras, depois do Natal do ano de 1554, em sua **Crónica da Companhia,** Baltasar Teles diz «que teve notícias nesse tempo o P. Manuel da Nóbrega de uma nação de gentios que está além dos carijós que, em sua língua, se chamam ibirajaras (aos quais os portugueses comumente chamam bilreiros), dos quais dizem ser algum tanto mais domésticos e disciplináveis que os índios da costa do Brasil, posto que divirjam alguma coisa na língua, o Irmão Pêro Correia com seu grande zelo tinha já alcançado o conhecimento de seus vocábulos e modo de falar, por via de um índio que muito tempo cativara entre eles.» [33])

É o venerável José de Anchieta, porém, quem nos dá precisas notícias sobre os ibirajaras e sua localização, informando que se havia mandado o Irmão Pêro Correia «a umas povoações de índios que **estão situadas perto do mar,** a pregar entre eles a palavra de Deus, e, máxime, se puder, manifestá-la em certos povos, a que apelidam ibirajaras, os quais cremos que se avantajam a todos estes não só no uso da razão, como na inteligência e brandura de costumes.» [34]) Depois de predicar entre os carijós, provàvelmente na Laguna, acompanhados por 10 ou 12 principais destes, indo até a fronteira de seus inimigos, ao entrar em uma região de pinheirais, em que começavam as terras dos ibirajaras, os Irmãos Pêro Correia e João de Sousa foram aí mortos a flechadas pelos carijós em fins de 1554. [35])

Trinta anos depois, o P. Manuel de Ortega teve, ao Sul do Guairá, transposto já o Iguaçu, novo contacto com os ibirajaras. Foi depois da peste que, em 1589, assolou os povos do Paraguai, que o missionário, sem acompanhamento algum, desceu de Vila

33) Baltazar Teles. *Crónica da Companhia de Jesus,* etc. Lisboa. 1647. 2º vol., 501.
34) P. José de Anchieta. *Cartas Jesuíticas.* Ed. Civ. Bras., 1933-48.
35) Idem, ibidem, 81, e Serafim Leite. *História...,* II, 240-242.

Rica e se dirigiu aos ibirajaras, julgando quebrantado seu ânimo selvagem pela irrupção do mal. O P. Ortega conhecia «já à maravilha o idioma que falavam», diverso da língua geral. Essa nação se compunha de umas 10.000 almas e se sustentavam da caça. Alguns deles haviam recebido o baptismo não se sabe quando, mas o certo é que ignoravam os mistérios da religião e tinham de cristãos sòmente o nome. Inimigos ferozes dos espanhóis, haviam rechaçado o jugo que estes lhes queriam impor, e eram terríveis em sua ferocidade. Combatiam com grandes paus (tacapes) de que lhes adveio o nome (senhores do pau), ibirajaras. Grande êxito teve a missão do P. Ortega. Conseguiu baptizar 2.800 índios atacados de peste. Os outros solicitavam insistentemente os instruísse na religião, mas o Padre protelou a satisfação desse desejo até que eles, pela sua bondade, modificassem seus bárbaros costumes, abandonando prácticas antigas. Passado algum tempo foram cristianizados mais de 300 índios que se submeteram ao domínio espanhol. Insistiram os outros com os Padres para que fossem ao seu país ensinar a doutrina católica e administrar os sacramentos, dizendo que haviam já construído templos e levantado cruzes. [36])

Em 1605, entrando até o Tramandaí, com êles tiveram relações os Padres João Lobato e Jerónimo Rodrigues, em sua missão à Laguna. E quando o P. Roque González entra no Tape pela primeira vez, não lhe faltam notícias dos ibirajaras que se estendiam além do Iguaí (Aí), actual Jacuí, até o litoral. Em sua citada carta de 1627 diz o beato Padre que, depois do Piratini e Ijuí, «seguem-se 50 léguas de montanhas que entestam com o Uruguai e há aí outros três mil índios», «e entre estes entram os Birajaras, que são lavradores e estão nas montanhas ditas.» [37])

António Serrano, em magnífico trabalho, dando aos ibirajaras o nome genérico de guaianás, e dividindo as suas tribos em **bates, chovas** e **pinarés,** dentro do Rio Grande do Sul, fornece-nos, através das informações de Azara, alguns traços dos caracteres

36) Aurélio Porto. *Bandeiras paulistas.* "Terra Farroupilha", I, 53.

37) B. N. Mss. Col. Ângelis, Calvo. *Recueils complets,* vol. II. Na cópia original (B. N.) o rio citado pelo P. Roque está grafado *Aí* e não *Aix,* como se encontra em todas as publicações da citada carta.

físicos dos ibirajaras. Seja, porém, dito de passagem que de toda a documentação, quer portuguesa, quer espanhola contemporânea da época a que nos referimos, nada encontramos que autorize a dar a esses índios tal denominação, excepto a última, encontrada em alguns mapas antigos, que se refere à localização, pois os **pinarés** «ocupavam as cabeceiras do Uruguai, onde existem bosques de araucária, de cujos frutos se alimentavam.» [38])

Tinham estes silvícolas uma estatura proporcionada que não excedia a dos espanhóis e era a pele de cor clara e olhos azuis.

Falavam os ibirajaras língua diferente do guarani. Observa Lozano que essa língua era «muito elegante, não faltando o **F, J** e **H,** de que carecem os guaranis, e admite muda com líquida, e dobrada, o que não se encontra em outro idoma.» [39]) Essa língua pode identificar-se com o caingangue, hoje ainda falado pelos bugres do Rio Grande do Sul, que descendem dos guaianás. Na toponímia rio-grandense, além de outros étimos que se poderiam filiar ao caingângue, encontram-se alguns tìpicamente dessa origem, como, no Alto Uruguai: Capoerê, Erechim, Erebango, Guaporé, etc. No nome dos caciques da região dos ibirajaras encontraremos várias palavras caingangue, como **Tópen** (Deus, santo); **Yakua-caporu, Yakua,** cabelo — **capuru,** preto); **Yopepoyeca** (braço que dá pancada) e outros muitos.

Caingangue era designativo dos coroados, palavra que também significa homem. Foram também conhecidos por **cabeludos,** porque deixavam crescer os cabelos em redor da coroa.

Andavam geralmente nus, mas as mulheres traziam uma espécie de saiote, feito de fibra de urtigas, ou manta do mesmo material, que lhes cobria o corpo dos peitos aos pés.

Eram os ibirajaras índios guerreiros e valentes, e acérrimos inimigos de seus vizinhos, os tapes. Caçavam-nos como se caçam os javalis. De suas incursões à margem direitá do Guaíba e do Jacuí, traziam sempre grande presa de tapes, que vendiam aos

---

38) Antônio Serrano. *Etnografía de la antigua provincia del Uruguay.* Paraná. 1936-40.

39) Padre Pedro Lozano. *Hist. de la Conquista del Paraguay.* Ed. Lamas, Buenos Aires. 1874, I, 423.

paulistas. Ao princípio, alguns ibirajaras, usando da maior cautela, conseguiam localizar uma aldeia ou grupo de silvícolas inimigos. Voltavam, dando aviso ao povo que, em chusma, armados de arcos e tacapes, cervavam a aldeia e surpreendiam a todos, levando-os prisioneiros.

O processo de caçadas foi adotado mais tarde pelos catecúmenos cristãos para levar algumas vezes aos Padres Jesuítas selvagens infiéis que eram catequizados nas aldeias.

Para reunir o povo, o cacique principal dava aos outros uma porção de suas flechas de guerra, que eram levadas a toda parte, concitando os guerreiros das tribos. Vinham os índios armados de arcos e tacapes compridos, enfeitados todos com seus cocares de plumas vistosas e, tendo os chefes à frente, em fileiras, caminhavam um atrás do outro. Ainda nos combates conservavam essa formação com que envolviam os inimigos, cercando-os ao som de seus instrumentos de guerra e de uma gritaria infernal. Apertado o cerco, sucedia, muitas vezes, tornarem-se os próprios companheiros alvos de suas flechas.

Os ibirajaras não eram antropófagos. Mas os seus feiticeiros sacrificavam as vítimas, que comiam como prática litúrgica. As informações dos Jesuítas espanhóis são acordes em apontar muitos casos de antropofagia desses feiticeiros, principalmente daqueles que eram chamados **apicairés.**

Eram estes geralmente temidos e obedecidos por todo o povo, tornando-se assim os seus verdadeiros caciques. Eram índios terríveis, de aspecto medonho, insensíveis à dor e a qualquer sofrimento físico. Tomavam nas mãos enormes brasas que comiam, como se saboreassem aqueles manjares incandescentes. Outras vezes se transformavam em tigres, cujos bramidos imitavam e como se tivessem verdadeiras garras espedaçavam, em poucos momentos, os índios que se lhes aproximavam. Alguns, para atrair a chusma, dançavam e cantavam, armados de itaiçá (martelo ou faca afiadíssima de pedra), e quando se acercavam da roda que se formava em torno, procuravam atingir o índio mais gordo, que abatiam com certeiro golpe e, ali mesmo, o estraçalhavam, comendo com voracidade incrível as carnes ainda quentes da vítima. Eram talvez esses apicairés os últimos remanescentes do homem selva-

gem das **pedras de crisóis** (tacitas), de que se encontram no Rio Grande do Sul vestígios singulares. [40])

Os feiticeiros foram sempre os mais encarniçados inimigos dos Jesuítas espanhóis, para o que grandemente influíra o imemorial contacto com os portugueses com quem tinham os ibirajaras constante intercâmbio de escravos e frutos da terra. Havia, mesmo, entre eles, prepostos dos paulistas que faziam larga preia de índios que, em levas, subiam para Piratininga.

Depois de terem martirizado, em Ibia, ao P. Cristóvão de Mendoza, resolveram dar cabo de todas as reduções espanholas. «Para conseguir esse seu diabólico intento», informa o P. Boroa, «fizeram uma trama infernal que foi remedar e contrafazer todas as acções dos Padres fazendo umas espécies de igrejas, onde se juntavam, e tinham púlpitos e baptistério, onde pregavam os seus sermões e baptizavam a seu modo, pondo nomes nos baptizandos, e o que pregavam tudo era contra os Padres, fazendo burla do que ensinavam e pregavam estes, atemorizando os que se reduziam e assistiam no povo, e publicando que todos os cristãos haviam de se acabar e os povos e reduções consumir-se. Porque, diziam, tinham já convocado os tigres que haviam de assolá-los, e estavam para sair de suas cavernas os **itaquiceias** e os **ibipitas,** que são uns pseudo-fantasmas que o vulgo e chusma imagina horrendos, e aos quais todos temem muito e dizem que vivem nas furnas e buracos que fazem e têm os cerros e montes altos em seu centro e trazem nas mãos uns montantes de pedra, muito compridos, como se fôssem grandes colunas, de cujas pontas pendem fios cortantes, que, mesmo de muito longe, matam a todos que atingem. E, para confirmar tal embuste, dão a entender aos índios que os ecos dos montes, que trazem as palavras e os gritos que se dão junto a eles, são as vozes destes fantasmas que repetem o que os outros dizem para sair atrás dos que gritam. Estes fantasmas, dizem os feiticeiros, obedecem a seu mandado e estavam ali escondidos, mas eles poderiam soltá-los quando lhes aprouvesse.» [41])

---

40) Aurélio Porto. *Pré-história do Rio Grande do Sul.* "Terra Farroupilha", I, 7-31.

41) *Relación de lo sucedido.* Bibl. Nac. Mss. I-29, 1, 55.

A dança e o canto exerciam grande atração sobre o ânimo dos ibirajaras. As festas com que solenizavam as suas vitórias, e em que as mulheres preparavam as bebidas, mas só os homens bebiam até se embriagarem, eram entretecidas com cantos e danças. Usavam, principalmente, os feiticeiros, uma espécie de entorpecente, feito de erva-mate em pó que aspiravam pelas narinas, caindo em transe.

Seus dançadores, **hieroquiaras** (senhores da dança), tornaram-se célebres na história das reduções. Eram geralmente rapazes, vestidos de formas bizarras, que atraíam a chusma e, dançando, improvisavam cantos de façanhas guerreiras, entremeados de conselhos a que não dessem ouvido aos Padres a quem invectivavam, mostrando o castigo que lhes estava reservado quando os tigres, os itaquiceias, os ibipitas, saissem das cavernas para destruir as aldeias e as comidas das roças. Foram os hieroquiaras os guardas avançados dos bandeirantes. De um deles ficou memória nos documentos jesuíticos. Referiu aos Padres o capitão Ariya, cacique de São Joaquim, «que queriam dar sobre estes três povoados, e que os autores são Jacuaraporú, Jaguarobí e Chembiabaté, muito famosos dos lusitanos, e que traziam consigo um rapaz, grande bailarino, com um colete de anta, que era quem os afervorizava, e de quem se dizia que este rapaz era filho dos Portugueses ainda que era índio, deve de ser algum mestiçoulo, filho de alguma índia de Jocuacaporú. [42])

Embora não se possa afirmar que praticassem alguma espécie de religião, os ibirajaras acreditavam na imortalidade da alma. Guardavam de tempos primitivíssimos certas práticas religiosas que haviam recebido de missionários católicos portugueses e espanhóis que, em meados do século XVI, entre eles haviam estado. Referem documentos que, em algumas aldeias, encontravam-se umas casas como igrejas com púlpitos e baptistérios, onde pregavam e desbaptizavam os catecúmenos dos Jesuítas.

Chamavam a alma **weikupri** (coisa branca) ou **acupli.** Deus, **Tópen** e o demónio **Det kori** (coisa ruim). De suas práticas funerárias diz Lozano que cada aldeia possuía um cemitério. Ali

42) *Carta do Padre Francisco Díaz Taño.* Bibl. Nac. Mss. I-29, 1. 53.

enterravam seus mortos directamente ou em uma sanga aberta de propósito, cobrindo a sepultura com um montículo de terra de forma piramidal. Na cúspide desse montículo colocavam uma vasilha e junto a ela acendiam um fogo lento de que os parentes do defunto cuidavam e alimentavam, dia a dia. O recipiente servia para que o morto bebesse e o fogo «para afugentar as moscas». Os **pinarés,** da região de Caamo (**caamoguaras**) tiravam os moribundos para fora da choça, a fim de que não morressem dentro dela.

Informa o P. Boroa que os ibianguaras, que deixaram por morto ao P. Cristóvão, voltaram no dia seguinte para abrir-lhe o ventre e queimar o corpo, como costumam, «porque têm estes bárbaros uma superstição, que diz que se o matador não rasgar o ventre do morto, assim como o cadáver vai inchando, se incha o matador também e morre.» [43])

A designação das tribos ou parcialidades da classificação que ensaiamos, decorre da localização dos diversos grupos em que estavam divididos os ibirajaras, segundo notícias de fontes jesuítico-espanholas.

Os **caamoguaras,** ou **pinarés** de outros autores, são os moradores de Caamo, região que se pode localizar nos campos de Vacaria, pelo que, como a outros selvagens que ocupavam regiões idênticas, dava-se também o nome de **campeiros.** Com suas seiscentas léguas quadradas de planalto, e altitude média de 1.080 metros, era o ponto inicial, transposto o Uruguai, da velha estrada de penetração para o centro do Rio Grande do Sul. E é por aí, pelo Caamo, que passaram as bandeiras paulistas que investiram contra as reduções do Tape. A própria significação do topónimo indica a localização, pois **caá,** quer em guarani, quer em caingangue, que seria a língua dos ibirajaras, tapuias de origem guaianá, se traduz por **mato** e **mo,** junto, ligado, isto é, **junto ao mato,** que cercava essa grande extensão de campos.

Na documentação jesuítica espanhola encontra-se também a

---

43) Aurélio Porto. *Martírio do venerável Padre Cristóvão de Mendoza.* Rio, 1940. Sep. do III Cong. de Hist. do R. G. do Sul. 12; e L. G. Jaeger, *Herói da Ibia,* Cap. 18, p. 48.

forma **Caamome**, quando se quer referir os que moram nas proximidades de Caamo. Quando os Padres fundaram Santa Teresa, que ficava nas imediações da hodierna cidade de Passo Fundo, em 1634, avançou a fronteira das reduções, que era pelo Jacuí, até o rio Taquari, Guaporé, a entroncar no rio Ligeiro, que deságua no Uruguai (limites da Lagoa Vermelha), e daí a observação do Padre Díaz Taño que, em carta de 6 de Setembro de 1635, dizia parecer que «temos toda fronteira contra nós: os ibianguaras que mataram o P. Cristóvão, e esses de Caatime (junto ao Caati) e de Caamome, e os de Taiaçupé, Piraiubi e Taquari, aos quais ajudam os de Guaíbe-renda, também muito dos portugueses.» [44])

Os caamoguaras foram grandes inimigos dos Jesuítas espanhóis que, com suas aldeias, haviam transposto as fronteiras de Ibiaça. Explica-se naturalmente essa hostilidade, conhecendo-se as ligações com os portugueses e paulistas que, desde tempos imemoriais, por ali passavam resgatando índios que, em grandes levas, faziam subir para Piratininga.

E foi principalmente em Caamo, quando os índios resolveram dar sobre as reduções, que se reuniram as grandes **juntas** de feiticeiros, depois da morte do P. Cristóvão, e só não levaram a efeito esse intento porque os índios cristãos sairam-lhes ao encontro e dispersaram a junta.

Caati (Erval), onde havia uma grande parcialidade, ficava junto a Caamo, entre este e Caágua, isto é, nas cabeceiras do rio de Caágua (**Caágua-ri-apipe**). Os caatiguaras aderiram logo às juntas de Caamo e deram sobre a aldeia de Apecê, cacique amigo dos Jesuítas, que, com sua chusma, se preparava para reduzir-se. Morto Apecê, no assalto dos caatiguaras, foram seus índios escravizados e vendidos aos paulistas.

Para não alongar estas notas sobre as diversas parcialidades em que se dividia a nação ibirajara, notaremos os moradores de Ibia, região compreendida entre a serra de nordeste e campos de Viamão (**Ibiamon** — junto, ligado, pegado a Ibia), que martirizaram ao P. Cristóvão de Mendoza, e os guaibeguaras que ocupavam

---

44) Carta cit. Mss. Bibl. Nac. I-29, 1, 53.

a região de Guaíbe-renda (porto de Guaíba, actual cidade de Porto Alegre.)

Eram os guaibeguaras acérrimos inimigos dos tapes, com os quais defrontavam pelas alturas de Itapuã e margem direita do grande estuário. E tais eram as razias de seus vizinhos que, quando o P. Roque entrou no Tape, este estava grandemente diminuído no número, que devia ter sido considerável. Diz Lozano que essa diminuição se «verificava pelo comércio que seus vizinhos (guaibeguaras) faziam de escravos com os portugueses e mamalucos que entravam em lanchas e botes pelo Iguaí (Guaíba) «adondellegaban los fronterizos tapes» [45])

A primeira notícia que se conhece desse comércio que se exercia intensamente pelo porto do Guaíba (Porto Alegre), nos transmite o relatório do P. Roque González, citado anteriormente: «Ente eles (rios), há um principal que chamam **Aí** (Iguaí) por onde me disseram os índios entravam portugueses em navios pequenos, deixando os grandes em alto mar, para comerciar com eles, trazendo-lhes muita roupa do mesmo pano que era feita a minha, que é de feltro, e muitos **chapéus,** que é como eles chamaram-me os sombreiros.»

As relações que esses índios mantinham com os paulistas ressaltam a todo instante dos informes dos Padres Jesuítas, temerosos do mal que lhes adviria por essa entrada, uma das duas por onde os inimigos poderiam assaltar o Tape. Informa o P. Taño que muitas parcialidades de Ibia estão rebeladas contra a cristianização dos índios. E acrescenta: «E os ajudam os de Guaíberenda, também muito dos portugueses, com que duvidámos muitas vezes, se isso é traça deles.» [46]) E o P. Pedro Mola informa que «há certos indícios de que os portugueses podem nos vir do «pueblo de gue-bi renda.» [47])

45) Padre Pedro Lozano. *Hist.* cit. I, 32.
46) B. N. Mss. 1-29, 1,53.
47) B. N. Mss. I-29, 7, 29.

MAPA DAS PROVÍNCIAS ETNOGRÁFICAS NO TERRITÓRIO DO RIO GRANDE DO SUL

Organizado por Aurélio Porto

4. Grupo Tape.

O Dr. José de Saldanha, que muito de perto estudou, em seu próprio **habitat,** os nossos silvícolas, traz um precioso informe sobre a latitude dessa grande nação, ainda vultosa na época da conquista. «Estes índios habitavam», diz, «o que nós chamamos presentemente Continente do Sul, ou desde a costa leste do Paraná (porque do outro lado já são os paraguaios) até a praia do mar oceano e desde o Rio da Prata até os pontos meridionais da Cordilheira Geral da Costa do Brasil. [48])

Quais as origens do grupo tape que vai aos poucos se circunscrevendo entre a bacia meridional do Jacuí e os contrafortes mais extremados do sul da Serra Geral? Não seria certamente possível precisá-lo sem estudo mais acurado, para o que ainda escasseiam elementos etnográficos. Entretanto, não erraremos se o filiarmos a troncos setentrionais, quiçá ao grande tronco dos maias que se derramaram, em épocas milenares, pelo Continente do Sul. Elementos linguísticos, aliás escassíssimos, que nos foi dado conseguir, induzem a essa aproximação. [49]) É possível que as avançadas dessa migração hajam, em sua marcha para o Ocidente, assentado suas tendas na região de Atacama, onde receberiam influxos das civilizações andinas.

Diz o Dr. José de Saldanha que os tapes «têm as ventas dos narizes grandes, e como inchadas, as faces altas e cheias, os cabelos sòmente no extremo da barba e no beiço superior: não são de estatura mui alta, e as mulheres quase do mesmo tamanho que eles, e maiores do que os minuanos.» [50])

Não resta dúvida que possuíam uma língua própria, com cujos étimos opulentaram o guarani do Sul, que se distancia do tupi do Norte, ambos oriundos da mesma matriz. Quando da invasão da onda guaranítica, que os dominou, muito antes dos tempos his-

48) Dr. José de Saldanha. *Diário Resumido.* "Anais da Biblioteca Nacional". Vol. LI. Rio, 1938.

49) Aurélio Porto. *Pré-história cit. Caró. Jornal do Comércio.* Rio, citado.

50) Saldanha. *Diário,* citado.

tóricos, receberam dos dominadores parte de seus usos, costumes e língua.

Eram os tapes exímios agricultores, tendo grandes roças de milho, mandioca e outros grãos. Quando os Jesuítas espanhóis penetraram em suas aldeias constataram que já não tinham quase terras para plantio, pelas grandes derribadas que haviam feito nos matos, para lavouras. É o P. Roque González, em sua primeira visita à terra, que nos noticia: «E assim livremente andei por ela (terra), posto que com bastante dor, porque em todo o Tape não há lugar para reduzir nem sequer duzentas famílias, porque, como antigamente a gente era muita, acabaram os matos, e assim lavram entre cerros e penhascos, e estão em pequenas povoações, das quais as maiores são de cem índios.» [51])

Dividiam-se os tapes em várias parcialidades que tomavam as designações de seus caciques ou dos lugares em que se encontravam. Diz Rui Díaz de Guzmán, na **Argentina,** que nas imediações da lagoa dos Patos, existia uma grande nação denominada **Arachanes,** que significa em guarani «povo que vê assomar o dia», ou «povo do Leste.» Mas, como deixamos registrado, pode-se também traduzir por «chanes da lagoa», levantando a hipótese que fossem estes, como os tapes, os remanescentes da grande nação **chane,** de cuja migração para Leste temos notícias em estudos de modernos etnógrafos. Estes chanes, de língua aruaque, foram escravizados pelos guaranis, e se encontravam profundamente mesclados com os cheriguanas, ainda nos contrafortes andinos. Os bandeirantes que, em 1636, iniciam as suas entradas no território rio-grandense, generalizaram a denominação, pois em grande número de inventários e testamentos de paulistas se encontra a designação de «sertão dos arachanes», «terra dos arachanes» etc., dada à região em que viviam os tapes e às reduções em que indiferentemente se tinham aldeado. [52])

Não só Rui Díaz como outros historiadores [53]), que se refe-

---

51) J. M. Blanco, *Hist. Docum. de los mártires del Caaró.* 635; Luís Gonzaga Jaeger, *Os Bem-aventurados Roque...* Cap. 24, p. 194.

52) Vide *Inventários e Testamentos, passim.* Col. public. do Arquivo de São Paulo.

53) Techo, Charlevoix, Lozano, Guevara, etc.

rem aos arachanes nada de particular nos dizem sobre estes índios. As **Cartas Ânuas** dos Jesuítas espanhóis nem sequer lhes mencionaram o nome. Entretanto, diz a **Argentina** que os arachanes se contariam por 20.000, no que há visível excesso. De tudo isto se depreende que tapes e arachanes seriam o mesmo povo, designados de acôrdo com a situação local.

Outra nação que alguns historiadores e mesmo os antigos bandeirantes colocavam nessa região do território rio-grandense, por visível erro de deslocação toponímica, é a dos **carijós,** também denominados **patos.** Como vimos, os carijós lindavam com os ibirajaras, ao norte, pelo Mampituba. O erro que deu margem a essa afirmativa provém da cartografia antiga que deslocou a designação de **Laguna de los Patos** (Laguna, Santa Catarina) para o **Iguaí** (Rio de São Pedro, Rio Grande). E como os carijós, ou patos, demoravam pelas imediações da **Laguna de los Patos,** quiseram os cronistas situar na hodierna **lagoa dos Patos** (Rio Grande) o **habitat** desses índios que só penetrariam em território rio-grandense quando das guerras que levavam a seus fronteiriços inimigos, os ibirajaras, ou quando, com os aliados paulistas, fazendo parte das bandeiras, salientavam-se como preadores de índios.

Em seu **Mapa etnográfico** [54]) Teschauer localiza os guaranis no território compreendido entre os rios Ibicuí e o da Várzea, em que se fundaram as primeiras reduções, território pertencente à antiga província etnográfica do Uruguai, extremado a Leste pelas províncias do Tape e de Ibiaça.

Quando ali entrou, o P. Roque encontrou duas parcialidades distintas que delimitam duas regiões, tendo por chefes principais Tabacã e Nheçu. Em Caró, recebeu-o afàvelmente o cacique Carobai. Outro índio, Taiubai era aí principal e, sendo castigado pelo P. Cristóvão de Mendoza, foi para Ibia e ali instigou os ibianguaras a martirizarem este santo Jesuíta. Todos esses nomes são de pura origem tape, conforme estudo detalhado já feito em torno do assunto. [55]) A própria toponímia da região está indicando a identidade de nomenclatura da bacia do Uruguai e a do Jacuí e

54) C. Teschaeur. *Hist. do R. G. do Sul.* I, 154-155.
55) Aurélio Porto. *Pré-história. Caró* cit.

Lagoas. Basta assinalar o Cebolati, ou Turvo, no Uruguai e Cebolati, na lagoa Mirim; Piratini, afluente do Uruguai e do São Gonçalo; Camaquã, no Uruguai e lagoa dos Patos; Taquari, no Ibicuí e Jacuí.

Ora, essas afinidades flagrantes, os mesmos costumes, a identidade da língua, fazem classificar os silvícolas que povoaram essa região como parentes próximos dos tapes, senão pròpriamente tapes, já largamente guaranizados. Seriam, naturalmente, hordas ali radicadas da grande nação invasora, pré-guaranítica, quando de sua passagem para o Ocidente. Mais tarde atinge-a também a onda avassaladora do guaraní que atravessa o Continente e vai até os contrafortes subandinos, e o Chaco paraguaio.

Entretanto, embora isto nos pareça, classificamo-los interrogativamente guaranis, pois os próprios Jesuítas, em sua vasta documentação, quando se referem a estes índios, os designam como guaranis, diferentes dos tapes, em cuja província entra o P. Roque pela serra do Boqueirão.

5. Grupo guaicuru do sul.

Na província do Uruguai, isto é, ao sul da Cordilheira Geral e rio Ibicuí, da actual serra dos Tapes, litoral, até o rio da Prata, dominava a grande nação **Guenoa,** aí já encontrada, no século XVI, pelos desbravadores do grande rio. Semi-sedentários antes da introdução do gado, estendiam-se pela costa, povoando desde a lagoa Mirim e vertente do rio Negro, os campos que se desdobravam até o rio Uruguai.

Dando-lhe procedência do ramo **guaicuru** (Mbaia), Rodolfo Schuller, notável etnógrafo, assim se refere ao **habitat** dessas tribos que, de acordo também com o trabalho de António Serrano [56], classificamos de nação **guenoa** e subnação **chaná**: «O grupo do sul da família guaicuru do nosso sistema de classificação habitava os campos situados entre o Rio Negro e a costa atlântica, que hoje forma parte da República Oriental do Uruguai; em toda a extensão norte-sul da mesopotâmia sul-americana, pois «até o rio Cor-

56) A. Serrano. *Primitivos habitantes del territorio argentino*, 78.

rientes alcançavam as toldarias dos valentes charruas,» diz Quesada; nas terras ribeirinhas ocidentais do Paraná, desde o arroio Carcarañá, limite norte natural do país dos Querandis, até a Frentónia do P. N. del Techo, que começava à altura da confluência dos rios Paraguai e Paraná. «Os guaicurus do Sul se estendiam, pois, desde os 27° até os 35° de latitude sul e desde os 62° até os 54° de longitude ocidental de Greenwich, e em direcção Sudeste.» 57)

Dividia-se este grupo, que tão larga influência exerceu na formação gaúcha, com a introdução do gado, em **guenoas, chanás, iarós, mboanes, charruas** e **minuanos.**

Não obstante as incursões que todos faziam ao território sul-rio-grandense e, mesmo, o ensaio de catequese e colonização de um grupo em Santa Maria dos Guenoas (São Borja), só nos importa directamente o último, amigo dos portugueses, desde a primeira hora, e que mais tarde se radica no Rio Grande do Sul, erguendo aí as suas toldarias.

No último quartel do século terceiro após o descobrimento, demoravam os minuanos pelas alturas da lagoa Mirim. Aproximam-se do Rio Grande por ocasião da entrada de João de Magalhães e são fornecedores de gado aos lagunistas. Antes, mesmo, seus caciques visitam Laguna e aí recebem, com nomes baptismais portugueses, varas de comando. D. Cacildo, D. Bartolomeu e outros são grandes amigos do Coronel Cristóvão Pereira e seus sócios nas vacarias iniciais da Colónia do Sacramento. Quando da expansão do povoamento do Continente, localizam-se novos grupos na serra do Caverá, dominando os campos da Jarau e do Quaraí. É aí que se processa a formação do **gaúcho do campo,** tipo semibárbaro do Pampa, cujos usos, costumes, indumentária e língua ficam como património da etnia rio-grandense e difundem-se também no Prata, criando esse factor étnico comum.

Viu-os muito de perto o Dr. José de Saldanha, que deles nos deixou os principais traços: «Os minuanos não têm as ventas do nariz e as maçãs do rosto tão entumescidas como geralmente todos os índios; estes são, pela maior parte, corpulentos e bem feitos,

57) R. Schuller. *Sobre el origen del charrua.* Chile. 1906. 237.

porém as mulheres quase todas de meia estatura. As mais feições são iguais às do Americano.» Referindo-se a seus trajos, e comidas, diz: «Os cabelos soltos e eriçados de que procede não crescerem muito, cobertos pelas costas até os calcanhares com os **caipis,** ou grandes mantas de couros descarnados e sovados com o pelo para o corpo e o carnal para a parte de fora, atado com uma tira do mesmo couro por cima dos ombros e por diante do pescoço (poncho primitivo); envolvidos desde a cintura até o joelho com volta e meia de pano de algodão (xiripá) são estas as suas gerais vestimentas. Aos caipis que eles fazem de pele de veado ou de vitelas sovadas descarnadas e cosidas umas às outras, ou enfim de couro de uma nova vaca pintam pela parte exterior que é a do carnal, com umas listras ao comprido e atravessadas, de encarnado e cinzento, aquela cor tiram da terra de ocra de ferro» encontrada nos regatos do rio Cacequi.

«Parcos são os alimentos, porém de sua demasiada preguiça procede a sua parcimónia; eles têm que ir ao campo carnear as reses, ou trazê-las para o pé das Toldarias: esta carne ou de veados, pouco assada (churrasco) e ainda os caracarás e outras semelhantes aves de rapina, ou alguns avestruzes, são a sua usual comida. A bebida do mate (chimarrão) não a deixam enquanto têm desta erva, como também de mascar o tabaco de fumo e conservar a masca entre o beiço superior e os dentes, ou tirando-a da boca e pondo-a atrás da orelha, onde a guardam até que a tornam a mastigar; poucos são os que pitam ou cachimbam e todos muito amigos de beber aguardente e importunos para que lha dêem com a qual ficam finalmente bêbedos.»

De suas armas e religião diz Saldanha: «As flechas que em uma aljava de couro trazem e a tiracolo pelas costas são por eles sòmente usadas na ocasião da peleja, pouco se servem para caçar e a razão deve ser porque como tudo que é de ferro lhes custa alcançar e trabalhar para fazerem os farpões das setas, as reservam como instrumentos de sua maior segurança: elas não têm mais de três palmos de comprido, e o arco também à proporção não é muito grande, a pé e a cavalo as sabem disparar. As suas lanças são umas varas compridas e direitas que acabam em uma das extremidades com um palmo ou dois de punhal, ou espada, e antes

de seu encaixe, na madeira, as guarnecem de uma flor de penas de avestruz: tem coisa de duas alturas deles, veloz e ligeiramente as movem a cavalo e a todo o galope. Estas, além de serem também de seus instrumentos bélicos se servem algumas vêzes para chuçar as reses ou touros no campo, ou ainda os tigres. As bolas e laços, instrumentos comuns e necessários aos campeiros, que estes campos vadeiam, neles tiveram a sua origem, com estas apanham no campo várias éguas, potros bravos, e também os cavalos mansos, que nestas alvorotadas manadas encontram, com trabalhos os chegam a amansar, tendo-os atados e débeis, pela falta de sustento, servindo-se deles depois em pelo, só com um pequeno couro no lugar onde montam. A faca flamenga, com uma bainha de couro cru, sempre a trazem entalada entre a tanga de algodão e a cintura pela parte das costas.»

«Costumam estes índios minuanos, em sinal de sentimento quando morrem alguns dos parentes mais chegados, ferir as costas com golpes ou pequenas picadas; algumas das mães chegam a maior excesso na sua mágoa pela falta dos filhos, cortando as falanges ou partes extremas dos dedos mínimos pelas juntas. Acção tão bárbara, se foi obrigatória, se tem desvanecido muito, de sorte que presentemente (1785) raros executam. São casados com várias mulheres, em o número de duas até cinco; as mais velhas vão desprezando, e só trazem consigo, nas avulsas jornadas, as mais moças: pelo ajuste e convenção entre o noivo e os pais da noiva se efectua o casamento, ou entrega da esposa ao marido, tendo procedido uma prática, ou larga conversa de sua mãe à minuana, sobre as obrigações daquele estado: elas têm de servir ao marido, ajuntar lenha para o fogo, em fazerem os assados para comerem, em lhe ensilharem os cavalos aos que têm os preparos para isso, que sòmente são os caciques e suas mulheres.»

«Vivem os minuanos em um estado pròpriamente livre entre os espanhóis e portugueses: àqueles se queixam destes, principalmente quando dão com pessoas de inferior qualidade que lhes gostam de ouvir esses errados sofismas. Contudo, ou pelas dádivas que com mais frequência encontram nos portugueses, ou por outra qualquer causa, pende mais a sua inclinação para esta nação. Quem poderá haver tão falto de razão que do Ente Supremo ne-

gue a existência? Se o mesmo Batu (um dos caciques), da gema dos minuanos, falto de discursos e combinações, responde apontando para o céu, — só quem ali existe senhor é das vidas e humanas mortes. E' certo que eles não são tão cruéis como os índios tapes, não consta que os minuanos jamais matassem algum português, ou espanhol, posto que os encontrassem sós, ou perdidos pela campanha, como costumam várias vezes fazer os guaranis.»

Quanto ao idioma que falam, diz o ilustre observador: «Agradável e veloz é a sua linguagem, muito diferente da dos tapes, e bem semelhante e talvez idêntica à dos índios da América setentrional, aos quais se assemelham bastante nas feições. Quem sabe se eles são os mesmos? Quem sabe se esta pequena porção de minuanos, que hoje habitam as terras austrais do Brasil, de lá trouxe a origem?»

Quando o Dr. Saldanha teve contacto com esses índios, «divididos em vários bandos ou tribos», formavam seus cacicados. Havia entre eles alguns que, pela descendência ou mútuo acordo, eram os caciques dos bandos que obedeciam a um cacique geral, ou rei. Eram esses caciques, em 1785, Maulein, Saltein, Batu e Tajuí, e rei D. Miguel Caraí, que foi o último dos minuanos e o primeiro **gaúcho do campo.**

Interessante retraçar a figura deste produto inicial do cruzamento que será o ponto de transição entre a barbaria minuana e a civilização nascente do branco, em terras do Rio Grande do Sul. Quando os primeiros portugueses palmilharam o litoral, para da Laguna alcançar a Colónia do Sacramento, recém-fundada no Prata (1680) em um dos afluentes do Cebolati, conhecido por **Zapata** ou **Ayala**, que fica a 36º 6' 37" de lat. S., encontraram estabelecido um paraguaio de origem espanhola desse nome e apelido, D. Miguel Ayala, mais conhecido por **Velho Zapata.** Era filho desse Velho Zapata e de uma minuana, D. Miguel Ayala, ou D. Miguel Caraí, último rei dos minuanos, referido também por Saldanha, Alvear, Azara e outros demarcadores.

Quando o depois Coronel Francisco Pinto Bandeira estabeleceu sua estância nas imediações do Capivari, antes de 1730, foi peão dela este mestiço de espanhol e de minuano. Rafael Pinto

Bandeira, filho de Francisco, que foi o primeiro general rio-grandense, teve de uma filha de D. Miguel Caraí, também uma filha a quem mais tarde legitimou e casou com o oficial miliciano Rodrigues Lima, tronco de um ramo dessa família, que teve representantes de importância no Rio Grande do Sul.

Mais tarde, D. Miguel Caraí, que fora criado pelos minuanos, foi recebido como rei deles, levando porém do contacto com os brancos noções de humanidade. E' sob a sua dominação que se processa, entre os minuanos, o acolhimento hospitaleiro que dispensavam aos brancos e pretos, quer espanhóis, quer portugueses, seus companheiros de guerrilhas com os outros índios, sócios nas arreadas de gado, que vendiam aos lagunistas e colonistas, e compartícipes no contrabando que campeava nas imprecisas fronteiras entre as colónias de Portugal e Castela.

O que se diz dos minuanos, com pequenas modificações, pode-se aplicar aos charruas, mboanes, iarós, guenoas, parcialidades ou pequenas tribos, de origem guaicuru do sul. Destes os charruas, principalmente, tiveram grande influência na formação do povo oriental, pois sempre demoraram no hodierno território do Uruguai, sendo seus últimos remanescentes puros trucidados por ordem dos caudilhos orientais. Os iarós, mboanes, extinguiram-se em guerras com os outros índios e os guenoas, de que falaremos, aliás designação genérica, fundaram ainda o Povo de Santa Maria dos Guenoas, de vida efémera, em São Borja. Os minuanos, trazidos à civilização, por cruzamento, contribuíram grandemente na formação do índio mestiço do Rio Grande do Sul. Devem-se-lhe os nossos usos e costumes campeiros, e grande parte da indumentária gaúcha.

6. O índio das reduções.

O material humano com que os Jesuítas criaram a civilização cristã das Missões, que teve seu relativo esplendor, não era fácil de plasmar. O índio tape, elemento principal em seus trabalhos de catequese, no território rio-grandense, ainda dois séculos depois de seu contacto inicial com os Jesuítas, ao ser aldeado em Gravataí (Aldeia dos Anjos), apresentava as mesmas características

de origem, entre as quais sobressaíam a preguiça tradicional, a imprevidência avoenga e os maus instintos de sua primitividade bárbara. Continuavam a ser as mesmas «crianças grandes» que os primeiros Jesuítas encontraram nas matarias selvagens, e das quais jamais puderam fazer um «homem» que soubesse dirigir as suas próprias acções.

Embora reduzidos em grandes povos, onde gozavam das vantagens de uma incipiente civilização, sob o regime severíssimo imposto pelos Jesuítas, os tapes jamais se adaptaram à vida de trabalho e de iniciativas próprias que caracteriza a actividade humana. Conhecendo-os perfeitamente, desde os primeiros tempos, estabeleceram os Padres um regime de comunidade, sob o qual se desenvolvia todo o trabalho dos homens, das mulheres e das próprias crianças. Poucos tinham as suas lavouras privativas, pois a incapacidade de trabalho não permitia que prosperassem. O mesmo se dava com a criação de animais domésticos para a alimentação e para transporte. Os alimentos que colhiam, em suas roças, quando conseguiam levá-las ao bom termo das colheitas, sob a inspecção dos Padres; os gados que criavam, ou os bois de arado, — tudo devoravam num só dia, sem que lhes sobrasse grão para sementeiras futuras, ou carne para os dias seguintes. Por sua natural preguiça, deixavam morrer à sede e à fome os animais que lhes eram confiados. Século e meio mais tarde, não se modificara ainda esse modo de ser.

Foi esse o motivo por que os Padres estabeleceram o regime comunal que abrangia a lavoura, a indústria e a pecuária. Só mesmo uma disciplina férrea, exercida material e espiritualmente, poderia fazer desses pobres índios elementos de utilidade humana. E sob a constante vigilância dos curas e o exemplo admirável de virtudes cristãs com que se impõe à versatilidade dos índios, podem eles, esses admiráveis fautores de uma civilização que nos causa admiração e espanto, conseguir o fruto de acurados esforços.

«O Padre é a alma de tudo: faz ao Povo o que a alma faz ao corpo», nos diz o Padre José Cardiel.[58] E, realmente, qualquer

58) Padre José Cardiel. *Relación verídica de las Misiones de la Comp. de JHS. en la Prov. que fué del Paraguay.* Faenza. 1772. Cod. mss. B. N. II-5, 1, 52.

descuido em seu zelo vigilante e atento, é o bastante para destruir, até seus alicerces, uma obra de tenacidade e esforço incalculáveis. «Deus N. S., por sua altíssima Providência, acrescenta, deu a estes pobres índios um respeito e uma obediência muito especiais para com os Padres; de outra maneira era impossível governá-los, bem como escolher os mais capazes para os vários ofícios e os encarregados de dirigi-los, por meio dos quais podem perfeitamente zelar pelo cumprimento das obrigações comuns.»

Apreciando o ciclo da civilização missioneira que, sob a direcção dos Jesuítas, se desenvolve por quatro gerações consecutivas de indígenas e que, durante 140 anos, floresce nas missões que fundaram, impõe-se-nos reconhecer a soma de dedicação e de sacrifícios em que ela importou para esses homens abnegados e heróicos. Só eles poderiam realizar essa obra gigantesca com os elementos materiais e humanos de que dispunham. E quando, expulsos e arrancados ao convívio dos índios, se inaugura o regime laico hispano-colonial, de um dia para outro tudo desmorona e se destrói. O homem, dominado pela preguiça, sem a fiscalização salutar do Padre, atira-se à embriaguez e retorna à vida semi-selvagem que lhe mata no espírito os germes da virtude cristã, e os templos vão-se envolvendo em escombros de ruínas.

Mas, não obstante essa incapacidade do silvícola rio-grandense de se dirigir por si próprio, ficaram, na história das Missões, documentos imperecíveis que atestam qualidades superiores de inteligência, dedicação e heroísmo.

Embora lhe faltasse o engenho criador tinha o índio, em alto grau, desenvolvidas, suas faculdades de imitação. De uma cerâmica tosca e pobre que revela o atraso de sua cultura, passa, mais tarde, o índio das Missões, sob a inspiração artística dos Jesuítas, a lavrar essas admiráveis peças, cuja cinzeladura marca o apogeu da civilização jesuítico-colonial que mais demoradamente apreciaremos.

Referindo-se a essa capacidade de imitação, diz Charlevoix que os índios aprendem, com o instinto, as artes a que se aplicam. «Basta, por exemplo, mostrar-lhes uma cruz, um candelabro, um turíbulo, e dar-lhes a matéria de que esses objectos se fazem, para que eles façam outro de tal modo semelhante que difícil seria dis-

tinguir a sua obra do modelo que lhe foi apresentado. Fazem e tocam muito bem os instrumentos; fazem órgãos, os mais complicados, e para isto foi bastante que vissem um; fazem, da mesma forma, esferas astronómicas; tapetes que imitam os turcos, e o que há de mais difícil nas manufacturas. Pulem e gravam sobre o bronze tudo quanto lhes mandam; possuem excelente ouvido para a música e têm, por esta arte, um gosto muito singular» [59])

E não só os tapes tinham essa faculdade de imitação. Os ibirajaras, segundo o depoimento do Padre Boroa, eram grandes imitadores. Quando os Padres entraram em suas terras, para catequizá-los, encontraram umas choupanas que imitavam perfeitamente os templos católicos. Nada lhes faltava, pois tinham altares, baptistérios e púlpitos. Era aí que pregavam aos índios contra os sacerdotes cristãos; era aí que desbaptizavam os catecúmenos, impondo-lhes nomes diferentes e contrafaziam os actos religiosos a que haviam assistido nas igrejas missioneiras. Quanto aos guaicurus do sul (charruas, minuanos, etc.), não era menos notável a tendência para a imitação. São os criadores da idade do couro, no Rio Grande do Sul. Introduzido o gado, tornam-se cavaleiros inimitáveis. Inventam o **laço,** as **bolas,** o **tirador,** a **guaiaca,** e bota de couro, feita de pernas de animal cavalar ou vacum, **garroteado** ou sovado. Suas casas têm paredes de couro e tecto do mesmo material. Nas **pelotas** feitas de um couro, atravessam os rios. Seus trabalhos, neste material, principalmente os entrançados, em que foram exímios, são dignos de apreço.

Há, entre os tapes, cujo fundo de ferocidade era tradicional, exemplos admiráveis de humanidade, de dedicação e mesmo de heroísmo. Alguns até revelaram tal piedade cristã que os Jesuítas, sempre severos e zelosos dos princípios morais que pregavam, não trepidaram em lhes dar «cheiro de santidade», proclamando-os insignes entre os que mais o foram no serviço de Deus.

Estão, em primeira plana, os heróis que se santificaram pelas suas acrisoladas virtudes cristãs e pela defesa heróica da terra. Um desses índios recebe mesmo a canonização do povo: São Sepé.

59) Charlevoix. *Historia.*

Outros dois que marcam o início e fim do ciclo jesuítico-colonial das Missões, passam à história com auréolas de santidade, a própria lenda lhes dá, como ao último, o título pomposo de «Imperador das Missões». E por uma notável coincidência, ambos, afastados quase um século e meio um do outro, trazem o mesmo nome: Nicolau Nenguiru.

CAPITULO II

REDUÇÕES DO URUGUAI.

1. *Conquista espiritual do Uruguai.* — 2. *São Nicolau de Piratini.* — 3. *Expansão da catequese jesuítica.* — 4. *Últimas reduções fundadas na províncias do Uruguai.*

1. Conquista espiritual do Uruguai.

No primeiro quartel do século XVII a fama dos Jesuítas, que haviam fundado as primeiras reduções do Paraguai, alastrara-se pelas extensas gentilidades que povoavam a bacia do Uruguai. Na redução de Nossa Senhora da Encarnação, de Itapua, em fins de 1619, estava o Padre Diogo de Boroa, varão apostólico que foi, mais tarde (1634-1641), reitor de Assunção e provincial do Paraguai, e alma da conquista espiritual do Uruguai e do Tape.

Foi ao P. Boroa que se dirigiram os índios do Uruguai, «porém especialmente um do mesmo rio, cacique principal», que solicitava «que os recebêssemos também a eles por filhos e os ajudássemos, e assim, em cumprimento disso, os haveria de ir a ver o Padre em suas terras.» [1] Era este «cacique principal» Nicolau Nenguiru, largamente referido, que abria assim as portas do Uruguai à catequese e à civilização jesuítica.

Entre os operários que mais se distinguiam por suas qualidades excepcionais, nessa vinha que o P. Boroa cultivava, contava-se o P. Roque González de Santa Cruz que, várias vezes, propusera já se dilatasse o âmbito dos trabalhos apostólicos do Paraguai, a

---

1) Ânua do P. Boroa, de 16-X-1619, Mss. B.N.I.-29. 7, 9. (10)

eles incorporando a vasta região oriental do Uruguai, por onde se abriria caminho para o mar Oceano.

Oportuníssima a ocasião para tentar o empreendimento projectado. Voltando de uma excursão recebeu o P. Roque a notícia auspiciosa. E aprestou-se «com grande fervor e espírito para a partida que foi ontem, 25 deste (Outubro de 1619), dia dos santos mártires Crisanto e Daria, dia alegre e felicíssimo para esta extensa província do Uruguai e para V. Rma. por cujo intermédio N. Senhor lhes fez tão insigne benefício e para o P. Roque, que é o primeiro a trabalhar nesta vinha e para mim, cujos olhos se turvam, quando escrevo isto, pela ternura que sente o coração.» [2])

Depois da missa solene que o P. Roque cantou e das despedidas que todos lhe levaram, beijando-lhe as mãos, saíram processionalmente do povo, acompanhando o desbravador cristão, até um riacho, de onde, só em companhia de um menino, seguiu rumo ao Uruguai desconhecido. [3])

Em 8 de Dezembro de 1619, depois de ter atraído muitos caciques e índios das circunvizinhanças, «que lhe vinham dar as boas vindas e dizer-lhe se alegravam com sua chegada», lançou o P. Roque os fundamentos da primeira redução do Uruguai, a que deu a invocação de Conceição, a três léguas da margem direita desse rio. Contava o Padre com 500 famílias de índios que, num perímetro de oito léguas, se poderiam juntar, ou sejam aproximadamente 2.500 almas.

Em Conceição, onde, antes de vadear o Uruguai e penetrar em território de sua banda oriental, permaneceu o P. Roque mais de seis anos, teve ao princípio, como companheiro o P. Alonso de Aragona, substituído, mais tarde, pelo P. Diogo de Alfaro, notável evangelizador das selvas rio-grandenses e um dos mártires, em 1639, do bandeirismo paulista. [4]) Cercado de perigos, tendo contra si feiticeiros e selvagens que não viam com bons olhos a intromissão dos Padres em suas terras, impondo-lhes normas novas

---

2) Ânua cit. I-29, 7, 9.

3) Padre Luís Gonzaga Jaeger, S. J. *Os bem-aventurados Mártires...* 2ª ed. 1952, p. 148.

4) Padre Luís Gonzaga Jaeger, S. J. *As Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul*, 1635-1641, p. 52.

de vida, coagindo-os em sua liberdade nativa, passou o P. Roque horas amargas que só sua heróica tenacidade pôde suportar.

Foi nos últimos dias de Abril ou em princípios de Maio de 1626 que, contando com a boa disposição dos tapes que demoravam sobre a margem esquerda do Uruguai, conseguiu o bem-aventurado Padre transpor o grande rio e lançar as bases de S. Nicolau, a primeira redução no Rio Grande do Sul, em 3 de Maio de 1626. Muito contribuiu para esse resultado Nicolau Nenguiru, «capitão não só daquele povo (Conceição) sinão general de todo o Uruguai e de toda a terra do Tape» [5], a cuja prestigiosa propaganda se deve a aproximação de caciques como Tabacã, Guaracica e outros que dominavam as tribos a oriente do Uruguai.

No ano seguinte atravessou o P. Roque o rio Uruguai, nas alturas da confluência do Ibicuí, onde não encontrou povoação nenhuma de índios quer numa quer noutra margem. E, por este rio, em uma canoa, penetrou 50 léguas e, só depois desse percurso, chegou à primeira aldeia do cacique Tabacã. Bem recebido, ganhou logo a afeição dos selvagens, a quem distribuiu as miçangas que trazia. E foi aí que ergueu, em terras do Rio Grande, a segunda cruz, que os próprios índios ajudaram a fazer e plantar, como símbolo da aldeia cristã que se erigia. Uma capela tosca, feita de pau a pique e coberta de palha, recebeu no seu altar a imagem de Maria Santíssima, sob a invocação de N. S. da Candelária.

Não pôde, porém, aí permanecer. Nomeado superior das novas reduções que se iam fundando, regressou o P. Roque a Conceição, prometendo não esquecer os do Ibicuí. Voltando novamente soube que os índios comarcãos do Ibicuí, tendo feito uma grande **junta**, haviam dado sobre Candelária e destruído a capela e queimado a cruz. Animoso, não obstante o perigo que corria, o beato Roque retorna à redução e, «assim que cheguei ao porto, onde havia começado a redução, mandei chamar os caciques vizinhos que logo vieram, entre eles Tabacã, em cuja aldeia se cometera o sacrilégio, e interroguei-o sobre o caso. Responderam-me que era verdade. Censurei-os com severidade; mas eles se desculparam, alegando que aquilo havia acontecido estando eles ausentes e longe

5) Ânua cit. B. N. I-29, 7, 36.

dali, pelo que, sendo grande a multidão de índios malfeitores, podiam cometer a salvo o delito.» [6])

Depois de agravar-lhes o caso, declarando que não mais voltaria ao local em que se havia praticado tal insulto, o P. Roque resolveu mandar chamar os caciques do Tape, para que o levassem às suas terras, pois havia fama de ali existir muita gente. O próprio nome da província estava-o indicando: «povoação grande».

Tape era a dilatada região confinada pelas serras do Mar e Geral, a entestar no alto Jacuí e, pelo curso deste, até se lançar no mar. (Cf. **Mapa Etnográfico.**) Ao princípio, para atingir o Tape pelo Tebiquari, afluente do Ibicuí [7]), levou o Padre cinco dias e, mais tarde, entrando pela porta natural da cordilheira, o Boqueirão (Serra de Santiago), a distância se reduziu de muito.

Atendendo à solicitação do P. Roque acorreram vários cacique do Tape, com muita gente, ao seu chamamento. Estavam indecisos quanto à entrada que o venerável apóstolo pretendia fazer em suas terras, mas soube ele persuadi-los. E, assim, conseguiu que lhe dessem remadores para prosseguir por via fluvial a sua jornada, enquanto os caciques, por terra, penetravam no Tape. De chegada ao porto, onde deveria arribar a canoa, encontrou o jesuíta um casebre já feito, pois os índios queriam evitar que os caciques de terra a dentro o hostilizassem, se ele fosse acolhido na aldeia.

«Acomodei-me com eles naquele dia», diz o P. Roque. «Mas, no seguinte, depois de muitas persuasões e (alegando) exemplos de outros caciques, alcancei que me deixassem entrar em suas terras. Consentiram-no ainda que com muito medo dos índios comarcãos e dos da terra, os quais vieram depois para ver-me, trazendo seus filhos e mulheres com muita afabilidade, e a todos os quais procurei ganhar e afeiçoar às coisas de nossa santa fé; mas, por mais empenho que fizesse, não pude lograr que me deixassem fi-

6) Carta do Padre Roque. Cf. tradução do Padre L. G. Jaeger. *Os Bem-aventurados Roque González...* cap. 24, p. 194. Com pequenas variantes encontra-se este relatório em Mss. B. N.; *Mártires.* J. M. Blanco; *Doc. Hist.* Argentina, XX, 373; Calvo Recs. Compls. Parece mais exacta, porém, a cópia existente na B. N.

7) Pensa o P. Jaeger seja este o hodierno Jaguari, principal tributário do Ibicuí. (Os três Mart. Riogr., 2ª ed. p. 194, nota 5.)

car em suas terras. Todavia, eu estava firme, entretendo-os com a promessa de ir-me embora depressa, mas que isso não havia de ser sem primeiro eu ter reconhecido todas as suas terras e procurado sítio para em algum tempo «reduzi-los». Isso mo concederam eles, e assim andei livremente por elas. embora com bastante dor, porque em todo o Tape não se encontra posto para nem sequer 200 famílias, que, como antigamente fosse muita a gente, acabaram com os matos e assim plantam entre cerros e penhascos e vivem em aldeolas, cujas maiores são de cem índios».

Estava o apóstolo empenhado em percorrer e observar a dilatada província do Tape quando, quase ao voltar, soube que os índios «da outra banda da cordilheira» [8]), haviam feito uma **junta** em que se conluiaram para dar sobre ele e roubá-lo. A essa notícia, sairam os índios amigos, que o haviam trazido e conseguiram aquietar os sublevados com a promessa de que fariam sair imediatamente o Padre de suas terras, impedindo assim o ataque projectado.

Mas tudo, trabalhos, riscos, privações, deu o P. Roque por bem empregados. Era o primeiro Jesuíta que conhecera o Tape e podia, agora, com os elementos de que dispunha, organizar um plano geral de catequese da região. Ao mesmo tempo desencantara-se do Ibicuí, sobre cuja região corriam fantasiosas notícias. Toda a terra do Uruguai, observa, não é mais do que uma província extensíssima, que mede 300 léguas de comprimento por 100 de largura. «Porque, acrescenta, desde o porto de Buenos Aires até a nossa primeira redução de Reis (Japeju) há 100 léguas; desta até a cordilheira que fica a 10 léguas mais acima da redução de São Nicolau (Serra geral), que é a última, há 50 léguas, e é a melhor de toda a província; logo seguem outras 50 de bosque cerrado até sair às planuras em direção ao Guairá (o antigo Contestado das Missões) e daqui aos confins do Brasil há outras 100 léguas, dando todas o número de 300».

---

8) Padre Jaeger. *Os 3 Mártires*, etc. de quem seguimos a tradução, diz em nota 6, pág. 194 que essa cordilheira deve ser a Serra de S. Xavier, ou, talvez, com maior probabilidade a Serra de S. Martinho, que se estende entre S. Maria e Jaguari.

Refere-se o P. Roque, com detalhe, ao sistema hidrográfico da bacia do Jacuí que se estende pelo Tape. Formam-no o Tebiquari, o Caiii e o Jaí, com águas vertentes ao mar. O Jaí (**Aí** = Igaí = Jacuí), é o principal e por ele, segundo lhe disseram os índios, entravam os portugueses em navios pequenos, ficando os grandes em alto mar, a resgatar com os índios. Traziam os portugueses roupas de panò, como a que usava, que era feltro, e muitos «chapéus», nome que, em português, davam aos sombreiros.

Não é exacto que houvesse a quantidade de índios que se dizia. No Ibicuí, principalmente, não se encontram esses milhares que as falsas informações dos governadores consignam. Existem, já reduzidos, 1.000 selvagens em Conceição, São Nicolau e São Xavier e mais 1.000 a reduzir nos rios Piratini e Ijuí acima até a cordilheira do Tape (Serra geral). Seguem-se 50 léguas de mataria onde há mais 3.000 índios que trafegam no Uruguai. Os ibirajaras, que são de língua diferente da do guarani, estão nessas serras e são lavradores. Seguem-se logo os índios que dizem dò campo, abamiris (homens pequenos), cujas terras ele não viu, nem a eles, mas é certo que são muitos, o maior número da província, isto é, pouco mais ou menos, uns 10.000 que, com os outros, perfazem uns 20.000 índios lavradores.

Traçava, assim, o P. Roque, as linhas gerais da etnografia dessa vasta região. E releva notar a exactidão de que se revestem as suas informações. Mais tarde os nossos historiadores, induzidos por erro, multiplicaram esses aborígines, dando nomes bizarros de tribos e nações inexistentes. E, três séculos depois, procurando classificar os primitivos habitantes da antiga província do Uruguai, chegámos às mesmas conclusões do venerável sacerdote, encontrando sòmente os três grupos raciais a que ele se refere: **tapes, ibirajaras** e **abamiris** (guaicurus do sul).

Esse relatório do P. Roque González de Santa Cruz foi escrito na redução de Reis (Japeju, na Argentina) [9]), e tem a data de 15 de Novembro de 1627.

---

9) Nasceu aí o General San Martín, em 23 de Fevereiro de 1778.

2. São Nicolau do Piratini.

Foi São Nicolau do Piratini a primeira redução fundada pelo P. Roque, que prosperou, ao passo que a de Candelária (1ª), no Ibicuí, destruídas a capela e a cruz pelos tapes, teve vida efêmera. A São Nicolau já se refere aquele insigne missionário na carta referida, datando a sua erecção de 3 de Maio de 1626, data em que se celebra a Invenção da Santa Cruz. Estava assente entre o rio Ijuí e o Piratini. E Rego Monteiro, cujo magnífico trabalho será aqui citado a todo momento, pois está profunda e saudosamente ligado a pesquisas comuns [10]), localiza-a, como provável, a 28°26' de lat. S. e a 12°24' Long. O. Rio de Janeiro e, tomando por base a informação do seu beato fundador que diz ficar ela a 40 léguas de Japeju, deduz, feita a conversão dessa antiga medida linear castelhana, que distaria 91 milhas, pelo rio Uruguai.

No ano seguinte ao da sua fundação foi São Nicolau oficializada pelo governador D. Francisco de Céspedes, que a aprovou por acto governamental de 27 de Março de 1627. E ao mesmo tempo mandava-lhe socorrer com 466 pesos m/c., subvenção que se dava a cada uma das reduções da província. [11])

E' daí que se irradia e desenvolve por toda parte o trabalho inicial de catequese. Entregou-a o seu fundador ao P. Afonso de Aragona que logo se fez querer e respeitar pelos índios. Entre estes sobressai o capitão António Guaracica, cacique principal, que irá acompanhar de perto todos os sucessos, e nas horas boas e más estar sempre pronto ao serviço de Deus e da civilização de seus irmãos.

São Nicolau, que foi fundada com 280 famílias, prosperou grandemente, de sorte que, dentro em breve, contava mais de 500 famílias, ou sejam mais de 2.500 almas. E como o trabalho era intenso e o P. Roque, superior das reduções do Uruguai, era solicitado por outros serviços, foi-lhe dado como companheiro o P. Miguel de Ampuero, a quem ficou afecta a redução. [12])

---

10) Jônatas da Costa Rego Monteiro. *As primeiras reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul.* "Rev. Inst. Hist. R. G. Sul". 1°. XIX. 15.

11) B. N. Mss. Ânua I-19, 3, 3.

12) O P. Miguel de Ampuero, designado pelo governador D. Francis-

Grandes tribulações para os Padres e índios presidiram o início da redução. Uma fome terrível sobreveio em seguida, consequente da nova organização que se dava aos selvagens e do preparo das sementeiras, pois, imprevidentes e ociosos, não guardavam víveres para subsistência comum, estando acostumados a provê-la individualmente com a caça, frutos, etc. Grande número de índios, ainda não catequizados, moviam perseguições aos amigos dos Padres, procurando assim prejudicar os trabalhos de organização do Povo.

Em sua Ânua de 12 de Novembro de 1628, o provincial P. Nicolau Mastrilli Durán [13]) dá detalhadas notícias sobre essa fundação: «O P. Afonso de Aragona, pela confiança que conquistou entre os índios, fez algumas entradas por terra, descobrindo gente bastante e bom sítio para fundar outra redução, que não principiou então, embora lho pedissem os índios, por motivo de não haver nenhum Padre para nela pôr. Quando cheguei a fim de visitar essa redução, foi tal a alegria de todos os índios que, forçando-me a noite a passá-la um pouco longe do povoado, gastaram-na totalmente em festas e regozijos que atroavam os campos com o estrondo de seus instrumentos. Pela manhã saíram todos a receber-me, e tão atropeladamente se atiraram a beijar-me a mão, que me vi no perigo de ser sufocado no tumulto, se dois Padres que iam a meu lado não os moderassem. As mulheres estiveram sempre escondidas em suas casas; sòmente três das dos caciques, por grande favor, saíram para me ver. Porque com tanto cuidado as ocultam os índios, e elas mesmas são tão ariscas, que sempre se acham recolhidas sem permitir que alguém as veja, até que, pelo trato dos Padres, vão perdendo aquele acanhamento; e, nesta redução, escreve-me o P. Aragona, já lhe consentem a entrada

co de Céspedes em 4 de Julho de 1626 para companheiro do P. Roque, era "persona de muchas letras, religión y pulpito, que ha asistido en este puerto", diz o governador. (B. N. I-29, 1, 27). Natural da Espanha esteve em B. Aires e nas reduções do Paraguai e Uruguai. Em 1636 era reitor do Colégio de Assunção.

13) Ânua autógrafa B. N. I-29, 7, 19. Traz no índice: "Este cuaderno es el original de las ánuas que tradujo y publicó el P. Jacobo Rançonier en 1636 en 8º le falta solamente el primer cuadernillo".

em suas casas e a visita aos enfermos e enfermas, que ao começo era um caro custo pela dificuldade com que o concedem.» [14])

E termina o Padre Provincial Nicolau Mastrilli, que inúmeros são os trabalhos por que passa ali o P. Aragona, bastando referir que só tem para alimentação uma espécie de feijões e um pouco de charque velho, que lhe mandam de outras reduções e, quando nada tem, passa as noites em oração contínua, depois de trabalhar o dia inteiro.

Indo para o Paraguai o P. Aragona, foram nomeados para dirigir a redução, que já atingira grande desenvolvimento, os Padres Adriano Crespo, Vicente Badia e Silvério Pastor. Os dois primeiros são depois retirados para outras reduções e permanece ali o último a que se vem reunir o P. João Baptista Mexia. Em 1634, por ocasião da construção do templo de São Nicolau, ali permanece o irmão Bartolomeu Cardenosa, notável arquitecto jesuíta, de que falaremos oportunamente.

Com a invasão dos paulistas, em 1638, a redução, que já contava mais de 4.000 almas, muda-se para a margem ocidental do Uruguai, junto ao arroio Agarapucaí, e daí para o povo de Apóstoles, de onde, em 1687, se traslada novamente, vindo fundar a 2ª redução de São Nicolau, no território dos Sete Povos, um pouco distante da primitiva, mas ainda ao norte do rio Piratini.

3. Expansão da catequese jesuítica.

Fundada a primeira redução de São Nicolau, já confiada ao P. Aragona, recebeu o P. Roque notícia de que ao norte do rio Piratini, em um posto magnífico para estabelecer uma nova missão, havia grande quantidade de índios que estariam dispostos a receber as sementes do Evangelho.

Por este tempo havia sido designado para auxiliar o P. Roque, em seus trabalhos apostólicos, o P. Pedro Romero, uma das maiores expressões da catequese sul-americana e cujo nome está fortemente vinculado à história das reduções do Uruguai e do Tape.

---

14) Veja a tradução completa apud L. G. Jaeger, *Os Bem-aventurados Mártires*, cap. 20, p. 169-170.

Em companhia deste missionário penetrou o fundador naquela terra, sendo recebidos por selvagens em armas, que procuraram hostilizá-los. Mas tais foram as razões do P. Roque, que o cacique principal, Aguaraguavi, se mostrou disposto a auxiliá-lo, convertendo-se à fé cristã. Era o lugar conhecido por Caaçapá-mini, e aí, depois de aplainadas todas as dificuldades, fundou o P. Roque a redução de Nossa Senhora da Candelária, a 2 de Fevereiro de 1627, data em que a Igreja celebrava a festa da Purificação da Mãe de Deus.

Solicitado por outros trabalhos, deixou o P. Roque em Candelária ao P. Romero, que aí ainda se encontrava quando foi martirizado o seu companheiro, em Caró, 15 de Novembro de 1628. Sabedores da notícia os candelaristas se congregaram para vingar a morte do P. Roque, no que foram obstados pelas solicitações do P. Romero, que só permitiu fossem eles recolher o corpo do mártir, partindo daí 200 índios armados, sob o comando do capitão Mbacaba. Pelo mesmo tempo, os índios de Caró, com Carupé à frente, procuraram dar sobre Candelária para matar ao P. Romero, que, montando a cavalo, com dois neófitos, os espantou. Acudiram os índios que estavam nas chácaras e depois de um combate puseram em fuga os 300 índios de Caró. [15])

Candelária, que estaria localizada, provàvelmente, a 28°32' de lat. S e 11°52' de Long. O do Rio de Janeiro [16]), ficou a cargo do P. Pedro Romero, que iniciou logo os seus trabalhos de evangelização. Informa o P. Roque que em Fevereiro de 1627 foram feitos os primeiros baptismos de crianças e adultos, dos quais 176 pelo P. Roque. Outros mais tarde, cabendo ao P. Romero baptizar 498 catecúmenos, e os Padres Afonso Rodríguez e João del Castillo 10 cada um. Foram reduzidos ali 3.000 índios e dentro de pouco tempo já se contavam os seus moradores por 7.000 almas. Por acto de 28 de Março de 1628 era, pelo governador D. Francisco de Céspedes, aprovada essa fundação, que vencia por ano 466 pesos.

Substituiu ao P. Romero, logo destinado a outros trabalhos, o

---

15) Luís Gonzaga Jaeger, *Os Bem-aventurados Mártires*, cap. 35, p. 266.

16) Rego Monteiro. *Op. cit.*

P. Manuel Bertot. Em 1630 uma peste assolou a redução. Por esta ocasião foram baptizados 400 adultos **in periculo mortis** e enterrados por este Padre 1.000 índios entre crianças e adultos, vitimados pela peste. [17]) A este sucederam os Padres Francisco de Molina e João de Salas, que muito trabalharam naquela vinha.

Em Setembro de 1633 um grande incêndio, que teve origem em uma casa do Povo, quase devorou a redução inteira. Na ocasião um Padre dizia missa e, quando ouviu o alarma que o fogo produziu no Povo, não quis interromper o ofício começado, achando mais eficaz pedir a intercessão da Virgem em socorro de sua redução. E o fogo que tentava envolver a Igreja foi dominado dentro em pouco. Quatorze casas de índios foram reduzidas a cinzas, sendo elas as maiores e melhores da povoação. [18])

Em 1636, ao receber a notícia da invasão bandeirante no Tape, o povo de Candelária, para mais de 1.000 almas, tendo à frente o P. José Domenech, foi o primeiro a abandonar as suas terras, passando para Itapua, à margem do Paraná. [19])

Prosseguindo o seu intento de ampliar a acção da catequese entre os silvícolas rio-grandenses, o P. Roque, em companhia do P. João del Castillo, se embrenha pelas selvas ao norte do Ijuí-grande, na fralda da Serra e aí lança, em 15 de Agosto de 1628, os fundamentos de Assunção, cuja localização provável seria aos 27°58', de lat. S. e 12°00' long. O. do Rio de Janeiro. [20])

Era a região perigosíssima para a actividade dos Padres, pois era ali a estância de Nheçu, célebre cacique e feiticeiro que foi o chefe da conjuração em que pereceram depois como mártires o P. Roque e seus dois companheiros.

O erudito historiador dos «**Os Bem-aventurados Roque González...** [21]), diz que foi com os fundadores de Assunção o índio Filipe

17) L. G. Jaeger, em "Terra Farroupilha", I, 40, p. 327/28.

18) Ânua da Candelária. Padre Pedro Romero, S. J. — B. N. Mss. I-29, 7, 25.

19) A propósito dessa precipitada fuga, diz o P. Diogo de Boroa "que las reducciones de Candelaria e de los Mártires uiendo su peligro (si bien que no era tan proximo como de otras reducciones) se mudaron en este tiempo a el rio Paraná", etc. B. N. Mss. I-29, 1, 66.

20) L. G. Jaeger, *"Os Bem-aventurados*, cap. 40, *in fine*.

21) P. L. G. Jaeger. *Op. cit.*, cap. 27, p. 220. Com ressalvas nossas quanto à grafia de *Caró*, pelas razões expostas na seguinte nota.

Yeguacabai, carpinteiro de S. Nicolau, e o jovem Francisco Nheçu, que seria o cozinheiro do P. Castillo. Cita a Ânua do P. Ferrufino, cujos tópicos transcrevemos: «Escolheu o P. Roque ou melhor a mão divina, para a nova redução (Pirapó) ao P. João del Castillo, e assim os dois partiram a tomar posse em nome de Jesus Cristo, pondo o título de seu glorioso estandarte nas terras de Nheçu. No dia da Assunção de Nossa Senhora, 15 de Agosto de 1628, que deu nome àquele povoado, viram aqueles campos os raios do Evangelho, levantando o sagrado troféu das glórias de Cristo e consagrando-os com o santo sacrifício da missa.» Levaram os Padres muitas cunhas e, distribuídas pelos índios, logo estes trataram de fazer as suas chácaras e as sementeiras, de sorte que em breve a redução se apresentava florescente. Por algum tempo ficou ainda ali o P. Roque, não só cuidando de aplainar dificuldades que surgiam, como dando ao próprio P. Castillo os melhores exemplos da sua abnegação e virtudes.

Com a morte do P. João del Castillo, em 17 de Novembro de 1628, essa redução foi abandonada, pois as Ânuas posteriores não mais se referem a ela.

A ideia da fundação de Caró [22]), que dominava a vasta re-

22) Em sua *Conquista Espiritual* (ed. Bilbau, 1892, 227), diz o P. António Ruiz de Montoya, que "cerca de la reducción de la Candelaria (que atras dejamos) habia un cacique llamado Cuarobay, ganado con dádivas de poco valor, la votuntad de aqueste facilitó la entrada del padre á su tierra, llamada *Caró*, que quiere decir *Casa de avispas*, que aun el nombre del lugar concurrió al dichoso hado de los Padres; *casa de avispas* fué, pues con sus aguijones apresuraron el paso á la corona". Os que pretendem se grafe o étimo pela forma *Caaró*, queriam ver, nessa região, grandes bosques de erva-mate nativa, amarga, (caa = erva-mate e rob = amarga). Em estudo exaustivo sobre o assunto (*Jornal do Comércio*, Rio, Julho de 1934) coube-nos provar que nessa região jamais houve erva-mate nativa e, portanto, os índios sempre precisos em sua nomenclatura não lhe teriam dado uma designação de coisa inexistente. *Caró* (cab = vespa e *ró*, casa) provàvelmente significando grandes lechiguanas ali encontradas pelos índios, é a grafia certa e assim se deve escrever, não só em atenção à verdade histórica, como pela justa significação do termo. Persistir em erro conscientemente prejudica essa verdade que deve ser o escopo da história e a sua própria razão de ser.

OBSERVAÇÃO de L.G.J.: E' este o respeitável parecer de Aurélio Porto. Entretanto, desde o início aparecem nos documentos históricos quatro grafias: Caró, Caaró, Caro e Caaro. A opinião de Montoya é de incontestável peso. Mas, apoiado em razões indiscutíveis, ficou oficializado no pro-

gião que se estende entre os rios Piratini e Ijuí, já ocorrera ao P. Roque mesmo antes de lançar os alicerces da redução de Assunção. Estabelecida a redução de Candelária, que distava umas seis léguas daquela região, isto é, do «campo rodeado de matos e pequenas aldeias», a que particularmente se dava essa designação, havia o bem-aventurado desbravador das terras missioneiras recebido contínuas visitas de **caroguaras** que solicitavam levassem os Jesuítas até aquele posto a cruz civilizadora de Cristo.

Convidou-os o P. Roque a irem estabelecer-se em Candelária, ao que não anuíram os caciques, pois não queriam abandonar as suas terras onde, insistiram, desejavam ter um povo cristão. «Vendo, pois, o santo P. Roque», informa o P. Romero, «tão boa disposição na gente de Caró, nos levou consigo, a mim e ao santo P. Afonso Rodríguez para que víssemos o sítio e a disposição da gente e a todos nos pareceu que era quanto se podia desejar. E para a gente que ali se reuniu a fim de ouvir a nossa palavra, marcou o santo Padre um lugar onde deviam fazer uma choupana com dois lanços: um que servisse de capela e outro para sua própria vivenda.» [23])

Foi a 1 de Novembro de 1628 que o P. Roque González de Santa Cruz, em companhia do P. Afonso Rodríguez, demandou a região de Caró, onde ia fundar a redução. Caminhava para o marco terminal das suas grandes actividades apostolares que deveriam ser coroadas pelo martírio.

Rego Monteiro localizou Caró a 28°26' de Lat. S. e 11°32' de Long. O. do Rio de Janeiro, com cujos elementos o Padre Jaeger pôde determinar essa redução na posição exacta de 28°26'01"1 de Lat. S. e 54°41'56"3 de long. O. de Greenwich que coincide perfeitamente com as indicações daquele saudoso companheiro de pesquisas, e insigne historiador da **Colónia do Sacramento.**

---

cesso de Beatificação dos três Mártires Roque, Afonso e João, em 1932 e 1933 a grafia Caaró. (Veja L. G. Jaeger, Os Bem-aventurados Mártires, Cap. 30, nota 1 p. 236 e cap. 39, parág. 3. p. 304 05.). Respeitando porém a memória do benemérito Autor, conservamos nesta obra a escrita de Caró.

23) J. M. Blanco. *Hist. documentada.* 469. — Cf. trad. do P. Jaeger. *Os Bem-aventurados...* p. 237).

No dia seguinte, dedicado à festa de Todos os Santos, é que se ergueu a cruz que marcava a nova redução. Deu-lhe o Padre o nome de **Todos os Santos do Caró,** ou **Mártires,** sendo seus oragos os três mártires da Companhia no Japão: S. Paulo Miki, S. João de Goto e S. Diogo Chisai, que haviam sido pela igreja beatificados no ano anterior.

Nos dias seguintes, até 15 desse mês, data em que foi martirizado juntamente com Afonso Rodríguez, o P. Roque não descansou um instante na faina de fazer da redução uma povoação modelar. Com o auxílio dos índios, ergueu uma capelinha modesta para a celebração dos ofícios divinos. Entre as coisas que levara estava um pequeno sino para chamar à prece os catecúmenos. E já havia providenciado para erguer o campanário em um poste de madeira com o comprimento de 17 metros que, no dia anterior, festivamente, os índios haviam transportado para a praça, de um mato próximo.

Foi na ocasião em que, inclinado sobre o pau, amarrava uma corda ao badalo do pequeno sino que um escravo do índio Carupé, de nome Maraguá, a um sinal daquele, desfechou sobre a cabeça de Roque um golpe de **itaiçá.** Outro índio também desferiu-lhe mais uma pancada. E o Padre, sem um gemido, teve morte instantânea, terminando, assim, as suas gloriosas actividades apostolares, e regando com seu sangue, magnífica semente, a terra que conquistara para Deus. Com o alvoroto que se produziu o P. Afonso Rodríguez acorreu ao local em que jazia morto o P. Roque, porém, mal pôde dar alguns passos, pois sobre ele se atiraram os índios conjurados, o arrastaram, desferindo-lhe golpes sobre golpes até o prostrarem também sem vida, pouco distante do companheiro.

Mortos os Padres, entregaram-se os selvagens ao saque da capelinha, dividindo entre si as pobres alfaias que nela havia e ainda até as vestes dos Padres que cortaram em pedaços. Depois queimaram a capelinha e a casa dos missionários. E sobre a fogueira deitaram também o corpo do beato P. Roque que, mal queimado, depois retiraram dali para abrir e tirar-lhe o coração. Cravam-no de setas e novamente o lançam ao fogo. E é esse coração que, salvo mais tarde, ficou como relíquia, até hoje venerada.

Foi, mesmo, em Fevereiro e Março de 1940, trazido de Buenos Aires, onde se encontra, percorrendo as terras do Rio Grande. Em Caró foi erecta uma capelinha em louvor dos três mártires. [24])

A conjuração para matar os sacerdotes, que tinha como instigador ao cacique-mor Nheçu, alastrou-se depois desse acontecimento. Emissários assassinos saíram em demanda do P. João del Castillo que estava em Assunção do Pirapó. No dia 17 de Novembro, depois de o agredirem a golpes, ferindo-o no rosto, amarraram o jovem sacerdote a uma corda de cipó. E o arrastaram, assim, durante largo tempo, numa distância de mais de três quilómetros. No trajecto, os selvagens que o acompanhavam, desferiram-lhe inúmeros golpes com pedras agudas, crivando-o de feridas, de que o sangue escorria.

Mortos os três Padres, resolveram os índios dar sobre as mais reduções a fim de destruí-las. Chegaram mesmo a São Nicolau, onde estavam os Padres Afonso de Aragona e Francisco Clavijo. Conseguiram deitar fogo à igrejinha coberta de palha, que não puderam queimar e, ante a resistência que encontraram dos moços cristãos que ali se encontravam, desistiram do intento, voltando a Caró.

Célere correu a notícia pelas reduções da outra banda do Uruguai. Os Padres Diogo de Alfaro e Tomás de Ureña, que assistiam em Conceição, convocaram os caciques principais do povo para socorrer os nicolaístas. Apresenta-se então D. Nicolau Nenguiru, o piedoso amigo dos Jesuítas, que resolve organizar um contingente de índios guerreiros e à frente deles segue para São Nicolau com o intuito de castigar os sublevados. Foram estes em número de 200. Também na Candelária, onde estava o P. Pedro Romero, haviam aparecido vários índios de Caró e Pirapó, em atitude agressiva. Foram, porém, detidos pelos catecúmenos e o P. Romero, que corajosamente os enfrentou.

A força de Nenguiru segue até o Pirapó, onde ficava a aldeia de Nheçu. Como auxiliar estratégico vem o Irmão António Bernal que, quando secular, estivera em várias campanhas e que, mais tarde ainda, encontraremos opondo-se à invasão bandeirante.

24) L. G. Jaeger, *Os Bem-aventurados*, cap. 39, p. 314.

Em companhia do P. Clavijo, que fora solicitar recursos em Corrientes, acode também às reduções o capitão Manuel Cabral de Alpoim, português, [25]) opulento fazendeiro da região que leva consigo alguns soldados espanhóis. E a Alpoim é confiado o comando da expedição. Dá-se o choque com os índios conjurados aos quais foi infligida terrível derrota. Muitos foram mortos, sendo presos os principais assassinos dos Padres. E assim ficou pacificada aquela região.

Depois destes acontecimentos, Caró foi abandonada alguns meses pelos Jesuítas e, mais tarde, restabelecida. O acto do governador Céspedes, que reconhece a redução dos Três Mártires do Japão de Caró, tem a data de 23 de Julho de 1630. Em sua segunda fase vão dirigi-la o P. José Orégio que tem como auxiliar o P. Jerónimo Porcel.

Anos terríveis teriam de passar os caroenses. A fome devastou as populações. A peste dizimou muitas vidas. Só em 1633 tiveram algum desafogo. Neste ano foi também para ali o P. Pedro de Espinosa, que ensinava o catecismo. E o fruto foi excelente, pois baptizaram-se 880 adultos e 343 infantes. Recebiam os selvagens com boa disposição os ensinamentos dos Padres, de sorte que muitos, além das práticas religiosas, haviam deixado muitas de suas mulheres, casando-se com a que preferiam. Em 1633 foram assim realizados 400 casamentos.

---

25) Entre o grande número de portugueses, provàvelmente judeus que estão entre os primeiros povoadores de Buenos Aires, conta-se Amador Pais de Alpoim, natural da freguesia de Santa Maria, da ilha Terceira, e filho de outro de igual nome e de D. Isabel Vela. Era casado com D. Margarida Luís de Cabral, também natural da mesma ilha e filha legítima de Matias Nunes Cabral e neta de Nuno Lourenço. Teve o casal vários filhos, entre os quais Manuel Cabral de Alpoim, nascido na ilha Terceira e que foi para Buenos Aires com oito anos de idade. Manuel Cabral, que teve larga actuação em vários sucessos das reduções e, especialmente, na resistência aos bandeirantes, havia ocupado postos de destaque, como alcaide da Irmandade, em Buenos Aires, e mais tarde, indo residir em Corrientes, onde foi grande *accionero,* foi ali tenente-de-governador da Província, e mestre-de-campo-general. Casou primeiro com D. Inês Árias de Mansilla, descendente de Hernandárias e, por morte desta, com D. Juana Delgado de Espinosa, filha de conquistadores. Foi criador de infinito gado e o maior terratenente da Província. E faz parte desse gado, adquirido pelos Jesuítas, o primeiro rebanho que entra no Rio Grande do Sul e constitui a riqueza pecuária da terra. (Vide, sobre os Alpoim, R. de Lafuente Machain, *Los Portugueses en Buenos Aires.* 125, 126, 127, 128).

Quatro anos depois, por ocasião da invasão bandeirante, Caró foi abandonada e seus índios, conduzidos pelos Padres Porcel e Pasqual Garcia, passaram o Uruguai, localizando-se na redução de Corpus.

4. Últimas reduções fundadas na Província do Uruguai.

São Carlos do Caapi foi fundada pelos Padres Pedro Mola e Filipe Viveros em princípios de 1631, e em 23 de Agosto deste mesmo ano era reconhecida e aprovada pelo governador D. Francisco de Céspedes. Segundo Rego Monteiro, estava localizada no actual Campo de Santo Cristo, ao norte da povoação de Santo Ângelo nas fraldas da serra, ao norte do Ijuí grande, sendo suas coordenadas prováveis 28° 28' lat. S. e 10° 43' Long. O. do Rio de Janeiro.

Estava o povo ao princípio em lugar ameno e aprazível à vista, mas, muito castigado pelos ventos que sopravam com tal intensidade a ponto de destruir as casas dos índios e uma vez mesmo levou pelos ares o tecto da igreja, que era de palha. O frio também era intenso, e isto fazia com que os índios abandonassem o povoado, fugindo constantemente. Descoberta a causa da deserção, foi a redução mudada para posto mais abrigado; e logo voltaram todos os índios, construíram a igreja e as suas casas e ficaram contentíssimos em sua nova situação.

Muito devia a prosperidade em que se encontrava o povo ao antigo cacique, ora capitão, chamado Apicabiyia «índio terrível e mui temido entre eles por sua eloquência e valentia. Anteriormente havia ameaçado ao Padre que lhe queria tirar as suas mancebas; mas, por fim, chegou a sua hora e de leão se fez manso cordeiro, pedindo com muita instância o santo baptismo, porque, dizia, queria ser filho de Deus. E o missionário, conhecendo seu bom coração, o baptizou e casou as suas mancebas, que eram sete ao todo, e ele tomou sua própria e verdadeira mulher, que era uma velha. Com a graça de Deus, poderosa para realizar estes milagres, deixou totalmente as outras, aliás moças e de bom parecer, particularmente uma que ele havia criado desde criança e queria

em extremo tendo dela um filhinho de um ano.» [26]) E isto contribuiu muitíssimo para firmar no Povo a moral cristã que os Padres pregavam.

O exemplo serviu para abrir a porta dessa redução a outros índios entre os quais seis caciques de que se destacava o afamado cacique Jandeya, que sé converteu, e foi para o Povo fazer as suas sementeiras.

Havia na igreja a imagem de São Carlos, devida ao pincel do insigne artista Irmão Luís Vergel, que foi colocada no altar com muito gosto e alegria de todos.

Em 1636 foram nomeados para dirigir o Povo os Padres Pedro Mola, Diogo Ferrer e Nicolau Inácio. Já tinha a redução mais de 6.000 almas quando, em 1638, foi destruída e abandonada pela acção desumana das bandeiras paulistas.

A redução de Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo, de Caaçapa-guaçu, é dada por Teschauer e Rego Monteiro como tendo sido fundada em 1633. Pode-se, entretanto, recuar essa data para 1631, pois que o acto de 23 de Agosto desse ano, do governador Céspedes, já aprovava a sua fundação. Teria as coordenadas prováveis de 28° 28' de Lat. S. e 11°6' de Long. O. do Rio de Janeiro, deduzidas, pelo provecto Rego Monteiro, da carta de Carrafa. Estaria, assim, situada entre os Ijuís, grande e mirim, nas pontas da coxilha que divide as águas desses dois rios.

A Ânua referida do P. Romero dá várias notícias sobre essa povoação. Em 1633, por falta de operários, ali estava sòmente o P. Adriano Crespo, de saúde escassa e cheio de achaques. E a região era bastante trabalhosa, porque ali vivia o célebre feiticeiro Ibapiri, que muito prejudicou a catequese. Morto este, melhorou a situação e os índios livres de sua influência chegavam aos poucos para receber a palavra de Cristo. Assim, em pouco tempo, já podia contar a povoação com 600 almas de baptismo, das quais 200 crianças.

Era o P. Adriano o médico do povo. Acudia a todos com notável zelo e caridade. Do que tinha para si empregava a maior parte para fazer remédios e beberagens, com que curava a mui-

26) Ânua do P. Pedro Romero, superior. B. N. Mss. I-29, 7, 25.

tos enfermos, sofrendo as suas impertinências e bobagens pelas quais são mais difìcilmente curados, porque, não aturando os remédios que lhe dão, ou aplicações que fazem, as tiram, embora vejam claramente que lhes causam bem. Não se abstêm de coisas nocivas à sua saúde, nem os de casa se atrevem a negar o que pedem; se precisam ter resguardo, não se conformam. Assim é de mister muita paciência para curá-los. Teve-a o P. Adriano e conseguiu curá-los corporal e espiritualmente, pelo que foi sempre muito querido pelos índios. [27])

Em 1636 foram tomar conta da redução os Padres José Orégio, Luís Ernot e Francisco Jiménez. Em 1638, atemorizados ante o avanço paulista, foi essa redução abandonada. Tinha ela então uma população superior a 3.000 almas.

27) Ânua 1633. B. N. Mss. I-29, 7, 25.

Carta organizada pelo Padre Luis Gonzaga Jaeger, S. J. e executada no Gabinete de Desenho da 1.ª Divisão de Levantamento do Serviço Geográfico do Exército, em Pôrto Alegre. — Hans Thofehrn desenhou. Julho de 1936.

CAPÍTULO III

REDUÇÕES DO TAPE

1. *Penetração jesuítica no Tape.* — 2. *Reduções do Alto-Ibicuí.* — 3. *Reduções da bacia do Jacuí.* — 4. *Martírio do venerável Padre Cristóvão de Mendoza.* — 5. *A "Junta" dos feiticeiros.*

1. Penetração jesuítica no Tape.

A dilatada província do Tape, desde as primeiras horas da penetração jesuítica em território aquém-Uruguai, tinha sido uma das maiores preocupações desses abnegados caçadores de almas. Dadivosa e fértil a terra, que se estendia até o mar, era cortada de rios que constituíam um sistema hidrográfico que a tornava apta para a exploração extensiva da agricultura e da pecuária; de condições orográficas que a circunscreviam entre altitudes e depressões de climas variados e amenos; de vasta extensão de campos com excelentes pastagens que corriam para o sul desde os contrafortes extremos da Serra, e de matarias virgens alcandorando as serras e bordando as margens dos rios que, ora se despenhavam em quedas fortes dos altos desníveis do planalto, ora, deslizando suavemente, espraiavam-se em várzeas extensas pelas planuras fecundas.

Além da disposição geofísica que singularizava a terra, o homem que nela habitava seria, trabalhado pela catequese, um óptimo elemento, não obstante a sua incapacidade nativa para o trabalho. Pequeno não seria o esforço para adaptá-lo à civilização cristã; mas o resultado compensador das primeiras tentativas induziu os padres a tentá-lo, com a coragem característica que sempre singularizou a sua acção.

Em 1626 já o P. Roque González, atraído pela fama do Tape, entrara pelo rio Ibicuí, depois de um percurso de 40 léguas, até a aldeia de Tabacã, cacique poderoso daquela região. E ali, como vimos, lançou os lineamentos da redução de Candelária, a primeira, logo destruída por selvagens vizinhos que não queriam aceitar o domínio da Cruz. O sucesso só serviu para dar mais ânimo ao heróico evangelizador, pois, voltando ao Tape, conseguiu o levassem terra a dentro até Itaiasaco onde, mais tarde, o P. Cristóvão de Mendoza fundaria São Miguel, nas proximidades da actual cidade de Santa Maria.

A tragédia de Caró, em que perdeu a vida, não permitiu realizasse o apóstolo a aspiração de expandir a catequese e fixar marcos de civilização cristã até o Tape longínquo. Coube aos seus sucessores, principalmente um de seus discípulos e companheiro de trabalho, o venerável P. Pedro Romero, quando superior das Missões, a tarefa de levar à afamada província a acção benfazeja dos ínclitos soldados de Cristo.

Num depoimento do P. Manuel Bertot, um dos desbravadores do Tape, encontra-se a notícia do dia exacto em que, sob a direcção do P. Pedro Romero, os Padres Luís Ernot e Paulo Benavides, por via fluvial e os Padres Cristóvão de Mendoza e Manuel Bertot, por terra, encontraram-se na aldeia do cacique Guaimica, ponto inicial da catequese do Tape. «Foi servido Nosso Senhor», depõe o P. Bertot, «abrir a porta da extensa e povoada província do Tape a seu Santo Evangelho, na Serra que corre até o mar, cerca de cem léguas, à qual me levou o venerável P. Pedro Romero, superior que era das Reduções. Entrámos nela a 13 de Junho do ano de 1632, e achámos, na outra banda da Serra, nos campos que correm até Buenos Aires, cerca de 150 léguas, um povo de 400 índios juntos, ao qual não faltava senão igreja e cruz. [1])

Até fins do ano de 1631 poucos eram os sacerdotes de que dispunha a Companhia, com as condições exigidas para os trabalhos de catequese no Uruguai. Além das condições morais e de comprovada abnegação, resistência física e outros atributos indispen-

1) *Visita y testimonio,* cit. B. N. Mss. I-29, 1, 52 (n. 4).

sáveis ao bom desempenho da missão, mister se fazia que fossem «bons línguas e experimentados no ministério dos índios, pessoas doutas e de toda satisfação».

E isto só foi possível quando, destruída a província do Guairá pelos mamalucos de São Paulo, nove Padres, tendo à frente essa compleição formidável de apóstolo que foi o P. António Ruiz de Montoya, desceram com seu povo num êxodo de 12.000 almas, Paraná abaixo, sofrendo as maiores privações, indo até o Paraguai, onde se localizaram os 4.000 sobreviventes. [2]) Além do próprio Montoya outros missionários insignes virão regar com seu suor aquela vinha promissora. Recebe-os o Tape em que se multiplicam as povoações. Há, entre esses homens fadados ao trabalho e ao martírio, figuras gloriosas que ficam circundadas de halos imperecíveis de santidade. Os novos operários são os Padres Simão Masseta, Paulo Benavides, Luís Ernot, Pedro Mola, José Cataldino, José Doménech, Pedro Álvarez e Cristóvão de Mendoza. Veteranos do Guairá, trazem ainda no coração o travor dos dias dolorosos, da destruição, dos incêndios, das mortes e da escravização do povo guairenho, e dessa formidável migração para a liberdade que, fugindo ao barbarismo dos bandeirantes foi encontrar a morte em sua maior parte.

São estes os debravadores do Tape. Penetram pelas serras, navegam pelos rios, transpõem o Jacuí, o Guaíba, o Rio Pardo, o Taquari, o Rio das Antas, e palmilham a terra em todas as direcções e vão levar a cruz redentora a todos os seus quadrantes. Surgem pelas aberturas das florestas, cavalgam pelos campos de coxilhas dobradas, sobem as escarpas do planalto, baixam às profundas depressões das valadas verdes e, por toda a parte, condutores formidáveis de povos selvagens, deixam um traço de bondade, um raio de fé, um cântico de louvor ao Criador Supremo e, muitas vezes, ali ficam, olhos postos no céu, coroados pelo martírio, glorificados pela santidade de uma vida exemplaríssima de virtudes e de uma morte de inigualáveis torturas.

---

2) L. G. Jaeger, *O Herói de Ibia*, cap. 12 e 13.

2. Reduções do Alto-Ibicuí.

As reduções do Alto-Ibicuí, fundadas já na província do Tape, são, por ordem cronológica, as seguintes:

a) **São Tomé.** — Foi, como se disse, a 13 de Junho de 1632, que o P. Pedro Romero, superior das reduções do Uruguai, com os Padres Manuel Bertot e Luís Ernot, a que vieram se reunir os Padres Cristóvão de Mendoza e Paulo Benavides, (o único português que trabalhou no Uruguai), chegaram ao rio Jaguari, afluente do Ibicuí, em cuja margem direita levantaram cruz. Ficava aí o Povo, de 400 almas, a «às quais não faltava sinão igreja e cruz», a que se refere o padre Bertot. Erguida esta, que tinha 40 pés de altura, naquele mesmo dia se baptizava São Tomé, a primeira redução da província do Tape.

Localiza-a Rego Monteiro na lat. de 29° 22' S. e Long. O. Rio de Janeiro de 11° 34'.

Informa o P. Bertot no **Testimonio** citado que «no primeiro ano da redução de São Tomé reduziram-se outros 400 índios e nos anos seguintes mais, de sorte que o Povo atingiu a 1.400 e mais famílias e entraram para a escola 900 crianças.» Baptizaram-se naquele Povo mais de 3.000 almas. A redução ficou aos cuidados do P. Luís Ernot, que baptizou outras mais, bem como seu companheiro P. Bertot.

A Ânua do P. Romero, referente a 1633, dá-nos preciosos informes sobre as actividades apostólicas desses dois sacerdotes naquele núcleo inicial do cristianismo no **Tape**, designação vetusta da própria aldeia (**Tape** = cidade grande), de onde se irradiaria pela província dilatada, numa expansão notável, a catequese jesuítica.

Antes do segundo ano da fundação, São Tomé já contava cerca de 1.800 habitantes. Haviam-se realizado 70 casamentos, resultado acima do comum, tendo em vista a dificuldade que sempre se encontrou em convencer os índios a abandonar as suas muitas mulheres e entrar no regime da monogamia.

Entre os muitos índios que se baptizaram refere-se a Ânua a um capitão velho e cacique principal do povo, ao qual sendo perguntado pelo nome que queria adotar disse que lhe dessem o

de **Roque**, em louvor do P. Roque, que ali estivera por amor deles.

Um dos primeiros cuidados dos Padres foi organizar uma orquestra e ensinar o canto aos índios, entre os quais um revelou tais aptidões que em pouco tempo era escolhido para maestro.

Duas provações cruéis estavam destinadas a reduzir de muito a população da incipiente aldeia. A primeira foi a peste que dizimou grande parte do povo, pois morreram, por essa ocasião, 770 crianças e 160 adultos. Seguiu-se-lhe uma praga de tigres. Irrompiam de todos os lados, atacavam a redução e vinham cevar-se nos pobres índios que devoravam às dezenas. Isto sucedeu por duas vezes, ocasionando a fuga de muitos selvagens, que recaíram nas práticas pagãs.

Em 1638 foi São Tomé, com receio das incursões bandeirantes, mudada para a margem direita do Uruguai, quase em frente à actual cidade de São Borja.

b) **São Miguel.** — Dias depois da fundação de São Tomé, ainda no mês de Junho de 1632, daí seguiu o P. Romero em companhia dos Padres Cristóvão de Mendoza e Paulo Benavides para lançar os fundamentos da redução de São Miguel, que distava daquela treze léguas. Ficaria, conforme Rego Monteiro, à margem direita do rio Ibicuí, proximidades da actual vila de São Martinho, na serra do mesmo nome, sendo suas coordenadas prováveis 29° 36' Lat. S. e 10° 54' Long. O. Rio de Janeiro.

O lugar em que foi fundada São Miguel era conhecido dos índios pela designação de Itaiacecó. Era uma grande aldeia que poderia congregar umas 5.000 almas da região que abrangia, gente dócil e de boa condição, pronta a receber a semente do evangelho. Edificada a igrejinha, de pau a pique, de que os próprios índios se encarregaram, sob a direcção do P. Cristóvão, em poucos dias pôde este iniciar as suas actividades. Um ano depois de sua fundação, São Miguel já contava 843 catecúmenos baptizados, sendo 408 adultos e 435 crianças. Morreram nesse período 95 pessoas.

Alguns maus elementos vieram, dentro em pouco, perturbar a harmonia da povoação. «Um destes, que estivera entre os matadores do beato P. João del Castillo, quando soube da chegada

do santo jesuíta, fugiu para os matos e ali se ocultou, temeroso de castigo. Sabendo disto, o P. Cristóvão, embrenhando-se na mataria, conseguiu encontrá-lo e, com boas falas, lhe fez ver a bondade do Senhor, que perdoava aos que se arrependiam. O índio voltou para a redução, recebeu o baptismo e viveu cristãmente. Outro, que não foi passível de emenda e que se chamava Taiubai, feiticeiro e inimigo dos Padres, apareceu em São Miguel quando a redução já florescia, procurando destruir a obra da catequese. Dizia-se Deus e que a seu mando desencadear-se-iam pragas terríveis sobre o povo, se este não abandonasse os Padres que destruíam os velhos hábitos da vida livre dos selvagens. Capturado por índios cristãos, foi levado à presença do P. Cristóvão que, para desenganar os que acreditavam no feiticeiro, teve-o um dia preso, mandando, em seguida, saísse da povoação. Taiubai foi para a terra de Ibia, onde, um ano mais tarde, promove a conjuração de que resultou a morte do P. Cristóvão.» [3])

Era cacique principal de São Miguel o capitão Guaimica, que se singularizou pela sua dedicação à catequese de seus irmãos e pela bravura e resolução pronta em todas as ocasiões em que foi necessário sair à frente de forças em defesa das reduções, como se deu na ocasião da invasão bandeirante e outras.

Solicitado para novas fundações e outros trabalhos de penetração no Tape o P. Cristóvão deixou a redução que havia iniciado, sendo substituído ao princípio pelo P. Benavides e depois pelo P. Manuel Bertot. Ali, em 1638, estava o P. Orégio, retirante de S. Ana, assolada pelos mamalucos, e se dispunha a encaminhar o povo para o Uruguai quando, distanciando-se dos vaqueanos, perdeu-se na floresta, onde esteve por alguns dias sofrendo as maiores privações.

O povo de São Miguel emigrou para Conceição, na margem direita do Uruguai, donde voltou, em 1687, para fundar a segunda São Miguel.

c) **São José.** — Informa o P. Bertot, no **Testimonio** citado

3) Aurélio Porto. *Martírio do venerável Padre Cristóvão de Mendoza, S. J.* Sep. "Anais 3º Cong. de Hist. Rio-grandense". Porto Alegre, 1940. 25; e L. G. Jaeger, *O Herói do Ibia,* cap. 18.

que «a sete léguas de São Tomé, caminho de São Miguel, fundou-se a redução de São José, alguns meses depois da de São Tomé, e, porque não havia Padres, o P. Luís Ernot e eu procurámos reduzir os índios comarcãos naquele posto; fizemos igreja e casa, indo alternativamente cada mês baptizar as crianças e, quando avisados, os enfermos. Aí se reduziram perto de 400 índios e continuámos com essa tarefa até que o P. José Cataldino foi encarregado do curato daquele Povo.» [4])

Ficava São José, conforme Rego Monteiro, à margem direita do Ibicuí, entre o Toropi e o Jaguari, na encosta da coxilha de São Xavier. Tinha as coordenadas prováveis de Lat. 29° 36' S. e Long. O. Rio de Janeiro 11° 16'.

Cansados estavam os índios, havia quase um ano já aldeados, e sòmente recebendo a visita periódica dos Padres de São Tomé; por isto resolveram mandar seus caciques ao Superior que sabiam andava em viagem pelas reduções, a fim de lhe pedir designasse um Padre efectivo para instruí-los na religião. Encontraram em caminho o P. Cataldino, especialmente mandado para cura de São José, e festivamente o levaram à sua aldeia, depois de passarem por São Tomé, onde os esperava o capitão e mais autoridades do Povo.

Quando o P. Cataldino entrou na aldeia, achou aí já construída uma igreja com capacidade para a gente que então existia, que eram 350 famílias. Já se tinha iniciado o levantamento dos esteios da casa do padre. Além disto, os índios haviam cercado um pequeno curral para as vacas, que a redução devia receber, e a chácara para as sementeiras estava quase pronta.

Era notável a boa vontade com que todos acudiam com fervor e gosto às práticas religiosas, pois, «tocando o sino, saíam logo de suas casas para entrar na igreja, e era tal a pressa a que alguns se davam que deixavam os seus companheiros e saíam correndo; entre outros um menino quis correr com tal ímpeto que, tropeçando na carreira caiu e feriu-se gravemente, do que veio a morrer.» [5])

---

4) *Test.* cit. B. N. Mss. I-29, 1, 52.
5) B. N. Mss. I-29, 7, 25.

Um ano depois, já São José apresentava desenvolvimento digno de nota, e o P. Romero, em sua Ânua citada, observava que «ia-se reduzindo a gente muito depressa, sendo já mais de 600 famílias, e as crianças começam a ler, cantar e dançar, com prazer seu e alegria de seus pais.»

d) **São Cosme e São Damião.** — Foi fundada esta redução, segundo Azara, em 24 de Janeiro de 1634 e ficaria à margem direita do Ibicuí, pontas da serra de São Martinho, nas proximidades da vila deste nome. Rego Monteiro dá para coordenadas prováveis 29° 32' Lat. S. e 10° 40' Long. O. Rio de Janeiro.

Foi designado para dirigi-lo o P. Adriano Formoso, que pouco depois já havia ali congregado mais de 1.000 famílias, número que, em 1637, se elevava a 2.200. Assolada pela peste e pela fome muito sofreu a redução. Iludidos pelos apicairés, terríveis feiticeiros, muitos índios fugiram, encarregando-se de suas lavouras o próprio missionário para que, ao voltarem, não sentissem fome.

3. Reduções da bacia do Jacuí.

Foi em princípios de 1633 que, ampliando a acção da catequese, penetraram os Jesuítas na bacia do Jacuí, fundando ali várias reduções que tiveram desenvolvimento notável. Era a região a grande porta que se abria para ligar o Uruguai ao litoral e essas fundações facilitariam as comunicações pelo Iguaí, ou Rio Grande, uma das vias de penetração dos inimigos paulistas, de que já havia veementes indícios de aproximação. E era também ali o campo de acção dos preadores de índios e seus prepostos, os ibirajaras, amigos dos tupis, que entravam pela Laguna, descendo até ao Tibiquari, onde assaltavam os tapes para resgate com os paulistas. Logo que foi possível dispor de maior número de Padres, alguns mesmo retirados das aldeias antigas, tratou o P. Romero, superior das reduções, de estender para leste do Jacuí a linha de penetração missioneira.

Entretanto, veteranos consumados na obra da catequese, estendiam, cruzando o Taquari e o Rio das Antas, a exploração das

terras ainda não palmilhadas pelos Padres espanhóis, indo, como os Jesuítas Cristóvão de Mendoza, Francisco Jiménez e João Suárez até a bacia do Caí. Urgia a providência, pois era voz corrente que, em Piratininga, aprestavam-se bandeiras para reproduzir no Tape a depredação que tão viva ainda estava na memória dos retirantes do Guairá.

a) **Santa Teresa.** — A primeira povoação dessa nova série foi Santa Teresa, localizada nas terras do cacique Guarae, nas pontas do rio Passo Fundo, antigo Uruguai-mirim. Erecta a cruz, em fins de 1632, aldeados os índios, nada mais se pôde fazer, devido às dificuldades que os Padres encontravam de ir até ali. De vez em quando, muito solicitados pelos catecúmenos, um ou outro das reduções mais próximas se aventurava a fim de atender às práticas religiosas.

Para obviar essas dificuldades, que contribuíam para o relaxamento dos costumes cristãos, já em bom caminho, resolveu o superior fosse Santa Teresa mudada para posto de mais fácil acesso, conforme a sugestão do P. Francisco Jiménez, cura de Apóstolos, e fundador da primeira Santa Teresa.

Fácil não foi, depois de escolhido o novo local, convencer o cacique Guarae e seus índios que abandonassem a antiga terra em que haviam nascido e vivido seus antepassados. Convenceu-os, porém, a promessa de terem Padres efectivos, o que não se daria se persistissem na região em que tinham as suas aldeias.

Vencida a resistência dos índios e feita a transmigração do Povo, a 22 de Março de 1633 erguia o P. Jiménez a cruz que marcava o local da nova redução. Dá Rego Monteiro para esta as coordenadas prováveis de 28º 12' Lat. S. e 9º 8' de Long. O. do Rio de Janeiro, coincidentes, mais ou menos, com as da actual cidade de Passo Fundo, e nas pontas da vertente mais ocidental do Jacuí.

A carta que o P. Francisco Jiménez dirige ao Superior, relatando essa fundação, nos dá interessantes notícias, motivo pelo qual se reproduz na íntegra: «Parti, como V. Revma. me ordenou, para visitar Santa Teresa e no tempo preciso em que com a graça do Senhor pude fazer a mudança do Povo, muito embora

estivesse a parcialidade do cacique Guarae sem vontade para isto, por amor de suas terras e por lhe haverem dito que também teria Padres ali; contudo o venci e desenganei, dizendo-lhe que não havia tantos Padres que pudessem ir a sua terra, e com isso foram voando e se deram a tal gana para fazer as suas casas que antes que eu viesse, as tinham quase acabadas, com que ficou já o lugar com forma de povoação. Logo começou a chegar gente de Mbocarirói, e matriculei 250 famílias, baptizei 50 crianças, e alguns enfermos que corriam perigo. Dali parti para São Joaquim e no caminho não faltou o que padecer, porque me colheu um temporal tão rigoroso que me deteve seis dias, em que estivemos para morrer de frio e de fome. Nos dois últimos dias estivemos sem comer até que, vendo a coisa mal parada, e que não havia senão erva para tomar, e o tempo não se aplacava, nem cessava de cair neve e granizos, disse aos índios: «Filhos, vocês se sustentam dormindo e bebendo erva (mate), mas eu não posso mais padecer a fome e tenho a obrigação de me cuidar e não me deixar morrer à míngua, portanto, quero seguir, muito embora faça o frio mais intenso». E saí do rancho sob o forte granizo e os índios me seguiram. Fazíamos fogo a miúdo porque nos cortava o frio, e com este trabalho chegámos a um rancho onde a Providência divina nos fez esperar um alcaide de São Joaquim com muita comida de milho e lenha guardada para fazer fogo, o que nos confortou um pouco.

«A gente do povo nos recebeu muito bem; baptizei as crianças que havia e matriculei 100 famílias novas que vieram. Querendo fazer a igreja, como me mandou V. Revma., mandei abrir os buracos para os esteios, mas o terreno era todo pedra viva, com o que desisti da obra, dizendo aos índios que ia procurar melhor local para a construção. Ficaram eles muito tristes com isto e, havendo eu me recolhido a uma choça, saiu uma índia varonil, mulher do capitão Camaí, e começou a repreender os índios, chamando-os de indolentes e por tão pouco, e era de apreciar a energia com que a boa índia dizia que quebrassem as pedras e as furassem para fincar os paus para a igreja. Eles, com isto, cansaram-se algum tempo em querer quebrar as pedras sem que o conseguisem, mas não desistiam do intento e, de pena deles, saí

e mandei que cavassem em outro lugar onde havia até três palmos de terra sobre as pedras. Ali, como foi possível, armei a igrejinha onde se pode doutrinar os índios por enquanto, com que ficaram consoladíssimos e eu ainda mais por ver seu bom coração.

«Não pude atravessar em direcção a Apóstolos, por não estar aberto o caminho, nem haver canoa no Igaí e assim baixei por Sant'Ana, onde matriculei mais 100 famílias e baptizei as crianças.» [6])

Só em 6 de Agosto, entretanto, o P. Francisco Jiménez foi efectivamente residir na redução de Santa Teresa. Torna-se a povoação conhecida, principalmente dos paulistas bandeirantes, pelas suas extensas florestas de araucária e de erva-mate: Santa Teresa dos Pinhais e Ervaçais. E ali, mais tarde, estabelece André Fernandes um posto de aprovisionamento para as Bandeiras em que fica um filho seu, o P. Francisco.

No ano seguinte já tinha Santa Teresa 800 habitantes, tendo sido baptizadas 400 crianças e quando foi destruída pelos paulistas sua população passava de 4.000 almas, inclusive grande número de ibirajaras que haviam sido atraídos pelo P. Jiménez.

Dessa redução, em 3 de Janeiro de 1635 partiu o P. Jiménez em companhia do P. João Suárez para fazer um reconhecimento pelo rio Taquari, cuja bacia percorreram longamente. Consta a exploração de uma interessante carta do P. Jiménez ao superior P. Pedro Romero. [7])

b) **Sant'Ana.** — A penetração na bacia oriental do Jacuí, magnífico campo para a catequese jesuítica, deu-se naturalmente pelas alturas do Vacacaìzinho, antigo Araricá, onde foi fundada a redução de Sant'Ana. Ficava esta, segundo Rego Monteiro, na Lat. S. de 29° 55', e acima da foz do actual arroio Paredão.

Foi em meados de 1633 que o P. Inácio Martínez, por determinação do superior, tendo ido àquele local, aí já encontrou gente reunida, e levantando a cruz deu início à redução que já estava

6) Ânua citada Mss. B. N. I-29, 7, 25.
7) B. N. Mss. I-29, 1, 47.

em franco desenvolvimento, quando o P. Romero, em companhia do P. Adriano Formoso, ali chegou de volta do Paraguai. Sendo o P. Inácio mandado no ano seguinte para o Peru, em companhia do P. Pedro Álvarez, substituiu-o o P. Manuel Bertot, que aí esteve quase um ano, tendo reduzido mais de 1.000 índios. Mais tarde a sua população atingiu a 7.700 almas. O cacique principal chamava-se Aierobia, recebendo no baptismo o nome de Bartolomeu. Muito auxiliou os Padres no recrutamento de catecúmenos e, tendo aprendido o ofício de carpinteiro, empregou-se na construção da igreja.

c) **São Joaquim.** — Ficava situada na serra de Butucaraí (Ibiti-caraí), nas pontas do Rio Pardo, provàvelmente entre 29°10' de Lat. S. e 9° 18' de Long. O. Rio de Janeiro, segundo Rego Monteiro. Determinou a sua fundação não só uma aldeia populosa de índios que havia no local, como, principalmente, a facilidade de exploração de ervais nativos que ali se estendiam.

Foi em 1633, logo depois da fundação de Sant'Ana, que a erigiu o P. João Suárez, «tão pobre de coisas e alfaias que, perguntando-lhe um Padre o que levava para dar princípio à sua redução e para ganhar os índios, respondeu que não levava mais do que a semente do Evangelho para semear em suas almas e que com ela levava uma riqueza.» [8]) E com a sua humildade e pobreza, dentro em pouco, ganhou realmente para Deus os pobres índios, não obstante os incómodos a que deu causa semelhante pobreza.

Muito sofreu o Padre com a alimentação de milho e uma espécie de feijões a que se via obrigado a alimentar-se. E enquanto não podia colher o trigo, que todos plantavam não só para hóstias como para seu sustento, só se alimentava quando os Padres vizinhos lhe mandavam um pouco de pão, embora também escasso nas reduções novas.

Isto não obstou porém que desenvolvesse uma actividade digna de nota, pois, em pouco tempo, havia levantado a sua pequena igreja e a pobre casa em que ia viver. Segundo o P. Romero, era esta uma das reduções mais trabalhosas da serra, porque a

8) B. N. Mss. I-29, 7, 25.

gente dela está metida pelos matos e ásperas serranias. Muito auxiliou ao P. Suárez o seu companheiro Cristóvão de Arenas que, por matos e serras quase inacessíveis, conseguiu em dois dias, descendo o planalto, ir até a Jesus-Maria, que ligou por um pique a São Joaquim, facilitando assim as comunicações entre ambas, até então inexistentes. São Joaquim prosperou grandemente, congregando mais de 1.000 famílias catequizadas. [9])

d) **Natividade.** — Foi localizada esta redução nas fraldas da serra de São Martinho, entre as vertentes do Ivaí e do Jacuí, segundo Rego Monteiro: «a indicação topográfica de Carrafa faz ver que essa redução ficava à margem direita de um afluente forte do Igaí (Jacuí), muito acima de sua forte deflexão para o Norte, cerca de meia distância entre a forqueta Jacuìzinho-Jacuí a essa deflexão». Seriam suas prováveis coordenadas 29º 14' lat. S. e 10º 14' Long. O. Rio de Janeiro.

Foi em Agosto de 1633 que o P. Pedro Álvarez, depois de haver auxiliado a baixar os índios de Iguaçu, deu início a essa redução, que denominou «Natividade de Nossa Senhora». Várias vezes haviam os índios, que ali demoravam, solicitado aos Jesuítas fizessem uma aldeia em suas terras, aproveitando a que ali já existia e, como demorasse a vinda dos Padres, levavam às outras reduções os seus filhos, a fim de serem baptizados. O P. Pedro foi recebido com as maiores demonstrações de alegria; mas o local em que os índios estavam já aldeados, muito exposto aos ventos e ao frio, não atendia às necessidades de uma boa povoação, sendo assim mister mudá-la para outro local. Feita a mudança, embora com sentimento de alguns que ali estavam arraigados, inaugurou-se Natividade em 8 de Setembro.

«Fizeram logo sua igreja e a casa para o Padre, melhor do que se fossem índios há muito já reduzidos, de sorte que o P. Álvarez, que muitos anos estivera no Paraná entre índios há muito cristianizados, confessa que estes excedem àqueles em capacidade e num natural mais brando e dócil para as coisas da Fé.» [10])

---

9) B. N. Mss. I-29, 7, 31.
10) Ânua cit. I-29, 7, 25.

Assim, em pouco tempo Natividade tornou-se uma redução notável pelo seu desenvolvimento, pois, no ano seguinte, já contava mais de 800 famílias e com o tempo se iam descobrindo mais «pois parece que os índios são como mina e em cada dia se descobrem mais veias de ouro puro e finíssimo, capaz de bem-aventurança.» [11])

e) **Jesus-Maria.** — Foi Jesus-Maria a redução mais avançada para Leste que os Jesuítas fundaram no Rio Grande do Sul. Não pertenceria mesmo à Província do Tape, que tinha por fronteira o rio Jacuí, e cuja sentinela extremada seria a redução de Sant'Ana. Ficava à margem direita do Rio Pardo e acima da foz do rio Pardinho cerca de 20 a 25 quilómetros. Rego Monteiro encontrou para Jesus-Maria as coordenadas prováveis de 29° 45' Lat. S. e 9° 22' Long. O. Rio de Janeiro. Coincide essa posição com o último contraforte da serra do Butucaraí e por ela passava a linha dos ervais nativos, grandemente explorados pelos índios.

Estava o P. Pedro Mola, varão apostólico e virtuoso, em São Carlos, quando recebeu ordem do superior a que atendesse à solicitação dos índios das cercanias do Iequi (Rio Pardo), que insistiam pela fundação de uma povoação cristã em suas terras. Em Novembro de 1633, cumprindo essa ordem, seguiu o Padre num animal cavalar, mas tão fraco e imprestável que teve de fazer a pé quase todo o caminho, sob fortes calores e perseguido de mutucas e outros insectos. Em São Joaquim, detido por uma enchente, esteve três dias, sendo obsequiado pelos catecúmenos com caças de veado e batatas.

Souberam os de Jesus-Maria que o Padre se dirigia para suas terras e, com grande acompanhamento, foram os caciques encontrá-lo, tendo à frente o seu capitão que lhe ofereceu presentes de **mbocayiy,** uma espécie de linho muito apreciado da região. E todos o cumprimentaram a seu modo e seguiram em companhia do P. Mola que, mais adiante, surpreso, viu que outra turma de índios melhorava e enfeitava o caminho por onde ele devia passar. A entrada do Povo estava engalanada de arcos de folhagens.

---

11) Idem, ibid.

E, chegando o missionário, todos à porfia apresentavam seus filhos para que os baptizasse e, nessa ocupação, gastou muitos dias, pois era muita a gente que desejava o baptismo.

Em quatro dias sòmente, quase sem assistência do P. Pedro, os índios construíram uma casa de 24 pés de altura e relativamente boa. Ao mesmo tempo deram começo à igreja com 34 pés de altura por 50 de largura, onde se dissesse missa e se administrassem os Santos Sacramentos. [12])

Nessa ocasião chegou o P. Cristóvão de Arenas, que trouxe algumas vacas para a redução e ficou em companhia do P. Mola.

Mais tarde para ali foi o P. Cristóvão de Mendoza, que fez várias explorações na bacia oriental do Taquari, onde, em Ibia, em 1635, recebeu a palma do martírio. Houve mesmo intenção de ampliar além do Rio Pardo a linha das reduções, a fim de opor resistência aos piratininganos, preadores de índios que entravam pelo Caágua e por Guaiberenda (**Guaíba**), levando da região numerosos escravos. Seria cura dessas novas reduções o P. Cristóvão de Mendoza, que conseguira matricular 2.200 índios prontos a reduzir-se, em três Povos já existentes com 100 casas cada um.

Diz o P. Mola que ele contava, no ano de 1635, colher 100 fanegas de trigo que os índios haviam cultivado em suas chácaras e outras tantas de milho. As vacas e os porcos estavam muito gordos e iam aumentando, sendo diàriamente encerrados em potreiros, sem que houvesse faltado uma cabeça sequer. Em 1636, além do gado vacum, em Jesus-Maria havia já um bom rebanho de ovelhas. [13])

Foi a primeira redução, devido à sua posição geográfica, que sofreu o ataque dos Paulistas, sendo por eles tomada e destruída em 1636. Nessa página sombria, largamente descrita no capítulo seguinte, ressaltam outros informes sobre a vida de Jesus-Maria, uma das mais prósperas e florescentes reduções da Serra. E' daí, após a invasão bandeirante, que se inicia o largo êxodo de catecúmenos, que termina pelo completo abandono de todas as povoações cristãs do Tape e do Uruguai.

---

12) Ânua cit. I-29, 7, 25.
13) Ânua de Jesus-Maria. Padre Pedro Mola, I-29, 7, 28.

f) **São Cristóvão.** — Foi erguida esta redução à margem direita do Rio Pardo, abaixo da foz do Rio Pardinho, Sueste da actual povoação de Cruz Alta, tendo, conforme Rego Monteiro, a posição de 30º 00' Lat. S. e 9º 28, Long. O. Rio de Janeiro.

E' a última das reduções do Tape e foi confiada ao zelo do P. Agostinho Contreras que, em 1634, elevou a cruz e demarcou a povoação. Ao capitão António Caraichure, que era o cacique principal da região, deveram os padres os fundamentos desta povoação que atingiu apenas em dois anos grande desenvolvimento. Por falta de sacerdotes que os atendessem, mandavam os índios que seus filhos fossem a outras reduções a fim de serem instruídos na religião e baptizados. Estes, voltando, tornavam-se mestres dos próprios pais, a quem, em suas aldeias, ensinavam as práticas religiosas que com os Padres haviam aprendido. Entre os que mais aproveitaram com essas lições, contava-se D. António, o cacique principal que, em pouco tempo, reunindo os índios, lhes pregava a doutrina cristã.

Foi com prazer, assim, que receberam o Padre e fundaram a redução de São Cristóvão, que é a última das povoações erguidas na província do Tape, pelos Jesuítas.

Como veremos, foi de pouca duração a vida desta próspera missão, pois, em 1636, assediada pela bandeira de Raposo Tavares, foi arrasada, depois de um combate com os índios que durou de 4 a 5 horas. A igreja foi queimada, e saqueada a povoação.

4. Martírio do venerável Padre Cristóvão de Mendoza.

Venerável apóstolo da cristandade em terras do Rio Grande do Sul, o P. Cristóvão de Mendoza é uma das mais singulares figuras que surgem nesse cenário, enchendo-o com a projeção de uma vida admirável de abnegações e de virtudes e com a própria morte, que se reveste de trágico martírio.

Nasceu em 1589 em Santa Cruz de la Sierra, sendo vinculado às mais nobres famílias de Espanha, que se desdobram dos Manrique de Lara aos Mendoza Orellana, e directo descendente dos primeiros Condes de Castroxeriz; filho e neto de conquistadores

do Prata e primeiros governadores daquela cidade, recebeu o P. Cristóvão, no baptismo, o nome de Rodrigo de Mendoza Orellana.

Piedoso e humano, desde a infância sentiu-se dominado por um profundo sentimento de amor aos pobres índios, cujos inenarráveis martírios, escravidão e extermínio enchiam-no de mágoa, despertando-lhe os pendores da caridade cristã com que essa plêiade de soldados da Companhia de Jesus, com abnegação e heroísmo, combatiam os prejuízos do tempo, em nome da fraternidade humana.

Foi assim que, podendo aspirar altas dignidades e posições brilhantes, contrariando a vontade da família, desertou de casa e, depois de muitos meses de penosa viagem, atingiu o Colégio dos Jesuítas de Tucumã no qual ingressou em 1616, com 27 anos de idade, adotando o nome de Cristóvão, pela devoção que consagrava a esse Santo.

Seu noviciado foi um largo exemplo de virtudes religiosas. Uma caridade imensa, uma abnegação ilimitada, uma coragem que raiava pelo heroísmo, e uma fé iluminada, transbordavam dos recessos de sua alma íntegra e pura, consagrada à glória do Senhor, naquelas searas enormes que eles, humildes operários, andavam cultivando nas terras selvagens da América.

Ressoavam ainda os ecos de sua primeira missa e já, amparado ao bordão de missionário, seguia para Guairá, onde um punhado de insignes companheiros, sacrificando todos os dias a vida e padecendo tormentos e arrostando cruel fome, congregava os índios infiéis, em populosos redutos humanos para lhes incutir no fraco entendimento a ideia de Deus, Criador supremo dos homens e das coisas.

Foi nesse aprendizado, que demandava qualidades excepcionais de fortaleza de ânimo e altas virtudes cristãs que, tendo como mestre o insigne P. António Ruiz de Montoya, pôde Cristóvão de Mendoza temperar a sua alma e enrijecê-la nos duros combates pela fé, destacando-se, desde logo, entre os próprios veteranos da catequese.

Ao princípio junto a Montoya, depois só, embrenha-se pelos sertões, tem contacto com as mais ferozes tribos da mata e do campo, domina-as pela sua coragem e pelas suas virtudes, fontes inexauríveis de um poder formidável e funda reduções e incute no es-

pírito quase inacessível dos índios essa luz maravilhosa que revestia o seu coração de fé, de ternura e de piedade humana.

Um dia baixam de Piratininga, à preia de índios, as hordas dos bandeirantes, que caem sobre as povoações cristãs do Guairá, maltratam os sacerdotes, e levam cativos infindáveis chusmas de catecúmenos, arrasando e queimando as suas aldeias, torturando crianças e mulheres. E' o P. Cristóvão, na sua ânsia de defendê-los, uma das vítimas da furiosa investida dos piratininganos. Ferido duas vezes, nem por isto, malbaratando a vida, deixa de socorrer com seu auxílio espiritual, ante a ineficácia do esforço material, esses infelizes que, presos a correntes de ferro, seguem, gotejando sangue das feridas, para serem vendidos nos mercados humanos de São Paulo.

Reproduzem-se novos atentados à liberdade dos índios. Concertam então os Jesuítas essa providência extrema do êxodo de milhares de silvícolas que baixam, pelo Paraná, reduzidos pela fome, pela peste e pelas feras, até as velhas povoações do Paraguai, onde estarão em maior segurança. E, à frente desses homens, o P. Cristóvão, multiplicando-se em abnegações e coragem, dá-se inteiro a seu povo, acrisolando ainda mais os sentimentos dessa caridade que, levando-o ao martírio, dar-lhe-á os resplendores da santidade.

Feita a transmigração dos guairenhos, novos campos de acção esperam a actividade do veterano soldado de Cristo. Abre-se o Tape aos trabalhos da catequese. Milhares de almas esperam ali o bafejo da civilização cristã. Difícil a tarefa que se lhe impõe. Como em Guairá, designa-o a obediência para desbravar incultos caminhos e trazer ao redil as ovelhas perdidas que integrarão o rebanho do Senhor.

Entrando no Tape, o P. Cristóvão funda São Miguel. Os índios, tocados pelo seu singular encanto de predestinado, veneram-no com sinceridade. **Pai Quirito** o chamam. Padre corajoso, valente, destemido. De São Miguel passa a outras reduções. E por toda parte, onde mesmo não vai, seu nome corre, sua fama transborda e os índios se acolhem à sua sombra benfazeja e amiga.

Uns tupis, que, vanguardeiam bandeiras paulistas que não

tardam, aparecem na serra do Nordeste, outros sobem pelo Guaíba em canoas ligeiras, resgatando tapes que os ibirajaras cativavam. E o P. Cristóvão, para livrar os pobres índios, voa em seu socorro, percorre a bacia do Caí, e alicia numerosas tribos para reduzir nas aldeias fundadas no Tape.

Está, em 1635, em Jesus-Maria quando se avolumam rumores do próximo surto de bandeirantes paulistas, capitaneados por António Raposo Tavares, o destruidor das reduções do Guairá. Corre, então, valente, destemeroso, no intuito de organizar a resistência, aliás improfícua, ao Caágua, por onde necessàriamente deveriam descer os inimigos temidos.

E', nessa ocasião, de volta do Caágua, onde consegue impor-se àqueles selvagens primitivos e simples que, junto ao arroio de Ibia, é martirizado e morto pelos ibianguaras, tribo dos ibirajaras, que dominam a província de Ibiaça.

Grandioso como sua vida foi seu martírio, junto ao arroio de Ibia, local que se pode identificar nas proximidades do rio Piaí, município de Caxias do Sul, paróquia de Santa Lúcia do Piaí, na região da serra do Nordeste.

Cabe perfeitamente aqui essa página heróica, vazada em documentação inédita e preciosa, sem que se lhe tire o sabor primitivo que a emoção profunda de seus primeiros cronistas, companheiros de glória e de dor, lhe dão, na hora mesma em que, coroado pelo martírio, o P. Cristóvão de Mendoza santificava com seu sangue a terra rio-grandense.

«Quando o padre chegou junto ao arroio começara a chover. Relâmpagos contínuos cortavam o céu com zigue-zagues de fogo. E, ali mesmo, desmontando do cavalo em que viajava, procurou abrigar-se, para o que, os índios amigos de sua comitiva, «começaram logo uns a erguer o rancho e outros a trazer lenha para fazer a comida e alguns a arrancar a palha para fazer as suas choças.» [14]) Poucos eram esses companheiros, mas valentes, pois os caaguaras, certos de que nada aconteceria ao bom Padre, haviam ficado em suas aldeias.

Voltavam os catecúmenos carregados de lenha e de palha,

14) Jaeger, *O Herói de Ibia*, cap. 18.

quando do mato surgiram as chusmas de índios, armados em guerra, que lhe tomaram o passo. Alguns conseguiram chegar até o lugar em que estava o sacerdote, avisando-o aos gritos do perigo que corria. Desarmados, tentaram opor-se à investida dos infiéis, mas, ante a superioridade numérica dos inimigos, a maior parte, sob uma nuvem de flechas, fugiu para os matos. Poucos ficaram, arrostando a morte, junto a Cristóvão. Este, ao primeiro alarma, tornara a montar o seu cavalo, tomando de um escudo que um índio lhe dera, para se defender das flechas de que era alvo. E, preocupado com os índios infiéis que o acompanhavam, para que não morressem sem baptismo, gritava-lhes que fugissem e com êle só ficassem os cristãos. Não queria perder aquelas almas em caminho do céu. Moribundo, cai um dos pagãos que o acompanhavam, crivado de flechas. Indizível a aflição do Padre. «Água, gritava, tragam-me água para baptizá-lo.» Mas, naquela confusão horrível, ninguém atendia a seus rogos. E assim, andava escaramuçando o cavalo, de uma parte para outra, até que a chusma enfurecida o cercou por todos os lados, brandindo tacapes e atirando-lhe setas. Um tremedal próximo colheu o cavalo, que dele não se pôde desvencilhar. Entregue à fúria dos inimigos, o Padre apeou. Poderia ter fugido, mas não quis. Que se cumprisse essa destinação ancestral que desde um século pesava sobre a estirpe dos velhos avoengos. Seu sangue era a redenção, porque Deus o acolheria em suas mãos misericordiosas. «E vendo que era impossível livrar-se com a vida, quis antes morrer e perder a sua temporal, para que não perdessem a eterna os que estavam em sua companhia.»

Instintivamente, defendia-se, com a rodela, das flechas que lhe eram dirigidas. «Mas, pesando já muito, por estar coberta de setas, e querendo o Padre quebrá-las, para aliviar o peso, descobriu o corpo e então deram-lhe um flechaço na face, com que meio o aturdiram» e um índio, que lhe veio pelas costas, tirou-lhe o chapéu da cabeça e um outro vibrando um tacape, derribou-o por terra. Novos golpes, novos flechaços e assim o tiveram por morto. E para que efectivamente não lhe restasse resquício de vida, deram-lhe alternativamente muitos golpes pelo corpo, e um dos feiticeiros, como troféu de vitória, cortou-lhe uma das orelhas.

Desnudaram-no completamente. Um Cristo pendia-lhe do pescoço. Arrancaram-no, blasfemando. «Salva-o!» diziam-lhe escarnecendo. Mas, a chuva apertara. Copiosa, em fortes bátegas, caía dos céus escuros e tristes. Para fugir à intempérie correram os índios às suas aldeias. Voltariam no dia seguinte para queimar o corpo e furar-lhe o ventre; porque, se assim não o fizessem, quando o corpo do morto inchasse, o mesmo sucederia ao do matador que, inchado, morreria. Levaram consigo as vestes do Padre e as dos meninos, ajudantes de missa que, mortos, jaziam junto ao corpo de Cristóvão, a quem não quiseram abandonar, porque com ele preferiam subir à bem-aventurança eterna.

Mas, Pai Quirito não morrera ainda. E naquela noite tornou novamente a si, no silêncio do descampado. Chovia, e um frio terrível sobreviera. Estava estendido na terra fofa do banhado e o sangue lhe escorria de mil feridas. Doía-lhe, como maior ferida, o pudor de sua nudez. Procurava em torno alguma coisa com que cobrir-se. Só o céu negro e profundo estendia-se-lhe do alto, como imensa batina, naquela agonia indizível.

Estava só, «a cabeça partida em duas partes, uma orelha decepada, que os índios levaram como troféu, as faces em sangue, um olho vazado, o corpo moído a pancadas, completamente desnudo, molhado, inteiriçado de frio, e banhado em seu próprio sangue. E levantou-se a custo, arrastando-se; andou um trecho em busca de um abrigo, procurando ver se encontrava algum de seus companheiros. Mas, não podendo continuar, estendeu-se novamente sobre a terra dura, cheio de dores das feridas, moído pelos golpes, tiritando de frio, que a noite alta aumentava.»

Só Deus velava-o naquela agonia. «E o que o Padre passaria naquela noite, os colóquios que teria com Nosso Senhor, os actos heróicos e fervorosos que faria, e como se ofereceria de novo para padecer maiores trabalhos e tormentos por seu amor e pela salvação das almas», só Deus o saberá.

Pela manhã voltaram os índios e não o achando no lugar em que o haviam deixado, pelo rasto de sangue conseguiram descobrir o corpo. Cristóvão ainda vivia. Ergueram-no, mofando de Deus, escarnecendo e martirizando-o novamente. Diziam-lhe: **Oroyuca mbae catupae tupa?»** (Ferimos-te e matamos-te, por-

que teu Deus não te livrou das nossas mãos?) E o Padre respondeu com mansidão: «Viera para fazê-los filhos do verdadeiro Deus e Deus permitira que fosse assim tratado para sua própria glória e para a salvação deles.» E disse-lhe muitas outras coisas, que os índios não sabiam reproduzir, falando sempre manso e doce, na sua gloriosa agonia.

Mandaram-no calar e ele continuou na sua prédica. Deram-lhe novos golpes, de que o sangue jorrava. Com um deles, arrancaram-lhe os dentes que um rapaz, mais tarde, recolheu, entregando-os aos Padres em Jesus-Maria.

«Mas, nem por isto deixou de lhes pregar e lhes dar a entender as coisas e os mistérios da Fé, recebendo, por isto, mais pauladas e golpes; e, vendo eles que o Padre não morria nem deixava de lhes falar, disseram uns aos outros: «Este não deve morrer no campo, levemo-lo ao mato para que morra lá». Atravessaram-lhe o corpo num pau comprido, de cabeça para baixo, e assim o conduziram até o lugar em que fizeram uma choça de palha para abrigá-lo, por compaixão ou, talvez, para melhor queimá-lo ali, e ouvindo que ainda lhes dizia não lhe causar dó que lhe despedaçassem o seu corpo, porque à alma nenhum mal poderiam fazer, e logo subiria para gozar da paz do Senhor, eles, loucos de fúria, cortaram-lhe o nariz, e outra orelha, os lábios e, como ainda falava, abrindo-lhe a garganta, tiraram-lhe a língua e foram-lhe a golpes rasgando e cortando o peito e o ventre, enquanto o Padre, olhos no céu para onde sua alma havia de subir logo, agonizava ainda. Acabaram, arrancando-lhe as entranhas e o coração que cravaram de flechas para ver se morria assim.» [15])

Teve lugar o martírio do P. Cristóvão de Mendoza no dia 26 de Abril de 1635, em pleno coração da serra do Nordeste. [16]) Tinha 46 anos de idade e 19 de Companhia. [17])

---

15) Ânua do padre Diogo de Boroa. B. N. Mss. I-29, 1, 55.

16) Aurélio Porto. *Martírio do ven. Padre Cristóvão de Mendoza.* Sep. *Anais* 3º *Cong. de Hist. Sul-rio-grandense.* P. Alegre, 1940. *Estudos,* Ano III, vol. V, 220.

17) Padre Mathias Tanner. *Societatis Jesu,* etc. Praga, 1675. — Veja ainda: *"História da República Jesuítica do Paraguai"*, pelo Cónego João Pedro Gay, segunda edição anotada (por Rodolfo Garcia), Rio de Janeiro, 1942, pág. 234 ss.

5. A «Junta» dos feiticeiros.

A notícia da morte do P. Cristóvão de Mendoza que célere correu pelas redondezas do Tape, fez com que os índios catecúmenos se apresentassem não só para ir em busca do corpo do Jesuíta martirizado pelos ibianguaras, como também para exercer sobre eles a vingança merecida. Exortaram os Padres de Jesus-Maria e outros que ali se haviam reunido não se expusessem os cristãos à sanha enfurecida dos infiéis. Mas, de São Miguel, redução que Cristóvão fundara, baixou logo, sob o mando do capitão do Povo, um forte destacamento de índios que, ao som de guerra, se propunha à arriscada empresa. De outras reduções também acorreram guerreiros a Jesus-Maria, escolhido para ponto de concentração do exército cristão e, em poucos dias, uma força de mais de 1.600 catecúmenos ali se reunia.

Não podendo obstar a determinação expressa dos caciques de irem resgatar o corpo do mártir, pregaram, entretanto, os Padres se abstivessem de uma vingança que atentava contra os princípios da religião cristã. Vencidos por estas exortações, formalmente prometeram não se excederem no cumprimento dessa missão.

E com este propósito partiram de Jesus-Maria e chegaram ao arroio de Ibia em 15 de Maio. Ao aproximarem-se do local em que estava o corpo do Padre Cristóvão saíram-lhes à frente, organizados para combatê-los ao som de seus instrumentos de guerra, os ibianguaras que receberam os cristãos sob nuvens de flechas. Intentaram estes dizer-lhes que não vinham com o intuito de combater e sòmente levar os despojos do Jesuíta para sepultura condigna.

«Mas, os malfeitores, mostrando-lhes pedaços da sotaina do Padre lhes diziam: «Matámos a vossa **abuela** [18]) (que assim chamam os feiticeiros os Padres por escárneo da sua continência), vinde também para que vossos ossos fiquem com os dele». E acometendo os nossos com fúria, foram rechaçados valorosamente, morrendo muitos e sendo outros presos. Procuraram novamente

18) Abuela = avó, expressão irónica com que pretendiam ridicularizar a castidade dos Padres, capazes de viver sem mulher. (L. G. J.)

os malfeitores impedir que trouxessem o santo corpo do mártir, juntando-se com maior número que ia chegando onde estavam os nossos. [19]) Organizaram os infiéis, com sua táctiva de guerra, o cerco que, em forma de anel, vai-se estreitando para colher dentro dele os inimigos, perigosa manobra em que eram exímios. Mas, os cristãos, exercendo a mesma táctica, romperam o cerco, «colhendo nele os inimigos da mesma forma» e assim mataram muitos, principalmente aqueles que mais encarniçados se haviam mostrado na morte do Padre». Outros muitos foram presos, «e entre eles o feiticeiro Taiubai, autor dessa maldade, capturado pelo cacique principal de São Miguel, Guaimica, que, levando-o ao lugar em que o tirano havia maltratado e morto ao santo mártir, «ali o prostrou a golpes de macana».

Transportaram o corpo para Jesus-Maria, mas assediados sempre por numerosos bandos de infiéis que os inquietavam com suas arremetidas.

Deu isto lugar a novos acontecimentos. Convocadas pelos feiticeiros e caciques principais da serra, reuniram-se as **Juntas** das aldeias de toda a região. E nelas ficou assentado se congressassem todos os índios para destruir as reduções do Tape e matar os Padres que nelas assistiam.

Inicialmente, «em umas como igrejas em que se juntavam, e tinham uns como púlpitos e baptistérios, onde faziam prédicas e baptizavam a seu modo, [20]) começaram a arremedar e contrafazer as acções dos Padres. E dali diziam que as reduções deviam ser arrasadas. Tinham já convocado os tigres, que as teriam de assolar; os **itaquiceas,** que estavam para sair de suas cavernas; e os **ibipitas,** que são uns pseudofantasmas, que o vulgo e chusma imagina horrendos e aos quais todos temem».

Obedecia a Junta ao mando dos terríveis feiticeiros Chemboabate e seus filhos Ieguacaporu e Iaguarobi e outro não menos afamado, Ibapiri, que tomara o nome de um feiticeiro morto nas pontas do Igaí, querendo fazer crer aos índios fosse ele um morto ressucitado.

---

19) B. N. Mss. I, 29, 1, 55, n. 1.
20) B. N. Mss. I, 29, 1, 55, n. 2.

Convocados, reuniram-se em Taiaçuapé (**Caminho do porco do mato**) os índios de diversos lugares, principalmente os de Carirói, Piraiubi, Tibiquari e outros, que logo atingiram a centenas. Formada a Junta que obedecia a três feiticeiros, entre os quais uma índia gigante de estatura disforme, despacharam logo para todas as partes hieroquiaras (dançadores) para avisar os índios infiéis e atemorizar os cristãos, o que faziam com danças e cantos, em que diziam que breve se acabariam as reduções e seriam expulsos e mortos os catecúmenos e os Padres.

Muitas aldeias foram, pelo temor incutido nos próprios cristãos, aos poucos, se despovoando. Era costume, quando abandonavam as casas, desfazê-las e queimar a madeira e, assim, aldeias inteiras iam sendo desfeitas e seus moradores desaparecendo do convívio cristão. As roças também eram abandonadas e as sementeiras perdidas.

Entretanto crescia a multidão que em torno dos feiticeiros se congregava para as juntas de Taiaçuapé. Foi quando, por iniciativa própria, resolveram alguns capitães dos Povos, fiéis aos princípios cristãos, tomar providência para coibir esse mal que daria cabo de todo o trabalho de catequese dos Jesuítas. Reunidos os índios, armados em guerra, e cobertos de plumas, como era usual nas guerras, foram, tendo seus capitães à frente, dar caça aos hieroquiaras, que eram os promotores daquela desordem. Conseguiram prender muitos desses emissários da Junta, sendo alguns mortos e outros aprisionados e levados para a redução onde, não obstante os rogos dos Padres, eram duramente castigados como exemplo para o Povo. Diziam-se deuses e, para desengano dos que neles acreditavam, entregaram-nos às crianças que os enchiam de lodo e deles escarneciam, fazendo-os dançar sob os mais ridículos apodos.

Foi o capitão Ariya, cacique de São Joaquim, quem conseguiu levar às reduções exacta notícia da extensão do perigo que sobre elas pairava. Disfarçado como selvagem, levando suas armas, e tendo o corpo pintado como os infiéis, conseguiu entrar em Taiaçuapé, que ficava nas proximidades de São Joaquim e ali observou que os feiticeiros aprestavam os índios para que dessem sobre

as reduções de São Cristóvão, São Joaquim e Jesus-Maria, matassem os Padres e destruíssem as povoações.

Reuniram-se logo, para organizar a defesa, os Jesuítas, sob cuja direção estavam aqueles Povos e os capitães Antoni, Guiraragué e Ariya, tendo-se resolvido concentrar em Jesus-Maria o maior número de índios guerreiros das reduções da Serra. A 29 de Setembro, feita a concentração, contavam-se ali 500 índios de guerra, tendo para isto contribuído Sant'Ana com 108, São Cristóvão com 96, São Joaquim com 50, além do contingente de Jesus-Maria e de seus arredores, o que elevou o total do exército cristão a mais de 1.000 combatentes.

Estavam já os infiéis entrincheirados à margem direita do Iequimini (Rio Pardinho) que, tendo crescido muito devido às chuvas que caíram à noite, não dava passo franco, sendo necessário fazer uma ponte. E nem todos haviam transposto o rio quando os fiéis, que os aperceberam, caíram sobre eles com grande fúria. Ouvida e gritaria que fazem em combate, o resto do exército cristão, a nado, vadeou a corrente, dando sobre as paliçadas fortes em que os inimigos se acoitavam. Em pouco tempo estavam vencidos, em fuga precipitada uns, outros prisioneiros, muitos feridos e os principais pagaram com a vida essa tentativa de expulsar de suas terras os Jesuítas, que vinham destruir os seus costumes antigos, a sua vida livre, a prática de primitivas usanças, para lhes impor uma civilização que não compreendiam ainda.

CAPÍTULO IV

BANDEIRAS PAULISTAS NO SUL.
(1636-1669)

1. *O bandeirismo paulista.* — 2. *A bandeira de Aracambi.* — 3. *A bandeira de Raposo Tavares.* — 4. *Bandeira de André Fernandes.* — 5. *Bandeira de Caaçapá-guaçu.* — 6. *O desbarato de Mbororé.* — 7. *Outras actividades do bandeirismo paulista.* — 8. *O êxodo das populações aborígines.*

1. O bandeirismo paulista.

O ciclo da caça ao índio, que dá origem à eclosão do bandeirismo, surge com as exigências económicas que logo se deparam aos povoadores de São Vicente. Precisavam de braços para as suas incipientes lavouras, de escravos para organizar os seus contingentes de «homens de arco» afeitos à guerra e, daí, esse movimento inicial que realizou a expansão por terras dilatadas. O vicentista, o piratiningano, cujas bandeiras assolam as populações pacíficas de índios selvagens, ou os aglomerados humanos trabalhados pela civilização cristã que os Jesuítas impõem, em terras do sul, nada mais fazem do que continuar, com melhor aparelhamento, a usança primitiva das hordas selvagens em suas guerras de escravização das tribos inimigas.

Não houve, inicialmente, nem quiçá depois, um propósito preconcebido de expansionismo territorial. E a mesma investida contra os Jesuítas espanhóis, que dominam as posições além da linha de Tordesilhas, não representa uma acção de reivindicação patriótica e, sim, puramente, a certeza de que ali era fácil fazerem-se as largas provisões de peças óptimas que adquiriam preços mais elevados nos mercados do Centro-Sul.

Documentos modernamente exumados dos arquivos autorizam a recuar para épocas anteriores às fixadas pelos historiadores do bandeirismo paulista esse surto de actividades concernentes à preia de índios, que deu origem ao ciclo das bandeiras.

Em meados do século XVI, intenso já era este comércio, no extremo sul, de onde os vicentistas levavam inúmeros escravos, resgatados ou tomados das aldeias em que passavam.

António de la Trinidad, residente em Assunção, em carta que escreve aos membros do Conselho de Índias, datada de 2 de Julho de 1556, nos revela que «veio um português que se diz Fulano Farinha de São Vicente, povo de Portugal, e voltando lhe permitiram certos homens que ele levasse índios da terra que com ele iam, e até lhe venderam outro e os levou a São Vicente e vendeu a outros portugueses e pagou sua décima aos oficiais do Rei por escravos, que foram trinta, sem muitos outros que pelo caminho se lhe morreram, /veio depois outro português que se diz Diogo Dias e lhe deu o governador licença que lhe vendessem a ele muitos índios **ororocotoquins** e de outras nações os quais havia trazido numa «entrada», e os levou a São Vicente com outros índios que pelo caminho tomou Dom Diogo como escravos, que vendi, e pagou os direitos a seu Rei. /Outros três ou quatro cristãos, vendo que isso se consentia, saíram daqui e levaram/daqui/cada um sua meia dúzia, e tendo vindo, nenhuma coisa lhes disseram, vindo dos tupis certos homens que é outra nação de índios, num rio toparam com quinze canoas, e carregados de índios dos que conosco estão, levam-nos amarrados· outros mortos e assados e cozidos, disse-lhes este homem a um principal dos tupis porque levavam e faziam guerra aos nossos. Respondeu-lhe: estes andam fugindo de vós e fez a um dos que iam amarrados, e disse-o porque fogem de/nós, pois os tratam estes assim. Respondeu-lhe o índio preso: deixá-los que matem, e coma-nos, que mais queremos que nos comam estes do que não sofrermos a vosoutros .» [1])

Muitos outros nomes poder-se-iam apresentar à lista desses precursores do bandeirismo, entre os quais sobreleva Pêro Correia, grande preador de silvícolas, entre carijós e ibirajaras. Po-

1) B. N. Mss. I, 26, 30, 13. *Cf. Campaña del Brasil,* 1º vol.

tente em arcos, sesmeiro de dilatadas terras em São Vicente, onde contende com Brás Cubas, um dia, edificado pelas prédicas de Manuel da Nóbrega, pela piedade de José de Anchieta, a tudo renuncia, seguindo-lhes o exemplo e ingressa como noviço na Companhia. Doa aos meninos do Colégio terras e vacas, dá liberdade aos índios que apresara e, língua admirável, pela madrugada alta, acorda os selvagens nas aldeias distantes, falando-lhes, horas a fio, de um Deus misericordioso, que era o Senhor Supremo de tudo e, atrás de si, eloquente e persuasivo, arrasta multidões de aborígenes que se convertem à fé de Cristo. Palmilha de novo os sertões e às mãos dos carijós encontra o martírio e a glória, em terras do extremo sul.

Mas, as bandeiras pròpriamente ditas, organizações regulares, chefiadas por homens de prol, e auxiliadas por índios aliados e, mais tarde, por mamalucos, têm suas origens na segunda metade do século XVI. Quase todas são dirigidas ao sul, principalmente contra os carijós. O erudito Basílio de Magalhães as relaciona. [2]) Abre o ciclo, em 1561, a célebre bandeira de Anhebi, que leva a guerra a esses silvícolas. Vai como intérprete José de Anchieta. No ano seguinte, sob a chefia de João Ramalho, outra se apresta contra os índios do Paraíba. E' com a bandeira sob o comando de Jerónimo Leitão, capitão-mor de São Vicente, que se iniciam, em 1585, as guerras contra os carijós. Em 1594 Jorge Correia marchou a guerrear estes índios. De 1600, em diante, já as bandeiras se organizam para a ostensiva descida de índios do sertão. E entre estas, visando o Sul, seguem à preia dos carijós Nicolau Barreto (1602), Belchior Dias (1607), Fernão Pais de Barros (1611).

Outro rumo, porém, tomam logo as bandeiras paulistas. Ampliando a acção catequista, haviam os Jesuítas estendido as suas aldeias até Guairá, no actual estado do Paraná, onde contavam já com reduções florescentes. Por esse caminho, à cata de índios, palmilhara Fernão Pais de Barros (1611), que teve a sua bandeira quase completamente destroçada. E, no ano seguinte, Sebas-

2) Basílio de Magalhães — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial* — 2ª ed. 1935. Ed. Nacional. 107/121.

tião Preto renova a façanha, encontrando também a resistência do governador de Ciudad Real, que lhe toma mais de 500 guaranis que apresara.

E' Manuel Preto «o herói do Guairá», o primeiro bandeirante que investe contra as aldeias que os Jesuítas haviam fundado naquela região. Em 1619, 1623 e 1624 apresou nessas aldeias grande quantidade de índios que levou para sua fazenda da Expectação.

«Não se imagina», escreve Capistrano, «presa mais tentadora para caçadores de escravos. Por que aventurar-se a terras desvairadas, entre gente boçal e rara, falando línguas travadas e incompreensíveis, se perto demoravam aldeamentos numerosos, iniciados na arte da paz, afeitos ao jugo da autoridade, doutrinados no **abá-nheen?** Houve alguns salteios contra as reduções desde o seu começo, mas a energia e o sangue frio dos Jesuítas contiveram os arreganhos dos mamalucos, que se retiraram proferindo ameaças. Para pô-las em prática precisavam, porém, da conivência da gente de Assunção. Isso conseguiram em fins de 1628 e muito concorreu para assegurá-la Luís Céspedes Xéria, governador do Paraguai, casado em família fluminense, senhor de engenho no Rio. Fez por terra a viagem para seu governo; esteve em Loreto do Pirapó e Santo Inácio de Ipá-umbuçu, admirou as igrejas, **ermosisimas iglesias, que no las he visto mejores en las Indias que he corrido de Perú y Chile,** — e fez sinal aos bandeirantes para avançarem.» [3])

E estes, com uma grande bandeira composta de «900 mamalucos, 2.000 índios auxiliares, dirigidos por 69 paulistas qualificados como locotenentes de António Raposo Tavares», [4]) atacam as reduções do Guairá, «bradando aos Jesuítas, consoante relata Montoya, «que iam expulsá-los de toda aquela região, porque era dos portugueses e não do rei da Espanha», [5]) e destroem, depois de duros combates, as aldeias cristãs. E' quando resolvem os Jesuítas, à frente dos catecúmenos que restam, abandonar aquela região e emigrar do Paraná.

---

3) Capistrano de Abreu. *Cap. Hist. Colonial*, 102.
4) *Basílio de Magalhães*. Ob. cit., 120.
5) *Basílio de Magalhães*. Ob. cit., 120.

2 — A bandeira de Aracambi.

A primeira bandeira que assola o território rio-grandense, ainda sob o comando do grande Raposo Tavares, nele penetra em fins de 1636.

O erudito historiador paulista, Dr. Alfredo Ellis Júnior, assinala o ano de 1635 para a penetração da primeira bandeira piratiningana nos sertões do Rio Grande do Sul, tendo como chefe o ousado bandeirante Fernão de Camargo, o **Tigre.** [6]) Aceitando essa assertiva, o mestre do bandeirismo, Dr. Afonso d'E. Taunay, em sua obra monumental, transcreve largamente o trabalho do Dr. Ellis, que recebe, assim, o consenso do notável historiador das Bandeiras. [7])

Em pesquisas levadas a efeito, na Biblioteca Nacional, cuja divulgação serviu para outros trabalhos que foram feitos posteriormente, [8]) encontramos, especialmente nas **Ânuas** jesuíticas, referentes a esse período [9]), interessantíssimos informes [10]) que vêm modificar, em parte, a opinião do historiador paulista e restabelecer a verdade sobre o objectivo dessa bandeira (a de **Acacambi**), que rumou para os sertões do sul, com o intuito de escravizar os índios Patos.

Conjugando elementos da preciosa documentação oficial de São Paulo, o Dr. Alfredo Ellis reconstitui essa bandeira, que, em princípios de 1635, se dirigiu aos «ditos Patos». Além de índios de arco compunha-se ela de «200 homens», que levavam pólvora, chumbo e correntes, e deveria ter partido de São Paulo nas proximidades de 17 de Março de 1635. «Vinte dias, mais ou menos», diz o Dr. Ellis, «deveriam os barcos ter levado na rota de Santos ao Rio Grande do Sul, pois que eram meios de transporte infinita-

---

6) Alfredo Ellis Júnior. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano.* 2ª ed. São Paulo, 1934.

7) Afonso de E. Taunay. *História Geral das Bandeiras.* São Paulo, 1924.

8) Olyntho Sanmartin. *A bandeira de Aracambi.* Anais 2º Cong. de Hist. do Rio Grande do Sul, 1937, III, vol. 7; e *Bandeirantes no Sul do Brasil,* 1949, Porto Alegre.

9) P. Luís Gonzaga Jaeger S. J. *As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul* (1635-1641).

10) *Colecção de Ângelis.*

mente mais rápidos do que as longas caminhadas pelos sertões agrestes da via terrestre. [11])

Deveria a bandeira em questão ter desembarcado na Laguna, em Santa Catarina, justamente onde passava o meridiano de Tordesilhas, lugar que desta data em diante foi muito frequentado pelos bandeirantes, como faz certo o inventário do paulista Custódio Gomes (1638) (**Inv. e Test., vol. XII-253**), ou no próprio Rio Grande, porto muito em uso, também, por bandeirantes marítimos, paulistas, como as que são referidas em uma carta de Filipe IV, dirigida de Madrid ao vice-rei do Peru, marquês de Monera, em 16 de Setembro de 1639, na qual dizia que os moradores e vizinhos de São Paulo haviam realizado desde 1614 várias entradas por terras do Brasil a dentro, «como por el puerto de Patos y Rio Grande». [12])

Assinalando isto, o provecto autor da **História Geral das Bandeiras** acha provável que esta entrada se tivesse realizado «pelo Rio Grande, na lagoa dos Patos, e daí rumando ao Norte, houvesse mesmo penetrado pelas bocas adentro do Jacuí, para no curso baixo desse caudal, quais normandos da América, assaltar as malocas dos **patos** ou **araxanes** e quiçá ameaçar as primeiras reduções do Tape, que margeiam esse rio.

Saindo em 17 de Março, de São Paulo, essa bandeira **«em princípios de Junho do mesmo ano estava acampada em arraial, junto à aldeia do principal Aracambi, no sertão dos Patos, em pleno Rio Grande do Sul»**. Faleceu aí o bandeirante Juzarte Lopes, e de seu testamento são identificados vários paulistas que dela faziam parte. Acrescenta o Dr. Ellis: «Ignoramos, infelizmente, por falta de referência nos documentos, por nós analisados, quais os feitos dessa bandeira no sul e se chegou ela a atacar as reduções do Tape; curta, porém, foi a permanência dela fora do povoado paulistano, pois oito meses depois de tê-lo abandonado, a ele tornava, novamente, de regresso de seu longo percurso, pois que encontramos a Fernão de Camargo, o Tigre, da lista supra novamente em Câmara, a 10 de Novembro de 1635 (**Atas,** vol. IV, 268), prova

11) Dr. A. Ellis. *Bandeirismo*, cit., 142.
12) A. Taunay. *Hist. Geral*, cit., II. 229.

evidente de que a bandeira também se encontrava em São Paulo». Termina o autor desse estudo dizendo ter sido «essa a bandeira iniciadora da invasão do Rio Grande do Sul, pelos paulistas».

Determinados, assim, os pontos cardeais da asserção do erudito historiador quanto à bandeira de Aracambi, procuraremos, mercê da larga documentação consultada, expor os motivos da nossa discordância no que diz respeito a essa entrada nos sertões rio-grandense, se bem que pequeno número de seus componentes possa ter vindo até o Caágua, como se dirá.

Ela deveria, aportando a Laguna, ter-se dirigido aos «sertões dos Patos», isto é, ao próprio território lagunense, em direcção a Oeste, seguindo pela margem direita o curso do rio Pelotas, que dá origem ao Uruguai. A designação de «Sertão dos Patos» não abrangia o Rio Grande do Sul. Só a recebeu, isto mesmo com aplicação à lagoa (Lagoa dos Patos), muito mais tarde, quando, por um erro cartográfico, se estendeu ela a essa massa d'água e aos índios circunvizinhos que eram ibirajaras e tapes, ditos **araxanes** (xanés da lagoa? = **ara,** lagoa). **Laguna de los Patos,** sertões dos patos, sertão dos carijós, foram sempre a actual Laguna e seus sertões de Sul e Oeste. A fronteira, pelo sul, no litoral, dos carijós ou patos, com os ibirajaras, estendia-se pelo rio Mampituba. E' o que nos diz, em 1605, em sua carta de 26 de Novembro, o P. Jerónimo Rodrigues, que naquele ano, juntamente com o P. João Lobato, havia estado na Laguna, em missão aos carijós. «A comarca desses carijós, que estão por estes campos ao longo do mar e que é deste porto de D. Rodrigo (Imbituba) até Boipetiba (Mampituba), pode ser de 40 léguas, pouco mais ou menos, terra mui baixa, campinas de areia, que correm entre o mar e umas serras que não há ser um palmo de terra nem de barro; no inverno muito fria, no verão muito quente, e de muitas ruins águas e daqui vem de ser muito doentia.» [13])

A fim de restabelecer a verdade sobre os acontecimentos ocorridos nesse ano de 1635, no território rio-grandense, procuraremos

13) P. Fernão Guerreiro. *Relação anual das coisas que fizeram,* etc. Lisboa. 1609 — 306. *Memórias para o extinto Estado* etc. Cândido Mendes de Almeida. Rio, 1874, II, 542.

estudar, detidamente, este período obscuro da nossa história, afastando para o fins do ano seguinte a entrada de bandeiras regulares que iniciaram a destruição das reduções jesuíticas.

Grandes amigos dos tupis, mamalucos e paulistas, os bilreiros ou ibirajaras eram insignes mercadores de índios que resgatavam com aqueles preadores insaciáveis. Organizaram eles, em fins de 1634, uma **junta** (espécie de bandeira), com o intuito de cativar índios e até mesmo os catecúmenos das nascentes reduções do Tape, principalmente os que demoravam por Jesus-Maria, onde, com o P. Pedro Mola, cura da aldeia, se encontrava o venerável P. Cristóvão de Mendoza. Correu célere a notícia desse sucesso, dizendo-se que essa **razia** seria feita pelos bandeirantes paulistas, o que depois se verificou não ser exacto. À frente de grande número de índios cristianizados, os Padres Cristóvão e Mola conseguiram dispersar parte do bando, aprisionando os principais que foram mandados para as reduções do Paraná, e libertando os cativos destinados a serem vendidos na costa do mar, aonde os vinham buscar os paulistas, que faziam incursões periódicas até Laguna. Outras notícias sobre actividades escravagistas dos ibianguaras e guaibiguaras levam o P. Cristóvão a empreender larga entrada pela região do Caí e da Serra Geral, transpondo o rio Taquari.

Avolumavam-se, porém, rumores de que os bandeirantes se aprestavam em São Paulo para destruir as reduções do Tape, a exemplo do que haviam praticado no Guairá. Ao provincial P. Diogo de Boroa, que se dirigia a Buenos Aires, chegaram precisos informes «que los brasileños de S. Pablo estaban alistando una invasión á la Provincia del Uruguay, para que, como los habían hecho, hace poco, en el Guairá, recogiesen una buena porción de cautivos». Tomou o P. Boroa imediatas providências para evitar a destruição das reduções. Em conselho com outros Padres, Governador da província e Reitor do Colégio foi acordado que «se devia opor à invasão com força armada». Em consequência disso, desde logo se despachou, afim de tomar a seu cargo as medidas do caso no Uruguai, ao P. Francisco Díaz Taño, veterano e insigne missionário, e em sua companhia os dois Irmãos Coadjutores António Bernal e João de Cárdenas, ambos, antes de entrar

na Companhia, por longo tempo exercitados na arte militar.» «Ao mesmo tempo», acrescenta o provincial Boroa, «dei aos mesmos plenos poderes para comprar todas as armas e apetrechos que se precisavam para essa empresa.» [14]) O P. Díaz Taño, que foi nomeado superior daquelas reduções, partiu para o Uruguai a 15 de Maio de 1635, levando consigo armamentos e outros petrechos necessários à defesa das reduções.

Antes, porém, que chegasse a seu destino, graves acontecimentos haviam ocorrido na província do Tape, promovidos pelos ibirajaras e outros índios infiéis, inimigos dos Padres, mas absolutamente sem interferência dos paulistas.

Fundada, como vimos, a redução de Santa Teresa, pelo P. Francisco Jiménez, iniciou este, em companhia do P. João Suárez e alguns índios vaqueanos, a exploração da vasta região a que ia servir, estendendo sua excursão à bacia oriental do Taquari e ao litoral. Nessa viagem empregou o Padre 24 dias, tendo partido de Santa Teresa a 3 de Janeiro de 1635.

Entrou o P. Jiménez pelo Caapi (pontas do rio Taquari), nove dias distante de Santa Teresa, e, embarcando aí em uma canoa, com mais meio dia de viagem, atingiu o Mbocarirói (Guaporé), pelo qual em dois dias saiu no Tibiquari (Taquari) e tendo navegado mais três dias entrou no Mboapari (Rio das Antas) onde deixou as canoas, voltando, cinco dias depois, à sua redução.

Encontrou o missionário, nos lugares visitados, aproximadamente 2.000 índios que poderiam ser reduzidos em três pontos: Caapi, Iuti (serras que ficam sobre o Taquari), e na boca do Mboapari (Antas). Havia em outros lugares grande número de gente reunida, mas não convinha localizar neles qualquer redução, «porq' la tierra es fragosissima, sus caminos infernales, no ai campo onde tener 4 bacas».

O Padre foi bem recebido de todos. Acompanharam-no em 34 canoas, perto de 200 índios, «que, pintados e emplumados a seu modo, espalhadas pelo rio as canoas, causavam agradável aspecto.» Tentou o P. Jiménez localizar parte dessa gente nas re-

14) *Documentos para la História Argentina. Iglesia.* Cartas Ânuas de la Provincia del Paraguay, etc. B. Aires. 1929. II, 549-550.

duções já existentes no Tape, prometendo 300 deles ir para Santa Teresa. Os outros, naturalmente, acompanhariam, mais tarde, os seus parentes. Sentiu o Jesuíta, entretanto, que a «gente de Taquari estava mui pouco disposta e nada afecta a nós-outros e assim não tratei muito de ganhá-los; falei e procurei atrair os caciques de mais nome (não me custou pouco alcançá-los, porque toda a gente, quando eu chegava, fugia para os matos) e trouxe alguns comigo, tendo-os presenteado e despachado satisfeitos. Entre o Jequi (Jacuí) e Mboapari (Antas) sobre o Tibiquari (Taquari) e os matos a dentro, onde é cacique principal Nacê, que mandei a Piratini falar com V. R. [Padre Pedro Romero] (ainda que por tardar V. R., voltou sem fazê-lo), havia muita gente e confiavam que lhes havia eu de levantar cruz; eu lhes mostrei as dificuldades que havia, e que se quisessem ter Padres saíssem dessa parte do mato; eles ficaram de juntar os caciques e procurar ver onde melhor fazer o seu povo e creio que o farão, **porque eles já conhecem o mal que os espera**, e que é forçoso deixar suas terras e vir buscar seu remédio». «Ficava-lhes, acrescenta o desbravador, por ver os princípios [origens] do Tibiquari, Caramataí [Gravataí] e Jequi [Jacuí], etc., onde estava a maior força da gente que da parte do mar se há retirado, mas eu e meus companheiros estávamos cansados e tendo-se-me dito que Tapeci, que vanguardeia toda essa gente, havia saído para ver-me (embora não fora assim, só me mandando boas palavras) me pareceu bem voltar para tratar com ele que fizesse esse povo, que se pretende, entre esta redução e de São Carlos (Visitação), porque só ele me parece o pode fazer, mas há de ser necessário darmos algum princípio; de forma por que tratei com V. R., porque de outra maneira quem há de querer vir a este desterro? Sem base alguma de comida?»

A carta do P. Francisco Jiménez, datada de 4 de Fevereiro de 1635, embora assinale que a região percorrida era «el cutidero de los tupis», não noticia ainda a existência de bandeirantes (paulistas) em território rio-grandense. Havia, sim, tupis, mercadores de índios, prepostos dos piratininganos, que iam resgatar com eles, levando-os cativos à Laguna. E' interessante, neste sentido, um tópico da carta do Jesuíta, que transcrevemos na íntegra:

«Dois mercadores ou mais, dos portugueses, achei por estas

terras, um estava sobre o Mbocarirói [Guaporé] e se chama Ibirapcrobi, está aborrecido com eles, deixou já seu mau trato; falei-lhe e ganhei-o de maneira que me acompanhou três dias com mostras de grande amor, e querendo-o ele assim, matriculei a gente que se lhe havia aproximado para a Visitação, onde me deu palavra de reduzir-se e creio que o cumprirá. O outro se chama Parapopi e está no Tibiquari, 4 léguas mais abaixo da boca do Mboapari, isto é grandíssimo velhaco e que vendeu toda esta nação, e a ele vinham parar todos os tupis assim pelo rio [Guaíba] como por terra [Laguna] (e os que Vossa Reverência tomou a ele vinham e eu já tinha notícia de sua vinda); dele fiam os portugueses todos os seus resgates, e da sua casa partem todos os anos as frotas de miseráveis cativos que os tupis levam por terra (por onde me dizem que gastam apenas cinco dias até o mar). Eu ia na intenção de trazê-lo por força se por sua vontade não quisesse vir comigo, mas não sei que índio se me adiantou e de noite lhe deu aviso e fugiu com alguns tupis que eu comigo tinha. Fiz-lhe queimar a casa e destruir quanto pude a comida para que se vá dali.» [15])

Duas eram as entradas «por onde podem vir [os paulistas] a nossas reduções: uma é o Caagua e outra o povo de Guebirenda [pouso, sítio do Guaíba = Porto Alegre] e disso há indícios certos», diz o P. Pedro Mola na Ânua, de Jesus-Maria, de 22 de Outubro de 1635. [16])

E foram esses «indícios» e a notícia de que alguns mamalucos que aportaram a Guaíbe-renda haviam sido mortos pelos índios, e o desejo de despertar nos caaguaras o sentimento da defesa de suas terras, por onde «fatalmente teriam de passar os inimigos» para assaltar as reduções do Tape, que moveu o P. Cristóvão de Mendoza a ir àquela região, como fica historiado.

Nada encontrou o Padre, em toda Serra, que autorizasse a supor a presença ali de piratininganos. Em 25 de Abril, ao deixar o Caágua, além de instruções detalhadas sobre o modo de defender aquelas terras e delas expulsar os invasores, o P. Cristóvão

15) Carta do P. Francisco Jiménez ao Prov. P. Boroa, I, 29, 1, 47.
16) Ânua do P. Pedro Mola. B. N. Mss. I, 29, 7, 28.

encarregou a alguns **varistas** de Jesus-Maria e São Miguel, que consigo levara, de ali ficarem para vigiar o passo dos inimigos e dar aviso às reduções, se eles aparecessem.

Em seguida dão-se os trágicos sucessos de Ibia, a expedição armada de índios catecúmenos que vai buscar o corpo do Padre e vingar a sua morte, e os consequentes acontecimentos da **Junta de Feiticeiros** que se organiza em Carirói, avança para Taiaçuapé, até o Rio Pardinho, onde é destroçada pelos cristãos.

Nesse ínterim, porém, isto é, entre Junho e Agosto de 1635, forte indício da aproximação de uma bandeira, na região do Caágua, nos induz a modificar estudo anterior [17]) e aceitar, em parte, as observações do Dr. Alfredo Ellis Júnior, no que se refere à «Bandeira de Aracambi. [18]) Mediante pesquisas mais completas, nos documentos jesuíticos da época, [19]) pela coincidência das datas e pelo número de «portugueses» mortos pelos caáguas, admitimos, senão a entrada dessa bandeira de Aracambi no território rio-grandense, pelo menos o de um destacamento que à mesma pertencesse e que, baixando da Laguna, em Julho ou Agosto, houvesse sido trucidado pelos caaguaras, sob o comando dos varistas que o P. Cristóvão ali deixara.

Em sua carta ânua de 6 de Setembro de 1635, ao receber as primeiras notícias sôbre a «Junta de Feiticeiros» que se formava na província de Ibiaça e referindo-se ao Caágua, diz o P. Boroa que «como ali estão três varistas, dois daqui (Jesus-Maria) e um de São Miguel, cristãos todos e estes foram os que ajudaram a matar os portugueses, pelos quais (caaguaras) é necessário passar primeiro, parece que não é (a Junta) coisa de portugueses.» [20]) Os índios de Guaíbe-renda (Porto Alegre) haviam também, mais ou menos na mesma ocasião, se defendido e morto outros portugueses que ali tinham aportado. [21])

Só em fins de Setembro os varistas que estavam no Caágua, deixados pelo P. Cristóvão, voltaram com grande perigo e «afir-

17) Aurélio Porto. *Terra Farroupilha*, I, 55/61.
18) Alfredo Ellis Júnior. *O bandeirismo paulista* etc., 1ª ed., 69-77.
19) B. N. *Colecção de Ângelis*. Ânuas das Reduções, etc.
20) B. N. I, 29, 1, 53.
21) B. N. I, 29, 7, 28.

mam que foi certa a matança dos portugueses». Em uma nota, só agora encontrada, aposta pelo P. Romero em uma carta do provincial Boroa, datada de 14 de Junho de 1636, encontra-se a seguinte revelação: «29 fueron los portugueses que mataron los indios del Caagua» e os portugueses do Rio de Janeiro não se deram por sentidos, porque dizem que eles tiveram a culpa de meter-se serra a dentro e fazer agravo às suas roças.» [22])

Como se verifica, o número de mortos é assaz grande para que se despreze a possibilidade de pertencerem a uma bandeira, que estaria nas proximidades. Esta seria, provàvelmente, a de Aracambi, que o Dr. Ellis identifica, em princípios de Julho de 1635, acampada no «sertão dos Patos», isto é, no sertão da Laguna, quiçá à margem direita do rio Pelotas.

Há, também, a hipótese de que esses portugueses houvessem entrado por via marítima, sabendo-se que eram contínuas as incursões desse género, justificadas no próprio trabalho do Dr. Ellis Júnior, que transcreve do **Registro Geral** referência a **barcos aos patos,** «com pólvora e pelouros e correntes a dar guerra ao gentio dos Patos que está há tantos anos de paz e alguns cristãos, o que protestamos.» [23])

Autoriza a hipótese a referência, em vários documentos jesuíticos de 1635, a portugueses que os índios guaibirenhos teriam matado ao chegarem às suas terras, de onde subiriam «a meter-se serra a dentro» sendo aí, por «varistas e caaguaras», mortos os 29 restantes. Seria um dos barcos da bandeira de Aracambi que, da Laguna, tivesse demandado a barra do Iguaí (Rio Grande, Lagoa, Guaíba)?

Os Jesuítas não deram maior importância ao acontecimento e nem consideraram como bandeira esses grupos isolados de preadores de índios que desciam de São Vicente, Piratininga e outros lugares da costa do Brasil. Aquele ano de 1635 era o terceiro em que, na província de Ibiaça, haviam sido destroçados pelos índios infiéis e pelos Padres, como se depreende da afirmação do P. Boroa «que lhe deram na cabeça, por três vèzes, por aquela parte».

---

22) B. N. Nota do P. Romero à carta do P. Diogo de Boroa, I, 29, 1, 59.

23) Alfredo Ellis Júnior. *Bandeirismo.* 1ª ed., 73, Reg. Geral, I, 499.

Supuseram, a princípio, os Jesuítas, que a morte do P. Cristóvão e os acontecimentos que a ela sucederam fossem «traça de los portugueses». Seus matadores, principalmente os feiticeiros Iaguacaporu, Iaguarobi e Chemboabaete, «eram muito insignes dos lusitanos, e que traziam consigo um rapaz, grande dançarino (hieroquiara) com um colete de anta que era dos que enfervorizava e que se dizia que esse rapaz era filho dos portugueses embora fosse índio, deve ser algum mesticinho filho de alguma índia de Iaguacaporu.» [24]) Com este primeiro mamaluco rio-grandense começara o processo de mestiçagem que antecede de quase um século a nossa formação étnica.

Não obstante, porém, a guerra pregada contra os Jesuítas espanhóis, por este hieroquiara, em suas danças e cantos, as indagações feitas pelos índios amigos não autorizaram a afirmar que nesses acontecimentos, quer antes, quer depois do martírio do venerável Cristóvão, houvesse intervenção de bandeirantes, isto é, «nestas juntas de velhacos não têm intervindo portugueses, nem tupis, senão ùnicamente índios velhacos comedores de carne humana, e feiticeiros», reconhecia em sua carta ânua de 26 de Setembro de 1635 o P. Francisco Díaz Taño, Superior das reduções. [25])

Ficam historiados os sucessos que determinaram a acção da «Junta de Feiticeiros», a organização do exército cristão que foi combatê-la e a derrota que se seguiu dos índios coligados. Nessa ocasião quiseram os Padres acompanhar os catecúmenos que iam à guerra, temerosos de que essa sublevação que se estendia até as fronteiras do Tape, abrangendo toda a província dos ibirajaras, fosse promovida pelos piratininganos. Os índios, entretanto, não permitiram a interferência dos Religiosos da Companhia, preferindo ir sòmente sob o comando de seus capitães: «eles queriam ir sòzinhos, pois índios contra índios melhor se ajeitariam sem Padres, **que, se houvesse portugueses, então nos avisariam».** Sabendo o P. Superior (Díaz Taño) que se faziam juntas em Carirói (em frente a Santa Teresa) e em Piraiubi (margem direita do Taquari), mas ignorando a intenção com que eram feitas, escreveu ao Irmão Cár-

24) Carta do P. Díaz Taño, original e inédita. B. N. Mss. I, 29, 1, 53.
25) Carta cit.

denas que lhe avisasse qualquer «rumor de portugueses», mas até 20 de Setembro de 1635, data da carta, nada averiguara nesse sentido. Segundo o P. Pedro Mola, em carta datada de 22 de Outubro do mesmo ano, «há certos indícios» de que os bandeirantes desceriam sobre as reduções por um dos dois caminhos a que nos referimos.

Transcorreu, assim, o ano de 1635 sem que entrasse no território rio-grandense nenhuma bandeira paulista, não obstante as contínuas notícias de que se preparavam elas para dar sobre as reduções e destruí-las, cativando, além dos infiéis, os índios cristãos. Grande parte do ano seguinte, 1636, passa, sem que apareçam os terríveis inimigos. A ânua do P. Pedro Romero, datada de 3 de Abril de 1636, dirigida ao provincial P. Diogo de Boroa, ainda não se refere à entrada de bandeirantes. Só mais tarde, em Novembro, como se verá, têm os Padres conhecimento da passagem, pelo Caágua, da primeira bandeira que penetra o Rio Grande do Sul e a cuja frente vem o insigne António Raposo Tavares, o mesmo que, no Guairá, já tivera contacto com muitos dos missionários que catequizavam nas doutrinas do Uruguai e do Tape.

Mas, qual a direcção dessa bandeira, composta de 200 homens brancos, assinalada pelo Dr. Alfredo Ellis, que esteve no «sertão dos Patos», de Março a Junho de 1635? Não foi, por certo, como documentamos, dirigida ao Rio Grande do Sul, porque os **Patos** eram os mesmos índios carijós, cujas fronteiras, ao Sul, com os ibirajaras, iam até o Mampituba. Só nos princípios do século XVIII é que **Laguna de los Patos** (actual Laguna) perde essa designação que, por extensão e erro cartográfico, se estende à hodierna lagoa dos Patos, chamada então **Iguaí,** com todo o curso de Guaíba (**I-guaí-be**) e Jacuí inferior. Apesar de alguns documentos paulistas, de origem bandeirante, se referirem a «Jesus Maria de Ibiticaraíba no sertão dos patos ou arachanes», [26]) não nos parece exacta a designação, tendo em vista que Jesus-Maria, que ficava junto ao Ibiticaraíba (Butucaraí), poderia ter sido fundada por arachanes, que assim também eram chamados os tapes, mas, nunca por **patos,** isto é, carijós, que não estavam localizados dentro do território rio-gran-

26) *Inv. e Test. de São Paulo,* vol. XI, 143.

dense. Toda a documentação jesuítico-espanhola da época desautoriza essa designação.

O sertão dos Patos, onde esteve, na aldeia do principal Aracambi, acampada a bandeira, que o Dr. Ellis assinala, é o sertão de Santa Catarina, que se estende ao norte do Uruguai, provàvelmente.

3. A bandeira de Raposo Tavares.

Não surpreendeu às reduções da Serra o aparecimento da bandeira de António Raposo Tavares, que atinge Jesus-Maria a 2 de Dezembro de 1636. Havia muito os Jesuítas a esperavam, tendo, para enfrentar os mamalucos, preparado largamente meios de defesa.

Foi dito, linhas atrás, que «em conselho com outros Padres, Governador da Província e Reitor do Colégio», em Buenos Aires ficou acordado com o Provincial P. Diogo de Boroa, deviam as reduções se **opor à invasão com força armada.** E, para isto, com o P. Francisco Díaz Taño, veterano e missionário, são destacados para as reduções do Tape dois antigos soldados das guerras sul-americanas, Irmãos António Bernal que havia sido soldado no Chile e João de Cárdenas, profissionais da arte militar. [27])

Para o desempenho dessa missão, levando armas e munições, partiu o P. Taño, em 15 de Maio de 1635. A 6 de Setembro do mesmo ano, de Jesus-Maria, onde aprestava a defesa, escrevia ao Padre Superior uma carta de que este riscou, tornando quase ilegível, a primeira e a última página. [27a]) E seria o segredo, que

---

(27) **Observação: O costume primitivo de Irmãos leigos da Companhia, que conheciam a arte bélica, serem aproveitados na instrução dos soldados guaranis, foi oficialmente legalizado por Felipe IV por Cédula Real em 21-11-1642. (P. Pablo Hernández, Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus, Barcelona, MCMXIII, p. 525). (L. G. J.)**

27a) B. N. Mss. I, 29, 1, 53. Continham essas páginas matéria que não conviria passar à posteridade, pois que proibido era o uso de armas pelos índios. Deve-se a reconstituição desse verdadeiro palimpsesto à tenacidade e beneditina paciência do saudoso Rego Monteiro que, a pedido nosso, nessas duas páginas que restaurou, empregou largos dias de afanoso trabalho.

Observação: Não é bem exacto o que aqui afirma o Autor. No cap. VI, vol. I da sua esplêndida «Organización Social de las Doctrinas Gua-

em torno do emprego de armas de fogo fizeram os Jesuítas, o motivo por que historiadores modernos [28]) afirmam que com suas armas de flechas e pedras não podiam os índios «concorrer com as europeias, que os alcançavam de tão longe e irresistìvelmente. Havia aí as provas, os factos, devendo abandonar as florescentes reduções do Guairá, e ao depois as do Tape, no Rio Grande do Sul, perdendo-se tantas vidas e a liberdade de tantos capturados como escravos.» [29])

Faz o austero P. Taño, em sua carta, uma revelação sigular. Os arcabuzes existentes em Jesus-Maria, por ocasião da morte do P. Cristóvão, já haviam sido empregados contra os próprios índios, o que constituía até hoje um segredo, que a decifração da carta cancelada revela. Quando o P. Taño chegou à redução, achou «muito mau preparativo de armas, porque com a morte do bom Padre Cristóvão, tudo se desconcertou.Aos arcabuzes encontrei sem chaves e os demais quebrados, e o P. Mola dizia que Vossa Reverência (P. Romero, Superior) havia levado as chaves para concertá-las, porém não tinham voltado nem se sabia delas; pediam para esse efeito que viessem para compô-las e para fazer os quatro mil farpões

---

raníes, I p. 167-193, trata com a competente autoridade o P. Pablo Hernández o debatido assunto das armas de fogo em mãos de guaranis. Houve da parte dos colonizadores espanhóis longa e tenaz resistência, que fàcilmente se compreende, pois que apenas pela arma de fogo é que o europeu era capaz de subjugar o ameríndio. A proibição expressa, por parte do Rei da Espanha, de os Jesuítas entregarem armas de fogo a seus índios convertidos, data só de 16 de Outubro de 1661. Porém, dezoito anos após, em 1679, lhes foi restabelecida a licença, devolvendo-se-lhes as armas que haviam entregado, com as cautelas impostas pelas circunstâncias. Até mais, em 1640, 1642 e 1646 obtiveram os Missionários Jesuítas das Reduções a permissão de entregar a seus índios cristãos certo número de escopetas afim de repelir as investidas bandeirantes. (Op. cit. p. 174-177). A aludida carta do P. Díaz Taño, tornada ilegível na sua primeira e última página, é de 1635, logo anterior à proibição geral. Talvez fossem riscadas essas linhas para não darem aso aos pósteros malévolos de acusar a Companhia como insubmissa. E, ainda se tivessem dado armas de fogo aos seus guaranis, teriam lançado mão não só de um direito iniludível, como ainda do único meio eficaz de defender suas vidas, posses e liberdade contra os assaltos de um agressor injusto. Ùnicamente as armas de fogo dos mamelucos os obrigou a usar armas iguais, e com o resultado almejado. Veja ainda a nota 8 do Cap. V, parág. 2 deste volume. (L. G. J.)

28) C. Teschauer — *Hist. Rio Grande do Sul,* I, Cap. XXVIII, 306 e seguintes.

29) Idem. Ob. cit., I, 308.

de ferro e também para corda de arcabuzes, porque ainda que aqui haja **bocayi** [30]) e arde bem, mas não serve para corda nem tão pouco o pinheiro, porque tanto que começa a arder o fogo, logo se vai cobrindo de cinzas, e por mais que se soprem nunca se descobre o fogo sem que esteja pegada em cima a cinza e assim era necessária corda de guarda-chuvas e fio de algodão para fazê-lo, que não há por aqui coisa que tanto temos experimentado e procurado. [31])

De chegada a Jesus-Maria, onde, era certo, deveriam inicialmente tocar os bandeirantes, os Irmãos Bernal e Cárdenas, instrutores militares, procuraram organizar uma força regular com os índios guerreiros que ali encontraram. A Ânua do P. Boroa, de 13 de Agosto de 1637, informa que os índios «assistiam com grande entusiasmo aos exercícios militares, sob a direcção do nosso Irmão Bernal. Cada dia acudiam em tropel ao campo para se exercitarem em ataques e contra-ataques, em ginástica, tiro e esgrima, obedientes à voz de comando e até a um simples sinal. [32]) Com esses exercícios, em pouco tempo, estavam os índios maravilhosamente aptos para os misteres da guerra. Sabiam formar alas, mudar de frente, fazer assaltos em regra e rechaçar ataques. E (o que não diz o P. Boroa, mas que em outros documentos se encontra), conhecendo, perfeitamente, alguns deles, o manejo das armas de fogo e podendo com elas atirar com perfeita pontaria.

Além do preparo dos índios para resistir à investida dos bandeirantes, resolveu o Irmão Bernal erguer fortes paliçadas em redor de Jesus-Maria. Eram estas defendidas por uma valada, com paredes de taipa. Aproveitaram-nas os bandeirantes, que lhes acrescentaram ainda um forte. [33])

Com o enérgico P. Díaz Taño, escolhido especialmente para superintender as reduções, nesse difícil momento de provação, ali estava com a sua ponderação e judicioso conselho o P. Romero, que as fundara, e delas era o Superior. Em 3 de Abril de 1636, informava este que «por agora não há prova (da existência) de

---

30) *Bocayi*, uma espécie de fibra semelhante ao linho, muito apreciada pelos índios.
31) B. N. Ânua inédita e original, cit., I, 29, 1, 53.
32) Ânua cit. Iglesia, tomo XX, págs. 549 e seguintes.
33) Ânua. Mss. B. N. I, 29, 1, 69.

portugueses, nem coisa que dê receio e eu confio no Senhor». Conhecendo a táctica do inimigo, que mais tarde confirma perfeitamente a sua previsão, diz, em seguida: «E' certo que antes que os portugueses cheguem às nossas reduções, terão muita gente que levar, porque a que estava por reduzir é mais do que a reduzida, e nem são tão pouco recatados que se atrevam a chegar às nossas reduções, não deixando as costas resguardadas e mais havendo-lhes dado na cabeça já três vezes, por aquelas partes.» [34])

Convinha prover o abastecimento de possíveis reforços, no caso da invasão bandeirante. Lembrara o Provincial se reservasse para este fim um corte de gado, em uma das reduções menos acessíveis ao ataque do inimigo. Escolheu o P. Romero a redução de Natividade e para ela fez conduzir «uma tropa de gado escolhido», 300 reses, «que sòmente estão à disposição do Superior para o dito fim, e esteja V. R. certo de que, se dentro de três ou quatro anos não chegam a elas, que haverá muito gado para acudir a qualquer necessidade.» [35])

Mas, não esperavam que os paulistas viessem tão cedo e nem que fosse tanta a gente de que se compunha a bandeira. E' ainda o P. Boroa que informa, em outra carta preciosa que os mamalucos: «saíram de sua vila de São Paulo no ano passado de 1636 e, caminhando sete meses, sujeitando nações com um exército de 150 portugueses com arcabuzes e 1.500 índios tupis bravios, além de outros muitos que se lhes agregaram pelo caminho à força ou por vontade, acercaram-se de nossas reduções. Tiveram notícias deles o P. António Ruiz e o P. Pedro Romero, que chegou por Novembro à redução de Jesus-Maria, que está na fronteira, e, julgando que ainda estavam longe, que não eram tantos e nem eram de São Paulo, não supôs chegariam até as nossas Reduções. [36])

Dá o Dr. Ellis para partida da bandeira de Raposo Tavares, de São Paulo, data que mediaria entre 1 e 7 de Janeiro de 1636, mas observa causar-lhe admiração tenha essa levado 10 meses para chegar ao Rio Grande do Sul. Mas, o P. Boroa, que teria

---

34) Ânua P. Romero. Autógrafa e inédita. Mss. B. N. I, 29, 7, 31.
35) Carta do P. Romero. B. N. Mss. I, 29, 7, 31.
36) B. N. I, 29, 1, 69.

exactas notícias, pela sua própria participação nos acontecimentos, nos informa que Tavares **caminhara sete meses, sujeitando nações,** chegando a Jesus-Maria a 2 de Dezembro, o que dá, para a data inicial da partida, fins de Maio ou princípios de Junho. Parece, assim, estar mais próximo da verdade o P. Luís Gonzaga Jaeger que observa que em 11 de Maio de 1636 ainda estava em São Paulo Brás Gonçalves, o velho, componente da bandeira, morto em Outubro do mesmo ano, no sertão dos Araxãs. Brás Gonçalves, naquela data, assinava um conhecimento de dívida em favor de António Álvares Bezerra. [37]) E basta este documento para confirmar a asserção do P. Boroa.

Aparatosa e perfeitamente equipada estava essa primeira bandeira paulista que, sob o comando de António Raposo Tavares, demandou terras do extremo sul. Não lhe faltavam, mesmo, para as desobrigas espirituais, dois Padres que a integravam, sendo um «clérigo excomungado», dizem os documentos jesuíticos. Vinham com ela, além do locotenente, capitão Diogo Coutinho de Melo, os mais considerados sertanistas de São Paulo, de que Ellis nos dá nominata de 33 componentes conhecidos.

Saindo de São Paulo em fins de Maio ou princípios de Junho, não nos parece ter a tropa piratiningana rumado para Oeste até atingir Guairá, de onde, deflexionando para Sudeste, penetrasse nos sertões do Rio Grande do Sul. E uma das principais razões disto é que, em Outubro, já havia apresado quantidade considerável de selvagens que, como se dirá, estavam concentrados nas paliçadas do Taquari, sob a vigilância do capitão Diogo de Melo. Não erraremos por muito indicando o mês de Julho para a entrada presumível da bandeira em território rio-grandense.

Um só e conhecido caminho existia, então, para os sertanistas que, por terra, demandavam o extremo sul. E' a antiga vereda das migrações primitivas e «único existente», ainda em 1773, no dizer do brigadeiro Francisco João Róscio e não «aberto pelos portugueses», como assinala o P. Quiroga em seu mapa de 1749. No itinerário que nos deixou, dá Róscio um percurso de 43 léguas

37) *Inv. Test.* S. Paulo, XXVI, 56 e 57; L. G. Jaeger. *As Invasões Bandeirantes*, 1635-1641, p. 34).

e meia, para essa estrada, desde a **Capela** (Viamão) até o **Registro** (passo de Santa Vitória, no rio Pelotas). Aí vinha entroncar a estrada de São Paulo, identificada pelo mestre Dr. A. Taunay, como a das bandeiras paulistas. [38])

Diz o brigadeiro Róscio que «principiando a seguir este caminho da Capela, ou povoação de Viamão, para o Norte, ou melhor, para Oriente, pelos lados do rio Gravataí, à distância de 12 léguas está a freguesia de Santo António, novamente estabelecida em uma lomba nas faldas da montanha. Desta freguesia à distância de uma légua, serra acima, está um desmonte ou grande corte de mato, que chamam Campestre; mais adiante, três léguas, passa o rio Rolante. Do Rolante, a quatro léguas está a ilha que é o outro desmonte de mato; daqui à saída do campo três léguas Mais adiante, uma légua, mora Pedro da Silva [Pedro da Silva Chaves, fundador de São Francisco de Paula, antigo Caágua] e deste, à distância de duas léguas, passa o rio Santa Cruz, ou rio Caí. Mais adiante, uma légua, mora o Freitas; deste, à distância de seis léguas, está a estância do Cedro; do Cedro ao Rio das Antas, três léguas e meia. Do Rio das Antas à freguesia contam três léguas. Da freguesia, que fica na fazenda do Leandro [Leandro da Silva Soares, sesmeiro da depois freguesia de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria] ao Registro [passo de Santa Vitória, no rio Pelotas], onde termina a largura destes campos, no rio Uruguai, contam quatro léguas.» [39]) Este caminho, transposto o Pelotas «no registro já mencionado«, acrescenta Róscio, entronca no «que segue para a vila de Lajens e continua acompanhando o lado da Cordilheira até a cidade de São Paulo».

Encontramo-lo perfeitamente esboçado no mapa do P. Diogo Soares, de 1738, e publicado em outro trabalho. [40]) Podem-se seguir, desde a capitania de São Paulo, as suas indicações principais. Barretos, Pousos Altos, Porcos, Frutas, Rio Capivari, Tapes, Rio Arambaí (**Aracambi?**), Rio Pearas (Pelotas?), dado erradamente

---

38) A. d'E. Taunay — *Hist. geral* — Mapa das Bandeiras.

39) Francisco João Róscio — *Compêndio Noticioso.* Cod. inédito B. N. I, 5, 2, 3.

40) *Presídio do Rio Grande.* Aurélio Porto. "Terra Farroupilha", I, 176.

como afluente do Tebiquari), Vacaria, Rio das Antas, Morretes, Rio Camisas, Roça Nova, São Francisco, Rio Tainhas, Rio Comprido, Alto da Serra, de onde segue para os campos de Viamão. Interessa-nos, porém, sòmente o percurso entre o Pearas (Pelotas?) e o Alto da Serra (Cima da Serra: Caágua). Segundo Róscio a distância entre o Pelotas e Cima da Serra seria, aproximadamente, de 20 léguas. Deste último ponto, na Serra de Nordeste, uma variante do caminho déflexionava para Oeste, atravessando o Rio de Ibia. Largas pesquisas feitas nos autorizam a identificar o Ibia, onde foi martirizado o P. Cristóvão de Mendoza, quando voltava do Caágua, com o actual Piaí, que nasce em cima da Serra e separa os municípios de Caí e S. Francisco de Paula, dando nome ao distrito de Santa Lúcia do Piaí, pertencente ao município de Caxias do Sul.

O P. Cristóvão, que foi de Jesus-Maria ao Caágua, e a bandeira de Raposo Tavares, que foi do Caágua a Jesus-Maria, atravessaram o Taquari. Um mapa desenhado de acordo com as indicações dos Padres Techo e Ovalle, o nº 6, de Guilherme de L'Isle, [41]) o único que assinala a terra de Ibia, traz a palavra **Ibiaes,** cortando o Taquari, um pouco abaixo da foz do Rio Guaporé. Conhecido, depois do Taquari, é o Taiaçuapé (caminho do porco do mato) por onde a **Junta dos Feiticeiros** atingiu o Rio Pardinho, fronteira de Jesus-Maria. E é este o itinerário das bandeiras que investem contra as reduções jesuíticas do Tape.

O ilustre autor das **Invasões Bandeirantes no Rio Grande do Sul**, [42]) procura estabelecer um novo itinerário para as entradas bandeirantes no território missioneiro. Na hipótese que lança, os bandeirantes, transposto o rio Pelotas, «já no Rio Grande do Sul, passavam por São Pedro (na Vacaria), Extrema (Vacaria), Lagoa Vermelha (cidade) furavam o célebre Mato Postuguês (com a largura de apenas 11 km de mato), cortavam o lindo Campo do Meio, varavam o afamado Mato Castelhano (com a largura de 20 km de floresta) e daí, com mais 12 km de campo, se achavam

41) P. Guilherme Furlong. *Cartografia Jesuítica del Rio de la Plata.* Buenos Aires, 1936.

42) P. Luis Gonzaga Jaeger — *As invasões bandeirantes* — Tip. Centro, 1940, págs. 32 e seguintes.

junto das fontes do Rio Jacuí e Taquari, ambos nascendo no Povinho da Entrada. «Cortando os campos da Soledade, acrescenta, entrariam no «Sertão de Ibiticaraíba», ou Butucaraí, a Oeste da moderna Candelária, já em pleno território missioneiro. Tinha o autor para lhe corroborar a opinião, segundo diz, «o facto de o capitão Diogo Coutinho de Melo, da expedição de Raposo Tavares, se ter achado em **um salto,** que não pode ser outro que o **grande salto do Jacuí,** o mais proximo das reducões agredidas por Raposo, como logo se dirá.» [43]) Deduz isto de «preciosa advertência» encontrada na pág. 45 dos **Inventários e Testamentos,** de São Paulo.vol. XXVI, que diz, textualmente: «Com declaração que o dito capitão Diogo Coutinho de Melo mandou fazer este inventário, por estar fora do arraial do capitão-mor António Raposo Tavares, **em um salto,** e mandou vender esta fazenda, etc.»

Houve evidente equívoco do ilustre historiador. Não só a documentação jesuítico-espanhola detalha precisamente o itinerário da bandeira de Raposo Tavares, como o **salto** referido no inventário do bandeirante não significa «queda d'água». Em toda documentação antiga, quer portuguesa, quer espanhola, encontra-se repetidas vezes essa palavra de que Morais Silva, em seu **Dicionário,** dá a exacta interpretação: «**Salto** s. m. § O ato de **saltear** nas estradas, ou em acção hostil e bélica. **Barros** 2.8.1 **gente que vive de rapina,** e saltos. D.2.f.16 e 190 «fazer **salto** no inimigo». Saltos, **que fizeram na terra firme»,** etc. Também em espanhol. **Compendio de Diccionario Nacional** — D. R. J. Domínguez — **Salto.** Pillage (El acto o efecto de pillar, saquear»). E é esta a exacta significação do **salto** em que se achava Diogo de Melo no dia 10 de Outubro de 1636, em pleno sertão rio-grandense. [43a])

Não é difícil acompanhar o bandeirante, em sua trajectória, desde que, vadeando o Pelotas, no hoje passo de Santa Vitória, de-

43) P. L. G. Jaeger. *As invasões* cit., 33.

(43a) **Observação: Não obstante todo esse interessante arrazoado, o operoso historiógrafo gaúcho Olyntho Sanmartin, comparando os argumentos pro e contra a respeito do provável roteiro de Raposo, escreveu à página 187 da sua recente obra: «Bandeirantes no Sul do Brasil», Porto Alegre, 1949: «Perfilhamos plenamente o que aí fica dito (As invasões Bandeirantes p. 33) pelo estudo e conclusão a que chegou o ilustrado Pe. Jaeger». (L. G. J.)**

moradamente, em **saltos** sucessivos, cativa mais de um milhar de índios, que leva até às paliçadas do Taquari.

Em Janeiro de 1639 o mestre de campo Valbueno, a mandado de D. Pedro de Lugo, foi até às ruínas de Piratini e ali encontrou o P. Pedro Mola e outros jesuítas que reuniam índios dispersos, depois do ataque às reduções. Seguindo para Ijuí conseguiu capturar quatro índios que se lhe tornaram suspeitos. Eram Guaimiguru, Abaianti, Marandasa, naturais do Tape e António, do Guairá. Quando os paulistas passaram em **Caágua** aprisionaram, além de grande número de índios daquela região, a Guaimiguru e Marandasa. Na distribuição de escravos couberam Marandasa e uma sua irmã ao bandeirante Pascoal Leite Pais, irmão de Fernão Dias, o qual passou a viver com a prisioneira. Esta, porém, fugiu e o chefe da bandeira mandou que os outros, acompanhados por António, índio de sua confiança, fossem em busca da fugitiva. Nesta ocasião declarou António que a bandeira percorrera as províncias de **Caamo** e **Ibia.** [44])

Preciosa a indicação para o trajecto da bandeira, conhecidas as situações de Caamo, Caágua e Ibia e, sabendo, ainda, que Raposo Tavares concentrou no Taquari a chusma de cativos que fizera em seus saltos anteriores. Temos, pois, Vacaria, Cima da Serra (São Francisco de Paula), Piaí (Serra do Raposo, campo do Raposo) [45]) e rio Taquari, linha de penetração que coincide com o caminho traçado na carta de Diogo Soares; no mapa do Paraguai, gravado por Matias Seutter (1726) e, finalmente, no roteiro do brigadeiro Róscio.

Em Caamo, onde havia aldeias bastante povoadas, começou a razia bandeirante. Mas, foi exactamente no Caágua, onde existiam índios inimigos, que se verificou a quase completa escravização do povo. E dali partiram, «sujeitando nações» e aumentando a leva com «outros muitos que agregaram a si pelo caminho, por força, ou por vontade.» [46])

---

44) B. N. Mss. (?)

45) A coincidência do topónimo é interessante, mas não se refere a Raposo Tavares. Serra e campo do Raposo procedem de uma sesmaria concedida em 1766, ao paulista Francisco José de Oliveira Raposo, que aí teve seus campos de criação.

46) Ânua. B. N. Mss. I, 29. 1, 69.

Pode-se afirmar, com poucas probabilidades de erro, levava a bandeira rumo do Taquari, em cujas proximidades dera o assalto aos índios de que resultou a morte, em princípios de Outubro, do bandeirante Brás Gonçalves, o velho. Em Novembro, quando o P. Romero, designado cura de Jesus-Maria, ali chega, recebe a notícia de que, no Rio Taquari já estão os paulistas. Julga, porém, não serem tantos e nem que tão depressa atingiriam a sua redução.

A região seria bem conhecida pelos vaqueanos da Bandeira. Era ali que, sobre o Taquari, quatro léguas abaixo da foz do Mboapari (Rio das Antas), tinha seus ranchos o índio Parapopi, preposto dos paulistas no resgate de cativos. Em sua incursão pelo Taquari, em carta de 4 de Fevereiro de 1635, o P. Jiménez dá notícia detalhada desse «grandíssimo velhaco(que vendeu toda esta nação a **ele vinham parar todos os tupis** [que chegam] tanto pelo Rio [Guaíba] como por terra. (E os que V. R. colheu vinham a êle e eu já tinha notícia de sua vinda). Nele confiam os portugueses todos os seus resgates, e de sua casa partem todos os anos as frotas de miseráveis cativos que levam os tupis, por terra (por onde me dizem só tardam cinco dias até o mar) [Laguna]. Eu ia com intento de trazê-lo à força se não por vontade, de vir comigo, mas não sei que índio se adiantou e de noite lhe deu aviso e fugiu com alguns tupis que consigo tinha. Fiz queimar-lhe a casa e destruir quanto pude de comida [roças], para que se vá dali. [47])

Coincide essa distância de quatro léguas [48]) com o Corvo, distrito e arroio no município de Estrela, que fica sobre o rio Taquari, a 17 km da cidade de Estrela. Há aí um passo e porto sobre o Taquari e um morro que domina vasta região. Situou-se, provàvalmente, no posto de Pirapopi com a vanguarda de exploração e preia de índios, o locotenente de Raposo Tavares que aí devera ter construído, se já não existiam para os mesmos fins, as grandes paliçadas em que eram vigiados os selvagens cativos em toda a província de Ibiaça. Foi o P. Pedro Mola, de Jesus-Maria, o

47) B. N. Mss. I, 29, 1, 47.
48) Era a légua da época de 17 ½ ao grau, que corresponde no paralelo 29° a 5.582 m.

primeiro que teve notícia da aproximação do inimigo que, «em duas paliçadas, a 12 ou 14 léguas dali, no Rio Taquari» [49]), tinha grande número de índios cativos.

Foi quando, provàvelmente, em fins de Setembro, tendo deixado roças feitas para o inverno, e outros prisioneiros, sob a vigilância de alguns bandeirantes e índios amigos, que o grosso da bandeira, sob o comando de Raposo, abalou do Ibia (Piaí), em direitura ao Rio Taquari. Com pequenas variantes, pelas estradas ainda hoje existentes, segundo a carta do Estado de 1936, o trajecto seria aproximadamente de 100 km, ou sejam 15 léguas actuais. Do Ibia (distrito de Santa Lúcia do Piaí, município de Caxias) com altitude de 834 m, a bandeira rumaria para Oeste, atravessando pelo sul das respectivas sedes os municípios de Caxias, Farroupilha com a altitude média de 750 m, e o de Garibaldi, com 600 m até descer a serra na altura de Ipiranga (município de Garibaldi), ligada hoje ao Corvo (190 m de altitude) por uma estrada carroçável.

Durante algum tempo, provàvelmente até Novembro, Raposo levou a guerra e cativou grande multidão de índios ribeirinhos que eram conduzidos para as fortes paliçadas de seu campo de concentração. Transposto o passo do Taquari, junto ao Corvo, ou mais abaixo, e tomando por Conventos, na região de Piraiubi, que deve ser o Rio Forqueta, despontaria as nascentes dos arroios Sampaio e Alegre entrando em Taiaçuapé, (caminho do porco do mato) que vinha dar no Rio Pardinho, um pouco ao sul da foz do Sinimbu, e deflexionando para o Sul, atingiria Jesus-Maria Indicado está esse caminho, já bastante trilhado pelos índios e por onde a «Junta de Feiticeiros» de Piraiubi, em 1635, tentou assaltar Jesus-Maria. [50])

Diz o P. Mola e confirma o P. Boroa que a distância de Jesus-Maria ao rio Taquari, em que estavam as paliçadas dos mamalucos, seria de 12 a 14 léguas, o que confirma o cálculo actual, tomando a légua de 17 ½ ao grau.

---

49) Ânua do P. Boroa — B. N. Mss., I. 29. 1. 66. Idem ibid. Mss. I. 29. 1. 69.

50) *Relación de lo sucedido* — Mss. B. N. I. 29. 1. 55. *Junta de feiticeiros*, pág. 76.

Ficaram com os cativos de Taquari «alguns portugueses», tupis e índios amigos, sob o comando de um dos bandeirantes, possìvelmente, do próprio capitão Diogo de Melo. Um mês depois de ter Tavares partido com a bandeira para assaltar as reduções, em princípios de Janeiro, souberam os cativos, nas paliçadas, que os «índios cristãos se estavam reunindo para cair sobre os bandeirantes», e isto deu origem a uma revolta. «Uns índios infiéis», diz o P. Boroa, [51]) «lhe mataram alguns de outra paliçada que haviam deixado no Rio Taquari, 12 a 14 léguas, e recebendo aviso os que nos tinham como cercados, desse mau sucesso, procuraram retirar-se.» E, em outra Carta Ânua, diz que teve «aviso, embora não de todo certo, que a causa de se haverem retirado os portugueses foi porque tiveram notícia de que os índios, que deixaram cativos no Tibiquari, se haviam revoltado e morto os portugueses que os guardavam, e que assim haviam ido auxiliá-los, mas que haviam sabido que todos os índios infiéis daquela comarca se convocavam contra eles e por isso trataram de fortalecer-se e invernar no Tibiquari. [52])

A copiosa documentação jesuítica espanhola, só agora exumada, dará, ao ciclo bandeirante do sul, um novo aspecto, em suas revelações, às vezes, surpreendentes, de verdade flagrante que os historiadores ignoravam ou, quiçá, não desejaram frisar, em seus detalhes. E' o que iremos pouco a pouco desvendando, em homenagem aos próprios Jesuítas, protagonistas desta tragédia formidável, que descrevem com verdade, possibilitando, assim, se desfaçam as lendas com que se cercaram a passiva desistência de uns e a agressividade cruel de outros. Não nos podem negar a simpatia forte, alicerçada em fundas raízes, que consagramos à obra emérita desses admiráveis condutores da civilização cristã, em terras sul-americanas; mas, a verdade, que os dignifica, até quando revela aspectos que outros historiadores não quiseram detalhar, está acima de certas conveniências de ordem particular que o tempo já destruiu.

Veremos assim que a história da bandeira de Raposo Tavares,

---

51) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.
52) Mss. B. N. I, 29,1, 66.

escrita por missionários insignes como Boroa, Taño e outros, é muito diversa da que conhecemos através dos livros clássicos de outros historiadores.

Sabendo da notícia de que os bandeirantes estavam no Taquari, a 12 léguas de Jesus-Maria, os Padres António Ruiz de Montoya, Superior Regional das Reduções e Pedro Romero que deixara o superiorato e fora mandado para cura dessa redução, em Novembro, «apressaram umas taipas, das quais não fez mais que um rincão sem cubo algum, e o demais fez cercar mal de uns paus.» [53]) Em outro documento fala-se também na construção de um forte que defendia um lanço da paliçada. Coube dirigir essas obras de defesa ao Irmão António Bernal, já então com 60 anos e que fora veterano das guerras no Chile, especialmente vindo de Buenos Aires com o P. Díaz Taño para organizar a resistência aos paulistas e industriar os índios no manejo das armas de fogo ali existentes.

Foi no dia 1 de Dezembro de 1636, pela tarde, que os Padres Pedro Romero e Pedro Mola e os Irmãos António Bernal e João de Cárdenas, que estavam em Jesus Maria, quando «menos esperavam» souberam «que o inimigo estava a duas léguas dali e nem sabiam ainda que trazia tão grande exército.» [54]) Coincide essa distância com o capão de Bom Jesus, no rio Pardinho, nas proximidades da actual cidade de Santa Cruz do Sul, onde teria acampado a bandeira.

No dia seguinte, 2 de Dezembro, dia de São Francisco Xavier, [55])estando a meia légua de distância, isto é, a 2 km e meio,

---

53) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

54) B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

55) Uma diferença de calendário induziu e está até hoje induzindo a erro de datas aos nossos historiadores. Diz o P. Boroa que Raposo Tavares chegou a Jesus-Maria em "*2 de Dezembro*, dia de São Francisco Xavier", e em outra carta que diz haver terminado no "dia dos S. S. Cosme e Damião", data de 26 de *Setembro*. Ora, no calendário moderno o dia de São Francisco Xavier cai a 3 de *Dezembro* e o de São Cosme e Damião a 27 de *Setembro*. Há, assim, um dia de diferença entre o calendário onomástico do século XVII e o actual. Isto posto, explica-se porque historiadores modernos, como o Padre L. G. Jaeger, (*Inv. Bandei.*, 39) insistem em asseverar que a data da chegada de Tavares a Jesus-Maria foi a de 3 de Dezembro. Tem o documento, no catálogo Ângelis, a indicação de I, 29, 1, 69, mas, em outra carta (I, 29, 1, 66) sem referir o dia onomástico, o próprio Prov. P. Boroa diz que "a los 2 *de Diciembre del año*

já transposto o Rio Pardo, em cuja margem direita ficava Jesus Maria, pelas 8 horas da manhã, mandou Raposo Tavares aos Padres um parlamentário, com carta de sua autoria, dizendo-lhes **«que vinha procurar comida para seu exército, que eles o recebessem em paz.»** Nada, porém, responderam os Padres e, não sabendo «que eram tantos», julgaram poder resistir-lhes. Mas, não furtemos ao precioso documento o seu sabor original e inédito de que os historiadores jesuítas e outros até hoje nos privaram, para que melhor se possa ajuizar do ciclo do bandeirismo no sul. Diz textualmente a Ânua original e autógrafa do P. Diogo de Boroa, datada de Santa Fé, Abril de 1637, vertida fielmente ao português:

«A Redução já tinha ali, por matrícula, com chácaras, mais de mil e seiscentos índios; porém, sendo povoado novo, e véspera de colheita, quando a fome costuma ser grande, quase todos fora de 200, estavam ausentes, buscando que comer, em seus povoados antigos, e pelos matos e rios.

---

de 636, por la mañana llegaron (os portugueses) a vista de la Reducción de Jesus-Maria" etc. Diz o historiador citado que "esta batalha", isto é o ataque a Jesus-Maria, "não se travou no dia 3 *de Dezembro de* 1637, como quer Teschauer, seguindo nisso a Montoya, e sim no dia 3 de *Dezembro de* 1636, como revela claramente uma carta escrita por Boroa em 4 de Março de 1637, citada por A. Porto em *Terra Farroupilha* (I, 62) (P. Jaeger — *Inv.* 39, 2ª). Aliás, o que se diz aí é que *"no dia* 2 *de Dezembro* (não 3 como ocorre na citação) de 1636 chegaram pela manhã", etc. Como se vê, houve também erro de um ano (1637 por 1636) na Hist. de Teschauer. "Esse erro de data do provecto historiador deu origem à duvida quanto à identificação da bandeira de Raposo Tavares feita por Alfredo Ellis que, no entanto, jogando com os dados oficiais, procurou rectificar a data de Teschauer, o que fez também outro notável mestre, o douto Basílio de Magalhães. Mas, Taunay, apreciando Ellis, comenta: "Não nos parece a ilação decisiva. Pensa Basílio de Magalhães, aliás como Ellis. Há, em primeiro lugar, a divergência considerável de milésimos; o assalto de Jesus-Maria, para Teschauer, foi em 1637, para Ellis um ano antes, exactamente. Em todo o caso, a referência do inventário de Pasqual Neto (*Inv. e Test.* XI, 143) a Jesus-Maria de Ibiticaraíba, sertão dos índios araxãs tem o máximo relevo indicial. E há ainda as indicações das datas dos documentos bandeirantes do sertão. E' preciso lembrar por espírito de equidade que o próprio Teschauer anota sobre a dificuldade de se ter um fio cronológico seguro para os acontecimentos rio-grandenses daquele tempo" (A. Taunay — *Hist. Ger. das Bandeiras*, I, 236. *Terra Farroupilha* I,62.)

Observação: Foi o Papa Alexandre VII que transferiu a festa de São Francisco Xavier, em 18-VII-1663, de dois de Dezembro para o dia três do mesmo mês. Daí o equívoco a que se refere o Autor. (L. G. J.)

Os 200 com as suas mulheres e outros 100 que vieram de São Cristóvão e Sant'Ana, que estavam próximos, com que fizeram 300, se meteram naquela cerca da casa dos Padres e a Igreja; e, estando ali os Padres Pedro Romero e Pedro Mola e os Irmãos António Bernal e João de Cárdenas, a dois de Dezembro, dia de nosso Padre S. Francisco Xavier, lá pelas oito da manhã, enviou de meia légua dali António Raposo Tavares, capitão dos Portugueses, o mesmo homem que destruiu as Reduções do Guairá, uma carta aos Padres com um índio livre e descomedido, e no fim dela dizia que vinha por comida para o seu exército, que o recebessem em paz. Ao que não lhes responderam nada os Padres. [56]) E ele, marchando com o seu exército, com caixa e trombeta de guerra e bandeira desfraldada, ao som de guerra, se pôs sobre a Redução e casa dos Padres, e seus soldados começaram a disparar os seus arcabuzes, e alguns índios que se recolhiam à casa dos Padres e à igreja, e o Irmão António, com alguns tiros os ia amparando dos que lhes tiravam afim de afastá-los dali; e eles aproximando-se mais iam impelindo e matando índios dos do cerco que os Irmãos e outros dois índios defendiam com grande valor derrubando também dos seus em defesa natural.» [57])

Como se evidencia da própria documentação, os Padres de Jesus-Maria não foram **apanhados de surpresa**, pois Raposo Tavares, antes de aparecer frente à redução, os concitara, em carta, a «recebê-los em paz», porque vinha «por comida para o seu exército.» Seria sincero o bandeirante, que vinha com essa força armada? E' bem possível que, entrando em negociações, conseguissem os Jesuítas pelo menos atenuar o golpe terrível que seria descarregado sobre a cabeça dos catecúmenos cristãos. Nessa ocasião já milhares de índios infiéis, aderentes ou cativos, desde Caamo até Taiaçuapé, sobrecarregavam a bandeira, nas palicadas que atrás ficavam. Foi, talvez, a veterana belicosidade do Irmão

56) Nos outros documentos não existem referências a essa carta de Raposo Tavares. Mas, em 1641, o capitão Manuel Pérez, em Mbororé, na carta que dirige aos Padres faz alusão a ela quando se refere à resposta que espera, "e não seja a que se deu a António Raposo Tavares, em Jesus-Maria, e V. Pes. muito bem sabem o que disso resultou, o que entendo não farão V. Pes.". B. N. I. 29, 1, 93.

57) Ânua P. Boroa — B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

Bernal, recebendo à bala a bandeira paulista, que precipitou a sanha dos mamalucos. Refere o P. Boroa, em sua Ânua de 4 de Março de 1637, que, em um «posto da redução encontrou uma índia que estava agonizando» e não podia falar, mas, «havendo-lhe dado uma pouca de água misturada com vinho, falou e **disse que era Cristã e que os Portugueses a haviam capturado por engano** e lhe levavam sua mãe e irmãos cativos, e a ela tinham deixado naquele sumo desamparo.» [58] A afirmação do austero superior dos Jesuítas presta-se à interpretação que não condiz com outras referidas, mas que convém registrar em honra da verdade.

Terminada a refrega, que foi dura, ficaram em poder dos bandeirantes muitos índios cristãos, entre os quais os moços «que serviam aos Padres» e a mulher do capitão António, cacique principal de Jesus-Maria. O P. Romero «tratou com o capitão [Raposo Tavares]» de resgatar alguns cativos, «deram alguns, porém no principal intento, que foi o resgate da mulher do capitão [António] foram fementidos, pois tendo-a apanhado no seu próprio Povo, de quem era capitão o seu marido e cacique muito principal, e recebido um resgate muito grande, por fim não a quiseram dar, e desta maneira levaram muitas mulheres cristãs casadas.» [59] Houve, porém, da parte dos mamalucos alguns gestos de piedade cristã. Padres, irmãos e índios, depois de cinco horas de combate, vencidos, cansados e feridos, ficaram expostos ao rigor do sol «sem casa porque eles se haviam queimado junto com a igreja e sem alguém que lhes desse um jarro de água, porque eles tinham cativado e morto até os rapazes que lhes serviam, nem ainda quem se compadecesse deles, antes, com corações de serpentes, estavam ferindo com as línguas aos que haviam ferido com as mãos, carregando-os de afrontas e opróbrios até que finalmente **aquele dia ou no seguinte um, menos cruel, lhes fez fazer chocinha em que se recolheram.**» etc. [60]

As Ânuas originais do P. Boroa, que refletem ainda a impressão dos primeiros momentos, e o carácter austero do Jesuíta,

---

58) Ânua P. Boroa — B. N. Mss. I, 29, 1, 66.
59) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.
60) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.

sobre as quais, exclusivamente, baseamos a relação dos acontecimentos, divergem, em parte, dos autores conhecidos, desde Montoya, no que se refere ao ataque a Jesus-Maria, e ao excesso de crueldade, «Espadas, machadinhas e alfanges que derribavam cabeças, truncavam braços, desjarreteavam pernas, atravessavam corpos» etc. [61]), dos índios que fugiam do fogo pelo buraco que abriram os mamalucos na parede do templo «para dar um escape aos que iam morrer abrasados.» A história é mais simples, se bem que desumana. Vendo os Padres que a igreja se abrasava e os índios, mulheres e crianças que ali estavam iam morrer queimados, e mesmo, «não podendo já os Irmãos disparar os arcabuzes, por estar dessangrados e haver tanto que durava o combate, pediram pazes [62]), e «em fim, **levantando um lenço um Padre, lhes disse que olhassem se eram Cristãos, que bastava já e viesse paz, deram-lhe** e foi a de Judas, porque capturaram e mataram a muitos daqueles pobres e suas mulheres, etc.». [63])

Atendo-nos da melhor forma possível aos documentos que compulsamos, com toda a isenção de ânimo, procuremos fazer a súmula desses acontecimentos dolorosos que, vistos hoje, à distância desses tempos bárbaros, avultam em desumanidade.

Quando a bandeira de Raposo Tavares, pelas oito horas da manhã do dia 2 de Dezembro de 1636 chegou à vista da redução de Jesus-Maria, encontrou-a transformada em uma praça de guerra. Cobrindo-a, por um dos flancos acessíveis, havia uma muralha de taipas, terminando por um forte. «Vendo os Padres e Irmãos que estavam cercados, e que os portugueses e tupis pegavam de suas armas, disparando seus arcabuzes, e atirando suas flechas, começaram a defender-se, animando os índios que estavam em sua companhia e defendendo-os com alguns mosquetes que atiravam os Padres e Irmãos e dois ou três índios que entendiam alguma coisa disto. Não se atreveram os portugueses e tupis a acercar-se muito da casa e cerca dos Padres.» [64] Coube a um índio defender uma parede do forte e o fez com tanta valentia com um mosque-

61) Montoya. *Conquista Espiritual,* 280. Jaeger — *Inv.* 38, 1ª.
62) Mss. B. N. I, 29, 1, 66.
63) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.
64) Mss. B. N. I, 29, 1, 66.

te, que espantava. Achava-se entre as índias que se recolheram à igreja uma de ânimo varonil que saía de quando em quando para animar aos índios e não se satisfazendo seu ânimo e valor em sòmente animá-los com palavras, fê-lo com a acção, pois tomou uma camiseta de um índio e pondo-a sobre o vestido, ârmada de uma lança, e vendo que um tupi queria entrar pela porta do forte, defendeu-a a lançadas, e tantas lhe deu que, o deixou ali por morto; depois correndo a uma e outra parte do forte, onde supunha haver perigo, avisava a uns e outros sobre a pontaria que o inimigo lhes fazia, e resistia aos que procuravam se aproximar.

Estes e outros actos heróicos levaram o Padre Superior a notar «que era tanto o ânimo com que se defendiam, que não pareciam senão soldados veteranos e experimentados em semelhantes encontros, animando-se uns aos outros sem fazer caso da multidão do inimigo, nem do sangue que derramavam das feridas recebidas, mas, pelo contrário, isto mesmo lhes dava mais ânimo e brio». E teve ainda por milagroso o facto de «haverem podido sustentar o combate quatro religiosos sòmente, cerca de cinco horas (pois os demais pouco faziam)» e «não se deve ter por menos maravilhoso o não terem morrido, sendo tantos os tiros de mosquetes e arcabuzes e tanta a flecharia, que apenas descobertos em uma ou outra parte em que eram vistos, eram logo alvos de seis ou sete dos inimigos.» [65])

Forte e tenaz a resistência que encontraram os bandeirantes. Ao primeiro ataque, mulheres, crianças e alguns índios não combatentes refugiaram-se na igreja, que era coberta de palha e paredes de taipa, enquanto os Padres, Irmãos e índios de guerra, armados de arcabuzes, flechas e tacapes, se abrigavam na muralha e forte, feitos de «boas taipas», a que se seguiam cercas de paus muito delgados. Alguns retardatários procuravam refugiar-se na igreja e casa dos Padres, sendo alvos dos primeiros disparos dos assaltantes. E o Irmão António, com alguns tiros, os ia amparando e matando alguns contrários «em defesa natural». Enquanto se desenrolava a batalha, os que estavam na igreja, em altas vozes rezavam as suas orações. [66])

65) Mss. B. N. I, 29, 1, 66.
66) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.

Ao iniciar-se a peleja recebeu o Irmão António Bernal um ferimento de bala no dedo mínimo da mão esquerda, tendo o projéctil atingido o estómago sobre a imagem da Puríssima Conceição de Nossa Senhora, de que lhe ficou o sinal, fazendo-o deitar algumas golfadas de sangue. «Pouco depois levava o Irmão Cárdenas outro balaço, não menos milagroso que o anterior, pois a bala, passando pelo peito do lado esquerdo para o direito, rompeu a sotaina sem tocar o colete até encontrar o braço direito que passou de parte a parte». Outro balaço recebeu o mesmo Irmão, de que ficou o sinal, sem o ferir. O P. Romero foi quase atingido por uma bala que lhe passou junto ao rosto, e foi matar um rapaz que estava a seus pés. E P. Mola teve a cabeça ferida por uma bala pequena de chumbo, que se alojou entre o couro e o casco.

«Vendo os portugueses a resistência que se lhes opunha, e o valor com que os Padres e Irmãos defendiam sua gente e embora aqueles fizessem destroço e matassem muitos dos que estavam dentro da cerca, casa e igreja dos Padres, e que não estavam tão a salvo que não houvessem perdido já muitos dos seus índios e alguns portugueses com as balas e flechas dos nossos, puseram fogo por duas vezes à igreja, arrojando-o nas flechas, e pela segunda vez que o fizeram conseguiram abrasar a igreja e a casa dos Padres, de que se salvaram poucas coisas, causando confusão as lamentações da chusma, calor do dia e fogo, flechas e balas que choviam no cerco.» [67]

Cinco horas durava a refrega e foi quando os Padres capitularam, erguendo um pano branco e pedindo paz, suspendendo logo os bandeirantes o ataque que já lhes custara, segundo o P. Boroa, a vida de cinco paulistas e muitos feridos, inclusive 50 tupis que «nesta refrega caíram».

Não constam dos documentos paulistas (**Inv. e Test.**) os nomes desses cinco bandeirantes mortos e, sòmente, o de Pasqual Neto, que aí deve ter sido ferido, pois no dia 9 desse mês fazia, em Jesus-Maria de Ibiticaraíba, um codicílo a testamento anterior e já era falecido a 20, quando se procedeu a leilão de seus bens.

---

67) Mss. B. N. I. 29. 1. 66.

Os Jesuítas não nos dão também o número de seus feridos e mortos, poucos, aliás, excluindo a lenda da chacina não referida.

A igreja foi destruída pelo incêndio ao meio-dia, e, tendo os Padres capitulado, sem condições, uma hora depois entrava António Raposo Tavares, à frente de sua bandeira no povoado localizando a sua força nas paliçadas e forte que ali encontrou e que, mais tarde, ainda reforçou com outras defesas. Os Padres e Irmãos ficaram presos sob palavra, podendo, no entanto, locomover-se. E tanto assim que, «embora os Padres ficassem bem cansados e moídos e os Irmãos feridos e fracos com o sangue que haviam derramado dos ferimentos, tendo-lhes dado permissão aqueles cruéis tiranos, depois de tê-los afrontado com palavras injuriosas, saíram para enterrar os corpos dos mortos que havia por ali, ocupando-se com isto o P. Pedro Romero e os Irmãos (António Bernal e João de Cárdenas), e o P. Pedro de Mola foi pelo campo em busca dos feridos dos próprios inimigos, confessando os cristãos e baptizando os infiéis que haviam trazido em seu auxílio, sem fazer caso do trabalho passado nem das feridas que tinha. [68]) Alguns moços, catequistas e ajudantes dos Padres, iam também pelos banhados ajudar índios enfermos, cativados pelos bandeirantes, a bem morrer.

Entrando na redução, os paulistas saquearam parte das alfaias e, abrindo «uma caixa dos Padres, tiraram dela alguns papéis e um de muita importância, fizeram em pedaços o livro de baptismos e casamentos, de que ficaram só uns cadernos. Mais tarde devolveram algumas coisas, outras não.» [69])

Ao terceiro dia da detenção dos Padres (5 de Dezembro), depois de pôr a salvo em Sant'Ana parte de sua gente, apareceu em Jesus-Maria, em socorro aos Padres, o P. João Agostinho de Contreras, cura de São Cristóvão, redução que ficava sobre o Rio Pardo, cerca de 17 km de Jesus-Maria. Já conhecia o P. Contreras o chefe Raposo Tavares, com quem anos antes, no Guairá, tivera contacto em defesa de índios apresados. Ou porque atendesse às solicitações do P. Contreras, ou, o que é mais certo, segundo

68) B. N. Mss. I, 29, 7, 29.
69) Mss. B. N. I, 29, 1, 66.

referem os documentos «para ter ocasião e lugar de destruir a redução de São Cristóvão», ao quarto dia de detenção (6 de Dezembro) consentiu Tavares que os Padres e Irmãos se retirassem para outras reduções.

Mas, no dia anterior, coincidindo com a chegada do P. Contreras despachou o chefe bandeirante um força para São Cristóvão, onde cativou vários índios que andavam escondidos pelos matos, os moços que serviam na igreja e apreendeu muitos objectos da casa, inclusive um pano de cor de grande valor, bem como produtos das lavouras e «umas vaquinhas» que mataram.

A instância do P. Contreras consentiu Tavares o acompanhassem um ou dois dos catequistas que haviam sido presos com os quais o Padre se retirou para Sant'Ana, onde já estavam o P. Romero e seus companheiros. Deixava aquilo «deserto e os portugueses senhores daquela redução e suas chácaras, como eram já da de Jesus-Maria, de onde saltavam a correr a terra e cativar os índios das reduções que andavam foragidos pelos matos.» [70])

Ampliando o seu raio de acção, de Jesus-Maria, onde fizeram outras paliçadas em que eram concentrados os índios cativos na região, os bandeirantes mandaram destacamentos em todas as direcções. São Joaquim, que ficava ao norte de Jesus-Maria, e donde os Padres já haviam retirado os habitantes, recebeu também a importuna visita.

Concentraram-se em Sant'Ana, que ficava à margem esquerda do Jacuí, os índios e Padres das reduções atacadas pelos paulistas. Em 15 dias puderam os Padres e Irmãos organizar um exército superior a 1.600 homens de guerra com o qual julgaram opor resistência a Raposo, que assentara o seu real em Jesus-Maria, dominando assim as reduções da Serra. Poucos dias antes do Natal moveu-se o exército dos neófitos e tomou posição na redução de São Cristóvão, que ficava a três léguas de Sant'Ana (cerca de 17 km).

E' o P. Boroa quem descreve a acção: «sentiram tanto os portugueses que estes pobres índios se juntassem para defender suas terras e Povos, como se a eles tirassem suas povoações de

70) Mss. B. N. I. 29. 1. 66.

Portugal ou Brasil, que saíram de sua paliçada ou fortaleza, com bandeira e caixa, como haviam acometido a redução de Jesus-Maria, para destruir São Cristóvão, que invadiram hostilmente, no dia santo de Natal. Mas, os índios serranos brigaram com tanto valor que, por duas vezes, rechaçaram os inimigos e, depois de pelejar quatro horas e meia, já estando uns e outros cansados, ao cair da noite, ficaram eles em pior posição, e se os nossos tivessem umas duas dezenas de espanhóis, que interviessem com suas escopetas, ou lhes viesse um refresco de mais 300 índios, não ficaria deles quem desse notícia.» [71])

À noite, destroçados os índios, que ali deixaram perto de 20 mortos e grande número de feridos, sob as ordens dos Padres e do Irmão António «que sòmente assistiram à peleja, encomendando-os a Nosso Padre [Santo Inácio], retiraram-se para Sant'Ana, onde ficara o P. José Orégio, a fim de tratar dos feridos que levavam.

Os paulistas, que haviam poupado a igreja de São Cristóvão, «que era mui linda, toda caiada», queimaram-na juntamente com a casa dos Padres, destruindo, assim, a redução. Em seguida retiraram-se para Jesus-Maria.

Em face da insegurança que oferecia agora a redução de Sant'Ana, o P. António Ruiz de Montoya, Provincial, que ali chegara, resolveu, com o parecer unânime dos Padres, se retirasse o povo para Natividade, quatro léguas adiante, isto é, mais ou menos 23,5 km, e a qual ficava à margem direita do Igaí (Jacuí), barreira natural, pela dificuldade de o transpor. Até aí, porém, chegavam as incursões de destacamentos da bandeira que se transportou para Sant'Ana,onde levantou sua fronteira de guerra. Cativou Raposo Tavares muita gente que por amor de suas chácaras ali ficara, e fez larga provisão para reabastecer o seu exército.

Em fins de Janeiro chegou a Natividade o P. Superior Diogo de Boroa com o P. Diogo de Alfaro, que substituiria como Provincial o P. Ruiz. Este, o P. Romero e muitos outros, que ali se haviam reunido, organizaram a defesa da redução, porque era voz corrente que Tavares se dispunha também a atacar Natividade. Ao quarto dia da chegada do Superior um índio, que conseguira

71) Mss. B. N. I, 29, 1, 69.

fugir do real de Tavares, levou a Natividade a notícia de que os bandeirantes se dispunham a abandonar as reduções da Serra. Julgaram os Jesuítas fosse a nova um estratagema de guerra, para colhê-los desprevenidos. Outros informes logo confirmaram a exactidão da notícia. Quatro dias depois, quando à frente de uma força considerável de índios, o P. Boroa passava o Jacuí, soube que os paulistas haviam abandonado Sant'Ana e apressadamente estavam saindo de Jesus-Maria, em direcção ao rio Taquari. Novas informações precisavam a causa da rápida retirada do inimigo. Os índios infiéis que haviam deixado em duas paliçadas no Rio Taquari, a 12 ou 14 léguas de Jesus-Maria, tinham-se revoltado e morto alguns portugueses que os guardavam. Os bandeirantes procuravam fortalecer-se naquela região do Taquari, onde estabeleceriam seus quartéis de inverno.

À frente de seu exército de catecúmenos, forte de 1.500 homens de guerra, o P. Boroa percorreu as reduções destruídas, sepultando mortos e socorrendo os feridos que encontrou. Foi a Sant'Ana, São Cristóvão, Jesus-Maria e São Joaquim, encontrando por toda parte a destruição e a morte.

Havia pedido, anteriormente, socorro às autoridades espanholas que não só deixaram de atender, como levantaram calúnias contra a Companhia de Jesus. E, assim, «parece acertado tomar o exemplo que nos deram os novos cristãos de Jesus-Maria, pois, vendo o perigo em que estavam, quando começou a arder a igreja, todos em coro começaram a rezar o padre-nosso, como pedindo socorro ao céu, pois não o tinham da terra, e assim peço a V. R. P. e aos meus caríssimos Irmãos que me ajudem em suas orações e sacrifícios a fim de alcançar de Nosso Senhor o remédio para tantos males, que não se pode esperar da terra, para que não se percam tão gloriosos e apostólicos trabalhos.» [72]

Um ano exacto esteve a bandeira de Raposo Tavares no sertão, sendo os últimos quatro meses em suas paliçadas no Rio Taquari, pois a 20 de Junho, Pêro Leme, o moço, apresentou em cartório, na vila de São Paulo, o inventário de Pascoal Neto, morto em Jesus-Maria, onde ele próprio o fizera como «escrivão do ar-

72) Mss. B. N. I, 29. 1, 66.

raial». Por este inventário e pelo de Brás Gonçalves, o velho, se pode organizar a nominata de mais de 30 paulistas componentes da bandeira de Raposo Tavares. Além dos dois inventariados, do capitão e do locotenente da bandeira, António Raposo Tavares e Diogo Coutinho de Melo, conhecem-se mais os ali referidos: Alberto de Oliveira, António Faria Albernaz, António Pedroso de Freitas, Baltasar de Godói, Baltasar Gonçalves Vidal, Domingos Borges Cerqueira, Duarte Borges, Estêvão Fernandes, o moço, Fernando de Godói, Francisco de Chaves, Gaspar Maciel Aranha, Gaspar Vaz Madeira, Jerónimo Rodrigues, José de Camargo, João de Godói, João Maciel Bassão, João Machado, João Nunes Bicudo, João Rodrigues Bejarano, Luís Feio, Mateus Neto, Miguel Nunes, Paulo Pereira, Pascoal Leite, Pêro Leme, Rafael de Oliveira, o moço, Simeão da Costa, aos quais se pode acrescentar Brás Estêves, grande sertanista, «que esteve também no assalto a Jesus-Maria», [73]) o que confirma a observação do autor do **Bandeirismo** que conseguiu encontrar, entre os numerosos índios de que se compunha a bandeira, oito pertencentes a Brás Estêves Leme, tio de Pêro Leme, o moço, da lista supra».

4. Bandeira de André Fernandes.

Aberta a porta do Tape e Uruguai às incursões bandeirantes que se sucedem quase ininterruptamente, logo se aprestam, em São Paulo, novas expedições que demandam o Sul. A segunda bandeira que penetra o território rio-grandense, surdindo pelo Caamo (campos da Vacaria) e atravessando o Caágua (Cima da Serra) em Maio de 1637 já estava sediada no Taquari, como se depreende do inventário de Gaspar Fernandes (26 de Maio), de João Preto (8 de Junho) e de Manuel Preto, o moço, de 2 de Julho deste ano.

Teve dela notícia o P. Pedro de Elgueta, Vice-Reitor do Colégio de Buenos Aires, pois lhe avisaram do Rio de Janeiro que «são trezentos os portugueses que entraram de São Paulo sem muitos outros que de toda aquela costa saíam de novo em barcos a sa-

73) B. N. Mss. I, 29, 2, 53.

quear e destruir as ditas reduções.» [74]) Em outro informe de D. Mendo de la Cueba, governador de Buenos Aires, datado de 20 de Agosto de 1638, se diz que os portugueses de São Paulo e demais costas do Brasil que haviam entrado eram em número de 370, pouco mais ou menos, com grande quantidade de tupis, os quais, **divididos em várias tropas e bandeiras,** investiam e destruíam a ferro e fogo as reduções. [75]) Diz Teschauer que eram 260 os paulistas, «cifras certamente muito exageradas» comenta Ellis que dá para a bandeira mais de uma centena de piratininganos. Como veremos, os documentos de origem jesuítica dão para o contingente que estava em Caaçapá-mini **trinta paulistas,** enquanto Teschauer confirma que foram 260 os atacantes de Santa Teresa.

Diz o Dr. Ellis que foram organizadores desta bandeira «os membros das famílias mais importantes de São Paulo, quais as dos Buenos, dos Cunha Gagos e dos Pretos, irmãos, sobrinhos e filhos do velho sertanista Manuel Preto, falecido em 1630, na luta contra os jesuítas espanhóis do Guairá.» [76]) Tinha ela como chefe o capitão Francisco Bueno, irmão de Amador Bueno e como imediato o capitão Jerónimo Bueno, seu irmão.

A relação de parte dos que a compunham, segundo os inventários procedidos no sertão, é a seguinte:

João Preto, Manuel Preto, o moço, Gaspar Fernandes, Estêvão Gonçalves, Capitão Francisco Bueno, cabo da tropa, seu irmão capitão Jerónimo Bueno (imediato) e seus sobrinhos Amador Bueno, o moço, e António Bueno (filhos de Amador Bueno, o aclamado) e Lázaro Bueno (não mencioando pelos linhagistas), Henrique da Cunha Gago, o moço, e seus irmãos Manuel da Cunha Gago, e Francisco da Cunha, Manuel Preto, o moço, e seu tio João Preto e seu primo Gaspar Fernandes Preto, Domingos Garcia, Miguel Garcia Rodrigues, Baltasar Gonçalves Málio e seu filho Estêvão Gonçalves, João Pais Málio, António Ferreira Málio, Gregório Ferreira, Francisco de Siqueira, António de Siqueira, Sebastião Mendes, Diogo Aros, António Ribeiro, Bernardo da Mota, António Cor-

74) B. N. Mss. I, 29, 1, 86.
75) Mandado de D. Mendo de la Cueba. B. Aires, 20-VIII-1638. B. N. Mss. 1, 29, 1, 90.
76) A. Ellis Júnior. *O Bandeirismo Paulista* cit. 87.

deiro Porto, Pero Vidal, António Botelho, João Fernandes e António Dias Carneiro. [77])

Pelos documentos jesuíticos referentes a essa bandeira, adiante insertos, podem-se acrescentar à lista mais seis nomes além dos de Jerónimo Bueno e um dos Pretos (fulano?) que deles constam. São os de André Fernandes, cabo da tropa que destruiu Santa Teresa; capitão António Pedroso, capitão Domingos Álvares, capitão Francisco de Paiva, capitão João Raposo, capitão Jerónimo Bueno um dos Pretos (fulano?) e Baltasar Gonçalves.

Perfeitamente identificada pelo ilustre historiador paulista, essa bandeira deveria ter saído de São Paulo em princípios de 1637, e, no sertão do Rio Taquari, teria morrido o bandeirante Gaspar Fernandes, em 26 de Maio. Em Junho e Julho se procedem aos inventários de João e Manuel Preto, o moço, mortos também no sertão do Taquari.

Estabelece aí os seus quartéis de inverno, aproveitando, provàvelmente, as paliçadas construídas pela tropa de Raposo Tavares que, nessa época, estaria de regresso a São Paulo. Percorre a bandeira o mesmo itinerário do desbravador de Ibiaça e Tape, isto é, Caamo e Caágua, que assola, levando cativos para o Taquari grande número de índios apresados nessas regiões.

Mas, só em fins dêsse ano de 37, depois de transposto o Taquari, aparecem nas antigas reduções do Tape. E' certo, porém, que uma grande parte, conduzindo a preia, aliás volumosa, da província de Ibiaça, haja tornado a São Paulo, onde aparecem em 1638 alguns componentes dela, como Amador e António Bueno, que ali se casam nesse ano.

A outra parte, que depois se divide em duas colunas, tendo como chefes os capitães Jerónimo Bueno e André Fernandes, se dirige para a redução de Santa Teresa, onde se separa, seguindo a tropa comandada pelo cap. Jerónimo Bueno para as reduções do Ijuí.

Não resta dúvida de que, transposto o Rio Taquarí, essa bandeira já tinha como cabo principal o capitão André Fernandes, que substituiria o capitão Francisco Bueno, morto no sertão, em 1637,

77) Inv. e Test. de S. Paulo, *ap.* Ellis. 87.

a cujo inventário só foi procedido em 1639, «por razão de se esperar pelo testamento do defunto pelo trazer seu irmão Jerónimo Bueno e até agora não é chegado nem novas dele.» [78]) Todos os documentos de origem jesuítico-espanhola o atestam, embora a esse bandeirante não se refiram as peças arquivais paulistas. E a prova de que a bandeira era a mesma que saiu de São Paulo, sob o comando do capitão Francisco Bueno, está no facto de juntarem os Jesuítas aos nomes de André Fernandes, e outros notáveis próceres piratininganos, o de Jerónimo Bueno, assinalado nas paliçadas de Caaçapá-mini.

Em carta de 4 de Janeiro de 1638, o P. Simão Maceta, que está em Corrientes, pede socorros ao governador de Buenos Aires dizendo «que o padre comissário (Diogo de Alfáro), por duas ou três cartas suas, datadas das reduções do Tape e Caró, me mandou viesse a esta cidade e pedisse, suplicasse e requeresse a V. M., dando-lhe relação como os portugueses haviam entrado pelas ditas reduções do Tape, e por seu caudilho André Fernandes, com ânimo de assolar todas aquelas reduções da província do Uruguai, jurisdição deste governo e de facto destruíram a redução de Santa Teresa» etc. [79]) Em 19 de Fevereiro, em Caaçapá-mini, a primeira pessoa referida na excomunhão notificada pelo P. Alfáro aos paulistas é o capitão André Fernandes. [80]) E o mesmo se diz na declaração de Ventura Díaz, feita perante as autoridades de São Tomé, em 21 de Outubro de 1669. [81]) Mas, a notificação pessoal da excomunhão, levada à paliçada bandeirante, foi recebida pelos capitães Francisco de Paiva, António Pedroso e João Raposo, pois parece que o caudilho principal da bandeira, André Fernandes, estaria ainda em Santa Teresa.

Foi no dia 23 de Dezembro de 1637, segundo Azara, ou véspera do Natal, como quer Teschauer, [82]) que o capitão André Fernandes, à frente de sua tropa chegou à vista de Santa Teresa,

78) Inv. Test. IX, 35. Ellis — *Bandeirismo*, 93.
79) B) N. Mss. I, 29, 1, 69.
80) B. N. Mss. I, 29, 1, 83.
81) B. N. Mss. I, 29, 2, 53.
82) Diz o P. Jaeger que "parece ter sido no dia 18 de Dezembro". *As invasões* — 46, 1ª.

magnífica povoação que tinha mais de 4.000 índios aldeados. Eram curas da redução o P. Francisco Jiménez e P. João de Salas, cujos trabalhos apostólicos tinham granjeado resultados dignos de nota. Além dos catecúmenos antigos haviam afluído para Santa Teresa, localizada nas pontas do Jacuí, proximidades da actual cidade de Passo Fundo, inúmeras tribos que demoravam pela província de Ibiaça, regiões de Caamo e litoral atlântico. Parece, também, que à aproximação dos invasores muitas famílias, que ainda estanciavam pelas proximidades de São Joaquim, houvessem ido procurar refúgio naquela redução.

Sem opor resistência, entregaram-se os habitantes, que foram logo mandados recolher às paliçadas construídas ali pela força de André Fernandes. E aos Padres Jiménez e João de Salas deu o chefe autorização de se retirarem, o que fizeram em seguida. Ao chegarem os paulistas ao povoado, o P. Jiménez tinha escrito um bilhete ao P. Palermo, que estava na redução dos Mártires de Caró, dizendo «que os portugueses haviam dado sobre a redução de Santa Teresa, haviam-na destruído e que se acercavam da de Caaçapá-guaçu (Apóstolos), com o mesmo intento». Foi o P. Palermo a Apóstolos, e «encontrou já muito reduzida a gente que ali estava, e todos mui alvorotados, porque os portugueses já vinham perto, o que ocasionou a fuga de quase todos os índios dessa redução e de outras. Perderam-se assim muitas alfaias, bens, além de gados maiores e menores. Depois disto, o P. Paulo Palermo, por ordem superior, juntamente com o P. Gaspar de Siqueira e Irmão António Bernal, foi à redução de Santa Teresa para auxiliar os Padres que ali estavam a trazer as suas coisas e, no caminho, lhes saíram à frente seis ou sete portugueses com alguns tupis, todos armados com alfanjes, rodelas, escupis e escopetas, com as quais apontaram aos Padres e seus companheiros, no intuito de arcabuzá-los. Em seguida, tomaram-lhes os índios que os acompanhavam, maltrando-os com palavras, ferindo-os com os alfanjes e querendo apossar-se das coisas que levavam para a viagem. A muito custo, conseguiram livrar-se dos portugueses e, tendo caminhado mais algum tempo, encontraram adiante os Padres Jiménez e João de Salas, que vinham se retirando de Santa Teresa. E por eles souberam que os mamalucos haviam destruído aquela redução e

cativado grande número de índios, obrigando-os a abandonar ali mais de 500 cabeças de gado vacum, que havia na redução e outras coisas de muito preço.» [83]) O Irmão Bernal confirma a declaração do P. Palermo, feita em 4 de Fevereiro de 1638. E ambos informam que andavam com os portugueses que atacaram as reduções, «desde Santa Teresa até Piratini», entre outros, André Fernandes, [84]) Baltasar Fernandes, [85]) fulano Paiva, [86]) fulano Pedroso, [87]) Domingos Álvares, [88]) e fulano Prieto. [89]).

---

83) "Auto del p.e Diego de Alfaro Com.º del/Santo Oficio sobre q' informen los trabajos que pa/decen los indios en las imbaciones delos portugueses/y informe q' da el p.e Pablo Palermo y el / hermano Antonio Bernal fecha en/ 4 de febrero de 1638. B. N. Mss. I, 29, 1. 81. Original e autógrafo.

84) O capitão André Fernandes não é referido nos documentos oficiais paulistas, desconhecendo-se até agora sua actuação como cabo dessa bandeira, cujo comando assume, provàvelmente, depois da morte de Francisco Bueno. Azevedo Marques (*Apontamentos históricos etc. da Prov. de S. Paulo*, I, 14) nos dá notícia do insigne bandeirante. Paulista de nascimento, filho de Manuel Fernandes Ramos e Suzana Dias, o capitão André Fernandes foi o fundador de Parnaíba em fins do século XVI, ou princípios do XVII. Fez várias entradas no sertão com seus índios para descobrimento de metais, por ordem régia. Nada nos diz o cronista sobre a bandeira que identificámos, mas refere que no testamento com que faleceu sua mulhr D. Antónia de Oliveira, declarou que "as muitas pessoas indígenas que estavam sob a administração do casal, tinham vindo espontâneamente do sertão, atraídas pelo bom tratamento que lhe dava seu marido o capitão André Fernandes." Deixou de seu casamento um único filho legítimo, o P. Francisco Fernandes de Oliveira, ordenado no Paraguai, e que foi durante muitos anos vigário de Parnaíba. Além deste teve mais seis filhos naturais que reconheceu.

85) Baltasar Fernandes, irmão de André Fernandes, foi o fundador da cidade de Sorocaba, cuja primeira capela edificou à sua custa. Foi homem de avultadas posses, em que se contavam 12 sesmarias, plantações de algodão e trigo e mais de 400 índios a seu serviço. Foi casado com D. Isabel de Proença, filha de António Castanho da Silva e de D. Filipa Gago, das principais famílias da terra e teve desse consórcio 12 filhos, dos quais três varões que foram os capitães Manuel e Luís Fernandes de Abreu e António Fernandes de Abreu. Morreu o capitão Baltasar Fernandes em 1660, em Sorocaba. (Azev. Marques. *Apont.* cit. I, 43/44).

86) Fulano Paiva — Em outro documento, o *Auto de excomunhão*, do P. Alfaro, adiante referido (B. N. Mss. I, 29, 1, 83) encontra-se todo o nome: Capitão Francisco de Paiva, que não consta também dos documentos oficiais referentes à bandeira dos Buenos, não sendo por nós encontrado na *Genealogia Paulistana*, de Silva Leme. Diz o dr. J. P. Leite Cordeiro, em trabalho publicado no *Diário Carioca*, do Rio, *O bandeirante Domingos Cordeiro*, que Francisco de Paiva "era provàvelmente filho de Custódio de Paiva, que ficou em 1613 sob a tutela de Domingos Cordeiro."

87) Fulano Pedroso. Capitão António Pedroso, como se verifica de

Segundo Charlevoix, Techo e outros autores jesuítas, no dia do Natal entraram na igreja os bandeirantes que, com velas na mão, assistiram às três missas ditas pelo P. Francisco Jiménez, o qual, subindo ao púlpito, exprobrou a injustiça e crueldade com que eles tratavam os índios. Ouviram-no eles com calma e, finda a prática, restituíram dois ajudantes de missa que haviam cativado. Mas, apesar dos rogos dos Jesuítas, não consentiram em libertar outros índios da redução.

Santa Teresa de los Piñales, ou **Curiti,** como a denomina o P. Alfáro, estava em situação vantajosa para se tornar um interposto de aprovisionamento de futuras bandeiras que demandassem as doutrinas jesuíticas. Já então, aberto pelos índios, um caminho a ligava a São Carlos do Caapi e outras aldeias cristãs da bacia do Ijuí. Assinalada no mapa de Carafa, essa via de pe-

---

outra citação. E' António Pedroso de Barros, notável sertanista, que faleceu em 1652 com testamento, e foi potentado pelo número de 600 índios que tinha em suas fazendas (*Geneal.* 3°, 444). Era filho do capitão-mor governador Pedro Vaz de Barros e de sua mulher Luzia Leme, e neto materno de Fernão Dias Pais e de Lucrécia Leme.

88) Domingos Álvares — Capitão, da gente de prol de São Paulo, de quem não encontramos mais referência.

89) Fulano Prieto — A família Preto singulariza-se pelas suas actividades como bandeirantes. Por várias vezes são os seus componentes citados nestas páginas, e referidos em documentos jesuíticos. Têm origem em António Preto, natural de Portugal, que veio para São Vicente em 1562, acompanhado de seus filhos João, José, Sebastião, Manuel, Inocêncio e Domingos Preto, sendo alguns grandes preadores de índios. Entre estes: João Preto, solteiro, que morreu a 8 de Junho de 1637, fazendo parte da bandeira de Raposo Tavares, no sertão do Rio Grande; Manuel Preto, que foi um dos chefes da bandeira que assaltou as reduções do Guairá, em companhia de seu irmão Sebastião Preto. Manuel Preto, o moço, filho de Manuel Preto, fazia parte da bandeira de Raposo Tavares e faleceu, em 2 de Julho de 1637, no sertão do Taquari (Cf. *Inv. e Test.* cit.) Na bandeira em referência, além de João e Manuel Preto, havia um outro, que é o referido na excomunhão do P. Alfáro. E ainda em 1656, em companhia de Pasqual da Ribeira e Francisco Cordeiro um outro Manuel Preto é preso pelos índios de Japeju quando, no território rio-grandense, apresava índios, nas proximidades do Jacuí. Dos filhos de Domingas Antunes, filha do tronco, que foi casada com Gaspar Fernandes, exerceram actividades nas bandeiras do sul, onde encontraremos seus nomes, Sebastião Fernandes, Inocêncio Fernandes e Gaspar Fernandes Preto. Refere a *Geneal.* (8°, 283) que um dos filhos de Inocêncio Preto, de nome António Preto, "com 38 anos em 1647, estava no sertão sem dar notícias de si e não sabia se era vivo ou morto". Sebastião Preto e seu filho António Preto tiveram também participação em bandeiras que se dirigiam para o Sul.

netração entrava no Rio Grande do Sul, acima da foz do Ijuí, perto da redução de Assunção, continuava pelos actuais campos de Santo Cristo (Caapi) e Santo Ângelo, pela divisa de águas entre Ijuí e Carandaí, atravessava o Campo do Meio e penetrava pelas pontas do Uruguai em Santa Catarina, a sair no litoral acima do rio Tijucas. [90])

Compreendeu o capitão André Fernandes a importância estratégica da povoação. Não a destruiu, como dizem os Jesuítas, mas organizou aí os seus quartéis de inverno, plantou roças, ergueu paliçadas e a ocupou definitivamente. Dois índios ali cativados em pequenos, 30 anos depois, ao fugirem de São Paulo, em 1669, informam perante o corregedor da São Francisco Xavier, que «nos Pinhais, junto ao povo que foi de Santa Tesesa, destruído por André Fernandes, e que não está muito distante daqui, se havia fundado um povo de índios cujo cura era o filho do dito André Fernandes, onde se juntavam os portugueses que saíam de São Paulo para as malocas: ali se aviam de comida e de todo o necessário para ida e volta.» [91])

O P. Francisco Fernandes de Oliveira, filho do cabo bandeirante, que ficou administrando Santa Teresa, havia sido pelo pai confiado ao governador do Paraguai, D. Francisco de Céspedes, cuja esposa, D. Vitória de Sá, fora para ali levada por André Fernandes. Francisco havia-se ordenado naquela província. [92])

Terminada a ocupação de Santa Teresa, mandou o caudilho André Fernandes que um destacamento de 30 a 40 paulistas, apoiado por mais de 1.000 tupis e índios amigos, fosse assolar as reduções do Ijuí, cativando os cristãos ou infiéis que ali encontrasse. Esse grupo parece teria por comandantes os sertanistas capitães Francisco de Paiva e António Pedroso, se bem que outros paulistas de prol dele fizessem parte.

Em 4 de Janeiro, o P. Simão Maceta, já em Corrientes, diz ter recebido três cartas do P. Alfáro, datadas do Tape e de Caró,

---

90) Rego Monteiro — *As primeiras reduções jesuíticas, cit.* — "Rev. Inst. Hist. R. G. do Sul", 1º Trim. Ano XIX — 27.

91) B. N. Mss. — *Declaración de los índios* etc. 21-X-1669 — I, 29, 2, 53.

92) Basilio de Magalhães — *Expansão geográfica* — 119. Cf. Taunay — *Hist. Geral das Bandeiras*, 163.

solicitando o socorro dos espanhóis. [93]) E um mês exacto depois, 4 de Fevereiro, em sua declaração, ao voltar de Santa Teresa, o Irmão Bernal declarava que «sabia que os bandeirantes que enumerava estavam na redução de Apóstolos.» [94]) Tinham já passado por São Carlos do Caapi, que ficava, aproximadamente a 20 kms de Santa Teresa. Magnífica fora aí a preia de índios que, para não avolumar a bandeira, haviam sido remetidos às paliçadas de Santa Teresa. Em Apóstolos, Caaçapá-guaçu, 15 léguas de 17 ½ ao grau, além de São Carlos, houveram também considerável presa. Daí rumou o contingente para a redução destruída de Candelária, nos campos de Caaçapá-mini, onde ficou até o fim do mês de Fevereiro, depois de ter feito incursões por Caró, não constando, porém, que chegasse até São Nicolau. Localizados em Candelária, fortificaram-se os paulistas em grandes paliçadas, a que recolhiam os índios cativados na região. E nestas paliçadas estiveram até fins de Fevereiro.

Neste meio tempo, dizem os historiadores, embora silenciem os documentos que temos em mão, o P. Diogo de Alfaro, que pessoalmente fora ao encontro dos bandeirantes, teria organizado um exército de catecúmenos, forte de 1.500 combatentes, «que resistiram desesperadamente, «até que, dada a superioridade numérica dos mamalucos foram postos em fuga.» Logo depois foi organizado um outro exército de 1.300 índios cristãos que «resistiram no começo com vantagem aos bandeirantes, mas assustados novamente debandaram até o povoado de Caró ao qual pegaram fogo.» [95]) Certo, é, porém, o auxílio espanhol de 11 soldados que, sob o comando do mestre de campo D. Gabriel Insaurralde, por ordem de D. Mendo de la Cueva e Benavídez, governador do Rio da Prata, Uruguai, Tape e Ibiaça, acudiu ao apelo reiterado do P. Simão Maceta, em Corrientes.

Chegaram os soldados espanhóis alguns dias antes da retirada que fizeram os mamalucos, levando consigo, sem serem molestados, a chusma de cativos que tinham em suas paliçadas. Em

93) B. N. Mss. I, 29, 1, 79.
94) B. N. Mss. I, 29, 1, 81.
95) L. G. Jaeger, *Invasões*, cit. 46, 2ª Ap. Techo, etc. e outros historiadores.

13 de Março, já na redução de «La Limpia Concepción», margem direita do rio Uruguai, muito distante de Caaçapá-mini, o comandante e mais soldados do destacamento prestam uma informação sôbre o que chamam de «derrota de los portugueses». Chegámos onze espanhóis, que éramos os que viemos a este socorro aos campos da redução destruída do Caaçapá-mini, e ali achámos que os índios das ditas reduções, que os ditos Reverendos Padres tinham a seu cargo, tinham acurralados num mato e paliçada a muitos dos ditos portugueses, com os quais soubemos (por certa relação e informação dos ditos R. Padres e dos caciques e índios principais que ali havia, que eram muitos) haviam tido várias refregas os ditos índios, e depois de havê-las tido, outros três dias no dito cerco, em que trataram de vários meios e concertos em que nunca quisemos vir nem os Padres nem os Espanhóis, nem os caciques e capitães das ditas reduções, os ditos Portugueses fugiram, e ainda que fomos em seu seguimento e encalço não lho pudemos dar por ser muita a vantagem que ganharam atrás do mato, enquanto nossos espias vinham avisar-nos e assim voltámos. [96]) Assinam a **Certificación,** original e autógrafa, o mestre de campo e os 11 espanhóis que comandava.

A verdade, entretanto, destoa da informação. Vejamo-la à luz de outros preciosos documentos.

Justificando a necessidade de dar armas aos índios das reduções, numa informação em que depõem 10 Padres, entre os quais o austero provincial Diogo de Boroa, Simón de Ojeda, Laureano Sobrino, Vásquez Trujillo e outros, se diz que «os espanhóis uma só vez que se animaram a enfrentar os portugueses, pela insistência dos Padres da Companhia, saindo mais de 70 homens [97]) com mais de 500 índios amigos, chegando à vista do inimigo, que estava metido em sua paliçada, e não eram mais que **trinta portugueses,** com alguns tupis, não se atreveram a acometê-los, senão que afrontosamente lhes deram as costas e se retiraram.» [98])

---

96) B. N. Mss. I, 29, 1, 85.

97) Nesse número de espanhóis estavam os 11 soldados regulares do mestre de campo Insaurralde.

98) B. N. Mss. I, 29, 2, 47.

Continua o documento com outros informes de que nos serviremos adiante.

E, realmente, assim foi. Em meados de Fevereiro, em São Nicolau de Piratini, onde se encontra, recebe o P. Alfáro ordem de excomunhão maior, que lhe manda o Bispo de Buenos Aires, para ser notificada aos paulistas que se encontram em Candelária, se continuarem eles a cometer depredações e a cativar índios das doutrinas cristãs. E, em data de 19 de Fevereiro, adverte «ao capitão André Fernandes, Baltasar Fernandes, ao capitão fulano (António) Pedroso, ao capitão Domingos Álvares e fulano Prieto», e «otros muchos portugueses e castellanos» (?) contra cédulas de S. M.» que não mais entrem nas reduções destruindo-as e cativando índios cristãos, sob pena de excomunhão maior.

Teve lugar a intimação pessoal nos campos da redução que foi de Candelária de Caaçapá-mïni, a 25 de Fevereiro, estando presentes o mestre de campo Insaurralde, o P. Pedro Romero, o notário apostólico P. João Baptista Hornos e outros muitos. Chegando à paliçada, em que estavam os paulistas, o notário notificou «a Francisco de Paiva e António Pedroso e a outros muitos portugueses, e havendo eles compreendido o que continha a notificação, não quiseram eles ouvi-la. O P. Comissário (Alfáro) em voz alta e inteligível disse a Paiva e a Pedroso, e aos mais portugueses ali presentes, lhes ordenava que dentro de 24 horas saíssem do território deste Bispado e restituíssem todos os índios, menores e maiores, homens e mulheres, que têm cativos, de Santa Teresa do Curiti, de São Carlos do Caapi, dos Apóstolos de Caaçapá-guaçu e de outra qualquer redução que fosse, sob pena de excomunhão».

Não quiseram os bandeirantes ouvir o que o P. Alfáro lhes apregoava e, pelo contrário, sem fazer caso da intimação, destruíram as citações que lhes haviam sido entregues, sendo, então pelo P. Comissário, cominada a excomunhão. E um dos portugueses, ali presentes, respondeu que apelariam da pena, ao que objectou o P. Alfáro que «não obstante qualquer apelação que interpusessem, lhes ordenava todo o sobredito, repetindo **verbo ad verbum** o que ali estava escrito». O documento é datado de

25 de Fevereiro, às 4 horas da tarde, nos campos da redução destruída de Candelária.

Dois dias depois, a 27, o P. Alfáro determinou que novamente se notificasse da excomunhão «aos portugueses de São Paulo», e que, se ainda não quisessem ouvir, fosse notificado dito auto, «a los palos de su paliçada y a los árboles del monte en que la tienen», considerando-se os assim pùblicamente, por excomungados.

No cumprimento desta ordem, das 9 às 10 da manhã, o notário do Padre Comissário, P. Hornos e mais as testemunhas Padres José Doménech, Luís Ernot, e Francisco Jiménez, todos da Companhia de Jesus, se aproximaram da paliçada dos bandeirantes «que está en los campos y montes de la redución destruyda de Caaçapá-mini, y hizo notório el auto y censura del uso al cap. Francisco de Paiva, cap. Ju.º Raposo y otros muchos portugueses en sus personas que las oyeron, entendieron» e responderam o mesmo que no dia anterior, isto é, que apelariam da excomunhão.

A primeiro de Março determinou ainda o P. Alfáro que, pela última vez, o P. Hornos fosse à paliçada dos bandeirantes em companhia de testemunhas, levar-lhes a intimação definitiva de excomunhão maior. Mas o Padre já encontrou a paliçada deserta e «nela nenhum português nem outra pessoa qualquer senão o corpo de um homem morto, e soube por assim o haverem dito todos os índios das reduções dos Padres da Companhia, que por ali havia, que os ditos portugueses haviam ido de volta a Caaçapá-guaçu, no dia anterior [derradeiro de Fevereiro], e não restituíram os índios cativos, nem pagaram os danos que haviam feito às reduções.» [99]) Em vista do sucedido, pelo Padre Superior e Comissário foi lavrado um auto para que constasse em todo o

---

99) Esta documentação, original e inédita, que tanto esclarece a acção da bandeira de Caaçapá-mini, confundida com a seguinte, que foi derrotada em Caaçapá-guaçu, como veremos, é uma fonte preciosíssima para identificar a actuação do capitão André Fernandes e de outros grandes próceres do bandeirismo paulista, não referidos nos documentos oficiais de São Paulo. Tem. na Biblioteca Nacional, Coleção de Ângelis, a indicação de I.29, 1, 83.

tempo, «por informação jurídica, que o capitão Francisco de Paiva, capitão João Raposo, [100]) capitão Jerónimo...» [101])

Como se verifica do próprio processo de excomunhão e das amargas declarações dos Padres da Companhia, o mestre de campo Insaurralde e seus 11 soldados nada fizeram em defesa dos índios, embora não passassem de 30 os bandeirantes de Caaçapá-mini, como ficou conhecida a razia dos paulistas. E tanto é assim que a 13 de Março, já em Concepción, faziam os espanhóis as declarações atrás referidas de que os paulistas «depois de varios medios e conciertos en que nunca quisimos venir», «se huyeron y aunque fuimos en su seguimento y alcanse no se le pudimos dar por ser mucha la ventaja que ganaron por detras del monte».

Levando mais de 2.000 cativos esses 30 paulistas, sob o comando de Paiva e Pedroso, abalaram das paliçadas de Caaçapá-mini, sem serem molestados pelos índios e pelos espanhóis e atingiram a redução de Apóstolos (Caaçapá-guaçu) e daí, passando novamente por São Carlos de Caapi, reuniram-se ao grosso da bandeira de André Fernandes, que estava em Santa Teresa.

Mas, mesmo aí, não cessou a actividade dos bandeirantes. Conta Montoya, em carta de 30 de Setembro de 1638, que um «índio de São Cristóvão, que conseguiu fugir aos paulistas, de quem fora prisioneiro, enganou a um tal Pedroso e o trouxe até Capivari e avisou os de Caratuí, para que lhe fizessem uma cilada. Assim o fizeram e deram sobre os tupis, que resistiram, matando quatro tupis, e o português (Pedroso), sem disparar seu arcabuz, se meteu no mato e deixou sua linda rede, manta, capote, etc. E é fama de que o mataram além de Jesus-Maria.» [102])

---

100) Deve ser João Raposo Bocarro, o moço, insigne sertanista, filho do coronel João Raposo Bocarro e Ana Maria de Siqueira. Neste mesmo ano de 1638, o coronel João Raposo requeria para si, para seus filhos, João Raposo, o moço e outros uma sesmaria em São Paulo. (S. Leme — *Genealogia* — 3º, 4).

101) Jerónimo... (Bueno). Infelizmente falta ao documento a última página em que provàvelmente seguiria a nominata dos "portugueses de "São Pablo" que integravam a bandeira. E Jerónimo Bueno é o único ponto de ligação entre a leva de Francisco Bueno, identificada pelos documentos de São Paulo e a de André Fernandes, das referências jesuíticas.

102) Padre Pablo Pastells — *Hist. de la Comp.* II-8.

Se bem que inexacta a última parte, mostra entretanto a informação o percurso de volta da bandeira que de Santa Teresa desceria até Jesus-Maria, voltando pelo Rio Taquari, como fizera a de Raposo Tavares.

Demorada foi a volta a São Paulo, pois, em fins de Janeiro de 1639, não havia notícias da bandeira em que vinha o capitão Jerónimo Bueno, motivo por que não se fizeram as partilhas do inventário de seu irmão capitão Francisco Bueno, morto no sertão, «pelo trazer seu irmão Jerónimo Bueno e até agora não é chegado nem novas dele.» [103]) Mas, grande parte dela teria voltado anteriormente, como já se referiu páginas atrás.

Consoante afirma em seu magnífico trabalho o Dr. Alfredo Ellis Jr., devem ter chegado «pouco antes de 19 de Março de 1639, data em que encontramos João Pais Málio, da lista supramencionada, figurando no inventário judicialmente procedido, por morte de Francisco Bueno, o chefe da expedição, morto no sertão».

5. **Bandeira de Caaçapá-guaçu.**

A terceira leva que penetra território rio-grandense e cujo trágico destino deu-lhe a designação de **Bandeira de Caaçapá-guaçu**, teve por cabo principal Fernão Dias Pais, mais tarde imortalizado na epopeia das esmeraldas. Foi ainda o Dr. Alfredo Ellis quem a determinou, em suas linhas gerais, através dos subsídios arquivais de São Paulo, cuja publicação é patriótico e benemérito serviço do Dr. Washington Luís.

Em torno desta bandeira se tem feito enorme confusão, e ainda hoje, pela carência de dados, que mais detida pesquisa nos revela na colecção quase inédita de Ângelis, da Biblioteca Nacional, não se pôde traçar com precisão os acontecimentos de que foi parte. Vejamos se é possível, dentro da prova documental, determinar-lhe a acção vislumbrada pela visão exacta do Dr. Ellis Júnior, secundando o Dr. Afonso de Taunay, contra a opinião do Padre L. G. Jaeger, que «apõe novamente um ponto de interrogação» às conclusões a que ambos chegaram sobre ser a bandei-

103) Alfredo Ellis Júnior — *Bandeirismo* cit. 93.

ra de Caaçapá-guaçu a mesma de que era cabo Fernão Dias e imediato seu irmão Pascoal Leite Pais.

Não se pode afirmar, pelos documentos conhecidos, a data exacta em que, à frente de uma bandeira, fortemente aparelhada, o capitão Fernão Dias Pais saiu do povoado piratiningano, rumo ao Sul, à cata de índios. Observa o autor do **Bandeirismo** que isto se deu antes de 1º de Janeiro de 1638, pois, nesta data, Gaspar Costa, um dos componentes da leva, «tendo saído eleito nos pelouros», não tomou posse do cargo de oficial da Câmara, por estar ausente. [104]) Entretanto, sabe-se por informação do P. Boroa [105]) que os mamalucos que a compuham, «no fim do ano (1638) vieram sitiar-se na redução de Apóstolos (Caaçapá-guaçu)» depois de haverem «em oito meses destruído duas províncias além das reduções ditas, que foram Caamo e Caágua, da jurisdição do Rio da Prata». Verifica-se, assim, que em Maio de 1638, andaria já Fernão Dias inquietando as densas populações de Caamo, entrada natural das bandeiras que demandavam por terra o território rio-grandense, seguindo depois para o Caágua, isto é, pelo mesmo trajecto das anteriores entradas de preadores de índios.

De sua passagem por essa região tem-se notícia pelo depoimento do mestre de campo Valbueno que, em Janeiro de 1639, depois do combate de Caaçapá-guaçu, reunindo índios dispersos, prende, por se lhe tornarem suspeitos, os índios Guaimiguru, Abaiani, Marandasa, naturais do Tape e António, de Guairá, cosoante depoimento já referido, em que se vê que a bandeira percorreu as regiões de Caamo, Caágua e Ibia.

Em princípios de Abril já estava a bandeira «no sertão do Rio Grande», como se verifica do inventário de António da Silveira, com testamento, feito no sertão, em 19 desse mês e do qual consta a nominata de 16 bandeirantes, inclusive o cabo Fernão Dias Pais e o morto citado. São estes os paulistas ali referidos: Paulo da Costa e João Farracho, avaliadores, Domingos Leme da Silva, André Bernardes, Frutuoso da Costa, António Gonçalves

---

104) A. Ellis — *Bandeirismo* cit. 1ª ed. 95.

105) B. N. Mss. Exposición a El Rei, por el Padre Provincial Diego de Boroa, I, 29, 1, 88. Col. d'Angelis.

Perdomo, Valentim de Barros, Mateus Leme, João de Santa Maria, o moço, Francisco Alves Marinho, João de Oliveira, Domingos Barbosa, João Nunes da Silva, e Pascoal Leite Pais. Além destes cita mais o Dr. A. Ellis, Pedro Dias Leite, Luís Dias Leme, Pascoal Leite Fernandes, Salvador Simões, Romão Freire, Sebastião Gil, o moço, Pedro Agulha de Figueiró, Cristóvão de Aguiar Girão. Maurício de Castilho, o moço, e Manuel de Castilho.

A documentação dos Jesuítas espanhóis exclui absolutamente a existência de uma quarta bandeira que mediasse entre a de Caaçapá-guaçu e a de Mbororé e, assim sendo, pode-se perfeitamente integrar o grupo identificado pelo Dr. Ellis, de que faziam parte Domingos Cordeiro, Fernão Dias Borges, Matias de Oliveira e Pedro de Oliveira [106]) à leva de Fernão Dias a de Caaçapá-guaçu, a inexistência de outra, induzem a esta conclusão. Também um Custódio Gomes, morto no «sertão dos Patos», e cujo inventário é feito em São Paulo em 3 de Fevereiro de 1639 parece pertencer à mesma gente. Anteriormente fora aos Patos e de lá trouxera 50 peças. Em 6 de Julho de 1638 assina, no povoado, uma promessa de entregar na Laguna, para pagamento de dívida, um certo número de peças e, embarcando-se para o sertão, ali morre, sendo a notícia de sua morte trazida em fins de Janeiro, juntamente com dois escravos, que são entregues aos herdeiros, como se verifica do inventário de 3 de Fevereiro. [107]) Confirma-se, desta sorte, que parte de uma bandeira, em Janeiro de 1639, regressara a Piratininga. Dessa leva faria parte, possìvelmente, Sebastião Gonçalves, cujo testamento, segundo o Dr. Ellis, é datado de 1639, no sertão, mas que volta em 1641, na bandeira de Mbororé, em cuja acção, mais tarde, encontra a morte. [108]) Como veremos, pela documentação espanhola, não será difícil determinar a gente que volta a São Paulo, em fins de Janeiro de 1639, que não é mais do que uma parte da própria bandeira de Fernão Dias.

Não deveria ser muito forte em elementos brancos a leva do

106) *Bandeirismo* citado, 105.
107) *Inv. e Test.* 1639.
108) *Bandeirismo* citado, 107.

futuro caçador de esmeraldas. Não passariam de uma centena os paulistas que a integravam. Sabe-se, como se dirá, que 40 bandeirantes, antes da morte do P. Alfáro, provàvelmente em Dezembro de 1638, se haviam desligado da bandeira e tomado caminho de volta; quatro, cinco ou nove, segundo as várias versões, foram mortos na refrega com os índios em Caaçapá-guaçu e mais 17 prisioneiros, o que nos dá um total conhecido de 66 bandeirantes. Talvez alguns mais, aliás muito poucos, não referidos.

Os antigos historiadores jesuítas lançam enorme confusão, aliás confessada por Teschauer, entre os acontecimentos pertinentes ao ano de 1638, confusão que perdura até os nossos dias. E, desta forma, não raro se dá a uma bandeira o relato de factos que se entendem com outra. Mas, a documentação da Colecção d'Ângelis permite senão determinar precisamente, acontecimento por acontecimento, pelo menos, destrinçar parte desse intrincado cipoal de confusões. Tentemos a tarefa, embora árdua.

Soube o P. Diogo de Alfáro, Superior de todas as reduções, em princípios de 1638, logo depois da retirada de Caaçapá-mini (Candelária), que uns 40 paulistas com um número desconhecido de tupis, [109]) depois de assolar as províncias de Caamo e Caágua, pretendiam dar sobre as reduções que demoravam a Oeste do Jacuí. Congregou o Superior, às pressas, um contingente de índios, sob o comando de D. Nicolau Nenguiru, valoroso capitão-general das doutrinas jesuíticas do Uruguai.

Nesse meio tempo, a bandeira, sob o comando de Fernão Dias Pais e de seu irmão Pascoal Leite Pais, depois de assolar várias aldeias, «correndo a terra, cativando e talando as comidas», [110]) e tendo alguns encontros com os índios, foi «sitiar-se na redução de Apóstolos, onde já haviam derramado sangue». Dias antes, porém, do encontro de que resultou a morte do Padre Alfáro, 40 paulistas, componentes da bandeira, haviam-se retirado de Caaçapá-guaçu (Apóstolos), [111]) onde ficou uma parte

109) A. Taunay — *Hist. Geral* — II, 291.
110) B. N. Mss. I, 29, 1, 88.
111) Pastells. *Hist.* II-23.

não excedente de 30 mamalucos, entre os quais, sabe-se com certeza, estava o capitão Pascoal Leite Pais, irmão de Fernão Dias Pais, o cabo da bandeira.

Em fortes paliçadas, que haviam aí levantado esses 30 bandeirantes, custodiavam mais de 2.000 índios cativos, apresados nas circunvizinhanças, enquanto, provàvelmente, número muito maior de peças era levado pelo grosso da bandeira que voltava ao povoado, onde chegou em fins de Janeiro de 1639, como faz certo o inventário de Custódio Gomes e outras circunstâncias que se referirão.

Não obstante reiteradas solicitações ao governador de Buenos Aires para que enviasse socorro às reduções, que estavam sob a sua jurisdição, nada conseguira o P. Alfáro. Mas, exactamente nessa ocasião, D. Pedro de Lugo y Navarra, governador do Paraguai, visitava parte do território do Paraná, lindeiro à região ocupada pelas missões jesuíticas do Uruguai. A este se dirigiu o Padre Superior, pedindo-lhe assumisse o comando da acção contra o inimigo comum que assolava terras da coroa de Espanha.

Aquiesceu D. Pedro de Lugo, depois de fazer ciente ao Superior de que assim invadiria atribuições do governo do Prata. E «com 60 homens, os melhores soldados de Assunção, bem armados, estando à vista dos inimigos coisa de um quarto de légua, nunca puderam alcançá-los.» [112])

Chegou o exército dos catecúmenos cristãos, sob o comando de D. Nicolau Nenguiru, à frente do reduto inimigo pela manhã, depois de ter caminhado três léguas. Isto foi no dia de Santo António abade (17 de Janeiro de 1639). Vendo o P. Alfáro que o governador e seus soldados estacavam muito distantes do lugar em que estavam os paulistas e que o desânimo já começava a entibiar as energias de seus combatentes, procurava animá-los, incitando-os a que atacassem com valor os mamalucos que, à aproximação dos índios, deixando as paliçadas, haviam-se entrincheirado num pequeno mato. Secundava o Padre o Irmão Domingos

112) *Justificação* citada do Padre Boroa e outros. B. N. Mss. I, 29, 2, 46.

de Torres, perito na arte militar, que no século professara, e mestre dos índios no manejo das armas de fogo.

Foi quando «um malvado, escondido em uma choça, a poucos passos, conhecendo-o bem (ao Padre Alfáro) apontou e feriu-o na fronte, sobre o olho direito, com que o derribou logo, perdendo a fala, ainda que não o sentido, porque, tomando-lhe um Padre a mão e dizendo-lhe que a apertasse para que lhe desse a absolvição e concedesse a indulgência plenária, disse que abriu o olho esquerdo, olhou-o e apertou-lhe a mão, que foi dia de Santo António abade, pela manhã, depois de haver caminhado todo o exército três léguas de noite.» [113]) Foi este o primeiro tiro que soou e, logo em seguida o Irmão Domingos, com outro tiro certeiro atingiu o próprio capitão da bandeira, ferindo-o gravemente em uma coxa.

Deram estes sucessos ânimo e valor aos soldados de Nenguiru, que, avançando resolutamente, arremeteram contra o mato, «matando quatro portugueses, outros dizem que nove e prendendo 17, [114]) logo entregues ao governador D. Pedro de Lugo, «que estava meia légua distante do lugar do combate» acompanhado de seus soldados.

Aniquilada a bandeira, entregues os prisioneiros ao governados do Paraguai, trataram os índios de libertar a chusma cativa nas paliçadas dos paulistas. Havia ali número superior a 2.000 selvagens, sendo grande a percentagem de catecúmenos apresados nas reduções. Como material de guerra tomaram 27 escopetas.

---

113) E' a versão do P. Cláudio Ruyer, sucessor no superiorato do P. Alfáro, conforme carta de 23 de Julho de 1639, publicada em Pastells, II, 22.

114) Todos os documentos são contraditórios quanto ao número de mortos, se bem que se aproximem quanto ao de prisioneiros paulistas. Diz o P. Ruyer que foram quatro, mas que outros dizem que foram nove os mortos, o que coincide com a informação ao Rei, do P. Diogo de Boroa, mas D. Pedro de Lugo, em carta de 20 de Abril de 1639 (Pastells — II, 21), diz que "ali (Caaçapá-guaçu) mataram cinco ou seis e foram presos 16 e dois rapazes, que remeteu ao governo do Rio da Prata. "Cativaram 17 portugueses e um negro, informa ainda o P. Boroa (I. 29, 1, 88). Consta de Pastells (II-19) existir, entre os documentos que resenha, o interrogatório feito a esses 17 presos, em Assunção. Para a identificação desses bandeirantes lançaria grande luz o conhecimento da peça, referida e não transcrita por Pastells.

D. Pedro de Lugo, custodiando os bandeirantes presos, voltou a Assunção. «Cinco dos mais alentados e culpados», informa o P. António Ruiz de Montoya, «escaparam dali», só restando 12 que o governador, declarando-se incompetente para julgá-los, remeteu, mais tarde, ao de Buenos Aires, com informações falsas e calúnias contra os Jesuítas, que muito atenuavam a sua culpabilidade.

Quer na volta para Assunção, quer ali, foram os prisioneiros muito bem tratados, e «sem cadeias», «e nem o matador do bom Padre, **que se soube quem era»,** não teve por parte do governador mais rigoroso tratamento. [115])

Discutível era até agora a identidade da bandeira de Caaçapá-guaçu. Na primeira edição de seu valioso e jamais assaz citado **O bandeirismo paulista,** o Dr. A. Ellis Júnior achava «muito possível que a bandeira de Domingos Cordeiro e de seus companheiros tivesse sido a esmagada por Nenguiru, tendo perecido no combate os bandeirantes, que não mais tornaram ao povoado paulistano.» [116]) Mas, conhecido o documento em que o P. Cláudio Ruyer historia a batalha de Mbororé, nele havia uma indicação preciosa. Manuel Peres, que foi um dos chefes dessa bandeira, em carta de 13 de Março de 1641, dizia: «Rev. Pes. — Chegámos aqui onde viemos falar a V. P.es para saber dos homens que V. P.es prenderam há anos passados, isto é, Pascoal Leite Pais e os demais, dos quais nunca tivemos notícia nem por mar nem por terra se são vivos ou mortos». «... não temos intenção de fazer mal aos cristãos, pois ao que viemos não é mais do que saber dos nossos irmãos e parentes que, em sua mor parte, são casados e estão carregados de filhos e filhas, hoje em grande desamparo, clamando e pedindo justiça a Deus contra V. P.es pelo desamparo e miséria em que se vêem, e assim, como de parte do Padre Vicente Rodrigues, da Companhia de Jesus, me pediram os interessados chegasse aqui para saber deles.» [117])

---

115) Carta citada. Padre Ruyer. Pastells. II, 23.
116) Ellis — *Band.* cit. 1ª ed. 107.
117) Original na B. N. Mss. I, 29, 1, 93. Publicado *in* "R. I. H." São Paulo. Vol. X. Uma boa tradução portuguesa desse notável documento há na Rev. do Inst. H. e Geogr. do R. G. Sul, Ano XXII, 1942. nº 85, pág. 27-52.

Mercê essa preciosa indicação, o mestre do bandeirismo paulista, Dr. A. Taunay, chegou à conclusão de que a bandeira derrotada em Apóstolos fora parte da de Fernão Dias, cujo irmão Pascoal Leite Pais se contava entre os prisioneiros. [118]) E, na 2ª edição de **O bandeirismo,** o Dr. Ellis aceita a suposição. [119]) Não concorda com isto o Padre Jaeger, pelas razões que expõe em seu trabalho, [120]) fàcilmente destruídas pelo que atrás fica exposto e, ainda, porque parte da bandeira, os 40 paulistas que dela se desprenderam em Dezembro, poderia estar, como de facto sucedeu, no povoado paulista em Fevereiro de 1639, enquanto outra parte, em Caacapá-guaçu, era aniquilada pelos índios de Nenguiru, depois da morte do P. Alfáro.

Indagação interessante em torno da grande figura de Fernão Dias Pais tenta nossa curiosidade. Quem era o «chefe da bandeira» que foi ferido pelo irmão Domingos de Torres? Pascoal Leite, Fernão Dias? Teria Fernão Dias voltado a Piratininga com os 40 bandeirantes que se desprenderam da leva? Mas, neste caso, como sucedeu com outros que dela faziam parte, «deveria estar de volta ao povoado piratiningano nos primórdios de 1639», conforme constatação do autor do **Bandeirismo.** Parece, porém, que tal não se deu. E' ainda o mesmo autor que afirma ter encontrado «o sertanista das pedras verdes em São Paulo de volta de sua peregrinação pelo Sul, já em torno de 1640 (**Actas** — Vol. II, 25. **Inv. e Test.** Vol. XIV, 39)». Onde esteve o «chefe da bandeira» durante todo o ano de 1639? Não teria sido ele um dos «cinco mais alentados e culpados» a quem parece ter o próprio governador D. Pedro de Lugo facilitado a evasão, depois de os ter algum tempo em Assunção? São contestes os documentos jesuíticos em afirmar a consideração que foi dispensada aos prisioneiros. Numa informação do Cabildo de Buenos Aires se diz «que, além de se não dar castigo algum a esses portugueses, estão eles livres em Assunção e lhes consentem jogos e diversões.» [121])

118) Taunay — *Hist. Cit.* II-255.
119) Ellis — *Band.* 2ª ed. nota à pág. 201.
120) Padre L. G. Jaeger — *As Invasões* cit. 53, 2ª.
121) B. N. Mss. I, 29, 1, 89.

Na ausência de Fernão Dias Pais, como é de ver, assumiria o comando da bandeira o imediato, seu irmão capitão Pascoal Leite Pais, e este deveria ser o chefe, em Caaçapá-guaçu, se ali não estivesse o comandante efectivo dessa leva de paulistas. Seria um dos «mais alentados e culpados» e, como tal, faria parte dos cinco prisioneiros que fugiram. Mas, isto não se deu, porque, em fins de 1640, ao sair de São Paulo a expedição de Mbororé, não havia voltado, como vimos, Pascoal Leite.

Teria Fernão Dias sido um dos prisioneiros de Apóstolos? As circunstâncias que envolvem a sua vida, nesse biénio trágico para as reduções jesuíticas e para os paulistas da bandeira de Caaçapá-guaçu, permitem a interrogação.

6. **O desbarato de Mbororé.**

No interregno que vai da ação de Caaçapá-guaçu ao trágico desbarato de Mbororé, [122]) isto é, de princípios de 1639 a 1641, não consta da documentação jesuítico--espanhola a entrada de qualquer bandeira regular em território rio-grandense.

Outros acontecimentos de vulto, ao Norte, desviavam, por determinações de alto patriotismo, a belicosidade piratiningana. António Raposo Tavares, à frente de algumas centenas de paulistas, como anteriormente D. Francisco de Rendon, saía de São Paulo com fortes contingentes e, em Janeiro de 1640, tomava parte destacada nos combates contra o batavo que dominava o Nordeste.

No mesmo ano aportava ao Rio de Janeiro, procedente de Roma, o Padre Procurador Díaz Taño que ali fazia promulgar o breve do Papa, excomungando os preadores de índios. Determinou isto uma série de distúrbios que teria tido consequências gravíssimas, pondo em perigo a vida dos religiosos, se o governador e autoridades não acudissem com força armada, dissolvendo a multidão, em socorro aos mesmos. Em São Paulo, onde se sou-

122) Mbororé, pequeno arroio da margem direita do Uruguai é hoje conhecido na cartografia argentina pelo designativo de *Arroio Nonje*. V. mapa — *Misiones guaraníticas*.

be dos acontecimentos do Rio, a Câmara, confraternizando com o povo, assumiu a direcção da revolta e, indo ao Colégio dos Jesuítas, aí os intimou «despejassem a vila e capitania», sob pena de apelarem para a violência. Isto ocorria no mês de Julho de 1640. [123])

Logo após tão graves distúrbios que afectavam a vida da Companhia naquelas Capitanias, soube o P. Taño, no Rio, onde ficou até Novembro, que os paulistas novamente se aprestavam para dar sobre as reduções, motivo por que apressou o regresso a Buenos Aires a fim de providenciar com tempo quanto à resistência que era mister lhes opor. [123a])

Chegando ainda a tempo à Capital do Prata, fez remeter com urgência ao exército que se organizava nas reduções, sob o comando de D. Inácio Abiaru, capitão-general dos índios, e assistência técnico-militar do Irmão Domingos de Torres, grande quantidade de mosquetes e arcabuzes, e larga cópia de munições de guerra. Constituía-se assim formidável exército forte de 4.000 índios, dos quais mais de 300 estavam armados de arcabuzes, contando até com peças de artilharia feitas de bambu recoberto de couro.

Dizem os documentos jesuíticos que a bandeira se compunha de «400 portugueses com armas de fogo e muitos mestiços, mulatos e negros, além de 2.500 tupis flecheiros», [124]) convindo, porém, ressaltar que Teschauer, citando outras fontes, diz que «os mamalucos (eram) em número de 500 a 600 com mais de 4.000 índios tupis em 700 canoas que tinham preparado nas margens dos rios com as quais ocuparam o rio Acarágua, afluente do Uruguai, enquanto suas tropas entravam no povo ermo.» [125])

Confrontando os vários relatos de origem jesuítica, referentes a essa página do bandeirismo paulista e os documentos do

---

123) Carta do Padre Francisco Díaz Taño, datada de 9 de Novembro de 1641. Confirma-o o Irmão Simón Méndez que estava também no Rio de Janeiro, em carta de 23, ao Irmão Diogo de Molina, dizendo que ali "souberam que se aprestava uma bandeira de 400 paulistas para dar sobre as reduções". Pastells, II-60, 62.

123a) Serafim Leite. *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, VI, 253 ss.

124) Padre Taño. Carta citada. Pastells — II, 62.

125) Teschauer. *Hist.* I, 204. Observa que estes números, diferentes dos indicados por Lozano, apoiam-se nos autos".

acervo arquival que nos fornecem **Inventários e Testamentos,** não se torna difícil determinar o trajecto da bandeira de Mbororé até atingir o rio em que teve lugar o choque sangrento. Já de volta do rio Uruguai, em Setembro de 1641, procede-se ao inventário de Sebastião Gonçalves num «sertão do Rio Grande, dos **Ganaiás**». Eram os guaranás ou guaianás [126]) mais conhecidos pela designação de ibirajaras, segundo nossa classificação. [127]) Diz o Padre Taño, na carta citada, «que com os paulistas vinham também muitos **guananazes,** que haviam vencido pelo caminho», e que, de volta, o «inimigo retirou-se para as aldeias dos infiéis que havia cativado.» [128]) Ranchearam-se «nas cabeceiras do Apiterebi», «depois de passar pelo Tebiquari», diz na Ânua de 1641 o Padre Lupércio. [129])

A determinação do rio Apiterebi dos Jesuítas suscitou larga controvérsia entre os demarcadores de 1750, chegando-se finalmente, à conclusão, por todas aceita, de que se tratava do antigo Peperi-guaçu, dos Jesuítas, designação que foi mais tarde deslocada para um afluente mais oriental da margem direita do Uruguai.

Refere a Ânua do P. Ruyer que um tupi preso pelos índios informara, depois da derrota dos paulistas, em Acarágua, que o chefe da bandeira determinara, «logo após a Páscoa, partir do rio Acarágua, tomando seu curso pelas matas para sair num arroio que está Uruguai acima chamado Guarumbaca [130]) e aí dividirem-se, indo uns até o Iguaçu, enquanto outros passariam pelo salto do rio Uruguai, indo até Santa Teresa para explorar as taperas de Jesus-Maria, e dali ao Caamo e Caágua e, finalmente, os outros, pelo Uruguai acima iriam assolar as aldeias dos infiéis.» [131]) Depreende-se dessas informações que a bandeira ha-

---

126) António Serrano. *Etnografia de la antigua provincia del Uruguai.* Paraná 1936-39 e seg.
127) V. Mapa etnográfico.
128) Carta do Padre Taño citada.
129) Pastells. II, 65.
130) V. Mapa das Cortes. Anais da B. N. *Doc. sobre o Trat. de* 1750. Vol. LII.
131) Ânua do Padre Cláudio Ruyer col. B. N. I., 29, 1, 93. Original e autógrafa.

via tomado o caminho do Iguaçu (sertão do Rio Grande) e daí reflexionado para a margem direita do Uruguai, passando pelas pontas do Apiterebi, até o Mbororé, o que confirma o trajecto apontado pelo Dr. Alfredo Ellis. Na volta, porém, alguns elementos se teriam internado pelo Alto-Uruguai, no sertão rio-grandense.

Integravam a bandeira elementos de escol da gente piratininganа. O inventário de Sebastião Gonçalves e as referências jesuíticas dão-lhe para cabo principal o capitão Jerónimo Pedroso de Barros, ocupando também posto de destaque o capitão Manuel Peres, que assina a carta referida na Ânua do P. Ruyer. Conhecem-se mais: capitão António Pedroso de Barros, irmão do cabo, capitão António da Cunha Gago (o gambeta), Baltasar Gonçalves, Bartolomeu Álvares, Sebastião Gonçalves (o falecido), António Rodrigues, Clemente Álvares, Simão Borges, João Leite, Matias Cardoso, Pero Nunes Dias, Domingos Furtado, Miguel Lopes, Mateus Álvares, Pero Lourenço, Amador Lourenço, João Pires Monteiro, Pedro Cabral, Domingos Pires Valadares, Sebastião Pedroso Baião, António de Aguiar, António Fernandes Sarzedas, António Carvalhais e João de Pina. [132]) A estes nomes se podem acrescentar os constantes do inventário de Luís Dias, feito no sertão a 28 de Dezembro de 1641, e que, além do morto, são os seguintes: Vicente Bicudo, Francisco Correia, António Gil, Sebastião Gil, Pedro Furtado, Baptista, António Lopes Perestrelo, Francisco Barreto e António Agostim. [133])

A bandeira deveria ter saído do povoado em fins do segundo quartel do ano de 1640, dela tendo notícia o P. Díaz Taño que, em Novembro, apressou sua partida do Rio para Buenos Aires, temendo não chegar a tempo de dar junto aos Padres as providências que o acontecimento requeria.

Três a quatro meses deveria a força de Jerónimo Pedroso ter gasto até chegar à margem direita do Uruguai, onde acampou um pouco acima da foz do rio Acarágua. Além da preia de índios, que era seu principal escopo, dois outros motivos determinavam sua ida às doutrinas jesuíticas: saber de Pascoal Leite

132) Inv. e Test. S. Paulo. Vol. XI. 500 a 507.
133) Idem, Vol. XIII, 434.

Pais e mais companheiros presos em Caaçapá-guaçu, de que não se tinha notícia, «nem por mar nem por terra se são vivos ou mortos», os quais «em sua mor parte são casados e estão carregados de filhos e filhas, hoje em grande desamparo, clamando e pedindo justiça a Deus contra vossas paternidades, pelo desamparo e miséria em que se vêem; e assim como da parte do P. Vicente Rodrigues, da Companhia de Jesus, me pediram os interessados chegasse aqui para saber deles.» [134]) Outro motivo, o natural revide contra os promotores das penalidades cominadas no breve papal que o P. Díaz Taño fizera conhecer e que motivara sérios distúrbios contra os Jesuítas no Rio e São Paulo.

Farta foi a presa que os sertões percorridos, principalmente em índios infiéis, ofereceram à leva paulista. Manuel Peres a acusa em sua carta: «Não imaginem vossas paternidades que viemos aqui com o engodo de vossos índios, que muito bem sabem vossas paternidades; o muito gentio que havia por este rio já o enviei para diante»... E além da grande chusma de cativos que estariam contidos nas paliçadas, ou a caminho de São Paulo, um número considerável de ibirajaras (guaianás) acompanhavam livremente os vencedores de suas aldeias localizadas nas pontas do Apiterebi engrossando a coluna bandeirante.

Em dezembro de 1640 haviam já erguido seu real à margem direita do Uruguai. Uma grande cheia que, neste mês, engrossou consideràvelmente o rio, fez baixar algumas balsas acabadas de construir, grande quantidade de flecharia e outros petrechos «pelo que viram os Padres que não era obra sòmente de infiéis, mas sim de gente mais ladina e perita do que estes.» [135]) Era chegado o momento de agir, pois isto confirmava a notícia que o Padre Procurador trouxera do Rio de Janeiro e levava os Jesuítas à convicção de que o inimigo estava próximo e não tardaria a acometer as reduções. Em 8 de Janeiro, o Provincial Padre

134) Carta do capitão Manuel Peres, citada. Ânua do Padre Cláudio Ruyer, em Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. Sul, XXII, nº 85, p. 39.

135) No histórico destes acontecimentos seguimos o relato do P. Ruyer, cartas do P. Taño e Irmão Simón Méndez e Ânua do P. Lupércio Zurbano, a primeira no original da B. N. e as outras publicadas in Pastells, II, 60, 65, 81.

Ruyer convocou 2.000 índios das reduções, dando ordem a todos os Povos do Uruguai fizessem descer os seus contingentes com brevidade. Assumiu o comando geral dos índios o capitão-general D. Inácio Abiaru, e o velho D. Nicolau Nenguiru, antigo cabo de guerra cristão, serviu com seu conselho e experiência.

À frente dessa força o P. Ruyer subiu até o rio Acarágua, enquanto o P. Cristóvão Altamirano, em companhia de outros Jesuítas e índios, reconhecia a terra, indagando notícias da bandeira. Em caminho os exploradores foram encontrando corpos de selvagens recentemente mortos, muita flecharia, canoas e 10 ou 12 balsas, muito bem acabadas, feitas de cana da terra que os naturais chamam taquara. Uma escolta, que foi ao salto do Uruguai, às três horas da manhã, encontrou 16 índios fugitivos, já acossados pelos bandeirantes, que desciam o rio.

A fim de concentrar as suas forças, resolveram os Padres aguardar no rio Acarágua a vinda dos inimigos que se aproximavam. Organizaram-se patrulhas e sentinelas, ergueram-se paliçadas e despacharam-se espias em todas as direcções. Finalmente, a 25 de Fevereiro houve exacta notícia dos paulistas. Canoas de índios que foram rio acima, em reconhecimento, encontraram outras que desciam tripuladas por inimigos. Fugiram, céleres, dando aviso aos Jesuítas do encontro que tiveram.

Certos da investida, os Padres levantaram seu exército baixando a Mbororé, ponto estratégico adredemente preparado para a resistência que se deveria fazer. E quando a bandeira chegou à aldeia do Acarágua, cercando-a por três flancos e enchendo o rio de canoas de guerra, não encontrou ali mais ninguém. Sòmente, no rio, em 15 canoas, D. Inácio Abiaru procurou fazer uma diversão que durou duas horas, inutilizando duas embarcações dos bandeirantes. Neste entreacto apareceram mais três companhias de mamalucos que se apresentaram para entrar em combate, e o P. Altamirano, que dirigia a acção, resolveu retirar para Mbororé, evitando perda inútil de combatentes.

Sábado, 7 de Março, violenta tempestade caiu sobre o arraial dos paulistas, obstando descessem estes a enfrentar o exército missioneiro, em Mbororé, o que foi providencial, pois só no domingo chegaram ali, vindos de todas as reduções do Uruguai,

mais 2.000 soldados, com o que se duplicou a força das reduções.

Assumira a direcção dos assuntos da guerra o P. Pedro Mola, que substituíra o P. Ruyer, enfermo em São Nicolau, até que chegasse o P. Pedro Romero, designado para essa direcção. Entrementes, o general Abiaru havia tripulado 70 canoas de guerra em que se contavam, além de inúmeros flecheiros, 57 soldados armados de arcabuzes.

Quarta feira, 11 de Março, o inimigo apareceu, às duas horas da tarde e, descobrindo o casario de Mbororé, arribou à margem e se entrincheirou fortemente em uma chácara que havia nas imediações. Resolveu o comandante do exército missioneiro não dar trégua nem alce ao inimigo e assentou oferecer-lhe batalha incontinenti. Em uma balsa, blindada por fortes paus, colocou uma peça de artilharia, que deu certeiro disparo contra as canoas inimigas, enquanto os índios impacientes para combater disparavam seus arcabuzes, prostrando logo dois «portugueses» que estavam em uma balsa. Assim se «travou a batalha com brava coragem de uma e outra parte».

Neste momento saltou em terra o capitão Jerónimo Pedroso, com 30 homens e, passando por um arroio grande, começou a arcabuzar os índios que estavam em terra, matando três e pondo uns 30 em fuga. Outros, porém, revidando o golpe, acometeram os paulistas, matando um dêles e quatro tupis e ferindo a muitos, com o que os inimigos voltaram à sua paliçada. Continuava, entretanto, o choque entre as canoas, de que os bandeirantes contavam 130, tripuladas por mais de três centenas de homens.

Neste primeiro dia de combate, que terminou ao cair da noite, tiveram os paulistas perda de nove homens brancos e alguns tupis, mortos e muitos feridos.

No dia seguinte, 12 de Março, o inimigo empregou a manhã em construir uma forte paliçada e nela se entrincheirou. À tarde, três mil índios missioneiros, dirigidos pelos seus comandantes, sob a vigilância dos Padres, em silêncio, procuraram fazer um movimento envolvente com que contavam èxterminar de vez os bandeirantes. E, quando estes se aperceberam da manobra, já sobre as suas defesas caía uma chuva incessante de balas e fle-

chas. Vendo-se quase cercado, procurou o chefe da bandeira abrir uma brecha entre os atacantes e, à frente de um forte destacamento de soldados, saiu da trincheira, empenhando-se com os índios num combate, corpo a corpo. Mas tal era o ímpeto destes e a superioridade numérica que, por três vezes, teve o paulista de se cobrir, retornando à sua paliçada, de que voltava a sair para novos recontros. Três horas durou a refrega desse dia, que terminou à noite, pela retirada do exército catecúmeno. Na acção o capitão Jerónimo Pedroso perdera mais quatro homens brancos, além de maior números de tupis.

Com data de 13, remetida por um parlamentário que arvorava bandeira branca, receberam os Padres uma carta de um dos cabos da bandeira, o capitão Manuel Peres, constante, em tradução da Ânua do P. Ruyer e por nós retraduzida do espanhol: «Meus Revos. P.es — Chegámos aqui onde viemos falar a V. P.es para saber dos homens que V. P.es prenderam há anos passados, isto é, Pascoal Leite Pais e os demais dos quais nunca tivemos notícias nem por mar nem por terra, se são vivos ou mortos; pelo que vi anteontem vejo que V. P.es estão em pé de guerra e antes que tivéssemos chegado já este rio estava coalhado de canoas de guerra por ordem de V. P.es, às quais quatro moços mal intencionados, sem ordem minha, procuraram sair de encontro, pelo que V. P.es sem nenhuma razão nem cristandade o fizeram, que se eu viesse a fazer mal abalroara com todo o meu exército, mas antes mandei recolher a gente toda e assim o fizeram como V. P.es bem viram por compreender que eram religiosos e servos de Deus e nos cristãos: e, logo, rio acima, querendo falar às canoas de V. P.es levantámos uma bandeira branca, ao que nos responderam muitas arcabuzadas, coisa que cada vez foi de mal a pior. E assim requeiro a V. P.es da parte de Deus e de S. M. uma e muitas vezes descarregando minha consciência, e a de todo este real sobre V. P.es do que possa suceder de hoje em diante, de parte a parte, pois o tem causado V. P.es, sendo claro que não tive tal intenção e por isto deixo traslado desta mesma carta para que em todo o tempo conste a verdade, pois não temos intenção de fazer mal aos cristãos, pois ao que viemos não é mais do que saber de nossos irmãos e parentes que, em sua mor parte, são ca-

sados e estão carregados de filhos e filhas, hoje em grande desamparo, clamando e pedindo justiça a Deus contra V. P.es pelo desamparo e miséria em que se vêem; e assim como da parte do P.e Vicente Rodrigues, da Companhia de Jesus, me pediram os interessados chegasse aqui para saber deles. E estimarei que V. P.es me façam a caridade e mercê de nos vermos, e, principalmente, que nos digam missa, e ouçam algumas confissões, pois estamos na santa quaresma. Não imaginem V. P.es que viemos aqui com o engodo de seus índios, que muito bem sabem V. P.es; o muito gentio que havia por este rio já o enviei para diante e com que V. P.es venham cá falar comigo verão e acharão ser tudo isto certo e verdadeiro. Eu fico esperando a V. P.es, ou resposta, e não seja a que deu a António Raposo Tavares, em Jesus-Maria, e V. P.es muito bem sabem o que disso resultou, o que entendo não farão V. P.es e assim querendo V. P.es vir aqui o podem fazer confiadamente, sem receio nenhum; eu fico esperando a V. P.es a quem Deus guarde etc. — 13 de Março de 1641 — De V. P.es servidor que suas mãos beija — O cap. **Manuel Peres.** [136]

Por outras ocasiões ainda procuraram os bandeirantes comunicar com os Padres, mas, absolutamente, não conseguiram que suas cartas fossem respondidas. Só, mais tarde, animoso, o P. José Doménech aproxima-se da paliçada inimiga, exprobrando o procedimento dos paulistas e oferecendo os serviços espirituais dos Padres se houvesse ali feridos em perigo de morte, aos quais estariam prontos a confessar. Respondeu-lhes o comandante que havia 11 brancos gravemente feridos, como também alguns índios.

Até 16 de Março, entre refregas contínuas e assaltos dos índios, estiveram os mamalucos na paliçada, de que saíam para in-

136) Quem é este capitão Manuel Peres que escreve aos Padres como se fosse cabo principal da bandeira? Pensa o Dr. Taunay (*A grande vida de Fernão Dias Pais* — Anais IV-34) que é Manuel Pires, "cujo nome deve ter o jesuíta estropiado graças à tendência então geral no tempo, ou universal mesmo, de se verterem os nomes". Seria, assim, o marido de Maria Bicudo (*Geneal.* 6º-448), pai do P. Estêvão Rodrigues da Companhia de Jesus, e sogro, pela primeira mulher do insigne António Raposo Tavares. Entretanto, a assinatura da carta e todas as referências que se encontram nos documentos jesuíticos refere-se a um Manuel *Peres*... Veja ainda a nota 10, na Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. Sul, Ano XXII, nº 85, p. 40. (L. G. J.).

vestir contra os inimigos. Retiraram daí, sempre acossados pelos catecúmenos, construindo, mais adiante, novas fortificações para a sua defesa. Mas os soldados de D. Inácio Abriaru não lhes davam tréguas para cuidar de seus feridos, que eram muitos e, assim, ainda por dois dias, mantiveram contacto com os inimigos vermelhos. Nesses recontros os próprios chefes Nenguiru e Abiaru foram tomados pelos bandeirantes e libertados pelos índios. No último dia, oitavo de combates contínuos, 18 de Março, os missioneiros os perseguiram das seis da manhã às três horas da tarde. Haviam perdido mais de 60 mortos, sendo poucos os que não estivessem feridos.

A fim de melhor se refazerem, os paulistas embrenharam-se nas matas entre o Mbororé e o Acarágua, sem que seus perseguidores pudessem encontrá-los, nem saber o rumo que haviam tomado. E assim passaram-se seis dias, conseguindo os fugitivos atingir novamente as aldeias do Acarágua, onde se situaram, erguendo o seu real.

Não esmoreceram, porém, os Padres no intuito de se verem livres de tão terrível inimigo. Convicto estava este de gozar alguns dias de tranquilidade, entregue a seus deveres devocionais, pois corria a semana santificada pela morte do Redentor. E, no Acarágua, onde os restos da bandeira destroçada se acolhera, na quinta feira santa, que deve ter passado a 25 de Março, os paulistas estavam ocupados «em levantar cruzes, erguer calvários, enramar arcos e preparar estações para as solenidades da Paixão». Jamais supuseram que em «tais dias santos», consagrados às cerimónias religiosas, ao culto do Senhor, pudessem cristãos empunhar armas para verter sangue humano, principalmente religiosos de tão austeras virtudes.

E foi exactamente nesse dia que, tendo localizado os fugitivos, sobre eles caiu o forte exército dos catecúmenos, sob o comando de D. Inácio Abiaru e imediata direcção dos Padres da Companhia de Jesus. Após refregas incessantes e desesperada defesa aos mamalucos, em que perderam muitos homens, conseguiram estes pôr-se a salvo, fugindo novamente para os matos. Domingo da páscoa, não obstante incessantes buscas, perderam os índios o contacto com os restos da bandeira destroçada, que

já havia tomado grande distância, por ásperas serranias e matos fechados que marginam o Uruguai. E o exército cristão voltou às suas reduções para celebrar com **Te Deum** festivo e largas manifestações de alegria a auspiciosa vitória. Isto foi a 28 de Março em que deve ter caído a páscoa de 1641.

Trágico o retorno dos remanescentes dessa bandeira que, embrenhada pelos sertões catarinenses só deve ter atingido o povoado piratiningano um ano e meio mais tarde.

Em seu retorno, até atingir as cabeceiras do Apiterebi, onde havia várias aldeias de infiéis ibirajaras, segundo a documentação jesuítica, haviam sido várias vezes assaltados pelos índios gualachos, hordas selvagens e antropófagas que dominavam aquele sertão, vindos do Norte sob a pressão dos brancos que baixavam do Iguaçu. E nesses recontros haviam perdido ainda alguns homens, mortos sob cruéis atrocidades, descritas pelo P. Cristóvão Altamirano que até ali persegue os mamalucos.

Sabedores da derrota de Mbororé, aprestaram os paulistas, em sua cidade, uma nova bandeira, que dali saiu, em 1641, em socorro dos bandeirantes que acossados pelos índios se retiravam para o Apiterebi, ali encontrando os remanescentes da bandeira destroçada. Esse socorro não é referido pela documentação portuguesa, constando a notícia, como veremos, da **Relação de serviços dos tapes,** etc., do P. Bernardo Nusdorffer, (V. Vol. seguinte, cap. I, 2, nota ano de 1641): «No mesmo ano (1641) alguns derrotados que iam fugindo encontraram com socorro novo que vinha do Brasil e juntos voltaram por outra parte e com outro modo a tentar fortuna: fizeram dois fortes, no rio Uruguai, um chamado **Tobati** e outro **Apiterebi,** para sair daí, fazer guerra às reduções e cativar índios. Descobriram os espias dos índios o seu intento, saíram logo em seguida e acometendo o primeiro forte, os destroçaram, matando muitos e libertando os cativos que já tinham.

Deram também sobre o segundo forte e os obrigaram a evacuá-lo, com tudo quanto tinham de provisões, munições, víveres e cativos.» Quem comandava esse novo reforço que veio em socorro dos destroçados de Mbororé? A documentação portuguesa nada nos diz a respeito. Meses depois do assédio de Mbororé, diz

o Irmão Simão Méndez, confirmado pelo P. Díaz Taño, [137]) mandaram os Padres, sabendo que os paulistas tinham recebido reforço, uma força armada de 150 catecúmenos sob o comando do capitão-general Inácio Abiaru, para novamente hostilizá-los. Depois de muitos dias de marcha encontraram 10 «portugueses» que procuravam fazer um forte nas imediações das reduções. Batidos pela força, dispersaram-se, com morte de cinco, tendo sido libertados 45 infiéis que haviam capturado. Algum tempo depois, outros contingentes de soldados das reduções acharam rancheados em uma paliçada alguns paulistas que foram obrigados a fugir.

Um destacamento de bandeirantes que saiu à preia de infiéis encontrou pelas alturas do Tebiquari um troço de índios cristãos que, quando da destruição de Santa Teresa, se teria retirado para as imediações desse rio. Depois do assalto que colheu alguns, outros se entregaram espontâneamente, com o intuito de mais tarde promoverem uma revolta entre os prisioneiros. À noite levaram a efeito o intento, destroçando-os. Outros «10 portugueses de outra tropa, que eram os melhores soldados de Jerónimo Pedroso», [138]) tiveram igual destino, muitos deles morrendo, atacados pelos índios.

Além de todas essas lutas ainda se referem os documentos conhecidos à investida de grande quantidade de tigres que assolavam os acampamentos, às intempéries terríveis da estação hibernal e à falta de mantimentos que originou grandes privações, fome e doenças.

Diz o Provincial P. Francisco Lupércio Zurbano, na Ânua referida que, segundo pessoas vindas do Brasil, as baixas dos paulistas orçavam por 120 brancos, «parte feridos e mortos na batalha, parte mortos pelos índios infiéis, e outra pelos tigres e intempéries», que os assolaram no retorno ao povoado.

Os restos desta bandeira devem ter chegado em Agosto de 1642 a São Paulo, data em que foi iniciado o inventário de Sebastião Gonçalves.

---

137) Pastells. II, 60.
138) Pastells. II, 65.

7. Outras actividades do bandeirismo paulista.

Não estaca, porém, ante o insucesso do Mbororé a actividade formidável dos paulistas, no Sul. Refere Taunay [139]) uma investida na quaresma de 1651 que seria dirigida contra Buenos Aires, capital do Rio da Prata.

Certo é que no decénio de 1650-1660 e, mesmo, no seguinte, se não aparecem as grandes bandeiras pelos sertões do Rio Grande, fazem-se entradas inúmeras, subindo para São Paulo chusmas e chusmas de índios apresados em todos os recantos da terra rio-grandense. Assim, muitos inventários de Piratininga, de paulistas mortos no sertão, podem-se atribuir a essas investidas ininterruptas contra as selvas do extremo sul.

De uma dessas entradas, não referida pelos historiadores, ficou farta documentação na Colecção Jesuítica de Ângelis, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Em Abril de 1656 chegou ao conhecimento de D. Matias Jeramini, índio corregedor da doutrina de Japeju que, de Ibicuí, 20 dias para as terras do Brasil a dentro, um grande grupo de paulistas andava cativando índios. Aprestou-se logo a diligente autoridade e com uma força bem armada de catecúmenos se pôs resoluta a caminho.

Depois de alguns dias de percurso surpreendeu os paulistas Manuel Preto, Pascoal da Ribeira e Francisco Cordeiro [140]) que,

---

139) *Hist. Geral*, III, 202.

140) Sobre Manuel Preto vide nota anterior. Nada encontramos sobre Pascoal da Ribeira, talvez pela dificuldade de pesquisas individuais na *Genealogia Paulistana*. Quanto a Francisco Cordeiro, deve ser o mesmo bandeirante referido pelo Dr. Ellis. (*O Bandeirismo*, 1ª ed. 144.) que, com Domingos Cordeiro, António Cordeiro e outros, fez parte da bandeira de António Domingues que, em 1648 estava no sertão, voltando a São Paulo no ano seguinte. Seria filho de Domingos Cordeiro que foi casado em primeiras núpcias com Antónia de Paiva e em segundas com Ana Ribeiro, sendo Francisco filho do primeiro matrimónio (*Geneal.* 7°, 288). O dr. Leite Cordeiro, no artigo referido, confirma nossa suposição. E' bem possível que essa bandeira referida pelo Dr. Ellis, da qual "não encontrou dados para concluir por onde andou", estivesse agindo, nesse ano, pelo sertão rio-grandense, como sucede com a por nós identificada, de que fazem parte um Cordeiro e um dos Pretos. Quanta coisa ainda a desvendar e investigar sobre a actuação das bandeiras no Sul, não obstante os trabalhos magníficos de Taunay, Ellis e Basílio de Magalhães!

com dois mulatos crioulos do Brasil e mais 50 índios tupis, andavam na maloca. Vinham estes fortemente armados de bocas de fogo, flechas e alfanjes, de que não puderam fazer uso, porque sobre ele os índios caíram de inopino.

Considerável a presa que haviam feito entre índios infiéis das regiões que tinham atravessado. «Trazia o inimigo três grandes cadeias de ferro. Com suas coleiras, ao pescoço, seguiam de 20 a 30 índios em cada uma». Além disto, ainda levavam mais quatro cadeias como as primeiras, sem cativo algum. D. Matias e seus índios prenderam os bandeirantes e, soltando os índios por eles cativados, puseram nas coleiras de uma das cadeias os paulistas e em outra mulatos e tupis que faziam parte do bando. Apreenderam armas e bagagens e com esta presa preciosa voltaram rumo a Japeju. Três dias já haviam caminhado quando, uma noite, em um pouso, desencadeou-se forte temporal, que os obrigou a afrouxar a vigilância em que mantinham os prisioneiros. Aproveitaram-se estes da oportunidade e os três paulistas com uma dezena de índios conseguiram fugir, não mais sendo encontrados pelos soldados japejuanos. Não o conseguiram, porém, os dois mulatos que foram conduzidos à doutrina, onde depuseram em longo interrogatório que ali foi feito.

Revelou a inquirição dos mulatos e prisioneiros restantes que, nesta e em outras ocasiões, muitas tropas saíram de São Paulo e em um posto que chamam de Igaí (Jacuí), haviam construído um forte e paliçada onde tinham mantimentos e algumas botijas de pólvora e para ali conduziam os índios que lhes caíam nas mãos, o que sucedia de muito tempo a esta parte.

Em outro posto, que se denomina Tarabirém, havia também outro bando de «portugueses», e o mesmo acontecia em Ibataiti, onde outros dois paulistas, que não sabiam os depoentes como se chamavam, tinham outras cadeias com índios cativos, que eram recolhidos a outro forte. Mais 10 bandeirantes, desse mesmo grupo, andavam pela campanha, terra a dentro.» [141])

Terminam aí as informações colhidas na diligência do corregedor de Japeju.

---

141) *Maloca de portugueses.* B. N. Mss. I. 29, 2, 9. Col. d'Ângelis.

E' possível que esse grupo de bandeirantes pertença à leva de Luís Pedroso de Barros, que «em 1656, por ocasião do inventário de sua mãe, Luzia Leme, se encontrava no sertão (**Invent. e Test.** Vol. XV, 410) em lugar incerto e não sabido, como foi justificado prèviamente por meio de muitas testemunhas inquiridas, como era do rito processual (**ibidem**)», consoante observa o Dr. Ellis. [142]) Inclina-se, porém, o historiador, a julgar que essa expedição do sertanista, por erro de data, fosse a que Pedro Taques, indicando o ano de 1660 para a partida, diz ter ido até o Peru, onde o cabo, capitão Luís Pedroso de Barros, foi morrer às mãos dos índios serranos.

Quantas bandeiras e entradas não identificadas pelas fontes arquivais terão, nesse largo período de mais de 20 anos, perlustrado, por todos os seus recantos, a terra rio-grandense? Entre elas, note-se de passagem, parece ter-se dirigido ao Sul a do capitão António Domingues, assinalada em 25 de Junho de 1648, em sertão desconhecido pelos **Inventários** de São Paulo, e referida pelo autor do **Bandeirismo.** Da larga nominata de seus componentes, [143]) ressalta o nome de Francisco Cordeiro, o mesmo bandeirante que, com Manuel Preto e Pascoal da Ribeira, em uma noite de tempestade de Abril de 1656, consegue fugir da corrente de ferro, em cuja coleira os japejuanos o haviam prendido.

Ainda em 1669, uma grande ameaça de invasão paira sobre as doutrinas jesuíticas, principalmente Japeju (Reis), «mais distante das outras e pelas notícias que lhes deram (aos paulistas) alguns índios fugitivos da dita doutrina que cativaram algumas vezes que a ela se têm acercado». Em 21 de Outubro deste ano, na redução de São Tomé, perante as autoridades e Padres que nela se achavam, compareceram Ventura Dias, mestiço e filho de português, que depois de se criar entre eles e os acompanhar em várias jornadas que fizeram para cativar índios, os abandonara e fora até aquela doutrina. Acompanhavam-no Salvador Nunes e António Costa, também dos portugueses, sendo o último mestiço como o primeiro.

---

142) A. Ellis Júnior. *O bandeirismo* citado 1ª ed. 152.
143) Ibidem. 144.

Declararam que era certa a vinda de uma bandeira, particularmente destinada à doutrina de Reis do Japeju, e que os «capitães que tratam dessa jornada são Fernão Dias Pais, Pedro Pais de Barros, João R. Pais, João Andrade, Francisco Camargo, José Camargo, Brás Estêves, grande sertanista que se achou na destruição de Jesus-Maria, Domingos Garcia, Garcia Rodrigues e Domingos Luís, vizinhos de São Paulo; o da Conceição enumera também outros capitães, como são Atanásio da Mota, Vasco da Mota, André da Costa e Vicente Peres, que têm o mesmo intento por ouvi-los tratar com gente poderosa, e de muitos índios que têm para o dito efeito, acrescentando o entusiasmo que têm para isto os fulanos franceses João, Diogo e Dionísio, de cujos apelidos não se lembra, oriundos de uns que antigamente foram com eles de Vila Rica ou outra povoação. Em São Paulo, os que cita, tratam dessa jornada, por terem morrido muitos índios e muito confiar em sua valentia e gente que têm em suas terras; e os ouviu também dizer que, embora não conseguissem a licença que haviam pedido, realizariam essa empresa, como em outras ocasiões, saindo ao campo e aí organizando o seu exército. E acrescentou o terceiro (António Costa) «que ouviu dizer que fariam sua viagem até a Lagoa dos Patos em barcos ou navios para trazer sua matalotagem e demais petrechos de guerra, semente que teriam de semear onde descessem, para ter recursos e comida com que voltar, e dali iriam por terra até o rio Igaí (Jacuí) caminho mais curto e menos difícil e do dito rio às doutrinas sem necessidade de mais matalotagem pelas inúmeras vacas que dizem aí haver.» [144])

Em Agosto do mesmo ano de 1669, fugidos de São Paulo com suas mulheres e filhos, chegam à redução de São Francisco Xavier dois índios, naturais da redução de Santa Teresa, que os paulistas haviam apresado 30 anos antes, sendo «mui pequeños». Baptizados pelos Padres Francisco Jiménez e Simão Maceta, curas de Santa Teresa, jamais esqueceram esses índios os rincões de sua terra natal e a ela voltavam, fugindo a seus senhores.

---

144) *Traslado de la declaración de los indios* etc. B. N. *Col. Ângelis* I, 29, 2, 53.

Informaram esses índios, perante o corregedor da redução, Tomás Potira e outros, que era certo tratarem «os portugueses de São Paulo de conquistar as doutrinas de ambos os rios Paraná e Uruguai, e que para isto haviam mandado buscar todas as munições necessárias de pólvora e balas e mais dois tiros de artilharia, porque, dizem, querem vingar a morte de seus pais e parentes que nas refregas destes anos passados os índios destas doutrinas haviam morto, e que para isto queriam vir com mais demora, roçando e fazendo chácaras no caminho e ficar o tempo necessário para destruir e acabar completamente todos estes povos. «Disseram mais esses índios, «que nos Pinhais, junto ao povo que foi de Santa Teresa, o qual destruiu André Fernandes, que não está muito distante daqui, se fundou um povo de índios cujo cura é o filho do dito André Fernandes, [145]) aonde se juntam os portugueses que saíam de São Paulo para as malocas. Ali se aviam de comida e de tudo que é necessário para ida e volta. [146])

Nada mais esclarecem sobre essa arrancada bandeirante em perspectiva os documentos jesuíticos. Nessa época, grandes bandeiras paulistas devassavam os sertões brasileiros em todos os quadrantes, e muitos dos acima citados integravam as levas que partiam para rumos ignorados. E é quando Fernão Dias se apresta para a grande epopéia das esmeraldas.

8. O êxodo das populações aborígines.

Logo após o assalto da bandeira de António Raposo Tavares, em princípios de 1637, começa o êxodo das populações missionei-

145) Padre Francisco Fernandes de Oliveira, ordenado no Paraguai e que durante muitos anos foi vigário de Parnaíba. Cf. nota anterior.

146) Ficava Santa Teresa nas proximidades da actual cidade de Passo Fundo, como já tivemos ocasião de dizer. Ao princípio, era atingida por um caminho que partia da redução destruída de Jesus-Maria e, mais tarde, aberta pelos próprios bandeirantes ligava-a ao caminho que descia de Santa Vitória, no rio das Pelotas, uma estrada de penetração para as reduções do Ijuí, passando por Santo Cristo. Em suas proximidades, André Fernandes, que a destruiu, localizou o posto de aprovisionamento das bandeiras, de que nos falam os índios fugidos de São Paulo. Aí deveriam ter-se reabastecido inúmeras levas de paulistas, não identificadas ainda à falta de documentos idóneos. B. N. Mss. I, 29, 2, 29.

ras que fogem ante a investida cruenta dos paulistas, preadores de índios. Tendo conhecimento de que os mamalucos haviam atacado Jesus-Maria e vencido os catecúmenos ali aldeados, não obstante a resistência que ofereceram, o P. Agostinho de Contreras, cura de São Cristóvão, foi o primeiro que, para salvar o seu rebanho, o conduziu para Sant'Ana. E aí se reúne também parte dos moradores de Jesus-Maria, que conseguem escapar ao assalto dos bandeirantes.

Nessa ocasião, informado dos acontecimentos que se precipitavam nas reduções da Serra, o P. António Ruiz de Montoya, Superior das Missões, vai a Sant'Ana e resolve, atendendo a razões que impunham a segurança das populações de outros Povos que ali já estavam reunidos, transferi-los para Natividade, lugar menos exposto à incursão dos mamalucos. À margem direita do Jacuí, natural barreira defensiva, «que poderia estorvar o passo ao inimigo», essa redução oferecia de pronto condições mais favoráveis de defesa.

Trataram logo os Padres de fortificar melhor essa posição, servindo-se de canoas, para patrulhamento do rio, e que, ao mesmo tempo, se prestavam para surtidas, que levavam contìnuamente a pequenos grupos de inimigos, que se distanciavam do real paulistano.

Conta-nos o P. Prọvincial Diogo de Boroa, que com toda presteza acudiu a Natividade, fazendo à margem do rio levantar «um parapeito sobre um terrapleno bem fortificado que dava para o rio, e debaixo deste estavam as balsas e canoas e gente que os defendia. Também colocaram-se sentinelas e espias por toda parte, nos passos do rio, em que pudesse haver algum vau, e para impedir que os inimigos assolassem chácaras e lavouras se lhes prepararam ciladas e emboscadas»; e isto foi de grande proveito, na ocasião, «porque o inimigo havia mandado gente a percorrer a Serra na parte que caía da outra banda do Jacuí até Sant'Ana e São Cristóvão, e os nossos índios iam dando sobre eles» e lhes causando algum dano, com morte mesmo de alguns «portugueses», o que acoroçoou ainda mais essas surtidas.

Determinara o Provincial contivessem os Padres os seus catecúmenos, nas reduções em que estivessem, até que ele pessoal-

mente verificasse as condições das doutrinas e a necessidade de se transferir os neófitos para mais seguras regiões. Mas, «pinta sempre o medo e temor, de longe, as coisas maiores do que realmente são e a fama, quanto mais longe, acrescenta sempre circunstâncias mais negras à realidade», «principalmente se a leva o que vai fugindo temeroso» e «os ouvintes são pusilânimes» «como a maior parte desta pobre gente». Boatos terroristas voavam a todas as reduções e os índios, em fuga, assoalhavam por toda parte as atrocidades dos bandeirantes e a retirada, em massa, das populações aborígines das reduções já destruídas. E índios houve, aliás muitos, «que afirmavam haver visto com seus próprios olhos matarem (os bandeirantes) os Padres e fazê-los em pedaços», e isto determinou a fuga de muitos que se ocultaram pelos matos e outros que abandonaram seus Povos. «Os primeiros que o fizeram foram os da redução dos Mártires de Caró, e logo os seguiram os da Candelária (embora não corressem risco e perigo como os da Serra), deixando as sementeiras e chácaras e toda a comida que tinham, pegando fogo a suas casas e Povo», atemorizados pelas novas que corriam por toda região.

Em parte, porém, isto foi providencial. Nestas reduções semidestruídas, cujas populações se retiraram logo para o Paraná, «acharam acolhida e socorro a gente e chusma que da Serra e das reduções de São Carlos e Apóstolos iam-se retirando, o que evitou possíveis atritos e a fome que naturalmente sofreriam». E tanto assim foi que, chegando maior número de retirantes, houve acaloradas disputas entre uns e outros, que não eram os donos primitivos das chácaras.

À Candelária e Apóstolos se recolheram quase todos os catecúmenos das reduções da Serra e outros que emigraram de seus Povos, por temor da investida paulista.

Outro mal que veio assolar as reduções proveio do inimigo caseiro, sempre pronto a combater a supremacia que os Padres exerciam sobre os índios. Era este o infiel, principalmente o ibirajara, raça de insignes feiticeiros, os **apicairés**, antropófagos, que aproveitaram o momento para também cair sobre as reduções desprotegidas, onde sòmente se encontravam mulheres e crianças. E muitos foram vítimas desses bárbaros, de que fugiram, aumen-

tando assim a enorme confusão que ia pelas reduções da Serra e do Uruguai. Até aqui o panorama que nos desenrola o P. Boroa em sua Ânua, referente ao ano de 1637, descrevendo o estado das reduções do Uruguai e do Tape nessa fase inicial da destruição das florescentes povoações jesuíticas. [147])

Nos anos seguintes, novas bandeiras que invadem o território riograndense, destruindo as reduções de Santa Teresa, S. Carlos, Apóstolos, Candelária e outras, determinam ainda o êxodo de novas populações, que resistiam à idéia de abandoná-las, pelo amor que devotavam à velha terra de seus pais. Em fins de 1639, já quase toda a população das reduções havia emigrado para a mesopotâmia párano-uruguaia, onde havia sido acolhida nas antigas povoações guaraníticas, ou fundado outras, em que se estabeleciam definitivamente.

Segundo documento publicado em Pastells [148]) ficaram as-

147) B. N. Mss. I, 29, 7, 29.

148) Pastells, II, 307. Transcrito de Azara. Há na Colecção de Ângelis também um documento sobre a mesma localização, sem as coordenadas dadas por Azara.

ANÁLISE HISTÓRICA DA ACÇÃO BANDEIRANTE PELO AUTOR DA 2ª EDIÇÃO: Ficaria manca a relação tão pormenorizada dos acontecimentos, que, qual filme dramático, acaba de passar diante dos olhos do leitor, se o historiador não analisasse essas páginas de sangue. É que a história, para merecer o título de «mestra da vida» tem de ver investigada sob os seus diversos aspectos.

Aurélio Porto, como brasileiro de gema, e admirador simultâneamente do expansionismo paulista, não se pronunciou abertamente sobre o assunto, possivelmente para não revelar em demasia a sua profunda admiração pela obra evangelizadora dos Jesuítas espanhóis no Rio Grande do Sul, como transluz das páginas desta obra, e ele repetidas vezes afirmou àquele que hoje edita a nova edição deste monumento histórico. Nós, como brasileiro nato por um lado, e filho da Companhia de Jesus pelo outro, nos sentimos mais no fiel na balança e autorizados a emitir um parecer imparcial.

Sob o ponto de vista militar, as bandeiras de São Paulo ao Rio Grande do Sul constituem empresas de audácia sem par. No percurso de alguns decénios, os paulistas foram o maior pesadelo da dominação e colonização castelhana no Continente Sul-Americano, mantendo os seus rivais em contínuo sobressalto. Uma vez ameaçavam o Paraguai, outra arrasavam o Guairá e o Tape; ora galgavam afoitos os Andes, ora provocavam a águia de Castela no Rio-mar Amazonas, e isso ordinàriamente sem serem esperados, levando quase sempre de vencida aos seus contrários.

Consideradas geogràficamente, essas expedições, sublinhamos integralmente a opinião de A. Taunay, que assevera, não fossem as barreiras opostas em Mbororé aos mamalucos em 1641, estes, auxiliados por uma esquadra,

sim localizadas, além-Uruguai, as diversas populações das doutrinas do Tape e do Uruguai que para ali emigraram:

1º **São Nicolau,** trasladado em 1637 para a margem direita do Uruguai, incorporou-se ao Povo de Apóstolos, e em 1687 voltou ao ponto de origem, aos 28º 12' 0" de lat. S. e 2º 21, 7" de long. O.

2º **Candelária,** de Caaçapá-mini, transmigrou em 1637 para as proximidades da redução de Itapua, passando daí para a cos-

---

teriam ameaçado as próprias províncias do Paraguai e do Rio da Prata. Outrossim aceitamos o parecer do infatigável pesquizador Dr. Alfredo Ellis Júnior, que diz que se não tivessem sido expulsos os Jesuítas espanhóis do Guairá com as suas florescentes Reduções, era bem possível que hoje essa parte não seria do Brasil. Até acrescentamos mais: perlustrando as páginas magistrais de Taunay, sobretudo o 3º volume da sua «História Geral das Bandeiras Paulistas», ficámos com a impressão que bem pouco faltou para os bandeirantes se apossarem de toda a região banhada pelas margens esquerdas do Paraguai e do baixo Paraná. Entretanto, a nós brasileiros não nos é lícito condenar a defesa e tenaz resistência dos espanhóis e menos ainda dos infelizes tapes e guaranis, aos quais assistia todo o direito natural de se defenderem contra esses ataques não só desumanos mas ainda completamente injustos.

Ainda sob o aspecto geográfico, Serafim Leite, jesuíta português e amicíssimo do Brasil, que já nimoseou a nossa Pátria com dez alentados volumes de «História da Companhia de Jesus no Brasil», no Volume VI, página 245, referindo-se à caça de índios carijós no litoral catarinense e rio-grandense, diz que esse «movimento eseravagista despovoador e anti-colonial, mais impediu que ajudou o estabelecimento pacífico dos Portugueses nessas paragens extremas do sul do Brasil».

Pela mesma razão discordamos inteiramente do parecer de Ellis que atribui a incorporação do nosso Rio Grande à acção bandeirante. Não, o facto de a terra gaúcha fazer hoje parte integrante do Brasil, não se deve a esses caçadores de índios indefesos, porquanto aqueles, na sua actuação final, de 1639 a 1641, foram desbaratados, abandonando o Rio Grande despovoado à sua sorte, e tanto que, meio século depois, os sobreviventes e seus filhos puderam retornar pacificamente a seus «pagos», e ocupar, sempre sob a bandeira espanhola, a maior parte do hodierno Rio Grande, que só foi conquistado para o Brasil pela diplomacia lusitana e um golpe audaz de um punhado de intrépidos gaúchos, como se dirá no fim do volume seguinte.

Quanto ao lado moral dessas caçadas ao pobre indígena das nossas selvas esposamos as palavras do mesmo Serafim Leite, que interpretam a resistência dos Jesuítas em São Paulo e no resto do Brasil: «Os Padres da Companhia não condenavam o facto da eseravatura, chaga então social existente no mundo, e todas as nações civilizadas a exploravam. Também nunca disseram que as bandeiras de caça ao índio fossem «apenas» por instinto de fereza. O que eles combatiam eram os cativeiros feitos contra o direito positivo civil (leis do Reino), contra o direito canónico (leis da Igreja), e contra o direito natural, da liberdade humana. Condenavam sobretudo os maus tratos infligidos aos cativos». (VI p. 267-8).

ta sul do Paraná sobre o rio Igaarupá. Em 1667 trasladou-se para 20º 26' 46" de Lat. S. e 1º 53' 29" de Long. O.

3º **Assunção,** cuja população fundiu-se com a de outros Povos já existentes à margem direita do Uruguai.

4º **Caró** — Seus remanescentes fundaram Santos Mártires do Japão, que recebeu também os restos dos Povos destruídos de Jesus-Maria do Ibiticaraí, São Cristóvão e São Joaquim, quando da invasão bandeirante. Em 1704 passou a 27º 47' 37" de Lat. S. e 2º 10' 58" de Long. O.

5º **Apóstolos** — Passando o Uruguai tomou a denominação de São Pedro e São Paulo, localizando-se a 27º 54' 43" de Lat. S. e 1º 51' 41" de Long. O.

6º **São Carlos** — Com seus remanescentes e de outros Povos foi fundado outro com o mesmo nome, entre o Uruguai e o Paraná, a 27º 44' 36" Lat. S. e 1º 43' 48" de Long. O.

7.º **São José** — Passou para Oeste do Paraná, entre Córpus e Santo Inácio Mini, e em 1660 se estabeleceu aos 27º 45' 52" de Lat. S. e 1º 52' 3" de Long. O.

8º **São Miguel** — Foi para as imediações de Conceição, margem direita do Uruguai, e em 1687 voltou a 28º 32' 36" de Lat. S. e 3º 1' 33" de Long. O.

9º **São Cosme** e **São Damião** — Trasladou-se para o Paraná, entre o rio Aguapeí e Candelária, a cujo Povo se incorporou, e em 1718, separando-se dele, situou-se a uma légua de distância,

---

Por fim, quanto ao lado social, arrancar tantos maridos dos braços das esposas e tantos filhos do colo dos seus pais, desorganizando inúmeros lares cristãos e deixando pràticamente na viuvez ou na orfandade dezenas de milhares de criaturas, foi uma inconcebível desumanidade, praticada a título de «braços para a lavoura».

Que diríamos hoje em dia nós brasileiros se a medalha estivesse invertida, achando-se o «ninho das aves de rapina» em Assunção do Paraguai em vez de Piratininga, fazendo os espanhóis com os seus guaranis as mesmas depredações contra os pacíficos indígenas cristianizados na zona lusitana e empurrando a linha de demarcação em sentido contrário ao que executaram os mamalucos?

Sirva isto para moderar o irrestrito entusiasmo pela obra do bandeirismo seiscentista de alguns patrícios nossos. Nada obstante, considerando bem as circunstâncias todo peculiares de São Paulo do Campo de Piratininga de 1600 a 1650 ousaremos, «mutatis mutandis», proferir a sentença final mitigadora: «Crimen fué del tiempo, no de San Pablo!»

(L. G. J.)

onde o P. Diogo Soares fez observações astronómicas. Em 1740 passou ao Paraná e em 1760 trasladou-se para 27º 18' 55" de Lat. S. e 1º 21' 52" de Long. O., meia légua distante do Paraná.

10º **Sant'Ana** — Trasladou-se para o Paraná perto de Peiuré, donde passou para 23º 27' 45" de Lat. S. e 2º 2' 19" de Long. O. a duas léguas do Paraná.

11º **São Tomé** — Transmigrou para o Uruguai na Lat. S. de 29º 33' 47" e na Long. O. de 1º 43' 17".

CAPÍTULO V

OPERÁRIOS INSIGNES

1. *Os Jesuítas.* — 2. *Biografias de Missionários.* 3. *Os Mártires.*

1. Os Jesuítas.

Aos dois decénios de 1620 a 1640, que se estudam, estão ligados os nomes dos maiores apóstolos da catequese jesuítica em terras do extremo meridional da América. Plantadores de civilizações, evangelizadores da fé cristã, perdulários de energias e de coragem, esses homens avultam no cenário brutal da natureza virgem, coroados pelo martírio, como se fossem tocados pelo eflúvio divino da santidade. Vindos dos mais longínquos recantos da terra, das mais altas civilizações, trazendo mesmo os melhores conhecimentos literários e artísticos da época, caíam de inopino entre gentes incultas da mais baixa selvageria, realizando verdadeiros milagres para converter à lei cristã as chusmas bárbaras que surdiam, muitas vezes ao som de guerra, das matas impenetráveis.

Mas, perdidos nesses desertos, baixando até à boçalidade das multidões que replasmavam para dar novo feitio humano, fazendo-as subir até Deus, os Jesuítas não perdiam jamais a sua fácies moral e não descuravam das letras, ciências e artes, de que eram detentores. Muitos vinham das cátedras famosas dos Colégios em que transmitiam às novas gerações americanas os princípios mais elevados dos conhecimentos filosóficos, teológicos e morais do tempo. Outros, de suntuosos palácios da mais alta fidalguia

da Europa, pelos quais haviam cruzado, deixando de sua passagem traços luminosos nas artes e nas letras.

Condição essencial para a catequese do gentio era o conhecimento da língua indígena. E todos faziam inicialmente um aprendizado, chegando alguns, europeus, mesmo, a tal perfeição no conhecimento do guarani, que no idioma nativo dos índios pregavam largos sermões, impecáveis no fundo e na forma. Destinados a outro campo de acção evangelizadora, entre guaicurus, calchaquis, ibirajaras e outras muitas nações, estudavam também essas línguas, que se lhes tornavam familiares. E não as guardavam para si sòmente porquanto nos deixaram escritos trabalhos notáveis, vocabulários preciosos, práticas religiosas e orações que traduziam.

Em 1613 os Padres Pedro Romero e António Moranta foram destacados para a missão aos guaicurus. Com o auxílio de um intérprete aprenderam a língua desses índios e fizeram catecismos e orações. Mas temiam não serem bem compreendidos quando um pequeno selvagem que os assistia lhes disse que os entendia à maravilha, pelo que se deram por satisfeitos. O P. Ortega fez um catecismo em língua ibirajara. E assim em todas as línguas faladas na América do Sul, pelos seus primitivos povoadores, puderam os Jesuítas discorrer em seus trabalhos de catequese, deixando mesmo verdadeiros monumentos de filologia americana.

O Padre Guilherme Furlong, S. J. — «Los Jesuitas y la Cultura Rioplatense, 2ª ed., Buenos Aires, cap. VI, p. 77 ss.», nos dá um punhado de nomes de Padres que se aprofundaram nos estudos da linguística e da filologia indígenas. O P. Alonso Barzana chegou a «aprender 13 idiomas entre eles alguns tão raros como a língua Tonocote, Cacana, Sanavitona, Calchaqui e Natica». Além destes conhecem-se a «Arte da língua Toba», a Doutrina cristã da língua Puquina, e várias artes e vocabulários das já referidas e ainda de Guarani, Quiroquini, Abipones e Querandis. E larga seria a lista de nomes aqui transcrita se quiséssemos apreciar em detalhe a actividade admirável dos Jesuítas nesse sector dos conhecimentos humanos.

Entre os que passaram pelas reduções do Uruguai e do Tape nos decénios em apreço há uma plêiade de verdadeiros filólogos.

Os Padres Roque González de Santa Cruz, Marcial de Lorenzana, José Cataldino, Simão Maceta, António Ruiz de Montoya, Pedro Romero, Francisco Díaz Taño e muitos outros, que são expressões de alto saber linguístico. Quase todos aliavam ao conhecimento das línguas indígenas profundas raízes humanísticas e noções de várias ciências das mais adiantadas da época. E, coroando o saber humano, todos esses homens, excedendo-se a si próprios em abnegação e virtudes, bem merecem da posteridade, pelo bem que praticaram, pelos exemplos cristãos que andaram semeando, pelo sangue que derramaram nos martírios elevando-os a Deus, circundados de um halo imperecível de glória.

O trabalho desses homens em todas as actividades temporais e espirituais, que tiveram de exercer entre os nossos aborígines, causa verdadeiro assombro. Humildes e simples, abnegados e heróicos, retratam-se em todos os seus gestos, percebidos nos relatórios — essas famosas **Cartas Ânuas** — com que levavam a seus Superiores o conhecimento das coisas atinentes às aldeias que fundavam e dirigiam. Há, em todos eles, uma indisfarçável ânsia de perfeição moral. Uma aspiração à santidade. Um desejo incontido de sacrifício. Multiplicam-se para atingi-los, semeando o bem. E morrem nos descampados, olhos fitos em Deus, e corações cheios de bênçãos, sem um grito de revolta, porque sabem que sobre suas cinzas Deus construirá, para os pobres índios, um mundo melhor, iluminado pela sua caridade infinita.

Os monumentos grandiosos que nos legaram, nessas Ânuas, [1]) que são um tesouro histórico do Brasil, em sua maior parte desconhecidas e inéditas, permitem que se os veja, dia por dia, nessa larga trajectória em que fincam os esteios de uma civilização cristã, que a política estreita dos tempos e as ambições dos homens não permitiram atingisse o seu apogeu.

Há algumas que são verdadeiros compêndios de etnologia, geografia, história, ciências e artes. Outras nos revelam o carácter íntegro desses homens formidáveis, singularizados, aqui e

1) *Colecção de Ângelis*, adquirida pelo governo do imperador D. Pedro II a D. Pedro d'Ângelis, historiador e coleccionador de documentos, é proveniente dos arquivos jesuíticos de Tucumã, Córdova e Paraguai, hoje incorporada à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

acolá, por um traço psicológico, por uma feição moral, ou pelo sentimento universal de amor ao próximo em que fundam os alicerces mais fortes de sua catequese. Através dessas Ânuas, como procurámos fazer, se podem escrever trabalhos ainda originais, sobre quaisquer aspectos por que se encarem os Jesuítas desses tempos afastados e gloriosos.

Integrando-os à História do Brasil, de que são excluídos, porque em território, depois brasileiro, fundaram uma civilização que se reflecte nas populações nacionais do extremo Sul, não só pela incorporação desses índios, que educaram, à família brasileira, como pelos monumentos de arte que nos legaram e que constituem elevado património histórico — senão pela universalidade da própria Companhia de Jesus — cumprimos um acto de justiça. E vai nisto também uma centelha de saudade infinita. Na velha aldeia de São Nicolau, junto à terra natal, ao cair das tardes, de um rancho solitário, que se esboroava, subiam sons harmoniosos e doces, de uma rabeca, como se fossem de um órgão longínquo, vibrando músicas religiosas. Era o velho João Rabequista, índio centenário das Missões que tocava ainda e nos contava as lendas missioneiras de Santos milagrosos, e de Virgens santas que velavam os nossos sonhos e acariciavam, à noite, os nossos cabelos...

2. Biografias de Missionários.

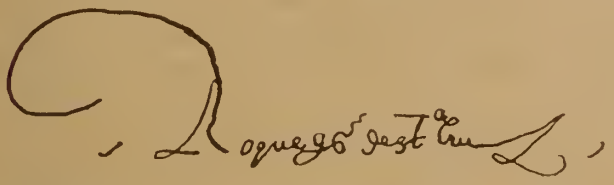
Entre os maiores Jesuítas que fundaram as reduções do Rio Grande do Sul e catequizaram os seus selvagens, deixando traços inapagáveis de suas virtudes e acções, sobrelevam:

Padre **Roque González de Santa Cruz.** — Desbravador e fundador das províncias do Uruguai e do Tape, nasceu em Assunção do Paraguai, em 1570, [1a]) mais ou menos. Oriundo de nobre família espanhola, era filho legítimo de Bartolomeu González de

---

1a) E' engano do Autor. Roque González viu a luz do dia em *1576*, como se colhe evidentemente de vários documentos, conquanto não conheçamos ainda nem o dia nem o mês de 1576. (L. G. J.).

Villaverde e de sua mulher D. Maria de Santa Cruz. Revelando desde os primeiros anos grandes pendores religiosos abraçou a carreira sacerdotal e esteve como missionário entre os índios maracajus, aldeados à margem esquerda do alto Paraguai, 30 léguas distante de Assunção. Mais tarde, nessa cidade, ocupa o alto posto de cura da catedral e lhe oferecem o de vigário geral. Atraído, porém, pelo prestígio da Companhia de Jesus, que iniciava seus trabalhos de catequese entre os índios, nela ingressou

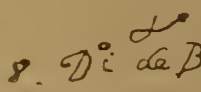


Assinatura do B. Padre Roque González de Santa Cruz

em 1609, com a idade de 33 anos. Conhecendo òptimamente o guarani e outras línguas faladas no Paraguai, noviço ainda, foi destinado à missão entre os guaicurus, índios ferozes e indomáveis do Chaco. Com seu elevado espírito de caridade cristã, em pouco tempo conseguiu o P. Roque valiosos frutos de seu trabalho, pacificando os guaicurus e devolvendo aos colonos a tranquilidade perdida pelas incursões desses bárbaros. Distinguindo-se por isto, foi mandado em 1611 para a missão de Santo Inácio Guaçu, que dois anos antes havia sido fundada pelo P. Marciel de Lorenzana. Incalculável o esforço que aí despendeu, tudo prevendo e a tudo provendo, cuidando da saúde, da manutenção dos índios, melhorando as suas condições de vida, remodelando o Povo e construindo um templo apresentável, além dos trabalhos espirituais com que incorporou milhares de infiéis à igreja de Cristo. Em 1615, alargando seu raio de acção, dirige-se o Padre à lagoa de Apupe (Iberá), fundando ali a redução de Sant'Ana, que depois entrega ao P. Diogo de Boroa. Funda Itapúa e a redução de Jaguapoa, seguindo, em 1617, para o Alto-Paraná, com o intuito de melhor conhecer essa região. Lança então suas vistas para o Uruguai, e ergue a umas três léguas distantes deste rio os fundamentos da redução de Conceição, e para angariar maior número de neófitos cruza a torrente raiana e tenta penetrar em território rio-grandense, de que vai ser o primeiro evangelizador.

Na Congregação Provincial de 1626 é proclamado Superior das reduções sobre o Paraná e Uruguai e é quando funda São Nicolau, sobre o rio Piratini, a primeira das reduções da margem oriental do Uruguai, em 3 de Maio de 1626, Resolve então conhecer a província do Tape, extensa região que ia até o mar; e de sua entrada ficou a primeira descrição que se conhece dessa região, datada de 15 de Novembro de 1627. [2]) Desnecessário detalhar os seus trabalhos referidos neste estudo. A 15 de Novembro de 1628, na redução de Caró, que fundara, recebe o Padre Roque, com seu companheiro P. Afonso Rodríguez e dois dias após o P. João del Castillo, a palma do martírio que coroou a sua nobre vida de evangelizador e de santo. Beatificado pela igreja, em 28 de Janeiro de 1934, foi elevado à glória dos altares.

Padre **Diogo de Boroa.** — E' um dos mais insignes varões da Companhia e, como Superior, a alma da catequese das reduções do Uruguai e do Tape, que visitou muitas vezes e acudiu nos momentos mais aflitivos. Há, na Coleção d'Ângelis. mais de 30 Ânuas do P. Boroa, que historiam, sobre todos os aspectos, a vida inicial das reduções missioneiras. E' com esse elemento, em sua maior parte inédito, que fundamentámos este estudo. Foi o P. Boroa um escritor sóbrio, elegante e, além da copiosa quantidade de Ânuas, conhecem-se dois estudos seus de alto valor sobre as vidas do P. Marciel de Lorenzana e Cristóvão de Mendoza, este último inédito da B. N. (I, 29, 1, 55). Diogo de Boroa nasceu em Trujillo, em 1585, e entrou para o noviciado da Companhia de Jesus em 1605. Desvelado em seus trabalhos de catequese, percorreu todas as reduções do Paraguai, nelas deixando exemplos de alta virtude e valor apostólico. Foi Reitor no Colégio de Assunção e Provincial de 1634



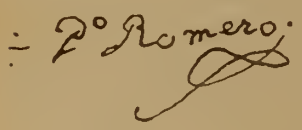
2) Ânua original da B. N. referida. Calvo — *Recueil complets*, II, V. Teschauer — *Vida e obras*. J.. M. Blanco — *Hist. documentada*. Jaeger — *Os Heróis de Caaró e Pirapó*, onde se encontra a biografia completa desses três primeiros envangelizadores do velho Rio Grande do Sul e outros trabalhos. (Volume I da Série: *Jesuítas no Sul do Brasil*)

a 1641. De seus trabalhos e assistência às reduções do Tape e Uruguai passam por todas estas páginas referências copiosas. Quando da invasão bandeirante seu desvelo pelos índios e as providências que tomou, pessoalmente, o notabilizam. Faleceu em 13 de Abril de 1658.

Padre **António Ruiz de Montoya.** — Nasceu em Lima do Peru, em 1582, sendo seu pai natural de Sevilha e próximo parente do teólogo jesuíta, Diogo Ruiz de Montoya. Entrou para o noviciado da Companhia em 1606, fazendo seus estudos em Córdova de Tucumã. Desde moço revelou, a par de notável inteligência e espírito de sacrifício, grande inclinação para as letras, o que lhe deu destaque apreciável entre os maiores vultos representativos da Sociedade de Jesus. Em 1620 era elevado a Superior das reduções, trabalhando infatigàvelmente, quer nas reduções do Guairá, onde teve de enfrentar o assalto dos bandeirantes, quer na retirada dos índios que baixaram para o Paraná, quer ainda nas reduções do Tape, onde novamente teve de sofrer verdadeiros martírios pela sorte de seus catecúmenos. A **Conquista Espiritual,** obra clássica da catequese, que foi traduzida para a língua guarani, teve os seus principais capítulos escritos nas reduções do Rio Grande do Sul. Além desta, em 1637, já havia concluído o magnífico **Vocabulário da Língua Guarani,** como se deduz do **Memorial** que ao P. Múcio Viteleschi, Prepósito da Companhia, em Roma, escreveu o P. Boroa, de Buenos Aires, a 13 de Outubro desse ano, quando determinou ao P. Montoya que fosse à Europa relatar os acontecimentos que culminaram na destruição das Missões. Depois de outros assuntos interessantíssimos, no § 14 desse Memorial, diz o P. Boroa: «O P. António Ruiz leva alguns livros da língua guarani. muito bem trabalhados para imprimir: porém juntamente leva em sua instrução de não ocupar-se em perder ponto em seu negócio até havê-lo concluído. E esta causa será o mais acertado o não podê-lo fazer. E ainda que Vossa Paternidade havia concedido um Irmão impressor, o P. João Baptista Ferrufino não o trouxe. Volto a pedir a Vossa Paternidade o impressor conforme ao que o Padre Reitor dirá acerca da imprensa, dos livros do P. António e juntamente um Irmão pintor, que,

por serem muitas as Reduções, é muito necessário. [3]) Como se vê há aí também uma referência preciosa ao estabelecimento de uma imprensa, o que só muito mais tarde conseguem as reduções do Paraná. Cumprida a sua missão, publicada a **Conquista**, em 1639, voltou o P. Ruiz, que teve por domicílio o Colégio de Lima, onde residiu e faleceu em 1652, sendo seus restos trasladados para Assunção do Paraguai. E' um dos mais notáveis homens de saber e letras de que se orgulha a literatura sul-americana e a Companhia de Jesus.

Padre **Pedro Romero.** — Foi o P. Pedro Romero um dos mais notáveis apóstolos da catequese em toda parte onde a Companhia a exerceu, e precisou de um homem de elevada abnegação e espírito de sacrifício. E' um desses grandes heróis a que não faltou para coroar a autêntica santidade da vida e o desprendimento de si próprio, a palma do martírio. Com Roque González e Cristóvão de Mendoza forma Pedro Romero esse tríptico de santos que fica dominando, por suas excelsas virtudes, o panorama da catequese em terras do extremo Sul. Nasceu o P. Romero em 1581, em Sevilha, e entrou para o noviciado da Companhia de Jesus em Nova Granada, no ano de 1607. Vindo para a América a fim de se consagrar à catequese dos índios, em 1613 já estava no Paraná dirigindo a redução de Santo Inácio e, em 1615, mandado para o Guairá, ali trabalhou, em companhia dos Padres Antônio Ruiz de Montoya, Cristóvão de Mendoza e outros. Perito na língua dos guaranis, mandado em seguida para a missão dos guaicurus, aprendeu também este difícil idioma, para o qual, com o único auxílio de um intérprete, em pouco tempo, traduzia o catecismo e várias orações. E' um dos primeiros que, em companhia do P. Roque, entra em terras do Uruguai e funda várias reduções, a que presta a sua assistência. Inexcedível na dedicação



3) "Memorial p.a n.o muy R.do P.e Mucio Viteleschi, Preposito G.l de la Comp. de JHS". Diogo de Boroa. Buenos Aires, out., 13 de 1637. B. N. — Col. de Ângelis — I, 29, 1, 76.

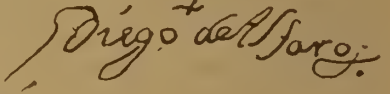
e no trabalho, fazendo da vida um holocausto de sacrifícios, o P. Romero distingue-se entre seus pares e é escolhido para dirigir, como Superior, as reduções do Paraná e do Uruguai. Nesse alto posto, compreendendo o perigo extremo que ameaçava estas últimas, multiplica-se em actividade e, mais tarde mesmo, vai para Jesus-Maria, já como simples cura, a fim de prover a defesa contra o inimigo paulista, que não tardaria. E aí se encontrava, quando, em Dezembro de 1636, a bandeira de Raposo Tavares, como fica historiado, aparece à frente da redução e a destrói. Heróico e resignado o P. Romero recebe o supremo sacrifício que é imposto a seu Povo e o acompanha em seu êxodo, derramando lágrimas de dor. Em 1645 é mandado à missão de Itatines para a conversão dos infiéis do Norte do Paraguai, e aí, a 22 de Março, é martirizado pelos índios, que lhe dão morte gloriosa a pauladas e flechadas. A Ânua de 1645 assim refere o seu martírio: «Sucedeu por este tempo a gloriosa morte do apostólico e venerável P. Pedro Romero, de nossa Companhia, o qual, depois de mais de 30 anos de emprego na conversão das gentilidades das províncias do Paraná, Uruguai e Serra do Tape, e dos trabalhos padecidos entre a bárbara nação dos guaicurus, com incomparável zelo e cotidianos riscos de vida, observantíssimo em todos os géneros de virtudes, depois de haver fundado por sua mão a maior parte das reduções que tem esta província, com tão copiosa colheita de inumeráveis almas, reduzidas ao conhecimento de seu Criador, querendo coroar com muita glória tantos méritos, foi enviado, por obediência, a dirigir a missão de Itatines, que fica ao Norte, acima do Paraguai, para o que, com a experiência de tantos anos, em semelhantes encargos, adiantasse ali a conquista começada de tantas almas e, pondo em execução esta ordem, partiu para o outro lado do Paraguai, sendo martirizado pelos feiticeiros, que o mataram a pauladas e flechadas. [4]) Perdia a catequese, com o P. Romero, um dos vultos mais extraordinários que honraram a Companhia de Jesus.

Entre os Superiores e Provinciais que prestaram assinalados servidos às reduções do Uruguai e do Tape, destacam-se os Pa-

4) B. N. Ânua I, 29, 7, 46.

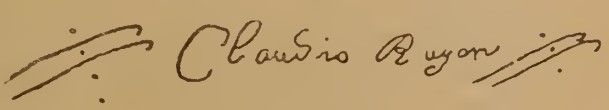
dres Francisco Díaz Taño, Nicolau Durán, Cláudio Ruyer e Diogo de Alfáro.

Padre **Diogo de Alfáro.** — Nasceu no Paraná, em 1595, sendo filho legítimo do célebre ouvidor D. Francisco de Alfáro, notável pelas suas «Ordenações» sobre os índios. Fez seus estudos iniciais em Lima e seguiu para Salamanca, cuja Universidade cursou com grande proveito. Estudava filosofia quando ingressou na Companhia de Jesus, voltando para a América em 1616. Destacado para servir à catequese foi para as reduções do Alto Uruguai, onde permaneceu até ser nomeado Comissário do Santo Ofício, e Reitor do Colégio de Assunção. Terminado o seu Reitorado solicitou sua volta às reduções, sendo nomeado, em 1637, Superior Regional das Missões do Paraná e Uruguai, em substituição ao P. António Ruiz de Montoya, que havia sido enviado para a Europa. Por ocasião da retirada desses índios, dirigiu o P. Alfáro os últimos retirantes dos seis Povos do Tape, que transpuseram o Uruguai, fugindo aos bandeirantes. Detalhadamente historiámos as suas actividades no recontro com os paulistas, onde foi morto pelo chefe da bandeira em 17 de Janeiro de 1639, em Caaçapá-guaçu. O cadáver de Alfáro foi levado com grandes honras até Conceição, margem direita do Uruguai, onde seus despojos ficaram guardados com veneração juntamente com as relíquias dos mártires Roque González, Afonso Rodríguez e João del Castillo, até que desapareceram no fim do século XVIII, após a supressão da Companhia. O P. Alfáro, na véspera de sua morte, havia escrito a uma pessoa amiga: «Vou aos inimigos que me atravessarão com um balaço». Foi pela sua vida e obras um dos insignes obreiros da Companhia.



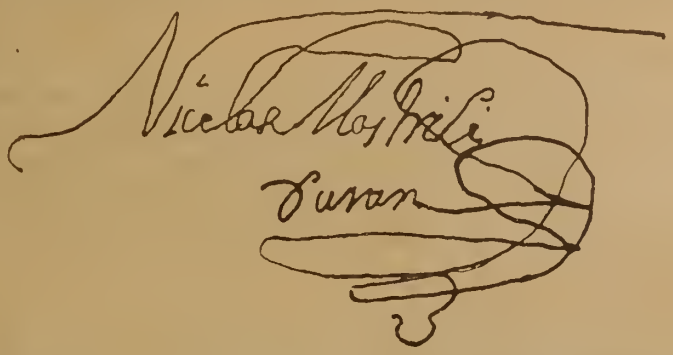
Padre **Cláudio Ruyer,** ou **Royer, Ruiet, Ruier, Roger, Ruger, Rouchere,** etc.) — Nasceu lá por 1580 (ou 1582) em Champlois, Langres, na França, seguindo depois para a Itália, onde fez magníficos estudos humanísticos. Sentindo grande vocação para o sacerdócio, e dominado por uma profunda admiração pela Companhia de Jesus, resolveu nela ingressar já ordenado, o que fez em Ná-

poles, onde se achava, em 31 de Dezembro de 1612, com cerca de 30 anos de idade. Com o P. João de Viana, que foi um dos grandes da Companhia, veio para a América, sendo logo destinado à catequese nas reduções do Paraná e Uruguai, nas quais exerceu mais tarde o Superiorato. Fez, em 1627, a profissão dos quatro votos. Dotado de grande inteligência e letras, aprendeu, ao chegar para o Paraguai, a língua guarani, de que se tornou um dos mais notáveis mestres. Prestou à catequese largos serviços, que o tornaram um verdadeiro amigo dos índios. Era Superior quando, em 1641, como já historiámos, os mamalucos vão até o Mbororé, onde se



trava o combate decisivo, que destrói a força paulista e encerra a fase bandeirante das Missões do Sul. A Ânua que escreveu sobre o combate, uma das mais interessantes páginas da história sul-americana e de que fizemos largo extrato, está em original na Coleção de Ângelis, da Biblioteca Nacional. Esta Ânua mandada copiar por Capistrano de Abreu, foi inserida, na íntegra, no vol. X do Instituto Histórico de São Paulo. [5]) O P. Ruyer faleceu no Colégio de Assunção do Paraguai em 24 de Março de 1648. [6])

Padre **Nicolau Mastrilli Durán.** — Era natural de Nale, Fran-

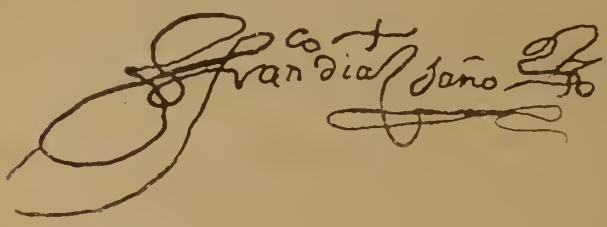


5) I, 29, 1, 93. Rev. cit. vol. X, 258-552. Resumo em Taunay. *Hist. Geral das Bandeiras,* II, 314 e seguintes; e em português na Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. do Sul, ano XXII, nº 85, p. 27-53.

6) Ânua I, 29, 7, 46. Necrológio biográfico do P. Ruyer e outros.

ça, onde nasceu em 1570. Entrou para o noviciado da Companhia de Jesus em 10 de Nov. de 1585 Destinando-se à América seguiu para o Peru, tendo aí adotado o nome de Durán. Dedicou-se largo tempo ao magistério, tendo sido professor de retórica e Reitor em Quito, São Paulo, Lima, e La Plata. Foi Provincial no Paraguai e duas vezes no Peru. Traduzidas pelo P. Rançonier foram publicadas em latim suas Ânuas relativas aos anos de 1626-1627, e referentes ao Uruguai, quando de seu primeiro Provincialato. São estas Ânuas notável subsídio para a história das reduções do Paraguai, Uruguai e Tape, sendo dadas à luz em Antuérpia, em 1636. Faleceu em Lima em 14 de Fevereiro de 1653, tendo deixado vários trabalhos de subido valor literário e histórico. Suas Ânuas, em original, encontram-se na Coleção d'Ângelis. [7])

Padre **Francisco Díaz Taño.** — Nasceu em Palmas, ilhas Afortunadas, em 17 de Maio de 1592. Satisfazendo sua vocação para o sacerdócio, depois dos estudos preliminares, em que revelou inteligência e aproveitamento, ingressou no noviciado da Companhia a 13 de Julho de 1614, vindo depois para a América, onde se tornou um dos mais insignes catequistas dos índios das reduções do Paraguai, Paraná e Uruguai. Dedicou-se à filosofia e teologia, tendo sido Reitor do Colégio de Assunção. Superior das Missões, revelou-se de admirável capacidade na direcção da catequese. Vimos, em páginas anteriores, o seu trabalho nas reduções do Tape quando aí chegou em 1635, logo depois



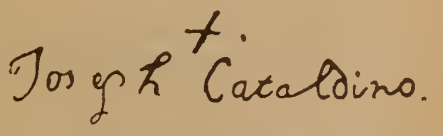
Todas as Ânuas consignam os dados biográficos dos Padres falecidos no ano a que elas se referem. de onde extratamos esta e outras notas, sobretudo do *Archivum Historicum Societatis Jesu*, vol. XVI 1947, p. 111-114.

7) B. N. I, 29, 7, 19. — O título da publicação do P. Jacob Rançonier, é: Nicolas Mastrilli Durán — S. J. — *Litterae annuae provinciae Paraquariae Societatis Jesu.* Ann. 1626-1627. Antuérpia. 1636.

do martírio do P. Cristóvão de Mendoza e a sua dedicação pelos índios que atraía com suas habilidades, montando uma forja para fazer cunhas, machados e outros instrumentos para a lavoura. E' nessa ocasião que, com uma independência de carácter que o notabiliza, o P. Taño escreve a seu Superior a célebre carta que este cancela para que não passem seus conceitos à posteridade. [8]) E em 1637 o Padre Francisco Díaz Taño, pelas suas virtudes e alto espírito, foi nomeado procurador geral em Roma, para onde seguiu no mesmo ano. Havia feito a profissão dos quatro votos em 23 de Março de 1629. [9])

Muitos outros insignes missionários têm os seus nomes ligados à fundação, florescimento e destruição das reduções do Uruguai e do Tape. Entre os fundadores destacam-se:

Padre **José Cataldino.** — Nasceu em Fabriano, de la Marca de Ancona, na Itália, em 1571 e ingressou na Companhia em 1601, vindo para a América, em cuja catequese trabalhou durante 44 anos. Esteve no Guairá, Paraguai, Uruguai e Tapes. Sofreu os maiores martírios quando da incursão dos bandeirantes. Não sendo arquitecto construiu templos magníficos nas reduções em que serviu. Conhecia

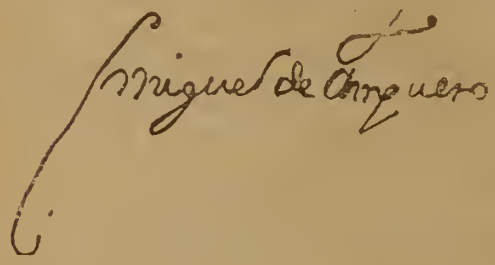


8) A carta referida é datada de 6 de Setembro de 1635 e dirigida ao P. Superior (Diogo de Boroa), de Jesus-Maria. Salienta nesse documento (nas páginas canceladas) a necessidade que ali há de tudo, principalmente de roupa para os Padres, que ele próprio a coseria, se lhe mandassem o pano necessário. As armas, que haviam sido mandadas para as Missões, tinham-se estragado com a morte do P. Cristóvão, pelo uso que delas se tinha feito. Os arcabuzes estavam quebrados e sem chaves, etc. E esta afirmação do P. Taño vem desfazer a asserção de que não havia armas nas reduções, como querem Teschauer e todos os historiadores jesuítas da época. Na última página também cancelada, o P. Taño critica acerbamente a mudança de Padres que se fazia de umas partes para outras e da imprevidência destes que deixaram os índios padecer horrível fome, procurando reduzi-los antes que fizessem as suas chácaras. E' um documento enérgico e uma das páginas mais admiráveis para o estudo dos usos, costumes e superstições dos índios do Rio Grande do Sul. As duas páginas, depois de meses de trabalho, foram decifradas pelo saudoso Rêgo Monteiro. B. N. I, 29, 1, 53

9) *Catalogus publicus.* B. N. I, 29, 2, 58. Ano 1670.

as línguas guarani, guaicuru e ibirajara, entre cujos índios trabalhou com apostólico devotamento. Faleceu a 10 de Junho de 1653 com 82 anos e três meses de idade e 52 de companhia. Professo dos quatros votos. E' um santo varão da Companhia de Jesus. [10])

Padre **Miguel de Ampuero.** — Companheiro do Padre Roque e de outros fundadores das reduções do Uruguai e do Tape, nasceu em 1593, na cidade de Lima, sendo filho de pais nobilíssimos e conquistadores. Com 17 anos entrou para a Companhia, contando já um bom preparo, que solidificou em estudos posteriores. Com grande vocação para o púlpito, era de notável eloquência na língua guarani. Largo tempo empregou-se na catequese do gentio e faleceu em Santiago em princípios de Dezembro de 1653. [11])



Padre **Adriano Formoso.** — Era natural de Nápoles, cidade de Lecce. Faleceu em Itapúa, a 24 de Março de 1649, com 46 anos de idade e 30 de Companhia, na qual entrou em Espanha, de onde se destinou à catequese dos índios da América. Homem de elevada cultura em letras, filosofia e teologia foi um dos maiores latinistas da Companhia, exercendo por muito tempo o magistério. Começou a catequese nas missões do Iguaçu e depois foi destacado para o Tape, onde fundou S. Cosme e S. Damião. Acompanhou seu povo, em 1638, quando da invasão paulista, fixando-se no Paraná. Faltando-lhe alguns catecúmenos que haviam ficado dispersos, voltou novamente ao Tape, com perigo de vida e levou-os para a nova redução. [12])

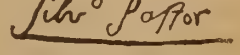
---

10) B. N. Ânua do Padre Diogo F. Altamirano. 1653-1654. Cod. Mss. I, 15, 3, 11.
11) Idem, ib. pág. 107.
12) B. N. I, 29, 7, 46.

Padre **Adriano Crespo** ou antes **Cnudde**. — Natural de Bruges, Bélgica, em 17 de Fevereiro de 1602, admitido na Companhia em 29 de Maio de 1625, veio para a América em 1628, destinando-se à catequese do gentio. Foram seus serviços logo aproveitados, sendo um dos fundadores da redução de Apóstolos, onde ficou como cura. Esteve também em Caró e à frente de seus catecúmenos, em 1638, quando da invasão dos mamalucos, dirigindo o êxodo desses Povos. Faleceu em Itapúa, onde se recolhera, em 25 de Fevereiro de 1651. [12a])

Padre **Vicente Badia.** — Era natural de Valência, Espanha, onde nasceu em 1601, tendo com 16 anos, em 1 de Dezembro de 1617, ingressado na Companhia, como noviço, fazendo no Colégio de ali todos os seus estudos com grande aproveitamento, com o que conseguiu ser reputado bom teólogo e filósofo. Vindo para a Província do Paraguai, além dos trabalhos de catequese a que se dedicou, especialmente, em várias reduções do Paraná, Uruguai e Tape, foi Reitor de um dos Colégios da Companhia e procurador. Fez os quatro votos a 13 de Março de 1638 e faleceu em 1670 no Colégio de Buenos Aires com 69 anos de idade. [13]) Foi o P. Vicente, como se dirá com maior detalhe, o introdutor do gado ovelhum em Japeju, de cujo casco procedem as ovelhas que se disseminam pelas reduções do Rio Grande do Sul. Muito curioso em todas as coisas, fez para a redução de Córpus um formoso retábulo de entalhe em relevo e foi mestre de quatro índios, que mais tarde se tornaram peritos em escultura.

Padre **Silvério Pastor.** — Natural de Aliaga, no Aragão, nasceu a 15 de Janeiro de 1596, entrando como noviço para a Companhia em 10 de Agosto de 1616. Dedicou-se à teologia e moral, tendo sido também professor de gramática latina. Obteve o grau de coadjutor espiritual formado em 25 de Outubro de 1647. Foi mi-



12a) *Arch. Hist. S. J.*, 1947, pág. 129.
13) *Catalogus publicus Provinciae Paraguariae.* Ano de 1670. B. N. Col. d'Âng. I, 29, 2, 58.

nistro e Superior das missões. Seus trabalhos de catequese entre os índios do Uruguai e do Tape tornaram-se notáveis, especialmente na redução de São Nicolau, a cuja frente se achava em 1636. Ainda existia em 1670, pois consta seu nome no **Catalogus publicus** desse ano. [14])

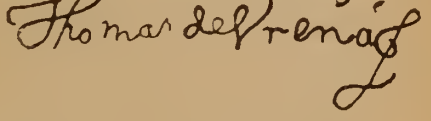
Padre **Manuel Bertoth.** — Natural de Marboz, França, nasceu a 25 de Dezembro de 1601, ingressando na Companhia em 2 de Março de 1620. Foi professor de gramática latina e de seminaristas, sendo formado em filosofia e teologia. Fez os quatro votos em 5 de Fevereiro de 1650 e faleceu depois de 1670. [15]) Largamente referido neste trabalho o P. Bertoth, que nos deixou um relatório interessantíssimo sobre a fundação das reduções do Tape, foi em companhia do P. Romero e de outros o desbravador das Serras dessa província extensa em que se exerceu a catequese jesuítica. Em seu **Testemonio,** diz o P. Bertoth que, terminando seus estudos «no noviciado de Córdova, em 1630, foi enviado às reduções dos campos da outra banda do Uruguai, a Caaçapá-mini, que se intitulou Candelária, redução de 600 índios, fundada pelo P. Roque González de Santa Cruz e seus companheiros, o venerável P. Pedro Romero e outros, a quem ajudou, baptizando naquele ano em uma peste que houve 400 adultos **in periculo mortis,** e enterrou a 1.000 entre crianças e adultos. Andou em missão pelas terras de sua infidelidade, a pé, seis dias distante da redução até as cabeceiras do Uruguai, passando pela terra dos guananás, índios inimigos, e em cuja excursão encontrou três Povos, sendo um de mais de 150 índios, outro de 40 a 50 e o terceiro de menos, que reduziu. Depois passou às reduções novas, fazendo companhia aos Padres Francisco Jiménez, em São Carlos do Caapi, ao P. Adriano Crespo, em Caaçapá-guaçu e ao P. Pedro Mola, em Mártires do Caró, aonde iam esses Padres reduzir índios, entrando por suas terras com a cruz na mão e muitas vezes com perigo de vida». Depois entrou pela extensa província do Tape, com o Superior P. Romero, em 13 de Junho de 1632, e aí funda-

14) Idem, ibid.
15) *Catalogus publicus,* cit. Ano 1670.

ram São Tomé, que ficou a cargo do P. Bertoth. Acompanhou o P. Luís Ernot na fundação de São José. «Depois», acrescenta o P. Manuel, «passei a São Miguel, povo de 1.000 índios, em seguida ao de São Cosme, de 600, a três léguas de São Miguel; mais tarde ao da Natividade de N. Senhora, de 1.300 índios, a quatro léguas de São Cosme, e, enfim, cinco léguas mais adiante, ao Povo de Sant'Ana, da outra banda do Igaí Rio Grande, que desemboca no mar e dirigi só aquele Povo cerca de um ano, e estava em seu princípio, reduzindo-se nele até 1.000 índios. Em todos estes Povos prediquei o Evangelho, baptizando os índios e adultos enfermos, e catequizando todos os dias pela manhã e pela tarde. Passei depois ao Povo de São Cristóvão recém-fundado que não tinha cura, a ele acudindo o P. Pedro Mola, que vinha de Jesus-Maria para baptizar as crianças e os enfermos. [16]) E aqui termina essa admirável página de uma vida que é igual à de todas as outras de seus companheiros, votados à catequese dos índios na fase inicial das reduções do Tape. Faleceu em 17 de Janeiro de 1687, com 67 anos de vida religiosa, 60 de Paraguai e 35 de missionário.

Padre **Filipe de Viveros.** — Nasceu em Bruxelas em 12 de Fevereiro de 1603 e entrou para a Companhia, na América, em 23 de Novembro de 1624. Era filósofo e teólogo, fazendo os votos de coadjutor espiritual em 29 de Julho de 1641. Trabalhou grandemente na catequese do gentio em terras do Uruguai, sendo cura de algumas das reduções e grande conhecedor da língua dos índios. Foi o fundador de São Carlos do Caapi. Faleceu depois de 1670. [17])

Padre **Tomás de Ureña.** — Natural de Medina do Rio Seco, Castela. Nasceu a 15 de Janeiro de 1599 e entrou como noviço para a Companhia em 16 de Fevereiro de 1613. Dedicava-se à teologia e moral e ocupou cargos de alto destaque na



16) Padre Manuel Bertoth — *Visita y Testemonio,* cit. Datado de Asunción, 20 de Março de 1652. — *Arch. Hist. S. J.,* 1947, págs. 124-129.
17) *Cat. publicus,* cit.

Companhia, entre os quais o de ministro, vice-reitor e procurador das Missões. Coadjutor espiritual formado em 2 de Outubro de 1626. Faleceu em 25 de Outubro de 1671 nas missões do Paraná. Ocupou-se largamente da catequese dos índios e esteve nas reduções do Rio Grande do Sul, onde trabalhou com grande proveito e dedicação. [18])

Padre **Francisco de Molina.** — Nasceu em Santiago do Chile, em 3 de Outubro de 1593. Em 6 de Janeiro de 1610 entrou para o noviciado da Companhia, tendo feito os quatro votos solenes em 15 de Novembro de 1628. Era filósofo e teólogo e ocupou altos postos, entre os quais o de reitor, ministro e professor de gramática. Dedicando-se à catequese esteve por algum tempo nas reduções do Uruguai, onde deixou valiosos trabalhos apostólicos. [19])

Padre **André Gallego.** — Natural de Villanueva de los Infantes, Espanha, onde nasceu em 15 de Agosto de 1604. Entrou para o noviciado da Companhia em 11 de Agosto de 1622 e foi professo dos quatro votos em 25 de Julho de 1641. Foi filósofo e teólogo, além de professor de gramática. Dedicou-se à catequese e prestou relevantes serviços aos índios das reduções. [20])

Padre **Pedro Bosquier.** — Nasceu em Hulste, Flandres ocidental, a 7 de Janeiro de 1588 e entrou para o noviciado da Companhia em 2 de Outubro de 1607. Seguiu para o Paraguai em 1616. Sommervogel [21]) o destaca como autor de várias Ânuas e trabalhos que o notabilizaram. Conhecia o guarani, em cuja língua, em suas práticas e sermões, tinha grande eloquência. Substituiu ao P. Miguel de Ampuero na redução de São Francisco Xavier, que este fundara em 1626.

Padre **Afonso de Aragona.** — Nasceu em Nápoles em 1585 e entrou para o noviciado da Companhia em 1604. Ensinou em Ná-

18) Idem, ibidem.
19) *Catalogus publicus.* cit. Ano 1670.
20) Idem, ibidem.
21) Carlos Sommervogel. *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus* —

poles o hebreu e foi superior do **Juniorado.** Seguiu para o Paraguai em 1616 professando durante dois anos humanidades em Buenos Aires. Faleceu em Assunção em 10 de Junho de 1629, deixando várias obras notáveis. [22]) Companheiro do P. Roque, esteve com este em Conceição, aguardando muitos anos a auspiciosa entrada em terras do Uruguai. E quando surgiu a fundação de São Nicolau, em 1626, confiou o P. Roque a esse companheiro a difícil tarefa de organizar e dirigir a nova cristandade que se abrira aos trabalhos da Companhia. Em sua Ânua citada, o P. Nicolau Mastrilli nos dá notícia do encargo que coube ao P. Aragona que, «pela confiança que conquistou entre os índios, fez algumas entradas por terra, descobrindo gente bastante e bom sítio para fundar outra redução, que não principiou, embora lho pedissem os índios, por motivo de não haver nenhum Padre para nela pôr». «Os trabalhos que o P. Aragona passa aqui são muito grandes; basta dizer que sua comida ordinária é feijão e algum charque velho, se é que lho enviam de outras reduções e senão passa com oração contínua em que está quase toda noite, tendo gasto o dia inteiro em catequizar a gente e servir os doentes.» [23]) Sob a direcção do P. Roque são os Padres Aragona e Romero os verdadeiros fundadores das reduções do Rio Grande do Sul.

Padre **Cristóvão de Arenas.** — Era natural de Espinosa de los Monteros, em Castela a Velha, nascido em 1590. Ingressou na Companhia em 1626, tendo, em 1647, feito a profissão dos quatro votos. Ordenou-se sacerdote em Espanha, e depois de haver feito magníficos estudos de teologia e artes e exercido por algum tempo o sacerdócio secular, em Valladolid, pelo seu preparo e grandes dotes de virtude, foi por muito tempo aio dos filhos do marquês de Sete Igrejas, D. Rodrigo Calderón. Mas, desejando consagrar-se a obras meritórias na salvação das almas in-

---

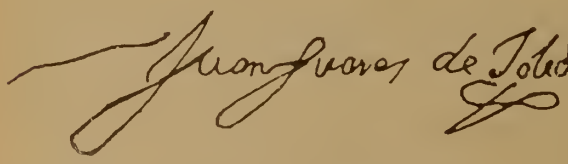
1°, 1827 Som. dá o nome de Pierre de Boschere, mas as Ânuas que a este Padre se referem dão o de Bosquier.

22) Sommervogel. *Bibliot.* cit. 1°, 495.

23) Ânua B. N. I, 29, 7, 19. Trad. para o latim e retraduzida com incorreções em *Documentos para a História Argentina,* XX, 362. V. Padre Jacobo Rançonnier, cit.

fiéis, ingressou na Companhia, sendo dois anos depois mandado para a catequese do gentio, na América. Assistiu ao êxodo dos guairenhos que baixaram até o Paraguai e para mitigar-lhes a fome, ia pelos campos arrebanhar grande quantidade de gado que conduzia aos acampamentos dos retirantes. É, assim, o primeiro tropeiro da Companhia, pois, mais tarde, nas novas reduções do Uruguai e do Tape, continuou nos amanhos de campo em que se tornou exímio, passando incalculáveis trabalhos e privações. Esteve a serviço da catequese dos índios em todas as missões do Paraná, Uruguai, Tape e Itatines, onde encontrou gloriosamente a morte. Serviu no Tape em várias reduções e foi o descobridor do caminho, por serranias ásperas, que ligou Santa Teresa às missões do vale do Jacuí. Por ocasião da peste que dizimou as populações do Tape, atendeu incansàvelmente a todos os doentes, curando-os e procurando-os nos mais distantes recantos da terra, por serranias, matos e rios que transpunha, a pé, com as maiores fadigas e sofrimentos. Assistiu à transmigração dos índios por ocasião da investida dos paulistas. Em 1649, mandado para Itatines, é ali injuriado, martirizado e ferido pelos bandeirantes que investiram sobre a aldeia em que estava. Morreu, na retirada que fez com os índios, em consequência desses ferimentos, sem que se pudesse identificar o lugar de sua morte. [24])

Padre **João Suárez de Toledo.** — Nasceu em Madrid a 24 de Outubro de 1594. Entrou para a Companhia em 24 de Junho de 1616. Era filósofo e teólogo. Fora ministro, reitor e superior das reduções, e professo dos quatro votos em 25 de Agosto de 1634. [25]) Trabalhou muito tempo na catequese dos índios, tendo sido o fundador de São Joaquim, redução do Tape, em 1633. O nome do P. Suárez ficou nas reduções como símbolo

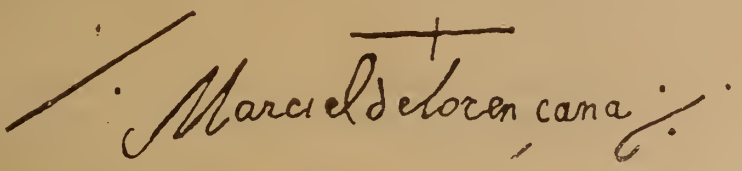


24) B. N. Col. d'Ângelis. Mss. I, 29, 7, 46. Ano de 1649.
25) *Catalogus publicus* cit. Ano de 1670.

da pobreza e da humildade. Nada levou para fundar a sua missão. E quando lhe perguntaram como poderia atrair os índios e mesmo se manter naquele deserto, respondeu que levava sòmente «a semente do evangelho». Faleceu o P. Suárez depois de 1671, com mais de 77 anos de idade.

Padre **Pedro de Espinosa.** — Entre os grandes operários da Companhia, aureolados pelo martírio, figura o P. Pedro de Espinosa, que foi um dos fundadores das Missões do Uruguai e do Tape, onde prestou relevantes serviços à catequese dos índios, principalmente, em Caró, onde foi cura. Mais tarde, mandado para Guairá é, ali, um dos que sofrem os ataques dos paulistas, que assolam as reduções. A fim de atender os catecúmenos transferidos para o Paraná, onde imperava a fome, resolveu ir a Santa Fé, em busca de provisões. Nessa ocasião, na província de Itatines, foi martirizado pelos guapalaches, índios ferozes da região, e morreu santamente em 3 de Julho de 1637. [26])

Padre **Marciel de Lorenzana.** — Era natural de León, Espanha, onde nasceu em 1566; e, sendo estudante em Alcalá, entrou para a Companhia com 23 anos de idade a 29 de Agosto de 1589, destinando-se logo ao Paraguai, onde foi companheiro do P. Sa-



loni, um dos fundadores das missões de Guairá e de Santo Inácio, a primeira redução da Paraguai, fundada em 1610. Esteve nas reduções do Uruguai e do Tape, sendo companheiro do P. Roque

26) P. Matias Tanner — *Societas Jesus usque ad sanguinis et vitae profusionem militans in Europa, Africa, Asia et America contra gentiles mahometanos, judaeos, haereticos, impios, etc.* Praga — Ano de MDCLXXV. Col. Barbosa Machado, B. N. Pertencem a este livro as estampas que reproduzimos dos martírios dos Padres que trabalharam nas reduções do Rio Grande do Sul.

nas primeiras penetrações nessas províncias. Foi mais tarde reitor do Colégio de Assunção, onde faleceu em 12 de Setembro de 1632, com 72 anos de idade, 49 de Companhia e 39 de trabalhos nas missões. Era o P. Lorenzana um escritor elegante, conciso, que deixou vários trabalhos de valor, citados por Sommervogel. Há de autoria do P. Boroa uma biografia do P. Lorenzana: **Vida do Padre Marciel de Lorenzana,** citada por Lozano (**Hist. Rep. del Parag.**) [27])

3. **Os Mártires.**

Entre os Jesuítas que fundaram, catequizaram e trabalharam nas reduções do Uruguai e do Tape, alguns fazem parte da longa lista do martirológio da Companhia. Sacrificados pelos índios, ou mortos nas refregas com os bandeirantes, regaram com seu sangue as terras que palmilharam, levando o símbolo da Cruz em busca de ovelhas para o redil de Cristo.

Aqui fica a nominata gloriosa:

1°, Padre Roque González de Santa Cruz, martirizado pelos índios, em Caró (Rio Grande do Sul), a 15 de Novembro de 1628;

2°, Padre Afonso Rodríguez, em companhia do primeiro, no mesmo local e data;

3°, Padre João del Castillo, companheiro do P. Roque, martirizado pelos selvagens de Assunção do Ijuí (Rio Grande do Sul) a 17 de Novembro de 1628;

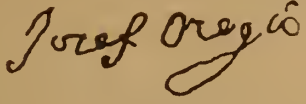
4°, Padre Cristóvão de Mendoza, trucidado pelos índios de Ibia (Piaí — Rio Grande do Sul) a 25 de Abril de 1635;

5°, Padre Pedro de Espinosa, morto às mãos dos índios de Itatines (Paraguai) a 3 de Julho de 1637;

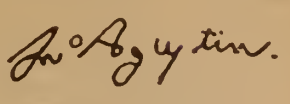
6°, Padre Diogo de Alfáro, morto em Caaçapá-guaçu, Após-

27) Sommervogel, cit. IV. Pastells, I, 224.

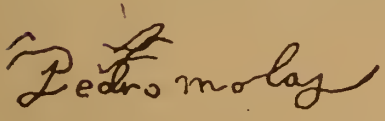
FAC-SÍMILES DE ASSINATURAS DE PADRES JESUÍTAS FUNDADORES DAS REDUÇÕES.



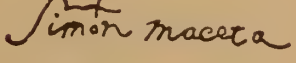
P. Josef Orégio



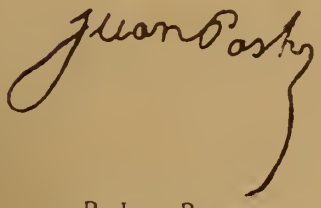
P. Juan Augustin de Contreras



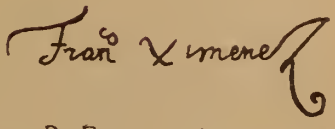
P. Pedro Mola



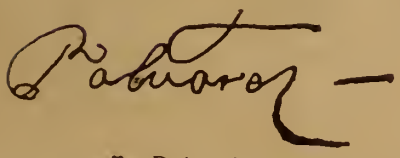
P. Simon Maceta



P. Juan Pastor

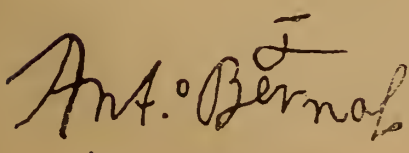


P. Francisco Ximenez



P. Pedro Alvarez

P. Antonio Paulo Palermo



Irmão Antonio Bernal

P. Antonio Ruiz de Montoya

tolos (Rio Grande do Sul) pelos bandeirantes, a 17 de Janeiro de 1639;

7º, Padre Pedro Romero, martirizado pelos índios em Itatines (Paraguai) a 22 de Março de 1645, juntamente com o irmão Mateus Fernández.

A relação só se refere aos que trabalharam nas reduções primitivas do Rio Grande do Sul. [28])

4. **Conclusão.**

Os Padres que conduziram os índios, na retirada do Guairá foram todos designados para as reduções do Uruguai e do Tape. São os fundadores de novas missões que prosperaram, principalmente na província do Tape. Entre os principais aparecem os Padres António Ruiz de Montoya e Cristóvão de Mendoza, e outros já referidos, e mais Simão Maceta, Pedro Mola, Luís Ernot, José Doménech, Pedro Álvarez e Paulo Benavides, este último português. E' toda uma plêiade de homens ilustres pela cultura, pelas virtudes, pela coragem. Escritores, geógrafos, etnógrafos, deixaram seus nomes ligados à vida das Missões. Infelizmente, quanto a seus dados biográficos silenciam os documentos manuscritos, pois há uma solução de continuidade nas Ânuas em que baseamos este estudo. E o **Catalogus publicus Provinciae Paraguariae** que, além das Ânuas necrológicas, nos dá elementos biográficos desses operários, só tem os cadernos correspondentes aos

28) O mapa de Quiroga, de que publicamos parte, se bem que inexacto quanto à localização, registra os nomes desses e de outros Padres sacrificados pela fé, em várias regiões do Paraguai e do Prata. Reproduzimos também peças iconográficas representando o sacrifício dos operários da vinha do Uruguai. Pertencem essas estampas ao livro do Padre Mattias Tanner, que foi publicado em Praga, no ano de 1675 (Col. *Barbosa Machado*. B. N.). Traz as biografias de todos os mártires da Companhia, precedidas de estampas, e intitula-se: *Societas Jesu usque ad sanguinis et vitae profusionem militans, in Europa, Africa, Asia et América contra gentiles, mahometanos, judaeos, haereticos, impios* etc. Duas dessas estampas foram reproduzidas pelo Padre C. Teschauer, que diz provirem de outro trabalho "Effigies et nomina" etc., que as tomou do livro do Padre Mattias Tanner.

anos de 1670, 1678 e 1682, sendo provável que os anteriores existam em Roma, no arquivo da Companhia. O **Catalogus** do século XVIII é mais completo, pois iniciado em 1701 vai até ao ano da expulsão da Companhia em 1768. Dele nos serviremos, na segunda parte deste estudo, principalmente para identificar os grandes artistas jesuítas que passaram pelos Sete Povos de Missões, nos deixando esses monumentos imperecíveis de arte, que singularizam a civilização das Missões brasileiras no extremo Sul do País.

Há mais um grande número de Padres, de não menos valor pela actuação e pelas virtudes, que passaram pelas reduções do Uruguai e do Tape, fundando-as ou dirigindo-as, catequizando os seus índios, de que também não se encontram notícias biográficas. São os Padres André de la Rua, João de Salas, Jerónimo Porcel, José Oregio, irmão do Cardeal do mesmo nome, e que traduziu para o italiano uma biografia do Padre Cristóvão de Mendoza, feita pelo Padre Pedro Mola; Francisco Jiménez, fundador de Santa Teresa; Pedro Mola, cura de Jesus-Maria; João Baptista Mexia, cura de São Nicolau; Francisco Clavijo, Pascoal Garcia, José Ordóñez, Diogo Ferrer, Nicolao Ignácio, Ignácio Martínez, João Agostinho de Contreras, Manuel Xavier, e outros, cujos nomes passam por estas páginas com suas características especiais de altas virtudes, saber e abnegado heroísmo. Todos eram línguas admiráveis e muitos deixaram seus nomes em trabalhos e actos de relevância na catequese do silvícola.

Operários humildes da vinha do Senhor, obscuros obreiros de um monumento imperecível de Fé, na renúncia de todos os bens terrestres, sem ambições, praticando o bem entre selvagens e procurando, com o sacrifício das próprias vidas, trazê-los ao redil de Cristo, eles avultam nesse cenário grandioso, circundados por um halo glorioso de santidade.

Não importa a nacionalidade a que pertenceram. Americanos do Sul, espanhóis, franceses, italianos, belgas, alemães e portugueses, eles representavam a universalidade da Companhia e não tinham predilecções nacionalistas. O império da Cruz, universal e eterno, pelo conhecimento de Deus e pela fraternidade humana, a que incorporaram as chusmas de índios, que mais tar-

de foram expressões de civilização cristã, era o único escopo desses heróis e desses santos que exerceram a sua actividade em terras do Rio Grande do Sul.

Entram, assim, na História do Brasil. Integram-se à nossa vida inicial, pelo benefício que nos legaram, pelas sementes que lançaram, pela beleza de seus gestos, pela glória imortal de suas acções. Seus catecúmenos entraram na formação primitiva das populações brasileiras do Sul e seus monumentos de arte, ruínas de um passado grandioso, constituem o mais alto património artístico e histórico brasileiro, e a razão de ser da admiração que lhes votamos.

Por uma coincidência notável, que é quase uma predeterminação histórica, é o Brasil o detentor de copiosos arquivos jesuíticos, quase inexplorados e inéditos, nessa preciosa **Coleção de Angelis**, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sem cujos subsídios documentais não se poderá escrever a história da Companhia de Jesus, na antiga província do Paraguai.

Dentro das proporções modestas que nos são dadas na feitura deste trabalho, foi nosso intuito, respigando-os ligeiramente, traçar os alicerces do património artístico que nos vem da civilizacão jesuítica das Missões, hoje incorporado ao Brasil.

CAPÍTULO VI

ORIGENS DA ECONOMIA DAS MISSÕES.

1. *Factores económicos do povoamento do extremo sul.* — 2. *O ciclo do gado vicentino* — 3. *Fundação da pecuária paraguaia.* — 4. *Introdução do gado nas Reduções.* — 5. *Gado bovino.* — 6. *Gado equino.* — 7. *Origens do gado menor.* — 8. *Vacarias.* — 9. *Estâncias dos Povos.* — 10. *Os ervais das Missões.*

1. Factores económicos do povoamento do extremo sul.

A história das Missões, em sua segunda fase, é uma decorrência natural de sua geografia económica. Dois factores principais contribuem para valorizar a terra, nela fixando novamente núcleos de povoamento jesuítico, que o temor das arremetidas bandeirantes expulsara dali, meio século antes. Desde o Alto Uruguai, ao Norte, até a Serra do Erval, no Sul, onde vem morrer a sua diagonal, os ricos ervais nativos, sem cujo produto «os índios não poderiam subsistir», tentavam arriscadas incursões no território abandonado às feras e aos infiéis. E ao Sul, descobertas as vacarias do mar, que corriam do Camaquão do Sul até o litoral, entestando com o Prata, abriam-se possibilidades inimagináveis à geografia económica das Missões. E é sobre estes factores precípuos de sua riqueza em elementos de subsistência humana que se reatam os fios da história da civilização jesuítica das Missões, dentro da vasta região que os rios da Prata e o Uruguai abraçam.

Duas fases distintas presidem à civilização Jesuítica. A primeira, já estudada, pode sintetizar-se no anseio espiritual que dominava a alma puríssima desses heróicos evangelizadores que, le-

vando tão sòmente a Cruz como símbolo da vontade divina, perlustravam os mais recônditos rincões para agremiar cristandades novas.

Votados ao martírio, fazendo das próprias vidas o holocausto de sua fé imensa, torturados por todas as aflições, os Jesuítas, tendo ùnicamente em mira a propagação de seu alto ideal cristão, congregam as hordas selvagens, incutindo em seus ânimos, com o exemplo de sua bondade e com a tenacidade de seu esforço sobre-humano, os princípios religiosos que fundamentam a catequese. E' a fase dos santos e dos heróis obscuros, capazes de realizar milagres, e abalar as montanhas da insensibilidade espiritual dos índios, procurando tocá-la com a faísca germinadora de uma fé sem limites. Roque González, Cristóvão de Mendoza, Diogo de Boroa e todos os santos e todos os mártires dessa fase inicial ficam no hagiológio jesuítico como símbolos do desprendimento admirável desses homens que só viam na própria acção redentora o alargamento das searas de Deus, sem outros objectivos de qualquer ordem que não fossem cristianizar essas almas selvagens para que servissem ao Senhor no acrescentamento de sua glória eterna.

Decorrem dessa vontade as realizações de ordem temporal com que alicerçam a vida dos silvícolas. São os marcos incipientes de uma civilização rudimentária. Necessidades alimentares que surgem com a fixação de núcleos de povoamento induzem-nos a fundar lavouras e sistematizar o plantio de raízes e grãos, evitando assim que a dispersão dos índios, para procurar alimentos na caça e na pesca, os leve novamente ao nomadismo e à selvageria antigos. E quando as pragas, as intempéries e as pestes assolam suas reduções, e a fome quase as destrói, introduzem gados de toda a espécie que constituem os cascos iniciais da pecuária do extremo Sul. Melhoram assim as condições de vida de seus catecúmenos, impondo-lhes costumes novos que modificarão essencialmente as suas tendências nativas. E dão à terra, inaproveitada e deserta, uma nova função económica que será a base estrutural de sua futura grandeza e da própria feição humana de seus advinícolas, atraídos pela opulência da riqueza com que a fecundaram.

A segunda fase da civilização jesuítica, ao oriente do Uru-

guai, que se pode datar da descoberta das vacarias do mar, despe-se de sua simbólica beleza espiritual, porque reside no puro utilitarismo económico. Além disto, há razões de ordem política orientando a acção dos jesuítas que perdem o carácter universalista dos primeiros tempos, servindo aos interesses espanhóis nas lutas pela posse da terra, ante a ameaça da expansão portuguesa no Prata.

OBSERVAÇÃO. Há nestes dois períodos uma assertiva senão injusta, ao menos exagerada e generalizada. Quanto ao «despir-se a civilização jesuítica, desta segunda fase, da sua simbólica beleza espiritual», deixando-se dominar pelo «utilitarismo económico», será o próprio Autor que se vai refutar a si próprio no volume seguinte, cap. IV, parágrafo 2, onde trata da «Organização Social e Religiosa» dos Sete Povos. Escreve o P. José Cardiel em «Declaración de la Verdad, Buenos Aires, 1900, nº 97, o que segue: «Se o (negócio) temporal está bom, o espiritual vai avante; se mau, o espiritual vai muito mal; eles vão para os montes, matos e campos afim de caçar e procurar frutas silvestres, e às estâncias de gado. Fazem muitos estragos sem ordem nem concerto; desbaratam a fazenda da comunidade; não voltam ao povoado em muito tempo, e alguns nem durante anos, vivendo uma vida pouco inferior à de infiéis».

Por isso, nada admira que no sistema jesuítico a primeira dificuldade a resolver fosse sempre a questão da alimentação. Assegurada esta, dedicavam-se com todo o ardor ao principal, que eram as almas imortais dos seus tutelados. Raia quase ao sobre-humano o resultado alcançado neste particular, sobretudo tendo-se em conta que eram bárbaros saídos havia bem pouco tempo do lamaçal de vícios hediondos e da mais aviltante degradação moral. Precisamente nessa segunda fase, que ao sábio Autor parece dominada de «mercantilismo», atingiram os Sete Povos uma perfeição moral tão elevada que nada ficavam a dever aos cristãos da Igreja primitiva. Basta folhear as páginas da «Organización Social» de Pablo Hernández, I, 280 ss., 490 ss. e 503 ss., como ainda a «História do Rio Grande do Sul» de Carlos Teschauer, II, 156 ss. A virtude desses indígenas cristianizados pelos Padres da Companhia de Jesus era tão maravilhosa que deixava estupefactos aos próprios confessores, que não descobriam nesses penitentes matéria de absolvição. — Verdade é que esses Missionários se viram perante problemas de carácter eminentemente económico, dos quais dependia o ser ou o não ser das suas Reduções, mormente a criação de gado e seus derivados, o beneficiamento da erva-mate. Porém não se deixavam materializar sem perder aquele «halo de espiritualidade» que tanto brilhava nos primeiros jesuítas. O que houve, sim, foi um surto material estupendo, capaz de ofuscar os olhos de um observador inexperiente a respeito da diferença do espiritual e do material.

Quanto à objecção de os Padres da segunda era «servirem aos interesses espanhóis nas lutas pela posse da terra ante a ameaça da expansão portuguesa no Prata», a resposta é bem simples: os missionários não eram súbditos lusitanos, e sim hispanos; ademais, da parte contrária só haviam sofrido perseguições, escravidão e expoliações de toda classe. Ao passo que a Coroa de Madrid lhes outorgava muitos favores de ordem material e espiritual. (L. G. J.)

O gado, que se multiplicara assombrosamente no Prata, vai

exercer a sua função civilizadora. Em torno dele, pela posse da terra que valorizara, girará o largo processo histórico de que decorrem as origens do povoamento e diferenciação étnica dos povos que serão os detentores desse largo território e da secular contenda em que se debaterão portugueses e espanhóis.

A geografia do gado imporá ao homem, imperativamente, em função do meio, novas condições modificadoras de sua vida material e moral, em suas modalidades topográficas, económicas e sociais. Os índios que se tornaram cavaleiros, e os brancos que se integram, por um abaixamento de nível de civilização, às toldarias volantes daqueles, a que se associam nas fainas das vacarias e no nomadismo da vida livre da Pampa, constituirão então esse tipo primitivo, semibárbaro, que foi o gaudério, o gaúcho do campo, com seu linguajar bizarro, costumes rurais, altivez e bravura, e cuja influência predominará na formação das populações campesinas da bacia do Uruguai.

Na amplidão da terra, vencendo distâncias, tangendo rebanhos, ou terçando a lança e arremessando as boleadoras; avançando indomável em suas cargas de cavalaria, nos entrechoques guerreiros, o homem se identifica com o cavalo de que faz o companheiro inseparável de todas as horas boas ou más de sua vida agitada e heróica. E' uma espécie de centauro lendário. Homem e cavalo se completam, se integram. Nas arrancadas gloriosas das pugnas guerreiras, resfolegando ao sopro dos combates; ou nas horas de emoções sentimentais, à viola, nas canções nostálgicas do Pampa, imenso e deserto, evocador de saudades e sonhos, de idílios heróicos, vividos em disparadas loucas; ou sob o morno aconchego dos capões, ilhas de verdura perdidas no descampado das planícies extensas; ou nos trabalhos campeiros, em desperdícios de energias e bravuras ignoradas, — o gaúcho, singularizando-se pelos seus costumes, indumentária, linguajar e carácter altivo, é um produto desse meio em que o gado exerceu decisiva influência sócio-geográfia. Trabalhado pelos imperativos indeclináveis de uma vida livre, não perde, porém, as tendências de um nobre regionalismo construtor, pois que, embora oriundo de um mesmo **habitat** primitivo, onde recebeu os influxos de usos e costumes comuns a homens de origens diversas, traz como sentimen-

to arraigado o amor da terra, cujas fronteiras giza com o próprio sangue, alargando-as e integrando-as à Pátria indivisível e única, de que procedem os seus maiores.

A história do gado vai ser, d'ora em diante, nesse meio em que se debatem dois povos por antagonismos político-económicos, a própria história do homem e da terra. No ápice surgirá a figura apostolar do Jesuíta. E' o criador da riqueza, o desbravador da terra, o catequista primitivo e o fundador de uma civilização que deixará traços precisos e fortes a vinculá-lo, por todos os tempos, à justa consagração da Posteridade.

Diz-se, sem aprofundar as raízes históricas em que se alicerça a civilização jesuítica na terra rio-grandense, que ela nada influiu ou construiu no carácter ou na vida social do extremo Sul do Brasil. Segrega-se, mesmo, a acção da Companhia de Jesus dentro do território rio-grandense, que forma assim como que uma ilha histórica separada pelas correntes nacionais que, no entanto, se desdobram até a Colónia do Sacramento. E se remete para a história da civilização espanhola, no Prata, essa fase admirável de atuação Jesuítica aquém-Uruguai.

Profundamente injusto esse conceito quando perquirimos a encruzilhada em que se tocam e confundem as linhas da história social e económica desse período da nossa formação.

Não se pode negar que exista uma interdependência entre a civilização jesuítica das Missões e a formação do Estado brasileiro que será, no extremo Sul, o marco meridional das possessões portuguesas que se estendem até o Prata e que se fixa, definitivamente, realizada a conquista das Missões, nas linhas actuais de suas fronteiras geográficas.

Muito embora coubesse aos portugueses a prioridade na descoberta e exploração do Prata, é indiscutível que a linha de Tordesilhas, no Sul, vinha morrer à altura da Laguna, não obstante a larga controvérsia histórico-geográfica que a fazia oscilar à feição dos interesses postos em causa pelas duas Monarquias peninsulares. Como veremos, mais detidamente, a disputa em torno do Prata surge aos albores da descoberta do maravilhoso estuário envolto em lendárias promessas de fabulosas riquezas.

Mas, realizada a viagem de reconhecimento de Martim Afonso

de Souza que, possìvelmente, teria verificado a improcedência das pretensões portuguesas de estender até ali os seus limites, há uma como tácita anuência de Portugal à fixação de um núcleo colonial espanhol no Prata, que coincide com a delimitação da mais meridional das donatarias portuguesas, nos confins de 28º 1/3. Observa Capistrano de Abreu que «no plano primitivo a demarcação devia ir de Pernambuco ao Rio da Prata, meta de que afinal ficou cerca de 12 graus afastada» e acrescenta que «só por considerações internacionais se poderia explicar a fixação tácita dos limites do Brasil em 28º 1/3». [1])

Durante 150 anos esse território não suscitou novas controvérsias oficiais. Até, pelo contrário, foi essa linha rompida pelos castelhanos que tentaram se estender, pelo Norte, até São Francisco, interposto necessário às expedições que, por terra, se dirigiam à governação do Paraguai.

Quebrando esse secular interregno avançaram até as reduções do Tape as bandeiras de Piratininga. Perlustraram durante largos anos todos os recantos da terra, mas sem nela se fixarem, porque ùnicamente os movia o objectivo da caça ao índio, e não a terra longínqua, quase inacessível pelo mar e sem interesse nenhum de ordem econômica.

Inconscientemente, porém, exercem as bandeiras uma função histórica de decisiva importância na fundação da economia da terra a que levam as suas devastadoras razias de 1636 a 1641. Quatro anos antes haviam os Jesuítas introduzido os primeiros rebanhos em suas reduções. Premidos pela investida das bandeiras, salvando a custo o seu material humano, semente preciosa da catequese inicial, abandonam, no entanto, o gado com que acudiam às necessidades alimentares dos índios reduzidos em suas aldeias. E é ainda o receio de novas incursões bandeirantes a causa principal do transmalhamento e difusão geográfica desses rebanhos que se multiplicam assombrosamente pelas campanhas e pastiçais do Sul, dando margem à fabulosa riqueza pecuária das vacarias.

O gado vai ser a origem precípua da expansão civilizadora

1) Capistrano de Abreu. *Capítulos de Hist. Colonial*, 44.

no extremo Sul. Modifica a fácies ecónomico-geográfica da terra, criando utilidades que possibilitam meios compensadores de vida. Atrai ambições que se entrechocam. Dá ao homem uma feição nova, revestindo-o de um fundo de heroicidade, meio selvagem, que se vai refletir, através dos tempos, nas gerações vindouras. Cria uma etnia, à parte, trabalhada pelos usos e costumes que impõe, por um vocabulário opulento, amálgama de línguas diversas, fundidas no cadinho do meio, e dá ao homem, pela função imperativa do desdobramento de actividade de sua própria iniciativa, um carácter forte, livre, generoso, hospitaleiro e heróico.

Bastaria esse aspecto de ordem puramente económica, a introdução do gado, para justificar a influência que sobre a formação dos povos do extremo meridional exerceu a civilização jesuítica, se outros mais directos não pudessem ser levados a seu crédito.

A história da civilização rio-grandense precede, assim, à do povoamento de seu território, fixando-se as suas origens mais remotas na revelação da incalculável riqueza económica das vacarias, que orienta para o Prata as correntes expansionistas de colonização portuguesa.

Aos espanhóis jamais interessou esse trato de terra que, circulado pelo Prata e Uruguai, ia morrer nas linhas indecisas do meridiano de Tordesilhas. E o mesmo sucedera aos portugueses que, embora percorrendo-o ainda com as entradas paulistas, que vão até o ano de 1660, só procuravam maloquear, levando para Piratininga chusmas incontáveis de índios infiéis que arrancavam de suas aldeias. Durante 30 anos em que cruzaram esse território, porque não oferecia condições económicas de vida, não deixaram nele um posto sequer de ocupação definitiva, um núcleo inicial de fixação e povoamento. E os próprios Jesuítas, cujos catecúmenos tapes alegam direitos à posse da terra, que fora de seus antepassados, e de que se retiraram pela invasão das bandeiras paulistas, não mais voltam a seus rincões, porque, destruídas as aldeias, sem interesse de ordem material que aí os prenda, nada mais os vincula a ela.

Descobertas as vacarias, célere corre a notícia dessa fantás-

tica riqueza que valoriza a terra. Em toda a parte, a geografia do gado que fixa, com a localização dos currais, os esteios da civilização, é traçada pelo homem que, à frente das boiadas, fecunda os desertos.

«A avançada» para os sertões brasileiros, observa o erudito Eugénio de Castro, «se de vários pontos se deu pela necessidade de guerra aos índios, para cativá-los ou afugentá-los de vez — o que teve o socorro dos paulistas, vindos pelo vale do São Francisco, numa e noutra das margens, foi substituída pela marcha regular da expansão e fixação do gado em pequenos sítios e fazendas, obedeceu a uma jornada pastoril, lenta e segura, de que foi figura primacial, nos sertões baianos, o vaqueiro.

Estabelecida uma fazenda, ou curral, o vaqueiro só passou a ter a quarta parte dos gados que criava, depois de decorridos cinco anos de seu emprego. Por sua vez era o vanguardeiro de outros sítios, futuras fazendas, povoados e vilas. Esse processo foi alargando o panorama pastoril, sem deixar em decadência o que era lavoura ou criação, nos afazendados de origem.» [2])

Nessa penetração, o vaqueiro não conhece distâncias. À frente do gado, aboiando as tropas, cruza os piques ínvios das matarias fechadas; tendo, à cabeça, enfiada, a caveira de um boi de aspas longas e recurvas, abre o nado das tropas, vadeando rios correntosos e profundos; e, de um ponto para outro, na sua sucessão quase interminável, vai plantar nos lindes extremos da terra os marcos de fronteiras, de cuja inviolabilidade se torna sentinela atenta e defensor heróico.

Mas, não será ùnicamente o guia e o fixador em novos currais e estâncias dos rebanhos que conduz e postoreia. E' o criador de um mundo novo que traça geogràficamente e o diferenciador de novas etnias.

As injunções do meio, trabalhos e provações; o apuramento de predicados excepcionais de resistência e bravura; usos e costumes, e a cópia de verbalismos novos com que enriquece o seu vocabulário, modificam-lhe, essencialmente, o tipo primitivo. A

2) Eugénio de Castro. *Geografia linguística e cultura brasileira*. Rio de Janeiro, 1937, pág. 37.

miscigenação imposta pelo sangue das raças, que aí se chocam e se misturam, completa essa modificação. Forma, assim, a geografia do gado, um tipo de excepção, completamente diferente do outro, que conserva os seus traços de origem, perlongando o litoral de que se não afasta, entregue aos amanhos incipientes da terra. E' ela que realiza a unidade nacional. Os currais e as estâncias são os elos dessa corrente indestrutível que vai prendendo, rincão a rincão, toda a vasta extensão territorial do Brasil. [3])

Em suas linhas de dispersão geográfica que ligam o núcleo inicial da pecuária brasileira no Centro-Sul aos sertões longínquos de Oeste, dando origem à riqueza pastoril do Prata, que decorre da introdução do gado em Assunção do Paraguai, com as «sete vacas» lendárias de Gaete, verifica-se, ainda, o mesmo processo de difusão bovina. À frente dos povoadores das novas cidades, na sua missão histórico-social de fecundador de desertos e condutor da civilização, era sempre o gado o fixador do homem à terra e o curral o ponto de convergência de populações adventícias.

Diverso, porém, em suas próprias origens, o panorama geográfico da dispersão e multiplicação dos rebanhos, que opulentam os campos cisplatinos. Abandonado à sua mesma sorte, entre as bacias do Ibicuí e do Jacuí sem costeio nem cuidados de vaqueiro, o gado segue para o Sul, onde magníficas pastagens e perenes aguadas facilitam, em largas décadas, sua assombrosa multiplicação e aprimoram uma raça de selecção, que foi o **gado crioulo.**

Por muito tempo desconhecido, circunscrito à campanha que se estende até o mar, criou reservas inexauríveis que deveriam açular as mais fundas ambições pela posse da terra que valorizara econòmicamente e pela exploração intensiva das fontes de riqueza que constituía. Não obstante a prioridade dos Jesuítas em seu lançamento, pelo abandono em que jazia e pelo próprio processo de sua multiplicação, esse gado era considerado **chimarrão,** isto é, selvagem, o que excluía direitos de propriedade particular.

---

3) Aurélio Porto. *Função sócio-geográfica do gado brasileiro. Jornal,* Rio, 30-IV-1939.

Reivindicavam os tapes, oriundos dos índios que haviam sido primitivos donos da terra, e a quem pertenceram os primeiros rebanhos nela introduzidos, o direito de extracção dos gados das vacarias, contestando os espanhóis, em longos pleitos judiciais, que sòmente a eles pertencia essa riqueza, fazendo-a proceder de cascos vacuns aí lançados por Hernadárias e outros.

Antes, porém, que essas disputas tivessem lugar, conhecida a riqueza pastoril da terra completamente abandonada, dirigem os portugueses para elas as suas atenções, avocando a si o direito de posse pela prioridade lusa na descoberta do Rio da Prata.

Intentam-se expedições para efetivar essa posse. Ao princípio, tìmidamente esboçadas pelo receio de um choque com os castelhanos. Concedem-se, reatando o fio da política de colonização primitiva, largas donatarias que vão até Maldonado, mas que esbarram, na fixação geográfica de seus lindes, com os mesmos receios de prováveis antagonismos internacionais. A expedição de reconhecimento de Jorge Soares Macedo ruma, finalmente, para o Sul. Tem, porém, o epílogo desastroso de um naufrágio e o encontro com a tropa missioneira dos Jesuítas que, sabida a incursão, fica de alcateia na praia deserta em que surge o explorador. E' quando, remontando às alturas de São Gabriel, com o aparelhamento necessário à fixação de uma Colónia Militar, que será o núcleo do expansionismo português no Prata, funda D. Manuel Lobo, ali, a cidadela da **Nova Lusitânia**, depois Colónia do Santíssimo Sacramento. Ao Norte, no litoral, coincidindo com essa penetração para o extremo Sul, o capitão-mor Domingos de Brito Peixoto e seus filhos fundam Laguna, cuja influência no povoamento do território rio-grandense será de decisiva importância. Caberá aos lagunistas, atraídos pelo gado chimarrão dos Pampas, de que desde a primeira hora fazem grandes arreadas, a verdadeira fundação do Rio Grande do Sul, que percorrem em todas as direcções e em que fixam depois, nas alturas de Viamão, os seus primitivos currais.

Estabelecidos esses dois núcleos de povoamento — Colónia e Laguna — que são os marcos avançados de penetração portuguesa no Prata, compreendem os Jesuítas que um sério perigo ameaça destruir a riqueza que dera à terra dos tapes um alto

valor económico. Outro factor que vai exercer decisiva influência nos destinos da terra surge no índio campeiro, minuano e afins, inimigo tradicional dos catecúmenos jesuítas, com os quais muitas vezes travaram sangrentas contendas. Conseguem os portugueses cativá-los com suas dádivas e por seu intermédio extrair das vacarias inumeráveis tropas de gado, que suprem às necessidades da Colónia ou sobem para a Laguna, onde se estabelecem as primeiras charqueadas do Sul e se inicia larga exportação de efeitos vacuns.

Aos portugueses e índios vem-se ajuntar um elemento novo — o gaudério. Egressos da civilização, «sem lei, sem rei, sem Deus» surgem de todas as partes. São, inicialmente, moços santafecinos, «crioulos, jovens e inquietos, que encontraram nelas (vacarias) uma distração, primeiro, e uma ocupação, em seguida, muito de acordo com o espírito de aventura que corria em suas veias». As expedições às vacarias, em que tomavam parte principal, foram alheando-os das cidades «até romper por completo os frágeis laços que os ligavam ao lar paterno, onde a vida lhes decorria difícil». Foram os primeiros «paisanos» que, ao se isolarem dessa forma, rompiam não só com seus pais como também com a sociedade de seus semelhantes para fundar uma sociabilidade regressiva que nosso grande Sarmiento chamou com justiça «a civilização do couro». Aparecem «nos primeiros anos do século XVIII. Primeiramente na Banda Oriental, onde as expedições santafecinas vão deixando peões que fazem vida selvagem, dedicando-se à extracção de couros para o Assento, ou para os portugueses da Colónia do Sacramento. Citada fica a opinião do comissionado da referida Banda que em 1721 diz que aquelas campanhas estão cheias de peões vagabundos que vivem a seu arbítrio, sem Deus, sem Rei e sem Lei. Essas referências pintam perfeitamente o gaúcho nómade». [4]) A estes vão-se juntar portugueses, brancos, mestiços e pretos, oriundos de toda parte, que são atraídos pela vida livre e aventurosa das vacarias, ou pelas facções guerreiras de que vão ser cenários as campanhas infin-

4) Emilio A. Coní. *História de las vaquerias del Rio de la Plata.* Madrid. Tipografia de Archivos. Olozaga, 1, 1930.

dáveis do Pampa, para o entrechoque das duas raças em formação que disputam a posse desse património económico que as opulenta.

Com as incursões que haviam feito, à frente das hostes armadas de seus catecúmenos, recrutados nas doutrinas da margem ocidental do Uruguai, a fim de obstar o avanço português para o Prata, conhecem os Jesuítas o volume surpreendente da riqueza pecuária das vacarias. Perdem também com essa penetração o temor que os inibia, até então, de uma assistência efectiva a esse território, cuja valorização económica, com a difusão do gado, tornara a meta ambicionada a portugueses e espanhóis. Fautores dessa riqueza, sentiram-se espoliados no direito natural que lhes assistia em sua lucrativa exploração. Urgia estabelecer fortes núcleos de população, vadeando o Uruguai, para preservá-la da destruição iminente já prevista com o avanço dos elementos alienígenas que tentavam fixar-se ao Sul e ao Norte. Portugueses, espanhóis, gaudérios e índios campeiros, iniciavam esse largo processo histórico do povoamento do Sul, sobre as bases fundamentais da geografia do gado que lhes impunha os imperativos de uma civilização incipiente.

Colónias de índios cristãos, a quem cabe resguardar esse património jesuítico de inapreciável valor, deslocam-se das terras a que a acção bandeirante obrigara a transmigrar seus antepassados e fundam, no vale do Uruguai, em sua banda oriental, os povos de Missões. Ao princípio, temerosos ainda, se bem que fortes pela férrea disciplina da educação jesuítica, localizam-se uns próximos aos outros, para eventual socorro e assistência de defesa. Mais tarde, na preservação de sua própria economia rural, estendem as suas estâncias por todo o território rio-grandense, enchendo-o de magníficos rebanhos de gado de toda espécie, que são a origem da penetração e fixação dos elementos brasileiros que fundam aí os esteios avançados da nacionalidade. A geografia jesuítica do gado, atraindo o lagunista, cria o tropeiro que marca com seus currais primitivos, na terra rio-grandense, o fogão das estâncias, em torno do qual o gaudério, o gaúcho primitivo dos campos, irá emergindo da semibarbaria em que se afundou, para a civilização a que retorna.

Para se contrapor, pelas armas, à expansão portuguesa, e à exploração das ricas campanhas do Prata, aliam-se os Jesuítas e os espanhóis de Santa Fé e de Buenos Aires que levam vários assédios à nova fundação lusitana. Trava-se, então, essa luta formidável que deverá durar um século e delinear fronteiras que oscilam ao sabor dos tratados ou do entrechoque sangrento dos contendores. Conseguem, entretanto, os portugueses a aliança dos índios cavaleiros que dominam as campanhas da Banda Oriental e que, numa poderosa confederação, hostilizam, principalmente as Missões uruguaias. E' quando compreendem os platinos a necessidade de estabelecer à margem setentrional do grande estuário um posto estável de população branca, para se contrapor ao avanço português. Surge daí a cidade de Montevidéu e com ela as origens de uma nacionalidade, cujos usos e costumes, oriundos na mesma fonte original, são idênticos aos das campanhas do Estado mais meridional do Brasil, e cujas fronteiras geográficas, imprecisas e incertas, sòmente se identificam pelos idiomas que, no entanto, quase se confundem, na comunidade dos verbalismos novos com que a civilização do gado os opulentou.

Quando, em 1737, o brigadeiro José da Silva Pais, entrando à barra do Rio Grande, funda o primeiro estabelecimento oficial de posse portuguesa, que se ergue no litoral, já, penetrando até as alturas de Viamão, os pioneiros do povoamento rio-grandense, dominando campos de sesmarias extensas, recolhem das campanhas longínquas tropas inumeráveis de gados missioneiros. Em torno da estância que se ergue, na sua predestinação social, congregam-se elementos de toda a espécie, que serão os fautores da cidade futura. Lagunistas, colonistas, gaúchos e índios, portugueses e espanhóis, missioneiros e minuanos, aí se fundem numa miscigenação primitiva. São as origens étnicas das primeiras gerações rio-grandenses. E nessa fase de formação não é de desprezar a contribuição de índios das Missões Jesuíticas, como se depreende da percentagem com que concorre nos assentos baptismais de Viamão e do Presídio do Rio Grande. E, mais tarde, coincidindo com a entrada inicial dos casais açoritas que formam o fundo da população branca do Continente, na Guerra da Demarcação, o general Gomes Freire de Andrada promove a entra-

da no território rio-grandense de algumas centenas de famílias missioneiras, que fundam as aldeias de São Nicolau do Jacuí, São Nicolau do Rio Pardo e a Aldeia dos Anjos, junto a Viamão. Confundidos com a população de origem lusa, porque se lhes impõe a adopção de nomes portugueses, entram largamente na formação das nossas populações rurais, numa alta mestiçagem de impossível identificação genealógica.

Nossas lendas campeiras, nossa música e cânticos folclóricos, o fatalismo característico do nosso povo, a displicência das nossas acções, e o religiosismo das velhas gerações campeiras, reflectem um pouco a civilização decadente das Missões. Com a idade do couro, que é um dos mais interessantes períodos da história do extremo Sul, fundam as Missões indústrias incipientes que criam raízes fundas em nossas populações rurais. Sob todos os aspectos, apreciados em detalhe, encontraríamos, fundamentando a asserção, uma influência mediata da civilização missioneira na formação primitiva do Rio Grande do Sul.

Com a conquista dos Sete Povos e integração de suas populações, já decadentes, à comunhão brasileira, recebemos um acervo histórico que se torna um património nacional.

Não há negar que a civilização missioneira, universalista em suas origens, que mesmo mais tarde se segregava da influência castelhana, porque a presidia o isolacionismo jesuítico, actuou na formação das nossas populações rurais, pela geografia do gado, pela contribuição étnica do tape e pelas características que lhe são peculiares.

A história do gado, que é a história económica do Rio Grande do Sul, por si só integraria as Missões Orientais do Uruguai ao panorama histórico da civilização brasileira.

2. O ciclo do gado vicentino.

O gado que os Jesuítas introduzem, em 1634, no território que se estende a Oriente do Rio Uruguai, e que vai constituir o casco da pecuária sul-rio-grandense e uruguaia, procede, em suas origens primitivas, dos rebanhos brasileiros de São Vicente, aí introduzidos

um século pricisamente antes, por ordem do donatário dessa capitania Martim Afonso de Sousa.

Embora recebesse uma pequena percentagem de sangue do gado espanhol, que baixa do Peru, em quantidade mínima que pouco influi sobre as suas características raciais, o **gado crioulo** que readquire, no estado selvagem a que retorna pelo largo abandono de quase meio século nas campanhas platinas, as suas preciosas qualidades primitivas, constitui pela sua rusticidade e valor econômico uma raça à parte, distinta da brasileira, paraguaia e correntina, das quais procede, por descendência secular directa.

Dava-se-lhe também originàriamente a designação de gado **colonão,** julgando proceder da Colónia do Sacramento, donde os portugueses recebem as primeiras notícias de sua existência.

A história do gado crioulo é, em síntese, a história da civilização jesuítica, origem precípua das correntes de povoamento portuguesas e espanholas que se entrechocam no território uruguaio, cenário admirável em que se formam dois povos quase semelhantes por usos e costumes, mas separados por antagonismos iniciais de sua própria economia, pela língua de matizes diferentes, que mais tarde quase se confunde nos fogões rurais, por modalismos verbais comuns, oriundos da mesma actividade e do mesmo **habitat** de que eles surgem.

E' ainda a expansão geográfica do gado brasileiro, em sua penetração para Oeste, depois de um século, retomando sua marcha de retorno, que vai incorporar ao património territorial do País regiões que serão reservas formidáveis da economia nacional.

Foi Martim Afonso de Soûsa o fundador da pecuária brasileira.

Estava ainda em São Vicente quando ali chegou, em 1532, uma carta del-rei, que trazia João de Sousa, comunicando-lhe o vasto plano de divisão do Brasil em capitanias hereditárias, cabendo-lhe nessa partilha a de São Vicente. E, antes de voltar ao Reino, o que realizou na monção do ano seguinte, lançou os fundamentos da vila. «Para matriz erigiu uma igreja com o título de N. S. de Assunção; fez cadeia, Casa de Conselho, e todas

as mais obras públicas necessárias; foi, porém, muito breve a duração de seus edifícios, porque tudo levou o mar.» [5])

Em João Ramalho, o patriarca da terra que ali estava desde 1511 ou 1513, encontrou o donatário um precioso elemento para o êxito de sua empresa. E com ele sobe ao planalto de Piratininga, que se estende, até morrer, às «bordas do campo». O capitão-mor se deixa impressionar «pela bondade» dessas terras, pela aptidão que lhes descobre para «criarem gado vacum, cavalar e ovelhum».

Resolve, então, quando voltar ao Reino, dar providências imediatas para a remessa de exemplares de gado que são os sementais de que «saíram desta (capitania) de São Vicente as éguas, vacas e ovelhas, que propagarão em todas as mais. [6])

Muitos fidalgos que trouxera na armada ficam povoando a terra. Os casais vêm depois, como se depreende da declaração de João Gonçalves que, segundo frei Gaspar de Madre de Deus, em petição de 4 de Abril de 1538, diz, ser «casado com mulher e filhos em a dita terra, passa de hum anno, a ser o primeiro homem que aa dita Capitania veio com mulher casado, etc.». No planalto, João Ramalho fundara Santo André da Borda do Campo que, mais tarde, se fundiria com Piratininga, aldeia que o grande Manuel da Nóbrega visita, pela primeira vez, em 30 de Agosto de 1553. [7])

Martim Afonso, escreve Pero Lopes, no Diário, «repartiu a gente nestas duas vilas e fez nelas oficiais, e pôs tudo em boa ordem de justiça, de que a gente tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios, e celebrar matrimónios, e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as injúrias particulares; e ter todos os outros bens da vida segura e conversável.» [8])

Na ausência do capitão-mor que, em princípios de 1553 segue

---

5) Frei Gaspar da Madre de Deus. *Memórias para a Hist. da Capit. de São Vicente*. 3ª ed. São Paulo, 1920, 141.
6) Idem, 169.
7) Serafim Leite. *Páginas de História do Brasil*, pág. 92 nota 5.
8) Eugénio de Castro. *Diário de Navegação, de Pero Lopes*. Rio, 1927, pág. 341.

para o Reino, fica no governo de São Vicente, no cível, o Padre Gonçalves Monteiro, vigário da nova igreja, a quem cabia prover ofícios e conceder sesmarias. O governo das Armas tocou a Pero de Góis e Rui Pinto.

Martim Afonso chegou a Lisboa em Maio de 1533, sendo nomeado capitão-mor da Índia, para onde partiu com cinco velas a 12 de Março de 1534. «Enquanto não partiu para o novo destino ocupou-se da sua Capitania, enviando-lhe casais, plantas e sementes — incluindo cana de açúcar; e celebrando contratos para a fatura deste.» [9])

O Dr. Urbino Viana, que assina interessante trabalho sobre o assunto, coloca a introdução do gado, em São Vicente, entre aquelas duas datas, acrescentando que foi mandado por D. Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso e sua procuradora nos negócios atinentes à capitania. [10]) Essa procuração está datada de 3 e 6 de Março de 1534. [11])

Não se pode, ainda, de sã consciência, determinar uma data precisa para a introdução do gado no Brasil. E' possível que nos arquivos portugueses se encontrem indicações não reveladas até hoje. Nas feitorias que se estabeleceram no Norte, antes da fundação de São Vicente, é provável mesmo que portugueses ou franceses houvessem introduzido algumas cabeças de gado, mas em número tão resumido que não se destinariam senão exclusivamente para o consumo.

Martim Afonso em sua armada da Índia, segundo Jaboatão, «levava religiosos menores e tornou de arribada ao porto da Bahia. [12]) Em seguida, destinando-se à Índia e, no mesmo ano, sabe-se que Pero Lopes, em uma caravela e Firmino Sodré, em outra, saíram de Lisboa. No ano seguinte, em Setembro, saiu uma armada de que fazia parte a nau **Galega**, capitaneada por Tomé de Sousa.

---

9) F. A. de Varnhagen. *Biog. Martim Afonso.* "Rev. Inst. Hist. Bras." V-235.

10) Urbino Viana. *Sobre o gado curraleiro.* Rio, 1927.

11) Carlos Malheiro Dias. *Hist. da Colon. portuguesa no Brasil.* 1º, 109.

12) Jaboatão. *Novo Orbe seráfico.*

Não é fora de propósito supor que o próprio Martim Afonso tivesse trazido em sua armada o primeiro gado introduzido em São Vicente, transbordado na Bahia para o Sul. C. Malheiro Dias informa que «os navios, que de Portugal vinham anualmente ao Brasil, faziam a cabotagem desde Pernambuco a São Vicente, trazendo-lhe novos colonos, gados, panos e ferramentas, e transportando para a Metrópole as caixas de açúcar produzido nos canaviais florescentes da Colónia.» [13])

Segundo Gandavo o primeiro gado introduzido no Brasil teria vindo do Cabo Verde, onde as armadas que demandavam o Novo Mundo se abasteciam, e informou que, «depois que a terra foi conhecida e vieram a entender o proveito da criação que nesta parte podia alcançar, começaram-lhe a levar da ilha de Cabo Verde cavalos e éguas, de que agora há já grande criação em todas as capitanias desta província. E assim há também grande cópia de gado, que da mesma ilha foi levado a estas partes; principalmente de vacum há muita abundância, o qual, pelos pastos serem muitos, vai sempre em grande crescimento.» [14])

Os mais antigos cronistas são contestes em afirmar a precedência de São Vicente em criação de gados, assinalando o Padre Simão de Vasconcelos que «esta vila de São Vicente foi a primeira em que se fez açúcar na costa do Brasil e donde as outras capitanias se provisionaram de cana para a planta e de vacas para a criação.» [15]) E frei Gaspar, citando o Padre Simão de Vasconcelos, acrescenta que «saíram desta de São Vicente as éguas, vacas e ovelhas que propagaram em todas as demais.»

Pero Lopes, em seu Diário, nos dá as primeiras notícias sobre distribuição de terras em São Vicente. «A todos nós pareceu tão bem esta terra, que o capitão I [= Capitão-Mor] determinou de a povoar e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas.» (Comentado por Eugénio de Castro, I, 340, Rio, 1927.)

Entre os primeiros que recebem sesmarias de terras, em São

13) *Hist. Colon. Port.* cit. III, 230.
14) Pero de Magalhães Gandavo. *Tratado da Terra e Gente do Brasil.* Ed. 1924, Rio, 102.
15) Padre Simão de Vasconcelos. *Crónica da Comp. de Jesus, no Estado do Brasil.* 1ª ed., Liv. I, 40.

Vicente, figura o fidalgo Brás Cubas, que veio na armada de Martim Afonso, e que mais tarde é o fundador de Santos. Data a concessão de 10 de Outubro de 1532 a que, em 1536, agrega as terras de Jerebatiba. [16])

Sua fazenda, demarcada em 1567, ficava junto à aldeia do Paqueri e nela tinha uma capela dedicada a Santo António, coberta de telha, e casas fortes, além de muito gado, assim vacum, como suíno. E' um dos primeiros que iniciam a criação de gados, cujo casco foi grandemente aumentado com a vinda de seu pai, que chegou a São Vicente em 1537, trazendo «muita fazenda». [17])

Além dos engenhos de açúcar que se fundam e que recebem algumas cabeças de gado vacum para suas próprias necessidades e força motriz, os proprietários de terra, quer em São Vicente, quer no planalto «onde melhor se poderia desenvolver a cultura de cereais e a criação de gados», vão povoando os seus campos, onde os animais se multiplicam, constituindo os núcleos iniciais da pecuária vicentina e, principalmente, piratiningana.

A Pedro de Góis, na mesma data, concede o capitão-mor uma sesmaria, junto ao Engaguaçu, onde estabelece o engenho da **Madre de Deus.** Depois de povoados, tendo de se retirar para tomar conta da capitania que lhe foi doada, entrega esses campos a seu irmão Luís de Góis, cujos filhos, mais tarde, como veremos, levando gado dessas fazendas, são os fundadores da pecuária do Paraguai.

A Rui Pinto concede o capitão-mor, em 10 de Fevereiro de 1533, uma sesmaria nas terras de **Porto das Almadias,** onde se estabelece também seu irmão Francisco Pinto.

Além dessas concessões aos povoadores que ficam em São Vicente e, mais tarde, sobem para o planalto, e aos que ali encontrara, faz o capitão-mor doação de extensas sesmarias. Entre estas, interessa-nos a do mestre Cosme, mais tarde requerida por Pero Correia, grande senhor em posses, terrível preador de índios, que a povoou de farta quantidade de cabeças de gado. Movido

16) *Hist. Col. Port.* III, 232.
17) *Rev. Inst. Hist. São Paulo,* IV 294.

pela catequese dos Jesuítas, Pero Correia entra para a Companhia, em que depois, por amor dos índios, se torna mártir, regando com seu sangue a fronteira entre Carijós e Ibirajaras. As sesmarias e os gados de Pero Correia são doados à Companhia, em 1533, a fim de constituírem um fundo para manter os meninos do Colégio de Piratininga.

Mas, é no planalto, onde João Ramalho funda Santo André da Borda do Campo, e os Jesuítas, mais tarde, Piratininga, que se desenvolve a criação de gados pela excelência dos campos que ali se encontram.

Fundado o Colégio, que dá origem a São Paulo, quando o P. Nóbrega aí vem compreende que ele não poderá manter-se e sustentar-se sem terras e gados que suprem às necessidades de alimentação e indústria dos Irmãos; e, «se não foram as terras e vacas que o P. Nóbrega com tanta caridade foi granjeando e que é a melhor sustentação que agora tem com que se criou tantos Irmãos», informa Anchieta, não poderia subsistir o Colégio. [18])

Foram em número de 12 as primeiras vacas que entraram para o campo do Colégio. Segundo informa Nóbrega, «também tomei 12 vaquinhas para criação e para os meninos terem leite, que é grande mantimento, e foram compradas por pouco mais de 30$0. [19]) As vacas, aduz em outra carta, foram adquiridas para os meninos, «como as terras e são suas», e o mesmo sucedeu com as do Irmão Pero Correia: «que são dos meninos». Com seu espírito de previdência, Nóbrega, segundo Anchieta, embora ao princípio em Piratininga se padecesse muita fome, «mui raramente mandava matar alguma rês, enquanto eram poucas as vacas, para que se multiplicassem para os vindouros. »[20])

E assim sucedeu, pois, que em pouco tempo, a casa dos Jesuítas podia contar com um rebanho já bastante desenvolvido, até para suprimento de outros Colégios, como o do Rio de Janeiro, que dali recebeu os seus primeiros. sementais.

Em 1554, quando da fundação de São Paulo pelos Padres, já

18) Padre José de Anchieta. *Cartas Jesuíticas*. Rio, 1933, III, 476.
19) Padre Manuel da Nóbrega. *Cartas Jesuíticas*. Rio, 1931, I, 130.
20) Anchieta. *Cartas*, cit. 475.

se contavam quatro aldeias vicentinas: São Vicente, Santos, Santo André, Itanhaém. Com excepção de Piratininga e de Santo André, «todas estas três vilas são pobres, de poucos mantimentos e gado, porém abundantes em açúcar». Mas Piratininga «é terra de grandes campos, fertilíssima em muitos pastos e gados de bois, porcos, cavalos, etc. e abastece de muitos mantimentos»; «os nossos comem de ordinário vaca, que é tenra e sadia, ainda que não muito gorda» informa Anchieta.

Só 30 anos depois da introdução do gado, mercê de magníficas publicações de documentos paulistas, pode-se acompanhar com mais minúcia a evolução da pecuária vicentina.

Em 1564 determina a Câmara que se levante uma estatística dos gados de São Paulo, que deveriam pagar o devido tributo, notificando os proprietários deles ao ouvidor geral a respectiva quantidade. Em vereança de 29 de Abril pelo «procurador do ano passado foi dito e requerido haos ditos hoficiais [da Câmara] q eles soubessem hos bois q avia nesta dita vila dos moradores dela q os mandassem todos per hirem a pagamto, hao Sor houvidor geral.» [21])

Apesar de sacrifícios impostos aos criadores pela guerra contra os índios e fornecimento às armadas reais, os gados se multiplicavam assombrosamente nos campos piratininganos para onde também acorriam vicentistas e paulistas que, no planalto, tinham também as suas criações. E para evitar pleitos constantes, determinou a Câmara o registro dos primeiros sinais, marcas ou ferros de gado. A ata de 27-V-1576 traz os nomes desses fundadores de pecuária nacional: Afonso Sardinha, cujo sinal era «orelha espontada, e depois de espontada é fendida e aa resguarda da orelha somente»; Brás Cubas, que já registra marca de fogo: «um C fero da marje hatraz q he hua B e a rez tem a orelha fendida»; Joane Anes, **I**; Carina Gonçalves, **S**; Francisco Pires, **F**; Gaspar Rodrigues, **M**; António Preto, **R**; Baltasar Gonçalves, **B** e Lourenço Vaz, **L**.

Em actas subsequentes encontram-se largas nominatas de criadores que têm fazendas povoadas de gado. Estas se esten-

21) *Atas da Câmara da Vila de São Paulo.* São Paulo, 1914, vol. I, 39.

dem da banda do caminho do «hipirangua», que é o «caminho do mar»; da banda da Ponte Grande: em Virapoheira; caminho dos Pinheiros e outros. Cabe a esses criadores o ónus da conserva dos caminhos e são para isto citados nominalmente pela Câmara.

A pelagem do gado, de que nos dão notícias «Inventários e Testamentos» de fins do século XVI, acusa as origens ibéricas dos sementais primitivos. Predominavam os pelos pintado, barroso, vermelho, alvação e fusco. Estão avaliados: vacas paridas em 3 cruzados cada uma, vacas soltas em 1$0; novilhos a $640; boi capado, em 2$0; éguas a 1$0; éguas com cria a 2$0; cavalos a 4$0 cada um. Os preços de compra e venda eram, naturalmente, superiores. As 12 vaquinhas, vendidas por caridade ao P. Nóbrega, para os meninos, custaram, em média, 2$5 cada uma, pois o preço real era de 5$0, atingindo na Bahia, em 1549, os bois a 6$5 e os novilhos a 5$0. Mais estimado do que os outros pela pelagem, o boi vermelho alcança melhores preços. Era, como o fusco, a pelagem predominante nos rebanhos piratininganos, como depois vai sê-lo também nos rebanhos crioulos do Rio Grande do Sul, que daí trazem suas origens mais remotas. [22])

3. Fundação da pecuária de Assunção do Paraguai.

Procede de São Vicente o casco inicial do gado vacum que dá origem à pecuária do Paraguai, em meados do século XVI.

Em substituição a Álvar Núñez Cabeza de Vaca, governador do Prata, que fora preso e deportado de Assunção, escolhe el-rei, em competição com outro candidato a esse cargo, a João de Sanábria, homem nobre e rico, que apresta logo uma expedição para se transportar à sua governança. Aparelhada já estava a frota que a devia transportar quando faleceu o capitão João de Sanábria, que nesses preparativos empregara todos os bens que possuía. Substituiu-o seu filho Diogo de Sanábria. Compunha-se a expedição de uma nau e duas caravelas, e nela vinham a viúva de

22) Aurélio Porto. in *Revista do Museu Júlio de Castilhos* e *Arquivo Histórico do R. G.do Sul.* Ano 1°, N. 1, pág. 435-480: *História do gado no Brasil.*

João de Sanábria, D. Mencia Calderón e duas filhas, D. Maria e D. Mencia. Partiu a frota de Sanlúcar, no ano de 1552. Como cabo da gente dela regressava ao Paraguai o capitão João de Salazar de Espinosa, que fora deportado de Assunção e seguira para a Espanha na mesma caravela que conduzira o governador Cabeza de Vaca. Vinham, na mesma expedição, vários fidalgos e povoadores, entre os quais se destacavam Cristóvão de Saavedra, filho do correio-mor Hernando de Trejo e o capitão Becerra que trazia mulher e filhos, em nau de sua propriedade.

Depois de longa viagem, aportou a esquadra ao Brasil e na Laguna, à entrada da barra, perdeu-se o navio de Becerra com tudo quanto trazia, salvando-se ùnicamente a gente que pôde chegar à terra.

Desavieram-se aí o piloto-mor e o capitão Salazar, e sendo eleito Hernando de Trejo chefe da expedição, retiraram-se para São Vicente vários componentes da armada. Trejo, compreendendo a necessidade que se fazia sentir de uma povoação que fosse escala, na costa do Brasil, para atingir Assunção, indo ao porto de São Francisco ali lançou, em 1553, os fundamentos de uma cidade. Estabelecendo-se aí, casou com D. Maria de Sanábria, viúva de João de Sanábria, nascendo em território brasileiro, desse matrimónio, Dom Frei Hernando de Trejo, que foi bispo de Tucumã e fundador da sua Universidade.

Não faltaram trabalhos e misérias naquela incipiente fundação e Trejo, atendendo a rogos insistentes de sua mulher, resolveu abandonar a povoação, seguindo por terra para o Paraguai. Depois de trabalhos sem conto e duros meses de largas provações, em que morreram de fome 32 soldados que se perderam, chegou Hernando de Trejo a Assunção, onde o general Domingos de Irala, nomeado governador do Rio da Prata, o conservou preso por largo tempo, por ter abandonado o porto de São Francisco, que fundara, e que tão necessário se tornava para as entradas, por terra, no Paraguai.

O capitão João de Salazar, que fora para São Vicente, havia casado com D. Elvira de Contreras, filha do capitão Becerra, e aí se encontrou com o capitão João Díaz de Melgarejo, com quem concertou voltar a Assunção.

Fizera Salazar, na vila de Martim Afonso, boas relações de amizade com os moradores, insinuando a muitos deles as vantagens que teriam passando com famílias e bens à cidade de Assunção. E tal foi a propaganda e a retirada de povoadores para o Paraguai que o P. Manuel de Nóbrega, temendo o despovoamento da capitania de São Vicente, «pela pouca conta e cuidado que el-rei e Martim Afonso de Sousa têm, e se vão lá passando ao Paraguai pouco a pouco», diz que «seria bom ter a Companhia lá um ninho onde se recolhesse quando de todo São Vicente se despovoasse». Além disto, «estando lá os da Companhia se apagariam alguns escândalos que os castelhanos têm dos portugueses, e a meu parecer com muita razão, porque usaram mui mal com uns que vieram a São Vicente, que se perderam de uma armada do Rio da Prata. [23])

Entre as pessoas que se ligam a Salazar contam-se os irmãos Cipião [24]) e Vicente de Góis, oriundos de troncos ilustres de povoadores vicentinos, filhos de Luís de Góis, fidalgo da Casa Real, irmão de Pedro de Góis, que foi donatário da capitania de São Tomé e capitão-mor de uma armada que, em Fevereiro de 1553, estava surta no porto de Santos.

Segundo refere Frei Gaspar da Madre de Deus residiu Luís de Góis alguns anos em São Vicente, dali saindo com sua mulher D. Catarina de Andrade e Aguilar, quando seu irmão, Pedro de Góis, os transportou para a capitania que ia fundar, no ano acima referido. Anteriormente Pedro de Góis doara-lhe o engenho da Madre de Deus, que ficava em terras fronteiras ao de Engagaçu. [25])

Era Cipião de Góis filho primogénito desse casal e veio de Portugal com seus pais, tomando conta do engenho da Madre de Deus, onde havia já grande cópia de animais vacuns.

Havia muito que Salazar, pretendendo retornar a Assunção, solicitara para isto a permissão devida, pois ordens terminantes

---

23) Padre Manuel da Nóbrega. *Cartas do Brasil.* Rio, 1931, pág. 175.
24) Ciprián de Goes, diz o capitão Salazar em carta de 20 de Março de 1556.
25) Frei Gaspar da Madre de Deus. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente,* 3ª ed., São Paulo. 1920, 149.

do governador geral da Bahia proibiam a saída, das povoações portuguesas, de quaisquer estrangeiros que a ela aportassem, o que só se daria mediante expressa determinação real, que deveria vir da Corte. E' o próprio João de Salazar quem informa: «Visto que de Portugal não vinha o despacho para nos deixar ir ao Paraguai, e tão más esperanças de nosso remédio, e a necessidade de cada dia maior e muitos incómodos que se não podiam sofrer, tratei com Cipião de Góis, filho de Luís de Góis, que havia pouco viera de Portugal, para estar num engenho do pai, que viéssemos ao Paraguai, porque dele entendi ter vontade de fazê-lo.» [26])

Muito teriam influído sobre a resolução dos irmãos Góis, segundo parece, as insinuações e promessas que lhes teria feito João Díaz Melgarejo, capitão paraguaio, partidário de Cabeza de Vaca, e foragido nessa capitania, aonde chegara, procedente do Guairá. Há, sobre sua actuação em São Vicente, entre as acusações que lhe são feitas por Gregório de Acosta, referência ao caso dos irmãos Góis, que «enganara com palavras e prometimentos» e maltratara, tirando-lhes «fazendas» quando chegou ao povo de Piquiri, em Guairá. Acosta acusa Melgarejo de ter «tirado a mulher a um deles» (Cipião), não obstante ser ela sua comadre.

Diz Gregório de Acosta que Melgarejo «quando esteve em São Vicente, onde se casou com sua mulher, despojou um engenho de açúcar e deitou a perder um cavaleiro português, que se chamava Luís de Góis, e enganou a seus dois filhos que eram mancebos, com palavras e prometimentos, de maneira que Luís de Góis, pai dos moços e sua mulher morreram de pesar, e os moços que levou consigo, depois que chegaram ao Povo de Piquiri, os tratou muito mal e lhes tirou as fazendas e a um deles sua mulher e infamou-o com ela sendo sua comadre.» [27])

Urgindo, porém, o regresso ao Paraguai, conseguiu Salazar, com a participação de Góis e outros portugueses, aprestar os pre-

---

26) *Carta de Juán de Salazar. Cartas de Índias*, 579.

27) Blas Garay. *Colección de documentos relativos á la historia de América y particularmente à la historia del Paraguay*. "Rev. Inst. Hist. del Paraguai". Asunción, 1899. Talleres nacionales de H. Kraus. V. *Relación breve del Río de la Plata*, de Gregório de Acosta. 1545, data evidentemente errada porque os factos referidos são posteriores ao ano de 1555.

parativos para a fuga, que teve lugar, provàvelmente, em Maio de 1555. Grande era a comitiva, que se compunha de dez soldados espanhóis, seis portugueses, além de Cipião de Góis e sua mulher, João Díaz Melgarejo, Vicente de Góis, capitão João de Salazar e D. Isabel de Contreras, «com quem me casei, e duas filhas suas, e outras três mulheres casadas», diz Salazar em sua carta citada.

Tendo conhecimento da fuga dos espanhóis procuraram as autoridades de São Vicente impedir levassem-na a efeito, empregando para isto, se necessário, meios violentos. Passariam os fugitivos por uma aldeia de tupis, que ficava 12 léguas adiante do povoado português, aos quais foi ordenado obstassem a passagem da expedição, prendendo os fugitivos que, se resistissem, deveriam ser sacrificados. Teve o P. Manuel da Nóbrega, que estava em São Vicente, notícia certa dessa determinação e se deu pressa de ir até a aldeia convencer os tupis de que praticariam um acto reprovável, mal visto por Deus e pelo próprio rei.

E assim pôde a comitiva passar incólume, embrenhando-se logo no sertão, rumando para Oeste. Cinco meses levou a expedição para atingir Guairá, e daí Assunção, aonde, depois de penosos trabalhos, chegou em Outubro de 1555. [28])

E' nessa ocasião que os irmãos Góis introduzem no Paraguai o primeiro gado vacum que vai fundar a pecuária assuncenha e que procede do engenho de Madre de Deus, de que estavam encarregados. São as célebres «sete vacas de Gaete», de que Rui Díaz de Guzmán nos transmite a tradição. «Estes foram os primeiros que trouxeram vacas a esta província, fazendo-as caminhar muitas léguas por terra, e depois pelo rio em balsas; eram sete vacas e um touro a cargo de um fulano Gaete, que chegou com elas a Assunção com grande trabalho e dificuldade sòmente pelo interesse de uma vaca que se lhe indicou como salário, donde ficou naquela terra um provérbio que diz: «são mais caras do que as vacas de Gaete.» [29])

E' interessante notar que só existe deste facto, que é trans-

28) Carta de Juan de Salazar. *Cartas de Indias*. 579.
29) Ruy Díaz de Guzmán. *Argentina*, 107.

cendental para a história da pecuária no Rio da Prata, essa simples citação do autor da Argentina que a recebeu, naturalmente, por tradição oral. As cartas de João de Salazar, que descrevem a viagem e os acidentes dela; as dos Jesuítas, que a isto fazem referência, absolutamente não dizem uma palavra sobre o transporte desse gado que deveria constituir um acontecimento notável na época. A própria quantidade, «sete vacas e um touro», pelo seu simbolismo, incorpora-se à legenda das coisas miraculosas.

Entretanto, sabe-se, conforme carta de João de Salazar, escrita da costa do Brasil, de Todos os Santos, a 20 de Julho de 1553, ao Conselho de Índias, que haviam chegado a Santos, por aquela época, vindos de Assunção, alguns castelhanos com o propósito de comprar gado vacum e ferro, trazendo peças de prata e ouro lavrado, do Peru. Fazia Salazar junto ao governador geral as negociações necessárias para isto, nada conseguindo, pois «que não se podem tirar sem licença do Rei» [30])

E daí a insinuação aos irmãos Góis para que transportassem um pequeno lote de gado de seu próprio engenho, o que se realizou dois anos depois.

Seria mais interessante não desfazer a lenda das «sete vacas de Gaete», aceita por todos os historiadores que se têm referido à fundação da pecuária no Paraguai e no Prata... Mas, a crítica histórica, que repousa sobre factos concretos, a ela se contrapõe, se quisermos determinar com relativa aproximação o coeficiente de sangue vicentino que constitui a base dos rebanhos do Prata. Só 15 anos depois da introdução dessas «sete vacas» recebe Assunção novos lotes de gado, procedentes do Peru, trazidos pelo general Filipe de Cáceres. E nesses três lustros a produção de casco vicentino excede a todas as possibilidades da exígua produção das «vacas de Gaete».

Operoso fazendeiro rio-grandense e cultor da nossa história, o general Ptolomeu de Assis Brasil, dias antes de seu prematuro falecimento, houve por bem nos dar um cálculo dessa produção. Baseando-se nas probabilidades da quebra natural, chegou à con-

30) *Correspondência de Juan de Salazar.* Archivo de Índias.

clusão de que a quantidade máxima de gado produzido por aquele casco, em 15 anos, teria sido de 450 cabeças entre touros e vacas, o que não condiz com a existência de grandes rebanhos assinalados no Paraguai, antes do reforço do gado peruano.

E' o seguinte o cálculo referido:

ANOS	Casco	Vacas	PRODUÇÃO		Total
			Fêmeas	Machos	
1555	7	7	3	3	13
1556	7	7	3	2	18
1557	18	7	3	3	24
1558	24	10	4	4	32
1559	32	13	5	5	42
1560	42	16	6	6	54
1561	54	20	8	8	70
1562	70	24	10	10	90
1563	90	30	12	12	114
1564	114	38	15	15	144
1565	144	48	20	20	184
1566	184	58	24	24	232
1567	232	73	28	28	288
1568	288	90	36	36	360
1569	360	114	45	45	450

Dois anos depois da introdução desse gado no Paraguai, em 1557, quando não ultrapassaria de 24 cabeças a população bovina de Assunção, tomando como provável a quantidade inicial de Rui Díaz, já o general Núfrio de Chávez, que dali partira em Agosto, deixava, aos cuidados dos Jaraes, em cujas terras se internara, navios, canoas, «com quantidade de gados maiores, [31]) que faz supor também alguns vacuns.

A 3 de Outubro do mesmo ano de 1557, faleceu em Assunção,

31) Guzman. *Argentina*, 118. Documento assinado por vários conquistadores, residentes em Assunção. — Groussac. *Mendoza y Garay*, 279, historiando essa entrada diz "que uma parte destes conduzindo cento e tantos cavalos havia de se dirigir até Itatines; os mais, com os índios de serviço, o armamento, as provisões, *gados* e plantas, e sementes, iriam embarcados".

com testamento, o governador do Paraguai Domingos Martínez de Irala que, no arrolamento dos bens que deixa, «nesta cidade e Deus me der nesta Província assim de ouro e prata, pérolas e pedras e outros bens quaisquer, cavalos, éguas, escravos e escravas, herdades, casas e gados e outras granjearias (dibdas?) e acções que me pertençam ou pertencer possam em qualquer forma e maneira os tenham e herdem os ditos...» [32]) O provecto D. Félix de Azara, em cópia manuscrita de um trabalho existente na Biblioteca Nacional, [33]) detalha esse **ganado** referido por Irala em seu testamento. «Quando morreu», diz, «deixou em sua chácara, que estava onde se encontra o presídio de São Miguel, 24 **cavessas de ganado Bacuno,** y otras tantas de cabalar». E note-se que a produção das «sete vacas de Gaete» deveria corresponder às 24 cabeças de gado bovino que Irala deixava a seus herdeiros. Mas, conhece-se a existência de outros pequenos lotes de gado, de propriedade particular, existentes em Assunção antes da introdução do rebanho peruano que Filipe de Cáceres e o bispo trazem em 1569. Em uma carta a El-Rei, Pedro Dorantes, em 1573, diz que antes da chegada daquele gado um Cristóvão Pinto e um Pedro de Espinar, que haviam falecido, deixaram a seus herdeiros «roças e vacas». [34]) Na carta citada de 20 de Março de 1556, João de Salazar, sugerindo a necessidade de impor dízimos à produção de Assunção, relaciona o gado entre as coisas que devem ser taxadas.

Interessante o informe do general D. João de Garay que diz: «Hoje em dia na cidade de Assunção há tanto gado, que não vale uma vaca um peso e meio acima da moeda da terra, e quando muito dois, e ao tempo em que esta testemunha veio a Assunção (1568, um ano antes da introdução do gado peruano) desta própria moeda valiam tresentos e mais pesos, e esta testemunha comprou uma junta de bois com cento e dez pesos, e agora acha-

---

32) R. Lafuente Machain. *El gobernador Domingo Martínez de Irala.* B. Aires, 1939, págs. 561-562. Testamento da Irala.

33) Félix de Azara. *Descripción histórica e geográfica del Paraguai.* Cod. Mss. Coll. de Ângelis — B. N. I, 16, 2, 6.

34) Blas Garay. Doc. cit., 138.

ram a melhor que há na terra por vinte ou vinte e cinco pesos.» [35])

O gado vicentino, que constituía o casco da pecuária assuncenha, havia proliferado de forma assombrosa. Documento oficial nos informa que «as Vacas que no ano de 1554 (sic!) havia metido naquela cidade Cipião e Vicente de Góis se haviam procriado em quantidade suficiente para manter com abundância a cidade de Assunção e as províncias do Paraguai com os anexos do seu distrito e fundados em seu território.» [36])

Pode-se pois afirmar, sem temor de erro, que as «sete vacas de Gaete» representariam algumas dezenas de cabeças de gado vacum, procedentes de São Vicente e trazidas não só pelos irmãos Góis, como possìvelmente por outros castelhanos que os acompanhassem, como fazem supor as referências que nesse sentido atrás se registram.

Só em 1569 entra em Assunção o primeiro rebanho de gado procedente do Peru, trazido pelos espanhóis que acompanham de volta daquele reino o general Filipe de Cáceres, preposto do adelantado João Ortiz de Zárate. [37]) Saíndo de la Plata em companhia do bispo Dom Frei Pedro de la Torre e vários moradores do Peru, «llevando cantidad de gado vacún e ovejas», Filipe de Cáceres chegou a Santa Cruz de la Sierra, recém-fundada por Núfrio de Chávez, e dali rumou para Assunção. Enquanto a comitiva embarcada em uma flotilha fundeava em Assunção em 11 de Dezembro de 1568, o gado era transportado por terra.

Poucas não teriam sido as dificuldades opostas a essa longa travessia.

Separando-se da comitiva que custodiava, Núfrio de Chávez embrenhou-se pelo sertão, sendo morto pelos índios sublevados, que procuraram acometer a gente de Cáceres. Ao chegarem a um rio, acossados pelos paiaguás, resolveu o general Cáceres passar

---

35) *Anales de la Biblioteca*. B. Aires, vol. X, 176.
36) *Acuerdos del Cabildo de B. Aires*. B. N. Cod. Mss. I, 16, 1, 16.
37) Nomeado por João Ortiz de Zárate, ia Filipe de Cáceres para "llevar la gente a las províncias del Paraguay y ir por capitán dellas y mandallas y governalas, como yo mismo." Anales, X, 13. Governou o Paraguai três anos (1569-1572).

a outra banda, onde 20 arcabuzeiros protegeram o trem, cavalos, vacas e éguas, que assim puderam ser salvos. Em outras ocasiões também estiveram a ponto de perder tudo quanto traziam. [38])

Em outros documentos encontram-se mais referências a essa expedição. Pedro Dorantes, em sua carta citada, nos diz que o gado trazido por Filipe de Cáceres, antes de chegar a Santa Cruz de la Sierra, já havia sido desfalcado de mais de 600 vacas. Ao chegar ao rio Paraguai foram extraviadas mais 130 vacas, havendo proprietários de mais de 50 cabeças que só receberam cinco. [39])

Como se deduz destas notas rápidas não seria muito grande o coeficiente de sangue peruano recebido pelos rebanhos já importantes de Paraguai, de origem vicentina.

Documentos oficiais e historiadores platinos referem como sendo de importância vital para a pecuária do Rio da Prata a introdução de gado bovino aí feita pelo general João de Garay, de acordo com a capitulação de João Ortiz de Zárate, governador do Paraguai. [40]) Em **Acuerdos del Cabildo,** citado, se diz que João de Garay, lugar-tenente de Ortiz de Zárate, por ordem deste, «vencendo muitos impossíveis que há desde a cidade do Prata (Peru) até Assunção introduziu por ela e pôs nessa governação todos os gados da capitulação do dito João Ortiz de Zárate». E mais, que «repartiu as 4.000 vacas que vieram de Charcas entre os conquistadores e povoadores desta cidade (Buenos Aires), da de Santa Fé, que estava fundada já e da de San Juan de Vera de las Siete Corrientes, que fundou no ano de 1588 dando aos conquistadores de Buenos Aires a maior porção, porque, estando fundada já Santa Fé que recebeu grande quantidade de vacas trazidas pelos irmãos Góis e não estando ainda fundada Corrientes, coube assim a maior parte a Buenos Aires.» [41])

Realmente, um dos itens da capitulação de João Ortiz de Zá-

---

38) Ruy Díaz de Guzmán. *Argentina,* 142.
39) Carta de Pedro Dorantes. Garay, Doc. 136-138.
40) Acuerdos del Gabildo. V. também *Dr. Prudencio de la C. Mendoza, Historia de la ganaderia argentina.* Buenos Aires, 1928, 27.
41) Acuerdos del Cabildo. Cod. mss cit. Publicado in *Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires,* 1704.

rate, que toma posse da governação em 15 de Fevereiro de 1575, reza que deverá «meter na dita governação do Rio da Prata, dentro de dois ou três anos, depois que Deus for servido que cheguei à dita governação, **quatro mil cabeças de vacas de Castela e até quinhentas cabras e mais trezentas éguas e cavalos** para a conquista, povoação e defesa da terra, conquistadores e povoadores dela e que se puderdes meter os ditos gados antes desse tempo trabalhareis de os meter, porque os tereis juntos de boa criação na província dos Charcas e Vale de Tarija, etc.» [42])

Zárate encarregara de cumprir esse item de sua capitulação ao general João de Garay, seu preposto na governação do Prata. Mas, segundo se evidencia pela própria documentação, não houve oportunidade de introduzir esses 4.000 cabeças de vacas no Paraguai.

Em um pleito de João de Torres de Vera y Aragón com o fiscal de S. M. servindo de testemunha, em Santa Fé, a 1 de Fevereiro de 1583, três anos, portanto, depois da fundação de Buenos Aires, fez o general João de Garay interessantes declarações que esclarecem perfeitamente esse assunto e invalidam a informação oficial, fonte de todas as afirmações constantes de copiosa literatura histórica do Prata.

A uma das perguntas feitas responde João de Garay que é verdade que o adelantado João Ortiz de Zárate remeteu de Assunção para Santa Fé, onde ele testemunha residia, ordem para que fosse comprar os gados referidos na pergunta. Quando se preparava para executar essa determinação soube da morte de Zárate [43]) e do mandato que lhe outorgou Diogo de Mendieta, determinando-lhe fosse ao reino do Peru a tratar certas coisas com dona Joana de Zárate, herdeira da governação de seu pai. Outras preocupações encheram largos meses obstando realizar esse intento. E a respeito dos gados «disse que se remete ao poder que para isso outorga o adelantado João Ortiz de Zárate, o qual deixou em poder do licenciado João de Torres de Vera, depois de haver contraído matrimónio com a dita Dona Joana

42) Archivo de Índias. *Anales de la Biblioteca*, X, pág. 69.
43) Zárate faleceu em Assunção a 26 de Janeiro de 1576.

de Zárate; e assim mesmo se remete, no que toca à compra do dito gado, o poder e ordem que me deu o licenciado João de Torres de Vera para que o pudesse comprar nas províncias de Tucumã e metê-lo nesta governação e por ver esta testemunha que não lhe davam lugar e pertubavam a entrada na governação ao dito adelantado João de Torres de Vera y Aragon e por haver andado ocupado esta testemunha em apaziguar muitos dos naturais que estavam revoltados contra o serviço de Sua Majestade e na povoação e sustento da cidade da Trindade Porto de Buenos Aires **não pôs em execução o conteúdo no poder do dito licenciado João de Torres de Vera y Aragón,** e isto é o que sabe desta pergunta.» [44])

Pouco mais de um mês depois de prestar essa declaração o general D. João de Garay é morto pelos índios ribeirinhos do Uruguai. Fica assim restabelecida a verdade histórica com os elementos de que é possível dispor e provado que os gados conduzidos para Buenos Aires, Corrientes, etc. não provêm das «4.000 cabeças» da capitulação de João Ortiz de Zárate.

Coube a João de Garay acção preponderante na expansão povoadora do Prata. A 15 de Novembro de 1573, depois de alguns meses de organização, funda Santa Fé, entreposto necessário a facilitar as comunicações com o Peru.

Compreendendo perfeitamente que a fixação definitiva ao território só era possível com a introdução do gado, na sua função económico-social, esse previdente fundador de cidades fazia preceder ao estabelecimento das povoações a remessa dos semoventes preciosos que seriam os fecundadores da terra, mesmo como base para as incipientes lavouras que, dentro em pouco, as opulentariam de grãos.

Trazia a experiência de prática salutar. Fundador, com Núfrio de Chávez, de Santa Cruz de la Sierra, «foi o primeiro que meteu gado vacum na dita província.» [45])

Saindo de Assunção com um bergantim e barcos, havia Ga-

---

44) *Anales de la Biblioteca*, X, pág. 176.
45) Azarola Gil. *Los Orígenes de Montevideo*. Ed. Facultad. B. Aires, 1933.

ray mandado por terra os que «levavam os cavalos, éguas e vacas, com que se ia iniciar a vida pastoril na nova povoação de Santa Fé». Depois o fundador repartiu entre os povoadores «chácaras e estâncias» adjudicando a si próprio vários lotes delas que, mais tarde, cabem por herança a seu genro Hernandárias de Saavedra. Insignificante era o valor venal dessas propriedades como as dos gados que em seus campos se multiplicavam. Nos primeiros meses recebia a nova povoação seu reabastecimento de Assunção mas, «a multiplicação dos gados e logo as colheitas de cereais junto a outros produtos da terra facilitaram a vida material.» [46])

Em 1578, nomeado pelo governador Torres de Vera, o general João de Garay assume o cargo de capitão-general do Rio da Prata. Sempre com a preocupação de alargar o âmbito de criação no Prata, Garay muda para local mais apropriado a cidade de Ontiveros onde há terras melhores «para criações e lavouras, pois para ali se haviam levado «vacas, cavalos e éguas e bois para lavrar.» [47])

Em 11 de Junho de 1580, levando gente para repovoar, funda o general João de Garay a segunda Buenos Aires. Aos repovoadores era concedida a mercê de se apropriarem das éguas e cavalos chimarrões que enchiam o Pampa, oriundos dos que trouxera o primeiro fundador da cidade, D. Pedro de Mendoza. Os novos habitantes deveriam levar «armas, cavalos e gados», que foram transportados por terra.

Diz Hernandárias em sua folha de serviços que Garay, voltando à cidade de Assunção «publicou logo à população do porto de Buenos Aires por ser coisa que V. M. desejava por ser tão importante a todos aqueles Reinos, para o qual fez navios grandes e pequenos, juntou setenta soldados e mil cavalos e trezentas vacas, e muito gado.» [48])

Secundando a acção expansionista do general João de Garay, seu genro Hernandárias de Saavedra funda outras povoa-

46) Paul Groussac. *Mendoza y Garay*. Buenos Aires, pág. 359.
47) Anales de la Biblioteca, X, pág. 172.
48) Azarola Gil. *Los orígenes* cit., 201-207.

ções e é o disseminador da pecuária no Prata. Sobre a fundação de Corrientes, que interessa particularmente à introdução do gado no Rio Grande do Sul, diz Hernandárias: «... foi à Povoação das Corrientes para a qual moveu e levou muitos soldados à sua custa provendo-os de todo o necessário e levou por terra para a dita povoação muitos apetrechos de guerra, cavalos, éguas e vacas que foi de muita importância, no qual e no abrir o caminho se ocupou três meses, passando grandíssimos trabalhos, e assistiu um ano na dita povoação a entradas e descobrimentos que se ofereceram com grandíssimos e excessivos gastos e perigos por ser dos naturais da gente mais belicosa que há nas ditas províncias.» [49])

Relación Histórica, de autor desconhecido, precioso Cod. da Colecção de Ângelis, [50]) diz que foi trabalho insano a conservação dos animais de serviço como bois, cavalos e éguas, em Corrientes, e cuja guarda era confiada a pessoas de imediata confiança dos fundadores para sua segurança contra os ataques dos índios e dispersão provável de tão preciosos elementos para a defesa e conquista das regiões circunvizinhas.

E a mesma coisa se dava com a pequena ponta de gado destinado ao sustento da população e à propagação da pecuária. Ficara ela também confiada a pessoas de responsabilidade, sob a direcção das quais se fez um repartimento de índios para custodiá-la. E tal era a importância que se dava a esse primeiro gado que povoou os campos de Corrientes que, quando foi necessário extrair couros para prover às necessidades de guerra, lançou-se mão de gados alçados já existentes então no outro lado do rio Paraná.

«Usavam os espanhóis», diz a **Relación Histórica,** «de armas à usança antiga, como viseiras, cotas de malha, quilotes para precaver suas pessoas e cavalos, de flechas, dardos e outras armas próprias a seus inimigos, e para os cavalos usavam selas cobertas e guarnecidas de ferro, armas e esporas do mesmo. Para reparar a deterioração de umas e prover em parte aos que não ti-

49) Idem, ibid.
50) Cod. mss. B. N.

nham se valeram de couros de gado vacum para o que acordaram despachar a outra banda deste rio, terra dos Matarás, aonde tinham notícia haver já gado chimarrão, a matar 300 reses para esse efeito, ficando encarregados um regedor e o escrivão e alguns soldados de tomar as marcas para que, sabido o dono, se satisfizesse o seu valor oportunamente». Constava essa resolução do Acto Capitular de 17 de Março de 1593. [51])

Outros interessantes informes da **Relación** sobre o gado de Corrientes: «O gado vacum da fundação foi sem dúvida de propriedade do **adelantado** ou de seu imediato sucessor, segundo se deduz do repartimento de índios para custodiá-lo. Ignora-se a quantidade, mas o gado multiplicou-se nesses campos de tal modo tornando-se chimarrão, por se ter proibido rigorosamente por muitos anos toda sorte de povoamento de estâncias para que essa fazenda se propagasse. Com o tempo tiraram-se para a Província do Paraguai e Missões tropas numerosas.» [52])

O primeiro e universal **accionero** de todo o gado chimarrão (alçado), existente entre os rios Paraná e Uruguai, foi Hernando Arias de Saavedra, ou Hernandárias, direito que confirma terem sido de sua propriedade os gados aí introduzidos, muito embora a **acção** se estendesse sobre outros, de propriedade particular, que entre estes houvesse.

Chamavam-se **accioneros** os indivíduos que obtinham licença para «vaquear» nos campos realengos em que o gado se multiplicara e convertera-se também em propriedades públicas. Não obstante se assinalarem as divisas em que esse direito ou licença (acción) se poderia exercer o terreno não se tornava propriedade privada, continuando sempre no domínio público. Entretanto, essa concessão deu origem a vários pleitos, como base primacial da propriedade territorial privada. As autoridades comunais arrecadavam o quinto dos gados extraídos pelos **accioneros,** podendo estes transaccionar o todo ou parte desse direito que se estendia hereditàriamente aos seus sucessores. [53]) Nos princípios do sé-

51) Idem, ibidem.
52) Trelles. *Rev. de la Biblioteca*. B. Aires, I, 22 e seguintes.
53) Trelles. *Rev. de la Biblioteca*. B. Aires, I, 22 e seguintes

culo XVII, quando os Jesuítas introduzem nas reduções do Uruguai os primeiros rebanhos que constituem o casco do gado riograndense, era accionero do gado correntino o português Manuel Cabral de Alpoim, cujo nome está ligado à história das Missões Jesuíticas neste território.

E o gado vicentino, que recebera pequena mescla de sangue peruano, um século precisamente (1534-1634) depois de entrar em São Vicente, atravessa o Uruguai e, mais tarde, fechando o périplo secular de sua marcha civilizadora, encontra-se com seus irmãos de origem e sobe novamente o planalto levado pelos paulistas até as feiras tradicionais de Sorocaba.

4. **Introdução do gado nas Reduções.**

Por falta de conhecimento do copioso material inédito que nos revela a preciosa **Colecção de Ângelis,** quase virgem de sistemática pesquisa, há larga controvérsia histórica em torno da introdução do gado no Uruguai, principalmente entre os autores platinos que têm perquerido esse sector da História Económica sul-americana. [54]) Só agora a divulgação documental que se vai fazendo dessas achegas imprime novas directrizes ao debatido assassunto.

Toda a documentação jesuítica, oportunamente referida, exclui completamente a hipótese, esposada pelos historiadores platinos, do lançamento de quaisquer quantidades de gado bovino no território hoje ocupado pelo Estado Oriental do Uruguai e pelo

---

54) Entre as melhores contribuições para a história da introdução do gado no Uruguai (Rio Grande inclusive) destacam-se os trabalhos dos Drs. Buenaventura Caviglia (hijo), do Uruguai, e Emilio A. Coní, da Argentina. O Dr. Caviglia assina: *Sobre el origen y la difusión del bovino en nuestro Uruguai.* Morales Hnos, Impressores. Cerrito 564 (Montevidéu), 1935, e dá a honra ao autor destas notas de dedicar-lhe esse interessante livro "en confraternidad sud-americana". O Dr. Emilio A. Coní tem já uma vasta bibliografia sobre o assunto, não só em trabalhos esparsos, como *La introducción del ganado vacuno en el Uruguai.* Boletín de la Junta de Historia y Numismática, 1929. Buenos Aires, um magnífico opúsculo: *Historia de las Vaquerías del Río de la Platá* (1555-1750), Madrid, Tipografia de Archivos. Olózaga, 1, 1930. Publicou também interessante achega a *Las siete vacas de Gaete.* La Nación, 8-XI-925. B. A.

Rio Grande do Sul, antes da introdução feita pelos Padres da Companhia.

Diz o Dr. E. A. Coní que o «gado existente nesta Banda (Oriental) provém das introduções feitas pelos Jesuítas, em suas Missões do Alto-Uruguai, nos anos de 1620 e seguintes, e de outras duas introduções feitas em 1611 e 1617 pelo governador Hernandárias, uma na ilha do Viscaino, no Uruguai, e a outra em Terra Firme, em frente a São Gabriel, no Rio da Prata». E em nota aduz provir a documentação quanto à segunda parte de «Información levantada em Buenos Aires a 12 de Julio de 1628. Traslado en el pleito entre Fernando Arias Cabrera con el Cabildo de Buenos Aires y la Compañía de Jesús. Buenos Aires 1729-1735. Archivo General de la Nación — Sección Tribunales. Leg. A 3».

Consta desse traslado uma declaração do próprio governador Hernandárias, em petição de 12 de Julho de 1628, em que diz ter há 17 anos recebido mercê das ilhas no Rio Uruguai em frente ao Rio Negro e acima de São Salvador, e que «ao mesmo tempo lancei numa ilha delas quantidade de gado vacum, e haverá dez anos lancei outras cinquenta cabeças, mais fêmeas e quantidade de cabras que trouxe de Córdoba de Tucumã...» «e neste mesmo tempo lancei em terra firme da ilha de São Gabriel neste Rio outras cinquenta vacas com quatro touros, etc.» Confirmam a declaração várias testemunhas entre as quais o capitão Pedro Gutiérrez que precisa ter Hernandárias mandado umas terneiras em barca às ditas ilhas em 1611 e mais em 1617, sendo governador, outras 50 mais, e também o mesmo número à terra firme de São Gabriel. [55])

Alguns historiadores fazem proceder dessas 100 vacas lançadas por Hernandárias, todo o gado que mais tarde se encontra na Banda Oriental do Uruguai. Entre estes, Ordoñana, cit. por Caviglia, [56]) sustenta que «nossos gados derivam dos cem ani-

55) Emilio A. Coní. *La introducción del ganado bovino en el Uruguai*, etc. Boletín de la Junta de Historia y Numismática Americana. Vol. VI. 1929. Buenos Aires, págs. 39 a 41.

56) B. Caviglia. *Sobre el origen* etc., 118.

mais vacuns que, trazidos por Hernandárias e desembarcados nele, desde então por esse motivo, [se chama] **Arroio das Vacas.**» [57])

Os Jesuítas não aceitam a tese. Negam mesmo houvesse Hernandárias introduzido gados na Banda Oriental, ou dos Charruas. Em um **Pleito sobre Vacarias,** em contenda com os vizinhos de Buenos Aires, que procuravam vaquear naquela Banda, encontram-se interessantíssimos informes sobre o assunto, focando-se mesmo o lançamento de gados feito por Hernandárias. «O Padre Jacinto Marques passou destas Missões a visitar as Vacarias, por ordem dos Superiores no ano de 1670, mais ou menos, e chegando a elas disse aos índios de sua comitiva — «Estas vacas que vedes não foram postas aqui por Hernandárias, que, embora as pusesse nesta banda do Paraná, foi em Entre-Rios que pôs vacas, cavalos e éguas, e aqui não vedes mais do que vacas, que foram deixadas pelos Padres da Companhia». E, erguendo uma cruz ali, voltou às Missões, a fim de dar conta do que vira. Essa cruz se conservava ainda ali no ano de 1680, sendo vista pelos primeiros índios que foram vaquear e pelos que foram ao assédio de São Gabriel. Estenderam-se estas vacarias dos Padres por toda a parte e encheram a terra não obstante alguns dizerem que para os lados de São Gabriel foram as vacas levadas por D. António de Vera. O Sr. Governador D. António de Vera veio com soldados espanhóis da cidade de Santa Fé ao assédio de São Gabriel e trouxe três carretões, boiada e vacas até o Uruguai: no Uruguai ou se acabaram as vacas dos espanhóis ou diminuíram, pois foram supridos com as vacas dos Padres. Pela outra banda do Uruguai vinha o P. Solinas com seus terços de índios e muito gado vacum; também do Japeju entrou outra quantidade de gado pedida pelo Governador D. António de Vera, e a tanto chegou a necessidade dos espanhóis que um deles quebrou a cabeça de um

57) Inaceitável a origem do topónimo. Há, no Rio Grande, como no Uruguai, inúmeros acidentes hidrográficos cuja deturpação toponímica leva ao étimo *vaca*, sendo no entanto anteriores à introdução do gado. *Vacacuan, Vacacuá, Vacacaí, Vacas*, e muitos. Mas convém ter em vista que *vaca, waca, yuaca*, são formas dialetais de línguas do tronco guaicuru, significando *água, arroio, corrente.* E eram de origem guaicuru, os índios que primitivamente povoaram as campanhas cisplatinas, como charruas, minuanos, iaros, mboanes e guenoas.

índio que não quis lhe dar uma vaca. Com as vacas dos Padres foi se mantendo o terço espanhol até chegar a São Gabriel, onde elas se acabaram. Por isto o P. Jacinto Marques, com 62 vaqueiros japejuanos, seguiu para vaquear nas vacarias dos Padres, porque naquelas partes não havia mais outras vacas, pois então ainda as vacas das vacarias dos Padres estavam nas cabeceiras do rio Santa Luzia e levou de 8.000 a 9.000 vacas para os terços espanhóis e tapes, muitas das quais ficaram por aquelas partes.» [58])

Voltaremos, ao tratar das vacarias, ao interessante pleito que nos dá um punhado de notícias inéditas e desfaz muita lenda sobre a introdução do gado no Uruguai.

Em uma carta do governador Francisco Naper de Lancastre, datada da Colónia, 6 de Dezembro de 1691, encontra-se outra origem para os gados do Uruguai. Diz este «que ao gado (da Colónia) tínhamos mais domínio que eles (castelhanos) por proceder este de umas vacas que o general Salvador Correia de Sá mandara lançar nas terras que V. M. lhe fez mercê entre o cabo de Santa Maria e Maldonado.» [59])

Plenamente de acordo com as razões expostas por B. Caviglia, [60]) pois toda a pesquisa não autoriza ratificar a asserção do governador da Colónia do Sacramento, [61]), somos de parecer que Salvador Correia de Sá não lançou gado nenhum nessas terras de que nem sequer tomou posse material, por si ou por seu neto e filho visconde de Asseca e João Correia de Sá.

Pode-se excluir também do casco inicial do gado uruguaio, como melhor se dirá no desdobramento destas notas, a pequena quantidade de cabeças deixadas por Hernandárias nas ilhas e Terra Firme. No pleito sobre **Vacarias** citado, diz em seu depoimento o P. João de Yegros que «o direito que alegam os espanhóis contra os índios é que Hernando Árias pôs vacas por aquela parte, sòmente as Missões novas dos Padres, vendo-se tão faltas de vacas foi pondo sobre as primeiras muita quantidade de vacas

58) B. N. Col. Ângelis. Mss. inédito, I, 29, 4, 10.
59) Castro e Almeida. *Invent.* B. N. Tomo XXXIX, 1921, verb., 1826.
60) B. Caviglia. *Sobre el origen* cit., págs. 37 a 48.
61) Aurélio Porto. *Terra Farroupilha. A donataria dos Assecas,* I, 103.

compradas, enchendo-se de vacas, com as agências dos Padres, aquelas terras.» [62])

Isto posto, lícito é afirmar que a origem de toda riqueza pecuária do Estado Oriental do Uruguai e do Rio Grande do Sul encontra-se no gado que os Jesuítas introduziram nas reduções. São eles os fundadores da nossa economia rural.

5. Gado bovino.

O Provincial P. Francisco Vásquez Trujillo fez em 1628-1629 uma visita às reduções recém-fundadas no Oriente do rio Uruguai. Depois de ter percorrido a região de São Nicolau e ido até Caró, onde ainda soavam os ecos do martírio do P. Roque González e cujos moradores pediam novamente Padres para restaurar a sua redução, foi pelos índios levado à aldeia de Tacã, à margem direita desse rio. Encontrou aí o povo magnìficamente disposto para receber o evangelho e erigiu uma cruz, demarcando a redução a que deu por invocação o nome de São Francisco Xavier, confiando-a aos cuidados do P. José Ordóñez.

Para solenizar essa fundação mandou o Provincial Vásquez Trujillo buscar, em 1629, de uma das missões do Paraná, uma dúzia de «vaquinhas para matar e dar-lhes carne, coisa que estimam sobremaneira». E' este o primeiro gado que se aproxima do grande rio, e de que se tem notícia. Em sua Ânua, datada de Itapúa, 30 de Outubro de 1629, consta o facto que registramos, com a tradução do tópico referente:

«Havia mandado trazer uma dúzia de vaquinhas para matar e dar-lhes alguma carne, coisa que estimam sobremaneira e era de ver o espanto e admiração que tinham ao vê-las, e embora estando encerradas, não se atreviam a chegar ao curral, e quando as tiravam ou levavam para encerrar subiam (os índios) sobre as casas não só por temor, como para vê-las melhor. E não era menor o espanto que mostravam em ver os cavalos, como sucedeu em Caró, pois só em ouvir relinchar o cavalo em que eu ia, se escon-

---

62) Pleito sobre vacarias com as cidades de Santa Fé e Buenos Aires. Mss. B. N. I, 29, 4, 40.

diam as meninas espantadas de ver coisa que jamais haviam visto.» [63])

Como estas vaquinhas, destinadas ao corte, é possível que outras, transposto o Uruguai, hajam entrado no território riograndense com o mesmo fim. Quando o P. Cataldino, a 5 de Agosto de 1633, chega ao local em que fundou a redução de São José, aí já encontrou, feito pelos índios, um pequeno curral para as vacas que esperavam. [64])

Mas, as primeiras referências das Ânuas a uma ou outra cabeça de gado bovino existente nas Reduções datam de 1633. Não passam de uma vaca leiteira, para suprimento dos Padres, de uma junta de bois e pouco mais. O gado que vai constituir o núcleo inicial dos rebanhos infindáveis da pecuária missioneira só entra em princípios do ano de 1634.

Conhecem-se de referências anteriores, na redução de S. Tomé, em fins de 33, uma vaca que acometeu um índio velho, «que tinha escondidas cinco mancebas». «Uma noite, ao sair de casa, por disposição divina, o estava aguardando uma vaca, a qual o maltratou muito bem e o deixou por morto no chão.» Morreu poucos dias depois, arrependido da vida má que levara, aproveitando os Padres a ocasião de mostrar os «secretos juízos de Deus, que castiga, nesta vida ainda, os maus e rebeldes.» [65]) Embora nada mais se possa acrescentar, por falta de indicação, é bem provável que nas reduções velhas, como São Nicolau, Candelária e outras, houvesse já número diminuto de vacas, sabendo-se que, consoante informação do Padre Nicolas Durán, Encarnación de Itapúa supria «as outras reduções com algumas vacas.» [66])

Em princípios de 1631, depois de ter socorrido os índios que baixavam de Iguaçu, levando-lhes por duas vezes o gado necessário para atenuar a fome que assolava os retirantes, o P. Cristóvão de Arenas foi mandado pelo Superior para as novas reduções que se erguiam no Tape. Chegou o Padre a Jesus-Maria,

---

63) Pastells cit., I, 450.
64) B. N. I, 29, 7, 25.
65) B. N. Mss. *Ânua do Padre Romero* de 16 de Maio de 1634. I. 29, 7, 25.
66) B. N. Ânua cit., I, 29, 7, 19.

que foi fundada em Novembro de 1633, «trazendo algumas reses» «para ajuda de custo dos Padres destas reduções novas», que conduziu «com grandíssimos trabalhos, que só o Padre era capaz disto, porque nem come, nem dorme, nem cuida de sua comodidade, ou distração, como se não fosse desta vida» [67])

Coincide, mais ou menos, com a entrada dessas «vaquinhas» do Padre Arenas, a primeira introdução, em maior escala, de gados transportados de Corrientes que, por ordem do Superior das reduções, P. Pedro Romero, faz no ano de 1634, o P. Cristóvão de Mendoza. Esse gado deveria se achar em São Miguel, d'onde seria distribuído para as outras reduções, em lotes iguais, como se depreende da declaração do P. Romero: «Como nesta Redução (de Apóstolos) provou tão mal o gado vacum, passei agora dois anos em São Miguel para esta Redução noventa e nove cabeças que são as que couberam de cada Redução de uma tropa de gado que eu e o P. Cristóvão de Mendoza passámos no ano de 1634; agora parece que em São Carlos se acha bem o gado, e nos Apóstolos também parece que se achou lugar a propósito para eles, a pedido dos Padres disse que o P. Crespo ou o P. Filipe [68]) fossem a São Miguel em 20 de Janeiro, que havia de estar ali; e assim dei ao P. Filipe, que foi por 140 cabeças, gado escolhido, que se olhe por ele e se abstenham por dois ou três anos de matar fêmeas, e terão depois para matar o necessário.» [69]) A data de 20 de Janeiro refere-se ao ano de 1635.

A quantidade desse primeiro lote de gado correntino, como se verifica da própria declaração do P. Romero, deveria orçar por 1.500 cabeças, tocando 99 a cada uma das reduções do Uruguai e do Tape. Mas, como depois se verá, houve reduções que receberam maiores quantidades, não só por terem melhores campos de pastagem como para constituírem reservas d'onde as outras oportunamente se iriam prover. Documento de outra origem eleva o número inicial da compra feita pelo Padre Romero em Corrientes a 3.000 cabeças mais ou menos. Para a aquisição desse

67) B. N. Ânua cit. Jesus-Maria, I, 29, 7, 25.
68) P. Filipe de Viveros, cura de São Carlos, Padre Adriano Crespo.
69) Ânua do P. Romero. Mss. B. N. I, 29, 7, 31.

corte de gado «empenharam os Padres os próprios livros e outras coisas, alfaias que tinham os Povos, e conseguido isto meteram esse número de cabeças de gado vacum naquelas campanhas tocando aos ditos povos centenas de cabeças, em igualdade, para fundar as suas estâncias.» [70])

Além do gado que o P. Cristóvão de Mendoza conduzira para São Miguel, a fim de ser distribuído pelas reduções em que houvesse campos com as condições exigidas para seu aumento, haviam sido, pelo Superior das Reduções, marcados novos lotes, em N. S. de los Reyes, especialmente para S. Xavier e Assunção, onde não se encontravam ainda postos de criação. Em Apóstolos, o P. Bosquier pretendia fazer uma estância e foi mesmo, para estabelecê-la, buscar algum gado, em Itapúa, mas, sobrevindo a peste de 1635, adoeceram os vaqueiros e não pôde, no momento, introduzir o gado que pagara adiantadamente. O mesmo sucedeu ao P. Doménech, de Candelária, que foi a Conceição buscar 200 cabeças e, chamado com urgência, só pôde trazer uma tropa de 90 reses, porque «a peste estorvou tudo».

Em sua preciosa Ânua de 3 de Abril de 1636, datada de Santa Maria, o P. Pedro Romero nos dá elementos magníficos e completamente inéditos sobre a introdução do gado no Rio Grande do Sul. [71]). Depois da compra feita em Corrientes, que foi o casco inicial da pecuária da região missioneira, começaram os Padres a «vaquear» o gado chimarrão da mesopotâmia parano-uruguaia, até que os accioneros daquela parte lhes intentaram alguns pleitos. Recomenda a todo o momento o Superior se tenha maior cuidado com as vacas, a fim de evitar desperdício que pode importar na extinção dos rebanhos. «E' tempo que se olhe pelo gado, para que se aumente, porque andar em contínuas vacarias é um trabalho e gasto muito grandes». E logo depois, referindo-se ao gado de São Carlos, nos informa «que está muito bem e

70) *Pleito sobre vacarias*, cit. Depoimento do P. Diogo Haze.

71) Ânua do P. Romero, citada, I, 29, 7, 31. Escrita de próprio punho do Superior e inédita, de caligrafia quase indecifrável, é um dos documentos mais informativos sobre a introdução do gado que se encontram na Colecção de Ângelis. Ressalta dele a importância que o grande jesuíta dava aos estabelecimentos da pecuária missioneira, como base de toda a economia rural e prosperidade material e espiritual das reduções.

que agora deu ao Padre outras 140 vacas que, se as conservam, começará a aumentar porque do contrário será um nunca acabar isto de vaquear e meter gado nas reduções, e que será conveniente tomar o Provincial providências enérgicas nesse sentido». Falando sobre o gado que mandou ficasse de reserva em Natividade, diz que «é necessário que V. R.ª (Provincial P. Boroa) encarregue ao P. Paulo (Benavides) que olhe por ele e que não se chegue a ele senão por ordem do Superior ou de V. R.ª principalmente agora em que já não há esperança de vaquear mais na vacaria de Japeju, devido à desgraça presente, como também pelos barulhos e pleitos, como se vê na vacaria de Corrientes. Podia V. R.ª escrever recomendando que olhassem pelo gado e que as Reduções que não tivessem de 200 cabeças de «vacas fêmeas acima», que não matassem fêmea nenhuma «que é certo que, se os Padres, com o gado que agora têm, não sabem conservá-los, que dentro de três anos podem matar quanto quiserem, porém se matam como até aqui é um nunca acabar.»

O exemplo de Guairá autorizava a prever dias bem dolorosos para as Reduções. Já em fins de 34 o Prov. Boroa recomendava ao P. Romero mantivesse algumas reservas de vacuns para suprimento dos que acudissem em defesa das reduções, «em caso que los portugueses viniessem a dar sobre ellas». Resolveu o Superior que esse gado fosse posto em Natividade, «por ser lugar a propósito e cômodo». Para isto mandou pôr ali «um golpe de ganado», 300 cabeças que «ficavam ùnicamente à disposição do superior para o dito fim», e «fique V. R.ª certo de que se dentro de três a quatro anos não puserem mãos nelas, haverá muito gado para acudir a qualquer necessidade».

Entrementes com severas ordens aos Padres sobre a conservação e fiscalização do gado que lhes ia entregando para as suas reduções, o P. Romero distribuía por todas não só as 99 cabeças do corte inicial, como outras quantidades que eram introduzidas. Ainda em fins do mesmo ano de 1634 deu ordem ao Irmão António Bernal «que me viesse alcançar em São Miguel para que dali levasse 120 cabeças do gado que está ali de Jesus-Maria, São Cristóvão e São Joaquim, o que foi difícil, e vindo caiu doente de um resfriado, em Natividade, mas já estava melhor. O irmão já es-

tava velho [72]) e como o principal fim de sua vinda é para a defesa das Reduções, é mister saber levá-lo e conservá-lo.» [73])

Destinadas às três reduções de Santa Teresa, Visitação e Caaycó [74]) pôs o P. Romero em Santa Ana e São Cristóvão mais 200 cabeças que foram mais tarde levadas para a primeira dessas reduções, constituindo, em parte, a origem da atual Vacaria.

Informa-nos o Superior em sua preciosa Carta Ânua: «A estância desta Redução é tão boa como qualquer das da Serra e o gado está muitas vezes bom, e o haver-se encontrado este posto se deve aos vaqueiros, que sentiam tanto que lhes levassem as vacas de sua terra, porque morriam de magreza, que andaram com elas provando ventura, até que Nosso Senhor lha deu topando com um posto que eles têm que estava não mais do que uma légua da Redução, e ali têm também os porcos e terão também 30 cabeças de cabras que estavam em São Miguel, e aos Padres lhes era pesado cuidar delas, e o P. Jiménez mas pediu e assim lhas enviei aos Apóstolos para que dali se as busque. Ao P. Jiménez levei comigo à Serra para que, já que tinha tão boa estância, trouxesse 200 cabeças de vacas que havia posto em depósito em Sant'Ana e São Cristóvão, e assim as levou, e são pro rata, pela quantidade, para as 3 Reduções de Santa Teresa, Visitação e o Caaycó, para quando houver Padres, que isso têm de princípio que não é pouco.» [75])

Além da quantidade de reses que tocara a São Carlos do Caapi, na primeira distribuição, diz o P. Romero que foi até ali em inspecção, tê-lo encontrado tão bem que resolveu dar ao Padre mais 140 cabeças, o que constituía já um excelente princípio para a estância daquele Povo.

Em São Joaquim, porém, em plena Serra, não se encontrou lugar apropriado para fazer campo de criação. Era a única redução das da Serra onde não havia lugar que prestasse nem se-

---

72) O irmão Bernal tinha mais de 60 anos e fora em companhia do irmão João de Cárdenas levado pelo P. Romero para a defesa de Jesus-Maria.

73) Ânua cit.

74) Visitación e Caaycó não chegaram a ser fundadas.

75) Ânua cit. I, 29, 7, 31.

quer para chácaras, sendo o seu gado levado para Jesus-Maria, onde havia excelentes campos de pastagem, que rivalizavam com os de Santa Teresa.

Japeju, N. S. dos Reis Magos, fundado a 4 de Fevereiro de 1627 pelo Padre Romero, foi pela sua situação geográfica «de máxima importância para os trabalhos da Companhia de Jesus», «porque garantia a conversão de toda essa província e dos do Rio Ibicuiti, que também faz parte dela, e nos fazíamos senhores do passo para subir e descer a Buenos Aires, coisa de suma importância para o governo e proveito destas reduções, pela brevidade do caminho comparado com o que se andava antes de abrir este». Assim justifica a sua fundação o P. Mastrilli Durán em sua Ânua citada. [76])

Na economia rural do Uruguai e do Rio Grande do Sul, na parte referente à fundação de sua pecuária, exerceu influência decisiva esse entreposto que se abria, transposto o grande rio, para as vastas campanhas do Sul. Não só os Jesuítas canalizaram por ali as primeiras entradas de gados de toda espécie que dão origem à nossa riqueza pastoril, como os jarós, charruas e outros, vadeando os seus passos com tropas inumeráveis de animais cavalares, enchem os pampas do sul de magníficos sementais de que procedem os nossos rebanhos equinos.

Mas, tudo isto importou em grandes sacrifícios até da própria vida dos índios designados para levar às Doutrinas o gado procedente das extensas vacarias daquela região.

E é do primeiro encontro sangrento entre os japejuanos que vão às vacarias e os jarós que estão passando os seus cavalos, no Uruguai, para bater os charruas, de quem são acérrimos inimigos, e dos quais mataram dois filhos de um cacique e outros índios, de que nos dá minuciosa notícia a célebre Ânua do P. Romero, largamente respigada.

São as primeiras vítimas da introdução do gado que, em par-

---

76) B. N. I, 29, 7, 19, em original autógrafo. Trad. Padre Rançonnier em latim. *Doc. para la Historia Argentina*, XX, 367 e seguintes. — Blanco. 625. — Jaeger, *Os Bem-aventurados Roque González...* pág. 186.

te, se destinava a suprir as estâncias recém-fundadas na margem oriental do Uruguai.

«No segundo dia de páscoa do Natal (26 de Dezembro de 1635) saíram de Japeju 190 pessoas com cavalos para trazer algum gado, destinado a essa redução. Estiveram um mês (nesse trabalho) e voltaram a 26 de Janeiro com o que haviam arrebanhado que «era uma boa tropa.» Surpreenderam-nos os jarós e perguntando-lhes os nossos se vinham resgatar, que estariam prontos para resgate. Mas eles responderam que não vinham resgatar senão vingar a morte de seus avós e de seus pais, que os índios lhes haviam morto em tempos passados. Em vista disto, consultaram entre si os de Japeju sobre que fariam; e o que ia por cabo lhes disse que o Padre lhes aconselhara que, em caso de perigo, deixassem as vacas e tornassem sem nada. Nhandaricá, Herando, Ygua e a gente de responsabilidade que ia com eles disseram que se tentassem fugir pareceriam culpados e os inimigos, que eram muitos, os cercariam e matariam a todos, e visto que iam com eles todos os cantores e muitos rapazes, seria melhor fazer-lhes frente e brigando (morressem os que morressem) dariam oportunidade a que escapassem os cantores, rapazes e os que não levavam armas. Resolvido isto, determinaram investir corajosamente e os primeiros que tombaram na luta foram Nhandaricá e um cacique de Mboig chamado Arapae. Generalizou-se a peleja e os jarós com suas pedras e flechas derrubaram 40 dos nossos que venderam bem caro suas vidas, porque suas flechas e facas mataram outros tantos jarós, entre os quais o seu cacique principal, por cuja morte se retiraram para chorar. A gente miúda (cantores, rapazes) durante a refrega se haviam metido em um pântano coberto de pastiçal e os jarós, enraivecidos e encarniçados, a fim de que não escapasse nenhum, puseram fogo ao pastiçal cercando o pântano e, dizem os que conseguiram fugir, que eram tres jarós para cada um deles.

«Mostrou N. Senhor sua paternal providência a estes pobres, mandando uma terrível tempestade de água que apagou o incêndio que durou até a noite, com que puderam escapar-se e chegar com estas tristes notícias a seu povo. V. R.ª poderá imaginar a dor, sentimento, tristeza e prantos que causariam tanto aos seus

como aos Padres a falta dos melhores e mais esforçados índios de uma redução que tem tão pouca gente como Los Reyes». [77])

O sucesso causou forte impressão em todas as reduções de uma e outra margem do Uruguai. Dizia-se mesmo, que os jarós se haviam confederado com os charruas, mbguas e guairamas a fim de assolar as aldeias cristãs. Acudiu logo o P. Romero a Jepeju, organizando a defesa para a qual acorreram índios de toda parte, sendo o capitão Nenguiru mandado a Buenos Aires, em busca de auxílio dos espanhóis. Não se confirmaram, porém, essas notícias, pois os jarós passaram os seus cavalos para a banda de Japeju para cair sobre os charruas, com os quais estavam em guerra.

Mas, como veremos, se em parte esses acontecimentos restringiram a introdução do gado bovino nas reduções do Uruguai, nesse ano, serviram, entretanto, para grande aumento dos rebanhos equinos nos pampas do sul, com a passagem das cavalhadas dos jarós, empenhados em guerra contra os charruas, que demoravam na parte meridional do Ibicuí. São esses encontros de índios, já tornados cavaleiros, no território cisplatino, que dão origem aos grandes rebanhos de cavalos que enchem os campos uruguaios e rio-grandenses.

O temor de novas refregas com os índios cavaleiros que cruzavam as vacarias parano-uruguaias, os pleitos que **accioneros** do gado da mesopotâmia intentavam contra os Padres, e os insistentes apelos do Superior, levaram os curas das reduções a cuidar com o maior carinho dos rebanhos de suas incipientes estâncias.

Todas as Ânuas registam boas notícias dos gados que lhes foram confiados. Só mesmo em casos de imperiosa necessidade, alimentação dos pestosos, etc., concedem os Padres permissão de abater uma ou outra rês, cuja carne é parcimoniosamente distribuída pelos índios.

Entre as reduções em que o gado mais prosperou conta-se a de Jesus-Maria, a cargo do P. Pedro Mola. Em sua Carta-Ânua de 22 de Outubro de 1635 informa este jesuíta que «os gados de vacas e porcos estão muito gordos e se vão muito bem aumen-

77) Ânua cit. B. N. Mss. I, 29, 7, 31.

tando, que guardam e fecham todos os dias sem que tenha faltado cabeça que saibamos.» [78]) Nesse mesmo ano, designado para superintender as reduções, ante a ameaça iminente dos feiticeiros que mataram o P. Cristóvão e os indícios da aproximação dos bandeirantes, chega a Jesus-Maria o P. Francisco Díaz Taño. Trazia consigo algum gado que passara com grande dificuldade para fundar novas estâncias. Mas, tal era a fome que assolava as aldeias que o Padre, para alívio dos famintos, foi sacrificando as «suas vaquinhas». Na célebre carta referida, parte cancelada pelo provincial, refere-se o P. Taño a essa provisão com que intentara aumentar os rebanhos das Missões, cujo sacrifício causou reparos ao Provincial.

Desejaria, diz, que o P. Provincial viesse até ali e visse «por seus próprios olhos a urgente necessidade dos enfermos para os quais se mataram essas vacas e que se não fosse um pouco de carne teriam morrido muitos, e direi que morrem de fome porque a fome é cruel, e os índios, índias e crianças não parecem senão esqueletos mortos, porque como os Padres de toda esta Serra resolveram destruir suas pequenas aldeias até arrancar o milho que nelas tinham semeado, e na chácara nova tudo secou, nada têm eles para comer, devido à imprevidência de querer reduzi-los antes que tivessem as suas chácaras.» [79])

Não obstante a imperiosa necessidade de socorrer os famintos e pestosos, nesses anos de calamidade, o gado que constituiu o casco inicial dos rebanhos de Jesus-Maria havia multiplicado grandemente. Além da quantidade extraída para suprimento dos retirantes, por ocasião da invasão das bandeiras, ainda ficam pelas matas algumas dezenas de cabeças de gado bovino, muito mais tarde ainda assinaladas nas margens do Jacuí e do Rio Pardo.

Em fins de 1636, quando o capitão António Raposo Tavares, à frente da primeira bandeira, investe contra as aldeias dos Padres da Companhia e destrói Jesus-Maria e outras, já havia nas campanhas missioneiras, a oriente do Uruguai, número superior

78) B. N. Mss. I, 29, 7, 28.
79) B. N. Mss. I, 29, 1, 53.

a 5.000 cabeças de gado bovino. Em depoimento prestado no pleito já referido, o P. Diogo Lezana, S. J., diz ter visto documentos jesuíticos que estavam em Japeju, referindo «que os Padres, antes dos mamalucos entrarem nos Povos, compraram 5.000 vacas com dinheiro da comunidade dos Padres sem outro motivo senão o de conservar os índios em cristandade naquelas Reduções.» [80])

O imprevisto da agressão dos bandeirantes e a fuga desordenada dos catecúmenos não .permitiram aos retirantes levarem o gado que nucleava as primitivas estâncias das Reduções. Respigam-se das Ânuas notícias de uma ou outra pequena quantidade de cabeças abatidas para suprir às necessidades alimentares dos índios, nessa ocasião, como também de uma diminuta porção sacrificada pelos bandeirantes.

Não consta que houvessem estes encontrado gado em Jesus-Maria, o que se explica pelo cuidado que os Padres teriam de encerrar em lugar seguro o pequeno rebanho que ali tinham, e que mais tarde se dispersou pelas matas e campanhas circunjacentes. Mas, quando chegaram a São Joaquim, donde saíra o P. João Agostinho de Contreras para acudir aos de Jesus-Maria, os bandeirantes se espalharam pelas roças e chácaras fazendo grande provisão de comidas e «matando umas vaquinhas que tinha.» [81])

Não deveriam de ser muitas porque o gado dessa redução fora em parte levado pelos índios que, juntamente com outros de Jesus-Maria, manifestaram vontade de se retirar para Candelária. Atendendo à solicitação determinou o P. Boroa que o P. Contreras e o Irmão Bartolomeu Cardenosa fossem acompanhar essa gente, «e fizessem levar algum gado vacum para que não lhes faltasse comida pelo caminho, como sucedeu, caminhando o gado ao passo da gente e parando quando ela parava, e se iam matando todos os dias as cabeças que eram necessárias para a gente e chusma que ia caminhando.» [82]) Mas, antes que chegassem a

80) Pleito cit., I, 29, 4, 10.
81) Carta Ânua original e autógrafa do P. Diogo de Boroa, B. N. Mss. I, 29, 1, 69.
82) Retirada do inimigo, crueldades etc., Mss. B. N. I, 29, 7, 29 (12).

Caró, acabaram-se as vacas, [83]), que não passariam de uma centena de cabeças.

Declararam os Padres Francisco Jiménez e João de Salas que ao abandonarem Santa Teresa, aldeia destruída por André Fernandes, ali deixaram quantidade superior a 500 cabeças de gado vacum. E' com este núcleo mais tarde reforçado, como se dirá, que se estabelece a Vacaria da Serra.

Feita a transmigração para a banda ocidental do Uruguai, em 1638, procuraram os Jesuítas suprir às necessidades imperiosas, determinadas pela mudança para outros postos, onde os índios não encontravam lavouras para sua alimentação. Resolveram os Padres comprar a Domingos Barbosa, grande **accionero** de Corrientes, 6.000 ou 7.000 cabeças de gado, o que não foi suficiente por ser de 15 a 20.000 o número dos que se mudavam. Para essa compra deram os Padres «o pano de algodão, alfaias que tinham as reduções». Terminado o suprimento determinou o Superior fosse «vaquear» um Padre e um Irmão, acompanhados de grande número de vaqueiros; mas, sabendo disto, o capitão Manuel Cabral de Alpoim, que arrogava a si o direito de **acción** nas vacarias de Corrientes, saiu com gente e tirou as cabeças de gado que já estavam em poder do Padre. Apelaram os Jesuítas para o governador D. Mendo de la Cueba, expondo as razões que tinham para «vaquear» naqueles campos, por opção do antigo **adelantado** D. João Alonso de Vera, fundador de Corrientes. A 3 de Agosto de 1638, o governador despachava a petição do procurador geral P. Tomás de Ureña, permitindo «que os índios pudessem vaquear o gado chimarrão que está entre as reduções do Paraná e Corrientes, para seu sustento por não ter outro, visto terem deixado suas terras, trabalhos e lavouras, vindo às terras destas províncias, fugindo dos portugueses...» Quanto ao gado pertencente aos **accioneros** deveriam os Padres indenizar as quantidades de que lançassem mão, «pelo direito que cada parte tem e assim o pro-

83) Pastells, II, 14. No documento citado se diz que até seu estabelecimento nas reduções novas mataram os retirantes 500 cabeças de gado vacum, a razão de seis por dia para alimentação dos índios.

vejo, atento ser obra tão pia, para que não pereça tal quantidade de almas.» [84])

Com essa resolução ficava a Companhia com o direito de se suprir de grandes quantidades de gados chimarrões com que iria estabelecer as suas vastas estâncias e lançar milhares de cabeças de gado vacum nos campos das taperas que ficavam na banda oriental do Uruguai, constituindo assim apreciáveis reservas para futura exploração pecuária.

Todos os documentos são contestes em afirmar a importância com que os Provinciais, Superiores e Curas das Reduções transmigradas para a margem direita do Uruguai, viam as reservas económicas que se multiplicavam indefinidamente nesses campos desertos e que seriam, 40 anos mais tarde, a razão principal da nova ocupação da terra com os Sete Povos de Missões.

Por várias vezes foram lançadas outras quantidades de gado nas taperas missioneiras. Em 1644 o Provincial P. João Baptista Ferrufino mandou se introduzissem aí mais alguns milhares de cabeças de gado escolhido, proibindo terminantemente entrassem os índios a vaquear na margem esquerda do Uruguai. De um depoimento do P. João de Yegros consta que por ordem dos Padres Provinciais foram levadas muitas vacas para as taperas dos antigos povos, e que «segundo alguns chegaram a 15.000 vacas as que foram introduzidas». Em todo esse tempo, foram proibidos os índios de entrar nas vacarias», «para que o gado se multiplicasse para bem destas Missões.» [85])

Em auto de perguntas sobre vacarias, lavrado em Candelária, a 1 de Julho de 1716, referente ao pleito intentado contra os moradores de Buenos Aires, informa o Irmão Joaquim de Zubeldia, da Companhia, «que ouviu muitas vezes dizer os Padres antigos que em uma das reduções do Tape, chamada Sant'Ana, tinham os índios tapes de 5.000 a 6.000 vacas, e no povo situado na mesma Serra do Tape, chamado Apóstolos, tinham 4.000 vacas, e no dito chamado Santa Teresa tinham 400 cabeças de ga-

84) B. N. Mandado de D. Mendo de la Cueba. Original. B. N. Mss. I, 29, 1, 90.

85) Pleito sobre vacarias cit.

do vacum, quantidades que deixaram nas ditas reduções por não poderem transportá-las quando perseguidos pelos mamalucos e fugindo de suas contínuas invasões, roubos e hostilidades, se viram obrigados a desamparar seus sítios, para salvar suas próprias vidas, as de suas mulheres e filhos.» [86])

Em seu depoimento no Pleito sobre vacarias, o P. Policarpo Dufo, religioso da Companhia, informa que «há muitos anos (antes de 1686) referiu-lhe um tenente de cavalos que havia saído da cidade de Buenos Aires a uma corredoria pelas campanhas (do Rio Grande) por ordem do Sr. General D. José de Herrera, que no tempo do Sr. D. José Martínez de Salazar, [87]) presidente que foi da Real Audiência de Buenos Aires, saiu também a outra corredoria e que chegando ao Rio Grande chamado Ayui ou Yeyui (Igaí, Jacuí) que desemboca no mar, descobriu por aquelas campanhas grande multidão de vacas chimarronas, todas de cor, e que vinham outras muitas baixando pela costa do dito rio e que tendo o dito tenente de cavalos dado essa notícia ao dito Sr. D. José Martínez de Salazar, foi este falar ao P. Cristóvão de Altamirano, que ia embarcar como Procurador Geral dos primitivos Padres fundadores das Doutrinas, consultando a matéria, disse que essas vacas haviam sido procriadas de **quatrocentas vacas leiteiras** que deixaram os Padres quando se retiraram por ocasião da invasão dos portugueses mamalucos de São Paulo, desde cujo tempo se multiplicou em grande número de procriações, até esse tempo»... [88]) Eram provàvelmente oriundas dos currais de Jesus-Maria e principalmente dos campos de São Miguel, dispersadas mais tarde com as incursões dos bandeirantes. E às mesmas ainda estes se referem quando, em 1659, informam índios das Missões que fugiram de São Paulo, que os ouviram dizer que viriam pela Laguna até o Igaí, «como camino más breve y menos embaraçoso, y del dicho rio venirse en breve a las dichas

86) Informação sobre as vacarias do mar. B. N. Mss. I, 29, 3, 103.
87) D. José Martínez de Salazar governou de 28-VII-1663 até 1674. D. José de Herrera Sottomayor governou o Rio da Prata desde 11-VI-1682 até 1691.
88) Pleito sobre Vacarias cit.

doctrinas sin necessidad de matalotage, **por las muchas vacas** que dicen ay.» [89])

Uma indicação interessante ressalta de quase todos os depoimentos e informações sobre o gado missioneiro, para melhor identificação de sua origem, é a cor de sua pelagem. Todas as referências são uniformes. O P. Dufo, como vimos, diz que todas as vacas «eram de cor». De «color oscura», acrescentam os mais. O P. João de Yegros nota que «naquelas partes do mar sòmente se viam essas vacas de cor.» Refere o P. Domingos Calvo que D. José de Garro mandou uns espanhóis vigiar a outra banda e voltaram dizendo «que haviam vistos vacas em ditas campanhas e muitas de cor», informando o P. Cristóvão Altamirano que procediam das que os Padres Curas das Reduções haviam deixado quando fugiram às invasões bandeirantes. Quando da expedição que funda a Colónia do Sacramento, no Prata, D. Manuel Lobo, em carta que dirige ao Rei, datada da Cidadela de Sacramento, a 12 de Março de 1680, diz que se deteve «na ilha de Maldonado, situada na embocadura deste rio, 23 dias», em cujo tempo pôs «alguma gente em terra para especular o que nos fosse possível naquele território no qual vimos uma quantidade de gado vacum **todo de cor escura,** e de corpo grande, pelo que se viu em dois ou três touros que se mataram, não podendo ser por então mais, porque a terra é toda descoberta e difíceis as incursões». Era um gado bravio que fugia de muito longe e que continuava, como se viu de uma embarcação que se adiantou, chegando pela parte de Norte até junto a Montevidéu.» [90])

Denuncia essa pelagem predominante, de cor escura, o gado fusco, [91]) piratiningano que, com o vermelho teriam sido origem,

---

89) Traslado de la declaración de los indios que vinieron de S. Pablo etc. B. N. Mss. I, 29, 2, 53.

90) B. N. Col. de Ângelis, I, 31, 12. Traduzida para o espanhol e retraduzida pelo autor. Publicada pela primeira vez pelo Coronel Jónatas Rego Monteiro em sua *Colónia do Sacramento*. Doc. n. 2, II vol.

91) *Fusco*, adj.: escuro, tirante a negro. António de Morais e Silva. *Dic. da Língua Portuguesa*. 1ª edição. Lisboa, 1813. Como vimos, juntamente com o vermelho era o fusco um dos pelos mais apreciados nos rebanhos piratininganos. Havia mais o pintado, o barroso e *alvação*. "Alvação: Alvadio, tirante a branco. Boi alvação dizemos cada dia." Morais, *Dic.* cit.

com a introdução das «sete vacas de Gaete», dos rebanhos assuncenhos.

Em magnífico trabalho o Dr. Prudencio de la C. Mendoza [92]) diz que os bovinos da expedição de Salazar de Espinoza, isto é, o gado dos irmãos Góis, procedente de São Vicente, e que constituíram o casco fundamental da pecuária do Paraguai e do Prata, pertenciam à raça andaluza e ibérica de Sansón. Tem por caracteres zootécnicos grande corpulência, boa alçada, sistema ósseo grandemente desenvolvido, cabeça volumosa, aspas bastante grandes e se singulariza pela grande sobriedade na alimentação. Sua pelagem é muito variada: vermelho claro, tostado e escuro, pouco leiteiro, mas bom para a produção de carne. E agrega: «Desta raça se deriva o vacum crioulo ou raça primitiva indígena que adquiriu condições superiores em seus caracteres zootécnicos, conformação e aptidões à andaluza. As condições mesológicas favoreceram a formação de variedades da raça bovina crioula nos territórios rio-platenses, podendo-se dizer que constituem raças aperfeiçoadas com relação à sua primitiva origem».

Zootécnicos nacionais confirmam esses caracteres do **gado crioulo** do Rio Grande, idêntico ao do Uruguai. Silva Neves, dando-lhe o nome de **Colónia,** ou **Colonão,** cujo «nome evoca uma Colónia, porventura a do Sacramento», diz que é «a raça de ouro dos nacionais, considerada a primeira do mundo». «Filia-se por cruzamento às raças introduzidas pelos colonizadores, do tronco aquitânico, do ibérico, do batávio, do atlântico e indubitàvelmente do jurássico (**Bos braquicephalus** e **Bos frontosus**), predominando o primeiro e quiçá o último». Caracteriza-se esse gado pela corpulência acima da mediana, cabeça comprida e estreita, cornos de grande desenvolvimento, de comprimento excessivo, na variedade alentejana, pelame flavo. Raça dolicocéfala segundo o método de Sansón, eumétrica, de perfil convexo, longilínea, pelo método de M. Barón. Gado laranjo, segundo a classificação popu-

92) Dr. Prudencio de la C. Mendoza. *Historia de la Ganadería Argentina.* Buenos Aires. Talleres gráficos argentinos. L. J. Rosso. Sarmiento 779, 1928, pág. 28.

lar. Conhecido pelo nome genérico de Franqueira, tem em Goiás e Mato Grosso o de Pedreira e crioulo no Rio Grande do Sul. [93])

6. **Gado equino.**

Os primeiros cavalos introduzidos no Prata foram os que, em sua expedição, para fundar Buenos Aires, trouxe D. Pedro de Mendoza, em 1535.

Conseguira o **adelantado** licença especial para embarcar em suas naus «100 cavalos e éguas», destinados a serviço e cria. [94]) Não estavam, naturalmente, computados neste número os cavalos de guerra, de propriedade privada, trazidos pelos oficiais, dos quais alguns transportavam mais de um animal de sela e combate. E isto se evidencia da nota de Paul Groussac que, referindo o justiçamento de João Osório, no Rio de Janeiro, assinala que «dos cavalos que trazia» este oficial um foi vendido por 200 cruzados. [95])

Quase todos os homens de condição que acompanhavam o governador tinham permissão especial de levar os seus cavalos. Cédulas reais, datadas de Valhadolid, 20 e 21 de Julho de 1534 [96]) recomendavam a Allard Bouton, Alayn, os Douvrin, Elodio Boisey, etc. e permitiam levar seus cavalos para o Rio da Prata.

Ao deixar Espanha D. Pedro de Mendoza consignou ao seu representante ali, Martim de Orduña, alguns milhares de ducados para custeio das naus de reabastecimento, além de outra «que Orduña concertou com Sancho Martín, de Cádiz, para levar 80 homens e alguns cavalos».

São essas as principais notícias sobre a introdução dos primeiros equídeos que aparecem no Prata, cuja colonização, segundo Groussac, «acabara de caracterizar-se pela relativa abundância de cavalos de guerra e a ausência absoluta, nesta primeira viagem

93) António da Silva Neves. *Origem provável das diversas raças que povoaram o território pátrio.* São Paulo. 1918.
94) Cédula Real, de 22 de Agosto de 1534. *Anales de la Biblioteca.* Tomo VIII, pág. 62.
95) P. Groussac. *Mendoza y Garay,* pág. 118, n. 1.
96) Archivo General de Indias. Apud. Groussac. Anales. III.

ao país da fome, de gado vacum ou menor, e até de grãos para sementeiras». [97])

De chegada à terra, que iam povoar, encontraram os espanhóis índios hostis que não deixaram levar por muito tempo, adiante, os seus trabalhos de fixação e colonização. E em encontros consecutivos se destacam, como arma de guerra, os cavalos dos oficiais que combatem contra os selvagens. Aos outros animais, trazidos para serviço e cria, não se referem, senão vagamente, as crónicas da época. Mas parece ter havido grande quebra do número inicial consignado, pois «é sabido que Mendoza trouxe de Espanha 72 cavalos e éguas», além dos de guerra a que se referem Rui Díaz de Gusmán e outros antigos cronistas do Prata.

Aos primeiros dias de chegada ao estabelecimento começaram os conquistadores a fazer resgate com os índios, especialmente os guaranis das ilhas, que lhes forneciam peixe e outras vitualhas. Mas logo depois aproximam-se os índios pampas que, por poucos dias, comunicaram com os espanhóis, rompendo após as hostilidades, que por longo tempo perduraram.

Produziu-se, então, o choque em que pela primeira vez usaram os espanhóis de seus cavalos de guerra. Para castigar os índios. que dias antes haviam atacado a alguns povoadores saiu da cidade D. Diogo de Mendoza com 300 infantes e 30 ou 40 homens de cavalo. Encarniçado o combate, que resultou desastroso para os expedicionários, assinalando-se também a ocasião por um acontecimento que surpreendeu grandemente os espanhóis. Sabiam eles do terror pânico que o aparecimento dos equídeos determinara entre os índios peruanos, como constava das notícias das expedições dos conquistadores do Norte. Mas os pampas, como se estivessem familiarizados com essa terrível arma de guerra, que era a cavalaria, não demonstraram medo algum, tratando, ao contrário, de inutilizá-la com outra arma terrível de que iam ter conhecimento prático os conquistadores. Diz o autor da biografia de D. Pedro de Mendoza «que ficou imediatamente inutilizado o pelotão de cavalaria, que formava a vanguarda, pelas boleadoras dos pampas que, travando o animal, faziam rodar por terra os ginetes, que

97) P. Groussac. Op. cit., 74.

eram ultimados com certeiros golpes de clava ou de bala perdida.» [98]) D. Diogo de Mendoza e a maior parte dos cavaleiros que o acompanhavam morreram assim vitimados pelas boleadoras certeiras dos pampas.

Segundo Ruy Díaz de Gusmán «Sancho del Campo e Francisco Ruiz Galán recolheram a gente «que por todos fueron ciento cuarenta de a pié y cinco de a caballo», [99]) mas, como alguns destes vinham feridos gravemente não puderam resistir à distância, à falta de água, morrendo de sede e fome, de sorte que não escaparam mais do que oitenta homens que se recolheram a Buenos Aires.

Em seguida confederaram-se os índios para dar assédio à incipiente povoação. Morreram mais 30 homens, sendo incendiados com flechas inflamadas alguns ranchos de palha. O que, porém, mais torturou a população foi a fome que chegou a determinar extremos de canibalismo, pois, como refere Ruy Díaz, talvez com exagero, «comiam uns os excrementos dos outros», «y los vivos se sustentaban de la carne de los que morian y aun de los ahorcados por Justicia.» [100])

Os enforcados a que alude o autor de **La Argentina** foram três indivíduos que roubaram e comeram «un rocín» (cavalo pequeno e fraco), o que prova o cuidado em que eram tidos os cavalos que haviam escapado à sanha destruidora dos pampas.

Despovoada Buenos Aires, com a fundação subsequente de Assunção do Paraguai, para onde vão os seus remanescentes, ficam ali, alguns sementais equídeos, que dão origem a uma produção incalculável, mais tarde encontrada nas planuras vastas das margens meridionais do Prata.

Ruy Díaz, o criador da lenda das «sete vacas de Gaete», diz proceder essa produção de «cinco éguas e sete cavalos», que ali ficaram da expedição de Mendoza, o que parece, como observa o historiador da expedição [101]) propositadamente «para fazer jogo» com as de Gaete. Mais exacta deve ser a informação do Pa-

98) Groussac. *Mendoza y Garay*, cit.
99) Ruy Díaz de Guzman. *La Argentina*, 44.
100) Idem, ibidem, 46.
101) P. Groussac. Op. cit.

dre Frei João de Rivadaneyra na «Relación de las Províncias del Rio de la Plata» quando afirma que ficaram em Buenos Aires, «grandíssima quantidade de cavalos que ficaram ali desde o tempo de Dom Pedro de Mendoza, que há quarenta e cinco anos (deixou) quarenta e quatro cavalos e éguas, que se multiplicaram desusadamente.» E o tesoureiro Montalvo, em uma de suas cartas, informa que em fins do ano de 1585, quando da segunda fundação de Buenos Aires, cobriram seus campos mais de 800.000 cabeças de animais cavalares, quantidade que se justifica, tomando como base a informação de Frei Rivadeneyra. «As cinco éguas de Guzmán não dariam mais de 4.500 cabeças», segundo o cálculo do autor de **Mendoza y Garay.** [102])

Nas primeiras entradas feitas pelos conquistadores do Prata parece não terem estes levado cavalos. Consta mesmo que João de Ayolas mandara preparar uma espécie de carruagem para ser conduzido em sua primeira penetração pelo sertão paraguaio, mas esta seria tirada por índios que para este fim levaria. [103]) O mesmo sucede nas incursões de Domingos de Irala e de João de Salazar, que fundou Assunção em 15 de Agosto de 1537. Os primeiros cavalos, segundo se presume, devem ter ido para Assunção em 1541 com os últimos povoadores de Buenos Aires que, levando quanto tinham, foram ali conduzidos por Irala. Entretanto, é possível, embora sem referência que autorize a afirmá-lo, que antes disto alguns espanhóis que ali se localizaram houvessem introduzido alguns sementais, justificando a suposição a quantidade de animais cavalares que, mesmo antes da introdução dos equídeos de Cabeza de Vaca, aparece na nova capital do Prata. Não está com isto de acordo Aníbal Cardoso, historiador argentino que, defendendo a tese do **equus americanus,** autóctone do pampa, em brilhante estudo, [104]) assinala que os povoadores de Buenos Aires passaram para Assunção sem levar suas cavalga-

---

102) Idem, ibidem, pág. 507, n. 1.
103) Enrique de Gandía. *Historia de la conquista del Rio de la Plata y del Paraguai.* B. Aires, 1932, 58.
104) A. Cardoso. *Antigüedad del cavallo en el Plata.* Anales del Museu de Buenos Aires, 1911, pág. 26.

duras, tendo estas sòmente sido ali introduzidas por Cabeza de Vaca, em 1542.

Da capitulação deste **adelantado,** feita em Madrid, 15 de Abril de 1540, consta que Alvar Núñez Cabeza de Vaca se comprometia a gastar 8.000 ducados na aquisição de cavalos, mantimentos, vestidos, armas e munições. [105]) Quando aportou à ilha de Santa Catarina, donde pretendia atingir por terra Assunção, desembarcou Cabeza de Vaca 26 cavalos sobreviventes de 46 animais cavalares que embarcara em São Lúcar de Barrameda. A 2 de Novembro de 1541, levando 250 homens e aquele número de equídeos, [106]) e mandando o resto de sua gente por mar, com a esquadra que deveria subir o Rio da Prata, o **adelantado** se pôs em marcha. Chegando ao rio Iguaçu fez o governador embarcar parte de sua comitiva em canoas, enquanto o resto seguia por terra com os cavalos. Deixando ao cuidado de Núfrio de Chávez que, mais tarde, desempenha papel relevante na economia do Prata, com a introdução de novas espécies de gado, especialmente de gado menor, atinge Cabeça de Vaca a nova capital, onde fez sua entrada em 11 de Março de 1542.

De chegada a Assunção, seduzido pelo mistério do desconhecido e pelas notícias das grandes riquezas que havia, resolveu fazer uma entrada, que levou a efeito com quatro bergantins, seis barcos, 20 balsas e mais de 200 canoas, levando alguns cavalos e muitos índios amigos. Atingiu Candelária e depois de ir à terra dos Guatos, chegou ao porto dos Reis. [107]) E' a primeira expedição em que se faz referência a animais cavalares no Paraguai.

Vários sucessos políticos determinaram a queda, prisão e deportação de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, que é substituído por Domingos Martínez de Irala. Organiza este nova entrada indo até a governação do Peru, a cuja capital mandou o capitão Núfrio de Chávez oferecer ao presidente La Gasca, em luta contra Pi-

105) *Anales de la Biblioteca*, tomo VIII.

106) Ruy Díaz, na *Argentina*, diz que foram "500 h. e 20 cavalos", pág. 66. Southey, Hist. do Brasil, 1°, 164, diz que foram 30 cavalos, mas confirma terem saído de Santa Catarina sòmente 26. E' este o número que o próprio Cabeça de Vaca nos dá em seus *Comentários*.

107) *Argentina*, 71.

zarro, o auxílio do Paraguai. Voltando a Assunção, além de conduzir as primeiras ovelhas e cabras que entram no Prata, Núfrio de Chávez, a quem acompanham mais 40 homens do Peru, traz novo reforço de animais cavalares, aumentando assim consideràvelmente os rebanhos equinos do Paraguai, que recebem por cruzamento o sangue dos sementais peruanos.

As entradas que se sucedem levam mais longe os cavalos de Assunção. Na que realizou Irala, conhecida por «mala entrada» e para a qual saiu da capital paraguaia em 18 de Janeiro de 1553, levou «ciento y treynta hombres de a caballo y dos mil indios.» [108] Guzmán eleva a 600 o número de animais cavalares, o que não é de admirar por se tratar de montadas para 130 homens. Diz que, publicando-se a entrada para que se alistassem os que quisessem ir a ela «se ofereceram muitas pessoas qualificadas, capitães e soldados, que por todos foram 400 e mais de 4.000 índios amigos, com os quais saiu de Assunção pelo rio e por terra em bergantins, baixéis e canoas em que levavam os víveres e vitualhas e mais de 600 cavalos.» [109]

Entretanto convém assinalar ser esse número excessivamente elevado para a escassez de cavalos que ainda se notava em 1551. Refere D. Félix de Azara que, neste ano, o capitão Irala comprou no «Paraguai um caballo morcillo pie de cabalgar alzado y algo blanco en la frente a Antonio Pasado por quatro mil pesos de oro, de 450 maravedies cada uno». [110] Quando morreu em fins de 1556 deixou conforme ainda Azara, «em sua chácara que estava onde se acha o Presídio de São Miguel, 24 cabeças de gado vacum e outras tantas de cavalar». [111]

Observa Fulgêncio Moreno que «as autoridades intervieram desde o princípio na procriação do gado, assinalando os animais que deveriam servir de reprodutores, cujos donos cobravam, por cada potrilho ou potranca que nasciam das éguas, a quarta parte

108) *Anales de la Biblioteca*, cit., IX, 311.
109) Ruy Díaz. *La Argentina*, 95 — Vide *Doc. para la Hist.* etc. Blas Garay.
110) *Descripción Histórica*. Cod. Mss. B. N. I, 16, 2, 6. Cópia manuscrita original da obra *Geografia Espérica*, publicada por Schuler, da qual difere em vários capítulos.
111) Azara. *Descripción Histórica*, cit.

de seu preço. Os melhores pastores e éguas pertenciam ao **adelantado.**» [112]) Conhece-se, em 1552, uma única mula, em Assunção, procedente do Peru. Pertencia ao governador Irala, «e adquiriu, depois, certa notoriedade como exemplar único e cavalgadura predilecta do impetuoso bispo de la Torre». [113])

Com a expansão assuncenha, de que é um dos maiores pioneiros esse incomparável povoador que foi Núfrio de Chávez, começa a disseminação dos sementais equídeos pelas regiões mais distantes. Em Julho de 1567, em uma grande entrada que promove até a província dos Xarais, leva Núfrio grande quantidade de gados maiores, que deixou a cargo dos índios que lhe mereciam confiança. Teve o comandante vários encontros com os naturais que feriram e mataram «mais de 40 espanhóis e cento e tantos cavalos e 700 índios amigos». Vítimas de flechas envenenadas morreram, em 12 dias, 19 espanhóis, 300 índios e 40 cavalos.» [114])

Fundando Santa Cruz de la Sierra em 1560, depois de choques violentos com Andrés Manso, que baixara do Peru para a mesma conquista, Núfrio de Chávez leva para ali, de Assunção, apreciável quantidade de animais cavalares, que constituem o casco dos rebanhos equídeos da região que recebe, mais tarde, novas reservas de cavalos do Peru. Em companhia do general ia Hernandárias de Saavedra, nome profundamente ligado à pecuária do Prata, e «fué el primero que metió ganado bacuno en la dicha província.» [115])

Em 1580 cabe a João de Garay fundar a segunda Buenos Aires. Quando os novos fundadores penetram nas campanhas transplatinas um espectáculo assombroso aí se lhes depara. As manadas de éguas, as tropas de cavalos, em estado selvagem, procedentes dos animais que deixara D. Pedro de Mendoza, parecem «ao longe montanhas que se movem», no dizer dos cronistas da época. O tesoureiro Hernando de Montalvo estimava essa produção em 800.000 cabeças.

---

112) Fulgêncio B. Moreno. *La ciudad de la Asunción.* B. Aires. Librería J. Suarez. Libertad, 236, 1926. *Orígenes de la Ganadería.*
113) Idem, ibidem.
114) Ruy Diaz. *Argentina,* 120.
115) Luís Enrique Azarola Gil. *Los orígenes de Montevideo,* cit. pág. 204. Relación de los servicios de Hernandárias de Saavedra.

Para a fundação de Santa Fé e outras povoações, que vão se erigindo na província do Paraguai, segundo Fulgêncio Moreno, saíram de Assunção entre 1582 e 1588 cerca de 4.000 cavalos.

«A expansão de gado para o sul da província se inicia em 1573 com a fundação da cidade de Santa Fé. Os primeiros cavalos, em número de 55, segundo o feitor Pedro Dorantes, foram levados de Assunção pelos povoadores da nova cidade, correspondendo a seu fundador, João de Garay, a introdução do gado vacum, igualmente de procedência assuncenha. Aos poucos anos, novas partidas de gado tornavam a sair de Assunção para o repovoamento de Buenos Aires e fundação de Conceição e São João de Vera das Sete Correntes. Para o povoamento desta última cidade, Alonso de Vera levou consigo 190 homens, 1.500 vacas e igual quantidade de cavalos.» [116])

Procedem daí os rebanhos de éguas e os cavalos que dão origem à pecuária rio-grandense, e que produzem esse tipo de selecção que é o cavalo crioulo, notável pelas suas qualidades de escol. Vêm de troncos raciais da Andaluzia. Em todos os tempos não houve animais tão famosos como os celebrados cavalos andaluzes. Raízes profundas determinam-lhe a nobilíssima estirpe. Sete séculos antes da invasão dos árabes, quando Cartago e Roma disputavam a posse da península ibérica, vieram de todo orbe conhecido os mais finos exemplares equinos. Depois, com a dominação dos árabes, foram introduzidos os mais puros sementais de suas terras, agindo por cruzamento nas raças superiores que encontraram já na Andaluzia. As Cruzadas, que sucedem, trazem também reprodutores das melhores coudelarias da Europa. Carlos V introduz cavalos da Alemanha e da Hungria e D. João d'Áustria outros finíssimos exemplares da Ásia, provàvelmente árabes, com que se montam as reais coudelarias de Córdoba. [117]) Mas fica predominando o tipo árabe, geralmente denominado «cavalo espanhol», ou mais pròpriamente, «andaluz». Pertencem também a essa origem, que «é a raça mais antiga, mais

116) Fulgêncio Moreno. *Op. cit.*

17) D. Pedro Pablo de Tomar. *Causas de la escasez y deterioro da los caballos de España*. Madrid. 1792, pág. 194.

nobre e mais pura do mundo», [118]) grande parte dos cavalos introduzidos no Brasil, e no Peru, o que faz com que as primitivas raças cavalares que povoaram inicialmente a América do Sul, se assemelhem todas por traços característicos comuns.

«Aproximando-se do estado selvagem, diz Emílio Adet, [119]) e sendo de novo abandonados a si mesmos, nos campos e nos pampas, subtraindo-se por assim dizer ao domínio do homem e deixando de estar sujeito aos seus cuidados e à sua influência modificadora, todos esses cavalos, qualquer que seja a província em que viveram, devem ter voltado ao tipo primitivo dado à espécie pela natureza. Ora, está hoje perfeitamente demonstrado que as raças não devem os caracteres que as distinguem senão à influência do clima, do terreno e dos alimentos». Subsistem, no entanto, mau grado esses agentes exteriores, as características específicas das raças no que tem de melhor, e daí a excelência do cavalo crioulo que povoa as grandes planuras e pampas do extremo Sul.

Dois são os principais agentes da introdução do cavalo na Banda Oriental do Uruguai. Ao Norte do rio Ibicui, os Jesuítas que, para seu uso exclusivo e, mais tarde, para cria, introduzem cavalgaduras e éguas que se encontram em número apreciável no território, que constitui o depois Estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Pela parte meridional do Ibicuí, onde começam as grandes Campanhas do Sul que se dilatam até o vizinho Estado Oriental do Uruguai, a introdução do nobre animal deve-se aos índios cavaleiros que, mais ou menos, na mesma época, passam as suas grandes cavalhadas para combater outras tribos inimigas como mais detidamente se dirá.

E' Hernandárias de Saavedra, cujo nome está profundamente vinculado à economia das províncias do Prata, e que povoou de gados os campos da mesopotâmia parano-uruguaia, o primeiro branco que a cavalo cruza os pampas a Oriente do Uruguai, de que se tem positiva notícia.

Em carta a el-Rei, de 5 de Maio de 1607, comunica este governador ter determinado «para segurança desta cidade (Buenos

118) Emílio Adet. *O cavalo*. Rio de Janeiro, 1858, pág. 50.
119) Idem, ibidem.

Aires) passar este ano que vem com alguma gente e cavalos e correr a outra banda que chamam dos charruas, e pôr alguma gente em um porto que se descobriu em uma paragem que chamam Montevidéu.» [120])

À frente de 70 soldados partiu Hernandárias, de Santa Fé, na primavera de 1607, conduzindo umas 20 carretas e algumas canoas e, depois de atravessar a actual província de Entre-Rios, vadeou o Uruguai em ponto ainda não identificado, mas que «por fundadas conjecturas permite-se situar entre Salto e Paissandu», segundo Azarola Gil. Determinando que sua gente, costeando o rio, seguisse para o Sul, Hernandárias volveu a Buenos Aires, para atender certas imposições administrativas, cumpridas as quais tornaria a encontrá-la em ponto prèviamente determinado. Voltando, como prometera, e incorporando-se à expedição, que estava nas proximidades da actual cidade de Montevidéu, empreende nova marcha para o interior do País, rumo Norte, tendo lutado várias vezes com índios hostis que queriam embargar-lhe o caminho.

Impressionou-o «o espectáculo das terras que havia descoberto» e descrevendo-as «não vacila em qualificá-las como as melhores de toda a governação». Campos fertilíssimos banhados de arroios, com magníficas quebradas, lenhas e madeiras para construção, ofereciam todas as facilidades para a multiplicação de gados. «E procurando facilitar o meio» de povoá-lo, «reclama do monarca a remessa de homens solteiros de Castela, familiarizados com a criação de gados, que formariam seus lares com moças paraguaias, cujos dotes constituídos por gados prontos a ser transportados à nova província seriam a base da riqueza geral.» [121])

Nessa expedição, durante mais de seis meses, esteve no território circundado pelo Uruguai, indo até o salto desse rio, nas proximidades do rio Ibicuí, d'onde voltou ao seu governo.

Mas, desta passagem pela banda dos charruas, não consta

---

120) L. E. Azarola Gil. *Los orígenes de Montevideo*, cit. 28. Seguimos o relato do historiador oriental, que publica toda a documentação sobre o assunto. Esta ocorre também no tomo I da *Rev. do Museu Paulista*. S. Paulo, 1922.

121) Azarola Gil. *Op. cit.*, 31.

ficasse animal de espécie alguma deixado por Hernandárias, se bem que seu admirável projecto de povoamento tivesse por base o lançamento do gado bovino. Ainda em 1611 e 1617, quando do debatido lançamento de animais bovinos na ilha de São Gabriel e Terra Firme pelo mesmo governador, excluem as referências qualquer notícia sobre a introdução de equídeos. O P. Jacinto Marques, na citação já feita, diz que Hernandárias «pôs vacas, cavalos e éguas» em Entre-Rios «e aqui (no Uruguai), não vedes mais que vacas que foram deixadas pelos Padres da Companhia.» [122]) Esta declaração é de 1670, época em que ainda diminuta seria a quantidade de animais cavalares nos pampas da Vacaria do Mar, restrita sòmente às manadas dos índios cavaleiros, que demoravam nas proximidades das suas toldarias.

Com os Jesuítas, que transpõem o Uruguai para fundar as reduções primitivas, entram alguns animais cavalares. Conhecido é nas crónicas antigas «o cavalo do Padre Roque» que, por ocasião do martírio desse venerável sacerdote, foi levado por um dos caciques. Sentindo a falta do cavaleiro o animal deu sinais evidentes de pesar. E quando pronunciavam o nome do dono «relinchava tristemente.» [123]) Não consentia que o cavalgassem, mas um índio, vestindo a batina do Padre, conseguiu subjugá-lo. Convencidos de que este animal não lhes serviria, os índios mataram-no a flechadas. Deu-se isto em fins de 1628. Para quem conhece o apego do nobre animal ao cavaleiro, o facto é perfeitamente explicável.

OBSERVAÇÃO. Além deste cavalo houve no Caró mais dois, trazidos pelo R. Roque, em que fugiram os dois meninos paranás, levando a notícia do assassínio dos Padres Roque e Afonso ao P. Romero, cura da Candelária. (Os bem-aventurados Roque..., 2ª ed., p. 244.) (L. G. J.)

Outro cavalo que atravessa todo o território rio-grandense e vai morrer nos atoladouros de Ibia, na bacia do Caí, depois de remontar às alturas da Serra do Nordeste, é o de outro mártir e introdutor do gado no Rio Grande do Sul, P. Cristóvão de Mendoza, como fica historiado.

---

122) Pleito sobre vacarias. V. neste Cap. pág. 267.

123) C. Teschauer. *Vida e obras do Ven. P. Roque*, cit., 89, V. também P. Luís G. Jaeger, *Os bem-aventurados Roque*, 2ª ed., 278-79.

Ainda por ocasião do martírio do P. Roque o capitão Manuel Cabral de Alpoim e outros espanhóis e soldados, que acorrem em defesa das reduções, trazem todos as suas cavalgaduras de guerra, indo até Caró, teatro desses trágicos sucessos. Entretanto, no ano seguinte (1629), observava o Provincial Padre Francisco Vásquez Trujillo «o espanto que mostravam de ver os cavalos, como sucedeu em Caró, pois só em ouvir relinchar o cavalo em que eu ia, se escondiam as meninas, espantadas de ver coisa que jamais haviam visto.» [124])

Relatam as Ânuas a existência de algumas cavalgaduras, «poucas e péssimas», para serviço dos Padres já em 1633. Quando o P. Pedro Mola foi fundar Jesus-Maria deram-lhe um cavalo para fazer a viagem até as margens do Rio Pardo, mas, tão fraco que teve de fazer a pé a maior parte do trajecto, pois «como as cavalgaduras que por aqui temos são poucas e más, a que o Padre levava era tal que foi forçoso que ele fosse a maior parte do caminho a pé, com uns calores excessivos, perseguido de tavões (= moscardos) que lhe davam muito boa ocasião de merecer.» [125])

A cria de animais cavalares inicia-se nas reduções do Uruguai em 1634. Com o gado bovino, introduzido neste ano pelos Padres Cristóvão de Mendoza e Pedro Romero, entram também algumas dezenas de éguas escolhidas e bons reprodutores, trazidos dos campos de Corrientes para nuclear o casco do equídeo a Oriente do grande rio.

O primeiro lote de que se tem notícia é levado para São Nicolau, onde se encontram excelentes campos de criação e boas aguadas, capazes para tão útil ramo da incipiente pecuária missioneira.

Segundo informa o P. Pedro Romero, Superior das Reduções, em sua citada Ânua, em 1635 já as éguas de São Nicolau haviam produzido 40 crias, e estavam «o que se pode desejar de gordas». Destinara também outros lotes para todas as reduções da Serra, sendo que destes, 10 ou 12 estavam em Natividade. «As éguas

---

124) Pastells, cit., I, 450.
125) Ânua de Jesus-Maria, cit., I, 29, 7, 25.

estão aqui (São Nicolau) muito boas, e temos do ano passado umas 40 crias, também as que estão em Natividade, que são dez ou doze, estão como se pode desejar de gordas... as cavalgaduras não faltarão às Reduções, assim para o andar dos Padres como para levar as provisões, com que se costumam carregar os índios.» [126])

Referindo-se, na mesma Ânua, aos animais cavalares que haviam posto em Natividade, acrescenta o P. Romero: «Já escrevi a V. R. como as éguas que estavam repartidas para as Reduções da Serra as coloquei nesta redução, que serão até 15, e todas estão com as suas crias, e elas estão lindas e se hão de aumentar muito querendo Nosso Senhor.»

São essas as principais referências que se encontram nos documentos jesuíticos da época, relativamente à entrada do gado equídeo nas reduções. Além de outras quantidades não referidas, mas que é certo teriam passado para as reduções do Uruguai e do Tape, encontramos aí quase uma centena de éguas, cuja primeira produção se eleva a 55 crias. E quando, três anos depois, premidos pela invasão bandeirante, Padres e índios empreendem a retirada para além-Uruguai, vultosa deveria de ser já a produção que ficou pelos campos rio-grandenses. Não consta de toda a documentação existente levassem os Jesuítas, em sua transmigração, gados de quaisquer espécies, o que seria mesmo difícil, pela demora que acarretaria o vadear o Uruguai, quando o pânico que se desencadeara sobre as suas aldeias aconselhava precipitar a fuga que os poria a salvo da sanha bandeirante.

Em 1637 quase todas as reduções da Serra tinham as suas manadas de éguas e cavalos de que se serviam os próprios índios. Refere o P. Pedro Mola, voltando à tapera de Jesus-Maria, já destruída pelo capitão Raposo Tavares, em Março desse ano, que «um moço vindo de seu Povo a cavalo», passou por um rancho onde havia uma velha que morria de câmaras, e deu aviso ao Padre que a baptizou, bem como a outros atacados da mesma peste. [127])

126) B. N. Ânua dirigida ao Prov. Padre Diogo de Boroa, datada de 3 de Abril de 1636. Mss. Col. Ângelis, I, 29, 7, 31.

127) Carta do Padre P. Mola de 24 de Março de 1637, escrita na tapera de Jesus-Maria, I. 29, 1, 66.

Em outra ocasião noticiaram ao cura da redução que numa aldeia distante, assolada pela peste, morriam alguns índios não baptizados ainda. Mas era tão longe que não seria possível chegar a tempo de socorrer os enfermos. E o Padre, em suas orações invocou a protecção de Deus. Que Nosso Senhor lhe mandasse um cavalo!... E não terminara a súplica quando, montado por um índio, num galope desabalado, estaca à frente da igreja o animal que milagrosamente o Senhor conduzira à sua porta. Quase sem explicações ao cavaleiro, monta e corre pelo campo afora, chegando a tempo de enviar ao céu as pobres almas infiéis...

Foram os guaicurus do Sul, mais tarde conhecidos por índios cavaleiros, os principais fautores da introdução do cavalo nas campanhas que se estendem ao sul do rio Ibicuí, dominadas primitivamente pelos guenoas e seus afins (charruas, jarós, minuanos, boanes e outros).

A introdução do gado cavalar e vacum no Rio da Prata modificou completamente os usos e costumes desses índios. Desde então usaram o cavalo e se fizeram destríssimos em seu manejo. Adoptaram como principal alimento a carne dos potros e das vacas, abandonando a caça e pesca em que anteriormente consistia a sua alimentação, pois não conheciam a agricultura. «A qualquer hora que fosse, o que tinha fome, tomava um pedaço de carne, o espetava em um assador de pau, que fazia girar sobre o fogo, como os nossos campeiros fazem hoje com o **churrasco**, e o comiam tranquilamente sentados de cócoras.» [128]) Conseguindo também o ferro adoptaram logo, como arma, lanças de três metros e meio de comprimento e flechas pequenas, cujas pontas, em vez de serem de pedra como anteriormente, passaram a ser de metal, para o que usavam arcos de barrís. A única arma que continuaram a manejar, de efeitos terríveis, foi a boleadora de dois ramos, que levavam atada à cintura. Tornaram-se logo exímios na equitação. «Sabiam combater montados a cava-

128) José H. Figueira. *Los primitivos habitantes del Uruguai*. Montevidéu. 1822, pág. 27. V. Azara. *Viaje a la América*, I, 154. António Serrano. *Etnografía de la antigua provincia del Uruguay*. Paraná, 1936.

lo e alinhados, assim como empregar a carga de lanças. Usavam de um estratagema que constava em se deitarem sobre o dorso do animal ou sobre um dos lados, não deixando ser percebidos ao longe e, desta sorte, aproximavam-se do inimigo fazendo-lhes as suas cargas terríveis.» [129])

As primeiras notícias que se conhecem de contacto de índios do Sul com animais cavalares, que não lhes causam grande surpresa ou pavor, remontam aos dias da introdução do equídeo em Buenos Aires por D. Pedro Mendoza. Aníbal Cardoso, defendendo a tese da existência do **équus americanus,** cavalo autóctone do pampa, diz «que os índios querandís conheciam o cavalo selvagem americano», que caçavam com boleadoras para alimentar-se com sua carne e não podiam temer a arremetida daqueles dóceis e intumescidos corséis de guerra que haviam visto desembarcar dos navios de Mendoza. «E acrescenta que um dos povoadores, F. Vilalta, em carta afirma que «eram os índios ligeiros e destros «en atar los caballos con las bolas que traían». Foram os espanhóis que vieram-lhes ensinar esse outro aspecto que não conheciam do aproveitamento do cavalo como arma de guerra e meio de transporte. [130])

E que os índios do Sul não temiam os cavalos como sucedeu no Peru, basta referir que, em 1547, em Assunção tentaram os aborígenes roubar 80 cavalos e éguas que lhes foram retomados pelo capitão João de Salazar. Mas, a primeira notícia que se conhece de índios equestres é transmitida por Madero que assinala já em 1566 a existência de querandís, selvagens do Pampa, montados a cavalo, servindo-se de sua terrível arma de guerra — as boleadoras.

O uso do cavalo vai-se generalizando entre as tribos campeiras, principalmente nas vastas planuras das campanhas em que proliferam as eguadas silvestres, ou chimarronas, depois penetra com os povoadores Paraguai acima até as longínquas paragens do Chaco, e se espraia a Oeste indo esbarrar nas elevações sub-an-

---

129) João Cezimbra Jaques. *Assuntos do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, 1912, pág. 7.

130) Anibal Cardoso. *Op. cit.*

dinas. Há, mesmo, nações que se caracterizam pela sua adaptação rápida aos exercícios equestres. Entre estas os guaicurús, cujos ramos extremados no Prata tornam-se cavaleiros por excelência.

Segundo Azara, os primeiros cavalos que tiveram os mbaias foram poucos e ordinários, roubados uma noite nas imediações do Povo de Ipané, em 1672. Gostaram deles e, voltando ao mesmo Povo, fizeram novo roubo levando também algumas éguas. [131])

E' possível que os guaicurús, como refere Rodrigues do Prado, tenham havido seus primeiros cavalos em roubos feitos aos espanhóis, nos tempos iniciais da conquista, pois, «bem pode supor-se que não houveram por permutação por terem na sua língua nomes próprios, tendo aqueles que têm havido de nações civilizadas, conservado o nome próprio que têm entre as nações de quem houveram.» [132]) No Mato Grosso, onde têm o seu «habitat», «tornam-se terríveis para com os outros selvagens e mesmo para os paulistas que não saíam sem grande levada», receando encontrá-los em campo limpo, pelo modo com que eram acometidos. · Quando os guairurus os viam, ajuntavam os cavalos e bois e, cobrindo os lados, os apertavam de sorte que, com a violência com que iam, rompiam e atropelavam os inimigos e eles com a lança matavam quantos encontravam por diante. Para fugir a estas arremetidas os paulistas se entrincheiravam nos matos, matando-os a tiros. [133])

Todos eles tinham pelo cavalo grande estima. Usavam desde logo marcá-los, como faziam os espanhóis e não só debuxavam no próprio corpo a marca de seus cavalos como, quando morriam, o seu cavalo de maior estimação, em que era levado a enterrar-se, era também morto e ali ficava junto ao corpo de seu dono. Os minuanos do Rio Grande do Sul usavam como marca de seus cavalos um X encimado por um $I = \frac{I}{X}$ [134])

---

131) D. Feliz de Azara. *Geografía Física del Paraguay*. 380.
132) Francisco Rodrigues do Prado. *História dos índios cavaleiros ou da nação guaicurú*. Rev. Inst. Hist. Bras. Tomo I, 22, 29, V. N. B.
133) Idem, ibidem.
134) *Hostilidades dos Guenoas contra os Tapes*. 1705. B. N. Mss. I, 29, 3, 69.

Foi com a introdução do cavalo na mesopotâmia argentina que os guaicurus do Sul começaram a utilizar esse animal. A primeira referência que se conhece da passagem de cavalhadas para a banda dos charruas, a Oriente do Uruguai, nos dá o P. Pedro Romero em sua preciosa Ânua de 1636, [135]) largamente respingada.

Em Janeiro de 1636, voltavam os japejuanos de uma arreada de gados que haviam feito nas vacarias de Entre-Rios quando, ao se aproximarem da margem ocidental do Urúguai encontraram os jarós em atitude guerreira. Tinham estes índios suas toldarias ao sul de Japeju, na margem ocidental do Uruguai e conduziam sua cavalhada para vadear o grande rio e dar combate aos charruas de quem eram inimigos, e que já lhes haviam morto alguns índios de sua tribo. Os charruas, por sua vez, também passavam cavalos para a guerra contra os jarós. Foi nessa ocasião que encontraram os índios japejuanos, que voltavam com grande quantidade de vacas para seu Povo e dando sobre estes os destroçaram, matando 40 cristãos, como fica historiado.

Preciosa indicação a dessa notícia do P. Romero. Seriam estes os primeiros cavalos introduzidos na banda dos charruas, por estes próprios índios ou pelos jarós que com esta guerra ficam ali e têm contínuas refregas, neste território, com seus afins? Segundo a cartografia antiga, nessa época, ocupavam os jarós a faixa de terra que fica entre a margem direita do Uruguai e a margem esquerda de seu afluente, antigo rio Malaguai (Gualeguaichú), e os charruas o território fronteiro, na Banda Oriental (Banda dos Charruas). [135ª]) O mapa de L'Isle (1703), feito de acordo com as indicações de Techo e Ovalle, já coloca os «jarós errantes» entre o Tibiquari e o Rio Negro, à margem esquerda do Uruguai, território que teriam ocupado nessa entrada de 1636.

Não erraremos por muito, assim, aceitando o decénio de 1630-1640, que coincide com a introdução do gado pelos Jesuítas, ao Norte, com as das eguadas e potros que os jarós e charruas

---

135) B. N. I, 29, 7, 31.

135ª) V. Mapa de Carrafa (1647), Mapa do Padre Luís Ernot e outros: Rio Branco, Furlong (Cartografia Jesuítica), etc.

trazem da velha província de Entre-Rios para o sul da Banda Oriental. Mas, esta introdução não constituiria ainda casco de grande propagação do equídeo, sabendo-se que esses selvagens se alimentavam especialmente de carne de cavalo, não obstante terem esse animal em grande conta como sua melhor arma de guerra nos descampados do Pampa, e que o couro nas toldarias substituiu, em suas casas portáteis, as paredes e tectos que eram de palha.

7. Origens do gado menor.

Com excepção do suíno, que tem por origem, no Prata, alguns casais transportados em 1535 para Buenos Aires na armada de D. Pedro de Mendoza, o gado menor que entra na governação do Paraguai procede do Peru, onde foi introduzido em 1548.

Foi nesse ano, com o socorro ao presidente La Gasca, em luta com Gonçalo Pizarro, que à frente de um bando revolucionário, se insubordinara às determinações reais, desembarcou o marechal Alonso de Alvarado na baía de São Mateus, conduzindo cavalos, bestas, ovelhas e cabras de procedência espanhola, os primeiros que ali aparecem, pois, consoante cronista da época, «en aquel tiempo aun no había en aquella comarca vacas, ovejas, ni cabras, porque en esta sazón se comenzaban a criar.» [136])

Pouco tempo depois, procurando ligar a província do Paraguai por comunicação directa à governação do Peru, o general Domingos Martínez de Irala, que sucedera ao governador deposto Cabeza de Vaca, promove uma entrada até aquela longínqua região, afim de auxiliar, também, no que fosse possível, o presidente La Gasca. Mas, motivos de ordem administrativa, e motins que desinquietavam Assunção, determinaram a volta de Irala à sua capital. Como representante de seu governo seguiu para o Peru o capitão Núfrio de Chávez, desobrigando-se dessa missão.

Em 1549, em companhia de mais 40 espanhóis que, do Peru

136) Diego Fernández. *Primera parte de la Historia del Perú*. Madrid. 1914. (Publicada pela primeira vez em Sevilha em 1571). Tomo II, 344.

se trasladavam para Assunção, voltou o capitão Núfrio de Chávez, trazendo apreciável quantidade de cabras e ovelhas, as primeiras que entravam no Paraguai.

Não foi fácil o transporte desse gado pela distância considerável e caminhos ínvios que teve de percorrer. Refere Ruy Díaz de Guzmán que numa noite em que estes aventureiros estavam cercados por milhares de índios dispostos a atacá-los, começaram a balir as cabras e ovelhas, o que lhes infundiu tal pavor que fugiram todos, julgando ser os espanhóis que se preparavam para assaltá-los. E isto livrou a gente de Núfrio de sofrer o ataque dos selvagens. [136a])

Dez anos depois, em 1569, com o bispo de la Torre, que volta do Peru, em companhia do general Filipe de Cáceres, preposto do **adelantado** João Ortiz de Zárate, novos rebanhos de gados menores entram em Assunção. Pela grande proliferação das ovelhas e cabras, dentro de pouco tempo, Assunção se torna o empório fornecedor desse gado a todas as mais cidades que se vão fundando no Prata.

Corrientes, Santa Fé, Buenos Aires, recebem daí os primeiros sementais que são cascos originários dos grandes rebanhos lanares que se disseminam em seus campos, óptimos para a criação de ovelhas. Quando o general João de Garay funda a última destas cidades, em 1580, para ali transporta, além de grande quantidade de gado vacum, que é distribuído pelos povoadores, outra não menor de ovelhas e cabras. E é desta origem que procedem os rebanhos de gado menor que os Jesuítas introduzem, por via de Santa Maria do Uruguai, em suas reduções do Rio Grande do Sul, em 1634, como veremos.

Preocupação constante, desde a fase inicial da fundação de suas Missões no Paraguai, revelaram os Padres em prover os ameríndios de roupas que, cobrindo-lhes a nudez, contribuíssem também para resguardá-los do frio intenso que sentiam em certas regiões, obrigando-os a se manterem inactivos em épocas hibernais. Encontrando entre os guaranis a cultura do algodão, procuraram intensificá-la, dotando-a de meios racionais de desen-

---

136a) *Argentina* — 91.

volvimento. Os próprios Jesuítas construiram os primeiros teares para melhor fabrico do pano e ensinaram os índios a tecê-lo. Foram os primeiros alfaiates e costureiros dos Povos, introduzindo as longas camisolas para os homens e vestidos para as mulheres.

Quando em 1638 se deu a transmigração das reduções do Uruguai e Tape, sob a pressão dos bandeirantes, grande era a quantidade de pano de algodão tecido nas aldeias, pois, como vimos, em troca de 6.000 a 7.000 vacas compradas a Manuel Barbosa, de Corrientes, deram os Padres «o pano de algodão e alfaias das reduções.»

Mas, o clima exigia agasalhos melhores. E estes só poderiam ser conseguidos com a nova indústria de lanifícios que os Jesuítas procuram logo introduzir e intensificar em suas Missões.

Todas as Ânuas estão cheias de referências à introdução do gado lanar de que formam mesmo um entreposto de aprovisionamento às aldeias que vão fundando nas margens do Uruguai.

Promissores resultados lhes havia dado a cria de ovelhas nas primeiras reduções que estabeleceram no Guairá, Paraná e outros lugares. Em sua Carta Ânua de 1615 o provincial P. Pedro de Oñate fornece um punhado de notícias interessantes sobre a introdução do gado lanar em N. S. do Loreto, na província do Guairá. Em 1614, havia levado para ali algum gado vacum e ovelhum e plantado uma vinha. «E foi N. S. servido de deitar suas bênçãos sobre tudo isto, porque se tira leite, e se fazem queijos e requeijões, se colhe arroz, trigo e com o mel dos canaviais acudimos a estes pobres.» [137]) As ovelhas e cabras foram para ali transportadas pelo rio, com um mês e meio de trabalhoso trajecto. [138]) Eram 30 cabeças, além de outras compradas em Maracajú. Três anos depois, nas reduções de Loreto e Santo Inácio «já havia mais de 100 vacas, 120 cabras parindo duas e muitas a três; 80 ovelhas, e deram 30 crias, — bezerros, 13 ovelhas e 9 cabras. Havia ali 150 porcos. As vacas deram manteiga e as ovelhas e cabras leite com que se faziam queijos e com a man-

137) *Documentos para la Hist. Argentina.* Tomo XX. *Iglesia.* II, 36.
138) Idem, ibidem, II, 50.

teiga se mantém a lâmpada do Santíssimo que existe na redução de Loreto». [139])

Com o desenvolvimento desses rebanhos ia-se aproveitando a lã para fabricação de tecidos. O mesmo se dava nas reduções do Paraná, onde já havia regular quantidade de gado ovelhum, levado de Assunção. Junto aos Colégios, em 1617 e anos seguintes, foram estabelecidas estâncias de gado de toda a espécie, que prosperavam a olhos vistos.

Fundadas as reduções do Uruguai e do Tape e ante a premente necessidade de socorrê-las, tratou logo o Padre Pedro Romero de promover ali a introdução do gado, não sendo de menor importância a de cabras, ovelhas e porcos. Designou então, em 1630 mais ou menos, o P. Vicente Badia, cura da redução de los Reyes de Japeju, para ir a Buenos Aires adquirir um lote de ovelhas e cabras que deveria constituir o casco desses rebanhos para suprimento às novas reduções de ambas as margens do Uruguai. Em companhia do P. Vicente foi o índio Jaguareça que, mais tarde, relatou ao P. Diogo de Salazar as dificuldades da travessia desse gado e do temor que todos tinham de serem assaltados pelos jarós, por cujas terras era necessário passar para atingir Japejú. Deu-lhe ânimo a fé sempre viva do P. Vicente que, nas horas de perigo, levantava-lhes a coragem ante a ameaça constante de sacrificarem a própria vida. Deus os socorreu, e conseguiram chegar sãos e salvos a Japejú trazendo «as ovelhas para lã destes índios com que procuramos vesti-los e cobrir sua nudez.» [140])

Duas léguas acima de Japejú, à margem do Uruguai, foi encontrado um posto, cuja localização e pastagem pareciam atender às exigências de um entreposto de criação lanar. «Cuida delas (ovelhas) o Irmão Eugénio Valtodono [141]) com interesse, aplicação e zelo destas almas e com não menor edificação dos que vemos o que padece entre esta gente, cúja língua não sabe por ser já velho e de muita idade e por isto lhe custa muito ter de

---

139) Ânua do Padre Oñate. *Iglesia*. I, 148.
140) Ânua do Padre Romero, cit. B. N. I, 29, 7, 25.
141) O Irmão Engénio Valtodono, natural da Itália, é um dos primeiros Irmãos da Companhia que vai para o Paraguai, pois aí já se encontrava em 1609. Teria, em 1630, perto de 70 anos de idade.

lhes falar e ordenar o que hão de fazer; mas Deus N. Senhor, por cujo amor o faz, lhe favorece a ajuda prosperando e multiplicando o seu gado. Com ùnicamente uns poucos de «frisoles» [142]) com água, não se preocupando com as coisas desta vida, para ajudar e cooperar na salvação destes índios.» [143])

Mas ante as constantes ameaças do gentio, principalmente os jarós, que acossavam os vizinhos japejuanos, resolve-se mudar mais para o Norte o campo de criação de ovelhas, entre as reduções de Conceição e Santa Maria, que se trasladara do Iguaçú para a margem direita do Uruguai em 1633. Visitando-o mais tarde chegou o Padre Romero à conclusão de que esse local também não atendia às condições exigidas para o desenvolvimento do rebanho. Só em 1635 havia este acusado já uma perda de 400 cabeças, devido aos inconvenientes da localização. Tratou, então, de escolher novo posto a meia légua da redução de Santa Maria, em direcção a São Xavier, sendo para aí transportadas as ovelhas em 4 de Abril de 1636.

E' o que informa em Ânua desta data: «Não é possível advertir-se todos os inconvenientes dos princípios, e assim, embora tenha escrito a V. Rª. (sobre) a bondade do posto das ovelhas entre Conceição e Santa Maria onde a terra aprovou, morreram mais de 400. Também como a estância estava entre os dois arroios de Aracapiragua e Anhongui que com qualquer aguaceiro enchiam terrìvelmente, não dando passagem por alguns dias, chovendo, ficava o bom Irmão Valtodono encerrado sem poder passar para assistir à missa, e nem ter o que comer, e se ela o colhia em alguma redução não era possível passar à estância, e faziam os ovelheiros o que entendiam. Para evitar esse tão grande inconveniente procurei um posto a meia légua da redução de Santa Maria para São Xavier, onde actualmente estou ajudando o Irmão a fazer os currais e amanhã, quatro deste (Abril), estarão as ovelhas neles e espero com o Senhor que se acharão bem porque o posto é apropriado e o Irmão viverá na Redução com o P. Clavijo e terá tudo que é mister e pode acudir à estância com

142) Uma espécie de feijões indigenas.
143) Ânua referida B. N. I, 29, 7, 25.

descanso. Os ovelheiros são casados aqui e como estão entre a redução e suas chácaras, com suas mulheres, não há inconveniente nem dificuldade de se lhes dar de vestir. [144])

Em nova inspecção que fez aos currais de Santa Maria, o Superior achou que «a parição das ovelhas havia sido boa, mas como estavam fracas devido à caminhada, elas e suas crias haviam sofrido um pouco». Encontrou, nessa ocasião, 2.000 cabeças de ovelhas, e que, se nesse ano aprovasse o posto escolhido, elas teriam grande desenvolvimento. [145])

No ano seguinte, 1637, resolveram os Jesuítas dar maior incremento aos rebanhos lanares, pois sensível era na estação invernosa a falta de vestuário para os índios, devido à escassez de lã para movimentar os teares que se haviam estabelecido em todas as reduções. O Superior destas, que era então o P. António Ruiz de Montoya, deu ordem ao P. Pedro de Espinosa, cura de Caró, fosse com uma boa escolta de índios e um vaqueiro espanhol, comprar um lote de ovelhas em Santa Fé. Conseguiu o Padre reunir 1.600 cabeças e as conduzia com os maiores trabalhos, vadeando, em balsas, rios cheios e atravessando caminhos quase intransponíveis quando foi pressentido por índios infiéis guaiquirenses, ao atravessar o Paraná. Já havia pasado a metade das ovelhas, 800 cabeças, e estava com os de sua comitiva dormindo quando os infiéis cairam sobre eles de surpresa, sendo o P. Pedro Espinosa morto a golpes de tacape. Poucos índios conseguiram escapar ao morticínio. [146]) Ocorreu a morte em 3 de Julho de 1637, na província de Itatines, e o P. Pedro Espinosa ficou no hagiológio jesuítico como o primeiro mártir do gado lanar. [147])

Foi em 1634, juntamente com o gado maior trazido pelo P. Cristóvão de Mendoza, que se fez a introdução, nas reduções do Uruguai, de ovelhas, cabras e porcos. Ficaram ao princípio em São Miguel, donde foram mais tarde distribuídos pelas outras re-

144) B. N. Mss. I, 29, 7, 31.
145) Idem, ibidem.
146) *Iglesia*. I, 759.
147) Matias Tanner. *Martírio do Padre Pedro Espinosa*. 499. .V. neste biog.

duções, inclusive as da Serra. Em sua Ânua de 1635 o P. Romero já faz referência a vacas e porcos que estão na redução de Jesus-Maria, «que estão muito gordos e se vão muito bem aumentando». [148]) Em Santa Teresa há grande quantidade de porcos e 30 cabeças de cabras, que foram transportadas de São Miguel. Em São Nicolau há um pequeno rebanho de ovelhas e ali se teve já excelente pano.

Com a invasão dos bandeirantes e a dispersão e transmigração dos Povos para a banda ocidental do Uruguai devem ter ficado em toda essa vasta região alguns sementais de gado menor, muito embora não se encontrem referências a respeito desses núcleos iniciais de procriação.

Só mais tarde, com o estabelecimento das estâncias dos Povos, intensifica-se a criação do gado menor, como se dirá oportunamente.

8. Vacarias.

O étimo «Vacaria», que fica entre os topónimos do Rio Grande do Sul, assinalando uma de suas regiões, a Nordeste do Estado, designou, inicialmente, o lugar em que se encontravam quantidades de gado selvagem ou chimarrão. Dizia-se também da acção de abater grandes porções de animais bovinos para o aproveitamento do couro, e gorduras, «fazer uma vacaria, ou vaquear.»

Ao Sul, no território da actual República Oriental do Uruguai, ficavam as Vacarias do Mar,, que se estendiam desde o litoral atlântico até o rio Uruguai. A mais antiga, formada naturalmente pela dispersão geográfica do primeiro gado abandonado pelos Jesuítas, em 1637, quando da invasão bandeirante, extremava-se ao Sul pela margem esquerda do Rio Negro e direita do seu principal afluente o rio Ji, cujas vertentes entestam com as dos rios que entram na lagoa Mirim: ao Norte abrangeria as campanhas rio-grandenses até a bacia do Jacuí, em cuja parte meridional havia bastante gado alçado. Quarenta anos mais tarde, quando os índios, descoberta essa vacaria, começam a extrair dela ga-

148) Ânua, 22 Out. 1635. B. N. Mss. I, 29, 7, 28.

dos para sua subsistência, e cruzam o Rio Negro, em direcção à estância de Japejú, vão deixando por onde passam alguns milhares de cabeças de vacas cansadas, formando assim a vacaria do Rio Negro que ficava entre este rio, desde suas nascentes até São Domingos Soriano e, pelo Uruguai, rio acima até o rio Quaraí, limite da estância do Povo de Reyes. [149]) São estas as vacarias do mar, pròpriamente ditas. A primeira se estende mais ao Sul pela dispersão do gado, indo até as cabeceiras do rio Santa Luzia e litoral, onde baixa até Maldonado, como se constata da informação de D. Manuel Lobo ao fundar, em 1680, a Colónia do Sacramento.

Tem origem a Vacaria do Mar, como fica referido, em 400 vacas leiteiras, mansas, de cor escura, lançadas pelos Jesuítas nas campanhas rio-grandenses, afim de evitar caíssem elas em poder dos bandeirantes que, em 1637, assolavam a suas reduções do Tape. Trinta anos depois, um tenente de cavalos que, a mandado de D. José Martínez de Salazar, governador do Rio da Prata, entrara até a margem meridional do Jacuí, encontrou aí grande quantidade de gado que baixava pela costa desse rio. Levada a notícia ao P. Provincial Cristóvão Altamirano, que estava em Buenos Aires, informou este provirem estas vacas daquele núcleo inicial que fundara a pecuária no pampa.

Em seu depoimento no «Pleito» sobre vacarias, em 1718, informa o P. João de Yegros, S. J., que «viu um instrumento original do P. João Baptista Ferrufino, Provincial desta Província do Paraguai do ano de 1644, e que está entre os papéis antigos do Povo de Japejú, em que ordena ao Padre Superior dos dois rios que faça pôr mais vacas nas taperas dos Padres missioneiros, que estão pelas partes do mar, cujos povos levaram os mamalucos de São Paulo, os quais ficavam na banda de Oriente, como também já o haviam ordenado antecessores seus. Proibiu também que

149) *Informe sobre el derecho que tienen nrs. Indios alas Baquerias del Rio Negro.* B. N. Mss. I, 29, 3, 102. A documentação sobre as vacarias, em virtude dos pleitos em que os Jesuítas contenderam com os espanhóis, é uma das mais copiosas da Colecção de Ângelis e daria material para um estudo definitivo sobre o assunto ainda pouco conhecido, não obstante o magnífico trabalho do Dr. E. A. Coní, cit.

os índios fossem tirar ditas vacas a título de serem de suas taperas», afim de que se multiplicassem para bem dessas missões. [150]) Acrescenta que as cabeças lançadas por ali diversas vezes, por ordem dos Provinciais, se elevaram a mais de 15.000.

Durante mais de 30 anos, todos os Provinciais, com o intuito de aumentar esses rebanhos, embora mandando lançar novas quantidades de gados escolhidos para que procreassem, proibiram terminantemente entrassem os índios a vaquear nas partes do mar. Foi em 1671 que o Provincial P. Tomaz de Baeza, ante a escassez de mantimentos que havia nas reduções do Uruguai, permitiu aos índios extraíssem, de dois em dois anos, certa quantidade de vacuns, das Vacarias do Mar. Com esse propósito «enviou ao mar o cacique principal do Povo de São Tomé, D. Roque Arazaí, que trouxe dali, no ano de 1671, 400 vacas «para amostra do pano». O P. Agostinho de Aragón, que era então cura do Povo, para melhor apreciar o gado, passou à outra banda do Uruguai. Um ano antes, visitando estas vacarias, aí estivera o P. Jacinto Márquez, que assinalou o local com uma cruz, que se conservou até 1680, e encontrada pelos primeiros índios que aí foram vaquear e pelos que foram ao cerco da Colónia do Sacramento.

Nesta ocasião, o P. Márquez, tendo-se acabado as vacas com que eram supridas as tropas espanholas e tapes, que avançaram sobre a Colónia, com 62 vaqueiros japejuanos foi vaquear nas vacarias dos Padres, por não haver mais gado por aquelas partes. Foi até às cabeceiras do Santa Luiza, donde levou de 8 a 9.000 vacas, das quais muitas ficaram por aquelas partes. Quando os índios começaram a vaquear estenderam essas vacarias, chegando até São João, proximidades de São Gabriel, embocadura do Rio Negro, e costa do Uruguai, que se encheram de gado, proveniente das vacas cansadas e perdidas que por ali ficaram.

O P. Pedro Jiménez, que conduzia muita quantidade de gado vacum, quando voltou do avanço a São Gabriel, foi deixando tropas de vacas pelos arroios e outros lugares próprios para a sua multiplicação, o que fizeram também outros Padres, em di-

150) Pleito cit. B. N. Mss. I, 29, 4, 10. Vacas de S. Miguel.

versas ocasiões. E é desses lançamentos de sementais bovinos que provém a segunda Vacaria do Mar entre o Rio Negro, Uruguai e Quaraí. Ainda nesta, por ordem do Provincial Padre Lauro Núñez, foram introduzidas 4.000 cabeças do Povo de Reyes, 10 a 12.000 de São Tomé e, em duas vezes, do Povo da Cruz, 30.000 cabeças, mais ou menos.

Na Vacaria primitiva, entre os rios Negro e Ji, até suas cabeceiras, lançaram, mais tarde, em 1702, os Povos de São Borja 14 a 15.000 vacas, o de São Nicolau 20.000, e o de São Miguel de 10 a 12.000 cabeças de gado. [151])

Não obstante o conhecimento que tinham os Padres e índios tapes da prodigiosa quantidade de gado que se multiplicara, à lei da natureza, durante 40 anos, nessa Vacaria, sòmente em 1677 foi consentido, com restrições, extraíssem os missioneiros pequenas quantidades necessárias ao seu consumo. Os primeiros que tiveram autorização para isto foram os de Conceição, e logo em seguida os de São Miguel, descendentes dos tapes que foram originários donos desse gado. Deu a permissão solicitada o Provincial P. Diogo Altamirano, sendo Superior das Reduções o P. Cristóvão Altamirano. Aos índios guaranis, na mesma ocasião, foi concedida licença para entrar nas Vacarias do Mar, com o «tácito consentimento dos índios tapes, de cujos antepassados foram as primeiras vacas de ditas vacarias». [152]) O aparte de tropas que eram conduzidas às estâncias dos Povos, para abastecimento, só era permitido durante dois meses em cada ano, afim de evitar desperdício de gado.

Desconheciam completamente os espanhóis de Buenos Aires e de Santa Fé a existência das Vacarias do Mar. A fundação da Colónia do Sacramento, em 1680; o cerco que lhe foi posto em 1705, e guerra contra os guenoas, no mesmo ano, em que houve necessidade de suprir de carne as tropas, revelaram-lhes a formidável riqueza pastoril dessas campanhas. Refere o Irmão Brazanelli, S. J., que «entrando o declarante com duas companhias de soldados espanhóis por ordem do Sr. Governador D. Alonso

151) Informe cit. B. N. Mss. I, 29, 3, 102.
152) B. N. Mss. I, 29, 3, 103.

João de Valdez y Inclán pelo ano de 1704 a castigar os infiéis guenoas, jarós e mboanes, que haviam morto em 10 paragens as sentinelas postas por S. Senhoria, aguardando e espiando os navios dos portugueses, que vinham a dar socorro à nova colónia de São Gabriel, nunca souberam ou atinaram o rumo destas vacarias senão os dois capitães, famosos vaqueiros de outras vacarias, até que os índios lhas mostraram e conduziram a elas. [153]) No ano seguinte, por ocasião do cerco da Colónia, para suprir as tropas espanholas que aí se encontraram e os terços de índios que lhes foram em auxílio, gastaram-se 184.000 vacas, que foram tiradas das campanhas próximas à Colónia, onde «havia abundância pela multidão de gado vacum» aí existente. E isto se dava ainda apesar das providências que, para evitar suprimento de carnes à Colónia recém-fundada, dera o Governador D. José de Herrera em 1690, solicitando ao P. Gregório de Orozco, Provincial da Companhia, e ao Superior das Doutrinas, P. Salvador de Roxas, enviassem índios missioneiros que, juntamente com soldados espanhóis «retirassem o gado que se recostava e havia nas costas de São Gabriel e do Rio do Rosário», para o que foi mandado o P. Policarpo Dufo «juntamente com o Irmão Joaquim de Zubeldia, religioso da Companhia de Jesus, os quais, com os ditos índios tapes e soldados espanhóis, efectivamente retiraram dito gado levando-o para mais próximo aos Povos dos ditos índios.» [154])

Correu logo notícia em Buenos Aires e Santa Fé da riqueza pastoril da banda dos charruas, aguçando a desenfreada cobiça dos moradores daquela governação. Devido à desordem com que eram extraídos os gados das extensas vacarias daquelas cidades, onde houve «muitos milhões de vacas», estavam elas quase destruídas, sendo que os rebanhos de Buenos Aires se haviam espalhado pelas serranias que caem para o mar, e delas se tinham apossado os índios infiéis aucais, do Chile. [155])

Começaram então os antigos **accioneros** daquelas cidades, fazendo valer supostos títulos de acção sobre os gados que ficavam

153) Idem, ibidem. I, 29, 4, 10.
154) Pleito cit. Depoimento do Padre Policarpo Dufo. Conf. dep. Irmão Joaquim de Zubeldia. B. N. I, 29, 3, 103.
155) B. N. I, 29, 4, 10.

nas terras a Oriente do Uruguai, a propor pleitos e demandas, afim de conseguirem permissão de extrair as quantidades precisas para repovoar as suas estâncias. Mas os Governadores, inicialmente, como D. Bruno de Zabala e outros, em 1720, reconheceram o direito que cabia aos tapes sobre essas vacarias que provinham do casco aí lançado pelos seus antepassados. Alegava-se, entretanto, a procedência platina dos lançamentos de Hernandárias, cujos herdeiros estendiam seu domínio pela mesopotâmia argentina.

Os santafecinos, que haviam concorrido à facção da Colónia por várias vezes para desalojar os portugueses, já organizavam tropas de vaqueiros para conduzir às suas estâncias grandes arreadas de gado alçado. O mesmo acontecia com os portenhos que iniciavam as fainas de coureamento e extração de graxas, nos pampas uruguaios.

Em face dessa atitude, que ameaçava despovoar as suas vacarias, resolveram os Jesuítas entrar em um acordo com os espanhóis de ambas as cidades, permitindo que «cada ano tirassem de ditas vacarias quantidades determinadas para povoar suas estâncias e socorrer ditas cidades.» [156])

Um dos primeiros a obter concessão dos Jesuítas é o capitão João de San Martín, a quem o Cabildo de Buenos Aires concede a primeira licença «para vaquear na outra Banda», que é outorgada a «2 de Dezembro de 1716» para a quantidade 20.000 cabeças destinadas ao abastecimento da cidade. Já então, sem licença do Cabildo, os moradores de Santa Fé, André Pintado e Vera Mújica, que comandara o ataque contra a Colónia, nessa ocasião com 400 santafecinos estavam recolhendo vacas na Banda Oriental. [157])

Em seu magnífico trabalho o Dr. Emílio Coni nos dá um punhado de notícias extraídas de copiosa documentação que pesquisou sobre as actividades dos portenhos nas Vacarias do Mar. Concede o Cabildo outras licenças para esse fim: a 17 de Dezembro de 1716 obteve Miguel de Riglos concessão para povoar suas

156) Pleito citado.
157) Emilio A. Coni. *Historia de las Vaquerias,* cit. 46.

estâncias com gados daquela procedência: «Durante o ano de 1717 o Cabildo portenho concede várias licenças na outra Banda, sendo de observar-se que todas são para recolher gado e não para matá-lo. À cidade de São João de Vera, deferindo sua solicitação, 6.000 cabeças (23 de Junho); ao Padre Prior de São Domingos, de Santa Fé, para a obra da igreja, 10.000 cabeças, com proibição expressa de fazer couros, sebo ou graxa, (9 de Junho); a Luís Pessoa, 16.000 cabeças; a Sánchez de Lória de Marras, 20.000 cabeças, com obrigação de trazê-las a Buenos Aires (23 de Junho), e a Inácio de Torres, 20.000 cabeças para as suas estâncias, (11 de Abril)». [158])

Em meados do mesmo ano de 1717 calcula-se em 400 o número de portenhos e santafecinos que estão com 2.000 cavalos fazendo recolhidas de gado, na outra Banda. Nos anos seguintes intensifica-se a passagem de tropas, tendo-se concedido licenças para extracção de mais 65.000 cabeças. E, ante a premente necessidade que se faz sentir, em Buenos Aires, de carnes, resolve o Cabildo se mande levantar mais 40 ou 50.000 reses para o abastecimento da cidade. Fazendo uma consulta entre pessoas entendidas «resulta que para fazer essa recolhida eram necessários 150 peões práticos de campo, 1.600 cavalos, 10 canoas, 30 peões de Santa Fé, únicos vaqueanos dos passos dos rios. O tempo que se empregaria na recolhida e transporte seria de sete meses e meio, assim distribuídos: três meses para a recolhida, um mês para levar até o Uruguai e um e meio para passá-lo, outro mês para chegar ao Paraná e outro mês para passá-lo. [159])

Dando solução ao pleito entre as cidades de Buenos Aires, Santa Fé e as Missões, em 1720, se estabelece um acordo entre as partes litigantes. [160]) Consta dêsse acordo que «as Doutrinas do Paraná e do Uruguai poderiam recolher anualmente 60.000 cabeças das campanhas de São Gabriel, e a cidade de Buenos Aires para seu abastecimento 30.000, postas em Santa Fé (Acta de 17 de Novembro de 1722). Além disto, a cidade de Buenos

158) Idem, ibidem, 47.
159) E. A. Coní. *Op. cit.* 47.
160) Idem, ibidem. A documentação Jesuítica sobre o assunto faz parte da Colecção de Ângelis. B. N. Vários manuscritos.

Aires poderá fazer 50.000 couros (Acta de 9 de Novembro de 1729). [161]) Santa Fé, mediante o acordo de 28 de Janeiro de 1721, poderia tirar anualmente 6.000 vacas daquelas campanhas.

«As pequenas quantidades de gado consignadas no acordo (**Concórdia** que, segundo o Dr. E. Coní, deu seguramente origem à cidade desse nome à margem do Uruguai), fazem supor que as vacarias da Banda Oriental chegavam já a seu término e não deviam de ser tão quantiosas, quando 10 anos apenas as haviam reduzido a esse extremo. Uma regedor portenho [162]) em sessão de 24 de Março de 1722 diz «que os anos passados havia na outra Banda acima de quatro milhões de vacas, pois estavam tão repletas que apenas achavam pasto, e hoje mal haveria trinta mil.»

Além dos espanhóis, dos índios tapes que sob as ordens dos Padres conduziam milhares de cabeças para fundar as suas estâncias e vacaria dos Pinhais, também os portugueses da Colónia, com o auxílio dos minuanos «e peões de Santa Fé que haviam ficado em grande número por ali», [163]) começavam as célebres caçadas de gado para fazer couro e graxas, de larga exportação pela Colónia do Sacramento, como se dirá oportunamente. Aos minuanos e peões se reunem muitas outras «pessoas cristãs, de todas essas províncias, que querem viver sem Deus, sem Rei e sem Lei», e são mais tarde os gaudérios, que dão origem aos gaúchos do campo.

Tal foi a devastação nas Vacarias do Mar que, consoante Coní, em 1743, extinguiam-se os gados, pois nessa data se levava de Buenos Aires para Montevidéu a primeira tropa bovina para abastecimento da cidade.

Foi a fase inicial dessa devastação, no primeiro decénio do século XVIII, que deu origem à Vacaria do Rio Grande do Sul, antiga **Vacaria dos Pinhais,** topónimo que subsiste, assinalando uma vasta e rica região no Nordeste do Estado. [164])

---

161) E. A. Coní. Op. cit. 48.

162) E. A. Coní, idem. Cf. depoimento D. Juan de San Martín, em 1722. B. N. Mss. I, 29, 4, 8.

163) E. A. Coní. Op. cit. que deve ser consultada para completar as notas ligeiras deste trabalho, na parte referente às Vacarias do Mar.

164) A vacaria dos Pinhais foi primitivamente uma estância de S. Luís. Já contava regular número de cabeças de gado em 1706, como informa o P. Gabriel Patiño — B. N. Mss. I, 29, 3, 70.

Quando os espanhóis iniciaram a exploração e consequente destruição da riqueza pecuária que opulentava as campanhas do pampa uruguaio, compreenderam logo os Jesuítas que não estaria muito longe o dia em que se esgotariam completamente essas fontes essenciais à vida das Missões. Previdentes, tendo em vista o futuro de suas Povoações, cuja manutenção dependia exclusivamente do abastecimento de carnes, procuraram transportar a paragens menos acessíveis a essa devastação quase uma centena de milhar de cabeças de gado, para nuclear uma nova vacaria que provesse, nos dias difíceis que não estavam distantes, às necessidades alimentares dos índios.

Dessa forma, «antes que se acabassem as vacas da Vacaria do Mar, procuraram os Padres criar uma outra vacaria da comunidade, a que não pudessem (os espanhóis) alegar direito quer sobre as terras quer sobre as vacas. Para isso descobriram umas campanhas para Oriente, distantes 78 léguas dos Povos, com 60 e mais léguas de extensão, [165]) que não pertenciam a particulares e sim aos antepassados dos índios, que eram os infiéis», escolhendo-as para fundar «essa segunda Vacaria, que se chamou dos Pinhais, pelos muitos pinheiros que nela havia.» [166])

Magnífica a situação para a criação intensiva de gado vacum, não só pela segurança que oferecia como pelos campos pastosos e boas aguadas que neles se encontravam. No **Compêndio Noticioso** [167]) nos dá Roscio uma descrição desse «terreno que é a terceira parte deste Continente e Governo do Rio Grande de São Pedro»: «São os campos de Cima da Serra, chamados Campos da Vacaria; que é uma extensão de terreno vasto e longo, cortado e banhado para os seus lados meridional e setentrional com vários rios que se esgotam da parte meridional para o rio Guaíba e da parte setentrional para o rio Uruguai. E' formado ou levantado pelo meio com um albardão grande que se alarga e estende até às aldeias e campos das Missões jesuítas no Uruguai; e fechado pelos lados meridional e oriental pela Serra e Cor-

165) Léguas de 20 ao grau, informa Cardiel.
166) Cardiel. *Relación verídica*, cit. B. N. Mss. I, 5, 1, 52.
167) Francisco João Roscio. *Compêndio Noticioso*. Cod., mss. inédito da B. N. datado de Lisboa 21-VI-1781. Cod. I. 5, 2, 3.

dilheira Geral; pelo lado setentrional com o rio Uruguai que tem seu nascimento na mesma Cordilheira; e pelo lado ocidental pela corda de mato que já tratei na passagem do Jacuí, quando atravessa a mesma Serra». Em outro trabalho assinala Roscio que «esse campo da Vacaria», «é de moderada altura e igualdade, risonho, limpo e de larga e agradável vista». Termina «da parte de Oeste em uma picada no mais alto do terreno, que passando os bosques das cabeceiras orientais do rio Jacuí e galhos meridionais para o Uruguai, deixando de entremeio um campestre que se conhece pelo nome de Campo do Meio, continua a atravessar os citados bosques até sair ao campo limpo das cabeceiras setentrionais e ocidentais do sobredito Jacuí. Esta campanha pretendem os espanhóis apropriar aos Povos das Missões do Uruguai. A primeira picada da parte da Vacaria tem quase duas léguas de extensão recta, o Campo do Meio seis léguas e meia e a última picada da parte do Oeste, ou das Missões, três léguas.» [168])

Foi nesses campos que, «das vacas que alguns Povos tinham, que eram mansas e aquerenciadas em suas estâncias, tiraram (os Padres) até 80.000, e, abrindo caminho primeiro por um bosque espesso de três léguas (Mato Castelhano), e depois por outro de cinco (Mato Português), meteram naquela parte as 80.000 reses e as deixaram encerradas por todos os lados, para que se multiplicassem, esparsas por aqueles campos, que por todos os lados estavam cercados de serras e de dilatados e espessos bosques, para que depois fossem os Povos vaquear como iam às Vacarias do Mar». [169]) E para que o gado se multiplicasse «resolveram que não se tocasse nesta invernada por oito anos, providência com que, segundo experiência feita em outras ocasiões, se calculava chegar

168) F. J. Roscio. Ofício de Porto Alegre, 18-VIII-1797. Arq. Nac. Rio de Janeiro. Col. 104. Vol. 13, fls. 140. A primeira picada referida, aberta pelos Jesuítas para introdução de gados, ficava no ponto denominado mais tarde *Mato Português* e a segunda, além do Campo do Meio, no *Mato Castelhano*. Cf. L. G. Jaeger, *História da Introdução do Gado no Rio Grande do Sul* (1634), *in* Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. Sul, II trim. de 1943, Ano XXIII, nº 90, pág. 217-245, par. V.; — e *Manuel Duarte*, Anais do III Congr. Sul-riogr. de Hist. e Geogr., vol. 38, pág. 1608 ss. na tese: "Estâncias".

169) Cardiel. *Relación veridica*, cit.

a 400 ou 500.000 reses, podendo desta maneira começar a prover-se todos os Povos sem consumirem-se as vacas». [170])

Não contavam, porém, os Jesuítas com a expansão dos lagunistas para o Sul, visando os campos do Rio Grande, para onde os atraía a inumerável quantidade de gado, que se estendia pelas suas vastas campanhas e, mais ainda, a Vacaria dos Pinhais, de que tiveram notícia pelos minuanos amigos e pelos castelhanos de Roque de Zória, que foram até a Laguna.

Segundo se presume das próprias declarações do capitão-mor Francisco de Brito Peixoto que, com seu pai capitão Domingos de Brito Peixoto e seu irmão Sebastião de Brito Guerra, fundaram Laguna, já havia nesta vila, em 1714, «muitas variedades de gados, como bois, cavalos, ovelhas e cabras, que produziam tanto que hoje e já de muitos anos vêm daquele sítio todo o gado vacum que se gasta com a maior parte de todas estas vilas do Sul, e fora delas vão para a cidade do Rio de Janeiro contìnuamente muitas embarcações de carnes salgadas, de que se provêem as tropas que vão para o Reino e inumeráveis couros de bois para solas, peixes, etc.» [171]) Confirma a declaração o célebre Roteiro de Domingos Filgueira que, em 1703, fez por terra a travessia da Colónia do Sacramento até a Laguna: «Passado este (rio Araranguá) e andando meia légua se entrará pelo sertão, e na cabeceira de uma lagoa pequena, onde se pode bem revolver o peixe, e se pode apanhar quanto quiserem. Passada esta se acha logo rasto de gado, e povoado, que dista do último rio três dias de jornada andando pouco; na primeira ponta de pedra que se avistar junto da praia a que chamam os morros de Santa Marta, se entrará para dentro, e pelo rasto do gado se vai dar ao povoado e logo se acharão cavalos e ovelhas do capitão Domingos de Brito, que é o povoador desta terra». [172])

Descoberta a Vacaria, onde encontraram abundância de gado manso, abriram os lagunistas «caminho para ela, embora com muito trabalho, por aqueles ásperos bosques e serras, e metendo

170) C. Teschauer. *Hist. R. G. do Sul*, II, 35.
171) Memorial de Brito Peixoto. Cod. Mss. B. N. I. 1, 2, 33.
172) Domingos Filgueira. *Roteiro*. Inst. Hist. Bras. *Nova Colónia do Sacramento*. Rio, 1900. Prol. Capistrano de Abreu, XLV.

cavalos por elas, em pouco tempo acabaram com as vacas, matando-as sòmente pelo couro, graxa e sebo». [173]) Pouco depois sobem da Colónia os desbravadores do Rio Grande, tendo à frente esse bandeirante insígne que foi Cristóvão Pereira de Abreu e não só Vacaria, como todas as campanhas do Sul, até o Prata, fornecem quantidades incalculáveis de carnes, couros, línguas, graxa e sebo aos mercados de consumo da própria Metrópole Portuguesa.

9. Estâncias dos Povos.

Com a introdução do gado, em 1634, e cuidados que exigiam os primitivos e diminutos rebanhos introduzidos nas Reduções, estabeleceram os Jesuítas pequenos currais, nas proximidades das aldeias, aonde os vaqueiros recolhiam, à noite, certo número de vacuns confiados a cada um deles, evitando assim se trasmalhassem ou fossem devorados pelas feras que abundavam nas matas circunjacentes. A providência se impunha, pois as pragas de tigres, acossados pela fome, invadiam muitas vezes as próprias aldeias atacando os animais e os índios.

O aumento considerável do gado e a necessidade de pastagens e aguadas mais acessíveis levam os vaqueiros a estender os limites dos campos de criação a rincões mais afastados dos Povos, surgindo daí a formação de estâncias limitadas, naturalmente, por acidentes geográficos, que impossibilitassem a dispersão do gado, como serras, rios e matos espessos.

Coube à redução de São Miguel, fundada pelo venerável Padre Cristóvão de Mendoza, e para onde este conduziu o primeiro gado, ficar como um entreposto da pecuária incipiente das Reduções, contando assim com um rebanho já apreciável quando, em 1638, foi abandonada ante a invasão dos mamalucos. Já tinha essa redução a sua estância que se estendia entre as cabeceiras do Vacacaí, Toropi e Santa Maria, «onde começou a se multi-

---

173) Cardiel. *Relación verídica*, cit. Cardiel dá para a fundação dessa vacaria o ano de 1731, mas, como vimos, em 1706, era aí a estância dos Pinhais, onde já tinha seus gados o Povo de São Luís.

plicar o seu gado e depois baixou ao mar», [174]) constituindo a primeira Vacaria que ali se estabeleceu, pela dispersão desses rebanhos.

E' esta a mais antiga das estâncias conhecidas de que os miguelistas tomam novamente posse 50 anos mais tarde, quando volta este Povo à Banda Oriental do Uruguai.

Realizada a transmigração das populações indígenas e destruídas as reduções que, em pouco tempo, se transformam em taperas, ante a pressão das invasões bandeirantes, o vasto território dominado pela catequese jesuítica, no Tape e no Uruguai, torna-se um verdadeiro deserto, sòmente visitado pelos índios infiéis que ousam aproximar-se, em sua penetração, desses antigos núcleos cirstãos. Um ou outro corregedor das Missões, situadas à margem direita do Uruguai, notadamente de Japeju e São Tomé, com escoltas de índios cristãos, aventuram-se a percorrer pequenos trechos desse território, à cata de índios fugitivos, ou para captura de bandos isolados de paulistas, que ainda exercem suas actividades na preia de selvagens.

Só 20 anos depois de terem abandonado a terra missioneira, em 1657, voltam os Jesuítas a essas paragens, estabelecendo estâncias para criação de gados, com o aproveitamento de rebanhos alçados ou com novas introduções de bovinos. Ao princípio, medrosamente, não passam do vale do Uruguai, que é dividido entre as Doutrinas [175]) assentes na sua margem direita. Mais tarde, com o restabelecimento dos primeiros Povos orientais, ocupam suas estâncias e vacarias quase todo o actual território rio-grandense, com exclusão apenas do trato de terra compreendido pela bacia oriental do Taquari, se bem que, no Planalto, estendam-se até os campos da Vacaria. Mas, mesmo dentro desse trecho, em plena Serra, estabelecem entrepostos de aproveitamento de grandes ervais nativos, que exploram intensivamente, como sucede no Alto Uruguai, desde as manchas riquíssimas do Nhucorá, às cabeceiras do Rio da Várzea, até a Serra do Erval, no Sul.

---

174) B. N. *Limites da estância de São Miguel*. Mss. I, 29, 5, 19.
175) A cédula Real de 15-VI-1654 determina que os Padres denominem *Doutrinas* as suas antigas Reduções.

Palmilhando todas as regiões, fundando estabelecimentos pastoris, explorando extensos ervais, desbravam os Jesuítas os mais recônditos rincões da terra do Rio Grande do Sul. São assim os nomencladores de seus acidentes geográficos para os quais, excepção feita a topónimos já consagrados pelos primitivos habitantes do território, dão preferentemente nomes de Santos, que subsistem até hoje. Cada Doutrina, ou Povo, recebia doação de uma extensa faixa de terra que dividia em estâncias de criação de gados. Cada estância subdividia-se em **postos,** ou pequenas invernadas, sob as ordens de um posteiro. Quer nas estâncias, quer nos postos erigiam-se pequenas capelas, que se tornavam núcleos de futuras povoações e cidades. Assim também os acidentes geográficos que rebaptizam.

No pleito sobre as terras de São Francisco Xavier existe uma carta do P. José de Tolu, que foi cura daquela redução, datada de Tarija, 13 de Julho de 1698. Dando notícia dessas terras diz o Padre ter feito nelas várias entradas e de uma feita «andei por todas elas e em cada posto o chamam Santo, como Santa Rosa, São Jorge, São Marcos, São Pedro; e a um posto, que os índios chamavam **Añaciba,** o chamei Santa Cruz: [176]) a este posto foi o Irmão Domingos de Torres, com os índios de São Xavier para despenhar a fronte do diabo, como o fez, porque iam muitos índios a essa paragem para falar com o demónio.» [177]) De perto de 500 topónimos, devidos ao hagiológio cristão, que existem no Rio Grande do Sul, mais de 80% procedem da nomenclatura de Povos, estâncias e postos das Missões Jesuíticas, a que se devem agregar inúmeros rios, serras, etc., cujas antigas designações foram mudadas pelos Padres, em sua penetração no território riograndense.

Só 20 anos depois da transmigração das Reduções para a margem ocidental do Uruguai, afastada já a ameaça de novas

176) *Anhaciba.* Formado por três cerros, na forqueta entre o Ibicui e o Toropi. Os índios tapes o apelidam no seu idioma Añaciba, isto é, Cabeça do Diabo, porque *Anang* quer dizer diabo e *ciba* cabeça, eles na composição deste nome suprimem as últimas letras, *ng* da primeira palovra". José Saldanha. *Diário Resumido.* B. N. Anais. 1938, pág. 247.

177) *Tanto autoriçado de los títulos,* etc. B. N. Mss. I, 29, 3, 43.

invasões paulistas, e descoberta a riqueza pecuária que opulentava as campanhas do Sul, com a expansão do gado das Vacarias do Mar, resolveram os Jesuítas atravessar o grande rio e estabelecer as primeiras estâncias em sua banda oriental. Alegando o direito que lhes assistia por terem-se constituído, ou recebido grandes levas de população tape, originária dona dessas terras, os Povos que ocupavam a margem ocidental do Uruguai, requereram e obtiveram a doação das terras que ficavam no vale desse rio, fundando aí as suas estâncias.

A primeira estância para a criação de gados que se estabeleceu na Banda Oriental do Uruguai é a que pertenceu à Doutrina de São Xavier, nas terras fronteiras ao seu povo. A concessão tem a data de 10 de Julho de 1657 e é feita por D. João Blázquez de Valverde, Governador do Paraguai que, na ocasião, visitava essa doutrina. Além de outras terras, à margem direita do Uruguai, que ficavam entre os rios Taquararé e Mbororé, declara que «para as suas estâncias lhes dou e assinalo por terras as que há da outra banda do rio Uruguai, que são as que estão desde o dito rio até Ijuí acima, com todos os seus matos, entradas e saídas que de direito lhe pertencem e mando que nenhum outro que não for deste mencionado Povo entre nas ditas terras, etc.» [178]) Atendia assim o Governador à solicitação que em nome de seus jurisdicionados impetrara D. Tomaz Potira, cacique principal de São Francisco Xavier. Alegavam os índios desse povo lhes pertencer dito território, pois fôra aí a estância de Nheçu, onde foram vitimados os Padres Roque, Afonso Rodríguez e João del Castillo, e cujos povoadores, mais tarde, temerosos da invasão bandeirante, se haviam trasladado para São Xavier, com seu cacique, D. Francisco Nongi.

Tomando posse dessas terras trataram logo os Padres de povoá-las de gados e de chácaras, entre cujas lavouras o P. André Gallego plantou um canavial para fabricar açucar. Na carta atrás referida o P. Tolu, a quem se deve interessante mapa da região, [179]) historia a origem dessa estância. «As terras da ou-

178) *Tanto autoriçado.* B. N. Pleito entre S. Xavier e Concepción I, 29, 3, 43.

179) Esse mapa encontrado por nós no Arquivo Histórico do R. G.

tra banda do Uruguai, onde havia um canavial que plantou o P. André Gallego, e levou avante o P. Alonso Delgado e eu, até o Ijuí-Guaçu, foram terras e povoação do cacique Nheçu, e se chama **Nhecu retangué,** em que o cacique matou ao Venerável Padre João del Castillo, e muitos de seus vassalos passaram a São Xavier, e por isso o P. Ricardo, com licença dos Superiores, aplicou essas terras a São Xavier sem contradizer o Povo, nem pessoa alguma. O P. André Gallego, com José Amenda, passou para a outra banda do Uruguai a boiada e a pôs para engordar detrás do canavial e continuou o P. Alonso Delgado, o qual quis povoar as terras que têm por termo o Ijuí-Guaçu e antigamente foram povoadas e se lançaram as vacas que entraram pelos matos espessos em direcção ao Uruguai; e porque os vaqueiros não tinham então cavalgaduras e viam rastos de infiéis, as desampararam, até que no ano 83, pedindo eu licença ao P. Tomás de Baeza, sendo Provincial, e concedendo-m'a de boa vontade, passei à outra banda quatro mil vacas.» [180])

O gado referido pelo P. Tolu eram 1.500 cabeças de vacum e algumas centenas de éguas, com que se dava início à cria de cavalos e mulas. Mas, no ano de 1659, quando a estância já florescia, e contava com casa, chácaras e uma pequena capela, deu sobre ela um bando de infiéis iraitis, em pleno estado de selvageria, que trucidou alguns índios cristãos, obrigando-os a desamparar a estância. Por algum tempo proibiram os Padres passassem os catecúmenos para a outra banda, até que um outro Provincial quis anexar essa estância às terras de outro Povo. Formado um pleito tiveram os de São Xavier confirmação de sua posse por despacho do Superior P. Cristóvão Altamirano, datado de 7 de Abril de 1663 e confirmado pelo Provincial P. Tomaz Donvidas em 30 de Outubro de 1685. Em 1699, o Povo de Conceição, ao qual haviam sido concedidas as terras que ficam no Nhucorá, onde tinha os seus ervais e estâncias, quis estender os seus limi-

---

do Sul serviu para identificar o local do martírio do Padre João del Castillo, o que foi feito pelo Padre L. G. Jaeger. Conf. *Os Bem-aventurados Roque...* cap. 40, pág. 310.Veja Furlong. N. 50. Cart. *Mapa de los yerbales* etc. 109 do Cat.

180) *Tanto aut.*, referido.

tes até a posse de São Xavier, originando-se daí larga contenda, constante do precioso códice Mss. já citado e de que faz parte integral o mapa do P. Tolu.

A estância de São Xavier, que compreendia uma parte considerável de ervais nativos (ilex paraguayensis), ficava entre os rios Ijuí e Nhucorá. Havia dentro desse território três estâncias de gado, sendo as duas últimas entre as cabeceiras de Ijuí e Jacuí, no hodierno município da Palmeira. Além dessas estâncias e a elas pertencentes havia os postos de Santa Rosa, São Jorge, São Marcos e São Pedro, e outros cujas denominações ainda se encontram nessa região.

A doação das terras de Conceição, que ficam no Alto-Uruguai, foi feita pelo Provincial P. Tomaz Donvidas em 1685, e inicialmente se destinavam à exploração de ervais, que ficavam ao Norte da estância de São Xavier. Compreendiam o território entre o rio Nhucorá e o actual Turvo, limite das terras dos tapes com as dos ibirajaras, e abrangia o actual município da Palmeira, vindo a morrer na altura do rio Conceição, limite ao Sul, dessas terras.

Foi no ano de 1660, mais ou menos, depois de ter sido descoberta a Vacaria do Mar, que os japejuanos fundaram na Banda Oriental, em território fronteiro a seu povo, uma grande estância, que teve inicialmente por limites os rios Ibicuí, Uruguai, Quaraí e Ibirapuitã. Mais tarde, essa estância estendia-se até o rio Queguai, aproveitando assim as vacas que constituiam a vacaria do Rio Negro, proveniente das que eram deixadas por esses rincões em várias ocasiões, em que o gado era levado para as estâncias. A estância de Japejú foi fundada com a introdução de 40.000 vacas que para aí foram levadas e amansadas pelos índios vaqueiros daquele povo. A esse estabelecimento deram a invocação de São José, erguendo-se várias casas em que residiam os vaqueiros e uma capela em que os Padres diziam missa. [181] Foi primitivamente a porta de entrada para as Vacarias do Mar.

Prosperou grandemente essa estância, fornecendo principalmente gado para suprir o consumo de carne ao povo de Japejú.

---

181) B. N. Mss. I, 29, 3, 51.

Em 1701, como se dirá, mais pormenorizadamente, os índios guenoas (jarós e outros) confederados, deram sobre a estância de Japejú, matando 40 e ferindo 80 índios cristãos, e roubando gados e cavalhadas para vendê-los aos portugueses da Colónia do Sacramento.

Como os outros que fundaram suas estâncias de criação em campos fronteiros a seus Povos, N. S. da Assunção, ou La Cruz, teve sua estância de gados, denominada **Itaquí,** de uma pedreira de cantaria ali existente. [182]) «Começa o limite da dita estância desde a outra banda do Uruguai, corre até o Oriente e chega até o Ibipita-mirim, que é o último limite de comprimento e por um costado desde o Itaimbé que é a cabeceira do Mbutuí, vem correndo sempre pelo dito Mbutuí pela outra banda até entrar no Uruguai, dito Mbutuí, e por outro costado o arroio que chamam Tiberi, de cuja cabeceira corre por um campo que tem um capão, chamado Caapé, que corre até chegar ao Ibicuiti o dito limite do Taberi. [183])

A posse dessas terras pelo Povo da Cruz era antiga, pois constava de uma doação feita pelo corregedor, cabildo e cacique de Japejú, sendo cura do povo o P. João de Torres e Provincial o P. Tomaz Donvidas, datada de 12 de Julho de 1688. Mais tarde o Superior Simão de León resolveu tornar sem efeito essa doação. Intentou então o Povo da Cruz um pleito para reaver sua estância, tendo ganho de causa e entrando novamente em sua posse a 27 de Janeiro de 1700. [184])

A estância do Itaqui, como todas as outras, recebeu grande quantidade de cabeças de gado das Vacarias do Mar, e é a última concedida no vale do Uruguai.

A de São Tomé inicia a penetração, que se dá com o estabelecimento dos Sete Povos de Missões, cujas estâncias já se estendem fora do vale do Uruguai em direcção ao litoral, povoando assim quase todo o actual território rio-grandense. A estância de São Tomé lindava a Ocidente com a da Cruz, de que se dividia

182) Itaqui, cidade à margem esquerda do Uruguai.
183) B. N. Mss. I, 29, 3, 36. O Taberi seria provàvelmente o Itu.
184) B. N. Mss. I, 29, 3, 46.

pelo rio Itu, afluente da margem esquerda do Ibicuí, e por este acima até o Jaguari, cujas nascentes iam se extremar com as do Itu, fechando assim o perímetro da estância. Dentro desse território ficariam os actuais municípios de São Francisco de Assis, Jaguari e parte do de Santiago de Boqueirão. [185])

Entre as estâncias de Japejú, Santo Ângelo e São Nicolau, ficava a de São Borja, encaixada entre o Ibicuí, Ibirapuitã, indo morrer no Upamoroti,, actuais divisas dos municípios de Livramento e D. Pedrito, estendendo-se ao Sul até às nascentes do Rio Negro.

A estância de Santo Ângelo era limitada pelo Ibicuí, que a dividia da estância de São Tomé; pelo Lageado, que nasce nas proximidades da Lagoa de Parobé, e a separava da de São Borja, e pelo Itapevi, cujas nascentes vêm também das caídas da Lagoa de Parobé, separando-a da estância da Conceição.

Este Povo da margem ocidental do Uruguai que tinha, ao Norte, junto a São Xavier, como já vimos, uma estância, conseguira ao Sul do Ibicuí, a doação de outras terras para a criação de seus gados, pois não só ficavam mais próximos das vacarias que se exploravam para povoá-las, como aquelas consistiam mais em ervais nativos do que em campos de criação, sendo largamente exploradas no fabrico da erva-mate de que São Xavier se tornara um grande empório.

A estância da Conceição estava localizada entre as de São Miguel, de que se dividia ao Norte pelo Ibicuí; as de Santo Ângelo e São Borja a Leste e Sul; e a de São Nicolau, a Oeste, pela Serra da Cruz.

A de São Nicolau ficava entre as de Conceição, São Borja e São Miguel, separando-se desta última por todo o curso do Ibicuí-guaçu, desde a margem esquerda do rio Jaguari até as nascentes do Ibicuí, na Coxilha Grande, lomba de que saem as vertentes dos quatro rios: que são o Rio Negro, o Ibicuí, o Camaquão, e o Vacacaí-guaçu. A Oesté, dos campos de Conceição, di-

---

185) Furlong. *Cartografia* — XXIV. Mapa de las estâncias que tenían los pueblos misioneros al oriente del Uruguay. Teschauer. *Mapa etnog.*

vidiam-se os de São Nicolau pelas vertentes do Ibicuí pequeno, ou Santa Maria, e das terras de São Borja pelas vertentes do Ibicuí da Armada até quase atingiu às vertentes do rio Tapitanguá, afluente do rio Negro.

A estância de São Miguel, que compreendia uma vasta extensão territorial, mais ou menos correspondente aos antigos domínios da redução dessa invocação, abandonada pelos tapes em 1638, e donde, dispersando-se pelo Sul, seus gados primitivos formaram a Vacaria do Mar, estava encravada entre as estâncias dos povos de São Tomé, Conceição, São Nicolau, São Lourenço, São João e São Luís, fechando o perímetro, ao Norte, os ervais de Santo Ângelo, que ficam entre as cabeceiras do Ijuí, Jaguari, Toropi, e Jacuí.

Constam os limites dessa estância dos documentos de doação de suas antigas terras, feita pelas autoridades, quando, em 1687, o Povo de São Miguel voltou à Banda Oriental do Uruguai. «Pelas partes das terras de São Luís, desde as duas cruzes do Guirapondi, até o Ibicuí, ou Nhaguaruí, a juntar-se com o Urubuquá. Desde essa junção, baixando pelas cabeceiras do Guacacaí, até o **retangué** [186]) de São Miguel, paragem bem conhecida em que até agora há laranjas. E daí subindo ao alto, por onde correm os limites da estância de São Lourenço, seguem estas linhas até as primeiras cabeceiras do Toropi junto às quais está a capela de São Pedro que, por aquela parte é princípio da estância de São Lourenço que pelo alto correm entre o Caaguaçu da Serrania e o Ibira-iepirí, até o Jaí. [187]) A estância de São Miguel tinha 40 léguas de largura por 20 léguas de comprimento, tendo sido povoada inicialmente com 40.000 vacas trazidas por um Padre e um Irmão, acompanhados de índios vaqueiros, da Vacaria do Mar, com a qual comunicava pela coxilha que divide as nascentes do Ibicuí, Vacacaí, Camaquão e Rio Negro.

Em 1698, o Provincial Sebastião de Toledo, a 29 de Janeiro, no Povo de São Tomé, faz doação de terras para as estâncias de

---

186) Retangué: Terra que foi, ou lugar em que existiu uma povoação, etc.

187) B. N. Mss. I, 29, 5, 19.

São Luís, «constante de um pedaço de terra que cai da outra banda da Serra, caminho das Vacarias. O Caaçapá, que é um mato bastante grande e serve de porta para ter gados ali, para cujo fim se fez uma picada. Deste mato sai a cabeceira do Bacacaí-guaçu, a qual cabeceira seguirá por limite até onde desemboca o Bacacaí-guaçu; o qual arroio Bacacaí-guaçu, se irá seguindo rio acima para o sul até dar com o Piritiguaçu, que se seguirá para o poente até encontrar o Monte grande, de cujo Monte sai um arroio chamado Caarundi, o qual arroio, que sai do dito Monte, tem suas vertentes no Bacacaí-mirim, o qual Bacacaí-mirim se seguirá rio abaixo para o Norte até dar com o arroio chamado Aiaia-raiti que desemboca nele, o qual arroio Aiaia-raiti se seguirá até sua cabeceira principal que está para o oriente, à qual cabeceira chega, sendo a única porta, porque quase se junta com a outra cabeceira principal do Bacacaí-guaçu, no qual se começa esta divisa. [188])

Mais tarde, os campos de São Luís se estendem pela parte oriental e margem esquerda do rio Jacuí, até o rio Taquari, costeando a linha dos ervais da Serra do Butucaraí, limitando-se a Oeste com os campos da estância de São Miguel e ao Sul pelos das de São João e São Lourenço. Foi o P. João de Yegros e o índio Lourenço Abayebí que descobriram esses campos e os povoaram com gados trazidos das Vacarias do Mar. Antes, com 15 índios, no ano de 1697, abriu o Padre ali uma picada, levantou capela e casa de estância, nas proximidades do lugar que foi São Cosme e São Damião, entre os Vacacaís. Puseram-se ali as vacas que o P. Yegros, com muitos índios, quatro cantores e dois capitães, foi buscar às Vacarias, no ano seguinte. «Foram estas 42.000 vacas, contadas pelo Padre, cantores e capitães», que o sabem muito bem pelo exercício continuado que disso têm». Em 1699, os de São Luís foram às Vacarias com 60 vaqueiros e trouxeram mais 20.000 vacas, e de outra vez 18.000. [189]) Em 1700 ocupou S. Luís os campos da Vacaria dos Pinhais, onde fundou uma estância.

---

188) B. N. Mss. I, 29, 3, 39.

189) Informe de la cantidad y número de Bacas que trajó el Padre Juan de Yegros, personalmente, etc. B. N. Mss. I, 29, 3, 41.

Para o serviço de cada tropa exigia-se grande número de vaqueiros e animais. O P. Yegros passou nas vacarias oito meses, trazendo de cada vez de 20 a 22.000 cabeças para a invernada de São Luís. Levara 60 vaqueiros, 500 cavalos e 100 mulas, fazendo várias entradas nas Vacarias do Mar. [190]) Cardiel nos dá uma idéia desses condutos de milhares de cabeças com que os Padres povoaram as suas grandes estâncias, menos acessíveis à destruição que faziam nos gados das Vacarias do Mar, os espanhóis e portugueses da Colónia. «Vão 50 ou 60 índios com cinco cavalos cada um. Põem eles num alto uma pequena manada de bois, ou vacas mansas, para serem vistos das selvagens (chimarronas), e à pequena distância as rodeiam ou as acurralam 30 ou 40 homens para sua guarda. Entremeadas com essas as chimarronas seguem as mansas, fazendo-se à noite grandes fogos em torno para que aquelas não disparem. Assim, em dois ou três meses, conseguem pegar e trazer a seus Povos, de distâncias consideráveis, 6.000 ou mais cabeças». [191])

A estância de São João, estabelecida logo depois da fundação deste povo, ficava entre os rios Vacacaí, Santa Bárbara, e cabeceiras do rio Camaquão, correspondendo mais ou menos ao actual município de São Sepé, cuja denominação recebe do afluente do Vacacaí, em que se deu, na Guerra da Demarcação, o encontro de que resultou a morte de José Tyaraiú, conhecido por Sepé, alferes real do Povo de São Miguel. Nas proximidades do serro de São João Velho ficava o estabelecimento da antiga estância, junto à qual havia uma capela dessa invocação.

A última estância referida pela documentação cartográfica é a de São Lourenço, que ocupava duas regiões distintas. A primeira estendia-se no Norte da estância de São Miguel, sendo principais estabelecimentos as grandes fazendas de São Pedro e de São Lucas, que ficavam além da Serra do Monte Grande, vasta extensão territorial que atingia, ao Norte às nascentes do Jacuí, Ijuí e Piratini. Dentro da estância de São Pedro ficavam os postos de São Miguel-Mirim, Santo Inácio, Tupãciretã, e Durasnais

190) Invernada de S. Luís. B. N. I, 29, 3, 32.
191) J. Cardial. *Relación verídica*. Cod. mass. B. N. I, 5, 1, 52.

de São Martinho e São João. A de São Lucas ocupava parte do actual município de São Vicente, na região do alto Ibicuí, com seus postos de São Rafael, São Lucas e outros.

A segunda região abrangida pelas estâncias do Povo de São Lourenço, ficava ao Sul do rio Jacuí, entre a estância de São Luís ao Norte; ervais de São Borja, a Leste, pelo Francisquinho, afluente do Jacuí e Sutil do Camaquão; ao Sul pelo rio Camaquão e a Oeste com a estância de São João, pelo rio Santa Bárbara. Ainda hoje, aí se conhece o passo de São Lourenço, no rio Jacuí, que comunicava as estâncias de São Luís com a de São Lourenço. [192])

Como observámos, para melhor assistência a esses campos, que ocupavam largas extensões territoriais, estavam eles divididos em estâncias e estas em postos, em torno dos quais se erguiam pequenas capelas, e igrejas, algumas de relativa importância, que deram origem a cidades e importantes povoados rio-grandenses.

Pela sua extensão e posição central, que a tornava porta de comunicação dos Povos para as Vacarias do Mar, São Miguel teve suas estâncias grandemente desenvolvidas. Entre estas notam-se as de São Vicente, que entestava com a de São Lucas, com seus postos de São Rafael, São Paulo e Eguada; São Domingos e seus postos de São Borja, Santa Luzia, São João; Santiago e postos de São Joaquim, São Clemente, São José Tubichá, São Diogo e outros. Santo Agostinho, Santa Tecla e Batoví foram também importantes estabelecimentos de criação. Santo António o Velho, abandonada pelas contínuas incursões dos índios, que roubavam cavalhadas e gados. Aí tinham os Jesuítas um curral de pedras para a encerra de gados extraídos das vacarias, passando a estrada que seguia para as Missões pelo passo do arroio de Santo António. [193])

O Povo de São Nicolau contava com a estância de Sant'Ana, junto ao Taquerembó, afluente do Ibicuí, também depredada pelos guenoas e abandonada depois.

---

192) Além dos documentos manuscritos referidos no texto, consultem-se os mapas da *Cartografia Jesuítica*, Furlong, cit. XXIV, XXXIII, LVII, etc. *Mapa Etnog.* de Teschauer e *Mapas y planos* del Virreinato del Plata, de José Torre Revello, VI, XIII, XIV, XVI e outros.

193) Dr. José de Saldanha. *Diário Resumido*, cit.

Em seus campos ao sul do Ibicuí, tinha o Povo de São Borja, em suas estâncias vários postos entre os quais se conhecem os seguintes: São Camilo, São Braz, São Miguel, São Pascual, São Damião, N. Senhora do Pilar, São Matias, São João, Jesus Nazareno, São Cristóvão, São Jorge, Sant'Ana, São Borja, Santo António e São Xavier. [194])

O povo de São Tomé, nas terras do vale do Uruguai, fronteiras à sua missão, ocupadas há muito, tinha as estâncias de Santo António e São Martim, às quais pertenciam os postos de São Marcos, São Pedro, São Lucas, São Xavier, Santo Inácio, etc. [195])

A Santo Ângelo pertencia a estância de São Francisco Xavier, que ficava em terras antigamente ocupadas por este povo da margem ocidental do Uruguai, com dois ou três postos.

Pertenciam ainda ao Povo de São João os postos de Santa Maria e São João-Mirim; a estância da Conceição, com os postos de São Francisco Solano, São João de Deus, São Domingos e Santo António; a estância de São Miguel, com os postos de São Pedro, São Fabiano, Santo Isidro, São José Tuja, São João-Mirim, Santo Inácio, Menino Jesus e Santo António. [196])

5. Ervais dos Povos.

Segundo o sábio Bompland, citado por C. Teschauer em seu magnífico trabalho sobre **A Erva-mate na história e na actualidade** [197]) «a geografia da erva é tão admiràvelmente marcada como a das preciosas árvores da quina do Peru e merece ser notada. Tome-se uma régua, ponha-se uma das extremidades sobre a barra do Rio Grande, que leva suas águas ao oceano, e a outra sobre a povoação de Vila Rica, no Paraguai. Em toda essa linha se acham ervais espontâneos».

No estado do Rio Grande do Sul, essa linha, que baixa do alto Paraguai, penetra no rio Uruguai nas alturas de Nhucorá, onde

---

194) Furlong. Cartog. cit.
195) Idem, ibidem.
196) Doc. sobre a Demarcação de 1783. B. N. Mss. I, 31, 35, 3, n. 30.
197) C. Teschauer. *A Erva-mate*, etc. Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Ano VI, III e IV Tim. 1926, 580.

existem os mais extremados ervais nativos ou silvestres, de cuja exploração nos dá notícia uma **Ânua** do Padre Pedro Romero, S. J., datada de 1633, referindo-se ao índio D. Rodrigo Araçay, depois capitão de São Tomé, que no ano anterior, aí estivera «haciendo yerba.» [198]) Tem essa linha por limite setentrional o próprio rio Nhucorá, que entra no Uruguai na altura mais ou menos de 27° 23' lat. S. e cujas nascentes se assinalam um pouco ao Sul do paralelo 28°. Ficam dentro desses limites, extremando com o alto Uruguai, o município de Palmeira, o mais notável celeiro da erva rio-grandense.

Seguiam-se a esses, no prosseguimento da linha NO-SE, os ervais da Conceição (Rincão de Nossa Senhora), que cortavam pequena parte do antigo município de Cruz Alta, hoje compreendida também pelo município de Ijuí. Mas a zona ervateira por excelência, explorada quase um século pelos Povos de Missões, foi a que se estende do Jacuí às nascentes do Uruguai, isto é, a hoje compreendida pelos municípios de Nonoái, Passo Fundo e Soledade, desde a Serra do Butucaraí até o actual município de Erechim.

Extremava ao Sul a linha geográfica dos ervais pelas **manchas** ao Norte do rio Camaquão do Sul e Oeste da Lagoa dos Patos, na Serra do Herval. Não obstante a sua distância de perto de cem léguas até aí iam os ervateiros do povo de São Borja, a cuja Redução pertenciam esses ervais.

Como vemos, essa região de erva-mate nativa corta diagonalmente o Estado desde a lat. de 27° 20' e a long. O. de 11° 15' até à lat. de 32° e a long. O. Rio de Janeiro de 9°. As terras que ficavam abaixo dessa linha absolutamente não tinham ervais. Coincide ela com as terras altas do Rio Grande do Sul, principalmente em sua parte Norte, onde corre o planalto.

Teschauer cita Carlos Gallardo, [199]) que nos dá a análise física e química das terras produtoras de erva-mate que se distinguem por serem avermelhadas, contendo grande quantidade de ferro:

---

198) Biblioteca Nacional Mss. Col. de Ângelis. I, 29, 7, 25.
199) *La Industria hierbatera en Misiones*. Buenos Aires. 1898.

ANÁLISE FÍSICA

	Solo	Subsolo
Cal assimilável	0,11	0,09
Sílex	78,68	82,88
Argila	13,54	12,98
Húmus	4,73	1,19

ANÁLISE QUÍMICA

	Solo	Subsolo
Cal	0,151	0,094
Ácido Fosfórico	0,4	0,28
Potassa	0,579	0,551
Azoto	0,448	0,168
Ferro	1,79	5,5

O uso da erva-mate entre os índios vem de tempos imemoriais, de que se não pode achar notícia na vasta documentação sobre o assunto. Quando os Jesuítas penetraram no Rio Grande do Sul o seu uso estava generalizado não só entre os tapes, chamados guaranis, como entre os silvícolas de outras origens.

Em sua Carta Ânua de 1633, precioso repositório de notícias, nos dá o P. Pedro Romero informes interessantes sobre a mudança da redução de Santa Teresa de Ibiturú, proximidades do Rio Uruguai para o local em que teve assento a 22 de Março de 1633, nas cabeceiras do Jacuí, sendo a mudança realizada pelo P. Francisco Jiménez, transcrevendo na mesma comunicação a Carta Ânua desse sacerdote. Preconizando as excelências do novo posto escolhido que, segundo Rego Monteiro, devia de ficar a 28° 15' de lat. S. e a 9° 15' de long. O., isto é, nas proximidades da actual

cidade de Passo Fundo, diz o P. Romero: «Tem outra comodidade o sítio desta Redução, que não a faz pouco apetecível aos índios, e é o estar junto à erva que os naturais chamam **Coguay**, de que geralmente usa toda esta nação guarani, e sem ela parece não podem viver.» [200]) Mais tarde, repetiria o P. Nusdorffer quase textualmente as palavras do P. Romero.

Dá-nos notícia o P. Jiménez dos sofrimentos que padeceu, quando da mudança da Redução de Santa Teresa. E nos informa que os índios se alimentavam «dormindo e bebendo a erva». «Os dois últimos dias, diz, estivemos sem comer e até que vendo o pleito mal parado (e **que não havia senão erva**) para comer, embora o tempo não se aplacava nem cessava de nevar e cair granizo, disse aos índios: filhos (**vós deveis sustentar-vos dormindo e bebendo a erva**) eu, eu não posso sofrer a fome e tenho obrigação de olhar por mim e não me deixar morrer assim, e portanto eu me quero ir embora ainda que faça mais frio...» Note-se que este documento é o original e que as palavras que grifamos estão riscadas aí, provàvelmente, pelo provincial P. Diogo de Boroa, pois nessa época a Companhia ainda não preconizava o uso da erva.

E era natural que assim sucedesse. A erva escravizava o índio. O **benefício** da erva, pelas distâncias em que ela se encontrava das reduções, principalmente no Paraguai, se tornava em malefício para os pobres silvícolas. E daí as Ordenanças em que o ouvidor Alfaro «regulou os serviços prestados aos espanhóis proibirem com graves penas, que forçassem os índios ao benefício da erva e aos próprios índios mandou a esse serviço durante os quatro meses do ano, de dezembro até março, inclusive» diz Teschauer. [201]) Os paraguaios faziam erva nas serras de Maracaju, com um percurso de 160 léguas: E Hernandarias que descobriu terem os remadores de sua embarcação um saco de erva, fê-lo queimar pùblicamente na praça pública de Buenos Aires, dando ao rei notícia do sucesso em carta de 1618. «Também tenho dado remédio às vexações que sofreram os índios da

200) *Carta Anua de las Misiones del Paraná y Uruguay del año* 1633. Dirigida ao Provedor P. Boroa pelo P. Pedro Romero S. J. e datada de S. Nicolau, Maio, 16, 1634. Mss. Biblioteca Nacional. I, 29, 7, 25.

201) C. Teschauer. *A Erva-mate*, cit. 562.

dita cidade e da província de Guairá, tirando-se de suas terras para colherem a erva, que é uma sorte de bebida, de que algumas vezes tenho informado a V. M., que assim colhendo-a, como carregando-a às costas de muitas léguas de dentro da terra por caminhos ásperos até à margem do rio, eram tratados com tanta tirania, quanta nunca se tem usado com súditos de V. M. Pois muitos morrem nesta faina ainda infiéis; sendo portanto coisa que merece ser proibida e em particular pelo uso mau desta bebida que faz os homens viciosos e madraços, tendo inflingido muitos castigos aos mercadores e pessoas que a venderam, até queimando-lha, executando uma ordenança do licenciado D. Francisco de Alfaro que assim o ordenou; que os ditos mercadores se tinham queixado na audiência de Plata e esta deu provisões condenando-me no valor dela. Assim conviria que V. M. enviasse cédula em que se proiba trato tão prejudicial e de tanto dano ainda para quem a toma; fora do estrago da vida é grande o da fazenda que gastam para comprá-la.» [202])

O uso da erva que era, ao princípio, privativo dos índios, estendeu-se, mais tarde, aos espanhóis do Paraguai. E' ainda Lozano quem diz que foram um tenente-general do Paraguai e um governador daquele bispado «que atropelando todos os respeitos, se entregaram com tanto desenfreamento a este vício, que todo o povo se foi atrás deles, sendo que o exemplo dos chefes arrasta com não sei que oculta força a sua imitação. Propagou-se dentro de poucos anos o uso e abuso da erva, de sorte que só na cidade de Assunção se consumiram 14 a 15 mil arrobas por ano em 1620».

Quando P. Roque entrou no Rio Grande do Sul, fundando as primeiras reduções entre os rios Ijuí-guaçu e Piratini, não havia em esta vasta região uma só planta de erva-mate nativa. Mas todos os seus habitantes já usavam a bebida, indo, como já vimos, beneficiar a erva a uma distância nunca menor de vinte léguas, que tão distantes estavam os ervais silvestres de Nhucorá e Conceição, que lhes ficavam mais próximos.

---

202) Idem, ibidem, apud. Lozano. *Historia de la Conquista del Paraguay*, T. 1°, cap. 8°.

E' o P. José Cardiel que nos dá um informe precioso em sua **Relación verídica,** [203]) tratando da erva «tão usada como pão e vinho na Espanha.» «Antigamente», diz, «iam nossos índios fazer esta erva (assim se diz por lá) aos matos, distantes dos Povos 50 e 60 léguas porque não a havia a menor distância. **Os sete da Banda Oriental do Uruguai iam por terra em carretas,** os demais pelos rios Uruguai e Paraná em balsas feitas de canoas, **rio acima porque não se cria rio abaixo;** e não se podia ir por terra por causa das serras e montanhas intermédias. **Os de terra voltavam com os seus carros carregados depois de muitos meses.** Os de água, depois de feita a erva, a levam a ombros desde o lugar onde se cria até o rio, que, em partes estava longe, e pouco a pouco foram acabando os ervais próximos e traziam a erva de 3 e 4 léguas de distância com grande trabalho.»

A invasão dos paulistas havia determinado a mundança das reduções primitivas para a outra banda do Uruguai, onde durante cinquenta anos se conservaram, só voltando ao território rio-grandense em 1682, sendo o primeiro dos Povos fundado o de São Borja.

Durante todo esse tempo, não obstante o perigo da própria vida pela contínua incursão dos tupis e da distância enorme que tinham a percorrer, jamais deixaram os índios de se suprir de erva nos matos nativos dessa planta, existentes em território rio-grandense. Mas, só depois da criação dos Sete Povos é que se sistematizou a exploração desses ervais, sendo mesmo delimitadas, quer no Uruguai, quer no Jacuí, as zonas ervateiras, pertencentes a cada um.

Iremos encontrar nos Diários da Demarcação, e especialmente no **Diário Resumido** do Dr. José de Saldanha, nunca assás citado, notícias referentes à localização desses ervais. A entrada desses extensos e preciosos bosques nativos de **Ilex paraguayensis,** era pela estrada carroçável aberta pelos Jesuítas que, passando pela Cruz Alta, ia até às imediações da actual cidade da Soledade. Passando o arroio dos **Paus Queimados,** nome que provém de uma

---

203) P. José Cardiel. *Relación verídica de las Misiones* etc. Mss. Biblioteca Nacional, I, 5, 1, 52.

grande quantidade de erva devorada pelo fogo, e que ficava na lat. de 29º 2' 24" e na long. O. de 9º 50', começavam os grandes matos de erva que abrangiam os municípios de Soledade, extremado ao Sul pela serra de Butucaraí, Municípios de Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Palmeira, até o Uruguai. Um pouco a Oeste, limitado pelo rio Jacuìzinho, na lat. de 28º 52', encontrava-se o primeiro posto ervateiro dessa região pertencente ao Povo de São João: «uma pequena meia praça, formada de matos aonde estão os ranchos velhos dos Ervateiros do Povo de São João, no ano antecedente, chamado este erval de Caacorá, que quer dizer «Curral de mato», este é o primeiro dos ervais do Povo de São João.» [204])

Em seguida, juntos a estes estavam os ervais dos Povos de São Lourenço, São Tomé e São Nicolau. Delimitavam-nos uma cruz de pedra, tendo no braço de Oeste — **San Tomé,** no de Leste — **San Nicolau,** e na parte da base voltada para o Sul — **S. Lourenço.** Os ervais deste Povo iam até ao Uruguai-tupi, que desemboca no Uruguai, mas foram pelos índios abandonados depois de uma incursão dos tupis que mataram dezenas de ervateiros.

São Luís tinha seus ervais mais próximos, pois lhe pertenciam os da Conceição que ficavam no actual município de Ijuí; e Santo Ângelo explorava os de Nhucorá, no Alto Uruguai. Tocaram a São Borja, que era o mais meridional dos Povos, os ervais do Camaquão-do-Sul, que iam morrer na Lagoa dos Patos, distante mais de cem léguas dessa Missão.

Vários pleitos entre esses Povos ocorrem pela posse dos ervais. Em 1742, os Juanistas e Miguelistas disputaram os ervais da Conceição. Para solucionar a questão, o Superior dos Jesuítas comissionou o P. Pedro de Cabrera, que decidiu a contenda em favor dos índios de São João. Ficou esse perímetro assinalado com diversas cruzes, inclusive uma lápide em que se inscrevera: «Ano de 1742. Assinalaram-se estes ervais e puseram estas cruzes de pedras com as letras que se vêem nelas, por ordem do P. Pedro de Cabrera, estando presente o corregedor Pe-

204) Dr. José de Saldanha. *Diário Resumido,* de 1783.

dro Chaury, o secretário Francisco Cuaracy, e outros quatro homens de ambos os povos.» [205])

A exploração desses ervais nativos datava de largo tempo. Diz o demarcador D. José de Varella y Ulloa, numa controvérsia com o Brigadeiro Sebastião X. da Veiga Cabral da Câmara, comissário português que «um índio, respeitável pela sua ancianidade testificava que no ano de 1716 os moradores do Povo de S. João haviam feito grande colheita de erva nos matos do Jacuí». Outras mais consideráveis se registavam nos anos de 1720 e 1737. Outros documentos de origem portuguesa confirmam a asserção. Foi exactamente no ano de 1716 que um índio, chegado à Laguna, deu a Brito Peixoto a notícia de que num monte chamado de Butucaraíba, os Jesuítas tinham grandes minas de prata, que conduziam em carretas para as Missões. Aprestou o capitão-mor uma bandeira e descendo a Serra chegou até ali. E descobriu junto ao morro grandes carreiros em que os índios chefiados pelos Jesuítas «com caminhos feitos de carros, e cavalgaduras para levarem a prata para as suas aldeias», os receberam a tiros de mosquete. Levaram os lagunistas a notícia da prata, mas essa prata nada mais era do que a erva que ali beneficiavam desde tempos remotos. [206])

Mas, esse trabalho impunha sacrifício inacreditável de vidas preciosas e afrouxava os laços da disciplina espiritual dos Povos, urgindo remover os seus inconvenientes. E' quando resolvem os Jesuítas tomar uma providência relevante afim de obviar esses inconvenientes. Data dessa época a cultura da árvore da erva, nas proximidades dos Povos. Não se sabe ao certo quando teve início o plantio de sementeiras, mas podemos afirmar que foi depois da mudança dos Sete Povos, isto é, de 1682 em diante. Antecipou essa data São Xavier, a quem pertencia, por doação do ouvidor Blásquez de Valverde, desde 1657, a região ao Norte do Ijuí até o Nhucorá, que era de Conceição, Povo também da margem direita do Uruguai.

---

205) *Correspondência do Rio Grande do Sul*. Demarcação de limites. Vol. XI. Biblioteca Nacional, I, 5, 4, 18, Of. 124.

206) Aurélio Porto. *Regimento de Dragões do Rio Pardo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 1920.

Cessadas com a batalha de Mbororé as incursões dos bandeirantes, começaram os índios de São Xavier a atravessar novamente o Uruguai, estabelecendo ali grandes estâncias de gado. Em diversas ocasiões o P. Pedro Tolú e outros passaram para o território rio-grandense 4 mil vacas, afim de repovoá-lo. Outro Padre, André Gallego, antes de 1660, no hodierno Cerro Pelado, que ficava em frente à Redução de São Xavier, fez plantar um canavial, que mais tarde serviu para a fabricação de açúcar. Data também dessa época o primeiro **erval hortense** plantado pelos Jesuítas na Banda Oriental do Uruguai e que ficava perto do canavial. Além das referências no **Tanto autoriçado,** a que já fizemos menção, conta esse erval no mapa do Padre Tolú, com a seguinte inscrição: «Yerbal que plantaron los de San Xavier». Além dos ervais do Nhucorá, entre as nascentes deste rio e as do Ijuí, possìvelmente, hoje em território do município de Palmeira, assinala o mapa mais «um erval novo que estão agora fazendo erva os da Conceição». Além desses ervais acima referidos, o mapa, que traz a palavra **Carome** (proximidades de Caró) entre São Miguel e São Lourenço, não menciona a existência de outra qualquer mancha da preciosa planta. Já estão nesse mapa localizados os Povos de São Nicolau, São Luís, faltando os de São João que foi uma colónia de São Miguel, fundado em 1697, e o de Santo Ângelo, colónia da Conceição, estabelecido, primeiramente entre os Ijuís e que depois passou para o Norte do Ijuí-guaçu, em 1707.

Não foi sem grandes dificuldades que conseguiram os Jesuítas plantar ervais nas proximidades de seus Povos. Mas, urgia solucionar esse problema vital da economia indígena. Verdadeiras devastações de vidas utilíssimas faziam nos índios ervateiros os tupis (bugres). Também a longa ausência de centenas de catecúmenos, que passavam a maior parte do ano nos ervais do Jacuí, desfalcavam as reduções, afrouxando os laços espirituais e contribuindo para a dissolução da família. Atendendo os Padres, diz o P. Gaspar Rodero, S. J., [207]) «a inconvenientes tão perniciosos à conservação e aumento das suas Reduções, solicita-

207) Padre Gaspar Rodero, S. J. *Vindicación de la verdad y de la inocencia perseguidas*. Biblioteca Nacional. Mss. I, 29, 1, 100.

ram plantar em terras mais apropriadas e próximas dos seus Povos, ao princípio algumas plantas tenras dessas árvores; depois, fazendo viveiros da semente semelhante à da Erva; e embora em muitas delas, não em todas, se conseguiu bom efeito; porém é experiência certa que a Erva que se produz com o cultivo não tem tanta força como a têm as árvores silvestres dos matos.»

Entretanto, é o P. José Cardiel que nos dá a mais preciosa informação sobre o assunto «Vendo os Padres tanta perda de tempo fora do Povo sem os socorros espirituais dele, e tanto trabalho dos pobres índios, se aplicaram a trazer ervais para o Povo como hortos dele. Custou muito trabalho porque a semente inteira que se trazia não pegava. E' a semente do tamanho de um grão de pimenta com uns grãosinhos dentro, rodeados de goma. Mas se descobriu que aqueles grãozinhos limpos daquela goma, nasciam; e transplantando as plantas muito tenras do viveiro bem estercado a outro em maior distância de plantas, e deixando-as ali fazer-se fortes, transplantadas dali ao erval e regando-as dois ou três anos, prendiam e cresciam bem; e depois de 6 a 10 anos se podia fazer erva. E' planta muito delicada e com toda esta indústria, cuidado e trabalho se consegue; e se fizeram ervais grandes em quase todos os Povos, de maneira que já não há necessidade de os índios irem com tantos afãs aos matos.» [208])

O **Diario de Demarcación** de 1752, da divisão espanhola, tratando da erva-mate, consigna dados interessantes que confirmam o informe do P. Cardiel: «Entre as Árvores frutíferas, diz, se deve contar a erva que comumente chamam Mate no Paraguai, cujo uso é geralmente recebido em quase toda a América, dando-lhe o nome do vaso em que se toma: a árvore a que mais de assemelha é o louro, cultivam-na em todos os Povos de Missões; a semente é como um grão de pimenta; porém, para que nasçam, a casualidade ensinou o modo: observaram que alguns grãos que tragavam as aves e expeliam inteiros nasciam por si mesmos, pelo qual começaram a dar alguns aos meninos que, expelindo-os inteiros, e ajudados do calor natural pegavam, que é o mesmo que atesta Mr. Tabernier acontece com a noz moscada na Ásia. Depois de-

208) P. José Cardiel. *Relación veridica*. cit.

ram em lavar a semente em água quente até que separados uns grãosinhos angulares que encerra a primeira cobertura, deita uma espécie de goma e fica cada grão com uma cor de um pardo claro livre, conseguindo que nenhum deixe de nascer nesta forma, e ainda nascidos correm perigo, pois é necessário preservá-las na estação rigorosa até que tenham força suficiente.» [209])

Foi o Sr. Carlos Voigt, de Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul), o primeiro agricultor que conseguiu fazer largas sementeiras de erva-mate, em 1890. «Procure-se sobretudo obter semente bem madura, ensina ele, estendendo-se para esse fim grandes lençóis debaixo das árvores e sacudindo estas para que as vagens caiam sobre o pano. Isto feito, para limpar a semente da massa polposa que a envolve, colocam-se as vagens em qualquer recipiente onde possam ser pisadas ou machucadas por meio de um pau. Ajunte-se depois água à espécie de papas que resulta da operação e lave-se bem, deitando fora a substância polposa ou mucilaginosa com as sementes que, por leves, vêm à tona dágua. Repete-se esse processo até que a semente pesada (e boa) fique bem limpa. Depois dessa operação terminada, misturam-se alguns punhados de cinza de madeira a cada quilograma (mais ou menos) de semente, e deixam-se em repouso por algumas horas, depois do que são novamente lavadas com água limpa, e secadas à sombra, espalhadas, convenientemente, para que se evapore com facilidade a água que resta da lavagem. E, assim, se obtém semente capaz de germinar» [210])

Ainda em outro documento, é o mesmo P. Cardiel quem nos diz que a erva do Paraguai «é planta muito delicada e de muito trabalho no cultivo, motivo pelo qual até agora não tem havido Espanhol algum que fizesse delas horto florestal algum, porque ainda que há muito comércio com ela, a vão colher aos matos muito distantes, onde se cria silvestre. Estes ervais, digo, plantados e feitos hortenses com muito empenho dos missionários para o alívio dos índios, que os há em cada Povo nas suas proximida-

209) *Diario de Demarcación de la linea divisoria,* etc. Cód. Mss. Biblioteca Nacional, I, 1, 1, 20, pág. 217.
210) *Anuário do Rio Grande do Sul.* 1900-182.

des, a maneira de hortos dela, e são a finca principal, de cujo comércio se tira tudo o que necessita o Povo.» [211])

E foi assim com tenacidade inacreditável, depois de descobrir o modo de tornar a semente da erva germinável, que os Jesuítas conseguiram os seus grandes ervais na região que estudamos.

Hemetério Velloso, um grande conhecedor da região dos Sete Povos das Missões, informa que «nos municípios de Santo Ângelo, Palmeira (compreendendo o distrito de Nonoái), Passo Fundo e Soledade, uma pequena área do da Cruz Alta (o rincão de Nossa Senhora) são os únicos lugares, onde, dentro das serranias e capões de matos, encontra-se a árvore do **mate**. Alguns proprietários têm conseguido arrancar e conduzir daí e plantar em suas terras mais distanciadas pequenas árvores denominadas **guachos**; isto com o fim de terem um erval próprio, em lugar onde absolutamente não há essa árvore; mas desse trabalho e cuidados ainda nenhum obteve resultados vantajosos. Seriam assim plantados os pequenos **ervais**, de que há ainda restos nas ruinas de São Miguel e de São Lourenço, mas esses mesmos insuficientes para o consumo das reduções, o que prova ser a erva-mate um produto espontâneo da natureza e em determinadas zonas chamadas **manchas**. [212])

Floresceram grandemente os ervais dos Povos. Davam perfeitamente não só para suprir ao consumo local, como para exportar largos sobejos. Sòmente, consoante Cardiel, «os Povos que não tinham ervais hortenses vão muito longe aos silvestres, à distância de 50 a 60 léguas.» Escrevia isto o jesuíta austero em São Borja aos 14 de Setembro de 1758.

A expulsão da Companhia e consequente modificação na vida administrativa das Missões, veio, no entanto, afrouxar os laços de disciplina dos índios, e atirá-los de novo à preguiça e à imprevidência que lhes eram características. E sem o cuidado preciso, os ervais das Missões degeneraram, e em pouco tempo se torna-

---

211) Padre José Cardiel. *Declaración de la verdad contra un libelo infamatorio impreso en portugués*, etc. Biblioteca Nacional. Mss. I, 1, 2, 43.

212) Hemeterio Velloso. *As Missões Orientais*, P. Alegre, 1909-180.

ram quase improdutivos, voltando os índios de São Miguel e de São Lourenço, como antigamente, aos ervais nativos do alto Jacuí. E era essa a situação dos Povos, em 1783, quando se realizava a Demarcação de Limites, determinada pelo Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Por essa demarcação, as terras a Oriente da Coxilha Grande, ficavam pertencendo a Portugual e com elas os grandes bosques de árvores de mate, onde iam os missioneiros, com a decadência dos ervais dos Povos, buscar a erva preciosa. Os comissários espanhóis não se queriam conformar com a situação criada pelo Tratado e daí a larga controvérsia entre D. José Varella y Ulloa, por parte de Espanha, e o brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, por parte de Portugal.

Respiguemos essa correspondência, que é interessante. Em ofício de 1789 diz Cabral da Câmara, que com a expulsão dos Jesuítas se instalou o beneficiamento dos ervais naquelas grandes distâncias com prejuízo dos índios, e acrescenta que todos os Povos, «estão cercados de ervais, que, posto que em grande decadência e descuido pela preguiça e má administração da conjuntura presente, **não deixam de mostrar a boa ordem com que foram plantados** e em reconhecido aumento por tão dilatados anos, e seria possível que os Jesuítas chegassem a pô-los no auge de fertilidade, asseio e benefício em que no seu tempo se achavam, se houvessem de refutá-los, tendo-os à porta de casa para deitar mão de outros, tanto mais remotos e incómodos, não digo eu em Missões, aonde a experiência prova o contrário, mas outra qualquer parte, por distante que sejam. [213])

Contestando o ofício do comissário português, diz D. José de Ulloa, em exposição datada de São João Baptista, a 16-II-1789: «E' certo que os Regulares da Companhia plantaram alguns ervais nas proximidades dos Povos com o objetivo de promover a indústria de seus habitantes, porém a mor parte dessas árvores se perdeu e as demais se encontram em tal decadência que mal se encontra uma que chegue à altura de três varas; por cuja ra-

213) *Correspondência dos Governadores do R. G. do Sul.* Biblioteca Nacional. Mss. I, 5, 4, 18. Vol. XI. Off. 124.

zão é tão curta a utilidade que tiram os índios do Uruguai de todos esses plantios que a maior colheita que fazem neles não passa de seiscentas arrobas da erva que chamam de paus, sendo que dos ervais de Montegrande se extraem anualmente mais de trinta mil arrobas da mesma erva, com a circunstância de que esta é de melhor qualidade e mais vantajosa para o comércio.»

CAPÍTULO VII

OS JESUÍTAS E A EXPANSÃO PORTUGUESA NO PRATA.

1. *Primórdios da controvérsia sobre o Rio da Prata.* — 2. *Rio Grande do Sul, donataria dos Assecas.* — 3. *Tentativa do general João da Silva de Souza.* — 4. *Expedição de Jorge Soares de Macedo.* — 5. *Colónia do Sacramento.* — 6. *Laguna.*

1. Primórdios da controvérsia sobre o Prata.

Remontam às primeiras horas históricas do Brasil, na fase inicial de seu povoamento, as fundas divergências em que se debateram, secularmente, pela posse do Rio da Prata, as duas nações peninsulares que disputavam o continente sul-americano.

O Tratado de Tordesilhas, estabelecido pelo Papa Alexandre VI, para regular a posse das descobertas feitas na América pelas duas monarquias, «estabelecia uma linha imaginária que, pelas dimensões das distâncias, deveria penetrar no Continente nas cercanias de Belém do Pará e sair em Laguna, em Santa Catarina, cortando em recta inflexível o território brasileiro», «ficando para Castela três quartas partes da actual área territorial, restando a Portugal apenas uma quarta parte, nos Estados do norte e do centro». [1])

Vindo morrer, no Sul, aos 28° e ⅓, mau grado a imprecisa ciência cartográfica da época, não dava direito à Coroa lusitana ao vastíssimo trato de terra limitado pelo grande estuário e dentro do qual ficavam o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Além de

---

1) A. Ellis. *O Bandeirismo Paulista*, cit. 27.

procurar, por uma interpretação toda sua, ajustar às pretensões da Côrte as linhas daquela demarcação, jogando-se à sua feição, o que era fácil pela exiguidade de conhecimentos para fixação de coordenadas exactas, invocava ainda Portugal a prioridade na descoberta e posse do Prata, pelas suas armadas.

Razão sobejava-lhe para isso. E pondo mesmo de lado a letra expressa da convenção pontifícia, atentatória aos seus direitos à posse daquela região, Portugal reclamava, desde o princípio, junto à Corte castelhana, para dirimir a questão platina que surgia, fosse aberto um inquérito em que se constatasse a quem cabia a descoberta daquele rio, apontado naturalmente como limite meridional das possessões das monarquias.

A viagem de Martim Afonso, iniciada em 3 de Dezembro de 1530, no qual, reconhecendo todo o litoral, subiu o Rio da Prata, deixando ali marcos-padrões, com as quinas portuguesas, alvoroçou a Corte de Castela. Acresce, ainda, ter chegado ao conhecimento do imperador Carlos V, cunhado de D. João III, que reinava em Portugal, que este monarca resolvera povoar toda a costa do Brasil, dividindo-a em capitanias hereditárias, afim de galardoar os seus melhores servidores. Entrava, também, no plano geral, a costa sul, além-Tordesilhas, ficando desrespeitada, assim, a linha demarcadora desse Tratado.

Álvaro Mendes de Vasconcelos, embaixador de Portugal junto à Castela, em 1531, encaminhava nesta Corte a defesa das pretensões portuguesas, procurando, para melhor atingir o seu objectivo, tocar os sentimentos nativistas da imperatriz D. Isabel, filha de D. Manuel, mulher de Carlos V, que governava o Reino na ausência do imperador, nessa época em Flandres. A correspondência do embaixador com D. João III vem trazer preciosas achegas ao assunto, precisando com minúcia a larga controvérsia diplomática. Na Corte de Lisboa, como embaixador de Espanha, Lopo Furtado desenvolvia, também, forte actuação, informando de tudo o que ali se passava.

Em carta de 4 de Outubro de 1531 o embaixador Álvaro Mendes dá conta a El-Rei do modo por que encaminhava, junto à imperatriz, as negociações relativas à posse do Rio da Prata.

Querendo afastar de si a responsabilidade de uma solução

ao caso em debate, disse a imperatriz ao embaixador português que levasse ao conhecimento do presidente do Conselho de ministros a proposta de que El-Rei de Portugal o fazia intermediário.

Segundo se depreende dessa correspondência, em parte inédita, não tendo chegado anteriormente as duas coroas a um acordo quanto à demarcação do Tratado de Tordesilhas, os monarcas antecessores haviam combinado pertencessem as novas terras a descobrir aos domínios que primeiro as tivesse encontrado. Ora, o Rio da Prata fora, sem contestação, descoberto e navegado inicialmente pelos portugueses, pertencendo-lhes destarte a sua soberania. E para constatar isso, propunha D. João III se reunisse uma comissão que investigasse a quem cabia a prioridade no descobrimento desse rio, pelo qual haviam subido as caravelas de D. Nuno Manuel.

Reunido o Conselho de ministros, a que foi presente o conde de Sorvo, presidente do das Antilhas, depois de examinar a questão, transmitiu à Imperatriz Regente o seu parecer. Esta, mandando vir à sua presença Álvaro Mendes, fê-lo ciente que era pensamento de seu Conselho que El-Rei, com essa proposta, lançava mão de medidas dilatórias, afim de protelar a solução do caso. E acrescentava que Castela apresentaria, na Corte de Lisboa, um protesto formal contra a intromissão de Portugal nas terras que eram do Imperador, se Martim Afonso continuasse sua derrota até aquele rio.

Não convinha, pelas consequências que disso pudessem advir, protesto de tal natureza, que possìvelmente motivaria nova bula papal, e o embaixador empregou todos os meios ao seu alcance para evitá-lo. Disse, então, à Imperatriz «que os taes Requerymentos» entre El-Rei e o Imperador «feytos por ela e co seo consentimento não podya trazer nhum bom fim», e que «co emperador nem coela nunga» o monarca português uzara nem «uzava de cautelas nem de palavras fingidas senão de tanto amor e verdade como as mesmas obras o dizyao».

Acrescentava mais que no Regimento de Martim Afonso, consoante determinara El-Rei, havia cláusulas expressas para cercar de «resguardos e amyzades» os vassalos da Coroa castelhana.

Ficando a sós com a Imperial Soberana, procurou Álvaro

Mendes apelar para os seus sentimentos de portuguesa e afecto fraternal por D. João III, frisando, ao mesmo tempo, a falsidade dos que a cercavam, «e quanto pouco amor conhecya de quantos grandes e senhores avia em seos Reynos». Incerta também era a volta do Imperador, exposto aos azares da guerra, e isto mais acentuava a necessidade que ela teria do «amparo a favor d'El-Rey e quanto lhe isto emportava ainda que se quizesse esquecer do passado». Tudo quanto faziam os que a cercavam, levados por interesses próprios, era com o intuito de apartarem-na do amor de seu real irmão.

Essas razões não comoveram a mulher de Carlos V que, friamente, respondeu ao embaixador pesaria tudo isso e, antes de formular o protesto junto à Corte portuguesa, disso daria ciência ao representante d'El-Rei.

Entrementes, já se cuidava em Castela de mandar o **adelantado** das Canárias com forte armada ao Rio da Prata. E mais aguçou a vontade castelhana a notícia corrente de que Martim Afonso mandara para Portugal ouro e prata daquele Rio, tendo mesmo desbaratado uma frota castelhana que ali encontrara. Levando ao seu real senhor essa notícia, Álvaro Mendes achou de melhor conselho fingir se desinteressava do assunto, enquanto aguardava novas determinações de Sua Alteza.

Em Dezembro desse ano de 1531, sem solução ainda, continuava a troca de notas sobre o assunto do Rio da Prata, pois, em carta de 14 desse mês [2], Álvaro Mendes informava à corte de Lisboa que Sua Majestade a Imperatriz o chamara e lhe dissera que estava disposta a fazer o que fosse do agrado do seu real irmão, e para isso «tinha acabado co estes de seo consêlho das antilhas e co o cardeal que nan mandassem daquy pesoa algua fazer Requerymento a vosa alteza sobre o Ryo da prata» noticia o embaixador. Aduzira a Regente de Castela que faria escrever a Lopo Furtado, embaixador em Portugal, recomendando-lhe que nos negócios dessa pendência, usasse dos termos mais brandos que pudesse.

Não obstante, afirmava a Soberana, Castela tinha, como era

2) B. N. Cód. mass. I, 4, 3, 4, fls., 378 v.

notório, posse mais antiga sobre o Rio da Prata. Álvaro Mendes fez então sentir à sua imperial interlocutora que, no Regimento dado a Martim Afonso, muito havia El-Rei recomendado toda a amizade com os castelhanos e que deles não tomasse, nem com eles contendesse sobre coisa que possuissem. Convinha, porém, agregava o diplomata português, que a Imperatriz, por si e por seu imperial esposo, mandasse averiguar em que tempo Dom Nuno Manuel, por mandado de Dom Manuel, pai de D. João III e dela própria, descobrira aquele Rio. Ficaria este sob o domínio de quem o tivesse descoberto, até que fosse possível traçar a verdadeira linha de demarcação entre as duas coroas.

Disse-lhe a Imperatriz fizesse chegar ao conhecimento d'El-Rei não convir que Martim Afonso tomasse posse daquele Rio, respondendo-lhe Álvaro Mendes que «quanto a dizerem que em tomar martim afonso pose do ryo lhe farya ofença e lhes tomava sua pose isto hera muy grande engano por que o ryo he tamanho e faz tantas voltas e tam grandes que ja poderya ser que todas tres partes dele as duas estivessem na demarcaçam de vosa alteza e quiça que todo ou tambem pelo contrario e que por iso e por tudo martim afonso nam podya errar segundo o regymento de vosa alteza nem poderyam achar mylhores meyos que os que vosa alteza tinha offerecido mas independente diso escreverya a El-Rey nese sentido».

Terminando sua carta, Álvaro Mendes insinua ao monarca mande responder com urgência, «espantandose muyto de nao aceitarem os meyos e detreminaçoes que vosa alteza escreveu mostrandose disto mal contente».

Ainda em carta de 24 do mesmo mês insiste o embaixador pela resposta d'El-Rei antes que Lopo Furtado apresente na Corte os seus requerimentos.

Em 1535 apresentava-se em Lisboa nova armada com destino às terras do Brasil. Tinha como organizadores João de Barros, o cronista das **Décadas,** Aires da Cunha, que seria o comandante da frota, e mais Fernando Álvares de Andrade. Mais poderosa do que quaisquer outras anteriormente montadas, a armada de João de Barros transportava largo aparelhamento bélico, contando 900 homens de armas e mais de cem cavalos. Ti-

nha como objectivo, realizado após, povoar a capitania que fora doada a essa parceria, ao Nordeste do território brasileiro, e que compreendia os actuais Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. [3]).

Essa expedição, que largou do Tejo em Novembro de 1535, despertou em Castela justificados alarmas, de que nos dá notícias a correspondência do embaixador de Espanha, Luís Sarmiento, acreditado junto à Corte de Lisboa e publicada em magnífico trabalho dirigido pelo historiador argentino Carlos Correa Luna. [4])

Em carta de 11 de Julho desse ano, Luís Sarmiento informava ao Rei de Castela que, no ano passado, antes de que ele embaixador chegasse à Corte de Lisboa, o rei de Portugal doara a «muitos naturais do Reino muita terra no Brasil, de cinquenta a sessenta léguas a cada um, ao largo da costa marítima, e de largura o que pudesse se assenhorear para que a povoassem, indo muita gente com esses capitães a quem o Rei fez estas mercês, levando aparelhamento para nela viver, e não voltando até o presente».

«Agora», acrescenta Luís Sarmiento, «o tesoureiro Fernando Soares e um que se chama João de Barros e também segundo dizem o conde de Castanheira fazem uma armada à sua custa, em Lisboa, dizendo-se que levará setenta ou cem de cavalos e até muitos peões e vai por capitão dela um que se chama de Cunha e esta armada como se diz não pode ser sem a ajuda do sereníssimo Rei, afirmando-se pùblicamente que vai ao Rio Prata, e tendo nisto certeza falei ao Rei e lhe disse que havia sabido que se fazia esta armada em Lisboa e me maravilhava muito que Sua Alteza consentisse em tal coisa principalmente sendo para ir ao Rio da Prata que era da demarcação do Imperador meu senhor e coisa averiguada por sua. S. A. me respondeu que estes não iam com quatrocentas léguas ao Rio da Prata senão que também iam a um dos estabelecimentos que ele havia fundado no Brasil e que não consentiria que fossem a lugar que causasse prejuízo ao Impera-

3) *História da Colonização Portuguesa* — III. 252.

4) Archivo General de la Nación — *Campaña del Brasil.* Antecedentes coloniales. Dirigida por Carlos Correa Luna. Tomo I. (1535-1749). Buenos Aires — 1931.

dor, meu senhor, mas que se maravilhava como em Sevilha se fizesse armada para enviar ao Rio da Prata, que era de sua demarcação, que foi primeiro descoberto por um português, e que ele se dirigia logo a V. M. solicitando não consentisse fosse aquela armada que se organizava em Sevilha, pois isso era em seu prejuízo, e eu lhe respondi que apesar de não estar bem informado, segundo ouvira dizer e tinha por certo, que era averiguadamente de V. M. e que se não o fosse o Imperador meu senhor não mandaria enviar esta armada que se faz em Sevilha com D. Pedro nem outra coisa que fosse em menor prejuízo seu». [5])

Referia-se D. João III à expedição que se aprestava em Castela e que efectivamente saiu do porto de Bonanza, em 24 de Agosto de 1535, sob o mando de D. Pedro de Mendoza, com destino ao Rio da Prata. Depois de dilatada viagem, cheia de peripécias aportou a armada às ilhas de São Gabriel em princípios de 1536, lançando em seguida os fundamentos de Buenos Aires. Várias tentativas segundo Paul Groussac [6]) já se haviam feito no sentido de povoar o Rio da Prata, afim de evitar tomassem os portugueses a dianteira nesse empreendimento. Um dos primeiros que se propôs conquistar e povoar aquele rio, foi o comendador D. Miguel de Herrera que se dirigiu ao Conselho das Índias impetrando essa mercê. Seguem-se-lhe o **adelantado** das Canárias, D. Pedro Fernández de Lugo e também um regedor dessas ilhas com idêntico propósito. Pouco depois, Diogo Garcia, companheiro de João Dias de Solis, piloto português ao serviço de Espanha, que penetrara o Rio da Prata, era chamado à Corte onde recebia algum dinheiro e ajuda de custo para informar sobre as coisas daquela região. Em 1532 projectara-se mesmo mandar uma frota àquele estuário, pois um tal Vilalobo era nomeado «tesoureiro no Rio da Prata na viagem e armada que se ia fazer». Em 24 de Junho de 1533, Caboto, que estava em Sevilha, informa que o **adelantado** das Canárias insistia ainda na organização de uma armada para povoar o Rio da Prata. Tiveram todas essas

5) A. G. de la Nac. *Camp. del Bras.* cit. I. 5.

6) Paul Groussac — *Mendoza y Garay* (1536-1580), 2ª ed. Buenos Aires, 1916. 45.

tentativas por complemento a ordem de D. Carlos V, firmada em Toledo, concedendo a D. Pedro de Mendoza em data de 21 de Maio de 1534 a «conquista e povoamento das terras e províncias do Rio da Prata», ao mesmo tempo que se outorgava ao marechal Almagro, igual concessão no Peru.

As insinuações do embaixador Luís Sarmiento e o temor infundido na Corte espanhola de que a armada de Aires da Cunha se destinasse ao Rio da Prata, apressaram a saída da frota de D. Pedro de Mendoza (em 1º de Setembro de 1535), que pôde assim preceder a de Aires da Cunha (Novembro). Para justificar essa urgência informava ainda Luís Sarmiento, na citada missiva: «O que pude entender é que esses a que S. A. repartiu essas léguas no Brasil não levavam gente de a cavalo senão gente para povoar a terra e outras coisas para viver pacìficamente; estes vão diferentes dos outros, que levam gente de a cavalo e outra gente de pé de guerra e muitos hão dito como ouvi que vão com o pensamento de ir descobrindo por terra até dar pela outra parte com o Peru», e acrescenta, «eu seria de parecer que V. M. mandasse que partisse a armada que está em Sevilha para o Rio da Prata o mais depressa que se pudesse, pois a esta outra dão toda a pressa, dizendo-se que dentro de dois meses poderá partir».

Vinte anos mais tarde não terminara ainda a contenda travada entre as duas monarquias peninsulares sobre a posse dos territórios banhados pelo Prata. Portugal, avolumando as suas pretensões estendia-se até Assunção, fundada em 15 de Agosto de 1537 pelos espanhóis à margem do Paraguai.

Em 13 de Junho de 1554, em carta dirigida ao rei de Portugal, Carlos V pede a esse monarca sua atenção para as instruções que enviara ao embaixador Luís Sarmiento, acreditado junto à Corte de Lisboa, relativas às reclamações sobre o Povo de Assunção, inequìvocamente dentro dos limites da demarcação das terras de Castela. [7])

Na mesma data, acusando a nota de Luís Sarmiento, diz o Imperador que recebeu a relação das diligências feitas por aquele diplomata junto aos Sereníssimos Reis, referente à armada que

7) *Campaña del Brasil*, cit. 6.

se havia enviado ao Brasil e que tinha por capitão a António de Loureiro, «com muitos casados para povoar na costa dela e a que posteriormente estava para partir de que é capitão Luís de Melo em certos navios que havia armado em que levaria mais de trezentos homens, cinquenta ou sessenta a cavalo, que vão todos à sua custa para descobrir com licença do dito Sereníssimo Rei.» E acrescentava que apreciara as declarações do monarca português de que «ninguém destes capitães e gente entraria nem tocaria em coisa que tocasse à demarcação e limites do Imperador Rei, meu Senhor.»

Quanto à observação do rei português que se dizia surpreso por terem os castelhanos feito uma povoação em Assunção, e estarem armando uma frota para descobrir e povoar terras no Rio da Prata, mostravam-se os imperiais reinantes «maravilhados do que lhes disseram porque como todos sabem e é coisa muito notória, o Povo da Assunção, que dizem está povoado na província que dizem do Rio da Prata, que, ademais de cair com muitas léguas dentro da demarcação de Sua Majestade e há mais de quarenta anos que foi descoberto por capitães de Sua Majestade e povoado muitos anos, há posto por eles na província do Rio da Prata, e assim têm sido providos muitos governadores e agora o está povoado o dito povo de mais de seiscentos vizinhos... etc.» [8])

Em 1555, segundo documento que encontrámos na Biblioteca Nacional, queixava-se ainda a princesa regente de Castela a seu irmão D. João III dos maus tratamentos que, na costa do Brasil, os vassalos do Sereníssimo Rei inflingiam aos súditos castelhanos que iam para o Rio da Prata: «Dom Carlos, pela divina clemência Imperador sempre Augusto Rei da Alemanha, de Castela, de Leão, de Aragão, das duas Sicílias, de Jerusalém, etc. etc. Sereníssimo Mui Alto e Mui Poderoso Rei de Portugal nosso caro e mui amado irmão e primo: Nós escrevemos a Luís Sarmiento de Mendoza, nosso Embaixador nessa Corte que de nossa parte vos informe dos maus tratos e opressões que vosso Governador e outras Justiças da costa do Brasil têm feito e fazem a nossos subditos que vão e vêm com nossa licença ao Rio da Prata, afectuosa-

8) *Campaña del Brasil,* cit.

mente vos rogamos que, dando-lhe inteira fé e crença, os mandeis prover e remediar como Nós o mandaríamos nos casos de Vossa parte em semelhantes casos se nos requeressem. / Serenís-simo mui alto e mui poderoso Rei nosso mui caro e muito amado irmão e primo. Nosso Senhor seja em Vossa contínua guarda / Valhadolide a vinte e quatro dias do mês de Novembro de mil e quinhentos e cinquenta e cinco anos. — A Princesa. — D. João de Samana.» [9])

2. **Rio Grande do Sul — Donataria dos Assecas.**

Muito deve o Brasil à família Correia de Sá, cujo nome está intimamente ligado a fastos memoráveis da sua história. O Rio Grande, também, onde se perpetua a acção expansionista de Salvador Correia de Sá e Benevides, cujo esforço no sentido de estender o povoamento até o Rio da Prata, ressalta de todos os seus actos, deve colocá-lo no lugar que lhe compete, resgatando, assim, a dívida criada para com o ilustre brasileiro na conspiração de silêncio de nossos historiadores.

Nasceu Salvador Correia de Sá e Benevides no Rio de Janeiro, em 1594, sendo baptizado na Sé Velha, hoje freguesia de São Sebastião. Era filho de Martim Correia de Sá, que governou a capitania do Rio de Janeiro, e de sua mulher Maria de Benevides, e descendente dessa ilustre família, cujo nome está vinculado à história do Brasil, por serviços relevantes. [9a])

Passando a infância em companhia de seu pai, entrou para o serviço público em 1612, em que foi designado para conduzir um comboio de 30 navios que, sem serem acossados pelos piratas, passaram de Pernambuco a Portugal. Voltando ao Rio, levantou, na capitania de São Vicente, 300 homens que, em três canoas de guerra e duas caravelas, levou, em princípios de 1625, para auxiliar a armada que, em 24 de Novembro do ano antecedente, saíra de Lisboa para expulsar os holandeses da Baía. Em Espíri-

9) Biblioteca Nacional. Cod. mss. I, 4, 3, 4. fls. 349, v.

9a) Sobre a pessoa e actividade de Salvador Correia de Sá e Benevides, veja Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, VI, 272 e 273. (L. G. J.).

to Santo, onde aportaram, encontrou Salvador três naus holandesas que andavam a corso e aí procuravam saquear a povoação. Sem serem pressentidos, Salvador e seus companheiros caíram sobre os inimigos, rechaçando-os e fazendo-os reembarcar com o que lhes frustrou o intento. Chegando à Baía, contribuiu poderosamente para a restauração dessa praça em 1º de Maio de 1626. Estava em Lisboa, quando recebeu notícia do falecimento de seu pai, ocorrido no Brasil, em 10 de Agosto de 1632.

Em 1634 é Salvador Correia nomeado Almirante do Mar do Sul, recebendo ordem de ir ao Paraguai, a fim de combater os rebeldes. Em rudes refregas, desbaratou os Calequis, prendendo o seu cacique D. Pedro Champuí, que havia mais de trinta anos fazia guerra aos espanhóis. Com a batalha de Palingarta, em 1635, ganha por Salvador, ficou também pacificada a província de Tucumã. Nesses combates recebeu o Almirante do Mar do Sul doze ferimentos de flecha.

Por esses serviços teve a mercê de ser nomeado Capitão-Mor e Governador do Rio de Janeiro, por patente de 21 de Fevereiro de 1637. Por ocasião das lutas de que foi teatro S. Paulo entre Paulistas e Jesuítas, por motivo do cativeiro dos índios que deram motivo à expulsão daqueles Padres de Piratininga procurou Salvador intervir no sentido de harmonizar as partes, nada porém conseguindo, tal a exacerbação dos ânimos. Agiu, no entanto, de forma que não se reproduzissem no Rio de Janeiro os mesmos dissídios.

Nomeado, em seguida, Governador Geral e Administrador da Repartição do Sul, que compreendia desde a capitania do Espírito Santo até o extremo Sul, bem como para inspeccionar e lavrar as minas descobertas pelos Paulistas, aproveitou Salvador a oportunidade para ir àquela capitania, procurando também ver se conciliava os Jesuítas com os Paulistas. Entregando o governo do Rio de Janeiro ao seu tio Duarte Correia Vasqueanes, partiu para Santos, não podendo entrar em São Paulo por terem os ousados bandeirantes trancado os caminhos, para evitar que ele subisse à sua capital.

Procurou o Governador suasòriamente demover os Paulistas de seu intento, escrevendo-lhes várias cartas em que prometia lan-

çar um véu sobre o passado, e oferecendo-lhes certas vantagens que, aceitas, contribuiriam para pacificar São Paulo.

Em 26 de Março de 1654 foi nomeado General da frota que devia escoltar e proteger os navios de comércio do Brasil. Designado para dirigir a exploração das minas, em 8 de Junho do mesmo ano, lhe foram feitas honrosas promessas que adiante assinalaremos. Foi também nomeado Deputado ao Conselho Ultramarino. Reputou, porém, como mais importante dessas incumbências a de general da frota, fazendo três viagens a Portugal, numa das quais, chegando com 37 velas ao Recife, em 12 de Agosto de 1645, deixou considerável socorro em Tamandaré, o que muito contribuiu para a vitória de João Fernandes Vieira, na expulsão dos holandeses de Pernambuco.

Ao mesmo tempo que era seu nome lembrado para socorrer Angola, ameaçada pelos holandeses, foi nomeado Governador de três capitanias da Repartição do Sul. Agindo com presteza conseguiu de donativo oitenta mil cruzados com que aparelhou uma frota de dez navios, munições, etc. e com 900 homens de tropa de desembarque saiu do porto do Rio de Janeiro em 19 de Maio de 1645, com destino a Quicombo, onde, apesar de não haver ainda guerra declarada contra os holandeses, resolveu atacá-los, intimando-os a abandonar a praça. Depois de uma luta memorável pela notória bravura das tropas e, especialmente, a de seu general, os holandeses capitularam em 15 de Agosto de 1648. Em seguida acometeu o rei do Congo, assaltando as terras de 14 sobas, que tinham sido inimigos dos portugueses. Em Angola se demorou três anos, como Governador.

Voltando ao Rio de Janeiro com larga cópia de escravaria africana supriu com ela a falta de braços indígenas que havia em suas terras dos campos de Goitacazes, onde fundou em 1625 o templo de São Salvador. [10]) Em 17 de Setembro de 1658 foi nomeado por carta patente governador da Repartição do Sul, ora desmembrada, e constituindo um governo independente do da Baía. Voltan-

10) Para conhecer mais detalhadamente a acção de Salvador Correia, nos Campos de Goitacazes, em cuja donataria, como veremos, foi sucedido por um filho, o Visconde de Asseca e netos, veja-se o magnífico trabalho do Dr. Alberto Lamego. *A Terra Goytacá*, 1° vol.

do ao Rio de Janeiro, de cujo governo tomou posse no ano seguinte, encontrou exaustos os cofres públicos, propondo a criação de novos tributos. Isto descontentou profundamente o povo. Seguindo para São Paulo, em 11 de Outubro de 1660, confiou o governo a seu primo Tomé Correia de Alvarenga. Aproveitando a sua ausência, o povo do Rio de Janeiro se rebelou, depondo o encarregado do governo da capitania, e substituindo-o por Agostinho Barbalho de Bezerra. Pôs fim à agitação o desembargador sindicante António Nabo Peçanha, que viera da Baía, e pôde então, depois de alguns contratempos, retomar Salvador o govêrno da capitania, em Abril de 1661, até que o entregou a seu sucessor, nomeado em 1º de Julho.

Foram, no entanto, esquecidos os seus serviços, e em recompensa deles logrou ùnicamente que a seu filho Martim Correia de Sá fosse feita mercê do título de Visconde da Ponte de Asseca. Indo para Portugal, Salvador Correia viu-se envolvido nos sucessos políticos do reino, que deram em resultado a deposição de D. Afonso VI, em 1667. Procurando o monarca se aconselhar com o velho general este lhe sugeriu agisse com a energia que o momento reclamava. Isto lhe acarretou fundos dissabores, pois, perseguido, preso e sentenciado a dez anos de degredo nessa mesma África que reconquistara para Portugal, Salvador curtiu horas amargas. Por influência do filho, e mesmo talvez dos Jesuítas a quem protegera, conseguiu o velho soldado ter, em Lisboa, por menagem o seu próprio palácio.

Entrementes morre o seu filho, o Visconde de Asseca e, ficando na orfandade os netos, conseguiu Salvador a sua liberdade, tendo de novo assento no Conselho Ultramarino, de que era membro.

Depois de uma vida agitada faleceu esse brasileiro ilustre, com 94 anos, em 1º de Janeiro de 1688, sendo sepultado na sacristia do Convento fronteiro ao seu palácio de N. S. dos Remédios dos Carmelitas descalços, em Lisboa. Foi 1º Alcaide-mor do Rio de Janeiro, Fidalgo da Casa Real, Comendador de São Salvador da Alagoa e de São João de Cássia, na ordem de Cristo. [11])

11) Franc. Adolfo Varnhagen, *Biografia de Salvador Correia de Sá e Benevides*. Rev. I. H. B. III. 1841.

Dos seus serviços, que foram inúmeros no povoamento do Sul do Brasil e do esforço que fez para alargar os domínios portugueses até o Rio da Prata, diremos no seguimento deste estudo.

Na primitiva distribuição das capitanias gerais, não quis a Coroa Portuguesa, embora houvesse pretendido, estender além da linha de Tordesilhas, ao Sul, as respectivas doações, não obstante afirmar a precedência no descobrimento do Rio da Prata.

Esse largo trato de terra ficou completamente à mercê dos espanhóis durante um século, sem que para ele se voltassem as vistas lusitanas. Puderam, assim, acossados pelos bandeirantes, que os iam expulsando gradativamente para o Sul, os Padres da Companhia de Jesus estender as suas aldeias até o coração do Rio Grande. Repelidos daí mesmo, ainda pelos bandeirantes, como fica historiado, [12]) abre-se de novo um largo hiato no povoamento do Sul.

A epopéia das bandeiras vem despertar, novamente, idéias de sustàr o avanço castelhano no Rio da Prata e, mais ainda, um ousado projecto de ocupação, com o sofisma de «abrir comércio com Buenos Aires», precioso documento da época, que o **Inventário** da Torre do Tombo nos revela. [13])

Em data de 21 de Outubro de 1643, dando a El-Rei as informações pedidas «sobre o modo de abrir o comércio com Buenos Aires», Salvador Correia de Sá, que tinha vastos conhecimentos daquela região, como comandante das Frotas do Brasil, sugere se erguesse uma fortaleza nas imediações de Buenos Aires. Para esse fim organizar-se-ia uma frota de pequenos navios, nos quais, no Rio e em São Vicente, embarcariam de 500 a 600 homens, agregando-se-lhes os índios que fosse possível. Aos chefes se prometeriam mercês e tenças, a fim de estimular o seu zelo. Esses navios levariam duas chalupas e, chegando ao porto, que não tem defesa, se trataria de fazer uma fortaleza na Chacarilha de D. Caterina, sítio assim chamado e donde se senhoreia a cidade e o Riachuelo, que é a passagem onde estão os navios. Tudo isso seria levado a efeito sem incomodar os moradores, nem tão pouco con-

12) No capítulo quarto deste volume.
13) B. N. Anais XXXIX — 28.

sentir que se mudem dali com suas famílias, «mas se quiserem ir comerciar, dar-lhes lugar para o fazer, manifestando-lhes que só se trata de segurança para os nossos navios.»

A fortaleza, que deveria ser logo erguida, receberia tijolos do Rio e cal de São Vicente, e seria artilhada com peças levadas do Rio, da Baía e da Ilha Terceira, onde existiam algumas sem utilidade. Mas, era preciso evitar que os castelhanos recebessem socorros por terra e, nesse caso, alvitrava: Também será de efeito mandar V. M. licença aos moradores de S. Paulo para que, pelo sertão, vão sobre o Paraguai, porque é a parte de onde pode descer pelo rio abaixo mais socorro aos moradores de Buenos Aires e divertidos em seu primeiro lugar o não terão de socorrer a outro: suposto que se essa gente for por este caminho há de tratar de trazer os índios que estão nas aldeias, que a ser com diferente título do que costumam, não fora de tanto prejuízo como o com que os trazem, vendem e compram». Lembrava mais que o Capitão-Mor dessa gente deveria ser eleito pelo próprio povo de São Paulo, a fim de evitar inveja e dissídios. [14])

O autor da informação é o mesmo Salvador Correia de Sá e Benevides que, quatorze anos mais tarde, em 1657, recebe a mercê de uma capitania, cujos limites ultrapassavam já o paralelo de 28°, e se estenderia até à boca do Rio da Prata, se a metade das cem léguas requeridas não pudessem ser localizadas ao Norte da Ilha de Santa Catarina.

A Coroa Portuguesa que, na distribuição geral das capitanias, temerosa de avançar para o Sul a fim de não dar razão de queixa aos castelhanos, não havia contemplado as terras que se estendiam até o Rio da Prata, fazendo delas mercê aos seus servidores, já mais afoita se mostra e, no ano seguinte, 1658, em Outubro, defere o pedido da viúva e filhos do ex-Governador do Rio de Janeiro, tio de Salvador Correia, concedendo-lhes largas sesmarias. «Uma de 10 léguas de sesmaria por costa desde a barra do Paranaguá para o Sul e pelo sertão até entestar com a demarcação dos castelhanos; no caso das terras já estarem concedidas correriam da última demarcação para diante; a outra era de trin-

14) Biblioteca Nacional — An. cit. XXXIX — 28.

ta léguas por costa, começando onde acabavam as das capitanias dos Condes Monsanto e Vimeiro para o Sul, confrontando no sertão com os castelhanos». [15])

Lucas Boiteux, com muito fundamento, atribui o povoamento da Ilha de Santa Catarina e o da Laguna às insinuações de Salvador Correia de Sá e aos capitães Francisco Dias Velho e Domingos de Brito Peixoto, que o Governador da Repartição do Sul conhecera em suas repetidas viagens a Santos.

Diz o Visconde de São Leopoldo que é incontestável jamais ter o Rio Grande do Sul pertencido a donatário. Até seus lindes não haviam chegado as 80 léguas de costa, doadas a Pero Lopes de Sousa, que findavam, mais ou menos, no Rio de S. Francisco do Sul, nem tão pouco as largas sesmarias de que o príncipe D. Pedro fizera mercê ao Visconde de Asseca e a seu irmão João Correia de Sá. E acrescenta que «não era natural apetecerem terras desconhecidas que um marítimo ouriçado de alfaques tinha impedido de ali surgirem os mais intrépidos navegantes; sobretudo experientes do êxito ruinoso de tais empresas, ainda em outras donatarias, com boníssimos portos, de fácil embocadura e abrigados de vendavais». [16])

Outra alta autoridade da história nacional, o Visconde de Porto Seguro que, naturalmente, como pesquisador insigne teria compulsado a documentação existente na Torre do Tombo, contesta a veracidade dos documentos referentes à doação das capitanias do Visconde de Asseca, de 30 léguas de terra, que findariam na boca do Rio da Prata. [17])

Documentos modernamente exumados do Arquivo da Marinha e Ultramar, de Lisboa, [18]) vêm dar novas directivas à ques-

---

15) B. N. Anais, cit.

16) José Feliciano Fernandes Pinheiro, *Anais da Província de S. Pedro*, 2ª ed., Paris, 1839.

17) Porto Seguro, *Hist. Geral do Bras.*, 677, n.

18) *Anais da Biblioteca Nacional*, XXXIX — 1917. Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes ao Arquivo da Marinha e Ultramar, organizado por Eduardo de Castro e Almeida, da Biblioteca Nacional de Lisboa — E' justo consignar que grande parte dessa documentação fora anteriormente descoberta pelo Dr. Alberto Lamego que, em primeira mão, a publica em seu trabalho *Terra Goytacá*.

tão, esclarecendo esse ponto obscuro e controverso da nossa história. Houve, realmente, concessões de donatarias, abrangendo o Rio Grande do Sul e Uruguai, primeiro a Salvador Correia de Sá que, por motivos óbvios, foi tornada inexistente e, mais tarde, como consequência natural da primitiva doação, outra a seus filhos, Visconde de Asseca e General João Correia de Sá.

Até onde se estenderia, em território rio-grandense, a primeira doação? A de Salvador Correia tinha por ponto de referência «as terras onde chamam a Ilha de Santa Catarina, começando nela partindo a metade para a banda do Norte, e outra metade para a banda do Sul, e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a capitania» se completem com as que «forem de V. M. e estão despovoadas, e ficam entre a capitania de São Vicente e Rio da Prata, com os portos, rios e ilhas que houver na dita capitania».

Da Ilha de Santa Catarina para o Norte não havia terras devolutas, porque a donatária de Pero Lopes, ainda de posse de seus herdeiros, atingia até 28º e um terço (altura da Laguna), não podendo, assim, ser completadas essas 50 léguas ao Norte. Neste caso, a demarcação das 100 léguas, que correram rumo Sul, pela costa viria atingir aproximadamente aos 34 graus, isto é, todo o território rio-grandense, e pequena parte do uruguaio.

Veremos oportunamente, com dados mais positivos, a extensão dentro do nosso território, das donatarias do Visconde de Asseca e seu irmão que, apesar de opiniões em contrário, durante 51 anos foram donatários de grande parte do Rio Grande do Sul.

As petições de Salvador Correia de Sá e Benevides constam da acta do Conselho Ultramarino, de 14 de Março de 1658, e não obstante sua prolixidade, aqui registamos como documentos fundamentais para a história do Rio Grande do Sul: «Salvador Correia de Sá e Benevides, Conselheiro deste Conselho, General da Frota do Brasil, Alcaide-mor da cidade de São Sebastião... fez duas petições a V. M. nelle, em que diz no primeiro que elle há 31 annos, que serve a V. M. nestes Reynos, em particular no Estado do Brasil, onde seu pae Martim Correia de Sá servio mais de cincoenta, morrendo em tempo que estava actualmente governando o Rio de Janeiro, e a repartição do sul, a qual praça ganhou Salvador Correia de Sá aos franceses, em tempo do senhor Rey Dom

Sebastião, governando por mais de quatro annos conquistando Cabo Frio e mais costa daquellas capitanias, occupando-se mais em servir os Reys deste Reyno que pedir-lhes prémios, e porque he costume deste Reyno darém-se as terras do Brasil em Capitanias de cem léguas, pouco mais ou menos, às pessoas que por serviço de V. M. as queirão povoar, e tem posses, suficiência e experiência para o poder fazer, como se fez a todos os donatários, como foi Martim Afonso de Souza na Capitania de Tanhaêm, de outras cento e tantas aos progenitores de Ambrósio de Aguiar, no Espírito Santo, aos de Gil de Goes, na nova Parahyba, que hoje está despovoada, a Francisco de Saa a dos Ilheos, a de Porto Seguro aos progenitores do Marquês Bento Maciel Parente, ao sobrinho de António Coelho de Carvalho, a Feliciano Coelho de Carvalho, seu sobrinho, a Álvaro de Souza de Távora, e haverá poucos dias a hum filho de António Coelho de Carvalho, que nomeasse a parte onde queria, as quaes se darão às pessoas referidas em considerações de as povoarém e estender-se a propagação da fee e grande utilidade que se segue a fazenda de V. M. de se cultivarem e povoarem e ele por serviço de V. M. quer povoar huma capitania, nas terras onde chamão a Ilha de Santa Catarina, começando nella, partindo a metade para a banda do Norte, e a outra metade para a banda do Sul, e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a capitania que pede destas terras de cem leguas de costa como he uzo e costume, pouco mais ou menos, se inteirar nas terras que se demarcarem com estas, e forem de V. M. que estão despovoadas, e ficão entre a Capitania de São Vicente e o Rio da Prata, com os portos, rios e ilhas, que houver na dita Capitania, como he uzo e costume conceder-se aos mais donatários, e da mesma maneira nas juridições que tem. Pello que pede a V. M. lhe faça mercê mandar-lhe passar doação da dita capitania para uzar della na forma referida nesta petição e se augmentar a propagação da fee e fazenda de V. M.»

E na segunda diz «que elle tem feito petição a este Conselho pedindo a V. M. lhe faça mercê de huma capitania no Estado do Brasil ou Maranhão, e porque entre as que estão por dar, ha huma sorte de terras em que chamão a Ilha de Santa Catharina, que fica alem da Cananéa para a parte dos pattos. Pede a V. M. se

mande informar de que terras he e a utilidade de que são à propagação da fee e augmento da Fazenda Real, e achando que convem dalla, lhe faça mercê, como se fez aos mais donatários de 100 leguas de costa, começando a medir en frente da dita ilha para huma banda, e outra, em terras de V. M. e que não sejão dadas a outras pessoas, que as tenhão cultivado, e faltando para alguma das bandas se inteirará de outra, com todas as aguas, campos e ilhas, que houver nas ditas 100 leguas de costa, como he uzo e costume, para elle as mandar povoar á sua custa.» [19])

Correu a petição os trâmites legais. Vários conhecedores da região foram ouvidos sobre a pretensão do Governador. Marcos Correia de Mesquita que, como Provedor, ia para a Índia, deu a seguinte informação que, como as outras, registamos por conter interessantes informes sobre o Rio Grande do Sul: «Respondendo às perguntas que se lhe fizeram, acha por informações e notícias que tem da costa do Sul do tempo que serviu do Ouvidor do Rio de Janeiro que da povoação que chamam de Cananéa até a Ilha de Santa Catharina, haverá de circuito 6 para 7 leguas, e que neste circuito haverá tres portos de mar em os quaes poderão entrar muitas embarcações e fazer outras de muitas toneladas, com as madeiras que dá a terra; as terras são muito boas e as cultivando, darão toda a novidade de mandiva, legumes, tabaco, algodão e canna de assucar; são terras sem povoações de gente branca, nem indios, tirada a Cananéa e a Lagoa dos Patos que ha junto ao Paraguay dizem que ha uma povoação de gentios com os quaes os brancos vão resgatar, dizendo ser gente muito bruta e não ter conhecimento da fé e com facilidade virão a ter, sendo povoadas aquellas terras visinhas, por ficarem também perto da Ilha de Santa Catharina de que se pergunta a informação que se dá e isto é o que pode dizer do sitio da terra, bondade e largueza della».

«O que lhe parece, convem ao serviço de S. Magestade, augmento de sua fazenda e conservação e serviço de Deus é que S. Magestade deve dar estas terras que estão vagas em toda a costa do Brasil, a pessoas poderosas as quaes cultivem, porquanto

19) *Anais*, cit. 80-83.

dos fructos teria dizimos e direitos e principalmente as que se tratam da costa do Sul, porque dando-se a pessoa poderosa e que agencie povoadores, fará povoações nos tres portos que tem aquella terra, haverá commercio com o Rio e a Baía e abrir-se-hão alfândegas, cujos direitos podem render muito pelos fructos da terra, como pelas mercadorias que podem vir de fora a este reino, como de Buenos Aires, por ficar muito perto e haver ocasião de se metter muita prata neste reino de que tanto carece. E querendo V. Magestade commeter alguma facção por ali, contra Castella, para se aproveitar dalgum porto donde possa vir prata, tendo aquelles portos povoados e navegáveis, pode fazer com maior facilidade. Pelo que lhe parece que V. Magestade deve dar estas terras em Capitanias, a homens poderosos que agenciem povoadores cultivadores, mas que a esses primeiros se lhes devia dar privilegios e liberdades, taes que animassem a muitos serem seus companheiros no trabalho de agricultura e se assim não for dificultosamente conseguirá esta povoação por ser em terra mui remota das povoadas deste reino».

Frei Cristóvão de Lisboa, que havia sido despachado bispo de Angola, informando a petição, diz: «Parece justa, acertada e conveniente, a doação da nova Capitania, alem de que na presente conjectura, é bom que se busque por todas as vias, cousas de que V. Magestade possa fazer doações, sem detrimento de sua fazenda, para ter com que pagar serviços e animar os homens até fazer muitos outros. A mercê das doações tira dois fins, um enriquecer a pessoa particular que recebe tal benefício pelos seus serviços, outro a utilidade que dahi resulta ao reino, porque quantas mais Capitanias povoadas, tanto mais navios virão carregar de assucar e outros fructos. Pelo que fazendo V. Magestade mercê da doação, deve ser em porto onde possam entrar e estar navios em segurança, onde haja campinas para o gado vaccum, sem o que não podem haver engenhos e nem será de utilidade alguma ao reino, nem ao dono».

Segue-se a informação de Manuel Pereira Lobo: «As notícias que tenho de Cananéa e Buenos Aires, é estarem as terras despovoadas de gentio que ali existia e hoje só habitam nelas onças e tigres. São terras que darão muitos mantimentos, que

têm muitos rios e lagoas e portos, como são os do rio São Francisco, e Ilhas de Santa Catharina, o da Lagoa dos Patos e o de Rio Grande. Têm extensos campos e será muito do serviço de S. Magestade povoarem-se havendo quem os queira».

Frei Manuel de Santa Maria assim informou a petição: «A Ilha de Santa Catarina fica alem de Cananéa 60 ou 70 léguas, é montuosa e despovoada, terá 6 ou 7 léguas de comprido e 3 ou 4 de largura faz duas barras com a terra firme. A que fica do Norte para a banda de Cananéa tem baixios e não se servem por ela, senão embarcações pequenas, a do Sul que fica para Buenos Aires é maior e pode entrar navios grandes. As terras desde Cananéa até o Rio Grande, terão mais de 200 léguas, por costa, estão despovoadas por haverem os moradores de São Vicente lhes tirado o gentio que as povoava, e só no dito Rio Grande, há algum gentio que confina com as charruas de Buenos Aires. São terras de muitos rios, lagoas e campos que se estivessem mais perto das nossas povoações seriam de utilidade para os gados, mas não podem vir por terra por causa das asperezas dos caminhos e matos; são muito férteis e se poderão ali fazer muitos engenhos de açucar, mas como há muitas terras no Brasil, e estas estejam tão longe, não há quem as queira povoar e será muito conveniente ao serviço de Deus e de V. Majestade dar a quem as queira».

O Capitão Salvador Tomé Mealhadas prestou a seguinte informação: «A Ilha de Santa Catharina deve ter 5 a 6 leguas, e seu porto é muito nomeado por haver estado assenhoreado pela armada de Diogo Flores y Baldez. Logo se segue para o Sul, a Lagoa dos Patos. Araríonga, o Rio Saramandry, o Rio Grande, Castilhos, Ilha dos Lobos, Ilha de Maldonado, Ilha das Flores, a Barra de Buenos Aires. Está despovoada por ter sido caçado o gentio pelos moradores de São Vicente. E' montuosa, tem muitos rios, lagoas, campinas, madeiras para fabricar embarcações, e dá os mantimentos com abundância se houver lavoura. Até agora não se sabe se dá assucar por ser a terra fria, mas produzirá muito bom gado. Deve ser dada a quem pretendê-la, pois estando despovoada nem Deus nem S. Majestade tem serventia».

Finalmente falou o Padre Luís Pereira de Campos «que diz

que as terras que correm de Cananéa para o Sul são muitas e muito férteis; a prova é a experiência que sendo lá mui poucos os moradores, o principal sustento da gente de guerra do Rio e ainda da Baía, são as farinhas e legumes, que veem daquelas partes; e é certo que havendo quem as cultive serem dobrados os frutos. Depois da Cananéa está o porto de Paranaguá, após o Rio novo de São Francisco, Ilha de Santa Catarina, e junto a ela a grande Lagoa dos Patos, todos portos belíssimos e capacíssimos de muitos e grandes navios, fertilíssimos de madeira e abundantíssimos de pescado, será coisa de grande serviço a Deus e de V. M. e aumento de sua fazenda repartirem-se aquelas partes a pessoas de porte, e timoratas, para que as façam crescer depressa, e com temor de Deus e obediência de seu Rei, a razão está tanto à prima face, que não tem necessidade de prova, pois de se não partirem está quase tudo deserto e matas bravias, e repartindo-se era força se vão logo para lá muitos moradores pobres a gozar da fortuna que ali têm, e com isso crescerão as fazendas reais, e também crescerá a fé porque ainda naquelas partes na Ribeira do mar não há já gentio senão alguns poucos na Lagoa dos Patos, aonde os nossos portugueses vão fazer as suas compras de índios pelas costas desta costa, e destes portos pelo sertão irão sem dúvida muitos índios que é força se venham meter conosco, a buscar suas ferramentas, de que necessitam muito, sabendo que por alí há povoações, e sempre se baptizarão alguns e se conservarão conosco para bem de suas almas e bem daqueles portos. Pelo que lhe parece coisa acertadíssima que a repartição se faça na forma apontada, e com a maior brevidade possivel, pois com a dilatação se impedem muitos bens e atalham a grandes proveitos. E tirar qualquer fruto do que está infrutuoso é providência.» [20])

Louvando-se nessas informações, o Procurador da Coroa, no Conselho Ultramarino, opinou pela concessão da donataria requerida, não só por causa da conversão do gentio como pelo resultado que adviria para Portugal com o povoamento dessas terras incultas. Foi o Conselho de parecer se concedesse a mercê, assinando

20) *Anais*, cit. XXXIX — 80-83.

o acordo em 4 de Janeiro de 1657, os ministros marquês de Montalvão e Jorge de Albuquerque.

Parece, porém, que, em virtude dos acontecimentos que fizeram Salvador Correia de Sá decair do prestígio real e que ficam historiados, tornou-se sem efeito essa concessão.

Não desistira, porém, de estender os domínios de seus filhos, já que não realizara o intento anterior, até à embocadura do Rio da Prata. Pelo conhecimento prático da região sabia que as vastas campanhas desabitadas do Sul seriam um vasto empório de gado, que poderia abastecer as exigências da colónia. Consta mesmo que teria contribuído para essa riqueza pastoril, pois, quando da concessão das terras que impetrara como donatário, mandara lançar entre o Cabo de Santa Maria e Maldonado umas vacas de que procedia parte do gado ali existente, [21]) não obstante não haver documento comprovativo dessa asserção. Oportuno o momento para conseguir esse objetivo e, pela compensação de não ser erigida a vila do Paul de Asseca, solicitou a El-Rei, em nome de seus filhos, o Visconde de Asseca e João Correia de Sá, duas capitanias com o total de cem léguas que, começando no marco da divisa das terras da Coroa, cabo de Santa Maria, com as de Castela, corressem para o Norte da Lagoa dos Patos.

A petição foi presente ao Conselho Ultramarino que, em consulta de 3 de Julho de 1671, deu parecer favorável, respondendo o procurador da Fazenda que reafirmou o que em outras ocasiões havia dito: «quanto mais povoações houvesse no Brasil, mais utilidades seguiriam para o Reino», e «o da Coroa alvitrou ser de grande conveniência o pedido, pois tendo o Rei Católico mandado levantar a cidade de Buenos Aires, populosa e perto desses confins, certamente os seus vassalos haviam de aproveitar as terras pertencentes a Portugal por serem mui férteis, como já o estavam fazendo os Padres da Companhia de Jesus daquela Coroa com as suas grandes criações de gado e que quanto mais fosse o tempo decorrido mais difícil se tornaria a expulsão dos invasores». [22])

---

21) B. N. *Anais XXXIX* — 195. Carta de D. Francisco Naper a El-Rei, datada da Colónia 6-XII-691.

22) A. Lamego Op. cit. I-119.

Surgiu, porém, a questão de que, para completo das cem léguas, computados os quinhões da Paraíba do Sul, era mister fazer-se a demarcação das capitanias já dotadas, não concordando com isso os donatários pelas despesas de vulto que acarretaria. Alegavam eles que a medição como era exigida, «seria coisa impraticável porquanto todas as que V. A. tem dado vão sucessivamente pelas doações, declarando que começará em tal parte, e logo as mais onde acabar a primeira, e os donatários têm tomado posse pela altura e a rumo direito. E para se haver de medir pela costa será coisa impossível para o que não bastarão 100.000 cruzados para estas medições, sendo por muitas terras despovoadas, e de rios, pelo que pede a V. A. seja servido mandar considerar seu requerimento, que é encaminhado a seu Real serviço». [23]) Afinal, depois de um longo exórdio em que o Conselho Ultramarino passa em revista todas as concessões de donatarias, é o mesmo de parecer pela consulta de 23 de Setembro de 1675, que «há, pois, conveniência em se conceder as 75 leguas pedidas porque não prejudica a terceiros e ficam na primeira demarcação do Rio da Prata, onde se evita o excesso dos castelhanos na invasão das terras de V. A., convindo fazer-se já a povoação, porque muitos moradores de S. Paulo querem ir povoar aquela parte». A essa consulta está aposta a seguinte resolução régia: «Como parece. Lxa. 23 de Outubro de 1675. Príncipe». [24])

Em 5 de Março do ano seguinte é feita a segunda apostila à carta de doação do Visconde de Asseca, segundo do título, pois o primeiro falecera em 28 de Outubro de 1674, sendo procurador de João Correia de Sá, que estava na Índia, e de seu neto menor, o general Salvador Correia.

E' do teor seguinte essa apostila: «Segunda Postila. Tendo respeito ao que me representou Salvador Correia de Sá e Benevides, como tutor de seu neto o Visconde de Asseca e procurador de seu filho João Correia de Sá, em razão das setenta e cinco léguas de terra que pede se lhes acrescentem as trinta da capitania que lhe tenho feito mercê, que foi de Gil de Góes, no Estado do

23) B. N. *Anais*, cit. 138.
24) A. Lamego, Op. cit. 129.

Brasil entre o Cabo Frio e o Espírito Santo, repartidas por ambos, vinte ao Visconde de Asseca e dez a João Correia de Sá, representando-me também que, mandando tomar posse e fundar as vilas da dita capitania se não acharam as ditas trinta léguas com o que se não podia em terra tão limitada fundar duas capitanias e que todas as que tinha dado no Estado do Brasil e Maranhão, as menores são de 50 léguas de costa, e visto o que fica referido e o que sobre isto respondeu o Procurador da Coroa e ser em utilidade e aumento daquele estado povoar-se cada vez mais. Hei por bem fazer mercê ao dito Visconde de Asseca de 30 léguas que mais pede nas terras que estão sem donatários naquela costa até a boca do Rio da Prata para que as logre assim como logra as vinte de que pela doação acima e atrás transcritas que lhe tenho feito mercê, com mais cláusulas e condições que se lhe concederam as 20 léguas de que se lhe passou a dita doação e esta mercê. E lhe faço além das 45 léguas que também tenho feito a seu tio João Correia de Sá e esta apostila valerá como carta, sem embargo da ordenação. Livro 2º Título 40 em contrário. Manuel Pinheiro da Fonseca a fez em Lisboa 5 de Março de 1676. O secretário Manuel Barreto de Sampaio a fez escrever. PRÍNCIPE». [25])

De posse da concessão tratou logo Salvador Correia de fazer a divisão das terras que, segundo mapa apresentado na ocasião, constaria de pequenas parcelas de dez a quinze léguas, localizadas em lugares diferentes, conforme nos informa A. Lamego. [26])

Era muito interessante a forma da partilha. Para o Visconde de Asseca deviam ser destinadas as terras da capitania de São Tomé, mas começando a cinco léguas para o Sul de Baixo de Pargos até o Rio das Ostras em Santa Ana de Macaé, que se calculava ter 20 léguas, completando-se as restantes 30, com 10, da Ilha de Maldonado (perto do marco de Castela) à Ilha de Castilhos sob o nome de São Pedro dos Marcos; com outras dez na «Laguna dos Patos», ou terra firme de Santa Catarina, e, finalmente com dez ao Norte do Rio Guaratiba, correndo para a ponta, a seis léguas ao Sul da barra de Cananéa, sob a denominação de S. Martinho do Mel.

25) B. N. Cod. mss., I, 2, 4, 2º Doc. CLXIII.
26) A. Lamego Ob. cit. 1º — 131.

Para João Correia de Sá 20 léguas da Ilha de Castilhos ao Rio Martim Afonso, [27]) sob a designação de S. João de Campos; 10, continuando o rumo do Norte da passagem do Rio Tramandaí sob o apelido de S. José; 15, começando na Enseada das Garoupas, do lado do Sul para o Norte da Enseada das Bombas sob o título de São Sebastião das Garoupas; para completar as 50 léguas as restantes na capitania de São Tomé, começando no Baixo dos Pargos ao lado Norte do Rio Itapemerim, onde se dividia a capitania do Espírito Santo, correndo para o Sul até onde principiavam as terras do Visconde, acima discriminadas.»

Não foi aceita essa divisão parcelária, apesar de ter o Conselho concordado com ela. Mas o Procurador da Coroa, que foi ouvido por El-Rei, opinou que não convinha essa demarcação não só porque os ouvidores dos donatários seriam obrigados a passar por terras alheias, nelas tendo de baixar as varas por não terem jurisdição nas mesmas, como também se evitava que fossem escolhidos os melhores campos, ficando os estéreis. E terminava que a medição fosse feita do marco do Rio da Prata para o Norte, correndo daí as 75 léguas doadas.

Começavam essas 75 léguas «da boca do Rio da Prata que tem princípio no Cabo de Santa Maria, e corre para a costa para a parte do Rio de Janeiro», linha que seria dois anos depois a divisa da capitania do Visconde de Asseca com as terras realengas em que se iria fundar a Colónia do Santíssimo Sacramento, em cujo «Regimento», outorgado a D. Manuel Lobo, em 18 de Novembro de 1678, bem se discrimina. [28]) Ao Norte, computando o grau em 17 léguas e meia, que era a medida portuguesa da

---

27) Chuí hodierno. Há uma confusão nos mapas antigos sobre essa designação. O verdadeiro rio de Martim Afonso é o Mampituba, onde consta ter saído à terra, na sua expedição de 1532, esse navegador e fundador de S. Vicente. Um erro de mapa, depois repetido, deslocou para o Chuí essa denominação. Outra observação interessante a notar é que, com essa distribuição de terras, ficava o Rio Grande completamente fora da demarcação que de seu extremo limite sul, o Chuí, passava para o extremo norte, o Tramandaí. A costa baixa e arenosa não era muito cobiçada.

28) "e tereis entendido que, posto tenha concedido duas capitanias de terras naquela costa ao Visconde de Asseca e a João Correia de Sá, se estende da boca do Rio da Prata, que tem princípio no Cabo de Santa

época, encontraremos a extensão de 4°, 18, indo assim morrer as terras de João Correia de Sá, que se seguiam às 30 léguas do Visconde de Asseca, a 30 graus, mais ou menos, paralelo que corresponde a Porto Alegre.

Em sua consulta de 3 de Julho de 1671, opinando pela concessão das capitanias requeridas pelo Visconde de Asseca e seu irmão nas terras desabitadas que confinavam com o Rio da Prata, o Conselho Ultramarino foi de parecer, de acordo com o voto do Procurador da Coroa, que no extremo das capitanias de que se fazia mercê se erguesse «uma fortificação capaz de resistência e com tanta gente e segredo que quando soubessem já estivesse pronta para a defesa, enviando-se também todos os anos das ilhas, 15 a 20 casais, de todos os ofícios para o povoamento dessas terras, que estavam destinadas a ser as mais importantes da Coroa, pela bondade do clima da terra e do natural das gentes». [29])

Conseguida essa concessão, que viria completar as cem léguas impetradas, pediram os donatários fosse nomeado Martim Correia Vasqueanes, sobrinho do general Salvador, para exercer o cargo de Capitão-Mor e Governador das suas terras, o que lhes foi deferido em 28 de Fevereiro de 1676. No ano seguinte, em 25 de Janeiro, dando cumprimento à determinação real apresentou o general Salvador ao Conselho, como tutor de seu neto e procurador de seu filho, um requerimento em que solicitava auxílio para erguer a fortificação projectada, e apresentando os nomes

---

Maria, e corre pela costa para a parte do Rio de Janeiro, e o mais terreno da boca do Rio para dentro que fica para a parte do sul da linha de sua demarcação, e há de correr pelo interior da terra pertencente à Coroa, onde haveis de formar as povoações que puderem ser, seguindo os casais que quiserem passar a viver nela, e estas hão de ser sempre realengas, sem terem outro domínio". — (Regimento que o Governador do Rio de Janeiro, D. Manuel Lobo levou para a Fortaleza do Sacramento do Rio da Prata) Bibl. Nac. Regimentos — (1642-1753) Cod. I — 5, 2, 20. V. Arch. Gen. de la Nación. *Campaña del Brasil.* — Buenos Aires. 1931-I-67. (Trad. esp.)

29) Deu o Conselho o seguinte parecer: "Parece que devem ser feitas as mercês pedidas, fazendo-se primeiro a fortificação para se evitar o dano dos castelhanos, tirando-se a prerrogativa de fazer Villa do Paul de Asseca, para que com a maior brevidade se apliquem às ditas capitanias e fortificações. Lxa. 3 de Junho de 1671. *Duque-Malheiros-Dourado-Falcão. Macedo.* A. Lamego. Op. cit. I, 120, n. 4.

de três oficiais, a fim de que fosse escolhido um deles para governar a fortificação. [30])

Dos oficiais apresentados foi escolhido e nomeado pelo Rei, em 24 de Fevereiro, o capitão de Infantaria D. Gabriel Garcez y Gralha, que era comandante de uma das companhias do Terço de Infantaria do Rio de Janeiro. Em seguida seguiu este oficial para o extremo sul, a fim de «reconhecer o marco do Rio da Prata, postado no Cabo de Santa Maria, ilhas, barras, e examinar a melhor paragem para a fortificação», que se projectava.

Nesse ínterim, «Vasqueanes, que tinha de construir essa fortificação, requereu logo a entrega de 18 peças de artilharia para sua defesa, e com as terras do Sul adicionadas à capitania do Visconde de Asseca e de seu tio, estavam infestadas por muitas tribos indígenas, com as quais havia necessàriamente de lutar, para assenhorear-se delas, pediu mais 50 espingardas, 100 mosquetes e arcabuzes, pólvora, munições, armas de gastadores, 50 selas aparelhadas, 100 pistolas e clavinas para uso da companhia de cavalaria que pretendia formar. Provido do que necessitava seguiu para as novas terras, onde ia também fundar outras vilas». [30a])

Apesar,porém, dessas providências, não conseguiram os donatários povoar as novas terras concedidas, não sendo, nem se-

---

30) "Salvador Correia de Sá como tutor de seu neto o Visconde de Asseca e procurador de seu filho o General do Estreito de Ormuz, João Correia de Sá, donatários das capitanias de São Salvador de Campos, e Santa Catarina de Moz, no distrito da Paraíba do Sul, apresentam neste Conselho um papel por ele assinado em que diz que V. A. lhes acrescentou às ditas capitanias por serem limitadas de 75 léguas de costa na dita repartição do Sul entre o marco do Rio da Prata, onde parte esta Coroa e os donatários a quem V. A. tem feito mercê; porque trata de mandá-las povoar e para poder fazer e em segurança necessita de fortificações, e tem feito petição a V. A. pedindo-lhe munições e sustento para a Infantaria e para os Vigários e Ministros da Igreja e ordinários, apontando os meios para este efeito; e porque para conseguir este serviço de se povoarem aquelas terras necessita de pessoas de toda a satisfação, e em nome dos ditos donatários propõe a V. A. o Capitão de Infantaria D. Gabriel Garcez y Gralha em primeiro lugar por nele concorrerem qualidade e mais de 20 anos de serviço, como consta neste Conselho, e entender de fortificações; e em segundo o capitão também de infantaria da dita praça Alexandre de Castro, que também há mais de 20 anos que o é, e em terceiro o capitão Francisco Munhoz". B. N. An. cit. 141.

30a) A. Lamego, Op. cit. I, 139.

quer lançados os fundamentos da fortificação que devia preceder à formação do núcleo de povoamento. Parece que, além da escassez de meios com que lutariam os fundadores, muito influiu na impraticabilidade do estabelecimento a resolução régia de fundar a nova Colónia do Sacramento, que lhe ficaria imediata, e de que se vinha tratando já desde 1678, com a designação de D. Manuel Lobo para esse empreendimento.

Em 1692 faleceu o 2º Visconde de Asseca, Salvador Correia de Sá, sucedendo-lhe no título, casa e mercês, o 3º, seu irmão Diogo Correia de Sá.Governou este a sua capitania sem confirmação especial da Coroa durante largo período, todo ele cheio de incidentes em suas terras da Paraíba do Sul, com o que descurou completamente o que se referia à donataria do Prata. Conseguiu, afinal, lhe fosse confirmada a mercê feita a seus antecessores. Ouvido o Conselho Ultramarino em sua sessão de 26 de Maio de 1726, foi de parecer que se lhe adjudicassem as terras da Paraíba do Sul, com 20 léguas de costa e 10 para o sertão, mas que «se lhe não confirmem também as 30 léguas que se faz menção até à boca do Rio da Prata» pelo «abandono em que se acham não tendo feito o Visconde e seus antecessores diligência alguma para povoá-las».

De acordo com esse parecer não foi confirmada a posse da capitania do Rio da Prata que, em data de 23 de Março, reverteu ao domínio da Coroa, conforme se evidencia da terceira apostila:

«... Hey por bem de confirmar ao dito Visconde de Asseca, como por esta confirmo e hey por confirmada a dita Capnia. da Parahyba do Sul entre as do Espírito Santo e Cabofrio, com vinte legoas de costa para o Certam para que tenha, haja, Logre epessua, dejuro, herdade, elle e todos seus sucessores ascendentes e descendentes a da Cap. aSim Sinalada, e Lemitada com todas as jurisdições, rendas, direitos e pertenças conteudos na Carta de Doação, exceto o que abaixo hira declarado, elhenáo confirmo; porquanto por Convir asy ameu serviso e o pedir aCauza publica ebom Gov. das terras e povos do Brazil, lhe náo confirmo mayor quantid. deterra q' a sobre d. de 20 Legoas de Costa, e dez para o Certam; e taobem porque o dito Visconde Diogo Corrêa de Sá, nem se pay o visconde Martim Corrêa de Sá, saptisfizerao as

clausulas, e condiçoens em q' foi dada .a mais terra conteuda nas Postilas, e pela mesma razáo da causa publica lhe náo confirmo a izenção de correição que foi concedida a seu pay», etc. Dada em Lisboa em 23 de Março de 1727. [31])

Como fica exaustivamente demonstrado, pertenceu assim parte do Rio Grande do Sul, durante 52 anos, à capitania doada aos Correias de Sá. Se nada puderam fazer pelo povoamento dessa terra, por motivos de toda ordem, despertaram, no entanto, no Governo da Metrópole, o desejo de solidificar o domínio que pretendia exercer até o Rio da Prata. Com a fundação da Colónia do Sacramento, inicia-se para o Rio Grande a fase preparatória do seu povoamento, pelo conhecimento mais exacto da região, pelas vantagens decorrentes de sua situação privilegiada e pela riqueza de seus campos intermináveis, onde o gado se reproduzia, criando uma indústria nova que contribuiria, decisivamente, para a formação da economia rio-grandense.

3. A tentativa do General João da Silva de Sousa.

Em substituição de Pedro de Melo, que terminara seu triénio de Governador da Capitania do Rio de Janeiro, foi nomeado, em 5 de Julho de 1669, o General João da Silva de Sousa, valente soldado que havia ilustrado seu nome nas guerras peninsulares. Vinha para dirigir a Capitania com mil cruzados de renda e pelo tempo de três anos.

Terminando seu governo, em 1672, resolveu a Coroa prorrogá-lo por mais três anos, a fim de que desempenhasse a missão que lhe era confiada secretamente de levar uma expedição ao Rio da Prata para fortificar e povoar, como veremos, Maldonado ou outro qualquer porto daquele Rio. Fracassando esse intento, foi o General João da Silva substituído no governo da Capitania por Matias da Cunha, nomeado por Carta Régia de 23 de Agosto de 1674.

Apesar da demorada pesquisa que fizemos em torno dessa tentativa, quase nula é a documentação de origem portuguesa,

31) B.N. Cod. mss. I, 2, 4 — Vol. 2° Doc. C. L. XIII.

que encontrámos nos arquivos do Rio de Janeiro. Sòmente numa petição relativa às terras, de que pretendiam doação, na embocadura do Rio da Prata, o Visconde de Asseca e seu irmão João Correia de Sá, por seu procurador General Salvador Correia, se faz uma referência ao malogro da expedição, dizendo que, para «evitar que os castelhanos se não façam senhores dessas terras e em consideração disso, mandou V. A. ordens ao Governador do Rio de Janeiro, João da Silva, que procurasse povoá-las por conta de sua Real Fazenda, o que não fez por não ter as notícias, fazenda pronta, que concorresse naquele Estado, e escravos, índios, e embarcações». [32])

Se isso sucede com as fontes documentais portuguesas ao nosso alcance, o mesmo não se dá com as de origem castelhana, que trazem amplos informes sobre a projectada expedição, como passamos a historiar. [33])

Estivera em Buenos Aires certo Matias de Mendonça, residente no Rio de Janeiro, que procurou com insistência informar-se das qualidades das terras, quantidade de gado e outros particulares: «da outra banda deste rio grande Paraná, que confina com os do Brasil, terra firme». E soube que as terras eram magníficas, e que quanto à «gadaria» vacum superabundava, e por «aquela parte pelo muito que se multiplicou o estendeu aos extremos, e cercania do mar, de que se infere que a terra adentro haverá muito mais», sendo segundo acrescentava o Governador de Buenos Aires, em carta de 13 de Junho de 1673 ao Rei da Espanha, o engodo e cincerro mais prejudicial para que qualquer nação das da Europa, amigos ou inimigos, procurem com o pretexto que melhor julgarem, ocupar aquela Paragem e Porto (Maldonado) por desamparado e inabitável.» [34])

Conversando ainda Matias de Mendonça com o então Corregedor de Buenos Aires e, mais tarde, Mestre de Campo João Árias de Saavedra, mostrou grande interesse em que os portugueses povoassem aquela região e costa, com o que se abasteceriam de

32) B. N. *Annaes*, cit. XXXIX, 138.
33) *Campaña del Bras.*, cit. I, 30 a 55.
34) *Campaña del Bras.*, cit. I, 33.

grandes quantidades de gado nela existente, sem necessitar do porto de Buenos Aires para o seu comércio. Localizados ali em Maldonado, por exemplo, insinuava Mendonça, fácil lhes seria estender, com o auxílio dos índios bárbaros, a troca de seus produtos até Santa Fé. Todos os que contribuíssem para isso teriam vantagens especiais. E terminou por convidar a Árias de Saavedra para passar a Portugal a informar ao Príncipe das vantagens desse projecto de que seria règiamente recompensado. O Corregedor não aceitou o convite por entender que prestaria um desserviço ao seu rei.

Chegando ao Rio, de volta de Buenos Aires, e levando minuciosos informes sobre as coisas do Rio da Prata, Mendonça expõe ao Governador a conveniência para a Coroa e para o comércio em geral de ter Portugal um porto naquele rio, independente do de Buenos Aires. Isto se realizou, provàvelmente, em princípios de 1672, pois, depondo em Abril de 1673, em Buenos Aires, a testemunha João Francisco Rodrigues Estela diz que se encontrava no Rio de Janeiro, «haverá um ano», e que o Governador daquela cidade General João da Silva de Souza, por ser ele, testemunha, pessoa que escreve castelhano e tem letra boa, o fizera copiar um informe que Matias de Mendonça, que havia estado em Buenos Aires pouco tempo antes, levara para o Rio de Janeiro. «No dito Informe com diferentes vizinhos desta Cidade, que lhe noticiaram sobre a qualidade das terras da outra banda deste rio grande Paraná, que confinam com os do Brasil terra firme e o dito Informe continha que conviria povoarem-se os portugueses na Ilha que chamam de Maldonado, fortificando-se nela e na terra firme por haver na dita ilha um porto muito apropriado e capaz de embarcações de maior e menor calado.» etc.

Acrescentava ainda Rodrigues Estela que o informe reproduzia as notícias que Mendonça tivera de Saavedra, a que já fizemos referência. Esse papel foi remetido, depois de assinado pelo Governador João da Silva e Matias de Mendonça, ao Conselho de Portugal (Ultramarino). [35])

A resolução do Rei deve ter chegado ao Rio em fins de 1672.

35) *Campaña del Bras.*, cit. I, 35.

Determinava a João da Silva e Souza, prorrogando, como vimos, seu governo por mais três anos, aprestasse uma expedição que teria por fim assegurar o comércio com o Rio da Prata, escolhendo-se entre Maldonado, Montevidéu, ou ilhas de São Gabriel. Recomendava ainda ao Governador, pondo em execução as sugestões de Salvador Correia de Sá, que passasse a S. Paulo e dali conduzisse 600 homens e os índios que julgasse necessários para realizar o intento. Era a gente predestinada para essas aventuras, pelo respeito que impunham sua belicosidade e valor.

Outras das testemunhas arroladas em Buenos Aires, o Alferes Pedro Marin Flores, informa que «só da Vila de São Paulo se podem tirar seiscentos homens desocupados e que não façam falta, e é gente muito belicosa e destros nas armas, porque os mais vivem de maloquear e fazer guerra aos índios da terra adentro pela cobiça de apresá-los para servir-se deles, e isto o sabe por haver estado na dita terra durante o tempo das guerras até que teve por ocasião das pazes de passar a esta cidade donde, como disse, é natural e tem sua mãe e irmãos.» [36])

A notícia de que se preparava essa expedição alarmou Buenos Aires, tendo chegado por conduto de uma sumaca que, saindo de Santos, tocara no Rio, onde era corrente estar o Governador se aprestando para a expedição. Conduzia essa embarcação diversos seminaristas de São Paulo, que iam ordenar-se em Buenos Aires, dos quais Pedro Godói Moreira e Bernardo Sanches foram intimados a dar informações, bem como outras pessoas chegadas àquela cidade.

Convocada também a «junta de pessoas principais», em 6 de Abril de 1673, depois de largos debates em torno da questão, foi a mesma de parecer se mandasse indivíduo competente reconhecer as posições referidas, a fim de fortificá-las, evitando delas se apossassem os portugueses. Foi incumbido da comissão o Capitão Juan Miguel Arpide, que, em Maio desse ano, voltando da expedição, deu detalhados informes sobre as ilhas de São Gabriel, Montevidéu, Ilhas das Flores e Maldonado, onde deixou um padrão com o escudo real.

36) *Campaña del Bras.*, cit. I, 36.

Em carta de 13 de Junho de 1673, dando conta das pretensões portuguesas, o Governador de Buenos Aires, faz sentir à Coroa espanhola a conveniência de facilitar o comércio com o Rio de Janeiro, a fim de possibilitar a permuta de géneros entre os habitantes respectivos. Seria isso uma condição para a conservação de Buenos Aires, porque acrescentava: «que os daqui (habitantes de Buenos Aires) são tão portugueses como aqueles (os do Rio) por não haver seis casas que não lhes toque o sê-los inteiramente ou mais da metade» e por isto e outras razões se compreende de não terem por adversários aos habitantes do Rio de Janeiro, como estes aos de Buenos Aires. [37])

Mas, para a tranquilidade dos-governantes platinos não passou a expedição portuguesa do alarido despertado pelas notícias vindas do Rio. Embora desse as providências iniciais para torná-la efectiva, não pôde o General João da Silva de Sousa realizar o intento que motivara a prorrogação de seu tempo de governo. A Capitania estava exausta; raspados os cofres públicos, que não tinham numerário nem para atender às mais urgentes necessidades da Colónia; as tropas sem fardamento e sem disciplina, não havendo também embarcações disponíveis para transporte da expedição. Além disso, o elemento sem o qual nada se realizaria de definitivo na idade média do Brasil, o paulista, cujo ardor bandeirante ainda não arrefecera, preferia, à disciplina enervante das fortalezas, o devassamento das terras longínquas no apresamento dos índios que ainda subiam em massa para Piratininga.

4. A expedição de Jorge Soares de Macedo.

Muito deve, como já salientámos, o povoamento do Sul até o Rio da Prata, aos inteligentes esforços de Salvador Correia de Sá e Benevides, continuador de seu pai e avô na administração das minas da Repartição do Sul.

Em 1643, indo ao Reino, fez Salvador Correia chegar ao co-

37) *Campaña del Bras.*, cit. I, 31. Vide também R. Lafuente Machain, *Los portugueses en Buenos Aires.* Buenos Aires, 1931.

nhecimento do Monarca a notícia de que na Capitania de São Paulo, especialmente em Paranaguá, havia minas de ouro e prata, propondo o descobrimento das mesmas. A febre do ouro dominava a Coroa portuguesa e fácil foi interessá-la pela auspiciosa notícia. Encarregando-o da diligência prometeu-lhe El-Rei «quatro mil cruzados para sempre com o título de Conde, preconizado antes por prestação de serviços mui distintos, e se as minas rendessem de 500$ cruzados à Coroa, o título de Marquês e cinco por cento de todo o ouro que nas minas se tirasse, por cujo motivo, no tempo de seu governo, se trabalhou com muita actividade nas pesquisas das escondidas preciosidades. [38])

Embora as explorações realizadas não lograssem o resultado prático que delas se esperava, serviram para se estender mais ao Sul o povoamento do país, com a afluência àqueles lugares de grandes levas de mineradores. Data daí a fundação de Paranaguá em 1647, e, mais tarde, seu predicamento à vila, em 1653. Penetrando o interior os paulistas, que devassavam o sertão à cata de ouro, estanciavam, em seus pousos de inverno, no sítio em que foi fundada Curitiba, elevada à vila em 1654.

Mas, a ilusão da Coroa portuguesa não se desvanecera ainda, apesar dos insucessos da mineração de Paranaguá, insistindo se fizessem averiguações, pois se supunha que aqueles proviessem da falta de técnicos competentes.

A Carta Régia de 28 de Outubro de 1677 manda passarem ao Rio de Janeiro e daí a Paranaguá o Administrador Geral das Minas D. Rodrigo de Castelbranco e seu auxiliar Jorge Soares de Macedo que, desde 1673, estavam na Baía explorando os veieiros auríferos de Itabaiana. Outra C. R., dirigida a Soares de Macedo, em 4-XII-1677, secunda a ordem acima, determinando que, com D. Rodrigo, passe às minas da Repartição do Sul. Levaria consigo, como prático de mineração João Alves Coutinho que, no caso de Soares Macedo desempenhar outra comissão de que fora incumbido, ficaria com D. Rodrigo. (C. R. 7-12-1677). [39])

---

38) António Vieira dos Santos. *Memória histórica da cidade de Paranaguá*, 1850. Curitiba, 1922.

39) Arq. Nac. Coll. 60 — *Provedoria da Fazenda* — 5° — 79.

Determinava mais El-Rei que, averiguado não existirem no distrito de Paranaguá minas de ouro ou prata, passassem aqueles funcionários a São Paulo e daí à Serra de Sabarabuçu para procederem à mesma diligência. Levaria para esse fim Jorge de Macedo um contingente de 50 homens, com preferência sertanejos, já conhecedores da região.

Expediram-se, para o caso, copiosos regimentos especiais, delimitando as funções de todos os componentes da expedição. E se por ventura viesse a faltar D. Rodrigo, a C. R. de 7-XII-77, dirigida como a anterior ao Vice-Rei, na Baía, [40]) determinava que «tendo em consideração a idade e os achaques de D. Rodrigo, por falecer ou por não poder passar aquelas partes há de administrar seu cargo o Tenente-de-General Jorge Soares de Macedo, para o que lhe passará (o Vice-Rei) as ordens necessárias».

De facto, D. Rodrigo procurou dar cumprimento às ordens reais, enquanto Soares de Macedo se desobrigava de outra missão, que lhe fora dada por El-Rei, sob a aparente descoberta das minas da Repartição do Sul, historiada a seguir.

Em fins de Maio de 1680, em S. Paulo, para onde se dirige pela segunda vez Dom Rodrigo de Castelbranco convoca os homens bons da terra para «os levar ao encontro das pedras verdes, que Fernão Dias descobrira aos olhos cúpidos da Metrópole lusa.» [41]) Só em Março do ano seguinte conseguiu o fidalgo administrador organizar a sua leva que se compunha de 200 índios, tendo como chefe da expedição Matias Cardoso, com a patente de Tenente-de-General, e André Furtado, com a de Capitão.

Penosa e, para si, fatal, foi a expedição de D. Rodrigo. Em meados de 1682 «no Sumidouro, arraial de S. João, encontrou o fidalgo castelhano o fero Borba Gato, o formidável genro de Fernão Dias com os restos da bandeira do grande paulista.» Deu-se aí o assassínio do Administrador Geral, pelo chefe da bandeira, fechando-se desta forma o trágico capítulo, escrito nas verdes

---

40) Bibliot. Nac. Cod. Mss. I, 4, 3, 57. *Corresp. dos Vice-Reis*, na Baia.

41) Alfredo Ellis Junior. *O Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. Tip. Piratininga. S. Paulo. 217.

escarpas de Sabarabuçu pelo sonho imortal do Caçador de Esmeraldas.

Jorge Soares de Macedo nasceu em Óbidos, Portugal, em 1634. Pertencia a uma das mais ilustres e nobres famílias daquela terra, sendo primo-irmão do fidalgo D. Rodrigo de Castelbranco. Aos 18 anos, em 1652, numa armada que se dirigia ao Brasil, veio como praça de soldado, inciando assim o seu serviço militar. Voltando ao Reino, já promovido a Alferes, distinguiu-se notàvelmente em todas as campanhas militares da época, como o demonstra a sua brilhante fé de ofício, existente no Arquivo Nacional, que trasladamos na íntegra. [42])

---

42) Arq. Nac. Col. 60. *Provedoria*. Liv. 5°, fls. 80. Registro da Carta patente do posto de Tenente de Mestre de Campo gal. de Jorge Soares de Macedo — "Dom Pedro por graça de Deus principe de Portugal e dos Algarves da quem e dalém Mar em Africa de Guiné e da conquista, navegação e comercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India & Como Regente e Governador dos ditos Reinos e Senhorios fasso saber a de que esta minha Carta patente virem que tendo respeito ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa de Jorge Soares de Macedo e aos serviços que me tem feito de mais de vinte cinco anos a esta parte de soldado, Alferes, Ajudante e Capp. de Infantaria embarcandosse para o Brasil no anno de seis sentos e cincoenta, e dois em hua Armada que passou aquelle estado em que fez sua obrigação, e voltando a este Reino achar-se na Provincia de Alentejo no exercito que se formou para socorro da prassa de Olivenssa, Restauração da de Mourão, citio de Badajós, escallada de Talveira, no citio da cidade de Elvas Campanha de Aronches, e Jurumenha, e na ocaziáo em que veyo o Duque de Sam Germão a Campo Mayor com mil e duzentos cavalos achandosse tambem em Portoalegre seis mezes de guarnição com o terço de Cascais de que hera ajudante por se entender que hera o inimigo... no Recontro de odegebe Batalhando — Ameixal, Escalada do Forte de Santo Antonio de Euora, em sua Restauração na toma de Valença de Alcantara, Batalha de montes claros escalada de Alcaria de Gusmão, toma de Parinogo, San Lucas de Guadiana, Gilberliáo e trigueiros, e assistir de guarnição em Beja e extremós pera se impedirem entradas e hostilidades ao Inimigo, hindo despois acompanhar o seu Mestre de Campo a recondução do terço referido em que se houve com limpesa, como tambem embarcarse em hua Armada que sahio a correr a Costa, a cargo do general Pedro Jaques de Magalháes, e assistir na guarnição da praça de Cascais e passar despois ao brazil com o cargo de contador das minas de Itabayana e capitão da fortaleza que se havia de formar /hauendoas/ em companhia do administrador geral delas Dom Rodrigo de Castelbranco e nesta diligencia obrar tudo com particular zello do meu seruisso andando pello sertão daquele estado perto de mil legoas, e ultimamente voltar ao Reino na Náo de São Pedro de Rates a modar conta do que se obrara na dita diligencia e hir a Seuilha com ordem minha a hum negosio particular do meu Seruisso em que se houve com bom acordo, e nas ocasiões referidas

Quando em 1673 foi cometido a D. Rodrigo o encargo de administrar as minas de Itabaiana, descobertas na Baía, veio com este, para ser o contador delas, com o posto de capitão de uma fortaleza que se pretendia formar. No desempenho da sua comissão penetrou os sertões brasileiros, percorrendo-os mais de 1.000 léguas, e tendo assim uma noção precisa das condições do nosso **hinterland.** Com esses elementos de informação voltou Jorge Soares de Macedo ao Reino, provàvelmente em 1676, a fim de pessoalmente dar conhecimento à Coroa das observações que fizera na utilidade do serviço real.

Na Corte foi incumbido por El-Rei de «hir a Seuilha con orden minha», diz o monarca, «a hum negosio particular do meu Seruisso, em que se houve com bom acordo». Veremos adiante, como tudo leva a crer, qual seria essa missão de carácter particular de S. Alteza, confiada ao experimentado sertanista, que vinha da Colónia.

Voltando, Jorge Soares recebe a sua patente de Tenente-de-Mestre-de-Campo-General **ad honorem,** com exercício e governo de Infantaria que passar ao descobrimento das minas de Pernaguá e Sabaraboçu da Repartição do Sul, para onde fora, juntamente com D. Rodrigo, mandado por ordem real.

Depois do insucesso do povoamento do Rio da Prata, cometido ao General João da Silva de Sousa, como fica historiado, fora presente a El-Rei, e mandado a parecer do Conselho Ultramarino, em Janeiro de 1677, o requerimento do Visconde de Asseca sobre a fortaleza que pretendia erguer, nas proximidades do Rio da Prata, para garantir a colonização de suas terras. Levando ao Príncipe notícias não divulgadas das suas entradas pelo sertão, fora naturalmente objecto dessas conversações de Soares de Macedo com o monarca o povoamento do Sul do Brasil. E, pos-

---

co valor e satisfação; por esperar dele que em tudo o de que se encarregar me seruirá com a mesma e muito a meu contentam. Por todos esses respeitos: Hei por bem, como me apraz de o nomear /como por esta nomeio/ por Tenente de Mestre de Campo General ad-honore, com o exercicio e gouerno da Infantaria que passar ao descobrimento das Minas de Pernaguá e Sabarábosú da Repartição do Sul, com o qual posto gosará de todas as honras", etc. Dada em Lisboa, a 30 de Outubro de 1677.

sìvelmente, essa ida a Sevilha, em serviço particular do Soberano, prender-se-ia à missão que, mais tarde, seria confiada à sua experiência de soldado e sertanista, toda ela envolta em mistério e levemente aflorando da documentação da época.

Ressalta de toda a correspondência régia que havia, sob a capa de mineração na Repartição do Sul, duas incumbências nìtidamente distintas, respectivamente, para Dom Rodrigo e para Jorge Soares. A do primeiro, que teve o epílogo sangrento do arraial de São João, atinha-se realmente a assuntos de mineração. A do segundo, mais ampla e importante, era a penetração para o Sul e o povoamento, longamente ambicionado, da parte setentrional do cobiçado estuário do Prata.

Precavendo-se, porém, contra qualquer surpresa se chegasse ào conhecimento de Castela a incumbência que levava o Tenente-de-General, usa o Príncipe, em toda a correspondência sobre o assunto, dos mais cuidadosos termos, para que deles não transpareça a verdade. E' o que se vê da Carta Régia de 19 de Dezembro de 1677 dirigida a Jorge Soares. [43])

Já aí se descobre, nas entrelinhas, o objectivo principal da missão. D. Rodrigo poderia ficar no sítio que melhor lhe parecesse, em companhia do minerador João Coutinho: «Nas ordens que vão ao Administrador Dom Rod. de Castelbranco pa. em vossa Comp. passar às Capitanias da Repartição do Sul para efeito de fazerem deligencias as Minas de Pernaguá, com sua falta às da Serra de Sabarabosú se prevenio que sendo caso que por seus achaques o impossibilite a poder passar a penetrar os certões das ditas capitanias, fique no citio que lhe parecer em que possa fazer alguma experiencia com João Alvz. Coutinho que ordeno vá em sua companhia...»

Outra era a missão de Jorge Soares. Advertências lhe tinham sido feitas, quando de sua estada no Reino, sobre a incumbência que trazia. Era a de procurar sítio e se localizar nele, dando conta a Sua Alteza e ao Governador do Rio de Janeiro, a fim de ser tomada uma resolução ulterior. Para esse efeito leva-

43) Arq. Nac. Coll. 60 — *Prov.* Vol. V., fls 90.

ria consigo, o povoador, as pessoas que julgasse necessárias à empresa.

E' o que diz a carta citada: «e vós por conueniência do meo seruisso ena forma das aduertencias que aqui se vos fizeráo, passareis a descobrir e penetrar aqueles Certões por se dizer que poderia neles aver o que se procura, e tomadas as notisias com atençáo aos sitios que descobrirdes e do que mais achardes me dareis conta, e o mesmo fareis ao Gen. do Rio de Janeiro Dom Manoel Lobo [44]) pera que enformado por ambos possa dispor o que ouver por bem, e pera esta jornada que fizerdes leuareis aquelas pessoas que vos parecerem mais conuenientes, e tenháo já penetrado aqueles certões, as quaes segurareis que deste seruisso que me fizerem em vossa companhia poderáo esperar de minha remuneraçáo e quando vos seja necessaria ajuda e favor para este efeito ordeno aos capitães-mores das ditas capitanias oficiaes de guerra, justiça e fazenda, e aos oficiaes das camaras vos dê o que lhes perdirdes que asim o hei por bem e de vossa Experiencia e zelo espero que neste negosio procedais tanto a meo contentam. que tenha logar de vos fazer mercê. Escrita em Lxa. aos dezanove de Dez bro. de seis centos e setenta e sete. — Princepe para o Thenente general Jorge Soares de Macedo».

Estava o Tenente-de-General Jorge Soares de Macedo no desempenho de suas funções quando em Santos, para onde se dirigia, recebe como aditamento às ordens reais, o encargo de se transportar a título ainda de descobrimento de minas, ao Rio da Prata, onde, nas Ilhas de São Gabriel, ou em «sítio cómodo» deveria fazer uma fortificação para segurança tanto do porto do Rio da Prata, como do povoamento da terra. [45]) Em 5 de Agosto de 1678, Soares de Macedo, que fora ao Rio de Janeiro, daí co-

44) Em concorrência com Aires de Souza de Castro e Bernardino de Távora Tavares, propostos pelo Cons. Ultram. em 10 de Junho de 1677 para Governador do Rio de Janeiro, havia sido em data de 21 de Agôsto, nomeado para o cargo, por El-Rei, Dom Manuel Lobo. Mas, é interessante o facto de sua carta patente de nomeação para esse cargo, existente no Arquivo Nacional e adiante transcrita, só ter sido expedida em data de 8 de Outubro de 1678, quase quatorze meses depois do acto inicial da Coroa.

45) *Instr.* a D. M. Lobo, Bibliot. Nac. Cod. Cit.

munica a El-Rei que se apresentava para a diligência de que se lhe incumbira.

Mas, pesando mais maduramente o assunto, que demandava maiores proporções, resolve D. Pedro II cometer a empreitada à experiente competência de D. Manuel Lobo, que fora despachado Governador do Rio de Janeiro. Demorados e escassos os meios de comunicação da época, ignorava a Corte, ainda em Novembro desse ano, se Jorge Soares conseguira atingir o objetivo visado. Em 12 de Novembro, seis dias antes das Instruções baixadas a D. Manuel Lobo, em Carta Régia ao Vice-Rei, Roque Barreto, comunica à Coroa que determinara a D. Manuel Lobo passasse ao Rio da Prata a fim de fundar povoação, mas «se Jorge Soares estiver no sítio de São Gabriel, então, caso morra D. Manuel Lobo, entregue a via a Matias da Cunha [46]) para que a abra e execute o que havia de fazer D. Manuel Lobo, porque estando descoberta esta jornada sem atenção a execute, e ainda que Jorge Soares não tenha passado ao sítio de S. Gabriel, porque neste caso se hade Jorge Soares avistar com Mathias da Cunha, primeiro para ir em sua companhia como havia de fazer com D. Manuel Lobo, o que disporeis por vossa instrucção para que assim o execute e fique o mesmo Jorge Soares governando aquella praça. [47])

Não pretendia o Monarca desgostar a Jorge Soares pela diminuição que sofrera na empresa, recomendando a D. Manuel Lobo a habilidade necessária no caso, pois seria aquele o eventual continuador da obra, se não seu executor principal. As instruções particularizam a acção do ilustre fundador da Colónia do Sacramento. «E se em caso de antes da partida do Rio de Janeiro, chegardes a essa praça, e souberdes que Jorge Soares está fortificado em S. Gabriel, o mandareis socorrer em tudo que puderdes e for possível, partindo-vos logo sucessivamente após esse socorro, sendo em tempo de monções e enquanto não as tiverdes deveis ir repetindo todos os socorros por mar, **sem avisardes que ides em pessoa, nem dardes a entender.**» [48] E acrescenta que se Jorge Soares não houver passado a S. Gabriel, que não o faça,

46) Governador do Rio de Janeiro desde 1674.
47) *Corresp. Vice-Rey.* Cod. Cit. Arquivo Nacional.

ficando nas minas de Paranaguá, de onde iria ao Rio de Janeiro se entender com D. Manuel Lobo. E ainda «dar noticias do que houver encontrado particularmente nas minas e do mais que lhe eu havia encarregado, sem fazer a diligencia que se havia recommendado se execute no sitio do Rio da Prata, e caso não tenha chegado a elle, como acima se diz, vindo ao Rio de Janeiro informar-vos, o levareis comvosco na forma que vos tenho ordenado, **sem mostrar-lhe attenção alguma, nem dar-lhe a entender que seu intento foi reprovado...**» [48])

Antes, porém, que chegasse ao seu conhecimento a modificação do plano preestabelecido agia Soares de Macedo com presteza para a execução das ordens reais. Em Santos, onde se achavam, publicava D. Rodrigo um bando em que dava a conhecer as ordens que tinha Soares de Macedo de penetrar até o Rio de Buenos Aires», convocando para a empresa os paulistas que a ela quisessem aderir, aos quais prometia mercês, tenças e honras. Em 15 de Janeiro de 1679, em São Paulo, onde conseguira arregimentar luzido corpo de expedicionários, passava o Tenente-de-General patentes aos paulistas Braz Rodrigues Arzão, de Capitão-Mor da gente da Leva, e a António Afonso Vidal, de Sargento-Mor da mesma gente. Juntou-se-lhe o escol dos sertanistas da terra bandeirante, sob o comando experimentado do Alferes Maurício Pacheco Tavares, além de 200 índios conhecedores do sertão, frecheiros e arcabuzeiros. Como Provedor do corpo militar ia o Capitão Manuel da Costa Duarte, cidadão de São Paulo, e o escrivão António Pereira. [49])

Para os aprestos da expedição providenciou Soares de Macedo junto às autoridades das povoações do Sul, no sentido não só de aprovisionamento da frota, como também no de conseguir pessoal apto ao serviço real.

Recebera para isso a importância de 5.000 cruzados, e armazenara grande quantidade de géneros alimentícios. Ao sair de Santos conduzia, para mantimento da gente da leva nos primei-

---

48) O frigo é nosso.
49) Baltasar da Silva Lisboa. *Annais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro — 1835 — T. II, págs. 246 a 251

ros tempos no Rio da Prata, 3.000 alqueires de farinha, 300 arrobas de carne de porco, 100 alqueires de feijão, 8.000 varas de pano de algodão, 23 arrobas de fio torcido em três linhas e duas de fio singelo.

A Vila de São Francisco foi uma das que contribuiu com géneros para a expedição. «Em 6 de Abril de 1679, D. Rodrigo de Castelo Branco, segundo um ofício desta data, acusa em Paranaguá o recebimento de 650 alqueires de farinha daqui remetidos por ordem do Tenente-de-General Jorge Soares de Macedo, quando por aqui passou para a descoberta das minas do sul de Paranaguá e Rio da Prata. Esta farinha ia por conta dos três mil alqueires que a Câmara se obrigou a fornecer à mesma expedição.» [50])

Luzida e aparatosa se pusera a expedição. Sete sumacas, cheias de gente, largaram do porto de Santos em 10 de Março de 1679, rumo ao Rio da Prata, tendo por Capitão-Mor de todas as embarcações a Manuel Fernandes, afeito aos mares do Sul.

Encontraram, porém, mares tormentosos a que não resistiram as frágeis velas e, por duas vezes, batidas pelos temporais, tiveram de arribar novamente a Santos.

Mais infeliz se lhes deparou a terceira tentativa. Saindo de Santos, as sete sumacas se lançaram ao mar. Sobreveio, no entanto, tempestade maior do que as anteriores já afrontadas. A flotilha foi dispersada. Quatro sumacas conseguiram aproar novamente a Santos, mas três delas, por vários dias, foram consideradas perdidas. Numa das quatro que conseguiram surgir em Santos, quase desarvorada, vinha o Tenente-de-General Jorge Soares de Macedo, que via frustrada toda a acção que desenvolvera para dar cumprimento à ordem real.

Só muito tempo depois teve o chefe da expedição conhecimento de que as três sumacas desaparecidas tinham ido dar à deserta Ilha de Santa Catarina, onde desembarcara o pessoal que conduziam.

Ainda em Santos, abatido pelo malogro da expedição, teve o

---

50) L. A. Boiteux. *Notas para a História Catarinense,* Florianópolis — 1912, pág. 171.

Tenente-de-General conhecimento das ordens régias, referentes a D. Manuel Lobo. Eram aquelas terminantes no sentido de não prosseguir na expedição sem primeiro se avistar com o futuro fundador da Colónia. Tratou logo de dar cumprimento à determinação real. Na falta de monção empreendeu por terra a viagem para o Rio de Janeiro. Em caminho, porém, recebeu cartas de D. Manuel Lobo. [51])

Fazia-lhe ver o maneiroso fidalgo que serviço de valia prestaria Soares de Macedo «na assistência da Ilha», recomendando-lhe que nela mandasse fazer cal, telha, tijolos, cestos, carvão, «herva provechosa», canoas, e carrinhos de fortificação, com toda a madeira lavrada e tabuado que fosse possível, tudo necessário à Colónia que se ia situar nas ilhas de São Gabriel. Fez-lhe também vários avisos de que, na ocasião oportuna, faria passar na Ilha uma das embarcações em que seguiria para o Rio da Prata, afim de que o acompanhasse Jorge Soares, na expedição. [52])

Chegando a Santa Catarina, desde a primeira vista de olhos, compreendeu logo o Tenente-de-General Soares de Macedo o valor estratégico da Ilha, máxime tendo-se em vista o povoamento do Sul até o Rio da Prata. Seria um ponto excelente para o aprovisionamento dos estabelecimentos que se fossem fundando, ao mesmo tempo que uma paragem de estágio nas longas e incertas viagens para o extremo meridional da Colónia.

Disputada pelos estrangeiros, cujos navios bastas vezes nela aportavam, a Ilha de Santa Catarina não poderia ficar despovoada, convindo nela permanecer a gente que o chefe da expedição ali deixara.

Essa preocupação dominou sempre a Jorge Soares. Quando escreveu a El-Rei, em 15 de Dezembro, depois das agruras de sua prisão, ainda repisa a necessidade da conservação do povoamento da Ilha: «Escreui ao administrador geral das minas D. Rodrigo de Castelbranco visse o meio que pudesse auer para que

51) *Arch. Gen. de la Nac. Campaña del Bras.* cit. 183. Depoimento Fr. Lorenço da Trindade.

52) B. N. Anais XXXIX, cit. 162 Carta de Jorge Soares, de B. Aires, 15 de Dezembro de 1682 e 20 de Janeiro de 1683, ao Príncipe D. Pedro.

a gente que ficou na Ilha de Santa Catarina se pudesse ali conservar até ordem de V. A. respeitando a utilidade que auia em a Ilha estar pouoada para a conservação das pouoações que se intentão desta banda.» [53])

Infelizmente assim não aconteceu, pois, por ordem do Desembargador sindicante João da Rocha Pita, datada do Rio de Janeiro, em 13 de Novembro de 1680, foram mandados recolher para São Paulo os soldados e os índios, que ali se encontravam, remanescentes da expedição de Jorge Soares. [54])

Prometera D. Manuel Lobo várias vezes, determinando a Jorge Soares que estanciasse na Ilha que, ao cruzar por aquelas alturas, rumo ao Rio da Prata, destacaria um dos navios de seu comboio para os transportar, em sua companhia, até a paragem que ali deveria ser povoada.

Ao chegar a Santos viu porém D. Manuel Lobo ser inexequível o que estabelecera. Compunha-se sua frota de navios grandes e não seria conveniente, afim de evitar danos possíveis, se aproximar muito da costa. E fez disto aviso a Soares de Macedo, que o comunica a El-Rei: «e assim determinaua fazer-se tanto ao mar que não pudesse ter uista da terra, mas que a do Cabo de Santa Maria ou Ilha dos Lobos do Rio da Prata para honde eu tambem poderia hir, se me aparecesse huma de 2 sumacas, que a minha ordem hauião de aportar na Ilha de Santa Catarina carregadas de mantimentos e que nellas mandasse metter tudo o que podesse da fabrica do armazem que aly tinha e auia mandado fazer por seu auizo...» [55])

Recebendo essas notícias faz o Tenente-de-General reunir o conselho dos oficiais e pessoas gradas da expedição para resolver como fosse de melhor acerto. Foram convocados para ele os Capitães Francisco Dias Velho, José Dias Franco Pires, João Freire Farto, o Alferes da companhia paga Maurício Pacheco e os Padres Capelães Frei Lourenço da Trindade e Frei Feliciano de Santa Rosa.

---

53) *Campaña del Bras.*, cit. T. 1 — 279.
54) B. da S. Lisboa. *Anais*, cit. 251.
55) B. N. An. cit. 162.

Cientificou-lhes o Tenente-de-General da correspondência trocada com D. Manuel Lobo, e da impossibilidade em que se via de seguir agora com toda a tropa. Unânime foi o conselho. Jorge Soares deveria seguir embora só numa das sumacas que se anunciava, afim de prestar a sua assistência, como lhe fora determinado pelas reais ordens que recebera. De chegada às Ilhas de São Gabriel providenciaria com urgência no sentido de conseguir condução para os que ficavam. E tal se afigurava a necessidade de sua presença junto a D. Manuel Lobo que, no caso de não virem àquele porto as sumacas que se esperavam, deveria o chefe da expedição fazer por terra (o caminho), embora padecendo os maiores riscos. E lavrou-se auto circunstanciado do parecer do Conselho.

Em Fevereiro chegava, finalmente, à Ilha uma das sumacas esperadas, que vinha da Cananeia com mantimentos, destinando-se à nova Colónia. Ùnicamente com a gente de seu serviço nela embarcou Jorge Soares. Levava um sargento e dois soldados. Deixou, porém, ordem que na outra sumaca que aparecesse «se embarcasse da fabrica tudo que coubesse e trinta índios, oficiais para o que fosse necessario na pouoação noua deixando a demais gente e fabrica de V. A. encarregada aos oficiais de milícia que ali assistiam», informa a El-Rei na citada carta.

Depois de um ano e meio de trabalhos exaustivos e de adversidades sem conta ia o substituto eventual de D. Manuel Lobo cumprir a sua missão, cujo epílogo seria ainda o complemento de todas as adversidades anteriores.

Em 13 de Fevereiro de 1680, sairam os expedicionários pela barra sul da ilha de Santa Catarina, em demanda do Rio da Prata. Em uma canoa grande ia um grupo de índios, alguns soldados e uma negra.

Péssima foi a viagem desde o início. Saíndo ao mar, ventos contrários bateram rijamente a pequena embarcação. «Nos pozemos em 4 sangraduras, na altura dos 33 ½", informa Jorge Soares. A 20 avistaram a terra da boca do Rio da Prata e Ilha dos Lobos, mas por falta de prático e de piloto andaram três dias «obrigados tambem da corrente das aguas, que era grande,

sem poder montar a ponta de Maldonado», que muitas vezes tiveram à vista.

Rondando «o vento a Osueste que aly he travessia, cresceo com tanto impeto que sem remedio humano, não podendo montar o cabo de Santa Maria, chocamos com as penhas dele, donde se perdeo a sumaca mizeravelmente». Eram duas horas da manhã do dia 24 de Fevereiro quando se deu o naufrágio. Perdeu-se nele, com a sumaca, tudo quanto levavam, bem como todo o mantimento que se destinava à Colónia, «perdendo naquelle logar com o pouco que possuia todos os papeis e documentos que leuaua para que constasse ao Gouernador Dom Manuel Lobo, as razões que me obrigarão á viagem por mar e gastos que nella hauia feito da fazenda de V. A.», informa ainda o infortunado oficial.

Os náufragos salvaram-se alguns a nado, outros sobraçando tonéis e pranchas de madeira com as quais foram atirados à praia que é ali arenosa e longa. Deu-se a ocorrência na altura do antigo Cabo de Santa Maria.

No dia seguinte, sem que houvessem ainda tomado uma resolução definitiva, em volta de fogueiras que tinham aceso, aguardavam os náufragos as ordens do comandante. Surge, então, ao sul do cabo, uma pequena embarcação de três velas, à qual fazem sinais para que se aproxime da praia. Era a canoa grande, pilotada pelo prático António D'Eça, e aproveitada por Jorge Soares para ir até às Ilhas de São Gabriel levando alguns índios, quando, mandada por correspondência por D. Manuel Lobo, de Santos, aproara à Ilha de Santa Catarina.

Saindo juntamente com a sumaca, enquanto esta, não podendo suportar o mau tempo reinante na costa, fazia-se ao mar alto, viera a pequena embarcação beirando o litoral e abrigando-se nas pequenas reentrâncias da terra.

Reconhecendo, pelos destroços, a sumaca perdida, e atendendo aos chamados insistentes dos náufragos, a embarcação aproximou-se dando fundo na extremidade sul do cabo. Jorge Soares e Leonel da Gama, a nado, foram parlamentar com o piloto.

Retiraram da embarcação os mantimentos de que tinham já urgente carência, pela perda total dos da sumaca: farinha de mandioca, carne seca, toucinho e água, transportando-os para a praia.

Em seguida determinou o chefe seguisse a canoa até Maldonado, onde esperaria a chegada dos náufragos que até ali seguiriam por terra. Fez dela desembarcar sete índios, substituindo-os por número igual de marinheiros da sumaca, e uma escrava negra, doente, que viera nesta embarcação.

Chegando a Maldonado, consoante as ordens que dera, aí encontrou a canoa. Embarcou nela toda a sua gente, e navegaram assim um dia. Mas, «experimentando os riscos que a ameaçavam pela muita carga de gente, e não podel-a aguentar», saltaram novamente à Terra, determinando Jorge Soares que a embarcação, com os marinheiros e a negra, seguisse para a Ilha de São Gabriel, dando aviso a D. Manuel Lobo do ocorrido, enquanto ele com os portugueses brancos e índios ao todo 24 pessoas, continuariam a viagem por terra.

Caminhavam já alguns dias, curtindo os rigores dessa paragem deserta, quando, no dia 5 de Março, na altura da Ilha das Flores, se lhes deparou um troço de índios, armados de arco que, pela praia, seguiam em sua direção: Também nas altas barracas, que a circundam, outros grupos apareciam, com aspecto hostil. Ao princípio lhes pareceram índios selvagens, preparando-se os expedicionários, que se haviam armado com quatro espingardas trazidas pela canoa, para resistir quanto possível.

Mais próximos, porém, reconheceram, quando Frei Lourenço da Trindade lhes falou na língua geral de que era senhor, serem moradores de alguma redução dos Jesuítas. Em seu depoimento narra o religioso franciscano miudamente o sucesso: «Ouviu dizer aos ditos índios na língua guarani que entende quem sois vós, e lhes respondeu que eram portugueses. E perguntando-lhes aos ditos índios de quem eram e de que doutrinas, lhes responderam de primeira instância que dos Frades de São Domingos. E apurando a matéria, e não lhes dando crédito, lhe tornaram a dizer que eram das doutrinas dos Padres da Companhia e que perto dali estavam dois religiosos dela. — E o dito Tenente, com esta notícia, lhes escreveu um papel avisando-os do sucesso de sua perda e estado em que se achava.» [56]

56) *Campaña del Bras.* — cit., 184

Seguiram eles, então, aos índios que iam em busca de seus Padres para lhes relatar o acontecido. No dia seguinte encontraram o grosso da patrulha jesuítica, forte de 800 homens de armas. Dirigiam-na os Padres Domingos Rodiles e Jerónimo Delfim, dois jesuítas espanhóis da redução dos Reis Magos, do Japejú.

Não era por mero acaso que ali se achava a considerável patrulha jesuítica. Apesar de todo o sigilo com que havia sido feito o recrutamento, que tinha por objectivo ostensivo o descobrimento das minas da Repartição do Sul, espalhara-se logo em São Paulo o motivo real daquela bandeira marítima: o povoamento de um sítio no Rio da Prata.

Rápida, a notícia voou ao Paraguai, levada por um fugitivo aos maus tratos de ousado bandeirante, como passamos a historiar.

João de Peralta, natural de Vila Rica, em 1635 ou 36, uma das vezes que esta povoação do Guairá foi invadida pelos mamalucos, criança ainda de peito, juntamente com sua mãe, cativa, havia sido levado para São Paulo. Ali viveu perto de 40 anos. Numa dúvida que teve com Francisco Pedroso este lhe deu um tiro, ferindo-o gravemente. Restabelecido, Peralta fugiu de São Paulo, indo dar, depois de uma série de trabalhos e sofrimentos, em Assunção, no Paraguai.

Deu, ali, ao Governador espanhol, várias notícias relativas aos paulistas que intentavam entrar pelo sertão mais a maloquear índios que à cata de ouro, porque, acrescentava: «não fazem eles muito caso do ouro, querendo antes maloquear índios.» [57]) . Dentre todas, porém, a nova mais impressionante era a povoação que os portugueses iriam fazer em Montevidéu, ou em outro ponto mais para dentro da terra, para cujo efeito «veio de Portugal o Dr. João da Rocha Pita, desembargador de Passos, com despachos de Juiz cível e criminal no Estado do Brasil e título de Sindicante do Rei e amplos poderes para o despacho de todo o necessário à fundação pretendida; fora deste vieram de Lisboa D. Rodrigo Castelo Branco, fidalgo português, que antigamente es-

57) A. G. de la Nac. *Campaña del Bras.*, I, cit. 76.

teve nas minas dos Lipes e em Cuzco e outras partes do Perú, nomeado pelo Príncipe D. Pedro, Mestre de Campo de toda a gente que fosse povoar na costa de Montevideo, e traz por seu tenente a Jorge Soares Macedo.» E acrescentava o informante que em 14 barcos que entraram em Santos e São Vicente se havia embarcado o tenente Jorge Soares com 80 soldados que vieram da Baía [58]) e 30 portugueses do distrito de São Paulo e que, além destes, ordenara Rocha Pita que toda a aldeia que chamam Barberipe, constante de mais de 300 famílias se despovoasse para se transportar à nova colónia que se ia fundar no Prata. De outra aldeia, que têm os Padres da Companhia, tirou também o sindicante 111 pessoas entre as quais muitos oficiais de ferreiro e carpinteiro, que tiveram ordem de embarcar. Com os demáis também seguiram Francisco Dias Velho, homem rico, com 80 índios de sua casa, Manuel da Costa Duarte que levou outros 15 índios, e os 30 portugueses levaram, cada um, três ou quatro índios.

Peralta informava ainda que a armada, segundo se dizia, iria sondar a costa de Montevidéu, mas segundo carta que vira, de Felipe de Campos, português poderoso, escrita a um filho, que era cura da Candelária, muitos eram de parecer «que fundassem no meio da terra e assim se julgava que era mui factível que a Armada tivesse entrado pelo Rio Grande do Igaí, que desemboca no mar em trinta e dois graus ou por outro Rio», [59]) porque tendo a armada saído a 3 de Fevereiro (aliás 10 de Março, como vimos) nada se sabia ainda em Buenos Aires naquela data (Outubro).

Como é natural, a notícia causou sensação nos meios castelhanos. O Governador do Paraguai, D. Felipe Rexe Corvalan a transmitiu, imediatamente, em carta de 22 de Outubro de 1679, a D. José de Garro, Governador de Buenos Aires.

---

58) A Ordem Régia de 30-XI-77 determinava dar a Jorge Soares um Capitão e 30 soldados do presídio da Baía, ordenando a Matias da Cunha, Governador do Rio de Janeiro que, no que chegasse àquela praça esse oficial lhe fornecesse mais um Alferes e 20 soldados do presídio do Rio de Janeiro. A ordem era dirigida ao Vice-Rei Roque Barreto que a retransmitiu ao Governador do Rio de Janeiro. A. N. Coll. 60 — Liv. V, fls. 120.

59) *Campaña del Bras.*, cit. 79 — Rio Grande do Sul então assim designado, como já vimos anteriormente.

Por outro lado, o P. Cristóvão Altamirano, Superior dos Jesuítas, faz a mesma comunicação, temendo a incursão dos bandeirantes sobre o território das reduções do Uruguai, para cuja defesa pede armamento e munições. [60]) Aparelhado de elementos e de ordens especiais para a facção, e depois de organizar um contingente de 3.000 índios das diversas reduções sob o seu comando, o P. Altamirano fez sair uma patrulha sob as ordens dos Padres Delfim e Rodiles, que avançou até as imediações de Maldonado. Foi aí, como fica exposto, que foram aprisionados o Tenente-de-General Jorge Soares de Macedo e seus companheiros de expedição.

Custodiando-os, levaram-nos os Padres até a aldeia dos Reis Magos, Japejú, fazendo um percurso a pé de 180 léguas. Nesta aldeia, apesar de serem bem tratados pelos Superiores da redução, não se lhes relaxou a vigilância. Ficaram ali até à vespera da Páscoa da Ressurreição, dia em que, escoltados por 3.000 índios às ordens dos Padres Pedro Jiménez, João António Solinas e Jacinto Marques foram, em grande número de balsas, conduzidos a Buenos Aires e entregues ao Governador da praça D. José de Garro.

Chegados a esta cidade, em 24 de Maio, ficaram incomunicáveis, em calabouço, com sentinelas à vista, depois de largamente interrogados.

Recebendo a comunicação que lhe fazia o Tenente-de-General da perda da sumaca e da viagem que empreendia por terra, e como se demorassem os expedicionários a chegar àquela paragem, resolveu D. Manuel Lobo mandar, em Abril, procurá-los a fim de os guiar à nova Colónia. Valeu-se para isso de pessoal que, na outra sumaca, que tocara em Santa Catarina duas semanas antes de Jorge Soares, havia poucos dias dera fundo no porto da Nova Lusitânia. (Colónia do Sacramento).

Organizou o chefe uma escolta de 25 homens, composta de portugueses e índios e comandada pelo oficial D. Francisco Naper de Alencaster. Percorreu esta largo trato da costa até Maldonado, sem encontrar os expedicionários, levando nisso pròxima-

60) *Idem*, pág. 80.

mente um mês. Voltou a escolta à Colónia afim de comunicar a D. Manuel Lobo não haver encontrado o Tenente-de-General, e nem notícias que lhes pudessem indicar o rumo que a gente havia tomado. Novamente fê-los sair, com o mesmo objectivo, o Governador da praça, determinando-lhes que seguissem para os lados do rio São João onde, desviado do rumo, pudesse ter ido parar Soares de Macedo. Depois de muitos dias de inúteis pesquisas, haviam os portugueses que iam a cavalo se distanciado dos índios, que seguiam a pé, quando estes, encontrados por forças do Capitão D. António de Vera e Muxica, foram presos e conduzidos a Buenos Aires, aonde foram entregues em 6 de Junho. Eram 12 índios tupis da escolta da Colónia.

Só em Julho conheceu D. Manuel Lobo a causa do desaparecimento de seu substituto no governo da Colónia. Em 2 de Julho manda o Capitão Simão Farto e o Superior dos Jesuítas daquela praça a Buenos Aires, levando ao Governador D. José Garro uma carta em que historia os sucessos anteriores da perda da sumaca de Jorge Soares e estranha a sua prisão, bem como a da escolta que posteriormente mandara à procura desse oficial. Vão também os seus emissários com credenciais para «sabelo de V. S. pa. que tenhamos entendido, se estamos em guerra, ou paz, porque quando desa pte. senão tenha tomado rezulução de Rompimto., espero que V. S. me mande restituir o dito thenente gal. com os mais prisioneiros como o pede a rezão; lembrando a V. S. que asi como o Serenissimo Principe de Portugal Meu Sor. repetidas vezes me tem ordenado conserve a paz estabelecida, não dando a minima ocaziáo a bem fundada queixa, como se tem feito thegora, tambem me manda que quando desa pte. madem uze dos meyos comvenientes pa. a defença e ofença. [61])

Responde o Governador de Buenos Aires protestando contra o estabelecimento dos portugueses no Rio da Prata, que julgava território pertencente à Coroa de Espanha, usando contra eles, em todas as ocasiões, das represálias que fossem possíveis não só nos haveres como nas pessoas. E segue dessa forma o teor da inútil controvérsia.

---

61) *Campaña del Bras.*, cit. I. — 197.

Pobre D. Manuel Lobo! Abandonado pelo seu soberano naquele recanto deserto, ante um inimigo poderoso e forte, veria em breve abatido o seu orgulho e realçado seu vulto histórico por um halo imortal de martírio.

Não havia findado, no entanto, a odisseia de Jorge Soares. D. José Garro, dominado pela vontade dos Jesuítas, que viam no estabelecimento dos portugueses uma ameaça constante à sua infiltração naquelas terras, tendo resolvido atacar a novel povoação, temeu-se de ação que os prisioneiros, em Buenos Aires, pudessem desenvolver.

E, assim, Jorge Soares de Macedo foi enviado a 9 de Novembro de 1680, ao Reino do Chile, onde esteve preso até 1 de Maio de 1682. Promovido D. José Garro a Vice-Rei daquele governo, levou a notícia do Tratado Provisional realizado entre Portugal e Espanha em 7 de Maio de 1681, sendo assim concedida a liberdade do ex-chefe da expedição às ilhas de São Gabriel.

Mas, embora livre lhe estava reservada outra provação. Solicitou Jorge Soares se lhe permitisse e aos mais portugueses que ali assistiam, fossem ao porto de Buenos Aires, afim de ali aguardarem as ordens d'El-Rei. Nem isso lhe foi permitido. D. José Garro ordenou que se transportassem a Córdova, pois, nessa cidade se achava Dom Manuel Lobo. Estava completamente exausto de recursos. Até os cinco escravos negros que o acompanharam lhe tinham sido tomados e vendidos pelo Governador de Buenos Aires, que não o quis indenizar, como devia. Ficaram, por esse motivo, ainda no Chile, os portugueses que tinham sido seus companheiros de prisão, com excepção de D. Francisco Naper de Alencaster que seguiu em sua companhia para Córdova, província de Tucumã.

Só em Dezembro desse ano conseguiu o Tenente-de-General Jorge Soares de Macedo chegar a Buenos Aires donde, em data de 15, escreve ao Príncipe D. Pedro extensa carta em que reconstitui a sua malograda acção na fundação da Colónia do Sacramento.

Tem a mesma um aditivo de 20 de Janeiro do ano seguinte em que dá conta da morte de D. Manuel Lobo.

5. Colónia do Sacramento.

A efectiva expansão portuguesa para o sul, que se dirige para o Prata sempre ambicionado, cuja posse deveria ser um secular motivo de dissídios e de lutas sangrentas, só se realiza em fins de século XVII. D. Manuel Lobo, a quem se incumbe de fundar a Nova Lusitânia, que logo denomina de Cidadela do Sacramento, ou mais pròpriamente de Nova Colónia do Santíssimo Sacramento, liga, com seu martírio e com seu estoicismo de soldado, os alicerces desse marco que Portugal vai plantar muito além da linha de Tordesilhas. A história da Colónia, que só agora se escreveu, [62]) é o índice de todas as competições que transplantaram para a América os dois povos que dominaram a Península ibérica e entre os quais se repartiu o vasto Continente do Sul. Chocam-se, aí, pela primeira vez, as duas grandes correntes, de cujo embate inicial, ressentir-se-ão, durante séculos, os élos de fraternidade continental, que deveriam cimentar, em sua origem, os fundamentos das nacionalidades nascentes.

Não é nosso intuito detalhar a história da Colónia. Ela não cabe, pela sua grandeza e pelos seus moldes, nos restritos propósitos da nossa narrativa. Basta, porém, assinalar as consequências imperativas com que esses acontecimentos agiram para a fundação oficial do Rio Grande, que nada mais foi do que a confirmação da conquista lenta e destemerosa dos primeiros vaqueiros que penetraram e se fixaram na terra. E tanto é assim que, não obstante a deflagração da luta na Colónia, pela posse do Prata, durante 50 anos, quando se trata de colonizar o Rio Grande, a Corte se mostra temerosa de irritar, ainda mais, a belicosidade castelhana.

Em sua primeira carta, datada da Cidadela do Sacramento,

---

62) Vasta e preciosa a bibliografia sobre a Colónia do Sacramento, quer de origem portuguesa, quer espanhola. Encontra-se a sua relação nessa preciosa obra de Luís Enrique Azarola Gil, historiador uruguaio, que nos deu *La epopeya de D. Manuel Lobo*, publicada em Madrid, em 1931. E' um livro que honra a cultura sul-americana. Modernamente, outro trabalho se há feito que, pela documentação formidável que encerra, será a obra de maior vulto escrita sobre o assunto. E' a *História da Colónia do Sacramento*, em dois grossos volumes, da autoria do insigne pesquisador Coronel Jónatas da Costa Rego Monteiro.

em 12 de Março de 1680, existente na Biblioteca Nacional e que foi publicada em primeira mão, na íntegra, na obra monumental de Rego Monteiro, historia D. Manuel Lobo, minuciosamente, a fundação da Colónia. Dando cumprimento à ordem real, organizou a sua expedição, destinada ao Prata, no Rio de Janeiro, composta de três charruas, de que eram Capitães António Fernandes Pedroso, Manuel Carneiro da Costa e Maynard, e que deveriam se lhe reunir no porto de Santos, depois de receber a bordo gente, cavalos e petrechos que pudessem, tudo sob o comando do Capitão de Cavalos Manuel Galvão. Depois de dar algumas providências em São Paulo, a cuja vila subiu, e de enviar duas sumacas afim de carregar farinha em Cananeia e São Francisco, fez-se à vela, diz «com cinco embarcações do meu contrato, saí daquele porto (Santos) no dia de N. S. da Conceição, que para todos nós foi de feliz anúncio, gastando na derrota até dar fundo na ilha de Maldonado, situada na embocadura deste rio, vinte e três dias porque o vento nunca nos foi favorável». Em Maldonado demorou-se alguns dias até «que a lua nova, tempo em que ali cheguei, fizesse os efeitos que acostuma nessa altura». E seguindo para as ilhas de São Gabriel, alguns dias depois deu fundo no porto, onde desembarcaram todos. Ao segundo dia que ali estavam, «les veiu reconhecer de longe uma lancha de Buenos Aires». [63])

A esta se seguem outras embarcações e cartas do Governador de Buenos Aires, protestando contra o estabelecimento ali dos portugueses. Uma discussão se estabelece sobre a linha que se-

---

63) Controvertida a data da fundação da Colónia que essa carta inédita de D. Manuel Lobo vem esclarecer. Azarola Gil faz um detido estudo sobre o assunto, resenhando vários historiadores. Aceita a data de 22 de Janeiro, estabelecida pelo barão do Rio Branco. Conforme se evidencia da carta de D. Manuel Lobo partiu de Santos a 8 de Dezembro chegando a Maldonado "vinte e três dias depois", isto é, a 31 de Dezembro. Muitos dias bordejou por aquelas alturas. No dia seguinte ao do desembarque foi reconhecer, de longe, a expedição, uma lancha de Buenos Aires. Segundo documentação espanhola (*Campaña del Brasil* — cit.) a primeira embarcação que dá notícia dos portugueses, na ilha de São Gabriel é a em que ia Marcos Roman que diz, como acentúa também Azarola "habia visto cuatro navíos el 22". Pode-se, pois estabelecer a data de 21 de Janeiro de 1680 para a fundação da Colónia do Sacramento e não a de 1 de Janeiro, como dizem as histórias oficiais até hoje. Rego Monteiro, em seu trabalho, estuda detidamente a questão.

para, ao Sul, as possessões de ambas as monarquias. D. Manuel Lobo pensa que os espanhóis ficaram satisfeitos com as suas explicações. Mas, não tarda que as ilusões se desvaneçam. Vão já escasseando os mantimentos. Os gados que havia «se tem apartado», «com o fogo que pegou nestes campos, creio que por ordem dos castelhanos», a sumaca de provisões, que Jorge Soares trazia, naufragou nas alturas de Maldonado, e «se a outra sumaca de farinha não for Deus servido que chegue a este porto em breves dias teremos uma bem apertada quaresma», informa o heróico fundador da Colónia. [64])

Mal iniciada pela carência de tudo, sem elementos de subsistência, desamparada dos poderes públicos, a Colónia, estabelecida em frente a um inimigo poderoso, contando com o auxílio dos Jesuítas espanhóis, que tinham às suas ordens milhares de índios, aguerridos e disciplinados, não poderia resistir ao forte embate que se preparava. A fome, a desorganização, um princípio mesmo de desequilíbrio mental de seu fundador, deram margem ao afrouxamento da disciplina e à defecção de alguns de seus defensores.

A segunda carta que D. Manuel Lobo escreveu ao Príncipe, datada de Buenos Aires, de 21 de Setembro de 1680, ainda inédita, [65]) resume, melhor do que poderíamos fazer, essa epopeia que foi a queda da praça. Transcrevendo-a, na íntegra, em primeira mão, historiaremos, melhor, os factos que o fidalgo português relaciona, na sua simplicidade epistolar. Envoltos numa auréola de martírios, os defensores da Colónia honram as tradições de bravura da gente lusa. Não falta, porém, aí, a nódoa de uma traição, de paulistas, que aberra dos sentimentos bandeirantes da terra. E ergue-se, num fundo de apoteose, um vulto varonil de mulher, D. Joana Galvão, que vendo cair morto o esposo, Capitão Manuel Galvão, toma-lhe da mão ainda quente a espada gloriosa e se atira ao fragor da luta, e não se rende embora lhe queiram poupar a vida, tombando, trespassada de ferí-

64) Biblioteca Nacional. *Col. de Âng.* — Mss. I — 31, 32, 12.
65) Mais tarde publicada pelo Cel. Rego Monteiro, em *Col. do Sacr.*

das sobre o corpo inerte do esposo, na mais heróica e admirável das atitudes da raça.

E' a seguinte a carta de D. Manuel Lobo, escrita já do cativeiro, onde encontraria a morte, em 21 de Setembro de 1680: «Senhor. Na frota próxima passada dei conta a V. A. como havia chegado ao sítio de São Gabriel e que em terra firme havia posto a gente e mais petrechos como V. A. me havia ordenado e que com toda a brevidade começava a levantar terra e como naqueles poucos dias conheci tanto a incapacidade da gente que trouxe do Rio de Janeiro; na mesma carta dei conta a V. A. do conhecido perigo em que se achava e quis me Deus castigar de sorte que se então os considerava maus só no militar os experimentei malíssimos em todas as suas acções, o que ajudou a cair eu tão gravemente enfermo pouco depois de dar princípio à obra continuando-se-me esta enfermidade sempre que ali estive, de tal sorte que não tendo pouco risco a vida, um médico que comigo trouxe, quase assegurava que quando escapasse com ela ficaria padecendo do juízo, pelas muitas que o perdi no decurso dela, que eu estive tanto incapaz de poder mandar nem saber o que se obrava por cuja causa os brasileiros se licenciaram tanto que desobedeciam a seus oficiais, de maneira que a fortificação foi feita tão lentamente que o entendí se faria em quatro meses, da forma que trabalhavam seria eterna a obra, porque segundo agora soube, excepto a Companhia que veio desse Reino e poucos homens do Rio, os demais iam muito pouco às faxinas e nelas trabalhavam os que queriam, que era muito pouco, e com aquela calma que no Brasil costumam fazer todas as coisas, e se algum de seus oficiais os surpreendia lhes respondiam como se não o fossem, o qual ajudava a discórdia que entre os mesmos oficiais havia sobre quem (levando-me Deus) havia de governar não querendo obedecer ao Capitão de Cavalos Manuel Galvão a quem na minha falta havia nomeado, com que tudo andava confuso.

Neste estado, Senhor, nos achávamos quando, pela parte da terra, nos vimos sitiados de cinco a seis mil homens dos quais o maior número era dos índios das reduções dos Padres da Companhia e os demais espanhóis deste Presídio, Córdova, Santa Fé e Corrientes, de onde foram conduzidos para este feito, aos quais

governava o Mestre-de-Campo António de Vera Muxica e aos índios juravam os Padres da Companhia que os traziam bem armados assim de armas de fogo, como de lanças e flechas, todos a cavalo, e doutrinados na milícia pelos mesmos Padres, com o qual nos impediram a campanha que nos fez um grandíssimo dano pela quantidade de caças que se matavam que nos ajudava muito para dissimulação da falta de mantimentos em que nos achávamos, porque com a sumaca que se perdeu nos faltou como mil e duzentos alqueires de farinha e uma nau caravela que tive notícia se punha a carga em seu seguimento não havia ainda chegado, desde logo se começou sentir demasiada falta de mantimentos e a ração se foi minorando aos soldados com que eles começaram a tumultuar e os índios a fugir, pelo que a toda a pressa enviei a pedir socorro a todas as capitanias deste Estado e com estas esperanças se trabalhou com mais calor poucos dias e porque a cortina e baluartes que olhavam para a baía, e porto estavam pouco mais que delineados, pareceu fazer duas estacadas que fechassem de mar a mar nos lados exteriores dos baluartes que olhavam para a terra, aos quais ainda que se tinham terminado, dizem-me não ficaram como convinha porque eu não os vi nem os demais de que dou conta a V. A. pois o faço pelas notícias mais verdadeiras que hei podido ter. Os ditos baluartes e a cortina que entre ambos se conteem não tinham mais altura que a de uma trincheira de campanha e quase nenhum fosso neles como melhor pôde acomodar o Capitão António Correia Pinto à artilharia que sua capacidade sofria e fez outras defensas como o permitiu o tempo. Em um mês que durou este sítio esteve de guarda com postos nomeados toda a gente com que nos achávamos, que seriam cento e oitenta homens, porque ainda que comigo veio maior número, de enfermidade morreram neste sítio várias pessoas e alguns se puseram tão incapazes de servir que por tais os mandei retirar ao Rio, e como cada vez as rações se iam minorando e esta gente sofre muito mal qualquer trabalho, e muito menos o da fome, começaram descaradamente a dizer que se dentro em poucos dias não fôssemos socorridos assim de gente como de mantimentos ou nos entregássemos que eles se haviam de passar todos para os sitiadores, o que não lhes era dificultoso, como não o foi

a 12 que fugiram, entre os quais foi um paulista, [66]) que aqui veio das ilhas de Santa Catarina, o qual não sòmente lhes deu minuciosa conta do miserável estado em que nos achávamos, senão que se ofereceu para guiar as primeiras esquadras, dizendo-lhes também que me achava tão incapaz de qualquer emprego, que apenas podia falar com acerto, sendo estes traidores tão desatinados que fugiram depois que nós começámos a ter secretamente alguma comunicação com os índios, os quais davam princípio à troca de alguma carne e cavalos, de que também deram conta ao Cabo que pôs toda a diligência em impedi-los.

Com estas notícias se resolveu a fazer-me dois protestos, abandonasse eu aquela terra de que o Rei Católico estava de posse havia cento e vinte anos, dando-me para resolver um dia de praso, ao que respondi o mesmo que os demais e em outro me enviou a fazer logo que chegou a avistar-me.

Poucos dias depois, em 7 de Agosto próximo passado, duas horas antes que amanhecesse, avançou às nossas fortificações, vindo guiando a vanguarda o dito paulista e foi tal a sua fortuna que, tendo havido no decurso do sítio bastante cuidado assim nas rondas e tropas de Infantaria como nas de cavalo que saíam fora, havia duas noites que o Capitão Manuel Galvão tinha mandado não saíssem os ditos cavalos fora, nesta estava tão mal prevenida a Infantaria que a avançada se converteu em surpresa, porque chegando a um baluarte a que subiram sem serem pressentidos, achando a sentinela dormindo a mataram a estocadas fazendo-se senhores dela, ao mesmo tempo avançaram a ambas as estacadas, entrando em uma delas sem resistência, porque a desampararam só com o rumor quase todos os que a guarneciam, deixando as armas e o seu Capitão que se achou só com os oficiais e quatro homens ousados que como tais acudiram ao que os tocava particular-

66) Não declara D. Manuel Lobo o nome do traidor. "Escoreceo o tempo o nome deste infiel, diz Simão Pereira de Sá. (*Nova Colónia do Sacramento*, 33) para que não servissem à Pátria, de perpétua mágua tão injuriosas cinzas". — Mas, da documentação espanhola se evidencia ser Pedro Ferreira Cabral que fez, desertando da Colónia, ante as autoridades de Buenos Aires, várias declarações sobre as condições da praça e o comércio com os índios minuanos, que socorriam os portugueses. V. *Camp. do Brasil*, cit. e Azarola Gil. *La epopeya*, cit. 185.

mente Dom Francisco Naper de Alencastre que estava nomeado para defender um posto com dez homens achando-se só com quatro não o desamparou até o não haver entrado pelas demais partes e ter-se-lhe mandado retirar, o que fez sem grande perigo, indo-se a incorporar com o Capitão Manuel Galvão e seu Tenente Bartolomeu Sanches Xara que com poucos mais, sem esperanças de vitória, pelejavam corpo a corpo, dentro da praça, havendo feito o dito Tenente, desde o princípio, com os poucos cavalos que podia contar, rechassar os índios duas vezes, fazendo saltar a muitos fora do baluarte, e pedir lastimosamente quartel aos que não o puderam fazer; ao tempo que chegava uma esquadra de mosquetaria espanhola e voltavam a assenhorear-se do baluarte e muralha de onde deram repetidas descargas contra o tenente, matando-lhe alguns soldados dos poucos que o acompanhavam, os quais juntando-se com um pequeno corpo que ali se uniu dos nossos, fizeram o último esforço ficando mortos no campo o Capitão Manuel Galvão, o Capitão Manuel Águila, o Capitão João Lopes da Silveira, e o Capitão Engenheiro António Correia Pinto, ficando ferido só o Capitão Simão Farto Brito, por cuja causa assenhoreou a multidão dos índios a praça, e quartéis dos soldados, dando princípio a uma cruel matança sem perdoar a pessoa alguma, não obstante haver dado o Governador e Capitão-General destas Províncias D. José de Garro, repetidas ordens em contrário e o Mestre-de-Campo António de Vera Muxica com os espanhóis que ali se achavam fazer toda a humana diligência para evitar tão grande dano, o qual não pôde conseguir e só com muita dificuldade guardar minha pessoa e casa que por muitas vezes a tiveram invadida; os ditos índios saquearam tudo quanto havia com a mesma liberdade com que fizeram os demais. Os mortos seriam por todos cento e doze; os que escaparam viemos prisioneiros de guerra para este porto e cidade de Buenos Aires, donde fico no seu castelo na mesma casa em que o Tenente-de-General Jorge Soares se achava, que também foi prisioneiro pelos Padres da Companhia, vindo por terra depois de haver dado à costa como já dei conta a V. A. O Governador e Capitão-General sobredito nos trata com toda a urbanidade e cortesia, assis-

tindo-nos com largueza e regalo de sua própria casa; aos soldados fez acomodar melhor do que o sabem merecer.

Creio que brevemente irão todos para Lima, cidade aonde assiste o Vice-Rei, o que eu não poderei fazer logo por achar-me ainda muito doente e entendo o estarei muitos dias por falta nesta cidade de médicos e medicina, por não haver nela médicos cirurgiões nem botica. Disponha Deus o que for servido e guarde a Real Pessoa de V. A. muitos anos como todos seus vassalos temos mister. Buenos Aires 21 de Setembro de 1680 — Humilde vassalo de V. A. que beija seus pés — **D. Manuel Lobo.** [67])

Devastada a praça, que se tornou presa da selvageria dos índios do P. Altamirano, foram os prisioneiros conduzidos para Buenos Aires e daí para Lima. D. Manuel Lobo, devido a seu estado de saúde, foi levado a Córdova de onde, ao conhecer-se o texto do Tratado Provisional, de 1682, voltou a Buenos Aires, falecendo alí, em 7 de Janeiro de 1683.

O Tratado Provisional determinava a entrega da Colónia aos portugueses. Recebeu-a, em 12 de Fevereiro de 1683, o Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves que a entregou à direcção do Mestre-de-Campo Cristóvão de Ornelas de Abreu, que a administrou pelo espaço de cinco anos. Em 1689, nomeado pelo Rei, assume o comando da praça, como seu Governador, D. Francisco Naper de Alencaster. Fez boa administração, sendo substituído por Sebastião da Veiga Cabral, em 1699. Rompidas novamente as relações entre Portugal e Espanha, e na iminência de ser atacado, resolveu Veiga Cabral a evacuação da cidadela, partindo para o Rio com os povoadores, em Abril de 1705.

Durante dez anos ficaram as ruínas da Colónia, que Veiga Cabral mandara incendiar antes de partir, completamente abandonadas. Só mais tarde, com o tratado de Utrecht, volta-se o governo português para esse extremo recanto já tinto pelo sangue de heróicos defensores. E' nomeado Governador da Colónia e toma posse do cargo em 16 de Novembro de 1716, o Mestre-de-Campo Manuel Gomes Barbosa.

---

67) B. N. *Col. de Angelis*. Mss. I, 31, 32, 12. Trad. do espanhol.

Pode-se datar daí a verdadeira fase inicial da Colónia do Sacramento. Até, então, abstraindo de poucos casais de militares que ali se encontravam, em outras épocas, não tinha essa praça recebido o influxo do povoamento. Desta vez, porém, trazidos pelo Sargento-Mor António Rodrigues Carneiro, de Trás-os-Montes, recebeu a Colónia sessenta casais de agricultores e artífices. E são os descendentes destes que vão, em parte, povoar o Rio Grande do Sul, quando de sua fundação, em 1737, ou quarenta anos mais tarde, por ocasião da entrega definitiva da Colónia aos espanhóis.

Existe na Biblioteca Nacional, entre a documentação do Vice-Rei da Baía, a relação desses povoadores. Interessa especialmente, ao Rio Grande, onde vão eles ser troncos vetustos de famílias que aí têm suas origens. [68])

Eram ao todo 333 pessoas que aportaram à Colónia em 10 de Fevereiro de 1718, juntamente com tropas trazidas do Reino e do Rio.

Com este impulso e a radicação do homem à terra, prosperou grandemente a Colónia, sob muitos anos de paz, que permitiu se desdobrassem actividades várias, desenvolvendo-se indústrias e comércio.

Em 1735, porém, com o rompimento de relações entre as duas Coroas Peninsulares, como sempre soía acontecer, teve a Colónia que pagar um novo tributo de sangue às forças espanholas de D. Miguel de Salcedo, Governador do Rio da Prata, que encontrou a heróica resistência de António Pedro de Vasconcelos, que obrigou os espanhóis a levantar, depois de um sítio crudelíssimo, o cerco da praça, o qual durou vinte e dois meses, até Setembro de 1737.

Esses acontecimentos, como veremos, determinaram a fundação do Presídio do Rio Grande de São Pedro, que recebeu vários retirantes daquela praça como povoadores iniciais, além da re-

68) B. N. Cartas e ofícios. Correspondência dos Vice-Reis da Baía (1704-1723). Cód. Mss. I, 2, 2, 5. Acompanha a relação um interessante ofício de Manuel Gomes Barbosa, dando notícias circunstanciadas da refundação da Colónia e outros assuntos atinentes àquela praça. Tem essa comunicação a data de 12 de Abril de 1718.

percussão que em seu território teve a luta que se desenrolava no Prata.

Novamente, em 1 de Outubro de 1762, quebradas as relações luso-espanholas, sofreu a Colónia o assédio de forças platinas, comandadas por D. Pedro de Cevallos. Governava a praça do Sacramento o Brigadeiro Vicente da Silva Fonseca, que capitulou a 30 do mesmo mês, embarcando-se para o Rio de Janeiro de onde, preso, sob a acusação de não ter resistido como devia, seguiu para Lisboa, em cuja prisão morreu.

Firmada nova paz, em 24 de Dezembro de 1763, a Colónia foi restituída aos portugueses, tomando conta dela o Coronel Pedro José Soares de Figueiredo. O Coronel Francisco José da Rocha de Campos e Fontoura, Governador da praça, obedecendo a ordens do Marquês de Pombal, fez entrega da mesma, sem resistência, ao inimigo que procurava, sob as ordens de Cevallos, novamente atacá-la.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, mandou entregar a Colónia do Sacramento, definitivamente, à Espanha.

6. Laguna.

Santo António dos Anjos da Laguna, que se estabelece junto à Lagoa dos Patos, estremando a Linha de Tordesilhas, é o núcleo de irradiação povoadora do território ainda pouco conhecido que se estende até o Rio da Prata onde, como vimos, chantam os portugueses os seus marcos avançados, com a fundação da Colónia do Sacramento.

O povoamento do Rio Grande e sua consequente fundação é uma decorrência natural da implantação desse povoado que domina as campanhas rio-grandenses. Nelas irão os lagunistas encontrar quantidades inapreciáveis de gado, que é a subsistência e a riqueza, e é esse elemento que radica à terra com seus currais primitivos, os desbravadores da Laguna.

Não se tem ainda por bem averiguada a data da primeira tentativa de Domingos de Brito Peixoto, paulista abastado de bens, para a fundação da Laguna, e posterior execução deste projecto. Entretanto parece poder afirmar-se que, quer nessa em-

presa, quer na do estabelecimento que Francisco Dias Velho fez na ilha de Santa Catarina, influiu decisivamente a política expansionista do General Salvador Correia de Sá e Benevides. Sertanista emérito e descobridor de minas, na Repartição do Sul, quando D. Rodrigo de Castelbranco se retirou das minas de Curitiba, em 13 de Agosto de 1679, deixou encarregados das mesmas os Capitães Domingos de Brito Peixoto, Pedro da Guerra e Diogo Domingos de Faria. [69]) Mais tarde, em 1682, quando se tratou de explorar as minas de Sorocaba, serra de Bisarrojaba, diz Luís Lopes de Carvalho que as descobrira, que poderiam ser enviados «para irem mostrar as ditas minas», os Capitães Domingos de Brito Peixoto e Pedro da Guerra. [70])

O emérito historiador catarinense Lucas Boiteux diz que «entre 1682 e 1684, depois de vários contratempos, em que perdeu embarcações e gente, conseguiu, (Brito Peixoto) fixar-se naquelas paragens (Laguna) onde teve que enfrentar as hostilidades dos índios.» [71]) Azevedo Marques diz que convidado por Carta Régia de 1682 [72]) «para explorar os sertões do sul da capitania», aprestou-se «com escravos, índios, mulatos e homens brancos, oficiais de todos os ofícios e capelão, fez embarcar toda esta gente em um navio no porto de Santos, e partiu com destino à costa do Sul, mas sucedendo que os temporais atirassem o navio para o Norte, sossobrou na altura do Espírito Santo, perecendo quase toda a gente.» [73]) Galvão copia Azevedo Marques. [74])

Documentos existentes na Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, não publicados ainda, da autoria dos próprios fundadores de Laguna, nos autorizam a rectificar essas datas, e a dar novos rumos à história deste núcleo inicial do povoamento do Sul. Na Carta Régia que manda informar a petição de Francisco de

---

69) B. da Silva Lisboa. *Anais do Rio de Janeiro,* 2°.
70) B. N. Anais. Cons. Ultr. — XXXIX — 158.
71) Lucas Boiteux. *Hist. de Santa Catarina.* Ed. 1930. 94.
72) Não consta da Col. de C. R. essa a que se refere Azevedo Marques.
73) Azevedo Marques. *Apontamentos,* cit. verb. *Domingos de Brito Peixoto.*
74) Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão. *Notas Geográficas e Históricas sobre Laguna.* Desterro. 1881. 25.

Brito Peixoto, que pede um hábito de Cristo e uma donataria, como historiaremos adiante, se diz que ele, Francisco, seu irmão Sebastião de Brito Guerra, e seu pai Domingos de Brito Peixoto «eram moradores de Santos onde viviam com suas fazendas e bens, e querendo dar maior aumento ao país, resolveram embarcar naquela vila em 1676, afim de demandar a Lagoa dos Patos, sítio que seu pai queria povoar», etc.. [75]) Em outro documento, datado de 10 de Fevereiro de 1688, o próprio Capitão Domingos de Brito Peixoto, dirigindo-se a El-Rei, diz que «me animei a fazer a conquista da Laguna, terras muito férteis e abundantes de pescado e carnes e para a mais lavoura, com a vizinhança de Buenos Aires; donde me parece haverá maiores haveres; **pelo que me resolvi a fazer duas embarcações, uma que perdi haverá já 14 annos, outra em que de presente vou á minha custa com meus filhos, parentes e amigos** com desígnio de mandar fazer diligencia por prata, porque por alguns signaes entendo não faltará». [76]) Dando conta ao Conselho Ultramarino da empresa de Domingos de Brito Peixoto, o Ouvidor Geral, em carta datada do Rio de Janeiro, em 26 de Maio de 1688, diz «que estando na Villa de Santos, em correição, me deo noticia o Capitão Domingos de Brito, morador na dita Villa, que ia povoar a Laguna, parte mais vizinha a Maldonado, porquanto queria fazer alguns descobrimentos de prata, que já tinha notícia, **por ter já postos alguns curraes,** e eu o ajudei, com o que lhe foi necessário, e alguns casais que logo levou para a dita povoação», etc. [77])

Aí estão os elementos para uma exacta aproximação da verdade. Foi em 1674, segundo o próprio Capitão Domingos de Brito Peixoto, ou 1676, segundo seu filho, Francisco de Brito Peixoto, que se perdeu a primeira embarcação, com que pretendia fundar Laguna, a qual acossada por ventos contrários foi dar nos Abrolhos. Quatorze anos mais tarde, em 1688, já «tinha alguns curraes» ali, e embarcando-se, no porto de Santos, com casais, parentes e amigos, seguiu a fundar Laguna.

---

75) C. R. de 6-II-1714. Arquivo Nacional. Col. de Cartas Régias. Vol. XIX, 25.
76) B. N. *Anais*. Cons. Ultram. Vol. XXXIX, 177.
77) B. N. *Anais*. Cons. Ultram. Vol. XXXIX, 177.

Há, na Biblioteca Nacional, um memorial da autoria do próprio Domingos de Brito Peixoto em que historia detidamente a fundação da Laguna. Infelizmente, quando se refere às entradas inicias que faz no território rio-grandense, alguém que teve preguiça de copiar o documento, criminosamente, arrancou-lhe páginas, truncando, assim, esse precioso depoimento sobre a história do Rio Grande. A petição dirigida ao Conselho Ultramarino, que deu origem à Carta Régia citada de 6 de Fevereiro de 1714, teve por fonte informativa esse memorial, cujas palavras, em parte, textualmente transcreve.

Diz o memorial que o Capitão Domingos de Brito Peixoto foi dar princípio à Vila da Laguna, mandando de Santos, onde morava, um patacho seu carregado de ferramentas, gente e muitos escravos, para irem dar fundo na parte onde lhe insinuavam ele desembarcasse para a dita paragem, que era uma enseada chamada Mampetuba e daí procurasse a Lagoa dos Patos e principiasse a dita povoação. Teve, porém a infelicidade de dar à costa, na altura dos Abrolhos, onde se perdeu o patacho e tudo mais que nele ia.

Voltou novamente com seus filhos Sebastião de Brito Guerra e Francisco de Brito Peixoto e alguns escravos. Chegou à dita paragem, chamada Lagoa dos Patos, e hoje Vila da Laguna, estabelecendo a povoação e afugentando as feras e índios que por ali andavam, depois de várias escaramuças com estes. Morreram Domingos e seu filho Sebastião, este envenenado por flecha, alvejado pelo gentio.

Depois de bem estabelecido e já fundada esta vila, entrou o dito povoador Francisco de Brito Peixoto a explorar e descobrir as campanhas que se seguiam daquela povoação para diante, passando rios caudalosos, como são o Araranguá, Bepetuba e Tramandaí, e outros córregos fundos... [78]) O gentio os atacava contìnuamente e tiveram que sustentar duras refregas, para que deixassem de inquietar, expulsando-os para o sertão. Plantaram no primeiro ano e era tal a quantidade de fruto, que bem com-

78) Faltam oito páginas arrancadas ao Códice.

pensou o trabalho, mostrando a fertilidade da terra. Mandou a diversas vilas convidar gente que viesse dar calor à Povoação, bem como trazer de várias e distantes partes muitas variedades de gado, como bois, cavalos, ovelhas, carneiros e cabras, que produziam tanto que hoje (1714) e já de muitos anos, vem daquele sítio todo o gado vacum que se gasta com a maior parte destas vilas do Sul, e fora delas vão para a cidade do Rio de Janeiro contìnuamente muitas embarcações de carnes salgadas, de que se provêm as tropas que vão para o Reino e inumeráveis couros de boi para solas, peixes, etc. [79]) No mato quase impenetrável fizeram roçadas para lavouras, levantando choupanas. Ergueram uma capela, lutando com grandes dificuldades para conseguir Padre, por serem tão remotas as terras povoadas. Mesmo assim, fabricada a igreja, foi a mesma provida com todos os paramentos. [80]) Segundo uma atestação do Padre Mateus Pereira da Silva, a que nos teremos de referir adiante, essa igreja velha, que serviu de capela-mor, teve seu princípio no ano de 1696 e o corpo que se lhe acrescentou o teve no ano de 1739». [81])

Em 1714, quando Laguna foi elevada à Vila, já constava de 42 casas de pau a pique, cobertas de palha e sem arruamento regular, contendo 300 pessoas de confissão, que comerciavam em farinha, peixe seco, carnes salgadas, e cordoaria de cipó imbé. [82])

Em 1720 chegou à Laguna o Ouvidor Rafael Pires Pardinho, que deu vários provimentos. Nessa correição, além de Pardinho, assinam todos os homens bons da Vila, muitos dos quais são depois troncos das famílias povoadoras do Rio Grande do Sul. São os seguintes os signatários do Provimento: Escrivão Manuel Miranda Freire, Francisco de Brito Peixoto, Capitão-Mor, Manuel Gonçalves Ribeiro, Manuel Correia, João de Magalhães, Elias de Moura, José dos Santos Ribeiro, Manuel de Souza Guedes, Fran-

79) B. N. Cod. Mss. I, 1, 2, 33.
80) Arquivo Nacional. Carta Régina referida. Col. 80, Vol. 19, fls. 25.
81) B. N. Declarações do Padre Mateus sobre Laguna. Mss. I, 1, 32, 2, 1.
82) M. N. F. Galvão. *Notas*, etc. 29.

cisco Luís Caldeira, António Duarte, João Braz, José Bento, José Alves, Domingos Martins, Bento de Oliveira. No acréscimo feito aos capítulos do Provimento em 27-1-1720, assinam mais Manuel Mâncio, Luís Correia de Morais, Sebastião Fernandes, Francisco de Moura Pires, Domingos Tavares Madeira, Miguel da Fonseca, Salvador Dias, Francisco de Moura, José Pires Monteiro, filho de Francisco Dias Velho, o fundador da Ilha de Santa Catarina. No termo de vereança, que encontrámos, de 20 de Junho de 1723, assinam juízes ordinários Capitão Francisco Correia de Souza, Capitão José de Oliveira Camacho; Vereadores José de Souto Maior, em lugar de Diogo da Fonseca; Francisco Luís Caldeira, em lugar de João Bicudo Cortês; Francisco de Moura Pires e procurador José Pinto Bandeira. Mais adiante encontramos, em outros termos, como Vereadores, João Braz, Manuel da Fonseca, João Rodrigues Prates, Jácome da Silva e João Baptista, genovês, que adotou o nome de Pereira da Silva, sendo tronco desta família do Rio Grande do Sul. [83])

Francisco de Brito Peixoto morreu solteiro, mas teve de várias índias carijós, «indias da terra», muitos filhos e filhas que casaram com povoadores do Rio Grande, estabelecendo-se quase todos nas campanhas de Viamão. Ana da Guerra, sua filha casada com Diogo da Fonseca, foi a fundadora da igreja de Viamão, erecta em 1741. Com outra era casado João de Magalhães, cuja frota, como veremos, deu início ao povoamento do Continente; mais outra, casada com Agostinho Guterres, é tronco de grande família rio-grandense, e outra ainda casada com José Pinto Bandeira.

Fundada a Vila, requer Francisco de Brito Peixoto uma donataria que lhe assinalasse as terras da mesma. Depois de historiar os serviços que prestara, bem como os de seu pai e irmão, Sebastião de Brito, que foi morto pelos índios, pede o povoador, que se «lhe faça mercê em remuneração deste serviço que todos merecem a real atenção de V. Majestade, de donatário das terras da dita povoação de Santo António dos Anjos da Laguna e seu

83) *Correspondência de S. Cat.* Arquivo Nacional. 1723-1808.

distrito, que se lhe pode assinar desde Higarapunha da banda do Norte até o rio chamado Tarimandi, que são para costa cinquenta léguas com trinta léguas para o sertão, com as condições, faculdades e privilégios que V. Majestade concede aos donatários e senhores de seu Reino e por justiças a ter a siza dos pescadores, e das sesmarias, da sua correção e assim mais 300$00 réis de tença para os lograr com hábito de Cristo, para sí e seu primeiro filho e licença para fundar na dita povoação um hospício de religiosos capuchos de S. Antônio e assim mais o foro de Fidalgo da Casa Real, etc.» [84])

Não obstante as informações dadas não lhe foi concedida essa donataria. Mais tarde, em 1732, renova Brito Peixoto o pedido de terras para remuneração dos grandes serviços que prestára. Pedia, então, «mercê de uns campos e terras que começam de um rio que chamam Tramandaí, da parte do Norte, correndo até o Rio Grande». E a informação que obteve é que esses campos já se achavam povoados por um grande número de criadores que neles tinham os seus gados, sendo-lhe, por isso, indeferida a petição.

A 31 de Outubro de 1735 morreu o velho Capitão Povoador.

Ao seu histórico esforço, como continuador do Capitão-Mor Domingos de Brito Peixoto, seu pai, deve-se o desbravamento do Rio Grande do Sul. À frente das primeiras levas povoadoras vê-lo-emos, depois, penetrando os sertões rio-grandenses e mandando seus genros trazer os troncos primitivos de que vai surgir a família gaúcha em ramos frondosos que constituem o «substratum» da nossa etnia.

Ao iniciar-se o século XVIII Laguna, em seu desdobramento para o Sul, confunde-se com a própria vida do Rio Grande, onde os lagunistas intimoratos se afazem à vida dos campos, tornam-se tropeiros e, mais tarde, fixando-se ao solo, como criadores, estendem os seus currais, que se multiplicam, constituindo uma fonte de riqueza inapreciável.

E o gaúcho, que não tarda a surgir, filho semi-bárbaro do

84) C. R. cit. Arq. Nac.

Pampa, criado no fogão do minuano, que o lagunista tornou amigo do branco, será ainda o produto das condições especialíssimas do meio, onde o gado, elemento primacial da vida, exercendo sua função sócio-económica, dará ao homem uma feição toda singular, diferençando-o de todos os seus irmãos da vasta Colónia Portuguesa.

FIM

da

Primeira Parte

da

HISTÓRIA DAS MISSÕES ORIENTAIS DO URUGUAI

BIBLIOGRAFIA

No fim do volume seguinte.

FIRMAS DE MISSIONÁRIOS

P. António Paulo Palermo: 225
P. António Ruiz de Montoya: 225
P. Cláudio Ruyer: 213
P. Diogo de Alfaro: 212
P. Diogo de Boroa: 208
P. Francisco Díaz Taño: 214
P. Francisco Ximénez: 225
P. João Agostinho de Contreras: 225
P. João Pastor: 225
P. João Suárez de Toledo: 222
P. José Cataldino: 215
P. José Orégio: 225
P. Marciel de Lorenzana: 223
P. Miguel de Ampuero: 216
P. Nicolau Mastrilli Durán: 213
P. Pedro Álvarez: 225
P. Pedro Mola: 225
P. Pedro Romero: 210
P. Roque González de Santa Cruz: 207
P. Silvério Pastor: 217
P. Simão Maceta: 225
P. Tomaz de Ureña: 219
Irmão António Bernal: 225

MAPA das Províncias Etnográficas no Rio G. do Sul: pág. 62.

MAPA do Rio Grande do Sul de 1626 a 1638: pág. 94/95.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abaiani: 173
Abaianti: 144
Abaiebi, Lourenço: 328
Abá-nheen: 124
Abiaru, Cap. Gen. D. Inácio: 181, 185, 186, 189, 191
Abreu, António Fernandes: 164
  Capitrano de: 13, 124, 213, 234, 318
  Cristóvão Ornelas de: 405
  Cristóvão Pereira de: 319
  Luís Fernandes de: 164
  Manuel Fernandes de: 164
Abrolhos: 409, 410
Academia Sul-Riograndense de Letras: 8
Acaragua: 181, 182, 183, 185, 189
Acosta, Gregório: 153
Adet, Emílio: 293
Afonso VI: 357
Afortunadas, ilhas: 214
África: 357
Agarapucaí, rio: 84
Aguapei: 201
Aguaraguavi: 85
Aguiar, Ambrósio de: 362
  António de: 183
Aguilla, Manuel de: 404
Aguillar, Catarina de Andrade: 252
Agustin, António: 183
Aí (=Igaí): 54, 61, 81
Aiaia-Raiti, arroio: 328
Aierobia, cacique: 106
Alain: 285
Albernaz, António Faria: 159
Albuquerque, Jorge de: 367
Alcalá, universidade: 19, 223
Alcaria de Gusmão: 381
Aldeia dos Anjos (=Gravataí): 71, 242
Alegre, arroio: 146
Alemanha, Alta: 292, 353
Alencaster, Francisco Naper de: 367, 395, 397, 404, 405
Alentejo: 381
Alexandre VI, Papa: 345
Alexandre VII, Papa: 149
Alfaro, P. Diogo de: 44, 77, 90, 162, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 175, 176, 177, 179, 212, 224
  D. Francisco de: 212, 334, 335
Algarves: 381
Aliaga: 217
Almagro, marechal: 352
Almeida, Cândido Mendes de: 52, 127
  Eduardo de Castro e: 268, 360
Alpoim, Amador Pais de: 91
  Manuel Cabral de: 91, 265, 280, 296
Altamirano, P. Cristóvão: 182, 185, 190 283, 309, 311, 323, 395
  P. Diogo: 216, 311, 405
Alvarado, Alonso de: 302
Alvarenga, Tomé Corrêa: 357
Álvares, Bartolomeu: 183
  Clemente: 183
  Domingos: 161, 164, 165, 169
  Mateus: 183
Álvarez, P. Pedro: 97, 106, 107, 226
Alves, José: 412
Amazonas: 39, 199
Ameghino, F.: 37
Ameixal: 381
Amenda, José 323
América: 29, 30, 37, 111, 203, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 253, 345, 398
  do Sul: 40, 204, 293, 340
Americano, jornal: 7
Ampuero, P. Miguel de: 82, 216, 220
A. N. Coll (?): 394
Anais da Biblioteca Nacional, Rio: 25, 63, 360, 363, 367, 375, 388, 409, 411
Anais do III Congresso R. G. S.: 116
Anais do Itamarati: 7, 8
Anais do Museu Nacional: 38
Anais do Museu Paulista: 43
Anais da Província de São Pedro: 360
Anales de la Biblioteca de Buenos Aires: 258, 260, 261, 262, 289
Anchieta, P. José de: 23, 25, 53, 123, 243, 249
Andaluzia: 292
Andes: 39, 199
Andrada, Gomes Freire de: 241
Andrade, Fernando Álvares de: 349
  João: 195
  Rodrigo Melo Franco de: 13
Anes, Joan: 249
Angelis, Pedro d': 205
  Coleção de: 13, 15, 48, 125, 132, 148, 170, 172, 173, 175, 192, 193, 195, 199, 205, 208, 210, 213, 214, 217, 222, 228, 257, 263, 265, 268, 272, 283, 297, 309, 314, 332, 400, 405
Angola: 356, 364
Angúlo, Padre: 27
Anhebi, rio: 123
Anhongui, arroio: 306
Antas, rio das: 50, 97, 102, 129, 130, 141, 142, 145

António, cacique: 120, 173
Antuérpia: 214
Antunes, Domingas: 165
Apecê, cacique: 60
Apicabiia, capitão: 92
Apiterebi, rio: 182, 183, 184, 190
Apóstolos: 173, 175
Apóstolos, São Pedro e São Paulo, redução: 84, 103, 105, 163, 167, 169, 179, 180, 197, 199, 200, 201, 217, 271, 272, 274, 281
Apupe: lagoa: 207
Árábia: 381
Aracambi: 121, 125, 127, 132, 133, 136
Aracapiragua: 306
Araçaí, Rodrigo: 332
Aragão: 217, 353
Aragón, P. Agostinho de: 310
João de Torres de Vera y: 260, 261
Aragona, P. Alonso de: 77, 82, 83, 84, 90, 220, 221,
Arambaí (Aracambi): 146
Aranha, Gaspar Maciel: 159
Arapae, cacique: 276
Araranguá, rio: 318, 410
Araricá: 105
Ararlonga: 365
Arazai, Roque: 310
Archivo General de la Nación: 350, 371, 388, 393
Archivum Historicum Societatis Jesu: 214, 217, 219
Arenas, P. Cristóvão de: 107, 109, 221, 270, 271
Argentina, livro: 64, 65
país: 30, 40, 41, 254, 255, 256, 287, 289, 303, 304
Ariya, capitão: 58, 119, 120
Armenta, P. Bernardo de: 45
Arminio, P. Leonardo: 26, 27, 28
Aros, Diogo, 160
Arouches: 381
Arpide, Juan Miguel: 377
Arquivo Histórico do R. G. do Sul 322
Arquivo Nacional: 379, 381, 383, 384, 385, 409, 411, 412
Arquivo da índia: 260
Arquivo da Marinha: 360
Arquivo Ultramarino: 360
Arrolo Nonge (=Mbororé): 180
Arroio das Vacas: 267
Arzão, Braz Rodrigues: 386
Ásia, 292, 340
Asseca, Paul de: 367, 371
Visconde de: 268, 356, 357, 360, 361, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373
Assento, porto: 239
Assunção, N. Sra. da (ou La Cruz): 243, 325
do Pirapó, redução (do Ijuí): 86, 88, 90, 122, 124, 166, 176, 177
Assunção do Paraguai, colégio: 32, 76, 208, 212, 213, 214, 219, 224
Assunção do Paraguai, cidade: 25, 27, 28, 31, 43, 178, 179, 201, 207, 210, 237, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257 258, 259, 260, 261, 262, 272, 288, 289, 290, 291, 292, 299, 302, 303, 305, 335, 352, 353, 393
Atacama: 63
Atlântico 38, 40
Austria, Dom João de: 292
Ayala, Dom Miguel: 70
Ayala, rio: 70
Ayolas, Juán de: 288
Ayuí (ou Yeyui = Jacuí): 282
Azara, Dom Félix de: 54, 102, 162, 199, 257, 290, 298, 300

B

B. da S. Lisboa, Anais: 389
Bacacai-Guaçu (Veja Vacacaí-Guaçu) 328
Bacacai-Mirim (Veja Vacacaí-Mirim) 328
Badajoz: 381
Badia, P. Vicente: 84, 217, 305
Baeza, P. Tomaz de: 310, 323
Baía: 22, 23, 26, 245, 246, 253, 354, 355, 356, 357, 359, 364, 366, 379 380, 382, 394
Baixo dos Pargos: 369, 370
Baldez, Diogo Flores y: 365
Baltodono, Irmão Eugénio: 31
Banda Oriental: 239, 241, 293, 301, 302, 313 315, 320, 322, 324, 336, 339
Bandeira, Francisco Pinto: 70
José Pinto: 412
General Rafael: 71
Barberipe, aldeia: 394
Barbosa, Domingos: 174, 280
Manoel Gomes: 405, 406
Machado, Coleção: 222, 226
Barcelona: 19, 116
Barón, M.: 284
Barreto, Nicolau: 123
Francisco: 183
Roque: 385, 394
Barretos: 141
Fernão Pais de: 123, 195
João de: 349, 350
Jerónimo Pedroso de: 183
Luís Pedroso de: 194
Pedro Vaz de: 165
Valentim de: 174
Barros, António Pedroso de: 165, 183
Bartolomeu, índio minuano: 67, 106
Barzana, Alonso: 27, 28, 29, 204
Bassão, João Maciel: 159
Batovi 330
Batú, cacique: 70
Baturité, serra do: 40
Bayão, Sebastião Pedroso: 183
Becerra, capitão: 251
Beja: 381
Bejarano, João Rodrigues: 159
Belém do Pará: 345
Bélgica: 217
Benavides, P. Paulo: 96, 97, 98, 99, 100, 226, 273
Benevides, Salvador Corrêa de Sá e: 354, 355, 357, 358, 359, 360, 361, 367, 368, 371, 372, 373, 375, 377, 378, 408
Bento José: 412
Bepetuba: 410
Bernal, Irmão António: 90, 128, 136, 138, 144, 148, 150, 151, 153, 155, 163, 164, 167, 273, 274
Bernardes, André: 173
Bertot, P. Manuel 86 96, 98, 100, 106, 218, 219
Bezerra, António Álvares: 140
Agostinho Barbalho: 357
Biamon: 45
Biblioteca Nacional, Lisboa 360
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: 13, 46, 125, 192, 205, 228, 257, 334, 336, 339, 341, 342, 343, 353, 354, 359, 369, 371, 372, 374, 380, 384, 399, 400, 406, 408 410

Bicudo, João Nunes: 159
Maria: 188
Vicente: 183
Birassojaba, serra de: 408
Blanco, P. J. M.: 46, 64, 79, 88, 275
Bobadilla, P. Nicolau: 20
Bocarro, João Raposo: 171
Boipetibla (Mampituba): 52, 127
Boisey, Elódio: 285
Boiteux, Lucas: 360, 385, 408
Bolívia: 30, 41
Bom Jesus, capão: 148
Bompland, Aimé: 331
Boqueirão, coxilha: 48, 66, 79
Borges, Duarte: 159
Fernão Dias: 174
Simão: 183
Boroa, P. Diogo de: 57, 59, 74, 76, 86, 116, 127, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 156, 158, 168, 173, 176, 177, 197, 207, 208, 209, 210, 215, 224, 230, 273, 279, 334
Bosquier, P. Pedro: 220, 272
Botelho, António: 161
Bouton, Allard: 285
Brasil, província, país: 22, 26, 29, 30, 32, 33, 35, 40, 42, 47, 190, 192, 193, 200, 205, 228, 233, 234, 237, 241, 243, 245, 246, 250, 251, 255, 293, 345, 346, 349, 350, 352, 353, 354, 356, 358, 360, 361, 362, 365, 367, 369, 373, 375, 376, 378, 381, 393, 401
Brasil, Ptolomeu de Assis: 255
Braz, João: 412
Brazanelli, Irmão José: 311
Brito, Simão Farto: 404
Bruges: 217
Bruxellas: 219
Bueno, Amador: 160, 161
António: 160, 161
Francisco: 160, 161, 162, 163, 171, 172
Jerónimo: 160, 161, 162, 171, 172
Lázaro: 160
Buenos Aires: 25, 26, 44, 80, 83, 90, 91, 96, 128, 136, 148, 159, 160, 162, 169, 176, 178, 181, 183, 192, 193, 209, 210, 217, 221, 231, 241, 259, 260, 261, 262, 264, 266, 267, 269, 275, 277, 281, 282, 284, 285, 287, 288, 291, 292, 293, 294, 299, 302, 303, 305, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 332, 334, 350, 351, 358, 359, 364, 365, 367, 371, 375, 376, 377, 378, 386, 394, 395, 396, 397, 399, 400, 403, 404, 405, 409
Butucaraí, serra: 106, 108, 135, 143
Butucaraíba: 337.

C

Caaçapá: 328
Caaçapaguaçu, redução: 98, 121, 163, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 200, 218
Caacorá: 337
Caagua, região: 51, 60, 109, 113, 127, 131, 132, 133, 135, 141, 142, 159, 161, 173, 175, 182
Caaguaçu, rio da Serrania: 327
Caagua-riapipe: 50, 144
Caamo, lugar: 59, 60, 144, 150, 159, 161, 163, 173, 175, 182
Caamome, lugar: 60
Caapé, lugar: 325
Caapi: 129, 166
Caarundi, arroio: 328
Caati, erval: 50, 60
Caatime: 60
Caayacó: lugar: 274
Cabeza de Vaca, Alvar Núñez: 44, 45, 46, 250, 251, 253, 288, 289, 302
Cabo Frio: 362, 369, 373
Verde: 246
Cabot (Caboto): 351
Cabral, Margarida Luís: 91
Pedro: 183
Pedro Ferreira: 183, 403
Sebastião da Veiga: 405
Cabredo, Padre: 30
Cabrera, Fernando Árias: 226
P. Pedro: 337
Cacequi, rio: 68
Cáceres, Felipe de: 255, 257, 258, 259, 303
Cachoeira: 6, 8
Cacildo, índio minuano: 67
Cádiz: 285
Caí, rio: 50, 103, 113, 128, 141, 142, 295
Caiii: 81
Caldeira, Francisco Luís: 412
Calderón, Maria D. de: 251
Mencia de: 251
Rodrigo: 221
Calvo, Carlos: 54, 79, 208
P. Domingos: 283
Camacho, José de Olivcira: 412
Camaí, capitão: 104
Camaquão do Sul: 332, 337
rio: 66, 229, 326, 327, 329
Câmara, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da: 338, 343
Camargo, Fernão de (o Tigre): 125
Francisco de: 195
José de: 159, 195
Campestre: 141
Campo, do Meio: 142, 166, 317
Mayor: 381
Sancho del: 287
de Santo Cristo: 92
Campos, Felipe de: 394
P. Luís Pereira de: 365
Cananéa: 362, 363, 364, 365, 366, 369, 390, 399
Canárias: 348, 351
Candelária, cidade: 143
Candelária, N. Sra. da, redução: 47, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 90, 96, 167, 169, 170, 175, 198, 199, 200, 201, 218, 270, 272, 279, 281, 289, 295, 394
Canto, José Borges do: 34
Capela: 141
Capivari: 70, 141, 171
Capoerê: 55
Capuru: 55
Caraí, Miguel, cacique: 70, 71
Caraichure, cacique: 110
Caramataí: 130
Carandaí, rio: 166
Caratui: 171
Carcaraña: 67
Cárdenas, João de: 128, 134, 136, 138, 148, 150, 154, 155, 274
Cardenosa, Bartolomeu: 84, 279
Cardiel, P. José: 72, 231, 316, 317, 319, 329, 336, 340, 341, 342
Cardoso, Matias: 183, 380
Anibal: 288, 299
Cariroi, lugar: 119, 132, 134
Carlos V: 46, 292, 346, 348, 352

Carneiro, António Dias: 161
António Rodrigues: 406
Caró, estudo etimológico: 8
Caró, Caaró, Caro, Caaro: 41, 63, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 96, 162, 163, 166, 167, 198, 201, 208, 217, 223, 224, 269, 280, 295, 296, 307, 339
Carobai: 65
Carome: 339
Carrafa, P. Geral: 93, 107, 165, 301
Cartago: 292
Carupé: 85, 89
Carvalhaes, António: 183
Carvalho, António Coelho de: 362
Feliciano Coelho de: 362
Luís Lopes: 408
Cascais, praça: 381
Castanheira, conde de: 350
Castela: 47, 71, 199, 221, 260, 294, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 352, 353, 364, 367, 369, 383
Castelbranco, D. Rodrigo de: 379, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 388, 393, 408
Castilho, Manuel de: 174
Maurício de: 174
Castilhos, ilha de: 43, 365, 369, 370
Castillo, P. João del: 27, 85, 86, 87, 90, 99, 208, 212, 224, 322
Castro, Aires de Souza: 384
Eugénio de: 236, 244, 246
Alexandre: 372
Castroxeriz: 110
Cataldino, P. José: 31, 32, 97, 101, 205, 215, 270
Catarina, Dona: 358
Caverá, serra do: 67
Caviglia (hijo), Buenaventura: 265, 266, 268
Caxias, cidade: 113, 142, 146
Ceará: 40, 41
Ceballos, D. Pedro de: 407
Cebolati, rio: 66, 70
Cedro, estância: 141
Cerqueira, Domingos Borges: 159
Cerrito: 265
Cêrro Pelado: 339
Céspedes, D. Francisco de: 46, 82, 85 91, 92, 93 166
Chacarilla: 358
Chaco: 41, 66, 207, 299
Champlois: 212
Champuí, D. Pedro: 355
Charcas: 259, 260
Charlevoix: 64, 73, 165
Chaury, Pedro: 338
Chaves, António José Gonçalves: 34, 35
Duarte Teixeira: 405
Francisco de: 159
Pedro da Silva: 50, 141
Chávez, Núfrio de: 42, 256, 258, 261, 289, 290, 291, 302, 303
Chembiabate, índio: 58, 118, 134
Chile: 41, 124, 136, 148, 312, 397
China, vice-província da: 22
Chisai, S. Diogo: 89
Chuí: 370
Chuquissaca: 30
Cidadela do Sacramento (Veja Colónia do Sacram.): 283
Cima da Serra (S. Francisco de Paula): 142, 159, 316
Cipião, irmãos, Cipião Goes: 252
Ciudad Real: 29, 124
Clavijo, P. Francisco: 90, 91, 227, 306
Cnudde: 217
Colombia: 41
Colónia do Sacramento (Nova Colónia do SS. Sacramento, Cidadela do Sacramento, Nova Lusitânia): 34, 67, 70, 88, 233, 238, 239, 243, 283, 284, 310, 311, 312, 313, 315, 319, 325, 329, 345, 367, 370, Fortaleza do Sacramento: 371, 373, 374, 378, 382, 385, 388, 390, 391, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 403, 404, 405, 406, 407
Comprido, rio: 142
Conceição, estância: 331, (erval) 337
Redução: 47, 77, 78, 81, 90, 100, 168, 171, 195, 201, 207, 212, 221, 272, 292, 306, 311, 322, 323, 324, 326, 327, 335, 338, 339
Combate, jornal: 7
Companhia de Jesus: 17, 20, 199, 200, 206, 207, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 222, 224, 227, 228, 231, 233, 248, 252, 266, 267, 275, 281, 334, 343, 358, 392, 394, 401, 402
Concórdia: 315
Congo: 356
Coni, Emilio A.: 239, 265, 266, 309, 313, 314, 315
Conquista das Missões, livro: 8
Conselho de Indias: 122, 255, 351
Conselho Ultramarino: 356, 357, 361, 366, 367, 368, 371, 373, 376, 382, 384, 409, 410
Contestado: 80
Continente do Sul: 63, 67, 312
de São Pedro: 241
Sulamericano: 199
Contreras, Elvira: 251
Isabel: 254
P. Agostinho de: 110, 155, 156, 197, 227, 279
Conventos: 146
Cordeiro, António: 160, 192
Domingos: 164, 174, 178, 192
Francisco: 165, 192, 194
J. P. Leite: 164, 192
Cordilheira Geral da Costa do Brasil: 63, 66, 317
do Tape: 81
Córdova do Tucumã: 26, 31, 205, 209, 292, 397, 401, 405
Coronel Dr. João Daniel Hillebrand, livro: 8
Córpus, redução: 92, 201, 217
Corrientes, S. João de Vera de las Siete: 47, 91, 162, 166, 167, 259, 261, 263, 264, 271, 272, 273, 280, 292, 296, 303, 304, 314, 401
Rio: 66
Corrêa, Francisco: 183
Jorge: 123
Manuel: 411
Irmão Pero: 23, 24, 25, 26, 53, 122, 247, 248
Correio, jornal: 7
Cortês, João Bicudo: 412
Corvalán, Felipe Rexe: 394
Corvo: 145, 146
Cosme, mestre: 247
Costa, André da: 195
António: 194, 195
Francisco: 194
Frutuoso: 173
Gaspar: 173

Paulo da. 173
Simão da: 159
Coutinho, João Alves: 379, 383
Coxilha Grande: 326, 343
Crespo, P. Adriano: 84, 93, 94, 217, 218, 271
Crisanto e Daria: 77
Cruz Alta: 110, 332, 336, 342
Cruz, (La Cruz), povo: 311
Cuaracy, Francisco: 338
Cuarobay: 87
Cubas, Braz: 123, 247, 249
Cueba, Dom Mendo de la: 160, 167, 280, 281
Cunha, Aires da: 349, 352
Francisco da: 160
Matias da: 374, 385, 394
Cunha (De Cunha): 350
Curiti: 165
Curitiba, campos gerais de: 379, 408
Cuzco 394

D

Dario, P. João: 31
Dávila, P. Pedro Estéban: 46
Delfim, P. Jerónimo: 393, 395
Delgado, Alonso: 323
Desterro: 408
Dias, Belchior: 123
Carlos Malheiro: 245, 246
Diogo: 122
Fernão: 144, 196
Luís: 183
Pero Nunes: 183
Salvador: 412
Ventura: 162, 194
Suzana: 164
Díaz, Ruy (Veja Guzmán)
Diogo, francês: 195
Dionísio, francês: 195
Documentos do Itamaratí sôbre a Revolução de 1835, livro: 8
Doménech, P. José: 86, 97, 170, 188, 226, 272
Domingues, António: 192, 194
Domínguez, D. R. J.: 143
Dom Pedrito: 326
Donvidas, P. Tomaz: 322, 324, 325
Dorantes, Pedro: 257, 259, 292
Douai: 28
Douvrin: 285
Duarte, António: 412
Manuel da Costa: 317, 386, 394
Dufo, P. Policarpo: 282, 283, 312
Durán, P. Nicolau Mastrilli: 46, 83, 84, 212, 213, 214, 221, 270, 275
Duraznais: 329

E

Eça, António, d': 391
Eguada, posto: 330
Ehrenreich, Paulo: 39
Elgueta, P. Pedro de: 159
Ellis Júnior, Alfredo: 125, 132, 133, 135, 136, 139, 140, 149, 172, 173, 174, 178, 179, 183, 192, 194, 200, 345, 380
Elvas: 381
Encarnación (veja Itapúa)
Engaguaçu, engenho: 247, 252
Enseada das Bombas: 370
das Garoupas: 370
Entre-Rios 267, 294, 295, 301, 302
Epopéia dos Farrapos, livro: 8
Equador: 41
Erebango: 55
Erechim: 55, 332, 346, 350, 351, 375, 396, 397, 405, 407,
Ernot, P. Luís: 94, 96, 97, 98, 101, 170, 219, 226, 301
Ervaçais, lugar: 105
Escalada do Forte de S. António de Evora: 381
Espanha: 20, 83, 110, 124, 176, 216, 217, 220, 221, 223, 251, 285, 292, 336, 343, 346, 350, 351, 375, 396, 397, 405, 407
Espinar, Pedro de: 257
Espinosa, João de Salazar de: 251, 284
Joana Delgado de: 91
Pedro: 91, 223, 224, 307
de los Monteros: 221
Espírito Santo: 23, 354, 355, 362, 369, 370, 373, 408
Estado, jornal: 7
Estado Oriental: 265, 269
Estela, João Francisco Rodrlguez: 376
Esteves, Braz: 159, 195
Estrela: 145
Estrela do Sul, jornal: 7
Estudos, revista: 116
Etiópia: 381
Europa: 26, 204, 209, 212, 375
Exercícios Espirituais: 17, 18, 19
Expectação, fazenda: 124
Extremós: 381

F

Fabriano: 215
Fabro, P. Pedro: 20
Faria, Diogo Domingos de: 408
Farinha, fulano: 122
Farracho: 173
Farrapíada, versos: 8
Farroupilha: 146
Farto, João Freire: 389
Simão, capitão: 396
Federação, jornal: 7
Feio, Luís: 159
Felipe IV: 136
Fernandes, cabo André: 105, 121, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 169, 170, 171, 196, 280
Baltazar: 164, 169
Diogo: 302
Estêvão: 159
P. Francisco: 105
Gaspar: 159, 160, 161, 165
Inocêncio: 165
João: 161
Manuel: 387
Pasqual Leite: 174
Sebastião: 165, 412
Fernández, Irmão Mateus: 226
Ferreira, Gregório: 160
Ferrer, P. Diogo: 93, 227
Ferruflno, P. João B.: 87, 209, 281, 309
Fields, P. Tomaz: 26, 27, 28, 31, 32
Figueiredo, Pedro José Soares de: 407
Figueiró, Pedro Agulha de: 174
Figuera, José H.: 298
Filgueira, Domingos: 318
Flandres: 220, 346
Florianópolis: 387

Flores, Pedro Marin: 377
Ilha das: 365, 377, 392
Fonseca, Diogo da: 412
Manuel da: 412
Manuel Pinheiro da: 369
Miguel da: 412
Vicente da Silva: 407
Fontoura, Francisco José da Rocha de Campos e: 407
Formoso, P. Adriano (Crespo): 102, 106, 216
Forqueta, rio: 146
França: 212, 213, 218
Francisquinho: 330
Freire, Manuel Miranda: 411
Romão: 174
Freitas, António Pedroso de: 159
Freitas, morador: 141
Fretónia: 67
Fronteira, jornal: 7
Frutas: 141
Furlong, P. Guillermo: 142, 204, 301, 323, 326, 330, 331
Furtado, André: 380
Domingos: 183
Lopo: 346, 348, 349
Pedro: 183

G

Gaboto: 44
Gabriel, Padre: 25
Gaete: 237, 254, 255, 257, 258, 265, 287
Gago, António da Cunha: 183
Felipa: 164
Henrique da Cunha: 160
Manuel da Cunha: 160
Galán, Francisco Ruiz: 287
Gallardo, Carlos: 332
Gallega, nau: 245
Gallego, P. André: 220, 322, 323, 339
Galvão, Joana: 400
Manuel: 399, 400, 401, 403, 404
Manuel do Nascimento da Fonseca: 408, 411
Gama, Leonel da: 391
Gandavo, Pero de Magalhães: 246
Gandia, Enrique de: 41, 42, 288
Garay, Blas: 253, 257, 290
João de: 259, 260, 261, 262, 291, 292, 303
Garcia, Aleixo: 42
P. Diogo: 44, 351
Domingos: 160, 195
P. Pasqual: 92, 226
Rodolfo: 53, 116
Garibaldi, município: 7, 146
Garro, D. José de: 283, 394, 395, 396, 397, 404
Gato, Borba: 380
Gay, Côn. João Pedro: 116
General João de Deus Martins, livro: 8
Gil, António: 183
Luis Enrique de Azarola: 43, 46, 261, 262, 291, 294, 397, 398, 399, 403
Sebastião: 174, 183
Gilberlião: 381
Girão, Cristóvão de Aguiar: 174
Goa: 22
Godoi, Baltazar: 159
Fernando: 159
João: 159
Goiaz: 285
Gois, irmãos: 26, 255, 259, 284
Cipião de: 252, 253, 254, 258
Gil de: 362, 368
Luís de: 247, 252, 253
Pedro de: 245, 247, 252
Vicente de: 252, 254, 258
Gomes, Custódio: 174, 176
Gonçalves, Baltazar: 161, 183, 249
Braz: 140, 145, 159
Carina: 249
João: 244
Sebastião: 174, 182, 183, 191
Gonzáles, P. Roque G. de Santa Cruz: 27, 32, 33, 43, 47, 48, 54, 61, 64, 65, 66, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 216, 218, 221, 223, 224, 230, 269, 295, 322, 335
Goto, S. João de: 89
Gouveia, Diogo de: 19
Grã, P. Estêvão da: 26, 27, 160
P. Luis da: 26
Gralha, D. Gabriel Garcez y: 372
Gran Canária: 45
Gravataí: 141
Groussac, Paul: 256, 262, 285, 286, 297, 351
Guacacai, rio: 327
Guaíba, rio: 45, 55, 61, 97, 109, 113, 131, 133, 135, 145, 316
Guaibe- Renda: 60, 61, 109, 131, 132
Guaimica, índio: 96, 100, 118
Guaimiguru, índio: 144, 173
Guairá: 28, 29, 32, 33, 46, 47, 53, 80, 97, 103, 111, 112, 113, 123, 124, 128, 135, 137, 140, 150, 155, 160, 165, 173, 200, 209, 210, 215, 223, 226, 253, 254, 273, 304, 335, 393
Gualeguaichú, rio: 301
Guanabara, baía: 23
Guaporé, rio: 55, 60, 131, 142
Guaracica, António, cacique: 78, 82
Guarae, cacique: 103, 104
Guarumbaca: 182
Guebi-renda: 131
Guedes, Manuel de Sousa: 44
Guerra, Ana da: 412
Pedro da: 408
Sebastião de Brito: 318, 409, 410
Guerreiro, P. Fernão: 52, 127
Guevara, P. Pedro J.: 46, 64
Guirapondi, rio: 327
Guiraragué, índio: 120
Guterres, Agostinho: 412
Gutiérrez, Pedro: 266
Guzmán, Ruy Diaz de: 64, 254, 256, 259, 286, 287, 288, 290, 291, 303

H

Haro, Cristóvão de: 45
Haze, Diogo: 272
Herando, índio: 276
Hernándárias (de Saavedra): 91, 238
Hernández, Pablo: 137, 231
Herrera, José: 282, 312
Miguel: 351
Hervás, P. Lourenço: 51
Hieroquiara: 134
Higarapunha: 413
Homo Americanus: 39
Hornos, P. João Baptista: 169, 170
Hulste, Flandres: 220

I

Iaguarobi, feiticeiro, 118, 134
Ibapiri, feiticeiro: 93, 118
Ibataíti, lugar: 193
Iberá, lagoa: 207
Ibía, região: 50, 51, 57, 60, 61, 65, 109, 113, 117, 132, 144, 173, 224, 295
Ibiaça, província: 44, 45, 46, 47, 48, 49 50, 60, 65, 113, 132, 133, 142, 145, 146, 161, 163, 167
Ibiaes: 142
Ibiamon: 54, 60
Ibicuí da Armada: 327
  Alto: 95, 98, 330
  Rio: 42, 47, 48, 65, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 96, 98, 99, 101, 102, 192, 237, 277, 293, 321, 324, 326, 327, 330, 331
  Guaçu: 326
Ibicuiti, rio: 275, 325
Ibipitas, fantasmas: 57, 118
Ibira-ieperi, rio: 327
Ibiranga: 146
Ibirapuitã, rio: 324, 326
Ibitiba-mirim: 325
Ibiticaraí (=Botucaraí): 106, 201
Ibiticaraiba, sertão: 135, 143, 149, 154
Ieguacoporu, feiticeiro: 118, 134
Iequi: 108
  -mirim (Rio Pardinho): 120
Igaarupá: 201
Igaçaba: 38
Igaí, rio: 105, 107, 118, 195, 219, 282
Iguaçu, rio: 52, 53, 107, 182, 183, 190, 216, 270, 289, 306
Iguaibe (Guaíba): 45, 135
Iguay: 45, 54, 61, (Aí) 65, 102, 133, 135
Ijuí: município: 54, 144, 165, 166, 337
  Guaçú, rio: 48, 81, 82, 86, 88, 92, 93, 161, 196, 322, 323, 324, 327, 329, 332, 335, 338, 339
  Mirim: 93
Ilhéus: 362
Imbiassupe: 45
Imbituba, rio: 127
Inácio, P. Nicolau: 93
Imparcial, jornal: 5
Imposto Único, revista: 7
Índia: 22, 368, 381
ÍNDIOS
  Abimaris: 81
  Abipones: 204
  Apicairés: 56, 198
  Arachanes: 41, 49, 64, 65, 127, 135, 140
  Arnaqui: 41
  Atacamenhos: 41
  Bates: 54
  Bilreiros: 52, 53, 128
  Birajaras: 54
  Botocudos: 37
  Bugres: 55, 339
  Caaguaras: 49, 50, 51, 132, 183
  Caáguas: 48, 49, 50, 52, 132
  Caaiaguás: 51, 52
  Caamiguaras: 49, 59
  Caatiguaras: 49, 60
  Cabeludos: 50
  Cacana: 204
  Caiapós: 53
  Caíngangues: 55
  Calchaquis: 40, 204
  Calequis: 355
  Carijós: 52, 53, 65, 122, 123, 127, 135, 200, 248, 412
  Cariroiguaras: 49
  Caroguaras: 49
  Cerados: 51
  Chanas: 49, 66, 67
  Chanes: 41, 64
  Charruas: 47, 49, 67, 74, 262, 275, 277, 294, 298, 301, 365
  Cheriguanas: 30, 41, 64
  Chovas: 54
  Coroados: 49, 55
  Diaguitas: 40, 49
  Esquimós: 37
  Ganaiás: 182
  Goitacazes: 356
  Guaianás: 48, 49, 52, 54, 55, 182, 184
  Guaibiguaras: 49, 60, 61, 128
    do Sul: 48, 66, 67, 74, 81, 298, 301
  Guaibirenhos: 133
  Guaicurus: 32, 37, 48, 204, 207, 210, 211, 216, 267, 300
  Guairamas: 277
  Gualachos: 49, 190
  Guananás: 29, 37, 182, 218
  Guaranis: 41, 42, 49, 63, 64, 65, 66, 124, 136, 137, 204, 209, 210, 216, 220, 286, 334
    língua: 55, 204
  Guatos: 289
  Gês: 39, 49
  Guenoas: 49, 66, 67, 71, 267, 298, 300, 312, 325, 330
  Hieroquiaras: 58
  Iarós: 49, 67, 71, 267, 275, 276, 277, 298, 301, 307, 312, 325
  Ibiaes: 142
  Ibianguaras: 49, 59, 60, 113, 117, 128
  Ibirajaras: 26, 28, 29, 30, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 74, 81, 113, 122, 127, 128, 129, 134, 135, 182, 190, 198, 204, 248
  Ieiquiguaras: 49
  Iraitis: 313
  Itatines: 33, 42, 211
  Jaraes: 256, 291
  Maias: 63
  Matarás: 264
  Mbayas: 49, 66, 300
  Mbguas: 277
  Mboanes: 49, 67, 71, 267, 298, 312
  Minuanos: 49, 63, 67, 69, 70, 71, 74, 241, 267, 298, 315, 414
  Naticas: 204
  Niguaras: 28
  Ororocotoquins: 122
  Paiaguas: 258
  Patos: 26, 65, 125, 133, 135
  Pinares: 54, 55, 59
  Piraiubiguaras: 49
  Puquina: 204
  Querandis: 67, 204
  Quiroquini: 204
  Sanavitona: 204
  Tabacanguaras: 49
  Taiaçuapeguaras: 49
  Tapes: 37, 39, 42, 48, 49, 51, 63, 64, 72, 78, 81, 102, 127, 135, 190, 238, 268, 300, 310, 314, 315, 327
  Tapuias: 43
  Tebiquariguaras: 49
  Tupis: 40, 41, 50, 63, 102, 112, 122, 128, 134, 139, 145, 152, 153, 160, 163, 166, 175, 182, 186, 187, 193, 337, 339

Ubiraiaras (Ibirajaras): 53
Influência do Caudilhismo uruguaio no Rio Gr. do Sul, livro: 8
Inquisição: 17, 29
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 8
Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul: 8, 166, 184, 188
Inventários e Testamentos, S. Paulo: 64, 135, 140, 143, 149, 154, 161, 162, 165, 179, 182, 183, 194, 250
Inzaurralde: 167, 169, 171
Ipané, povoado: 300
Ipa-umbucú (S. Inácio): 124
Iraiti-inhacame: 50
Irala, Domingos Martínez de: 42, 251, 257, 288, 289, 290, 291, 302
Irlanda: 28
Isabel, imperatriz: 346
Itabaiana: 379, 381, 382
Itaiaceco: 99
Itaiasacó, rio: 96
Itaimbé, rio: 325
Itália: 212, 215, 305
Itanhaem: 249
Itapemerim, rio: 326
Itapevi, rio: 326
Itapúa (Encarnación): 76, 86, 200, 207 216, 217, 269, 270
Itaquí, estância: 325
Itaquiceias, fantasmas: 57, 118
Itatines, província: 222, 223, 224, 226, 256, 307
Itú, rio: 48, 325, 326
Iuti, serra: 129
Ivaí: 107

J

Jaboatão, Frei A. de Santa Maria: 45, 245
Jácome, Diogo: 22
Jacuí, rio: 43, 47, 52, 54, 55, 60, 63, 65, 66, 79, 81, 95, 97, 102, 105, 107, 130, 143, 156, 158, 163, 165, 175, 193, 195, 197, 222, 237, 278, 282, 308, 309, 317, 324, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 338, 343
Salto do: 142
Jaculzinho: 107, 337
Jaeger, P. Luís Gonzaga: 11, 27, 46, 48, 51, 59, 64, 77, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 97, 100, 113, 117, 125, 136, 137, 140, 142, 143, 148, 149, 152, 162, 167, 172, 179, 182, 188, 197, 201, 206, 208, 231, 275, 295, 317, 323, 354
Jaguapoa, redução: 207
Jaguareça, índio: 305
Jaguarí, município: 79, 80, 326
Jaguapora, redução: 207
Jaguarobi: 58
Jaí: 81, 327
Jandeia: 93
Japão: 22
Japeju, estância e redução dos Reis Magos, de los Reyes, N. Sra. de los Reyes: 80, 81, 82, 165, 192, 193, 194, 195, 217, 267, 272, 275, 276, 277, 279, 301, 305, 309, 311, 320, 324, 325, 326, 293, 395
Jaques, João Cezimbra: 299
Jarau, campo: 67
Jequi: 130
Jeramini, Matias: 192
Jerebatiba: 247
Jerusalém: 19, 20, 353
Jesus-Maria de Ibiticaraiba, redução: 135
Jesus-Maria, redução: 107, 108, 109, 118, 117, 118, 120, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 171, 172, 188, 195, 196, 211, 215, 219, 227, 270, 271, 273, 274, 277, 278, 282, 296, 297, 308
Ji, rio: 308, 311
Jiménez, P. Francisco: 94, 103, 105, 129, 130, 131, 145, 163, 165, 170, 195, 218, 227, 274, 280, 310, 333, 334
P. Pedro: 395
João, francês: 195
João III: 346, 347, 348, 349, 851, 353
Jornal do Comércio: 87
Jornal da Manhã: 7
Judas: 152
Júlio de Castilhos, museu: 40, 250
Junta de Feiticeiros: 117, 132, 146
Jurumenha: 381

K

Koseritz, Carlos von: 37, 38
Kraus, H: 253

L

Lacerda, João Baptista de: 38
La Gasca: 289, 302
Lageado, arroio: 326
Grande, rio: 50
Lagens: 141
Lagoa Mirim: 66, 67, 308
de Parobé: 326
dos Patos: 66, 127, 332, 837, 863, 365, 366, 367, 407, 409, 410
Santa: 37, 38
Vermelha: 60, 142, 337
Lagoas: 66
Laguna, vila: 34, 44, 45, 48, 53, 54, 65, 67, 70, 102, 127, 131, 132, 133, 135, 145, 174, 233, 238, 239, 251, 282, 318, 338, 345, 360, 361, 407, 408, 409, 410, 411, 413
Laguna de los Patos: 65, 869
Laínez, P. Diogo: 20
Lamego, Alberto: 356, 360, 867, 369, 371, 372
de Portugal: 29
Lancastre, Francisco Naper de: 268
Langres: 212
La Plata: 214
Lara, Manrique de: 110
Lebrón, P. Alonso: 45
Leche: 216
Leitão, Jerónimo: 123
Leite, João: 183
Pasqual: 159
Pedro Dias: 174
P. Serafim, 9, 19, 20, 21, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 53, 181, 200, 244
Leme, Bras Estêves: 159
Leme, Lucrécia M. F. Dias: 165
Leme, Luís Dias: 174
Luís Gonzaga da Silva: 164
Luzia: 165, 194

Mateus: 174
Pedro: 158, 159
Leão, reino: 223, 353
León, P. Simão de: 325
Lezana, P. Diogo: 279
Lima, cidade: 27, 28, 29, 30, 209, 212, 316, 405
Colégio de: 210, 214, 216
Lima Rodrigues: 71
Lipes, minas dos: 394
Lisboa, Frei Cristóvão de: 364
Baltazar da Silva: 408
Cidade de: 11, 245, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 357, 360, 368, 369, 371, 374, 382, 386
L'isle, Guilherme de: 142, 301
Livramento, Santana do: 326
Lobato, P. João: 54, 127
Lobo, Manuel: 238, 283, 309, 370, 373, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 391, 392, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 403, 405, Manuel Pereira: 364
Lobos, ilha dos: 365, 389, 390
Loiola, S. Inácio de: 17, 18, 19, 21
Lopes, Miguel: 183
Lorenzana, P. Marciel de: 31, 32, 205, 207, 208, 223
Loreto: 304, 305
Loureiro, António de: 353
Lourenço, Amador: 183
Nuno: 91
Pero: 183
Lovaina: 28
Lozano, P. Pedro: 29, 46, 55, 58, 61, 64, 181, 224, 335
Lugo, Pedro Fernández de: 145, 176, 177, 178, 179, 351
Luís, Domingos: 195
Luna, Carlos Corrêa: 350
Lund: 37, 38
Lutero: 18

M

Macedo, Jorge Soares de: 238, 345, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 392, 394, 395, 396, 397, 400
Maceta, P. Simão: 31, 32, 97, 166, 167, 195, 205, 226
Machado, João: 159
Machain, R. de Lafuente: 91, 257, 378
Madeira, Domingos Tavares, 412
Gaspar Vaz: 159
Madero: 299
Madre de Deus, engenho: 247, 254
Madre de Deus, Frei Gaspar da: 244, 246, 252
Madrid: 11, 222, 231, 239, 265, 289, 292, 302, 398
Magalhães, Basílio de: 123, 124, 149, 166, 192
João de: 67, 411, 412
Pedro Jaques de: 381
Malabar: 22
Malaguai, rio: 301
Maldonado, ilha: 228, 268, 283, 309, 365, 367, 369, 374, 375, 376, 377, 391, 392, 395, 399, 400, 409
Málio, António Ferreira: 160
Baltazar Gonçalves: 160
João Paes: 160, 172
Mampituba: 52, 65, 127, 135, 370, 410
Mancio, Manuel: 412
Manhã, jornal: 7
Manresa: 18, 19
Mansilla, Inês Árias de: 91
Manso, André: 291
Manuel, rei: 346, 349
D. Nuno: 347, 349
Maquiné: 50
Maracaju, serra: 334
Maraguá: 89
Marandasa: 144, 173
Maranhão: 362, 369
Vice-Província do: 22
Marbos: 218
Marca de Ancona: 215
Mar do Sul: 355
Marinho, Francisco Alves: 174
Marques, Eufrásio Manuel de Azevedo: 164, 408
J. Jacinto: 267, 268, 295, 310, 395
Marras, Sánchez de Lória de: 314
Martin Sancho: 285
Martínez, P. Inácio: 105, 106, 227
Martins, Izaura: 7
Domingos: 412
Mártires, povo do Caró: 218
Martius: 39
Matias, cacique: 193
Mato Castelhano: 142, 317
Grosso: 285, 300
Português: 142, 317
Maulein, índio: 70
Maynard, Manuel Carneiro da Costa e: 399
Mbiaçaba: 85
Mbiaza: 45, 46
Mboapari: 129, 130, 131, 145
Mbocariroi: 104, 129, 130
Mbocayiy: 108
Mboig: 276
Mbororé, rio: 121, 150, 174, 178, 180 (= Arroio Nonje), 182, 183, 185, 186, 189, 190, 192, 199, 213, 322, 339
Mbutuí, rio: 325
Mealhadas, Salvador Tomé: 365
Medina do Rio Seco: 219
Melgarejo, João Díaz de: 46, 251, 253, 254
Rodrigo: 25
Ruy Díaz de: 25
Melo, Diogo Coutinho: 140, 143, 147, 159
Pedro de: 374
Luís: 353
Mendes, Álvaro: 346, 347, 348, 349
Sebastião: 160
Méndez, Irmão Simão: 181, 184, 191
Mendieta, Diogo de: 260
Mendonça, Matias de: 375, 376
Mendoza, P. Cristóvão de: 51, 57, 59, 60, 65, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 131, 132, 134, 137, 142, 208, 210, 215, 224, 226, 227, 230, 271 272, 278, 295, 296, 307, 319
Diogo de: 286, 287
Luís Sarmiento de: 353
Pedro de: 25, 262, 285, 286, 288, 291, 299, 302, 351, 352
Prudêncio de la C.: 259, 284
Mendoza y Garay, livro: 256, 262, 285, 287, 288, 351
Menino Jesus, posto: 331
Mensageiro, jornal: 7

Mesquita, Marcos Corrêa de: 363
Mexia, P. João Baptista: 84, 227
Miki, S. Paulo: 89
Milagre, livro: 8
Missões, sua conquista: 34, 35
Missões, terra das: 73
Orientais do Uruguai: 206, 242, 264, 265, 267, 314, 316
Mola, P. Pedro: 61, 92, 93, 97, 108, 109, 128, 131, 135, 137, 144, 145, 146, 148, 150, 154, 155, 186, 218, 219, 226, 227, 277, 296, 297
Molina, P. Francisco de: 86, 220
Irmão Diogo de: 181
Monsanto, condes de: 360
Montaigu, colégio: 19
Montalvão, marquês de: 367
Montalvo, Hernando de: 288, 291
Montegrande, rio: 328, 344
Monteiro, P. Gonçalves: 245
João Pires: 183
Jônatas da Costa Rego: 82, 85, 88, 92, 93, 98, 99, 103, 105, 107, 108, 110, 111, 136, 166, 215, 283, 333, 398, 399, 400
Montenegro, cidade: 7, 39
Montes Claros: 381
Monteserrate: 18
Montevideo: 241, 261, 265, 283, 291, 294, 298, 315, 377, 393, 394
Montmartre em Paris: 20
Montoya, P. Antônio Ruiz de: 31, 97, 111, 124, 139, 148, 149, 178, 197, 205, 209, 210, 212, 226, 307
Morais, Luís Correa de: 412
e Silva: 283
Morales: 265
Moranta, P. Antônio: 204
Moreira, Pedro Godoi: 377
Moreli, P. Horácio: 31
Moreno, Fulgêncio: 290, 291, 292
Morretes: 142
Mota, Atanásio da: 195
Moura, Elias: 411
Francisco de: 412
Mourão: 381
Mújica, Antônio de Vera y: 313, 396, 402, 404
Munhoz, Francisco: 372
Município da Cachoeira, história: 8
Museu Júlio de Castilhos (Veja Júlio de Castilhos).

N

Nacê: 130
Nale: 213
Naper, Francisco (Veja Alencaster)
Nápoles: 216, 220
Natal: 162
Natividade, N. Sra. da: 107, 108, 139, 158, 197, 219, 273, 296, 297
Navarra: 18
Navarro, P. João de Aspilcueta: 22
Nenguiru: Nicolau I: 75, 76, 78, 90, 175, 176, 177, 178, 179, 277
Neto, Mateus: 159
Pasqual: 149, 154, 158
Neves, Antônio da Silva: 284, 285
Nhaguaruí, rio: 327
Nhandarica: 276
Nhecu, felticeiro: 48, 65, 86, 87, 90, 322
Francisco: 87
Nhucorá, rio: 51, 320, 323, 324, 331, 332 335, 337, 338, 339
Nóbrega, P. Manuel da: 22, 23, 25, 26, 53, 123, 244, 248, 250, 254
Nongi, Francisco: 322
Nonoái: 332, 342
Nossa Senhora dos Remédios: 357
Nova Granada: 210
Nova Lusitânia (Veja Colônia) 238, 395, 398
Novo Mundo: 246
Nunes, P. Leonardo: 22, 23, 25
P. Miguel: 159
P. Salvador: 194
Núñez, P. Lauro: 311
Nusdorffer, P. Bernardo: 190, 334

O

óbidos: 381
Ocidente: 63
O Colono Alemão, Notas sôbre a Imprensa do R. G. S., livro: 8
Oeste: 37, 39, 146
Ojeda, Simón de: 168
O Imposto único em Garibaldi, livro: 9
Oliveira, Alberto de: 159
Antônia de: 164
Bento de: 412
João de: 174
Matias de: 174
P. Francisco Fernandes de: 164, 166, 196
Pedro de: 174
Rafael de: 159
Olózaga: 239, 265
Ontiveros: 262
Oñate, P. Pedro de: 304, 305, 306
Ordem de Cristo: 357
Ordenação: 212
Ordoñana: 266
Ordóñez, P. José: 227, 269
Orduña, Martin de: 285
O Regimento de Dragões do R. G. S.: 8
Oregio, P. José: 91, 100, 227
Orellana, Rodrigo de Mendoza: 110, 111
Oriente: 21, 141
Orozco, P. Gregório de: 312
Ormuz, Estreito de: 372
Ortega, P. Manuel de: 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 53, 54, 204
Osório, João: 285
O tesouro do Arroio do Conde, novela: 8
O Trabalho Alemão no R. G. do Sul, livro: 8
Ovalle, escritor: 142

P

Pacheco, Maurício: 389
Pacífico: 40
Paes, Fernando Dias: 172, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 188, 195, 330
João R.: 195
José da Silva. 241
Pascoal Leite: 144, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 184, 187
Pai-Querito: 112, 115
Pais, Padre: 27
Paisandu: 294

Paiva, Antónia de: 192
Custódio de: 164
Francisco de: 161, 162, 166, 169, 170, 171
Palermo, P. António Paulo: 163, 164
Palestina: 19
Palingarta: 355
Palmas (Canárias): 214
Palmeira: 324, 332, 337, 339, 342
Pampa: 232, 240
Pamplona: 18
Paqueri: 247
Paraguai, rio: 53, 67, 200, 209, 259, 359
Paraguai, província: 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 42, 44, 45, 46, 47, 76, 83, 84, 97, 106, 112, 124, 144, 176, 177, 196, 199, 200, 205, 207, 208, 211, 213, 215, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 228, 234, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 264, 269, 284, 288, 289, 290, 292, 299, 300, 302, 303, 309, 322, 331, 334, 335, 340, 341, 352, 355, 363, 393
Paraíba: 123, 350, 362
Paraíba do Sul: 368, 372, 373
Paraná, Missão: 32, 128, 211, 212, 217, 220, 222, 280, 334
Paraná, região: 33, 38, 46, 52, 97, 123, 124, 176, 198, 201, 202, 207, 208, 210, 212, 213, 214, 216, 223, 304, 305, 314
Paraná, rio: 53, 63, 67, 112, 196, 200, 201, 264, 267, 307, 336, 375, 376
Paranaguá: 366, 370, 380, 386, 387
Parapopi: 131, 145
Pardinho, Rafael Pires: 411
Paredão, arroio: 105
Parente, Bento Maciel: 362
Paricai: 48
Parinogo: 381
Paris: 19, 28, 360
Parnaíba: 164, 196
Pasado, António: 220
Passo Fundo, rio: 103
Passo Fundo, cidade: 60, 113, 163, 196, 332, 334, 337, 342
Pastells, P. Pablo: 31, 171, 177, 178, 181, 182, 183, 191, 199, 224, 270, 280, 296
Pastor, P. Silvério: 84, 217
Patiño, P. Gabriel: 315
Patos, lagoa dos: 41, 45, 48, 195
porto dos: 43, 45, 46
rio dos: 45
Pátria, drama nacionalista: 8
Paus Queimados: 336
Pearas, rio: 141, 142
Peçanha, António Nabo: 357
Pedreira, lugar: 285
Pedro II: 205, 385
Pedro, príncipe: 357, 360, 381, 382, 383, 384, 388, 394, 397, 400
Pedroso, António: 161, 162, 164, 166, 169, 171
António Fernandes: 399
Francisco: 393
Jerónimo: 183, 186, 187, 191
Peiuré: 202
Peixoto, Domingos de Brito: 237, 238, 318, 338, 360, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413
Francisco de Brito: 318, 408, 409, 410
Pelotas, rio: 48, 52, 127, 133, 142, 143, 196
Península Ibérica: 398
Peperiguaçu: 182
Peralta, João de: 393, 394
Perdomo, António Gonçalves: 174
Pereira, António: 386
Cristóvão: 67
Paulo: 159
Peres, P. Manuel: 184
Manuel, capitão: 150, 178, 183, 187, 188
Vicente: 195
Perestelo, António Lopes: 183
Pernaguá: 382, 383
Pernambuco: 23, 234, 246, 354, 356
Pérsia: 381
Perú, 27, 30, 41, 106, 124, 194, 255, 258, 259, 260, 261, 289, 290, 291, 293, 299, 302, 303, 331, 352, 394
Pessoa, Luís: 314
Petit Journal: 7
Piaí: 113, 142
Pimentel, Ana: 245
Pina, João de: 183
Pinhais, lugar: 166, 196, 316, 319
Pinheiro, José Feliciano Fernandes: 360
Pintado, André: 313
Pinto, António Corrêa: 402, 404
Bandeira, livro: 8
Cristóvão: 257
Francisco Barreto Pereira: 247
Rui: 247
Piraiubi: 60, 134, 146
Pirapó: 90, 124
Pirapopi: 145
Piratini, redução: 130, 144, 164, 208
rio: 66, 81, 82, 84, 88, 329, 335
Piratininga: 11, 28, 51, 57, 60, 103, 112, 133, 174, 179, 192, 201, 234, 235, 244, 248, 355, 378
Pires, P. António: 22
Francisco: 249
Francisco de Moura: 412
José Dias Franco: 389
Piritiguaçu, rio: 328
Pita, João da Rocha: 389, 393, 394
Pizarro, Gonçalo: 289, 302
Pombal, marquês: 407
Ponte Grande: 250
Porcel P. Jerónimo: 91, 92
Porto Alegre: 61, 131, 132, 143, 299, 317, 342, 371
das Almadias: 247
Porto, António Cordeiro: 161
Aurélia Guedes da Luz: 7
PORTO, AURELIO: 5-11, 37, 40, 41, 51, 54, 57, 59, 63, 65, 87, 100, 116, 132, 141, 149, 199, 237, 250, 268, 338
Porto Seguro: lugar: 362
Porto Seguro, visconde (Veja Vernhagen): 360
Portugal: 21, 28, 71, 122, 165, 234, 246, 252, 253, 343, 346, 347, 348, 350, 362, 353, 354, 356, 366, 376, 381 393, 398, 405
Potira, Tomaz: 196, 322
Pousos Altos: 141
Povinho da Entrada: 143
Povo, jornal: 7
Povos de Missões: 340
Prado, Francisco Rodrigues do 300
Praga: 226
Prates, João Rodrigues: 412
Preto, António: 165, 249
Domingos: 165
Gaspar Fernandes: 160, 165
Inocêncio Fernandes: 165
João: 159, 160, 161, 165

José: 165
Manuel: 160, 165, 192, 194
Manuel, o moço: 159, 161, 165
Sebastião: 124, 65
Prieto, Fulano: 165
Proença, Isabel: 164
Professor Artur Candal, livro: 8
Progresso, jornal: 7
Puríssima Conceição, de N. Sra.: 154

Q

Quaraí, rio: 67, 309, 311, 324
Queguai, rio: 324
Quesada: 67
Quicombo, rio: 356
Quiroga, P. José: 140, 226
Quito: 214

R

Rabequista, João: 206
Ramalho, João: 123, 244, 248
Rambo, P. Balduino: 50
Ramos, Manuel Fernandes: 164
Rançonier, P. Jacob: 83, 214, 221, 275
Raposo, João: 161, 162, 170, 171
Frº José de Oliveira: 144
Real Feitoria do Linho Cânhamo, livro: 8
Recife: 356
Reforma: 18
Regimini Militantis Ecclesiae: 20
Registro: 141
Geral: 133
Reis, porto dos: 289
Reis Magos, (Veja Japeju).
Rendon, Francisco de: 180
República Oriental do Uruguai: 66, 308
Resquin, Jaime: 46
Revista do Inst. Hist. e Geogr. do R. G. Sul: 40, 213, 338
do Instituto Hist. e Geogr. Brasileiro: 43, 44
do Instit. Hist. de São Paulo: 39, 40, 213
Riachuelo, cid.: 358
Ribeira, Pasqual da: 165: 192
Ribeiro, António: 160
Ana, 192
João: 5
Manuel Gonçalves: 411
Manuel dos Santos: 411
Riglos, Miguel de: 313
Rincão de N. Senhora: 332, 342
Rio Branco, barão do: 301, 399
Rio das Antas: 50
Rio Camisas: 142
Rio Grande, jornal: 7
Rio Grande, estado: 29, 32, 34, 39, 40, 41, 45, 48, 51, 52, 54, 57, 59, 67, 70, 71, 74, 78, 90, 108, 110, 125, 127, 133, 135, 137, 139, 140, 142, 166, 199, 200, 206, 208, 209, 215, 217, 220, 221, 224, 226, 228, 238, 241, 242, 250, 263, 265, 266, 267, 269, 272, 275, 282, 284, 285, 286, 293, 295, 299, 300, 303, 308, 318, 319, 321, 331, 332, 333, 335, 338, 341, 343, 345, 358, 360, 361, 363, 365, 370, 374, 394, 406, 410
Rio Grande do Igaí: 394
Rio Grande do Norte: 350
Rio Grande de São Pedro, presídio: 45, 241, 398, 406
Rio Grande de São Pedro: 65, 316
Rio de São Pedro: 65
Rio Grande do Sul, barra: 43, 331, 413
canal: 48, 102
Rio Guaratiba: 369
Rio de Janeiro, colégio: 23
cidade: 29, 132, 159, 180, 184, 236, 237, 246, 248, 285, 293, 317, 318, 354, 355, 356, 357, 359, 361, 363, 364, 366, 370, 371, 372, 374, 375, 376, 378, 379, 383, 384, 385, 386, 389, 394, 399, 401, 402, 405, 406, 409, 411
Rio Ligeiro: 60
Rio Martin Afonso (= Chuí): 370
Rio Negro: 66, 266, 307, 308, 309, 310, 311, 324, 327, 332
Rio das Ostras: 369
Rio Pardinho: 108, 110, 132, 142, 146
Rio Pardo, rio: 97, 106, 108, 109, 110, 155, 278, 296, 338
Rio da Prata: 26, 37, 41, 43, 44 45, 46, 47, 48, 63, 66, 67, 70, 167, 173, 176, 177, 192, 200, 226, 229, 231, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 241, 250, 251, 252, 253, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 282, 284, 285, 287, 289, 290, 291, 293, 298, 300, 302, 319, 345, 346, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 358, 359, 360, 361, 362, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 382, 383, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 393, 394, 396, 398, 399, 406, 407
Rio do Rosário: 312
Rio dos Sinos: 50
Rivadeneira, Frei João de: 288
Roça Nova: 142
Rodero, P. Gaspar: 339
Rodiles, P. Domingos: 393, 395
Rodrigo (Dom), rio (Imbituba): 43, 52, 127
Rodrigues, P. António: 24, 25
António, bandeirante: 183
P. Estêvão: 188
Garcia: 195
Gaspar: 249
P. Jerónimo: 52, 54, 159
Miguel Garcia: 160
P. Simão: 20, 21, 22
Irmão Vicente: 22
P. Vicente: 178, 184, 188
Rodríguez, Afonso P.: 27, 85, 88, 89, 208, 212, 224, 295, 322
Rojas, P. Salvador: 312
Rolante: 50, 141
Roma: 20, 26, 28, 215, 227, 292
Roman, Marcos: 399
Romero, P. João: 31
P. Pedro: 31, 32, 33, 84, 85, 86, 88, 93, 96, 98, 99, 102, 105, 106, 130, 132, 135, 137, 138, 139, 145, 148, 150, 151, 154, 155, 156, 169, 204, 205, 210, 211, 218, 221, 226, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 295, 296, 297, 301, 305, 306, 308, 333, 334
Roque, cacique: 99
Rosa, Othelo: 9
Roscio, Francisco João: 140, 141, 142, 144, 316, 317
Rosso, J. P.: 284
Rua, P. André de la: 227
Ruyer, P. Cláudio: 177, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 212, 213

S

Sa, Diogo Corrêa de: 373
Família Corrêa de: 374
João Corrêa de: 268, 360, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 375
Martim Corrêa de: 354, 357, 361, 373
Simão Pereira de: 403
Vitória de: 166
Saa, Francisco de: 362
Saavedra, Hernandárias de: 43, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 291, 293, 294, 295, 313, 334
João Arias de: 375, 376
Salamanca, universidade: 19, 212
Salas, P. João de: 86, 163, 227, 255, 280
Salazar, João de: 25, 26, 251, 252, 253, 254, 257, 288, 299, 305
José Martinez de: 282, 309
Salcedo, Miguel de: 406
Saldanha, José de: 63, 67, 68, 70, 321, 330, 336, 337
Salmerón, P. Afonso: 20
Saloni P. João: 26, 27, 28, 223
Saltein: 70
Salto, cidade: 294
Samana, João de: 354
Sambaquis: 38, 48, 50
Sampaio, rio: 146
Manuel Barreto de: 369
Sanabria, Cristóvão de: 251
Diogo de: 250
João de: 250
João de: 250, 251
Maria de: 251
Sancti Spiritus: 46
Sánchez, Bernardo: 377
Sanlúcar: 251, 289
Sanmartin, Olyntho: 125, 143
San Martín, P. Francisco de: 32
General: 81
João de: 313, 315
Sanson, raça bovina: 284
Santa Ana, estância: 330
redução: 100, 105, 106, 108, 120, 150, 155, 156, 158, 197, 202, 207, 219, 274, 281
posto: 331
de Macaé: 269
Santa Bárbara, colégio: 19
rio: 329, 330
Santa Catarina, estado: 38, 65, 136
Ilha de: 43, 44, 45, 46, 166, 289, 345, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 369, 387, 388, 389, 390, 391, 395, 403, 408, 412
Santa Cruz, Maria de: 207
redução: 321
rio Caí: 50, 141
Santa Cruz de la Sierra: 110, 258, 259, 261, 291
Santa Cruz do Sul: 148
Santa Fé: 28, 149, 241, 259, 261, 262, 267, 269, 292, 294, 303, 311, 312, 313, 315, 376, 401
Santa Lúcia do Piaí: 113, 142, 146
Santa Luzia, rio: 268, 309, 310
Santa Maria, cidade moderna: 80, 96
cabo: 44, 268, 367, 370 (porto), 372, 389, 391
João de, o moço: 174
Frei Manuel de: 365
dos Guenoas, redução: 67
Maior: 272
Posto: 307, 331
Rio: 319, 327
do Uruguai: 303
Santa Marta, morros: 318
Santa Rosa, lugar: 321, 324
Santa Rosa, Frei Feliciano: 389
Santa Tecla, posto: 330
Santa Teresa, do Curiti: 169
de los Pinhales, redução: 60, 103, 105, 129, 130, 134, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 182, 191, 195, 196, 199, 222, 227
Santa Vitória, passo: 143, 196
Santiago, Chile: 31, 216, 220
do Boqueirão: 326
posto: 330
del Estero: 27
del Jerez, Mato Grosso: 29
Santo Agostinho, posto: 330
Santo André da Borda do Campo 244, 248, 249
Santo Ângelo Custódio: 92, 166, 326, 327, 331
erval: 337, 339
município: 342
Santo António, abade: 176, 177, 247
arroio: 330
estância: 330
freguezia: 141
posto: 331
o Velho: 330
Santo António dos Anjos da Laguna (Laguna): 407, 412
Santo Cristo: 166, 196
Santo Inácio, posto: 329, 331
redução ou Santo Inácio Guaçu: 207, 210, 329, 331
Santo Inácio Mini: 201
Santo Isidro: 331
Santos, cidade: 47, 125, 249, 252, 255, 355, 360, 377, 384, 386, 387, 389, 391, 394, 408, 409, 410
António Vieira dos: 379
Santos Mártires do Japão (=Mártires): 201
do Caró: 201
São Borja, cidade: 99, 342
erval: 330, 337
estância: 331, 326, 327
povo: 332, 336
São Braz, estância: 331
São Camilo, estância: 331
São Carlos, imagem: 93
do Caapi, redução: 92, 108, 130, 165, 167, 169, 171, 198, 201, 218, 219, 271, 272, 274
São Clemente: 330
São Cosme e São Damião, redução: 102, 149, 201, 216, 218, 328
São Cristóvão, estância: 331
redução: 110, 120, 150, 155, 156, 158, 171, 197, 201, 219
São Damião, estância: 331
São Diniz: 20
São Diogo, posto: 330
São Domingos Soriano, povo: 309
frades de: 392
posto: 330, 331
São Fabiano, posto: 331
São Francisco, vale: 234, 236
vila: 387, 399
São Francisco, província: 46

São Francisco de Assis: 17, 326
São Francisco de Borja, redução (Veja São Borja): 71, 99
São Francisco de Paula de Cima da Serra: 50, 52, 141, 142, 144
São Francisco Solano, posto: 331
São Francisco do Sul, porto: 251
rio: 360, 365, 366
São Francisco Xavier, posto: 321
povo: 81, 101, 148, 149, 150, 166, 195, 220, 269, 272, 306, 322, 323, 324, 326, 331, 338, 339
São Gabriel, colónia: 312, 385
Ilhas de: 45, 46, 238, 267, 295, 351, 377, 384, 385, 388, 390, 391, 392, 397, 399, 401
estância: 268, 310, 314
São Gonçalo, rio: 66
São João, arraial: 382
São João, erval: 337
estância: 310, 327, 328, 329, 331
rio: 396
São João, Baptista, redução: 331, 338, 339, 343
de Cássia: 357
dos Campos: 370
de Deus: 331
Mirim, posto: 330, 331
Velho, serro: 329
São Joaquim, redução: 58, 104, 106, 107, 108, 119, 120, 156, 158, 163, 201, 222, 273, 274, 279
posto: 330
São Jorge, estância: 321, 324, 331
São José, povo: 100, 101, 102, 201, 219, 270
rio: 370
Tubicha, estância: 330
Tuja, posto: 324, 331
São Leopoldo, visconde: 360
São Lourenço, estância: 327, 328, 329, 360
São Lourenço Mártir, erval: 337
redução: 339, 343
São Lucas, estância: 329, 331, 330
de Guadiana: 381
São Luís Gonzaga, estância: 315, 327, 328, 329, 330
erval: 337
povo: 319, 339
São Marcos, posto: 321, 324, 330, 331
São Martinho, estância: 331
do Mel: 369
serra, 99, 107
Vila: 99
São Mateus, baía: 302
São Matias, estância: 331
São Miguel, estância: 327, 328, 329, 330, 331
São Miguel Arcanjo, povo (ruínas): 342, 343
redução: 96, 99, 100, 101, 112, 118, 132, 201, 219, 272, 274, 282, 307, 308, 310, 311, 319, 320, 326, 339
São Miguel Mirim, posto: 329
São Miguel, presídio: 257, 290
São Nicolau, erval: 337
estância: 327
São Nicolau do Jacuí: 242
São Nicolau do Piratini, redução: 76, 78, 80, 81, 82, 84, 87, 90, 167, 169, 186, 200, 206, 208, 218, 221, 227, 269, 270, 296, 297, 308, 311, 326, 330
São Nicolau do Rio Pardo: 242
São Paulo de Piratininga, vila e capitania: 47, 97, 112, 125, 127, 139, 140, 141, 143, 158, 162, 166, 170, 172, 174, 180, 184, 191, 192, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 244, 248, 249, 252, 282, 283, 285, 294, 309, 355, 357, 359, 368, 377, 378, 380, 386, 389, 393, 394, 399
São Paulo, posto: 330
São Paulo (Veja Piratininga)
São Pascual, estância: 331
São Pedro, posto: 142, 321, 324, 327, 329, 331
dos Marcos: 369
São Pedro e São Paulo, redução (Veja Apóstolos): 201
São Rafael, posto: 330
São Salvador, Uruguai: 266
de Campos, capitania: 372
da Lagoa: 357
templo: 356
São Sebastião, cidade: 361
freguezia: 354
das Garoupas: 370
São Sepé, cacique: 74
São Sepé, município: 329
São Sepé, fundação da capela das Mercês, livro: 8
São Tomé, capitania: 369, 370
erval: 337
estância: 327
povo: 98, 99, 101, 162, 194, 202, 219, 252, 270, 311, 320, 325, 326, 331, 332
redução: 99
São Vicente, capitania: 23, 24, 25, 43, 44, 46, 47, 121, 123, 133, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 258, 265, 284, 330, 354, 358, 359, 361, 362, 365, 370, 394
Saramandri, rio: 365
Sardinha, Afonso: 249
Sarmiento, Luís: 350, 352
Sarzedas, António Fernandes: 183
Schmidel, Ulrico: 25
Schuller, Rodolfo: 67, 290
Sebastião, rei: 362
Senábria, Diogo de: 45
Serra, Alto da: 142
Serra do Butucaraí: 328, 332, 337
da Cruz: 326
do Erval: 229, 320, 332
Geral: 50, 51, 52, 63, 79, 80, 81, 128
do Mar: 47, 79
do Monte Grande: 328
do Nordeste: 39, 113, 116, 142, 295
de Sabarabuçú: 380, 381, 382, 383
de Santiago: 79
de São Martinho: 80, 102
de São Xavier: 80
dos Tapes: 48, 66, 211, 281
Serrano, António: 54, 55, 66, 182, 298
Sertão da Laguna: 133
Sertão dos Patos: 127, 133, 135, 136, 174
Sertão do Rio Grande: 173, 173, 192
Serviço do Património Histór. e Art. Nacion.: 9, 13
Sete Igrejas, masquês de: 221
Sete Povos: 35, 84, 227, 231, 242, 281, 325, 336, 338, 342
Seutter, Matias: 144
Sé Velha: 354
Sevilha: 209, 210, 302, 351, 352, 381, 382, 383
Sicílias (Duas): 353

Silva, António Castanho da: 164
António de Morais: 143
Domingos Leme: 73
Jácome da: 412
João Nunes da: 174, 376
P. Mateus Pereira da: 411
Pereira da (Jácome, genovês): 412
Silveira, António da: 173
Hemetério Veloso da: 342
João Lopes da: 404
Simch, Francisco Rodolfo: 40
Simões Pires, Notas Genealógicas, livro: 8
Simões, Salvador: 174
Siqueira, Ana Maria de: 171
António da 160
Francisco: 160
P. Gaspar de: 163
Soares, P. Diogo: 144, 202
Fernando: 350
Gabriel: 43
Jorge: 404
Leonardo da Silva: 141
Sobrino, P. Laureano: 168
Sociedade Capistrano de Abreu: 8
Sodré, Firmino: 245
Soledade, vila: 332, 336, 337, 342
Solinas, P. João António: 267, 395
Solis, João Dias de: 42, 351
rio de: 44
Sommervogel, P. Carlos: 220, 221, 224
Sorocaba, vila: 164, 265, 408
Sorvo, conde de: 347
Sottomayor, José de Herrera: 282
Sousa, Francisco Corrêa de: 412
Gabriel Soares de: 43
Irmão João de: 26, 53, 243
João da Silva: 345, 374, 375, 377, 378, 382
Martim Afonso de: 234, 243, 244, 245, 246, 247 (Vila de) 252, 346, 347, 348, 349, 362
Pero Lopes de: 45, 244, 245, 246, 360, 361
Tomé de: 22, 25, 245
Southey: 289
Souto Maior, José de: 412
Staden, Hans: 45
Studart, Filho C.: 40
Suárez, P. João: 103, 105, 106, 107, 129
Suárez, librería: 291
Sudeste: 140
Sul: 37
Sutil, rio: 330

T

Tabacã, índio: 48, 65, 78, 96
Tabacambi, índio: 32
Tabernier, Mr.: 340
Tacã, aldeia: 269
Tacitas: 57
Taiacipê, lugar: 16, 119, 132, 142, 146, 150
Tainhas, rio: 50, 142
Taiubai, índio: 65, 100, 118
Tajuí, cacique: 70
Talveira: 381
Tamandaré: 356
Tanner, P. Matias: 116, 223, 226, 307
Taño, P. Francisco Díaz: 58, 60, 61, 128, 129, 134, 136, 137, 138, 148, 180, 181, 182, 183, 184, 191, 212, 214, 215, 278
Tape, província: 33, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54, 59, 61, 64, 65, 76, 79, 80, 86, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 108, 109, 110, 112, 113, 117, 118, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 141, 144, 159, 161, 162, 166, 173, 199, 200, 204, 206, 208, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 226, 227, 234, 270, 271, 282, 297, 304, 305, 309, 320
Tapeci, cacique: 130
Tapitanguá, rio: 327
Taquarembó: 330
Taquari, rio: 50, 51, 60, 66, 97, 102, 105, 109, 128, 129, 130, 134, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 158, 159, 161, 165, 320, 328
Taques, Pedro: 194
Tarabiren, lugar: 193
Tarija: 30, 260, 321
Tarimandi (Tramandaí): 412
Taunay, Afonso de E.: 125, 141, 149, 166, 172, 179, 188, 192, 199, 200, 213
Tavares, António Raposo: 51, 110, 113, 121, 124, 125, 136, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 157, 158, 159, 161, 165, 172, 180
Bernardino de Távora: 344
Maurício Pacheco: 386
Távora, Álvaro de Sousa: 362
Techo, P. Nicolau del: 52, 64, 142, 165, 167, 301
Tejo: 350
Teles, Baltazar: 53
Tembetás: 40
Terceira, ilha: 91, 359
Terra Farroupilha, livro: 8, 37, 51, 54, 57, 86, 132, 141, 149
Firme: 266, 268, 295
do Fogo: 37
Teschauer, P. Carlos: 5, 44, 65, 93, 137, 149, 160, 162, 175, 181, 208, 215, 226, 231, 295, 318, 326, 330, 331, 332, 334
Testimonio: 98, 100
Tiberi, arroio: 325
Tibiquari, rio: 50, 79, 81, 102, 119, 129, 130, 131, 142, 147, 182, 191, 301
Tijucas: 166
Tobati: 190
Tocantis, rio: 39
Todos os Santos do Caró (Mártires): 89
Todos os Santos (Baía): 255
Toledo, cidade: 352
P. João Suárez: 222, 223
P. Sebastião de: 327
Tolu, P. José: 321, 323, 324, 339
Tomar, Pedro Paulo de: 292
Tombo, torre do: 358, 360
Tordesilhas: 44, 121, 233, 235, 345, 346, 347, 358, 398, 407
Toropi, rio: 101, 319, 321, 327
Torre, bispo de la: 258, 291, 303
Torres, P. Diogo de: 30, 31, 32, 33
Irmão Domingos de: 177, 179, 181, 321
Inácio de: 314
João de: 325
Tramandai, rio: 54, 370, 410, 413
Tranqueira: 285
Trás-os-Montes: 406
Trejo, Frei Hernando de: 251
Trelles: 264
Trindade, Frei Lourenço da: 389, 392

Trinidad, António de la: 122
Trujillo, P. Francisco Vázques: 168, 208, 269, 296
Tucumã, Córdoba de: 26, 29, 30, 31, 111, 205, 251, 261, 266, 355, 397
Tupac Yupangui, inca: 42
Tupaceretã, posto: 329
Turvo, rio: 47, 48, 52, 66, 324
Tyaraiú, José (Sepé): 329

U

Uhle, Max: 41
Ulloa, José de Varella y: 338, 343
Último Farrapo, livro: 8
Um Capítulo da História Territorial do R. G. Sul: 8
Upamoroti, rio: 43, 326
Ureña, P. Tomaz de: 90, 219, 280
Uruai, rio: 44
Urubuquá, rio: 327
Uruguai, Alto: 42, 51, 52, 55, 183, 212, 229, 266, 320, 324, 328, 337
Banda Oriental do: 30, 33, 46, 47, 49, 65, 71, 76, 77, 80, 95, 96, 109, 128, 129, 199, 202, 204, 206, 208, 211, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 230, 261, 266, 267, 268, 275, 277, 295, 316, 323, 331, 334, 344, 345, 361, 395
Reduções do: 31, 32, 33, 82, 84, 212, 214, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 265, 271, 296, 297, 298, 304, 305, 307, 310, 314, 320
Rio: 44, 48, 52, 54, 55, 59, 65, 66, 78, 81, 82, 83, 90, 92, 99, 102, 127, 141 159, 162, 166, 167, 168, 176, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 196, 200, 201, 208, 209, 210, 229, 232, 233, 235, 239, 242, 264, 266, 269, 270, 278, 280, 281, 284, 293, 294, 306, 308, 309, 311, 313, 315, 316, 317, 321, 322, 324, 325, 326, 332 333, 336, 337, 338, 339
Uruguai-pitã, rio: 47, 48, 52, 60
mirim: 103
tupi: 337

V

Vacacaí: 262, 319, 328, 329
Guaçu, ou Grande: 326, 327
Vacacuá: 267
Vacacuan: 267
Vacaria: 318, 319, 320
do Mar: 295, 308, 309, 310, 311, 313, 315, 316, 317, 322, 324, 325, 327, 328, 329, 330
N. Sra. de Oliveira, vila: 141, 142, 144, 159, 274, 308
dos Pinhais: 315, 317, 318, 328
do Rio Grande do Sul: 315
da Serra: 280
Vacas, arroio, 267
Valadares, Domingos Pires: 183
Valbueno: 144, 173
Valdez, Diogo Flores y (Veja Baldez)
Valença de Alcântara: 381
Valencia: 217
Valhadolid: 221, 285
Valtodono, Irmão Eugênio: 305
Valverde, João Blásquez: 322, 338
Vargas, Getúlio Dorneles, 13
Varistas, 132, 133
Varnhagen, Francisco Adolfo: 245, 357
Várzea, rio da, 65, 320
Vasconcelos, Álvaro Mendes: 346
António Pedro de: 406
P. Simão de: 246
Vasqueanes, Duarte Corrêa: 355
Martim Corrêa: 371, 372
Vaz, Lourenço: 249
Velho, Francisco Dias: 360, 389, 394, 408, 412
Vella, Isabel: 91
Velozo (Veja Silveira, Hemetério)
Veneza: 7, 20
Vera, província: 44, 46
Vera António de: 267
João Alonso de: 280, 292
Torres de: 262
Vergel, Irmão Luís: 93
Viaça, província, 43, 47
Viamão: 45, 60, 141, 142, 238, 241 242, 412
Viamon: 45
Viana, P. João de: 31, 213
Urbino: 245
Vidal, António Afonso: 386
Baltazar Gonçalves: 159
Vieira, João Fernandes: 356
Vilalobo: 351
Vilalta, F.: 299
Vila Rica: 28, 29, 30, 53, 195, 393
Vilaverde, Bartoloméu de: 207
Villanueva de los Infantes: 220
Villegaignon, ilha: 23
Vimeiro: 360
Virapoheira: 250
Viteleschi, P. Múcio: 209, 210
Vitória, bispo D. Francisco: 26
Viveros, P. Felipe: 92, 219, 271
Viscaino, ilha do: 266
Visitação, redução: 130, 131, 274
Voigt, Carlos: 341

W

Washington Luís: 172
Withrington, Roberto: 26

X

Xara, Bartolomeu Sánchez: 404
Xavier, S. Francisco: 20, 21, 22
Manuel: 227
Xéria, Luís Céspedes: 124
Ximénez (Veja Jiménez)
Xingu, rio: 39

Y

Yaguacabaí: 87
Yaguacaporu: 55
Yakua: 55
Yegros, P. João: 268, 281, 283, 309, 328, 329
Ygua, rio: 276
Yopepoyeca: 55

Z

Zapata: 70
Zárate, João Ortiz de: 44, 45, 46, 258, 259, 260, 261, 303
Joana de: 261
Zubéldia, Irmão Joaquim de: 281, 312
Zurbano, P. Francisco Lupércio: 182, 184, 191

ÍNDICE GERAL

Aurélio Porto e sua História das Missões Orientais do Uruguai. Prólogo da segunda edição 6

Prefácio da 1ª Edição 13

A COMPANHIA DE JESUS.

1. Fundação da Companhia de Jesus 17
2. Os Jesuítas no Brasil 22
3. Província do Paraguai 24
4. A Catequese 28
5. Civilização jesuítico-colonial 33

Capítulo I. — PRIMITIVOS HABITANTES DO RIO GRANDE DO SUL.

1. Unidade racial de um povo primitivo 37
2. Ensaio de classificação aborígene 43
3. Grupo racial jê 49
4. Grupo tape 63
5. Grupo guaicuru do Sul 66
6. O índio das reduções 71

Capítulo II. — REDUÇÕES DO URUGUAI.

1. Conquista espiritual do Uruguai 76
2. São Nicolau do Piratini 82
3. Expansão da catequese jesuítica 84
4. Últimas reduções fundadas na Província do Uruguai 92

Capítulo III. — REDUÇÕES DO TAPE.

1. Penetração jesuítica no Tape 95
2. Reduções do Alto-Ibicuí 98
3. Reduções da bacia do Jacuí 102
   a) Santa Teresa 103. - b) Sant'Ana 105. - c) São Joaquim 106
   d) Natividade 107. - e) Jesus-Maria 108. - f) São Cristóvão 110
4. Martírio do venerável Padre Cristóvão de Mendoza 110
5. A "Junta" dos feiticeiros 117

Capítulo IV. — BANDEIRAS PAULISTAS NO SUL. (1636-1669).

1. O bandeirismo paulista 121
2. A bandeira de Aracambi 125
3. A bandeira de Raposo Tavares 136
4. A bandeira de André Fernandes 159
5. A bandeira de Caaçapá-guaçu 172
6. O desbarato de Mbororé 180
7. Outras actividades do bandeirismo paulista 192
8. O êxodo das populações aborígenes 196

Capítulo V. — OPERÁRIOS INSIGNES.

1. Os Jesuítas 203
2. Biografias de Missionários 206
Roque González de Santa Cruz 206. - Diogo de Boroa 208. - António Ruiz de Montoya 209. - Pedro Romero 210. - Diogo de Alfaro 212. - Cláudio Ruyer 212. - Nicolau Mastrilli Durán 213. - Francisco Díaz Taño 214. - José Cataldino 215. - Miguel de Ampuero 216. - Adriano Formoso 216. - Adriano Crespo 217. Vicente Badia 217. - Silvério Pastor 217. - Manuel Bertoth 218. Filipe de Viveros 219. - Tomás de Ureña 219. - Francisco de Molina 220. - André Gallego 220. - Pedro Bosquier 220. - Afonso de Aragona 220. - Cristóvão de Arenas 221. - João Suárez de Toledo 222. - Pedro de Espinosa 223. - Marciel de Lorenzana 223.
3. Os Mártires 224
4. Conclusão 226

Capítulo VI. — ORIGENS DA ECONOMIA DAS MISSÕES.

1. Factores económicos do povoamento do extremo sul 229
2. O ciclo do gado vicentino 242
3. Fundação da pecuária de Assunção do Paraguai 250
4. Introdução do gado nas Reduções 265
5. Gado bovino 269
6. Gado equino 285
7. Origem do gado menor 302
8. Vacarias 308
9. Estâncias dos Povos 319
10. Ervais dos Povos 331

Capítulo VII. — OS JESUÍTAS E A EXPANSÃO PORTUGUESA NO PRATA.

1. Primórdios da controvérsia sobre o Prata 345
2. Rio Grande do Sul — Donataria dos Assecas 354
3. A tentativa do General João da Silva de Sousa 474
4. A expedição de Jorge Soares de Macedo 378
5. Colónia do Sacramento 398
6. Laguna 407

ILUSTRAÇÕES:
Aurélio Porto 4/5
São Francisco Xavier 21
Padre Simão Rodrigues 22

FIRMAS DE MISSIONÁRIOS 415
MAPAS 415
ÍNDICE ONOMÁSTICO 417

BX3714.B8 P85 v.1
Historia das missoes orientais do
Princeton Theological Seminary-Speer Library
1 1012 00217 0092